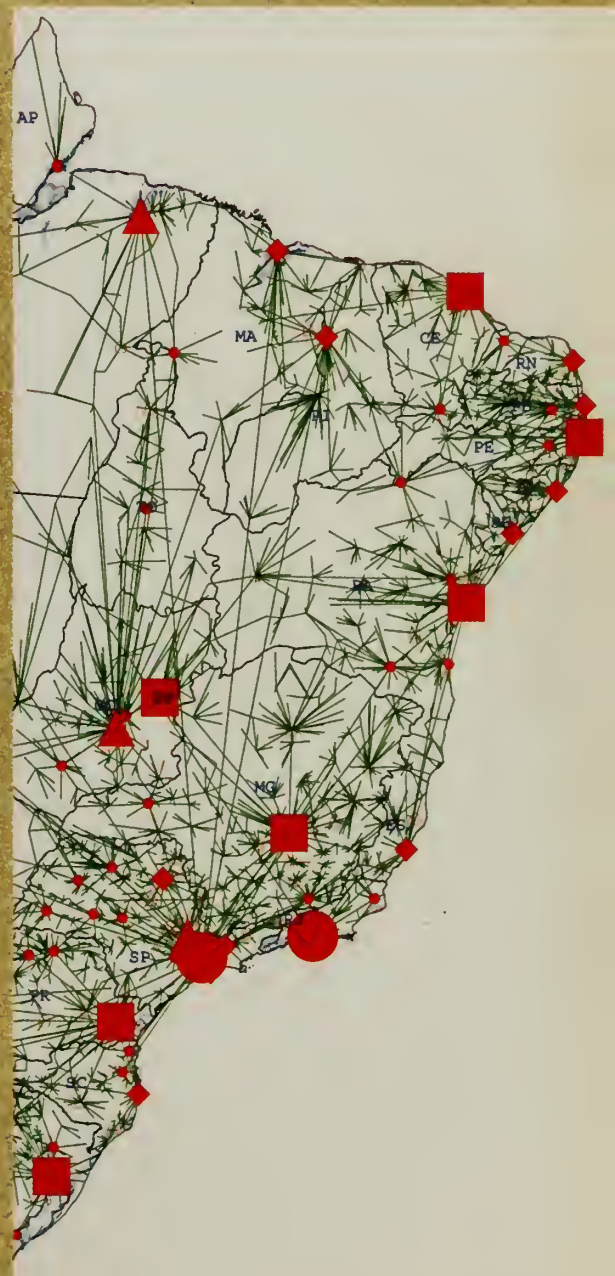
2

Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil

Estudos Básicos para a Caracterização da Rede Urbana



ipea

IBGE

UNICAMP

FINEP

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

POUPANÇA DA CAIXA

CAIXA

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur)
Coordenação Geral de Política Urbana (CGPUR)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Diretoria de Geociências (DGC)
Departamento de Geografia (Degeo)

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Instituto de Economia (IE)
Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (Nesur)

CARACTERIZAÇÃO E TENDÊNCIAS DA REDE URBANA DO BRASIL

Volume 2

Estudos Básicos para Caracterização da Rede Urbana

Brasília
2002

ipea

IBGE

UNICAMP

POUPANÇA DA CAIXA

CAIXA

FINEP

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

AGRADECIMENTOS

A Coordenação-Geral da Pesquisa agradece as instituições, consultores e colaboradores que participaram deste estudo, bem como todos aqueles que contribuíram para sua publicação.

Diana Meirelles da Motta
Organizadora da Publicação

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Ministro
Martus Tavares

Secretário Executivo
Guilherme Dias

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)

Presidente
Roberto Borges Martins

Diretoria
Eustáquio J. Reis
Gustavo Maia Gomes
Hubimaier Cantuária Santiago
Luís Fernando Tironi
Murilo Lôbo
Ricardo Paes de Barros

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais e torna disponíveis, para a sociedade, elementos necessários ao conhecimento e à solução dos problemas econômicos e sociais do país. Inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro são formulados a partir dos estudos e pesquisas realizados pelas equipes de especialistas do IPEA.

A pesquisa que deu origem a esta série foi financiada pelo Banco Mundial, por intermédio do Contrato de Empréstimo Bird 3442-BR, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, por meio do Projeto PNUD BRA/92/028, e também pelo Projeto de Modernização do Setor Saneamento (PMSS), o qual ainda financiou parte dos trabalhos editoriais, juntamente com o Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas, Rede IPEA, Projeto PNUD BRA 97/013.

O PMSS é dirigido pelo Comitê de Direção do Projeto (CDP), integrado por representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (Sedu) e executado pela Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), vinculada ao Ipea.

Os estudos e pesquisas do Ipea, no âmbito do componente institucional do PMSS, são de responsabilidade da Coordenação-Geral de Política Urbana e da Coordenação-Geral de Política Regional, que compõem a Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur).

O IBGE, mediante acordo de cooperação técnica com o Ipea, participou da pesquisa ao longo de todas as suas etapas.

© 2000 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA
SBS, Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES, 3º andar, sala 327, Brasília, DF,
CEP 70076-900, fone: (61) 315-5374; fax: (61) 315-5314; e-mail: editbsb@ipea.gov.br
Home page: http://www.ipea.gov.br
Coordenação Editorial: SBS, Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES, 10º andar, Brasília, DF.
CEP 70076-900, fone: (61) 315-5374; fax: (61) 315-5314; e-mail: editbsb@ipea.gov.br
Serviço Editorial: Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 14º andar, Rio de Janeiro, RJ,
CEP 20020-010, fone: (21) 212-1140; fax: (21) 220-5533; e-mail: editrj@ipea.gov.br

É permitida a reprodução, exceto para fins comerciais, desde que citada a fonte.

CRÉDITOS EDITORIAIS

Supervisão editorial
Diana Meirelles da Motta

Coordenação editorial
Gislaine Maria da Silva
João Batista Vaz

Projeto gráfico
Celso Carramenha Linck (capa)
Hamilton Marcos Fernandes (miolo)

Preparação de texto
Cássio de Arantes Leite

Revisão técnica
Manoel Seabra e Odette Carvalho de Lima Seabra
Professores-doutores do departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo

Revisão de texto
Antonio Carlos Marques
Isabel Aparecida Gomes
Luicy Caetano

Revisão cartográfica
Celso Donizetti Talamoni
Teresa Cabral Jahnel

Editoração eletrônica
Globaltec Produções Gráficas

Produção de mapas e tratamento de imagens
Maps World Produções Gráficas
Mapa da Rede Urbana (capa) elaborado por Cláudio Egler

Apoio
Coordenação Editorial do Ipea
Fernando Luiz Araújo Sobrinho (assistente de pesquisa – Ipea)
Tatiana Rodrigues da Cunha (estagiária – Ipea)
Alessandra Souza Cardoso (estagiária – Ipea)
Renata de Cássia Almeida Custódio (estagiária – Ipea)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenação de Documentação e Biblioteca – Codob do Ipea, DF, Brasil)

Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil : estudos básicos para caracterização da rede urbana / IPEA, IBGE, UNICAMP. Brasília : IPEA, 2001.

v. 2: grafs., mapas, tabs.; 390 p.

Série de 6 volumes.

ISBN: 85-86170-35-6

1. Cidades 2. Rede urbana 3. Urbanização 4. Economia urbana 5. Política urbana
6. Aglomerações urbanas 7. Desenvolvimento urbano 8. Desenvolvimento regional
9. Municípios 10. Brasil I. IPEA II. IBGE III. UNICAMP

CDD 307.76

20ª ed.

Apresentação

Ao cumprir sua função de promover a realização de estudos e apoiar o governo brasileiro na formulação, avaliação e acompanhamento das políticas públicas, o Ipea coordenou, em parceria com o IBGE e o Nesur/IE da Unicamp, a execução de um amplo trabalho de pesquisa sobre a rede urbana do Brasil.

Este trabalho contou com a cooperação de várias outras entidades devidamente referidas no Prefácio deste volume. Trata-se de uma contribuição respaldada em extensivo esforço de pesquisa que, certamente, será utilizada na formulação de políticas urbanas, setoriais e territoriais, não somente do Governo Federal mas também dos Estados e Municípios.

Resgata-se, assim, um tema da maior relevância para a área urbana e regional. O Ipea, a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Financiadora de Estudos e Pesquisas (Finep), em estreita cooperação, divulgam a série que reúne os estudos sobre a rede urbana e cumprimenta todos os participantes deste trabalho.

Roberto Borges Martins
Presidente do Ipea

Valdery Frota de Albuquerque
Presidente da CEF

Mauro Marcondes Rodrigues
Presidente da Finep

Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil

Volume 2

Estudos Básicos para Caracterização da Rede Urbana

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação-Geral

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Coordenadora-Geral da Pesquisa - *Diana Meirelles da Motta*
Diretor de Estudos Regionais e Urbanos - *Gustavo Maia Gomes*
Diretor-Adjunto - *Ricardo R. de Araújo Lima*
Consultores - *Hamilton Tolosa; Cláudio Egler*

Estudo
Configuração e Dinâmica da Rede Urbana
Cláudio Egler

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Coordenador da Pesquisa - *Cesar Ajara*

Estudo
Regiões de Influência das Cidades
Marília Carvalho Carneiro (Coordenadora período 1993-97)
Luiz Alberto dos Reis Gonçalves (Coordenador período 1997-98)
Aurélia Lopes da Silva
Cleber de Azevedo Fernandes
Eliane Ribeiro da Silva
João Batista Ferreira de Mello
Luiz Carlos de Carvalho Ferreira
Maria Mônica Vieira Caetano O'Neill
Rogério Botelho de Mattos
Solange Cardoso Barros
Viviane Narducci Ferraz

Estudo
Aglomerações Urbanas para Fins Estatísticos
Maria Luisa Gomes Castello Branco

Estudo
Tipologia dos Municípios Brasileiros
Vera Maria d'Ávila Cavalcanti Bezerra (Coordenadora)
Ana Maria Fernandes da Costa

Núcleo de Economia Social Urbana e Regional (Nesur/IE/Unicamp)

Coordenador da Pesquisa - *Carlos Américo Pacheco*
Coordenadora da Pesquisa - *Áurea M. Queiroz Davanzo*
Coordenador do Nesur - *Rinaldo Barcia Fonseca*

Prefácio

Nas duas últimas décadas, o processo de urbanização no Brasil manteve-se acelerado e apresentou situações de grande diversidade e heterogeneidade no território nacional, destacando-se: a interiorização do fenômeno urbano; a acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica; o crescimento das cidades médias; a periferização dos centros urbanos; e a formação e consolidação de aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas. Esses fenômenos são resultantes do processo de reestruturação econômica em curso no país.

A elaboração de um quadro de referência baseado na compreensão da rede urbana brasileira, aqui entendida como "armadura" da estrutura socioespacial contemporânea, constitui importante subsídio à formulação de políticas territoriais de âmbito nacional, regional e municipal.

Ciente da necessidade de se formar uma base analítica para a formulação de políticas urbanas, a Coordenação-geral de Política Urbana do Ipea propôs a realização e coordenou o estudo *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, desenvolvido em rede nacional de instituições de pesquisa, em parceria com o Departamento de Geografia (Degeo) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Núcleo de Economia Social Urbana e Regional (Nesur) do Instituto de Economia (IE) da Universidade de Campinas (Unicamp), e com o apoio de diversas instituições.

O trabalho apresenta valiosa contribuição para o conhecimento da atual rede urbana do país, uma vez que o último estudo abrangente sobre esse tema data de 1984, tendo sido realizado, naquela ocasião, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU).

No estudo *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, buscou-se analisar a atual configuração e as tendências de evolução da rede urbana do país, enfocando as transformações ocorridas no processo de crescimento demográfico, funcional e espacial das cidades brasileiras, a fim de contribuir para a definição de estratégias de apoio à formulação e à execução da política urbana nacional, bem como subsidiar as políticas setoriais e territoriais.

A urbanização e o sistema urbano são considerados, no estudo, "síntese" de um longo processo de mudança territorial do país, no qual a dinâmica e as alternativas de localização das atividades econômicas têm importante papel indutor, entendendo-se a urbanização como parte integrante dessas determinações.

A hipótese central do estudo é a de que as tendências da urbanização brasileira e o sistema urbano do país incorporam as transformações espaciais da economia. Para tanto, procedeu-se à análise das transformações na dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro, explorando suas relações com a urbanização e a dinâmica demográfica do período recente, qualificando, dessa forma, os determinantes do processo de urbanização e do sistema urbano brasileiro.

A caracterização da economia regional evidencia o impacto da trajetória econômica regional sobre a estruturação da rede urbana e abrange a análise econômica, explicitando os desdobramentos espaciais decorrentes, bem como as razões desses desdobramentos, distinguindo áreas dinâmicas, áreas estagnadas e mudanças na base produtiva das regiões. A caracterização da rede urbana regional identifica as mudanças ocorridas na conformação do sistema urbano regional no período recente (décadas de 80 e 90), articulando essas alterações com as principais tendências do desenvolvimento econômico regional.

Tratou-se, também, das características do arranjo espacial da indústria e da agropecuária, nas décadas de 80 e 90, uma vez que são essas as atividades que, em grande parte, determinam as distintas trajetórias econômicas e urbanas regionais recentes, bem como as alterações nas formas de articulação comercial das regiões entre si e com o exterior. O argumento central desenvolvido é o de que, na década de 80, no contexto da crise econômica, o maior grau de abertura da economia brasileira estimulou uma forma distinta de articulação das economias regionais, com rebatimentos importantes sobre a urbanização e o sistema de cidades.

Além disso, as análises identificam as mudanças ocorridas na rede urbana do país, em especial nas redes urbanas regionais, nas décadas de 80 e 90. Tais análises incorporaram os seguintes estudos do IBGE: *Regiões de influência das cidades (Regic)*; *Tipologia dos municípios brasileiros*;

e *Aglomerações urbanas para fins estatísticos*. As análises também se valeram do estudo *A dinâmica espacial dos sistemas urbano-regionais no Brasil*, do consultor Cláudio Egler.

O estudo abrangeu três vertentes de análise. A primeira considera os processos econômicos gerais que estão na base da estruturação e do desenvolvimento da rede urbana do Brasil. A segunda leva em conta os processos econômicos regionais e seus desdobramentos na configuração e nas tendências da rede de cidades de cada uma das grandes regiões geográficas do país. A terceira refere-se à manifestação de processos característicos da tipologia da rede urbana – o tamanho, a função e a forma urbana –, enfocando essas manifestações seja para o país como um todo, seja para cada uma das grandes regiões geográficas.

Essas três vertentes de análise resultaram em quatro produtos referenciais básicos, que configuram a rede urbana do Brasil:

- as redes urbanas das grandes regiões;
- a hierarquia da rede urbana;
- os sistemas urbano-regionais; e
- o quadro de composição das aglomerações urbanas.

Realizado no período de dois anos e meio, o estudo foi desenvolvido em cinco etapas: referencial conceitual e metodológico; estudos preliminares de caracterização da rede urbana; estudos de caracterização da rede urbana; análise das transformações e tendências na configuração da rede urbana; e configuração atual e tendências da rede urbana.

O Nesur encarregou-se do conjunto de estudos sobre as transformações da rede urbana do Brasil, procedendo a uma análise atualizada das principais mudanças espaciais ocorridas na economia do país e das mudanças decorrentes na dinâmica das economias regionais, estudos esses que procuraram apreender os impactos dessas transformações sobre a configuração e as tendências da rede urbana brasileira.

O IBGE/Degeo desenvolveu o conjunto de estudos que inclui a atualização do trabalho sobre hierarquia urbana, rede de influências das cidades, aglomerações urbanas para fins estatísticos e tipologia dos municípios brasileiros.

Tais estudos compõem os seguintes relatórios parciais da pesquisa:

- relatório I: Metodologias e enfoques do estudo da rede urbana;
- relatório III: Hierarquização dos sistemas urbanos e de categorização de cidades;
- relatório V: Tipologia dos municípios brasileiros;
- relatório VII: Identificação dos sistemas urbano-regionais.

O consultor Cláudio Egler realizou os estudos referentes à configuração e à dinâmica atual da rede urbana, os quais integram os seguintes relatórios:

- relatório I: Mudanças recentes e perspectivas da urbanização em nível mundial e no Brasil;
- relatório II: Principais características da urbanização brasileira;
- relatório III: Dinâmica espacial dos sistemas urbano-regionais do Brasil.

O consultor Hamilton Tolosa, da Universidade Cândido Mendes, prestou inestimável apoio técnico ao Ipea durante todo o desenvolvimento dos trabalhos e elaborou, juntamente com Maria de Fátima Araújo, da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (Seade), os trabalhos sobre as metrópoles globais.

Os estudos desenvolvidos pelo Nesur apoiaram-se na organização de seis equipes de pesquisa, encarregadas da análise das economias regionais e da configuração e dinâmica das redes urbanas das grandes regiões geográficas brasileiras. Essas equipes mobilizaram especialistas em desenvolvimento urbano e regional, e também contaram com a colaboração de órgãos governamentais, universidades e instituições regionais de pesquisa[1].

O conjunto de estudos elaborados pelo Nesur compõe os seguintes relatórios:

- relatório II: Referencial conceitual e metodológico, e principais tendências do desenvolvimento regional brasileiro e suas implicações no sistema urbano do país;
- relatório IV: Evolução da rede urbana segundo metodologias e critérios econômicos de agregação dos espaços regionais;
- relatório VI: Caracterização da rede urbana (estudos regionais);
- relatório VIII: Síntese sobre a caracterização das redes urbanas regionais.

Cabe mencionar, ainda, a valiosa colaboração de instituições como a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), dentre outras, na realização deste trabalho[2].

Os resultados da pesquisa estão reunidos em seis volumes que integram a série *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*.

[1] A composição da equipe técnica e a relação das instituições colaboradoras constam das páginas de crédito dos livros desta série.

[2] Participaram também dos trabalhos a Fundação de Economia e Estatística (RS), a Secretaria de Desenvolvimento e Integração ao Mercosul (SC), a Universidade Federal de São Carlos (SP), a Universidade Federal do Espírito Santo (ES), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (RN), a Fundação Joaquim Nabuco (PE), o Centro de Pesquisa e Documentação da Universidade Federal de Uberlândia (MG) e o Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (ES).

O volume 1 – *Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana do Brasil* – apresenta os resultados finais dos estudos sobre a rede urbana brasileira. São discutidas as transformações recentes na rede urbana nas décadas de 80 e 90, enfocando, como ponto de partida, as principais transformações espaciais da economia e seus impactos no processo de urbanização e na própria rede urbana. São apresentados os resultados do trabalho, que consistem na classificação da rede urbana do Brasil, na identificação das aglomerações urbanas brasileiras e na configuração da dinâmica espacial dos sistemas urbano-regionais e, por fim, uma discussão sumária sobre São Paulo e Rio de Janeiro como metrópoles globais. É também apresentada uma síntese das tendências de desenvolvimento regional e as implicações para a formulação de políticas públicas.

O volume 2 – *Estudos Básicos para a Caracterização da Rede Urbana* – reúne os trabalhos desenvolvidos pelo IBGE sobre as regiões de influência das cidades, as aglomerações urbanas e a tipologia dos municípios brasileiros, bem como os estudos elaborados pelo consultor Cláudio Egler sobre a configuração e a dinâmica atual da rede urbana brasileira, incluindo as mudanças recentes, as perspectivas e as características da urbanização, e os sistemas urbano-regionais.

O volume 3 – *Desenvolvimento Regional e Estruturação da Rede Urbana* –, traz o referencial conceitual e metodológico do projeto. Nele são explicitadas as hipóteses sobre as principais tendências do desenvolvimento regional brasileiro e suas implicações para a estruturação do sistema urbano do país, com ênfase nas transformações ocorridas nos anos 80 e início da década de 90. São apresentados os termos de referências estabelecidos para o estudo das redes urbanas regionais, abrangendo as cinco regiões geográficas brasileiras. Esses estudos estiveram a cargo do Nesur/IE/Unicamp.

O volume 4 – *Redes Urbanas Regionais: Norte, Nordeste e Centro-oeste* (estudos parciais para a classificação da rede urbana) – refere-se aos relatórios que precederam e fundamentaram a classificação final da rede urbana do Brasil. O volume é introduzido pelas bases teóricas dos estudos regionais e contempla a seguinte orientação metodológica:

- Caracterização da economia regional – análise das mudanças nas bases produtivas regionais e dos impactos de suas trajetórias econômicas e de suas mudanças espaciais sobre a estruturação da rede urbana, explicitando, ainda, os desdobramentos decorrentes e apresentando as áreas dinâmicas, as áreas estagnadas e as tendências de evolução econômica e espacial, com base nas intenções de investimento futuro;
- Caracterização da rede urbana regional – identificação das mudanças ocorridas na conformação urbana no período recente (décadas de 80 e 90), articulando essas transformações às principais tendências do desenvolvimento econômico regional, e procedendo à classificação da rede urbana regional, segundo categorias definidas com base na descrição do perfil da rede, na caracterização das funções desempenhadas por seus principais centros urbanos e na indicação, prioritariamente para os níveis superiores, da qualificação da urbanização; e
- Mudanças econômicas e impactos sobre a rede urbana – identificação e análise das principais tendências da dinâmica regional e dos desdobramentos espaciais decorrentes do desempenho econômico recente, com ênfase nas novas espacialidades/territorialidades do processo de urbanização, considerando as tendências locacionais da atividade produtiva; dos processos de desconcentração e aglomeração induzidos pelas transformações espaciais da atividade produtiva; dos projetos de expansão da infra-estrutura e do balanço dos novos investimentos privados; e dos traços contemporâneos da urbanização.

O volume 4 trata, ainda, das questões relativas às transformações das redes urbanas regionais e aponta as principais implicações para as políticas de desenvolvimento urbano.

O volume 5 – *Redes Urbanas Regionais: Sudeste* (estudos parciais para a classificação da rede urbana) – refere-se, como o volume anterior, aos relatórios da pesquisa, os quais precederam e fundamentaram a classificação final da rede urbana do Brasil, e contempla as mesmas orientações metodológicas adotadas para a rede urbana das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste.

O volume 6 – *Redes Urbanas Regionais: Sul* (estudos parciais para a classificação da rede urbana) – refere-se ao relatório da pesquisa, que precedeu e fundamentou a classificação da rede urbana do Brasil, obedecendo às mesmas orientações metodológicas adotadas para a rede urbana das demais regiões pesquisadas.

Vale ressaltar ainda que a classificação da rede urbana das grandes regiões (volumes 4, 5 e 6) diz respeito aos estudos que subsidiaram a classificação da rede urbana do país. Na seqüência dos trabalhos, ao tomar as redes urbanas de cada uma das grandes regiões em seu conjunto, foram feitos os ajustes pertinentes nessa classificação, alterando-se a denominação das categorias urbanas e apresentando outra classificação para os centros urbanos. No entanto, os estudos sobre as redes urbanas das grandes regiões constituem produtos acabados, úteis para as grandes regiões e para os estados, uma vez que mostram a configuração e as tendências das redes urbanas regionais.

Acrescente-se que o estudo como um todo foi realizado no período 1997-99 e que as informações estão atualizadas, sempre que possível, em nota de rodapé, até a data desta publicação.

Este volume reúne os estudos do IBGE que apoiaram a elaboração do estudo *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, bem como os estudos realizados pelo

consultor Cláudio Egler no âmbito do trabalho e está organizado em quatro partes. A primeira parte apresenta o estudo *Regiões de Influência das Cidades*; a segunda trata das aglomerações urbanas para fins estatísticos; a terceira traz a tipologia dos municípios brasileiros; e a quarta parte a configuração e dinâmica da rede urbana do Brasil. Esta parte constitui-se de três capítulos e traz os estudos elaborados pelo consultor Cláudio Egler. O capítulo I examina as mudanças recentes e perspectivas da urbanização mundial e no Brasil; o capítulo II apresenta as principais características da urbanização brasileira; e o capítulo III identifica os sistemas urbano-regionais do país.

Diana Meirelles da Motta
Coordenadora-Geral de Política Urbana — CGPUR/Ipea

Ricardo Lima
Diretor-Adjunto da DIRUR/Ipea

Sumário

Lista de Tabelas **16**
Lista de Tabelas dos Anexos **17**
Lista de Quadros **18**
Lista de Quadros dos Anexos **19**
Lista de Figuras **20**
Lista de Cartogramas e Mapas **21**
Lista de Cartogramas e Mapas dos Anexos **22**
Lista de Siglas **25**
Referenciais da Rede Urbana do Brasil **27**

Parte I – Regiões de Influência das Cidades (Regic)
1 Introdução 33
2 Redes Geográficas 33
2.1 Uma Forma de Entender o Espaço 33
3 A Teoria dos Lugares Centrais 35
3.1 O Embasamento Teórico 35
4 Metodologia 38
4.1 A Operacionalização do Projeto Regic 38
5 Apresentação dos Resultados 43
5.1 Cartogramas e Quadros de Interações Espaciais 43
6 Considerações Finais 44

Referências Bibliográficas **45**

Anexos
1 Cartogramas e Quadros (Interações Espaciais e Níveis de Centralidade das Cidades Brasileiras com suas Respectivas Áreas de Influência) 47
2 Formulários 213

Parte II – Aglomerações Urbanas para Fins Estatísticos
1 Introdução 243
2 Metodologia Operacional 244
3 As Aglomerações Urbanas 245

Referências Bibliográficas **246**

Anexos (Cartogramas das Aglomerações Urbanas) **247**

Parte III – Tipologia dos Municípios Brasileiros: 1991
1 Introdução 305
2 Metodologia Operacional 311

Parte IV – Configuração e Dinâmica da Rede Urbana
Capítulo I – Urbanização Mundial e no Brasil: Mudanças Recentes e Perspectivas
1 Introdução 319
2 As Dimensões da Urbanização Mundial 319
2.1 A Distribuição da População Urbana 319
2.1.1 Os Efetivos da População Urbana em Escala Mundial 320
2.1.2 A Expansão do *semis* das Cidades 322
2.1.3 Das Cidades às Megacidades: a Metropolização do Mundo 324
3 Funcionamento, Economia e Gestão das Megacidades: Dinâmicas Recentes 326
3.1 Mutações Recentes nas Megacidades 326
3.1.1 A Evolução das Áreas Centrais 327
3.1.2 A Extensão dos Distritos de Negócios 327
3.1.3 O Processo de Periurbanização 328
3.1.4 Os Bairros Periféricos das Cidades do Mundo em Desenvolvimento 328
3.2 A Economia das Megacidades 329
3.2.1 A Produtividade das Grandes Aglomerações 329
3.2.2 Da Indústria ao Terciário Superior 331
3.3 Gestão e Funcionamento das Megacidades 332
3.3.1 Instituições de Gestão 332
3.3.2 A Gestão das Infra-estruturas 333
3.3.3 A Gestão da *Crise Urbana* 334
4 Redes e Hierarquias de Cidades: Evoluções Recentes 335
4.1 Os Sistemas de Cidades 337
4.1.1 A Teoria dos Lugares Centrais 337
4.1.2 A Especialização das Cidades 338
4.1.3 As Relações entre Cidade e Região 339
4.2 Dinâmicas Recentes dos Sistemas de Cidades 340
4.2.1 As Mutações do Sistema Produtivo 340
4.2.2 A Emergência de Nova hierarquia Urbana 340
4.2.3 Os Novos Modelos de Organização das Redes Urbanas 342
4.2.4 As Cidades Mundiais 342

Capítulo II – Principais Características da Urbanização Brasileira
1 Introdução 345
2 O Processo de Urbanização no Brasil 345
3 A Urbanização Acelerada e a Consolidação da Constelação Metropolitana 347
4 A Estrutura Produtiva e as Redes Nacionais 351
5 A Distribuição da Renda, do Emprego e da Pobreza Urbana 356

Capítulo III – Os Sistemas Urbano-regionais do Brasil
1 Introdução 359
2 A Rede Nacional e suas Estruturas Urbanas 361

3 Os Sistemas Urbano-regionais e suas Tendências 366
3.1 Belo Horizonte 367
3.2 Rio de Janeiro 367
3.3 São Paulo 367
3.4 Curitiba 367
3.5 Porto Alegre 367
3.6 Salvador 368
3.7 Recife 368
3.8 Fortaleza 368
3.9 Meio-Norte 368
3.10 Norte 369
3.11 Cuiabá 369
3.12 Brasília-Goiânia 369
4 Considerações Finais 370

Referências Bibliográficas 371

Anexos 377

Lista de Tabelas

Parte III – Tipologia dos Municípios Brasileiros: 1991

1 Número de Municípios por Classe de População Total (1991) 306
2 Brasil – Número de Municípios por Estado e Região (1987-91) 307
3 Brasil – Número e Porcentagem de Municípios por Estado e Região (1991) 308
4 Número de Municípios por Tipo (1991) 312
5 Número de Municípios e População Total por Tipo (sem RM) (1991) 313

Parte IV – Configuração e Dinâmica da Rede Urbana

1 Repartição Mundial da População Urbana (1990) 320
2 Os Grandes Países pelo Efetivo da População Urbana 321
3 Repartição Mundial das Cidades (1980) 322
4 Os Grandes Países pelo Número de Cidades (1980) 323
5 Repartição das Cidades com mais de 1 Milhão de Habitantes 324
6 População das Megacidades Mundiais para o Ano 2000 325
7 As Aglomerações mais Produtivas do Mundo Comparadas ao PIB de Países Selecionados 330
8 Crescimento das Seis Maiores Megacidades Mundiais (1980-90) 330
9 Proporção da População Ativa Empregada nos Ramos Industriais em Seis Megacidades Mundiais (1980-90) 331
10 Capitalização e Transações em Ações nas Principais Bolsas de Valores do Mundo 332

Lista de Tabelas dos Anexos

Parte IV – Configuração e Dinâmica da Rede Urbana

A.1 Brasil – Sistemas Urbano-regionais – Indicadores Básicos 379
A.2 Brasil – Sistemas Urbano-regionais – Indicadores Sociais (1991) 380
A.3 Brasil – Sistemas Urbano-regionais – Porcentagem de Municípios por Tipo, segundo o Regic 380
A.4 Brasil – Sistemas Urbano-regionais – Porcentagem de População Urbana por Tipo, segundo o Regic (1996) 381
A.5 Aglomerações e Centros, por Sistema Urbano (1996) 381
A.6.1 Centro-sul – Dados Básicos – Sistema Urbano de Belo Horizonte 384
A.6.2 Centro-sul – Dados Básicos – Sistema Urbano do Rio de Janeiro 385
A.6.3 Centro-sul – Dados Básicos – Sistema Urbano de São Paulo 385
A.6.4 Centro-sul – Dados Básicos – Sistema Urbano de Curitiba 386
A.6.5 Centro-sul – Dados Básicos – Sistema Urbano de Porto Alegre 386
A.6.6 Nordeste – Dados Básicos – Sistema Urbano de Salvador 387
A.6.7 Nordeste – Dados Básicos – Sistema Urbano de Recife 387
A.6.8 Nordeste – Dados Básicos – Sistema Urbano de Fortaleza 388
A.6.9 Meio-norte – Dados Básicos – Sistema Urbano 388
A.6.10 Centro-norte – Dados Básicos – Sistema Urbano de Brasília-Goiânia 389
A.6.11 Centro-norte – Dados Básicos – Sistema Urbano Norte 389
A.6.12 Centro-norte – Dados Básicos – Sistema Urbano de Cuiabá 390

Lista de Quadros

Parte I – Regiões de Influência das Cidades (Regic)
1 Exemplo Hipotético de Hierarquia Urbana e Funções Centrais 36
2 Bens e Serviços de Baixa Complexidade 38
3 Bens e Serviços de Média a Elevada Complexidade 38
4 Níveis de Centralidade das Cidades Brasileiras 42

Matrizes
Matriz 1 41
Matriz 1 invertida 41
Matriz 2 41
Matriz 2 invertida 41

Parte III – Tipologia dos Municípios Brasileiros: 1991
1 Tipologia Adotada e Tipos Definidos 312
2 Descrição dos Indicadores por Tipos de Município 313

Parte IV – Configuração e Dinâmica da Rede Urbana
Instituições de Gestão em Seis Megacidades 333

Lista de Quadros dos Anexos

Parte I – Regiões de Influência das Cidades (Regic)
São Paulo – Interações Espaciais e Níveis de Centralidade
A.1 Área de São Paulo (SP) 53
A.2 Área de Bauru (SP) 63
A.3 Área de Campinas (SP) 65
A.4 Área de Marília (SP) 69
A.5 Área de Presidente Prudente (SP) 72
A.6 Área de Ribeirão Preto (SP) 75
A.7 Área de São José do Rio Preto (SP) 79
A.8 Área de Manaus (AM) 83
A.9 Área de Belém (PA) 87
A.10 Área de São Luís (MA) 91
A.11 Área de Teresina (PI) 94
A.12 Área de Uberlândia (MG) 100
Rio de Janeiro – Interações Espaciais e Níveis de Centralidade
A.13 Área de Rio de Janeiro (RJ) 105
A.14 Área de Juiz de Fora (MG) 109
A.15 Área de Vitória (ES) 113
Belo Horizonte – Interações Espaciais e Níveis de Centralidade
A.16 Área de Belo Horizonte (MG) 117
Curitiba – Interações Espaciais e Níveis de Centralidade
A.17 Área de Curitiba (PR) 127
A.18 Área de Londrina (PR) 133
A.19 Área de Maringá (PR) 137
A.20 Área de Florianópolis (SC) 140
Porto Alegre – Interações Espaciais e Níveis de Centralidade
A.21 Área de Porto Alegre (RS) 147
A.22 Área de Passo Fundo (RS) 152
A.23 Área de Pelotas (RS) 156
A.24 Área de Santa Maria (RS) 158
Goiânia – Interações Espaciais e Níveis de Centralidade
A.25 Área de Goiânia (GO) 163
Brasília – Interações Espaciais e Níveis de Centralidade
A.26 Área de Brasília (DF) 173
Salvador – Interações Espaciais e Níveis de Centralidade
A.27 Área de Salvador (BA) 177
A.28 Área de Feira de Santana (BA) 184
Recife – Interações Espaciais e Níveis de Centralidade
A.29 Área de Recife (PE) 189
A.30 Área de Caruaru (PE) 197
A.31 Área de Campina Grande (PB) 200
A.32 Área de João Pessoa (PB) 203
Fortaleza – Interações Espaciais e Níveis de Centralidade
A.33 Área de Fortaleza (CE) 207

Lista de Figuras

Parte III – Tipologia dos Municípios Brasileiros: 1991

1 Brasil – Porcentagem Total de Municípios por Classe de População Total (1991) 306
2 Brasil – Porcentagem de Municípios por Classe de População Total (1991) 307
3 Brasil – Número de Municípios por Região (1991) 309
4 Brasil – Porcentagem de Municípios por Região (1991) 309
5 Brasil – Porcentagem de Municípios por Estado (1991) 310
6 Brasil – Porcentagem de Municípios por Tipo (1991) 314
7 Brasil – Porcentagem Total de Municípios por Tipo (1991) 314

Lista de Cartogramas e Mapas

Parte III – Tipologia dos Municípios Brasileiros: 1991
Brasil – Tipologia dos Municípios (1991) 315

Parte IV – Configuração e Dinâmica da Rede Urbana
1 Brasil – Expansão Urbana (1534-1930) 348
2 Brasil – Expansão Urbana (1930-1993) 349
3 Brasil – Densidade Demográfica (1996) 352
4 Brasil – Densidade da População Rural (1996) 353
5 Brasil – Crescimento da População Urbana (1980-91) 354
6 Brasil – Crescimento da População Urbana (1991-96) 355
7 Brasil – Serviços Urbanos: Abastecimento de Água (1991) 357
8 Brasil – Regiões Metropolitanas e Tipologia dos Municípios 358
9 Brasil – Sistemas Urbanos 360
10 Centro-Sul – Sistema Urbano 362
11 Nordeste – Sistema Urbano 363
12 Centro-Norte – Sistema Urbano 364
13 Brasil – Rede Urbana 365

Lista de Cartogramas e Mapas dos Anexos

Parte I – Regiões de Influência das Cidades (Regic)
A.1 Brasil – Níveis de Centralidade (1993) 49
São Paulo – Rede de Lugares Centrais e Área de Atuação
A.2 São Paulo (SP) 52
A.3 Bauru (SP) 62
A.4 Campinas (SP) 64
A.5 Marília (SP) 68
A.6 Presidente Prudente (SP) 71
A.7 Ribeirão Preto (SP) 74
A.8 São José do Rio Preto (SP) 78
A.9 Manaus (AM) 82
A.10 Belém (PA) 86
A.11 São Luís (MA) 90
A.12 Teresina (PI) 93
A.13 Uberlândia (MG) 99
Rio de Janeiro – Rede de Lugares Centrais e Área de Atuação
A.14 Rio de Janeiro (RJ) 104
A.15 Juiz de Fora (MG) 108
A.16 Vitória (ES) 112
Belo Horizonte – Rede de Lugares Centrais e Área de Atuação
A.17 Belo Horizonte (MG) 116
Curitiba – Rede de Lugares Centrais e Área de Atuação
A.18 Curitiba (PR) 126
A.19 Londrina (PR) 132
A.20 Maringá (PR) 136
A.21 Florianópolis (SC) 139
Porto Alegre – Rede de Lugares Centrais e Área de Atuação
A.22 Porto Alegre (RS) 146
A.23 Passo Fundo (RS) 151
A.24 Pelotas (RS) 155
A.25 Santa Maria (RS) 157
Goiânia – Rede de Lugares Centrais e Área de Atuação
A.26 Goiânia (GO) 162
Brasília – Rede de Lugares Centrais e Área de Atuação
A.27 Brasília (DF) 172
Salvador – Rede de Lugares Centrais e Área de Atuação
A.28 Salvador (BA) 176
A.29 Feira de Santana (BA) 183
Recife – Rede de Lugares Centrais e Área de Atuação
A.30 Recife (PE) 188
A.31 Caruaru (PE) 196
A.32 Campina Grande (PB) 199

A.33 João Pessoa (PB) 202
Fortaleza – Rede de Lugares Centrais e Área de Atuação
A.34 Fortaleza (CE) 206

Parte II – Aglomerações Urbanas para Fins Estatísticos
A.1 Região Metropolitana de São Paulo (SP) 249
A.2 Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ) 250
A.3 Região Metropolitana de Salvador (BA) 251
A.4 Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG) 252
A.5 Região Metropolitana de Fortaleza (CE) 253
A.6 Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (DF) 254
A.7 Região Metropolitana de Curitiba (PR) 255
A.8 Região Metropolitana de Recife (PE) 256
A.9 Região Metropolitana de Porto Alegre (RS) 257
A.10 Região Metropolitana de Belém (PA) 258
A.11 Região Metropolitana de Natal (RN) 259
A.12 Região Metropolitana de Londrina (PR) 260
A.13 Região Metropolitana da Baixada Santista (SP) 261
A.14 Região Metropolitana do Norte e Nordeste Catarinense (SC) 262
A.15 Região Metropolitana da Grande Vitória (ES) 263
A.16 Região Metropolitana de Florianópolis (SC) 264
A.17 Região Metropolitana de Maringá (PR) 265
A.18 Região Metropolitana do Vale do Itajaí (SC) 266
A.19 Região Metropolitana de Goiânia (GO) 267
A.20 Região Metropolitana de Campinas (SP) 268
A.21 Região Metropolitana de São Luís (MA) 269
A.22 Região Metropolitana de Maceió (AL) 270
A.23 Aglomeração de Teresina (PI) 271
A.24 Aglomeração de João Pessoa (PB) 272
A.25 Aglomeração de Ribeirão Preto (SP) 273
A.26 Aglomeração de São José dos Campos (SP) 274
A.27 Aglomeração de Cuiabá (MT) 275
A.28 Aglomeração de Sorocaba (SP) 276
A.29 Aglomeração de Aracaju (SE) 277
A.30 Aglomeração de Juiz de Fora (MG) 278
A.31 Aglomeração de São José do Rio Preto (SP) 279
A.32 Aglomeração de Caxias do Sul (RS) 280
A.33 Aglomeração de Pelotas/Rio Grande (RS) 281
A.34 Aglomeração de Piracicaba (SP) 282
A.35 Aglomeração de Jundiaí (SP) 283
A.36 Aglomeração de Petrópolis/Teresópolis (RJ) 284
A.37 Aglomeração de Ilhéus/Itabuna (BA) 285
A.38 Aglomeração de Volta Redonda/Barra Mansa (RJ) 286
A.39 Aglomeração de Caruaru (PE) 287
A.40 Aglomeração de Limeira (SP) 288
A.41 Aglomeração de Taubaté (SP) 289
A.42 Aglomeração de Cascavel (PR) 290
A.43 Aglomeração de Ipatinga/Coronel Fabriciano (MG) 291
A.44 Aglomeração de Petrolina (PE)/Juazeiro (BA) 292
A.45 Aglomeração de Americana/Santa Bárbara d'Oeste/Nova Odessa (SP) 293
A.46 Aglomeração de Crato/Juazeiro do Norte/Barbalha (CE) 294
A.47 Aglomeração de Criciúma (SC) 295
A.48 Aglomeração de Itajaí/Camboriú (SC) 296

A.49 Aglomeração de Itu (SP) 297
A.50 Aglomeração de Cabo Frio (RJ) 298
A.51 Aglomeração de Mogi-Mirim/Mogi-Guaçu (SP) 299
A.52 Aglomeração de Aparecida/Guaratinguetá (SP) 300
A.53 Aglomeração de João Monlevade/Itabira (MG) 301

Lista de Siglas

CBD – Central Business District
Degeo – Departamento de Geografia do IBGE
IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS – Imposto sobre Serviços
ONG – Organização Não-governamental
PEA – População Economicamente Ativa
PME – Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE)
Regic – Estudo Regiões de Influência das Cidades (IBGE)

Referenciais da Rede Urbana do Brasil

Introdução

O processo de desconcentração da economia brasileira, iniciado na década de 70, reforçou e tornou mais complexa a integração da rede urbana nacional, engendrando nova articulação entre as estruturas espaciais que a compõem. Os processos de integração produtiva e de articulação funcional entre regiões e/ou centros urbanos conformaram a existência de dois movimentos distintos, porém complementares. Por um lado, ampliaram-se e diversificaram-se as funções desempenhadas pelos centros urbanos, tornando-se mais complexas suas atividades. Por outro, ampliaram-se as demandas de articulação e integração entre eles. Esses movimentos configuram-se, simultaneamente, como reflexo e como suporte à desconcentração das atividades econômicas e à interiorização do desenvolvimento, com um padrão de urbanização restrito, até então, aos maiores centros urbanos nacionais. Assim, não só se verificou um crescimento populacional mais elevado nas antigas *periferias econômicas* nacionais e nos centros urbanos médios, ocasionando o espraiamento da urbanização, especialmente em direção ao Oeste – fenômeno contraposto à tendência anterior de localização da urbanização na faixa litorânea do território nacional –, como também diversas aglomerações urbanas surgiram e ampliaram seu papel na rede de cidades do país, tornando mais complexa a configuração da rede urbana nacional.

Como mais um fator explicativo da interiorização da urbanização, destaca-se o surgimento de nova dinâmica na agricultura, que emergiu em meados da década de 60 em alguns espaços rurais do país, com a internalização do setor produtor de meios de produção e a industrialização da agricultura. O marco do novo padrão agrícola foi a constituição do complexo agroindustrial brasileiro, como o momento mais avançado da modernização da agricultura. Essa teve como efeito relevante a intensificação da urbanização nas regiões de agricultura moderna, integrada a complexos agroindustriais, particularmente no Sudeste e Sul, bem como as transformações observadas no processo de ocupação das regiões Centro-oeste e Norte.

É importante ressaltar que a crise econômica dos anos 80 não se abateu homogeneamente sobre todas as regiões brasileiras, além do que a desconcentração produtiva criou espaços dinâmicos em pontos localizados do território nacional, reforçando as tendências à heterogeneidade inter-regional, num contexto de convergência das rendas *per capita* regionais. Esse processo vem agudizando-se pela forma como o país insere-se no mundo globalizado, uma vez que essa inserção se dá a partir da integração de alguns setores de atividade e de localidades específicas. Isso tem contribuído para reforçar as desigualdades regionais e romper os nexos econômicos de complementaridade – que foram fundamentais no padrão de crescimento das últimas décadas –, causando riscos de maior fragmentação da estrutura produtiva, com forte impacto sobre o desenvolvimento regional. Essa inserção subalterna no mercado global, num contexto de crise do Estado nacional e de inexistência de políticas industriais e regionais estruturantes, pode levar a um novo ciclo de reconcentração das atividades econômicas ou de especialização de espaços determinados, segundo fatores e vantagens já construídos e ali presentes.

Por outro lado, as áreas rurais também têm mudado de feição, com o surgimento, ou a ampliação, em regiões mais dinâmicas – especialmente no caso de São Paulo e de alguns estados do Sul e Sudeste –, de um conjunto de atividades e ocupações não-agrícolas, que colocam esses espaços em outro patamar de articulação com os centros urbanos, em que o rural não mais pode ser visto simplesmente como fornecedor de produtos primários para os centros urbanos.

Observa-se, assim, mesmo em pequenos centros urbanos, bem como no meio rural, uma parcela da população residente totalmente integrada – por meio dos circuitos de produção, comunicações e transportes – ao mais avançado padrão de consumo ofertado pelos grandes cen-

tros. Ao mesmo tempo, nos grandes e médios centros, existem significativos contingentes populacionais marginalizados do processo de modernização e geração de renda. Verifica-se, dessa forma, uma expressão nova do atual ciclo de acumulação, que produz uma face moderna, de alta renda e complexidade, e outra com características opostas.

Vale ainda mencionar a formação de novas espacialidades em todas as regiões brasileiras, especialmente na região Nordeste, associadas ao crescimento do setor de turismo, com localização principalmente no litoral. Observa-se que as novas atividades propiciadas pela expansão do turismo naquela região têm substituído ou proporcionado alternativas a antigas especializações econômicas, o que se verifica marcadamente no litoral sul da Bahia. Em vista dos requisitos de urbanização exigidos pelas novas atividades, as cidades envolvidas com o turismo tendem a apresentar altas taxas de crescimento, contribuindo para o adensamento da rede urbana regional.

Além desses fatos, a integração econômica ao Mercosul, com a conseqüente intensificação das relações comerciais do Brasil com países vizinhos, tem ampliado o papel de algumas cidades de fronteira, as quais vivem forte crescimento urbano, algumas delas já conurbadas com cidades daqueles países, gerando aglomerações urbanas de caráter internacional.

Embora bem distantes da configuração observada na estrutura da rede urbana do Sudeste e do Sul, pode-se afirmar que, em todas as regiões do país, as transformações econômicas recentes levaram a rede urbana brasileira a perder aos poucos sua forma essencialmente concentrada no litoral.

No caso do Centro-oeste, vale registrar que ainda se mantém a estrutura desigual da antiga ocupação, apesar da desconcentração econômica observada, com vastas extensões territoriais ainda não integradas ao processo de desenvolvimento econômico, paralelamente a expressivos contingentes populacionais que continuam mantidos à margem do novo padrão de urbanização.

Refletem-se, portanto, na atual estrutura da rede urbana brasileira as especificidades e diferenças de renda e produtividade que existem entre as regiões e os estados do país, assim como a dicotomia do processo de desenvolvimento que caracteriza historicamente a sociedade brasileira. Verifica-se uma rede urbana ainda em construção, tanto inter quanto intra-regionalmente, articulada por um número significativo de aglomerações e centros urbanos, dotados de equipamentos, infra-estrutura e serviços modernos e complexos, porém com periferias muito pobres. No âmbito intra-urbano, áreas de concentração de pobreza vêm marcando o perfil de crescimento especialmente das metrópoles nacionais, ao mesmo tempo em que nelas se concentram agentes e atividades de alta qualificação e rendimento, integrados a circuitos globalizados de acumulação, realçando, assim, o grave desequilíbrio do processo de urbanização da sociedade brasileira.

Configuração da Rede Urbana Brasileira

A análise da rede urbana brasileira permitiu sua configuração em quatro referenciais básicos: *Estudos regionais* (redes urbanas das grandes regiões); a hierarquia da rede pela classificação dos centros urbanos (seis categorias e 111 centros urbanos); os sistemas urbano-regionais (12 sistemas) e sua articulação em três estruturas urbanas; e as aglomerações urbanas (49 aglomerações)[1].

Para efeitos deste estudo, a rede urbana nacional compreende o conjunto das cidades que polarizam o território brasileiro e os fluxos de bens, pessoas e serviços que se estabelecem entre elas. Em uma visão simplificada, é formada por centros, com dimensões variadas, que estabelecem relações dinâmicas entre si como campos de forças de diferentes magnitudes. São essas interações que respondem não apenas pela atual conformação espacial da rede, mas também por sua evolução futura, cuja compreensão é fundamental para o estabelecimento de metas de políticas públicas de desenvolvimento.

A classificação da rede urbana brasileira foi desenvolvida com base em um conjunto de critérios e procedimentos articulados às tipologias de tamanho dos centros urbanos, ocupacional e de dependência funcional desses, bem como da forma urbana assumida pelos centros.

A configuração da rede urbana abrangeu quatro fases. Na primeira, que corresponde aos *Estudos regionais*, os critérios e indicadores utilizados foram: classificação dos centros urbanos das grandes regiões, incluindo tipologia de tamanho e tipologia funcional – posição dos centros urbanos a partir do estudo *Regiões de influência das cidades* (Regic), desenvolvido pelo IBGE; porcentagem da PEA urbana; total da população em 1980, 1991 e 1996; taxa de crescimento da população no período 1991-96; porcentagem de acréscimo da população nos períodos 1980-91 e 1991-96; densidade demográfica em 1996; e análise de agrupamento dos centros urbanos.

Além desses indicadores, como apoio à composição do Quadro de Composição das Aglomerações Urbanas, con-

[1] A classificação final da rede urbana brasileira consta dos Anexos da Parte I (Tabelas A.1 a A.5).

siderou-se, ainda: a presença de processo de conurbação e/ou periferização entre os centros; de espaços urbanos descontínuos quando apresentavam articulação econômica e complementaridade urbana; o tamanho populacional dos centros urbanos em 1991 e 1996; o crescimento do município-núcleo e da periferia nos períodos de 1980-91 e 1991-96; bem como indicadores referentes às peculiaridades regionais quanto à articulação entre centros urbanos.

Na fase subseqüente aos *Estudos regionais* – classificação da rede urbana –, para qualificar a posição dos centros urbanos, foram agregados outros indicadores, com o objetivo de identificar: o grau de importância dos centros urbanos como centros decisórios e suas relações com outros centros de âmbito internacional; presença nos centros urbanos de setores econômicos diferenciados e com elevado nível de articulação inter e intra-setorial, bem como o grau de diversificação do setor terciário e funções urbanas específicas (centro administrativo, turístico etc.).

A segunda fase do trabalho – Quadro de Classificação da Rede Urbana do Brasil – identificou seis categorias espaciais, sendo três de caráter metropolitano.

- Metrópoles globais, nacionais e regionais, integradas por 13 centros urbanos, que, à exceção de Manaus, constituem aglomerações urbanas, desenvolveram-se a partir de um núcleo constituído pela capital do estado, sendo Campinas a única exceção. Para esses estratos, identificou-se a ocorrência de complementaridade funcional entre os centros e as periferias. Tais centros exercem fortes funções polarizadoras, além da articulação espacial das aglomerações, sempre com algum grau de contigüidade, muitas vezes ao longo de eixos viários. Constatou-se também seu elevado padrão concentrador: as duas metrópoles globais, Rio de Janeiro e São Paulo, abrangem 17,3% da população total do país, distribuída em 60 municípios; nas sete metrópoles nacionais residem 13% do total da população brasileira, em 113 municípios e o Distrito Federal; as quatro metrópoles regionais abrigam 3,9% da população total do país em 28 municípios.
- Centros regionais, estrato intermediário da rede urbana que abrange 16 centros, sendo 13 de aglomerações urbanas não-metropolitanas. Algumas aglomerações urbanas são compostas de centros que, em alguns casos, dividem as funções polarizadoras com subcentros da própria aglomeração. A maioria das aglomerações urbanas nucleadas por centros regionais possui contigüidade espacial, formando um conjunto de cidades articuladas. Esses 16 centros regionais abarcam 7,7% da população brasileira, em 72 municípios.
- Centros sub-regionais 1 e 2 (CSR 1 e CSR 2), somando 82 centros urbanos (CSR 1, com 31 centros, e CSR 2, com 51 centros), polarizam apenas os municípios de seu entorno. Nos 31 CSR 1, residem 7,2% da população brasileira, em 85 municípios, e nos 51 CSR 2, residem 5,7% do total da população, em 82 municípios.

A distribuição espacial dos 111 principais centros urbanos mostra que existe concentração em duas das cinco grandes regiões brasileiras (Sudeste, com 39,6% desses centros, e Nordeste, com 23,4%). No Sul, estão concentrados 18,9% desses centros urbanos, no Norte, 10,8%, e, no Centro-oeste, 7,2%. É importante ressaltar que a classificação da rede urbana brasileira definida não inclui os centros urbanos com menos de 100 mil habitantes, os quais, de todo modo, foram considerados nas análises dos *Estudos regionais*.

A terceira fase do trabalho – Sistemas Urbano-regionais – compreendeu a organização dos sistemas territoriais a partir das metrópoles e centros regionais que compõem a rede urbana do Brasil e que possuem encadeamento funcional entre os diversos níveis de influência, seja recíproco, isto é, entre cidades do mesmo nível, seja hierárquico, dos níveis superiores de polarização para os inferiores. A identificação desses sistemas foi feita a partir de estudo específico de sua dinâmica espacial, com base no fluxo de pessoas, mercadorias e informações, distinguindo como sistemas os conjuntos mais articulados entre si, com contigüidade espacial e dependência funcional. Essas dimensões territoriais assumem diferentes características segundo: o ritmo da urbanização; o nível de adensamento da rede de cidades; o grau de complementaridade entre os centros urbanos que a compõem; e os níveis de desenvolvimento humano atingidos pelos habitantes das cidades que as integram, expressos nos indicadores de renda, alfabetização e acesso aos serviços urbanos básicos. Tais características permitem nova reagregação desses 12 sistemas urbanos regionais em três grandes estruturas articuladas e diferenciadas presentes no processo de urbanização nacional, quais sejam:

- a do Centro-sul, composta dos sistemas urbanos de Belo Horizonte (área de influência de Belo Horizonte), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Vitória), São Paulo (São Paulo, Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, Marília, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Uberlândia), Curitiba (Curitiba, Londrina, Maringá e Florianópolis), e Porto Alegre (Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Passo Fundo);
- a do Nordeste, composta dos sistemas urbanos do Meio-norte (áreas de influência de São Luís e Teresina), Fortaleza (Fortaleza), Recife (Recife, João Pessoa, Campina Grande e Caruaru), e Salvador (Salvador e Feira de Santana);
- a do Centro-norte, composta dos sistemas urbanos de Cuiabá (área de Influência de Cuiabá), Norte (Belém e Manaus), e Brasília-Goiânia (Brasília e Goiânia).

A quarta fase do trabalho – Quadro de Composição das Aglomerações Urbanas do Brasil – baseou-se no entendimento de que a grande maioria dos centros já não se res-

tringem a uma unidade espacial circunscrita aos seus limites político-administrativos, mas configura espacialidades integradas por mais de um município. Assim, as aglomerações urbanas correspondem à mancha de ocupação contínua entre pelo menos dois municípios (derivada de periferização ou conurbação), os quais apresentam intensos fluxos de relações intermunicipais, comutação diária, complementaridade funcional, integração socioeconômica decorrente de especialização, e complementação funcional das aglomerações urbanas que podem integrar municípios limítrofes próximos do município-núcleo da aglomeração, independentemente de continuidade de mancha, desde que mantenham fluxos perceptíveis de integração econômica e outras relações intermunicipais intensas.

Na rede urbana brasileira, foram identificadas 49 aglomerações urbanas, 12 classificadas em nível metropolitano.

PARTE I

Regiões de Influência das Cidades (Regic)

1 Introdução

O presente trabalho dá continuidade à linha de pesquisas sobre a rede urbana brasileira desenvolvida no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nesta Parte I, propõe-se a apresentar os fundamentos teórico-metodológicos e os resultados do último estudo sobre regiões de influência das cidades brasileiras, efetuado pelo Departamento de Geografia (Degeo) do IBGE.

Um dos marcos dessa pesquisa é a publicação, em 1972, do estudo *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*, cuja base de dados referia-se ao ano de 1966. Essa "pedra fundamental" indicava que, com o passar dos anos e a intensificação do processo de urbanização do Brasil, novos estudos deveriam ser realizados, permitindo comparações entre épocas distintas.

Passados mais de 10 anos daquele primeiro estudo, foram iniciados novos levantamentos com o objetivo de retratar o atual quadro da rede urbana brasileira, incorporando os efeitos de nosso territorialmente diverso processo histórico e da dinâmica de nossa sociedade. Assim, em 1987, é editada uma nova publicação do IBGE, *Regiões de influência das cidades*, como revisão daquela anterior, com pequenas alterações de cunho metodológico e com base de dados relativa ao ano de 1978.

A relevância desses estudos apresenta-se por suas possibilidades de subsidiar decisões quanto à localização de atividades econômicas e de geração de outros estudos que conduzam à compreensão das estruturas territoriais frutificadas pelos diferentes processos que ocorrem na sociedade.

Dando continuidade a essa linha de pesquisa, o Degeo do IBGE preparou nova versão do projeto Regiões de Influência das Cidades (Regic, 1993), com base de dados coletada durante o ano de 1993, agora trazida ao público.

2 Redes Geográficas

2.1 Uma Forma de Entender o Espaço

Na realidade, esta Parte I pode ser inserida na linha de estudos que trata das redes de relações espaciais, das hierarquias dos centros urbanos pertinentes a tais redes e das respectivas áreas de influência ou de atuação daqueles mesmos centros. O foco na temática das redes geográficas possibilita a exploração de um enorme campo. A construção de um conceito para o termo, que não cabe nos objetivos desta Parte, deve ser precedida das diversas visões sobre o mesmo, ao longo da história. Dias (1995, p. 143), ao falar sobre uma tentativa de conceituação, ressalta: "Contudo, apresentar aqui as primeiras contribuições sob a ótica do presente, a ótica do final do século 20, corresponderia ao uso de lentes profundamente deformadoras".

Com a utilização de um reducionismo e de uma simplificação que, entende-se, são convenientes e adequados a um trabalho desse porte, fica-se com o conceito de Kansky (1963, p. 1): "um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações" (*apud* Corrêa, 1997, p. 107).

A partir de tão simples definição, vista ou como conceito teórico, ou como noção utilizada pelos mais diversos atores sociais, pode-se imaginar uma infinidade de redes: redes urbanas, redes bancárias, redes estratégicas, redes de transportes, redes de organizações não-governamentais (ONG), redes de informações etc.

Para além dessa simples conceituação, é primordial perceber que as redes são instrumentos viabilizadores da circulação e da comunicação, e estas, por seu turno, têm fundamental destaque na organização do espaço. A organização espacial é revelada, por um lado, pelos elementos fixos – cidades, casas, fazendas, portos, indústrias etc. –, fruto do trabalho social dos homens. Por outro lado, o entendimento daquela organização é complementado pelos fluxos que estabelecem interações entre os mencionados elementos fixos, originando as redes.

Contudo, é necessário explicitar que o espaço está sujeito a fluxos de diferentes níveis, intensidades e sentidos, permitindo-se afirmar que o mesmo é coberto e (trans)formado por redes desiguais e simultâneas. Tais desigualdades entre os vários tipos de redes conduzem a um uso diferenciado daquelas ligações, por parte dos diversos agentes sociais.

Tais desigualdades, que alcançam e também diferenciam os agentes sociais, indicam a própria lógica contraditória da expansão do capitalismo, sendo então, este último, um dos grandes responsáveis pela forma de organização dos diversos tipos de redes. Para Corrêa (1993, p. 31),

> A divisão territorial do trabalho em escala crescentemente mundializada só é possível a partir de numerosas redes técnicas engendradas no bojo da expansão capitalista. Redes que se manifestam, sobretudo, em uma cada vez mais complexa rede urbana, cujos centros são, do ponto de vista funcional, simultaneamente especializados e hierarquizados, focos, portanto, de diversos fluxos. As cidades mundiais ou globais, sedes das grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas, constituem, no final de século XX, os epicentros de numerosas, complexas e desiguais redes que tornaram a organização espacial caleidoscopicamente fragmentada e globalizada. (*apud* Ribeiro, 1994, p. 9).

Segundo Raffestin (1993, p. 200), as redes que, de forma genérica, envolvem o movimento de seres e bens são denominadas "redes de circulação". Aquelas que envolvem a transferência de informações são as "redes de comunicação". Ainda de acordo com o mesmo autor, o par circulação-comunicação está presente em todo e qualquer "transporte", sendo a primeira, por englobar tudo aquilo que é mobilizável, mais geral que a segunda. As redes de circulação não são nem mesmo dissimuladas, já que é visível o fluxo de pessoas e bens, sobre uma previsível infra-estrutura.

Entretanto, qualquer que seja o tipo de movimentação, sempre se está em confronto com uma rede que, por seu turno, é fundamental na modelagem do quadro espaço-temporal, representado pelo próprio território. Tais redes não podem nunca ser vistas de forma estanque, separadas dos modos de produção, que garantem a mobilidade de seus fluxos. Como aqueles modos de produção contam com agentes geradores e controladores de fluxos, pode-se afirmar que tais agentes acabam por controlar alguns *locais-nós*, privilegiados no território, sendo responsáveis pelo desenho e traçado de diversas redes.

Miossec (1976, p. 170), outro autor que desenvolveu estudo sobre a mesma temática, distingue três diferentes tipos de redes: produção, distribuição ou difusão e decisão. A primeira delas – a de produção – é caracterizada, nos dias atuais, pela tendência ao desaparecimento, pela dissolução dos espaços nacionais, regionais, locais, espaços desarticulados e dependentes, concentrados mas não polarizados. Nas redes de produção, a localização é ligada à situação no que se refere às massas de mão-de-obra, de consumo, aos pontos de concentração e transbordo de carga e às vias de comunicação mundiais.

O autor afirma que as redes de decisão são constituídas por alguns pólos, não obrigatoriamente situados no centro da rede e, sobretudo, caracterizam-se por uma malha extremamente densa de linhas e de terminais de codificação e decodificação. Os mencionados pólos seriam locais privilegiados de interação, onde as enormes necessidades de estruturas técnicas, humanas, materiais e de informações estender-se-iam por um espaço horizontal.

Por último e propositadamente, Miossec (1976) especifica que as redes de distribuição ou difusão têm como referência mais adequada a rede de lugares centrais. Esta, por seu turno, preconiza uma hierarquia entre os centros que a compõem, caracterizando-se pelo oferecimento de bens e serviços em função das necessidades de consumo.

A rede de lugares centrais preconiza que quanto mais elementares e freqüentes forem as necessidades de bens e serviços, menores serão as distâncias percorridas na sua busca. Contudo, segundo Signoles (1973), quando assumem características de sofisticação e raridade ou escassez, podem ser responsáveis por deslocamentos de centenas de milhares de indivíduos, cobrindo um raio de milhões e milhões de quilômetros quadrados (*apud* Miossec, 1976, p. 170).

De acordo com Carneiro *et al.* (1994, p. 4-5),

> Esta rede [rede de lugares centrais], genericamente chamada de Lugares Centrais, seria um dos desenhos das redes geográficas existentes. Constitui, num dado momento, um agregado de pontos, os centros urbanos considerados, unidos por um caminho, direcionamento dos fluxos de pessoas à procura de bens e serviços e de informações, no meio de tantos outros momentos, outros pontos e tantas outras ramificações. Não obstante, achamos que é uma rede representativa de condições reais, mais relacionada à distribuição de mercadorias e serviços do que à produção propriamente e, principalmente, passível de ser concretamente estudada e operacionalizada.

Assim, o embasamento teórico para o desenvolvimento desta Parte foi buscado na teoria das localidades centrais. Contudo, cabe ressaltar o destaque a ser conferido à produção de informações específicas sobre os fluxos, ou seja, sobre os movimentos que ocorrem sobre o território, sempre impulsionados por relações sociais e, também, que o acervo de informações e dados estatísticos hoje existentes é ainda insuficiente para dar conta de todos os movimentos consolidados sobre infinitas redes e circuitos, sejam de que natureza forem tais movimentos (tradicionais/inovadores, planejados/espontâneos, permanentes/temporais, longa/curta duração, materiais/imateriais etc.). Apesar disso, tais redes são estabelecidas ligando, com maior ou menor intensidade, os diferentes pontos (fixos) existentes sobre o território. Esse movimento – fluxos entre fixos – torna possível multiplicar os locais de produção e de distribuição e, simultaneamente, concentra os lugares de decisão em alguns *locais-nós*, privilegiados no território. Desde já, é possível afirmar que é através de complexas redes de cidades, contendo centros que se articulam pelas funções que oferecem e, ainda, com tendência à hierarquização e/ou especialização, que fluxos de diferentes naturezas, intensidades e direções se realizam sobre o território.

Finalmente, deve-se ressaltar que, às interações espaciais, é possível agregar informações de caráter demográfico e condicionantes econômicos, dentre outras, ensejando análises particularizadas dos diversos centros e de suas respectivas áreas de influência, como forma de fornecer maiores subsídios ao planejamento e à gestão do território.

3 A Teoria dos Lugares Centrais

3.1 O Embasamento Teórico

Dentre os estudos sobre redes urbanas, a maioria refere-se à hierarquia existente entre as cidades. Tais estudos enfocam o número de cidades, suas dimensões, sua distribuição espacial e, principalmente, a natureza das diferenças entre as mesmas.

Richard Cantillon, banqueiro francês, produziu, em 1755, aquela que é considerada a primeira teoria sobre a hierarquia urbana, num trabalho que objetivava a racionalização, no tempo e no espaço, de seus negócios.

O engenheiro León Lalanne, também francês, produziu, em 1893, estudo sobre a organização de malha ferroviária, na qual os entroncamentos ocorridos em diversas cidades acabam por impor-lhes uma classificação hierárquica.

Estudos de mesma natureza intensificam-se após a Primeira Guerra Mundial, tal como se fora uma "conscientização" do capitalismo quanto à cristalização de uma economia mundial, através da produção, circulação e consumo, que ocorre via redes urbanas. A teoria das localidades centrais, elaborada pelo alemão Walter Christaller, em 1933, talvez seja a mais famosa e difundida a respeito da hierarquia urbana. Segundo sua proposição, existiriam elementos reguladores sobre número, tamanho e distribuição das cidades. Independente de seus respectivos tamanhos, todo núcleo de povoamento é considerado uma localidade central, equipado de funções centrais. Essas funções seriam as de distribuição de bens e serviços para a população externa à localidade, residente em sua área de mercado ou região de influência. A centralidade de uma localidade seria dada pela importância dos bens e serviços – funções centrais – oferecidos. Quanto maior fosse o número de suas funções, maior seria a centralidade, sua área de influência e o número de pessoas por ela atendido (Christaller, 1966).

Outras das proposições implícitas em Christaller são o alcance espacial máximo (*maximum range*) e o alcance espacial mínimo (*minimum range threshold*). O primeiro diz respeito a uma área determinada por um raio, a partir da localidade central, dentro da qual a população dirige-se à localidade, na busca de consumo de bens e serviços. A população externa a essa área, em função dos maiores custos com transportes, deslocar-se-ia para outras localidades mais próximas, na busca de consumo. Essa primeira área constituiria, então, a região complementar de uma dada localidade central.

O segundo conceito, o de alcance espacial mínimo, referia-se à área do entorno de uma localidade central, que disporia do número mínimo necessário de consumidores que possibilitasse, economicamente, a instalação de uma atividade de oferecimento de bens ou de serviços, ou seja, de uma função central.

A partir dessas proposições, fica estabelecida uma diferenciação na oferta de bens e serviços. Quando uma função central fosse de consumo freqüente, poucos consumidores seriam suficientes para proporcionar sua viabilidade econômica. Assim, ela necessitaria de reduzido alcance espacial mínimo e, além disso, também seria reduzido seu alcance espacial máximo, uma vez que, dada a oferta generalizada, em outros centros, dessa mesma função central, haveria impeditivos relativos aos custos com transportes para o deslocamento na busca de tal função.

Já em relação aos bens e serviços de menor freqüência de consumo, seria necessário maior alcance espacial mínimo, tendo em vista que maior seria o número de con-

sumidores exigidos à sua viabilidade econômica, sendo, portanto, também mais ampla a área que conteria tal população. Dada a periodicidade de sua freqüência de consumo, tais funções centrais suportariam maiores custos com transportes, possibilitando, por esse motivo, a existência de maior alcance espacial máximo. Por esses motivos, seriam poucas as localidades centrais a oferecerem tais funções e maiores seriam as distâncias entre elas.

Dada essa diferenciação na oferta de bens e serviços, fica estabelecida uma hierarquia entre as localidades centrais. No Quadro 1, a seguir, indica-se uma hipotética hierarquia urbana, utilizando-se denominações que, com freqüência, são empregadas em relação às localidades centrais.

Da observação do Quadro 1, verifica-se a natureza da hierarquia urbana, oriunda das proposições de Christaller (1966). O escalonamento é derivado das funções características de determinado patamar de centros. Veja que a metrópole regional oferece a totalidade das funções centrais, e as de tipo *a*, *b*, *c* e *d* somente nela estão disponíveis. Tais bens ou serviços são de menor freqüência de consumo, justificando maiores deslocamentos e, portanto, apresentando maiores alcances espaciais máximos. Seguindo para os patamares inferiores, verifica-se que, quanto mais baixo for o nível hierárquico da localidade, menor será sua oferta de funções centrais. Na base da hierarquia, o centro local oferece somente bens e serviços de consumo muito freqüentes que, como já citado, possuem menores alcances espaciais máximo e mínimo.

Pode-se concluir então que, segundo a teoria das localidades centrais, o centro de nível hierárquico mais elevado é dotado de maior área de influência, na qual estaria contida a própria região de influência do centro de patamar imediatamente inferior ao seu. Esta última região – que no quadro apresentado se referia à área de atuação ou de influência da capital regional – conteria a área de influência do centro imediatamente abaixo – centro sub-regional –, desenhando-se uma hierarquia segundo a qual, de forma sistemática, os patamares mais baixos são englobados pelos de níveis imediatamente superiores.

A conclusão acima induz a dois outros aspectos sobre a natureza da hierarquia urbana. O primeiro deles é que quão maior for o nível hierárquico de um centro, mais distanciado ele estará de um outro de mesmo nível e, portanto, menor será a quantidade de centros de mesmo patamar. Além disso, observe-se ainda que quanto maior o nível hierárquico do centro, maior será sua área de influência e maior será a população por ele atendida em suas necessidades de consumo de bens e serviços.

O segundo aspecto diz respeito à relação entre o nível hierárquico e as funções urbanas: a oferta das últimas é maior quanto mais alta for a hierarquia do centro, possibilitando, neste, a existência de população maior e de maior número de empregos.

Além das mencionadas proposições, Christaller (1966) ainda enuncia modelos de arranjos espaciais para as redes urbanas, baseados em três princípios: de mercado, de transporte e administrativo. Esses princípios referir-se-iam à maneira pela qual a rede de localidades centrais seria estruturada.

A primeira possibilidade de estruturação – princípio de mercado – preconiza que, para cada centro de um dado nível hierárquico, haveria três outros centros de nível imediatamente inferior. Segundo esse princípio, seria constituída uma rede com o menor número de centros. Já segundo o princípio dos transportes, haveria uma minimização do número de vias disponíveis para circulação e os principais centros iriam alinhar-se ao longo daquelas mesmas vias. Nesse caso, o número de centros de uma dada rede seria maior que no princípio de mercado e, aqui, a cada centro de um determinado nível hierárquico, haveria quatro outros de nível imediatamente inferior. Finalmente, no princípio administrativo, o multiplicador é sete (nos anteriores eram, respectivamente, três e quatro) e não existiria a superposição de áreas de influência, como ocorreria nas proposições anteriores. Não é pretensão aqui aprofundar a análise sobre tais princípios, porque seu único objetivo é apresentar uma das possíveis redes urbanas brasileiras, estruturada de acordo com o ofe-

QUADRO 1
EXEMPLO HIPOTÉTICO DE HIERARQUIA URBANA E FUNÇÕES CENTRAIS

Centros	Funções Centrais				
Metrópole regional	abcd	efgh	ijkl	mnop	qrst
Capital regional		efgh	ijkl	mnop	qrst
Centro sub-regional			ijkl	mnop	qrst
Centro de zona				mnop	qrst
Centro local					qrst

Fonte: Corrêa (1989, p. 23).

recimento/consumo de bens e serviços. Ainda que não se considerem como estéreis as discussões sobre o formato geométrico ou dos arranjos espaciais das redes urbanas, é de primordial importância destacar os processos sociais que possibilitam essa ou aquela estruturação de uma dada rede. Assim, reafirma-se que forma e processo devem estar lado a lado no estudo sobre redes geográficas.

Esses são os principais pressupostos da teoria das localidades centrais, tais como Christaller (1966) os formulou. Porém, dessa teoria ao mundo real, surgem variações que são objeto de estudo de diversos autores e, dentre eles, o próprio Christaller antecipou algumas delas. Cabe lembrar que seu trabalho referia-se à porção meridional da Alemanha e foi publicado nos anos 30. Assim, tais variações aparecem como decorrência de elementos que, na realidade, não são constantes e uniformes, como, por exemplo, estrutura demográfica, renda, padrões culturais, dinâmica regional etc.

Nos anos 60 e 70, a teoria das localidades centrais é incorporada pela "Nova Geografia", de marcante cunho positivista. Contudo, é nessa mesma época que surgem contribuições críticas à teoria. No Brasil, Roberto Lobato Corrêa destaca-se como um dos autores que lançam idéias críticas e renovadoras sobre a teoria dos lugares centrais. Por seu conteúdo, é válido indicar alguns dos pontos inovadores que devem ser objeto de reflexão e estudos.

Em primeiro lugar, há de se ter a compreensão de que, sob o modo de produção capitalista, produção, distribuição e consumo desempenham papel de destaque na organização da sociedade e do espaço. Segundo Corrêa (1997, p. 18-19):

> Neste processo de articulação e integração, sob domínio da produção capitalista, crescente e diversificada, os mecanismos econômicos de alcance espacial máximo e mínimo e de economias de aglomeração adquirem um significado novo que é o da própria acumulação capitalista e geram uma diferenciação hierárquica entre todos os centros de uma rede de distribuição.

Mais que isso, ainda segundo o mesmo autor (1997, p. 21):

Isto significa que o processo de acumulação capitalista, fundamentado na produção industrial e no trabalho assalariado, tem uma dimensão espacial e esta tem como um de seus lugares a rede de localidades centrais tanto em nível regional como intra-urbano.

Seguindo ainda a releitura da teoria das localidades centrais, deve-se lançar um olhar sobre a diferenciação de consumo entre as diferentes camadas sociais, traduzida também em diferentes arranjos espaciais, dentro de complexas hierarquias de localidades centrais. Santos (1989) refere-se aos "circuitos superior e inferior"* da economia e às suas diferentes projeções espaciais. Esses dois planos em que se divide a rede de localidades centrais apontam para a diferenciação de consumo entre os grupos sociais e, ao mesmo tempo, para um diferente comportamento espacial dentro do mesmo espaço de coexistência, como ocorre na própria reprodução do modo de produção capitalista. Assim, verifica-se que a rede de localidades centrais constitui-se num meio do qual se utiliza o processo de acumulação capitalista e no qual se reproduz a diferenciação de classes sociais.

A respeito dos já citados arranjos espaciais propostos por Christaller (1966), e somando-se a eles aqueles outros citados por Corrêa (1997, p. 29) – *redes dendríticas, primate system, feeder system, top-heavy system, sistema hierárquico imperfeito etc.* –, deve-se entendê-los como reveladores das diferentes formas de penetração do capitalismo. Este, com suas intrínsecas desigualdades, acaba por gerar diferentes padrões de, por exemplo, densidade populacional, nível e distribuição da renda, tendo, como conseqüência, a formação de diferentes arranjos espaciais. Para além das proposições, descobertas e descrições de formas geométricas ou de diversos arranjos, deve-se atentar para o fato de que, por trás deles, existem diferentes relações entre sociedade, sua história e o espaço, provocadas por também diferentes formas de penetração do capitalismo.

Outra discussão sobre a teoria de Christaller (1966) refere-se ao argumento de que seus pressupostos estariam assentados no capitalismo concorrencial, atualmente superado. De fato, o capitalismo monopolista (sobre o qual Christaller não refletiu já que também não o vivenciou) traz consigo uma progressiva diminuição da importância e, até mesmo, da quantidade de localidades centrais de mais baixo nível hierárquico. Contudo, segundo Corrêa (1997, p. 35), arranjos estruturais e espaciais, como os da fase concorrencial, podem emergir sob o capitalismo monopolista, como ocorreu no Brasil, em áreas povoadas após 1960. Ainda segundo o mesmo autor, é possível que, diante da nova situação, parte das demandas esteja vinculada ao "circuito inferior" da economia, enquanto outras, ligadas ao "circuito superior", e também ao grande capital, são atendidas por fluxos de longa distância, utilizando-se dos fixos de maior centralidade da rede.

De todas as formas, a utilização da teoria das localidades centrais e as diversas tentativas de sua recuperação, segundo uma visão crítica, são de capital importân-

* O circuito superior resulta da modernização tecnológica, enquanto o inferior deriva, indiretamente, da mesma modernização e está voltado aos indivíduos que pouco ou nada se beneficiam da mesma. O primeiro dos circuitos tem como clientela as classes ricas e expressiva parcela das classes médias, as quais também utilizam o circuito inferior, interligando um ao outro.

cia para a Geografia, por suas relações com a organização espacial da distribuição de bens e serviços – e, em decorrência, de uma face da produção e de sua projeção espacial – e, final e conseqüentemente, por tratar-se ainda de uma parte da totalidade social. Desse modo, ela é uma contribuição com vistas a melhor compreender as diferentes formas de organização espacial da sociedade.

Após a breve abordagem conceitual sobre redes geográficas e, de forma mais específica, sobre a rede de lugares centrais, cabe verificar a adequação da teoria à prática e a operacionalização de conceitos concretizada no projeto Regic.

4 Metodologia

4.1 A Operacionalização do Projeto Regic

A partir daquele citado pressuposto teórico, buscou-se a definição de um conjunto de funções – funções centrais – que possibilitassem refletir sobre os diferentes níveis de centralidade das cidades brasileiras, utilizando-se informações dos censos de comércio e de serviços – referentes a 1985 e também realizados pelo IBGE –, e outros trabalhos que acrescentassem dados complementares, necessários à construção da estrutura funcional das cidades. Assim, foram definidas 46 funções centrais (bens e serviços), raras ou freqüentes, que se constituíram na base de investigação. Daquelas funções centrais, 14 foram consideradas de baixa complexidade e freqüentes nas cidades de hierarquia mais baixa ou de menor nível de centralidade. Outras 30 funções foram consideradas geradoras de fluxos de média a elevada complexidade e definidoras de hierarquias/centralidades mais elevadas que aquelas primeiras. As duas funções restantes representam os fluxos relativos à busca dos serviços de informação. Os Quadros 2 e 3, a seguir, listam os bens e serviços sobre os quais foi feita a pesquisa dos fluxos de consumo.

Como citado anteriormente, os fluxos referentes aos serviços de informação – origem de jornais diários e de emissão de sinais radiofônicos AM ou FM – também foram investigados, sem, contudo, integrarem o conjunto de funções centrais definidor do nível hierárquico das cidades brasileiras. A pesquisa relativa a tais serviços tinha como objeto os possíveis futuros desdobramentos do projeto Regic, no que diz respeito a fluxos e centralidades especializados.

QUADRO 2
BENS E SERVIÇOS DE BAIXA COMPLEXIDADE

101	Produtos para Agricultura e Pecuária (sacaria, arame farpado, inseticidas e ferramentas agrícolas)
102	Ferragens e Louças em Geral 105Móveis e Estofados
103	Aparelhos Eletrodomésticos em Geral
104	Filmes Fotográficos e Serviços de Revelação
105	Móveis e Estofados
106	Automóveis Novos
107	Óculos com Receita Médica
108	Hospital Geral (público ou particular)
109	Laboratórios de Análises Clínicas (pertencentes ou não a hospitais)
110	Cirurgiões Dentistas
111	Agências Bancárias
112	Serviços Gráficos (impressos em geral)
113	Serviços de Contabilidade
114	Serviços de Advocacia

QUADRO 3
BENS E SERVIÇOS DE MÉDIA A ELEVADA COMPLEXIDADE

201	Tratores, Arados Mecânicos e seus Acessórios
202	Caminhões Novos
203	Aviões de Pequeno Porte
204	Motores e Bombas Hidráulicas em Geral
205	Serviços Autorizados de Eletroeletrônicos (conserto videocassetes, aparelhos de som, filmadoras e fornos de microondas)
206	Persianas, Cortinas e Tapetes
207	Prataria, Cristais e Objetos de Decoração
208	Artigos Importados (perfumes, bebidas e eletroeletrônicos)
209	Instrumentos Musicais
210	Móveis para Escritório
211	Máquinas de Escrever (manual, elétrica e eletrônica)
212	Computadores, Microcomputadores e Periféricos
213	Médico Pediatra
214	Médico Oftalmologista
215	Médico Cardiologista
216	Médico Oncologista e/ou Médico Nefrologista
217	Cirurgias Especializadas (de olhos, cardiovasculares, neurocirurgias e transplantes)
218	Serviços Especializados de Saúde (tomografia computadorizada, medicina nuclear e hemodiálise)

Continua

QUADRO 3
BENS E SERVIÇOS DE MÉDIA A ELEVADA COMPLEXIDADE
Conclusão

219	Equipamentos e Instrumentos Médico-cirúrgicos
220	Serviços de Ortodontia
221	Material e Equipamentos para Dentistas
222	Oxigênio para Hospitais
223	Instrumentos Óticos de Precisão (binóculos, lupas, microscópios, lunetas, dentre outros)
224	Agências de Turismo (incluindo compra e venda de passagens aéreas e terrestres)
225	Escritórios e Agências de Publicidade (não incluindo serviços de propaganda volante e de alto-falantes)
226	Serviços de Engenharia (não incluindo reformas e construções residenciais)
227	Escritórios de Consultoria e Planejamento
228	Cursos de Nível Superior (terceiro grau)
229	Cursos de Pós-graduação (somente mestrado e doutorado)
230	Livros Técnicos e/ou Importados

Além das funções a serem consideradas, o projeto Regic estabeleceu parâmetros para a inclusão das cidades na pesquisa. Não havia sentido em estendê-la à totalidade de municípios brasileiros, uma vez que nem todos eles são dotados de centralidade mínima, capaz de justificar fluxos de busca de bens e serviços oriundos de outros centros. Dessa forma, os critérios empregados para a seleção de municípios dotados de centralidade mínima foram:

- Municípios dotados de, pelo menos, três das seguintes características (com base em informações levantadas pela pesquisa *Informações Básicas Municipais – IBM/1989*, produzidas pelo IBGE):
  a) ser sede de comarca;
  b) contar com agência bancária;
  c) dispor de médico residente na cidade; e/ou
  d) dispor de emissora de rádio AM.
- Municípios não selecionados pelo critério acima exposto, mas que possuíssem população total superior a 20 mil habitantes, segundo a *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico – 1991* (IBGE).

Atingiu-se, então, segundo tais critérios, um grupamento de 2.106 centros, num universo de 4.495 municípios brasileiros existentes à época da pesquisa de campo.

Cabe ressalvar ainda que alguns municípios, por contarem com um recobrimento que envolvia mais de uma agência de coleta do IBGE – unidades locais que realizam as mais diversas coletas de dados socioeconômicos –, como explicitado adiante, foram excluídos da pesquisa de informações. São eles: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Brasília.

Antes de a pesquisa ser levada a campo, foi realizado um teste, em Governador Valadares (MG), em outubro de 1992. Tal experimento foi fundamental para definir o questionário de coleta de dados – apresentado nos Anexos – e a estratégia de treinamento dos pesquisadores, tendo em vista tratar-se de trabalho de caráter não-sistemático daquelas mencionadas unidades.

O levantamento de campo, realizado nos meses de outubro e novembro de 1993, foi executado pelas agências de coleta do IBGE, cabendo a cada município investigado o preenchimento de um único questionário. Neste, seriam anotados os direcionamentos de busca da gama de funções presentes no município selecionado, revelando os municípios de origem ou destino dos fluxos de pessoas à procura de consumo de bens e/ou serviços.

Cabe frisar que o corpo técnico do IBGE lotado em agências de coleta, pela experiência adquirida ao longo do tempo no preenchimento dos mais diversos tipos de levantamentos, detém um conhecimento agregado sobre a realidade espacial do município. Por esse mesmo motivo, aquelas nove cidades anteriormente citadas foram isentas do preenchimento do questionário. Nelas, o IBGE possuía mais de uma agência de coleta, não permitindo aquele mencionado conhecimento sobre a totalidade do município, senão sobre parcelas do mesmo, de acordo com a área de atuação de cada agência. De toda forma, isso não representou risco à validade da pesquisa, uma vez que aqueles mesmos municípios apareceriam citados pelos demais investigados, possibilitando a definição de suas características funcionais.

Basicamente, o questionário de pesquisa continha duas indagações:

- indique os municípios de procedência das pessoas que usualmente procuram esta sede municipal para comprar os produtos e utilizar os serviços relacionados a seguir; e
- indique as cidades onde os moradores deste município vão usualmente comprar os produtos e utilizar os serviços relacionados a seguir, mesmo que sejam encontrados nesta sede municipal.

Em razão da variada gama de produtos e serviços sob investigação, o técnico do IBGE, em caso de insegurança quanto ao seu citado conhecimento agregado, tinha plena liberdade de recorrer à sua própria rede usual de informantes (prefeituras, associações comerciais, cartórios etc.)

Concluído o trabalho investigativo de campo, deu-se início à elaboração das matrizes descritivas dos relacio-

namentos espaciais, distinguindo-se quatro tipos, a saber:

- matriz 1: registra a procedência das pessoas para o atendimento de suas necessidades por bens e serviços de pouca complexidade, definidores da área de influência mais imediata de um dado centro;
- matriz 1 invertida: registra o destino das pessoas de um dado município, na procura de bens e serviços de pouca complexidade, permitindo o fechamento do sistema de relacionamentos para a primeira parte do questionário (bens e serviços de baixa complexidade);
- matriz 2: registra o destino das pessoas de um dado município, na procura por bens e serviços de média a elevada complexidade, também permitindo o fechamento do sistema de relacionamentos para a segunda parte do questionário; e
- matriz 2 invertida: registra a procedência das pessoas para o atendimento de suas necessidades por bens e serviços de média a elevada complexidade, complementando a área de influência de um dado município.

É válido frisar novamente que a agregação das matrizes um e dois invertida define, de maneira global, os relacionamentos e a área de influência de um dado município.

Os quatro exemplos de matrizes citadas referem-se à cidade de Morrinhos (GO). Como se pode observar, a matriz contém um cabeçalho explicativo sobre seu próprio tipo. Em seguida, aparecem o nome do município investigado e seu correspondente código numérico, no cadastro do IBGE. Nas linhas seguintes, aparecem os municípios que se relacionam com aquele primeiro, seus códigos numéricos, a quantidade de fluxos e os itens de bens e serviços procurados. Finalmente, na última linha, é indicado o somatório dos fluxos.

Além dos tipos apresentados, foram ainda elaboradas mais quatro matrizes – três, três invertida, quatro e quatro invertida – relativas aos fluxos de busca de serviços de informação: centros emissores de jornais diários e transmissores de programas radiofônicos.

Toda essa massa de dados, descritivos dos relacionamentos espaciais, possibilita uma utilização flexível, permitindo diferentes usos e análises, em diferentes escalas, quer para a totalidade de funções consideradas, quer para itens específicos.

As citadas matrizes foram a base do trabalho desenvolvido pela equipe técnica do projeto Regic. Num primeiro momento, as informações nelas contidas serviram para análises de centros selecionados de *per si*, ou seja, considerando todos os fluxos, agrupados em classes de intensidade de relacionamentos, e para o respectivo mapeamento de suas áreas de influência/atuação. Num outro momento, as mesmas matrizes foram utilizadas para a construção da rede de lugares centrais e de um quadro classificatório, considerados cada centro e seus respectivos fluxos, no conjunto de todos os centros e todos os fluxos desencadeados.

Para a obtenção dos diversos níveis de centralidade e hierarquia, foi utilizada a posição relativa dos centros, numa composição de variáveis que denota a intensidade dos fluxos ou intensidade da demanda, a extensão ou alcance espacial da área de influência de cada município e a disponibilidade de equipamentos funcionais.

A definição de uma tipologia que refletisse as diferenciações entre as cidades brasileiras, como lugares centrais, fez-se necessária como forma de indicar uma hierarquia entre as mesmas. Todas as variáveis empregadas foram retiradas das já mencionadas matrizes de interações espaciais.

No tocante à intensidade da demanda, obteve-se, nas matrizes de interações espaciais, a quantidade de fluxos direcionados a um dado município, na busca dos bens e serviços para as duas partes do questionário de pesquisa, assim divididas:

- Parte 1 – bens e serviços de baixa complexidade; e
- Parte 2 – bens e serviços de média a elevada complexidade.

Os dados numéricos referentes à parte 2 foram multiplicados por dois, num artifício para conferir maior peso aos bens e serviços de média a elevada complexidade.

Um terceiro dado numérico, não retirado das matrizes e que, na realidade, foi utilizado na caracterização dos centros, provém da soma dos fluxos para as partes 1 e 2 (estes últimos, como já citado, multiplicados por dois).

Cabe esclarecer que, também como já citado e explicado anteriormente, as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Brasília não eram responsáveis pelas informações sobre si próprias. Por esse motivo, elas não "responderam" sobre a procedência das pessoas que as procuravam para o atendimento de suas necessidades de bens e serviços. Tais centros são apenas citados como destino das pessoas de diversos municípios na busca do atendimento às suas necessidades de consumo. Pelo exposto, compreende-se, numa consulta às matrizes de interações espaciais, o porquê de sua não-citação quanto aos bens e serviços de baixa complexidade (parte 1), facilmente encontráveis e disponíveis em outros centros.

Os mesmos procedimentos e as mesmas observações anteriormente descritos foram utilizados em relação ao alcance espacial dos centros e à disponibilidade de equipamentos funcionais em tais centros. No tocante ao alcance espacial, o que se buscava obter era o número total de municípios que procuram um dado centro para o atendimento de suas necessidades de consumo de bens

MATRIZ 1
MUNICÍPIOS QUE PROCURAM OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS DA UF 52 PARA O CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS DE BAIXA COMPLEXIDADE

Morrinhos 5213806

Nome	Cód. Mun.	Count	Demanda										
Buriti Alegre	5203906	11	1.01	102	1.03	1.05	1.07	1.08	1.09	1.10	1.11	1.12	1.14
Pontalina	5217708	11	1.01	1.02	1.03	1.05	1.07	1.08	1.09	1.10	1.11	1.12	1.14
Água Limpa	5200209	8	1.02	1.03	1.05	1.07	1.08	1.09	1.10	1.12			
Caldas Novas	5204508	7	1.01	1.07	1.09	1.10	1.12	1.13	1.14				
Rio Quente	5218789	6	1.02	1.03	1.05	1.07	1.09	1.12					
Edealina	5207352	5	1.02	1.03	1.05	1.07	1.08						
Goiatuba	5209101	4	1.02	1.11	1.12	1.14							
Piracanjuba	5217104	4	1.02	1.10	1.11	1.14							
Cromínia	5206503	3	1.02	1.08	1.13								
Marzagão	5212907	3	1.07	1.08	1.09								
Corumbaíba	5205901	2	1.02	1.02									
Aloândia	5200506	1	1.07										
Araguari	3103504	1	1.02										
Bom Jesus de Goiás	5203500	1	1.14										
Itumbiara	5211503	1	1.14										
Mineiros	5213103	1	1.02										
Santa Helena de Goiás	5219308	1	1.02										
Vicentinópolis	5222054	1	1.14										
		71											

MATRIZ 1 INVERTIDA
ONDE OS MUNICÍPIOS DE GOIÁS VÃO BUSCAR OS ITENS 1.01 A 1.14

Morrinhos 5213806

Nome	Cód. Mun.	Count	Demanda
Caldas Novas	5204508	1	1.04
Piracanjuba	5217104	1	1.01
Pontalina	5217708	1	1.10
		3	

MATRIZ 2 INVERTIDA
TODOS OS MUNICÍPIOS DO BRASIL QUE PROCURARAM MUNICÍPIOS DE GOIÁS

Morrinhos 5213806

Nome	Cód. Mun.	Count	Demanda			
Caldas Novas	5204508	4	2.04	2.13	2.14	2.20
Pontalina	5217708	4	2.13	2.14	2.25	2.28
Piracanjuba	5217104	2	2.20	2.28		
		10				

MATRIZ 2
MUNICÍPIOS PROCURADOS PELOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS DA UF 52

Morrinhos 5213806

Nome	Cód. Mun.	Count	Demanda										
Goiânia	5208707	20	2.01	2.04	2.05	2.06	2.07	2.08	2.09	2.10	2.11	2.13	2.14
			2.15	2.16	2.17	2.18	2.21	2.24	2.25	2.27	2.28		
Uberlândia	3170206	8	2.04	2.06	2.08	2.09	2.13	2.16	2.17	2.28			
Itumbiara	5211503	4	2.01	2.04	2.10	2.11							
São Paulo	3550308	4	2.05	2.09	2.12	2.30							
Araguari	3103504	3	2.01	2.04	2.10								
Goiatuba	5209101	2	2.01	2.13									
Batatais	3505906	1	2.01										
Bauru	3506003	1	2.30										
Ituverava	3524105	1	2.01										
Jales	3524808	1	2.28										
Matão	3529302	1	2.01										
São Carlos	3548906	1	2.28										
		47											

e serviços. Por igual motivo citado no caso da intensidade da demanda, em relação àqueles nove centros, não aparecem municípios que os procurem para o atendimento das necessidades de consumo de bens e serviços constantes da parte 1.

Finalmente, no que se refere aos equipamentos funcionais, o que se buscava era a disponibilidade de cada um dos tipos de bens ou serviços em um dado centro. Novamente, aqueles mesmos nove centros não são citados por nenhum outro município. Obviamente, por suas magnitudes, considerou-se que os mesmos oferecem todos os tipos de equipamentos funcionais – bens e serviços – de baixa complexidade (parte 1).

Assim, com os totais de fluxos obtidos (parte 1 + parte 2) em relação a cada uma das três variáveis instituídas, estabeleceu-se uma divisão em classes de centros, segundo cada uma daquelas mesmas variáveis. Com a obtenção de três diferentes classificações, iniciou-se o ordenamento final dos centros mediante a soma do número de ordem que cada um deles obteve em relação a cada uma das três variáveis.

Logo de início, observou-se que os padrões de cidades usualmente preconizados para utilização da teoria dos lugares centrais, como aqueles citados no exemplo hipotético do Quadro 1, poderiam não retratar a diversidade de centros da rede urbana brasileira, englobando heterogeneidades em cada um daqueles cinco níveis. Assim, houve a opção de empregarem-se oito diferentes níveis de centralidade, como forma de alcançar maior diferenciação entre as cidades brasileiras. O Quadro 4 apresenta os níveis de centralidade propostos, o número de centros em cada um deles e uma hipotética comparação com aqueles padrões de cidades comumente utilizados.

Cabe observar que todos os centros não incluídos na pesquisa, por não preencherem os pré-requisitos estabelecidos para a centralidade mínima, foram classificados como de nível de centralidade muito fraco (municípios subordinados).

Com a definição de tais patamares de centros e utilizando-se ainda as matrizes citadas, em que é possível verificar a preferência de direcionamento das pessoas de um dado município – caminho preferencial – na busca de bens e serviços, foram elaborados os quadros de interações espaciais. Nesses quadros, estão indicados os citados caminhos preferenciais das pessoas de um dado município na busca do consumo de bens e serviços. Nesse ponto, cabe um esclarecimento quanto aos casos de duplas ou triplas subordinações.

Em tais casos, o direcionamento dos fluxos desses municípios não é claramente definido para um determinado centro. Eles (os fluxos) têm a mesma (ou aproximadamente igual) intensidade com relação a mais de um centro. Dessa forma, em tais casos, o nome do município aparece acompanhado de um asterisco e do nome do outro centro ao qual ele se subordina.

Para melhor compreender esses casos, o próximo item apresenta os resultados do projeto Regic e exemplifica as formas de observação e consulta.

QUADRO 4
NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS

Níveis	Número de Cidades	Padrões de Cidades
Máximo	9	Metropolitano
Muito Forte	24	Predominantemente Submetropolitano
Forte	35	Predominantemente de Capital Regional
Forte para Médio	108	Predominantemente de Centro Sub-regional
Médio	141	Tendendo a Centro Sub-regional
Médio para Fraco	195	Predominantemente de Centro de Zona (ou Centro Local)
Fraco	250	Tendendo a Centro de Zona (ou Centro Local)
Muito Fraco	3.733	Municípios Subordinados

5 Apresentação dos Resultados

5.1 Cartogramas e Quadros de Interações Espaciais

Os resultados aqui apresentados resumem-se numa série de cartogramas e de quadros representando as interações espaciais entre as cidades brasileiras, assim como suas respectivas áreas de influência (ver Anexos).

Os mencionados cartogramas não devem ser confundidos com um mapeamento preciso das áreas de influência das cidades. São, na realidade, uma representação esquemática daquelas áreas e permitem, sobretudo, uma visualização do espaço de abrangência de cada área de influência retratada. Além disso, cabe esclarecer que em alguns cartogramas, em função das escalas utilizadas, não é possível a apresentação de todas as ligações existentes para um dado centro, principalmente aquelas relativas às cidades de centralidades mais baixas. Pelo exposto, a consulta relativa a qualquer área deverá utilizar o cartograma e o correspondente quadro de interação espacial, sempre relacionando-os como produtos complementares.

O primeiro cartograma apresentado – níveis de centralidade – possibilita visualizar a distribuição espacial das cidades brasileiras com centralidade até o nível "médio". Além disso, relaciona essas cidades por ordem de grandeza de suas respectivas populações.

No tocante aos quadros, denominados *Interações espaciais e níveis de centralidade das cidades brasileiras*, cabe mais uma vez ressaltar que os mesmos são uma representação do caminho preferencial da população de um dado centro na busca de atendimento de suas necessidades de consumo de bens e serviços. Assim, como já citado, tais caminhos às vezes não são claramente definidos e os fluxos podem dirigir-se a mais de uma cidade. Em tais casos, denominados "duplas (ou triplas) subordinações", as cidades são acompanhadas por um asterisco e com a citação, entre parênteses, do(s) outro(s) centro(s) ao(s) qual(ais) estão subordinadas.

Como exemplo, vide a área referente à cidade de São Paulo, onde Resende aparece com uma dupla subordinação a Volta Redonda. Nesse caso, Resende é novamente citada, na área da cidade do Rio de Janeiro, com sua subordinação a Volta Redonda e, entre parênteses, sua dupla subordinação à cidade de São Paulo. Note ainda que a área de influência de Resende conta com seis cidades (Arapeí, Bananal, São José do Barreiro, Bocaina de Minas, Itatiaia e Quatis). Tal área de influência consta dos quadros relativos às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A ordenação das cidades da área de influência de Resende no quadro relativo a São Paulo é diferente daquela apresentada no quadro do Rio de Janeiro. No primeiro caso, as cidades do estado de São Paulo precedem as outras. Daí em diante, as cidades são citadas em ordem alfabética e de acordo com os dois primeiros dígitos – que fazem menção à unidade da Federação à qual pertencem – do seu número de cadastro no IBGE. No quadro relativo ao Rio de Janeiro, as cidades deste estado precedem as outras e o ordenamento em seqüência obedece ao mesmo critério mencionado.

Ainda com relação aos casos de duplas e triplas subordinações, observe que, quando determinada área de influência imediata for constituída por mais de 10 centros, ela não será repetida em um dos quadros e encontrar-se-á a menção *"vide área em ..."* (por exemplo: no quadro relativo a São Paulo, note que, no tocante a Maceió, há a indicação *"vide área em Recife"*).

Há ainda uma terceira forma de apresentação, quando a área de influência imediata de determinado centro contiver mais de 10 outros centros. São os casos indicados com *"vide área"*. Tome-se como exemplo o caso de Bauru, no mesmo quadro *Interações espaciais e níveis de centralidade das cidades brasileiras – São Paulo.* Tal sinalização mostra que há um quadro e o respectivo cartograma, relativos a Bauru, na área da "cabeça-de-rede", como explicado adiante, representada por São Paulo.

Para a apresentação de cartogramas e quadros, foi estabelecido um corte em nível de centralidade. Com o método estabelecido para o projeto Regic, foram definidas como de nível "máximo" de centralidade as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia, Salvador, Recife e Fortaleza. Todas elas devem ser consideradas "cabeças-de-rede" e são citadas próximo ao cabeçalho dos quadros, como, por exemplo, *Interações espaciais e níveis de centralidade das cidades brasileiras – São Paulo*. No caso do exemplo, a cidade de São Paulo conta, além de sua exclusiva área de influência, com as áreas subordinadas aos centros de nível "muito forte", "forte" etc. Assim, houve a opção de corte – para a apresentação de cartogramas e quadros – no nível "muito forte", de tal maneira que, além de sua própria área exclusiva, São Paulo dispõe ainda das áreas de Belém, Manaus, Marília, São José do Rio Preto, Uberlândia etc.

A única exceção com relação às "cabeças-de-rede" é Brasília. Por seu papel político-administrativo, como Capital federal, e por representar, de forma inequívoca, um centro de poder e decisão, Brasília, mesmo aqui classificada como de centralidade "muito forte", foi considerada com um destaque similar àquelas outras cidades denominadas "cabeças-de-rede".

6 Considerações Finais

A imagem aqui apresentada de subordinação sucessiva e de relações de dependência hierárquica entre as cidades brasileiras indica a crescente diferenciação entre as mesmas e, simultaneamente, a complexidade de nossa rede urbana. Contudo, como já afirmado aqui, cabe alertar que tais resultados representam uma das possíveis redes urbanas existentes no país e devem ser vistos como um instrumento de aproximação à realidade, sem caracterizar uma única concentração/fragmentação do todo social.

Finalmente, neste ponto, é válido ainda ressaltar alguns exemplos de utilização prática dos dados e produtos do projeto Regic, vislumbrados pela própria equipe técnica. São eles:

- avaliação de diferentes redes de funcionamento de empresas, focalizando a localização de suas unidades e áreas de atuação em comparação com a rede de centros obtida pelo projeto Regic;
- seleção quanto à localização de diferentes tipos de atividades econômicas ou de infra-estrutura social;
- delimitação de áreas de mercado de cidades, utilizando-se a rede de centros oriunda do projeto Regic e de outros dados (como, por exemplo, população, renda, indicadores de qualidade de vida etc.), subsidiando decisões, através do conhecimento da estrutura do mercado consumidor; e
- estudos sobre redes geográficas e urbanização brasileira.

Referências Bibliográficas

BONETTI, E. (s. d.) "A Teoria das localidades centrais, segundo W. Christaller e A. Lösch". In: *Centralidade – Regionalização*. Rio de Janeiro, IPGH/Comissão de Geografia, p. 1-17 (Textos Básicos, 1).

CARNEIRO, M. C. (1994) *Redes geográficas*. Rio de Janeiro, IBGE, mimeo, 7 p.

CARNEIRO, M. C. *et alii* (1994) *Considerações sobre as redes geográficas pesquisadas pelo IBGE*. Rio de Janeiro, IBGE, mimeo, 16 p.

CARNEIRO, M. C.; MATTOS, R. B.; FERRAZ, V. N. (1995) *Regiões de influência das cidades: rede de lugares centrais e áreas de atuação das cidades brasileiras*. Rio de Janeiro, IBGE, mimeo, 9 p.

CHRISTALLER, W. (1966) *Central places in Southern Germany*. Tradução do alemão por Carlisle W. Baskin. Englewood Cliffs, Prentice-Hall.

CLAVAL, P. (s. d.) "La Teoria de los lugares centrales". In: *Centralidade – Regionalização*. Rio de Janeiro, IPGH/Comissão de Geografia, p. 19-37 (Textos Básicos, 1).

CORRÊA, R. L. (1989) *A Rede urbana*. São Paulo, Ática, 96 p. (Série Princípios).

_____ (1993) "Redes, fluxos e territórios: uma introdução". In: AGB, III Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro, *Anais*. Rio de Janeiro, AGB, set., p. 31.

_____ (1997) *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 302 p.

DIAS, L. C. (1995) "Redes: emergência e organização". In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) – *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 141-162.

GONÇALVES, A. L. F. (1994) *Manual para normalização de dissertações*. Rio de Janeiro, UFRJ/Ippur/Biblioteca, mimeo, 37 p.

GONÇALVES, L. A. dos R. (1997) *Metodologia e construção da rede de centros de saúde do estado do Rio de Janeiro: um subsídio ao repasse de recursos destinados à saúde*. Rio de Janeiro, UERJ/Departamento de Geografia, mimeo, 80 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1972) *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*. Rio de Janeiro, IBGE, 112 p.

_____ (1987) *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro, IBGE, 210 p. (Co-patrocínio do Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente).

KANSKY, K. J. (1963) *Structure of transportation networks*. Chicago, The University of Chicago/Department of Geography (Research Paper, 84).

MIOSSEC, J. (1976) "Espace et pouvoir. La localisation de forces de décision dans le monde: esquisse de géographie politique théorique". In: *L'espace géographique*, Paris, Doin Éditeurs, n. 3, p. 165-175.

RAFFESTIN, C. (1993) *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática, 269 p. (Série Temas, 29).

RIBEIRO, M. A. C. (1994) *Amazônia: rede de edição de jornais diários e transmissão de programas radiofônicos*. Rio de Janeiro, UFRJ/PPGG, mimeo, 101 p.

SANTOS, M. (1989) *Manual de geografia urbana*. São Paulo, Hucitec, 214 p.

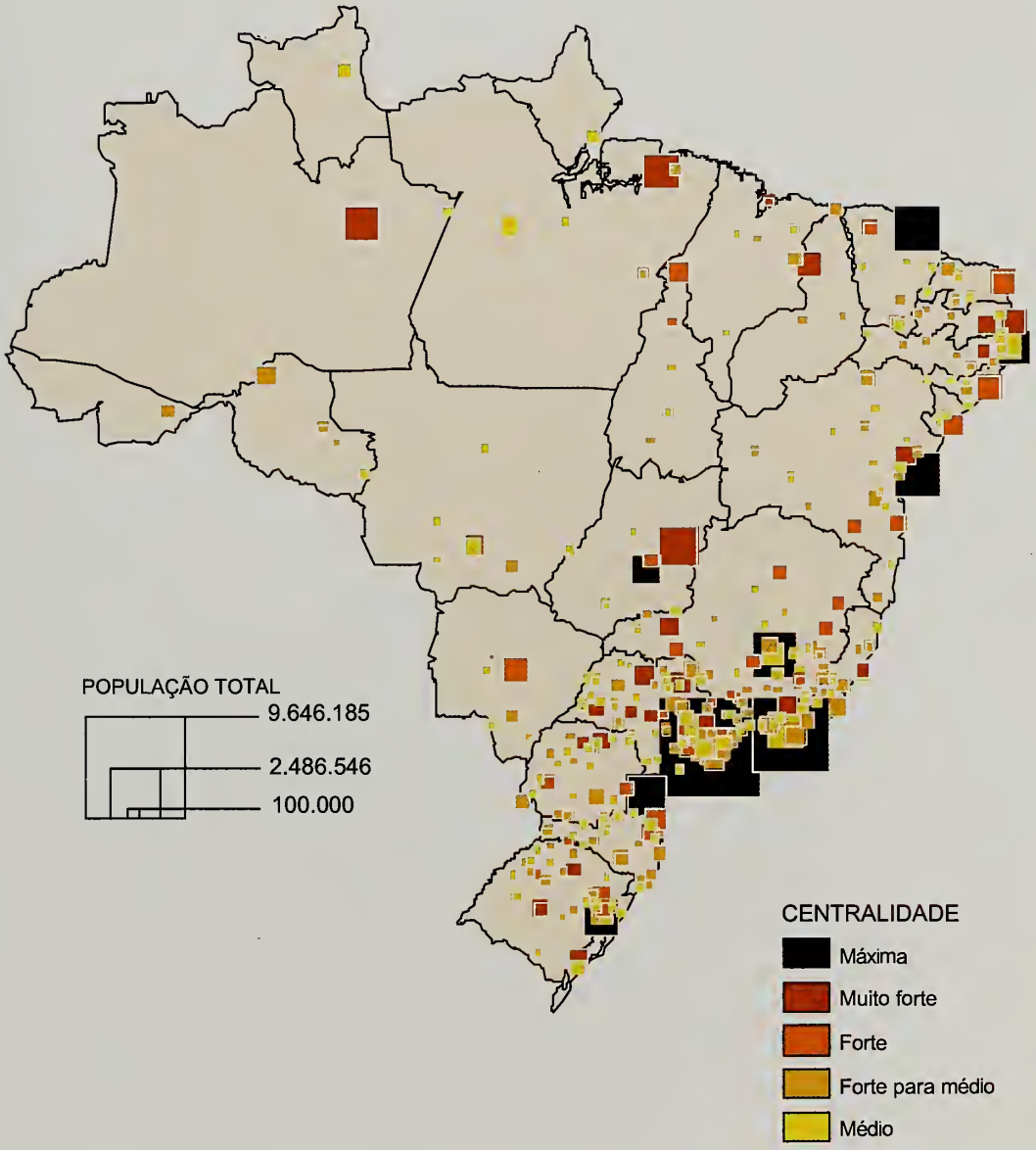
_____ (1994) *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo, Hucitec, 190 p.

_____ (1996) *A Urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec, 157 p.

ANEXOS

1 – Cartogramas e Quadros (Interações Espaciais e Níveis de Centralidade das Cidades Brasileiras com suas Respectivas Áreas de Influência)

MAPA A.1
BRASIL – NÍVEIS DE CENTRALIDADE (1993)

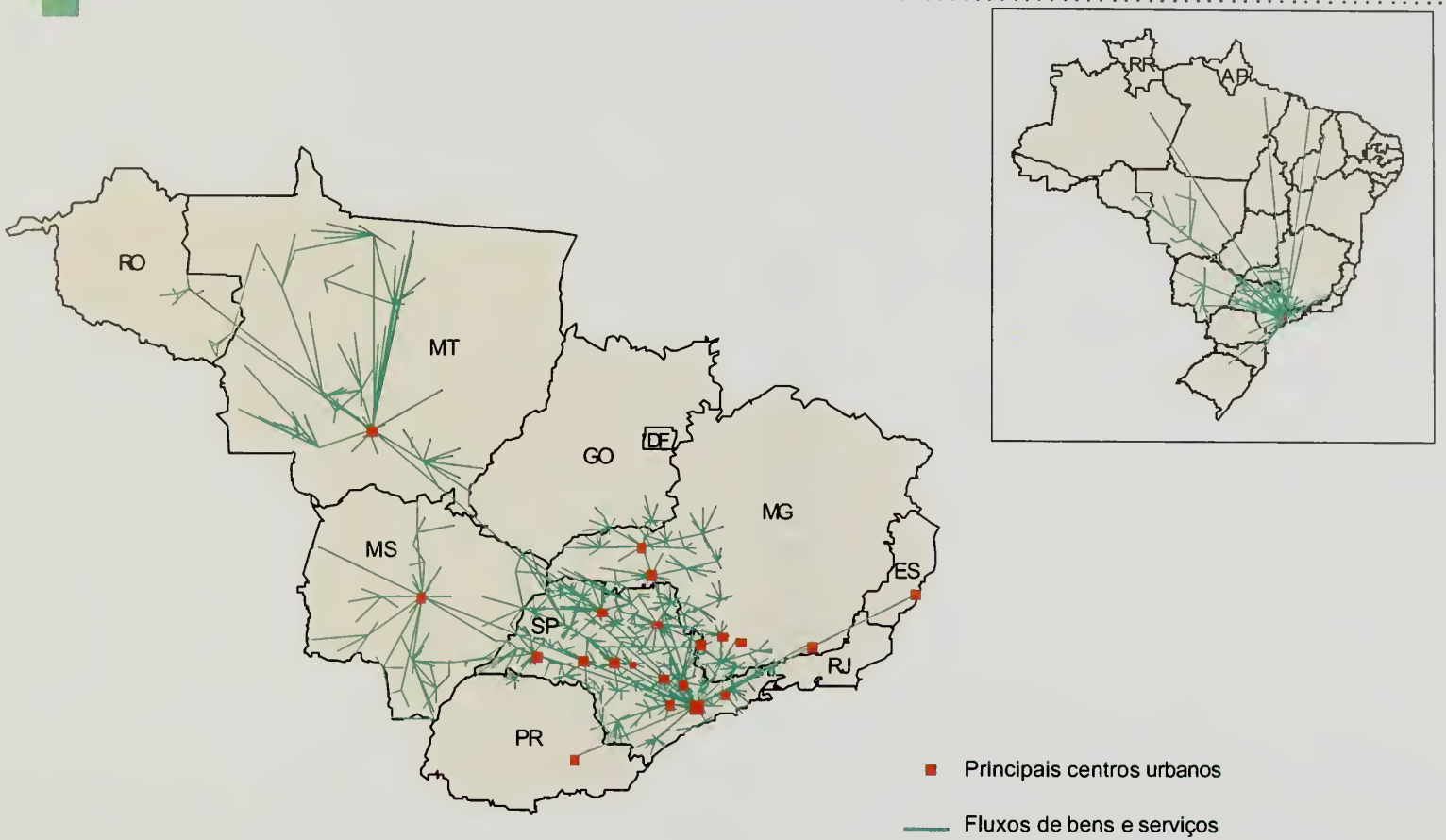


Fontes: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia,
Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico 1991.
Características Gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996.

SÃO PAULO - SP

MAPA A.2

SÃO PAULO (SP) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO

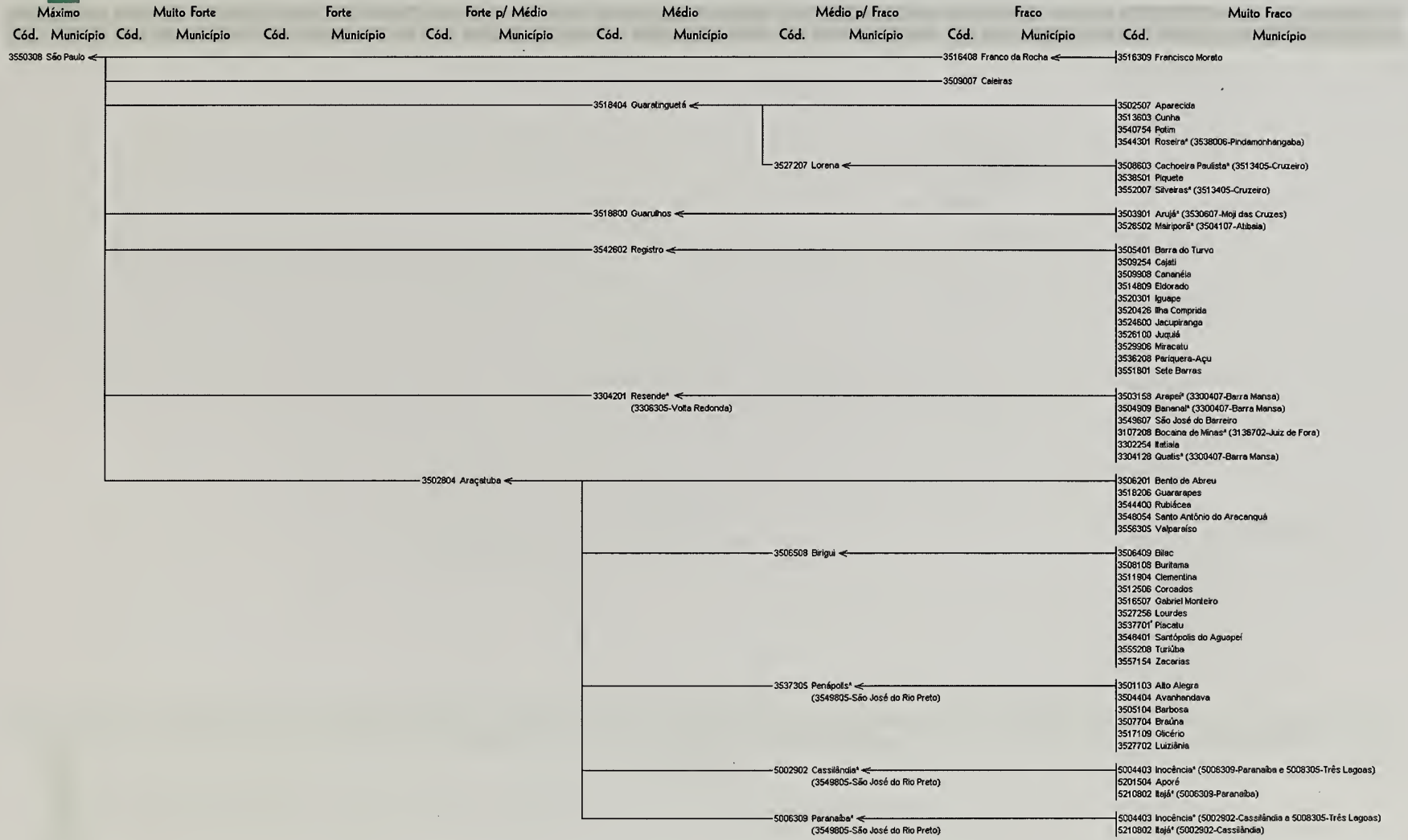


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.1

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SÃO PAULO



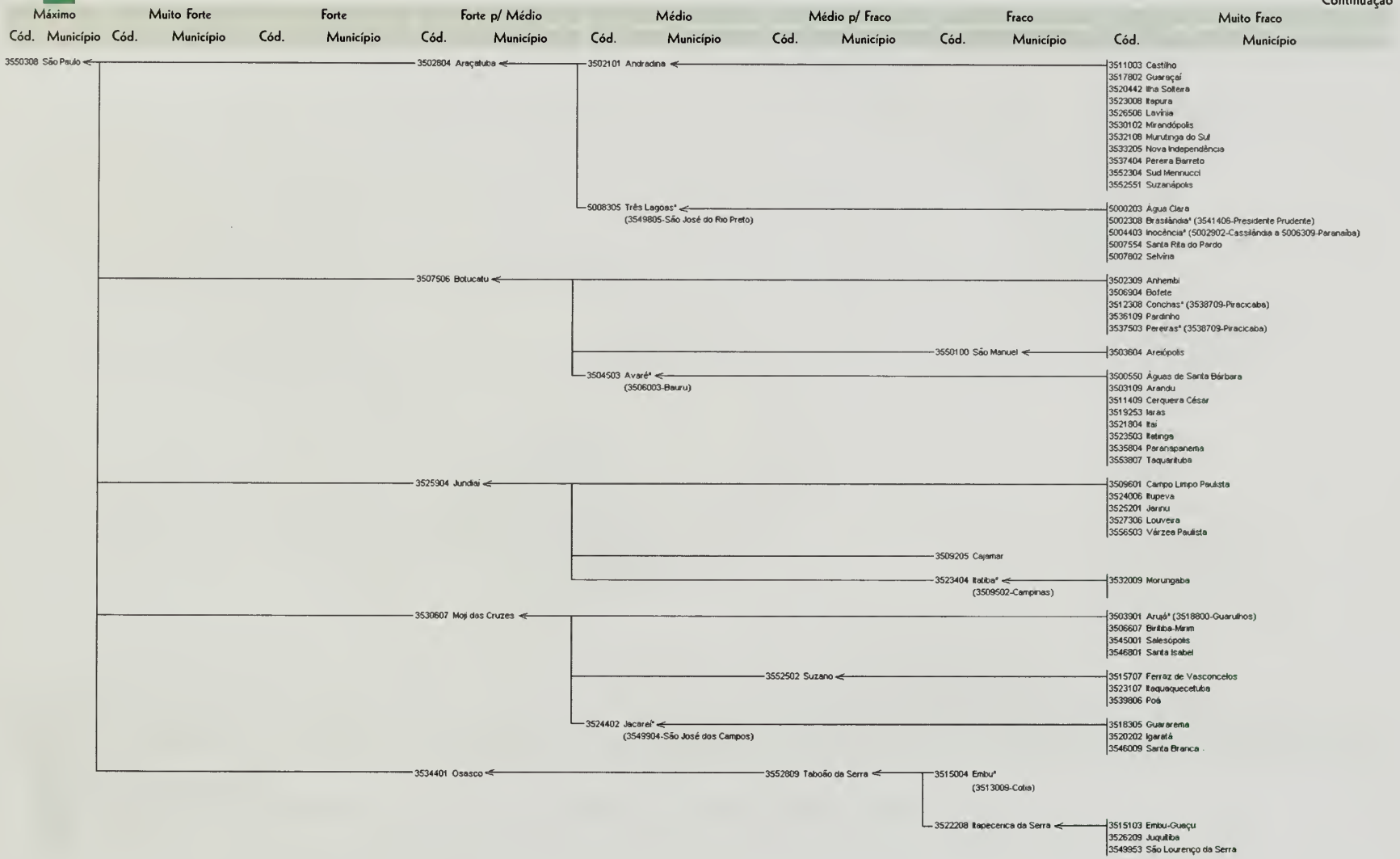
Continua

QUADRO A.1

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SÃO PAULO

Continuação



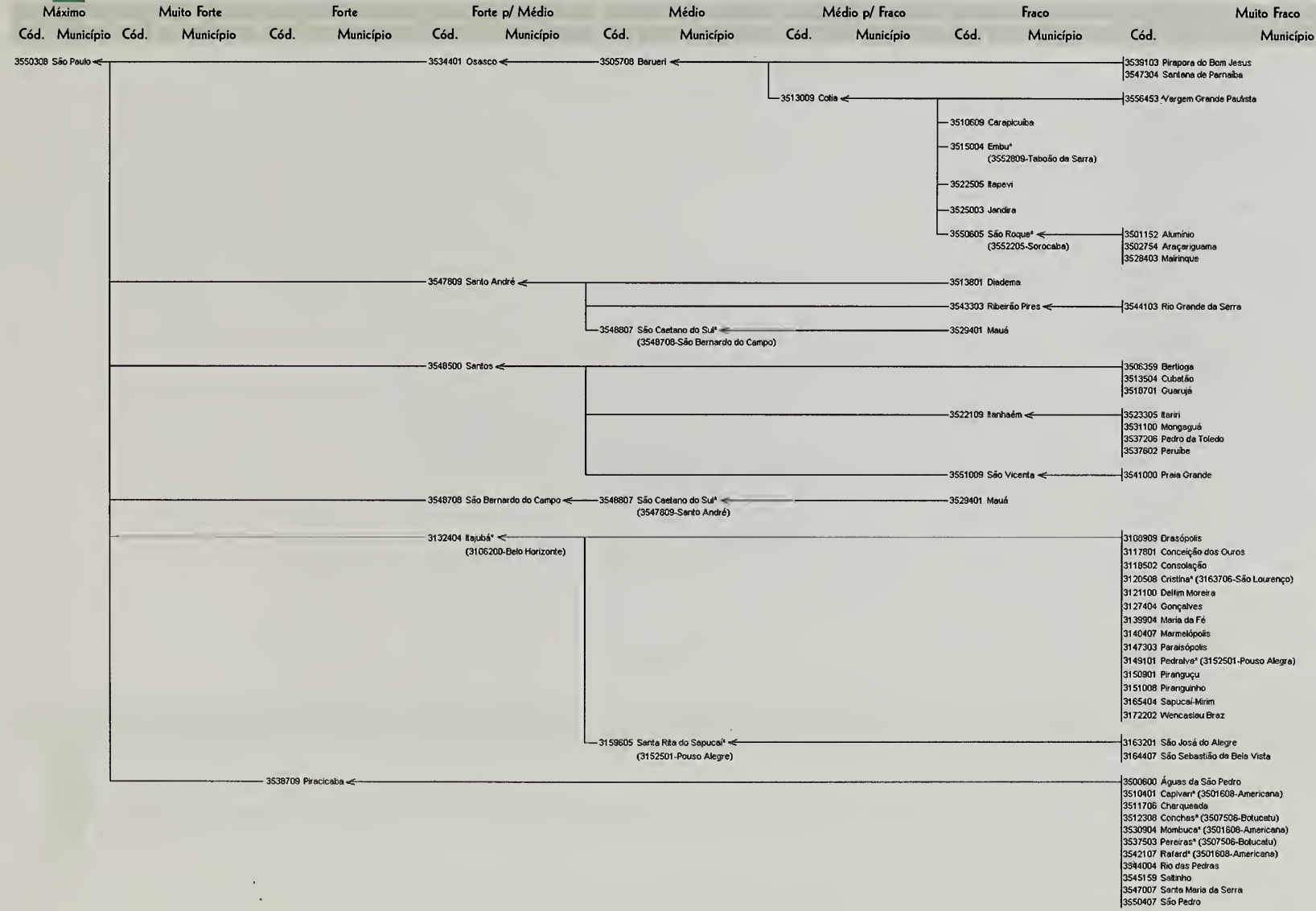
Continua

QUADRO A.1

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SÃO PAULO

Continuação



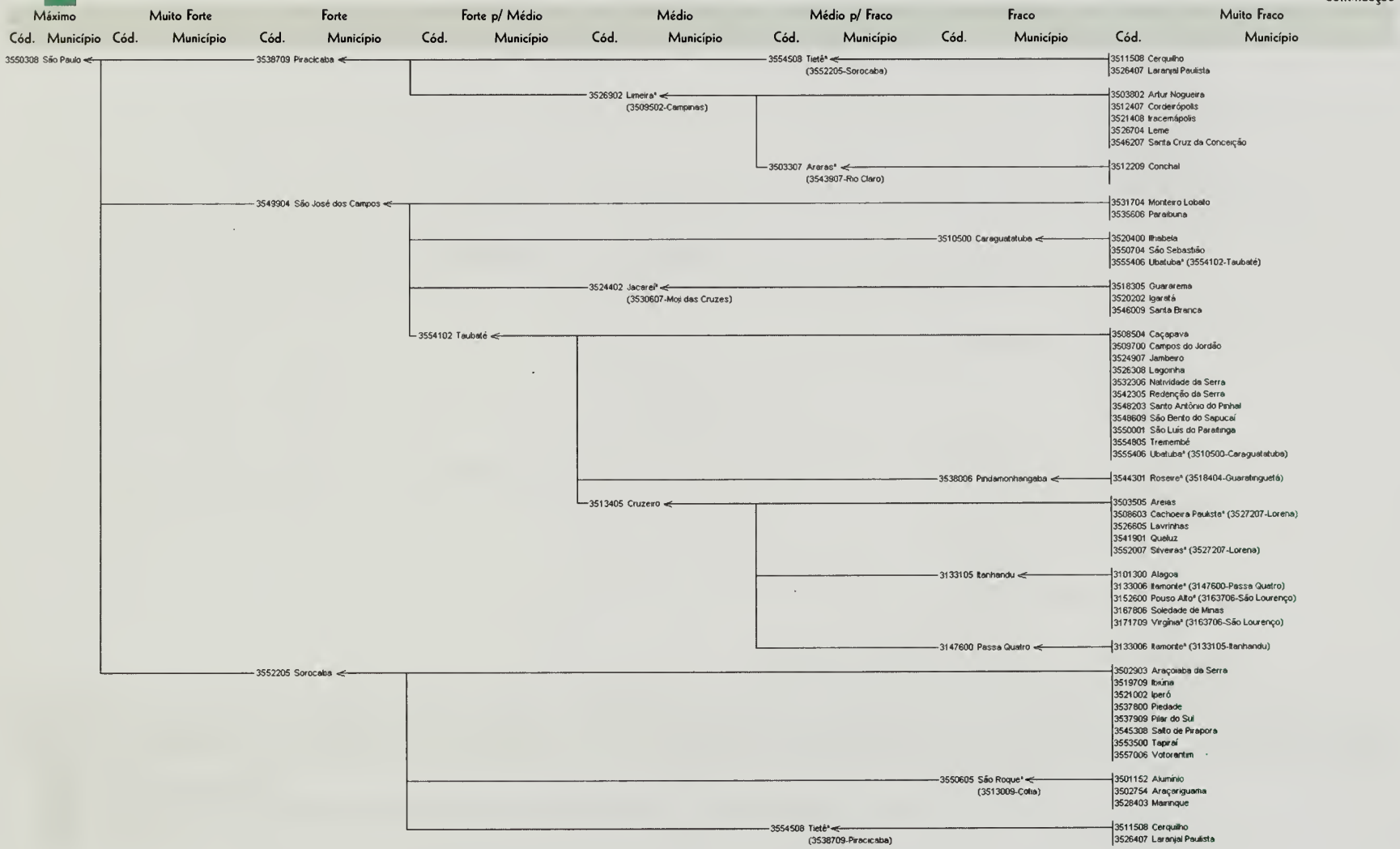
Continua

QUADRO A.1

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SÃO PAULO

Continuação



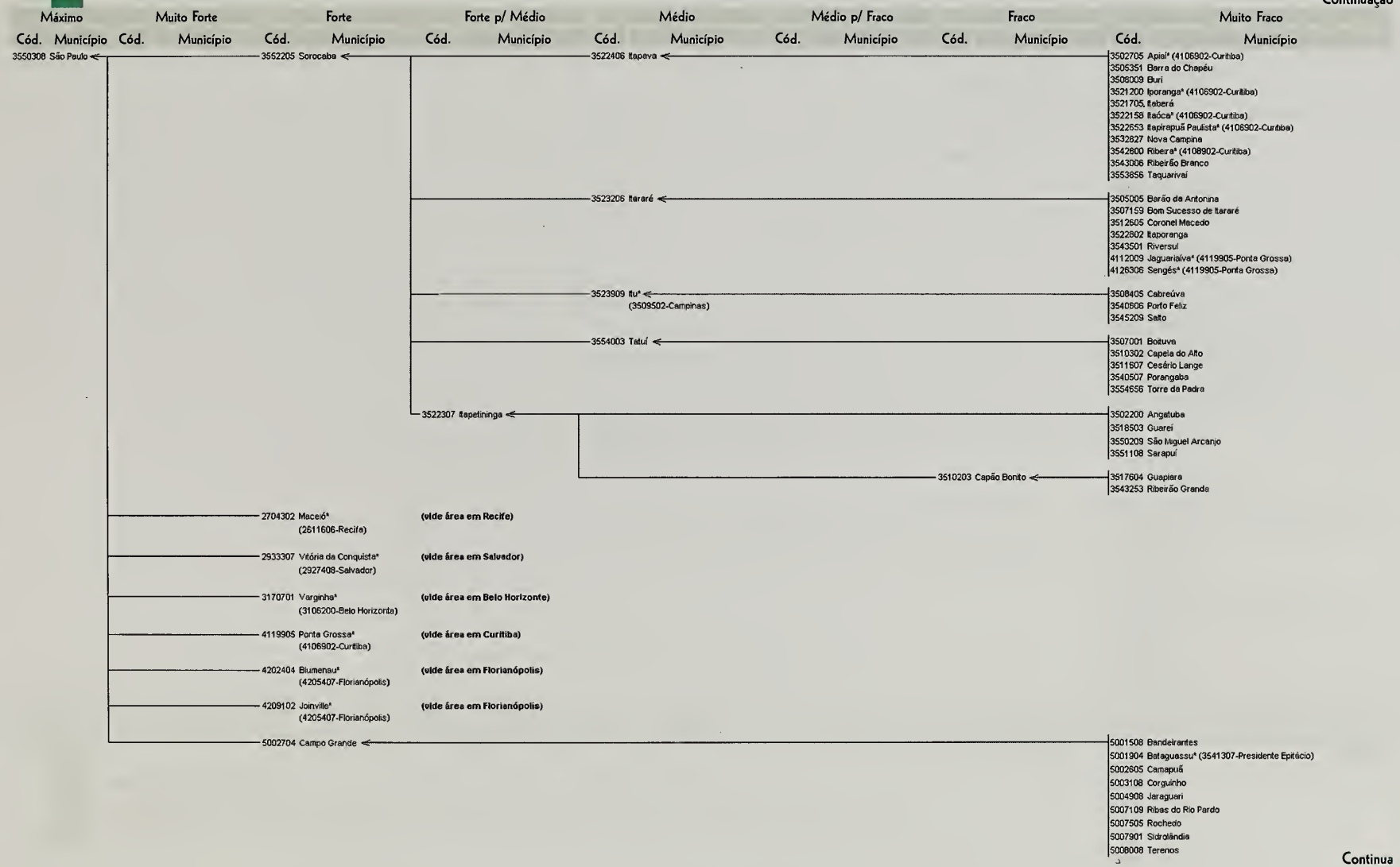
Continua

QUADRO A.1

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SÃO PAULO

Continuação



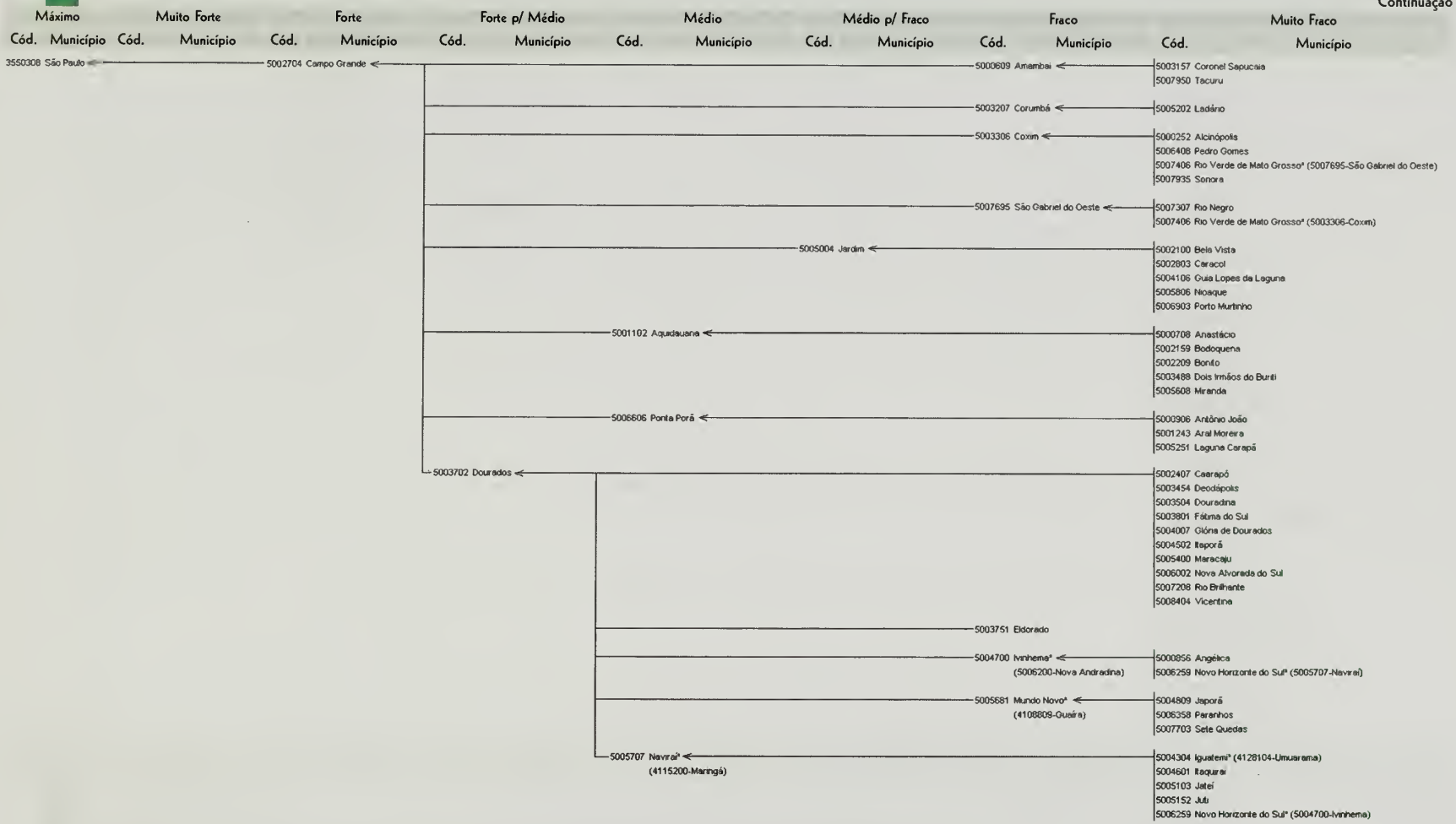
Continua

QUADRO A.1

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SÃO PAULO

Continuação



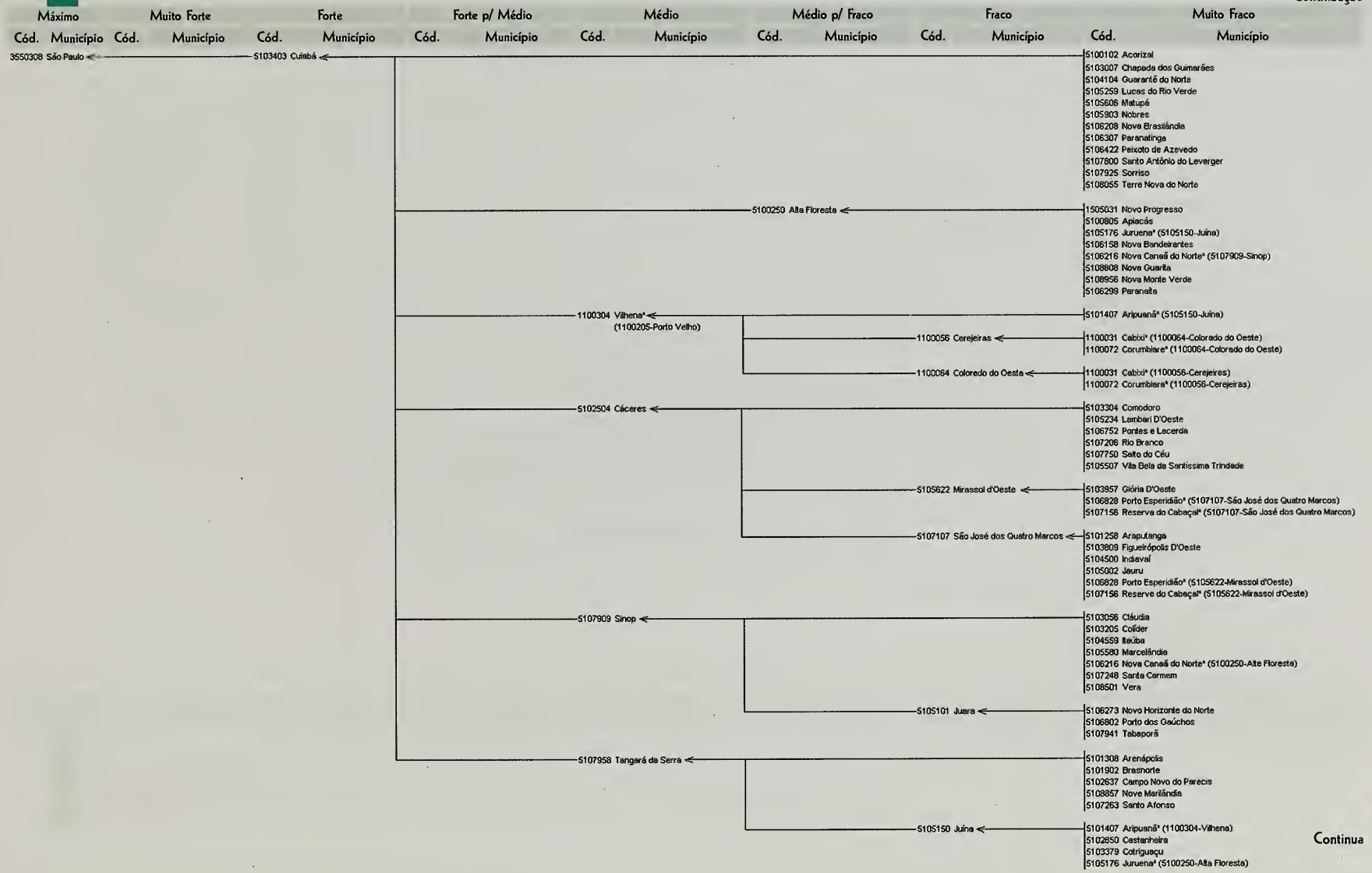
Continua

QUADRO A.1

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SÃO PAULO

Continuação



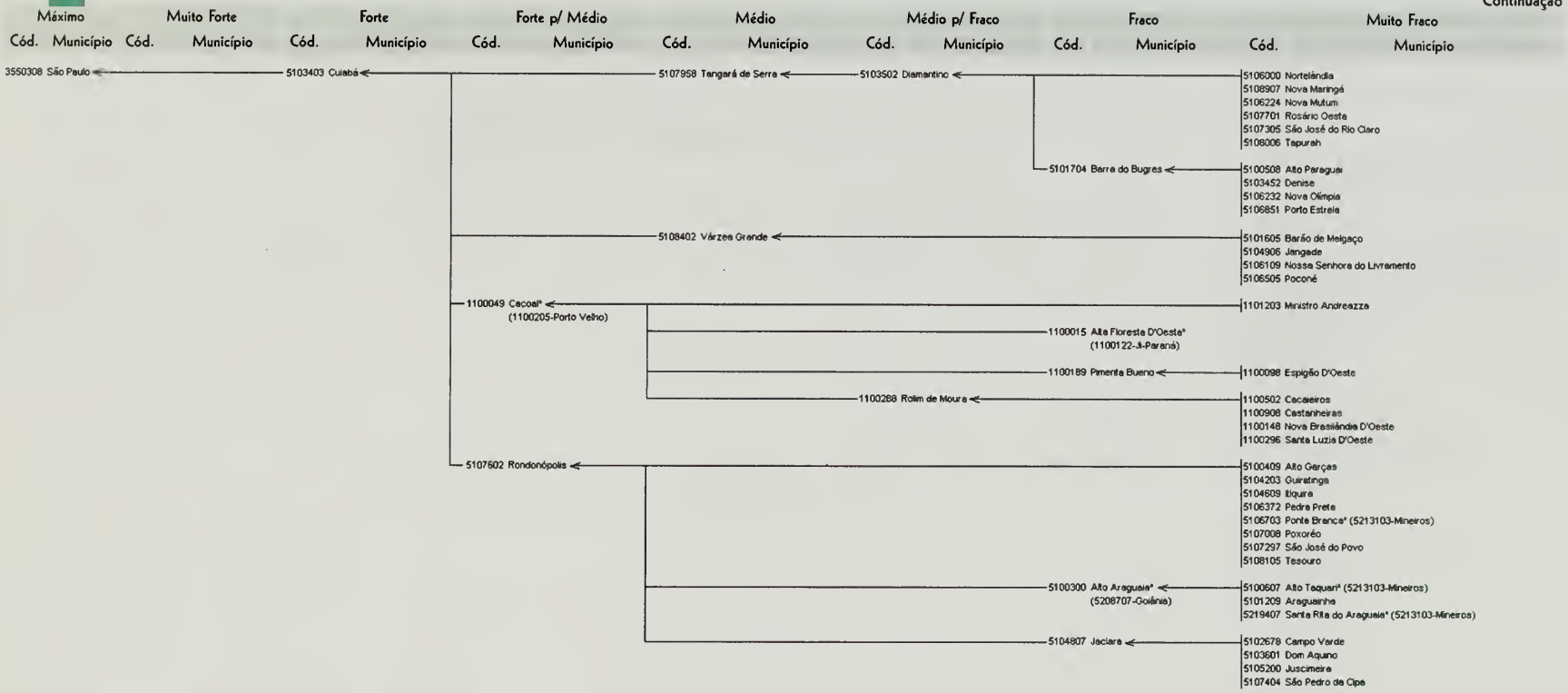
Continua

QUADRO A.1

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SÃO PAULO

Continuação



Continua

QUADRO A.1

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

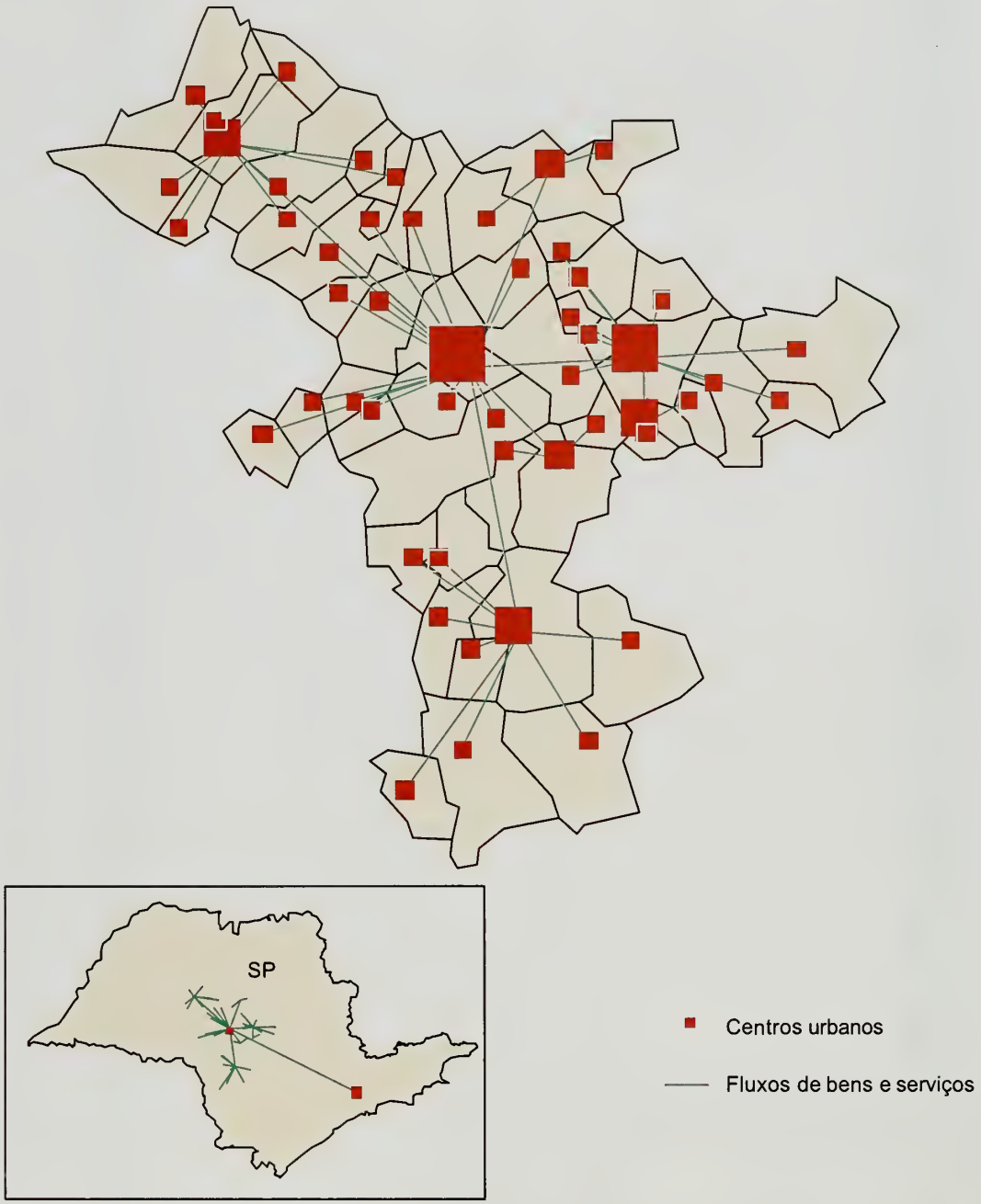
ÁREA DE SÃO PAULO

Conclusão

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
3550308	São Paulo	3506003	Bauru	(vide área)											
		3509502	Campinas	(vide área)											
		3529005	Marília	(vide área)											
		3541406	Presidente Prudente	(vide área)											
		3543402	Ribeirão Preto	(vide área)											
		3549805	São José do Rio Preto	(vide área)											
		1302603	Manaus	(vide área)											
		1501402	Belém	(vide área)											
		2111300	São Luís	(vide área)											
		2211001	Teresina	(vide área)											
		3136702	Juiz de Fora* (3106200-Belo Horizonte e 3304557-Rio de Janeiro)	(vide área no Rio de Janeiro)											
		3170206	Uberlândia	(vide área)											
		3205309	Vitória* (3304557-Rio de Janeiro e 3106200-Belo Horizonte)	(vide área no Rio de Janeiro)											
		4314100	Passo Fundo* (4314902-Porto Alegre)	(vide área em Porto Alegre)											

MAPA A.3

BAURU (SP) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO

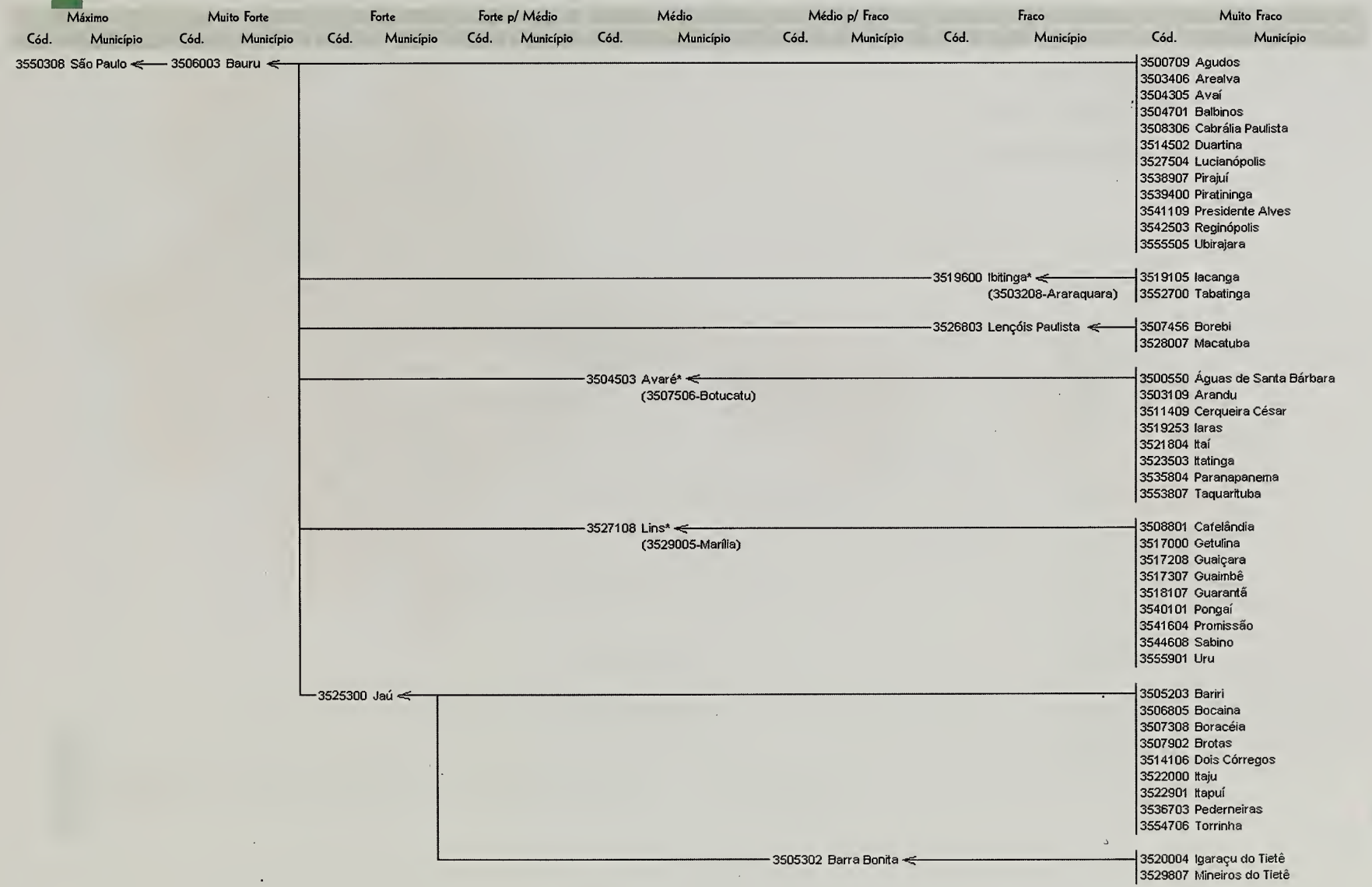


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.2

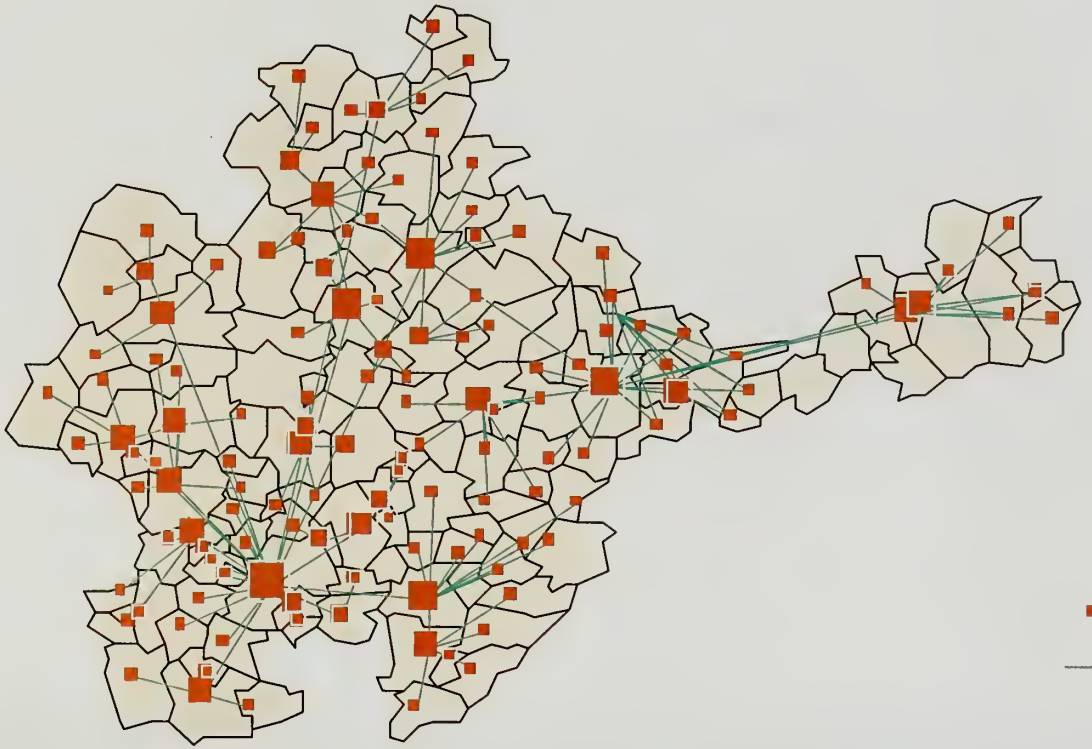
SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE BAURU



MAPA A.4

CAMPINAS (SP) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Principais centros urbanos

Fluxos de bens e serviços

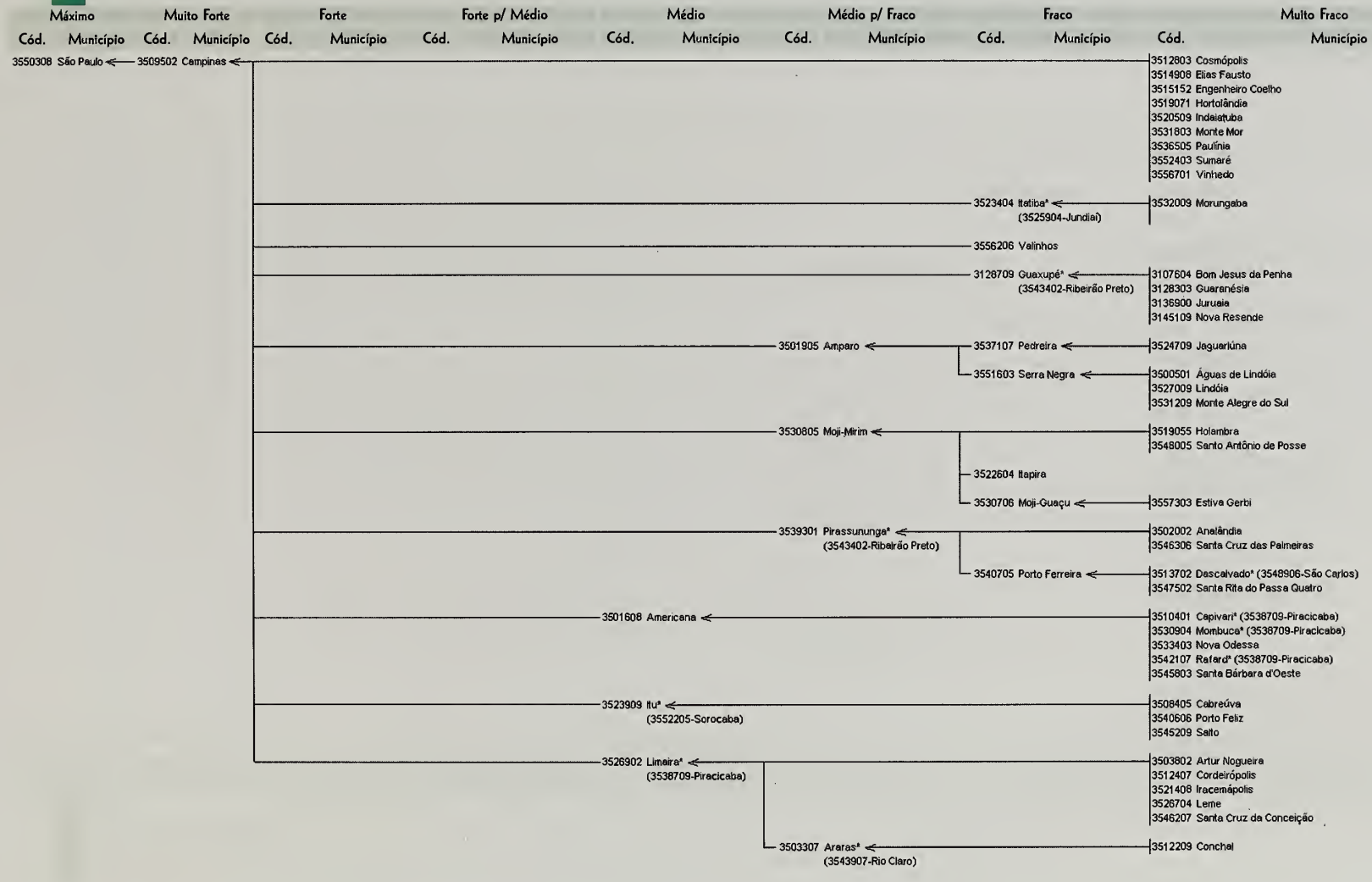
N

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.3

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE CAMPINAS



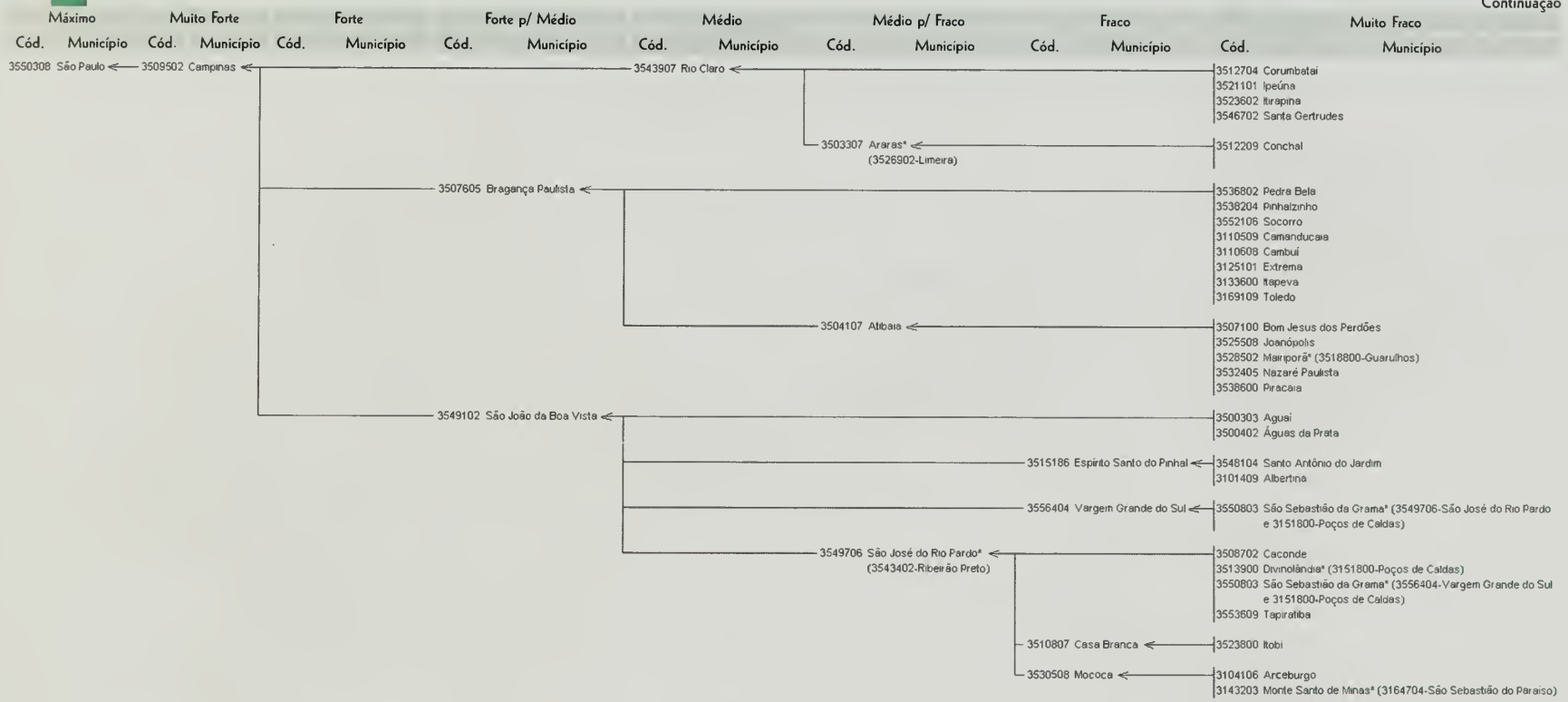
Continua

QUADRO A.3

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE CAMPINAS

Continuação



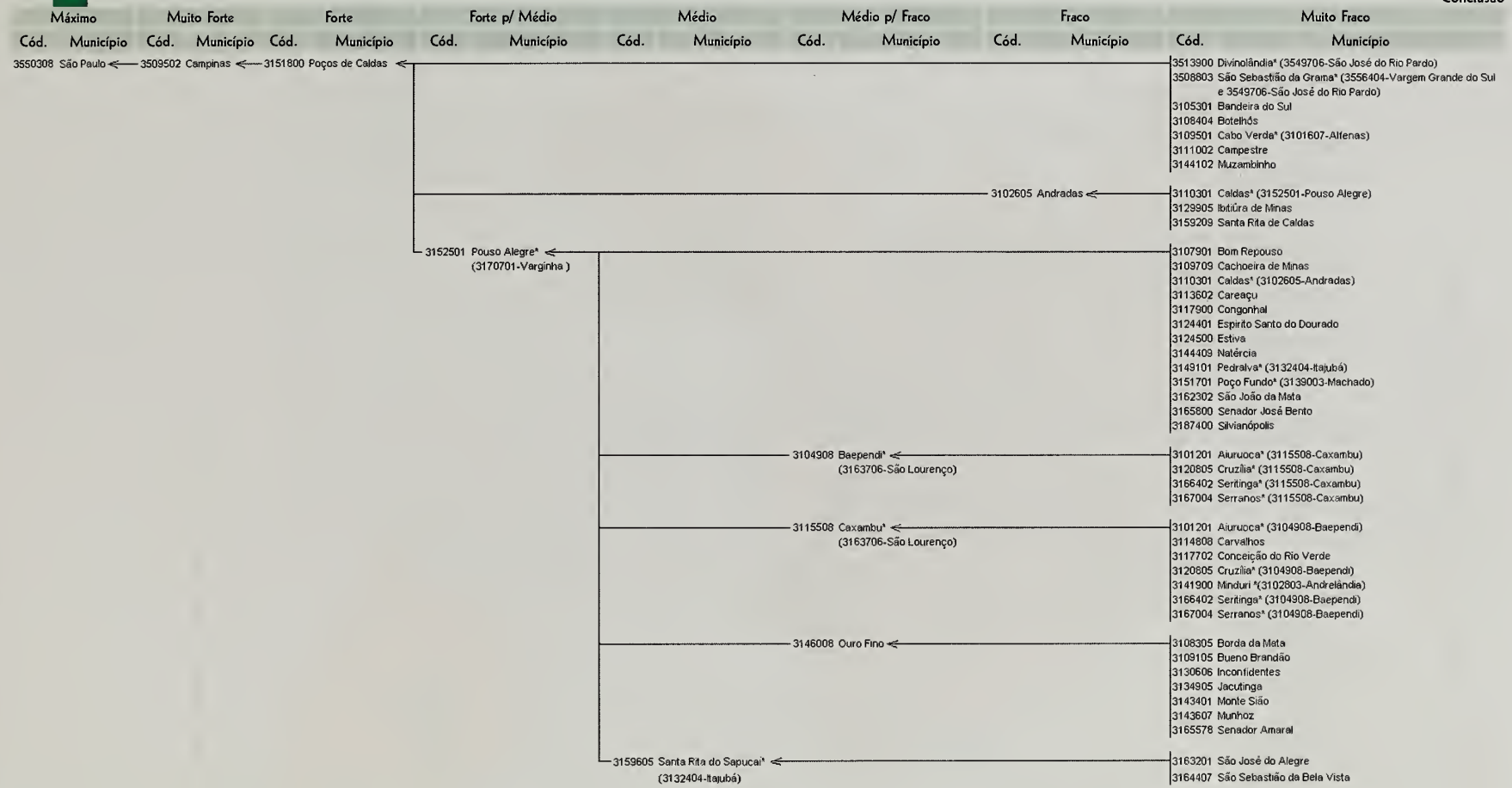
Continua

QUADRO A.3

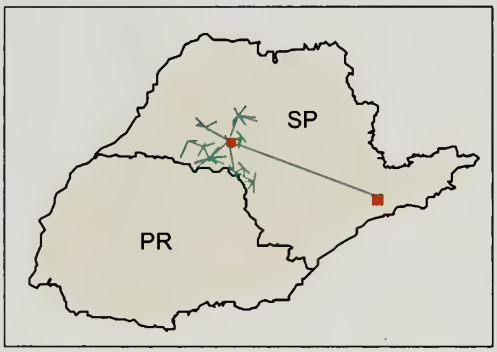
SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE CAMPINAS

Conclusão



MAPA A.5
MARÍLIA (SP) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Centros urbanos
Fluxos de bens e serviços

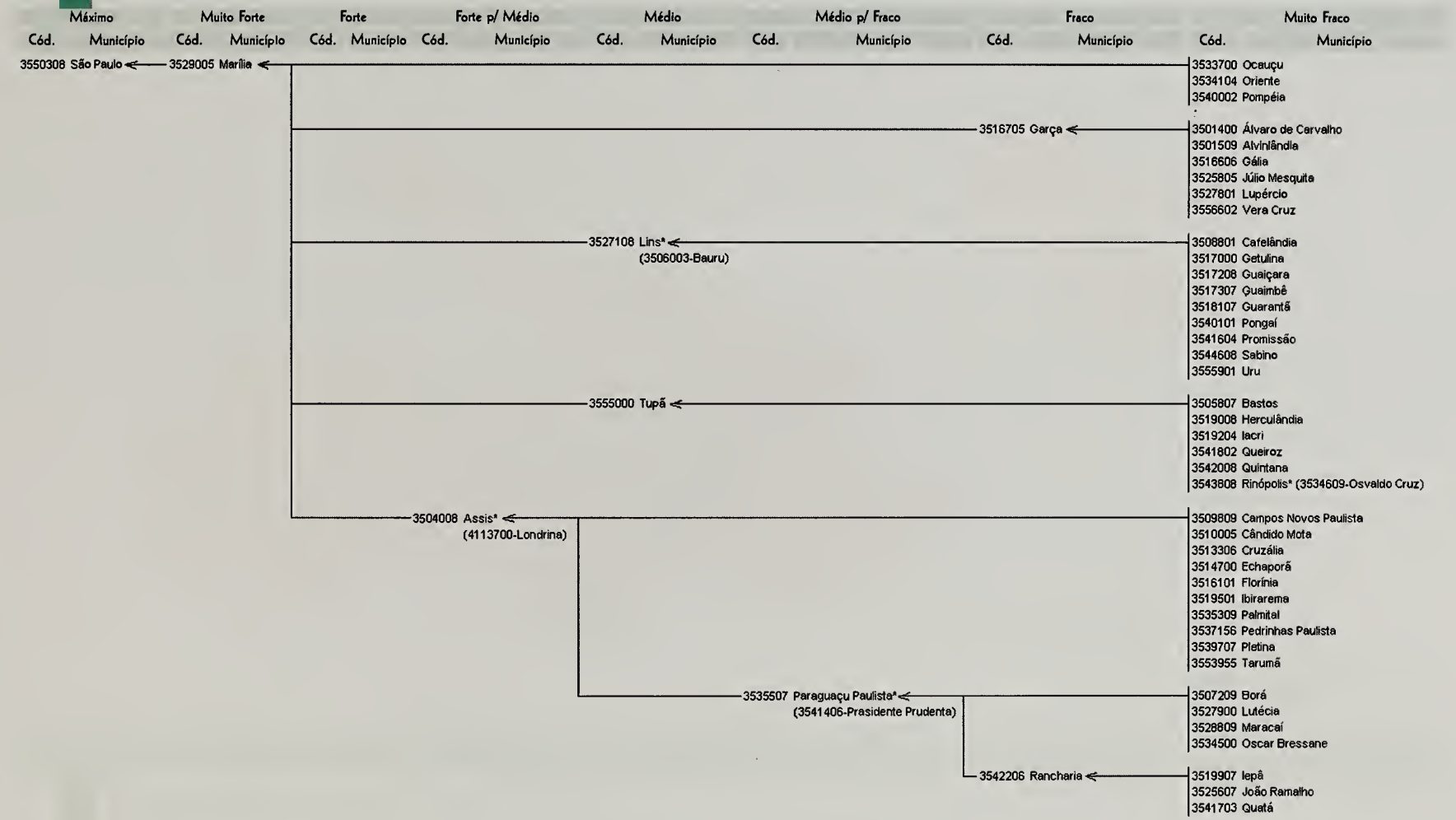
N

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.4

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE MARÍLIA



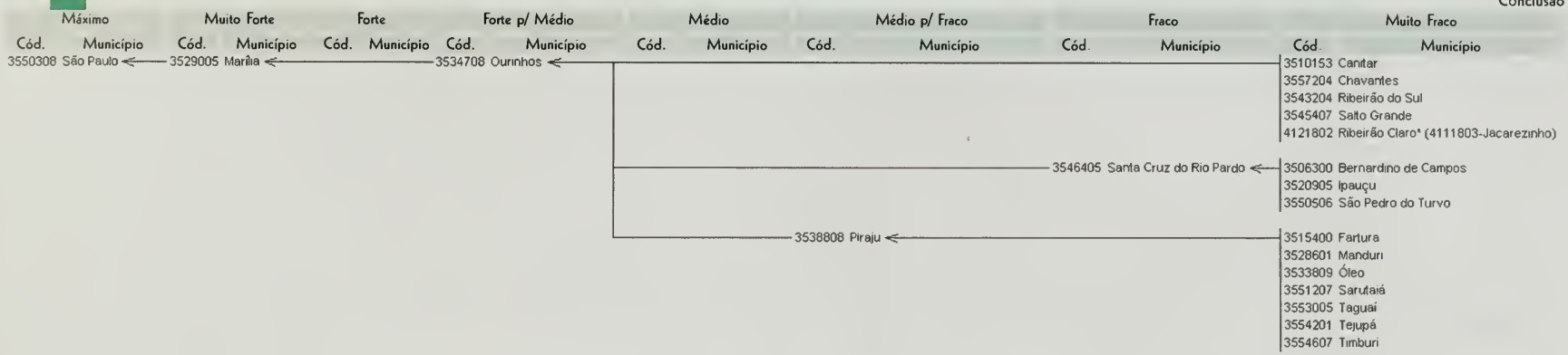
Continua

QUADRO A.4

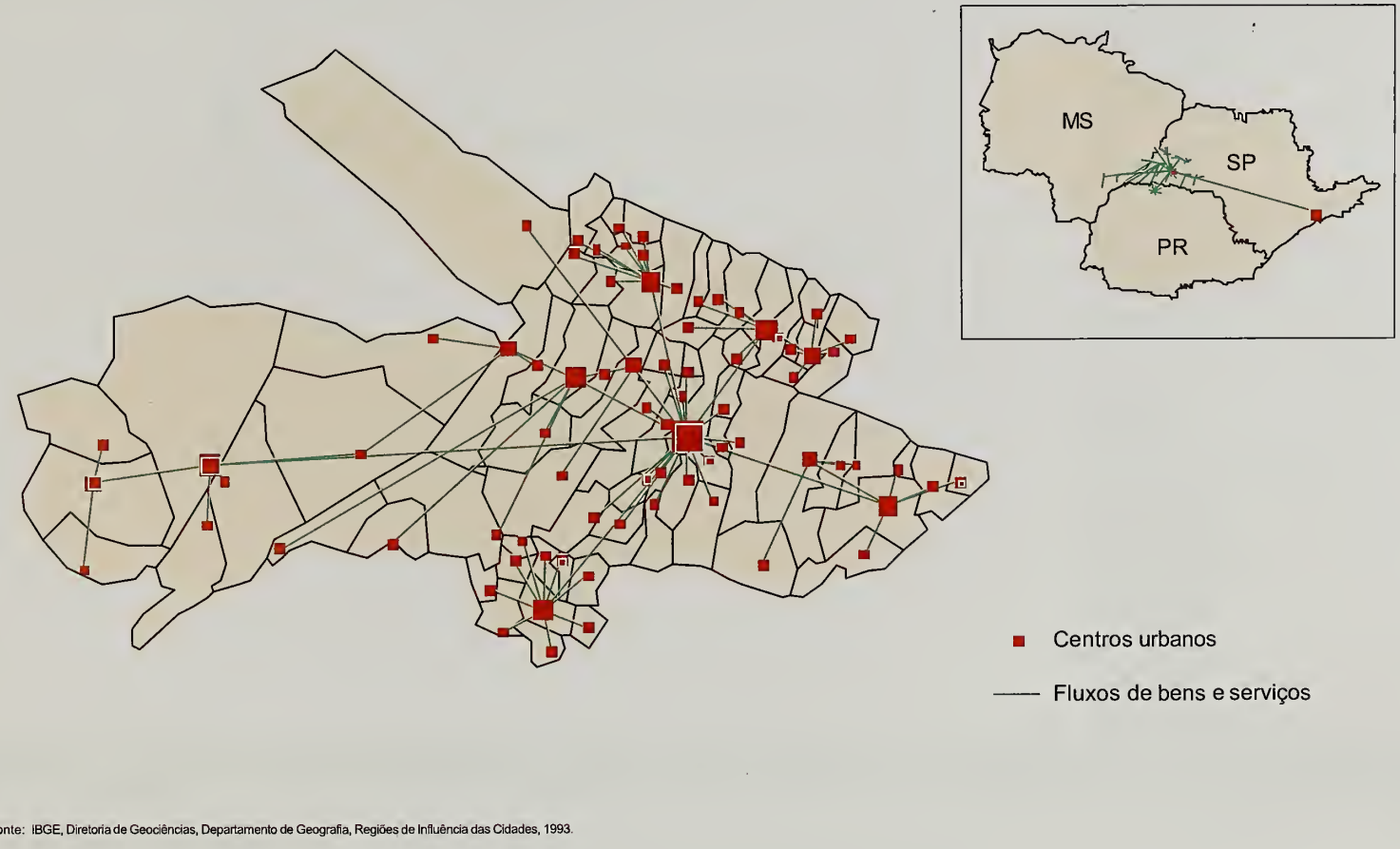
SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE MARÍLIA

Conclusão



MAPA A.6
PRESIDENTE PRUDENTE (SP) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



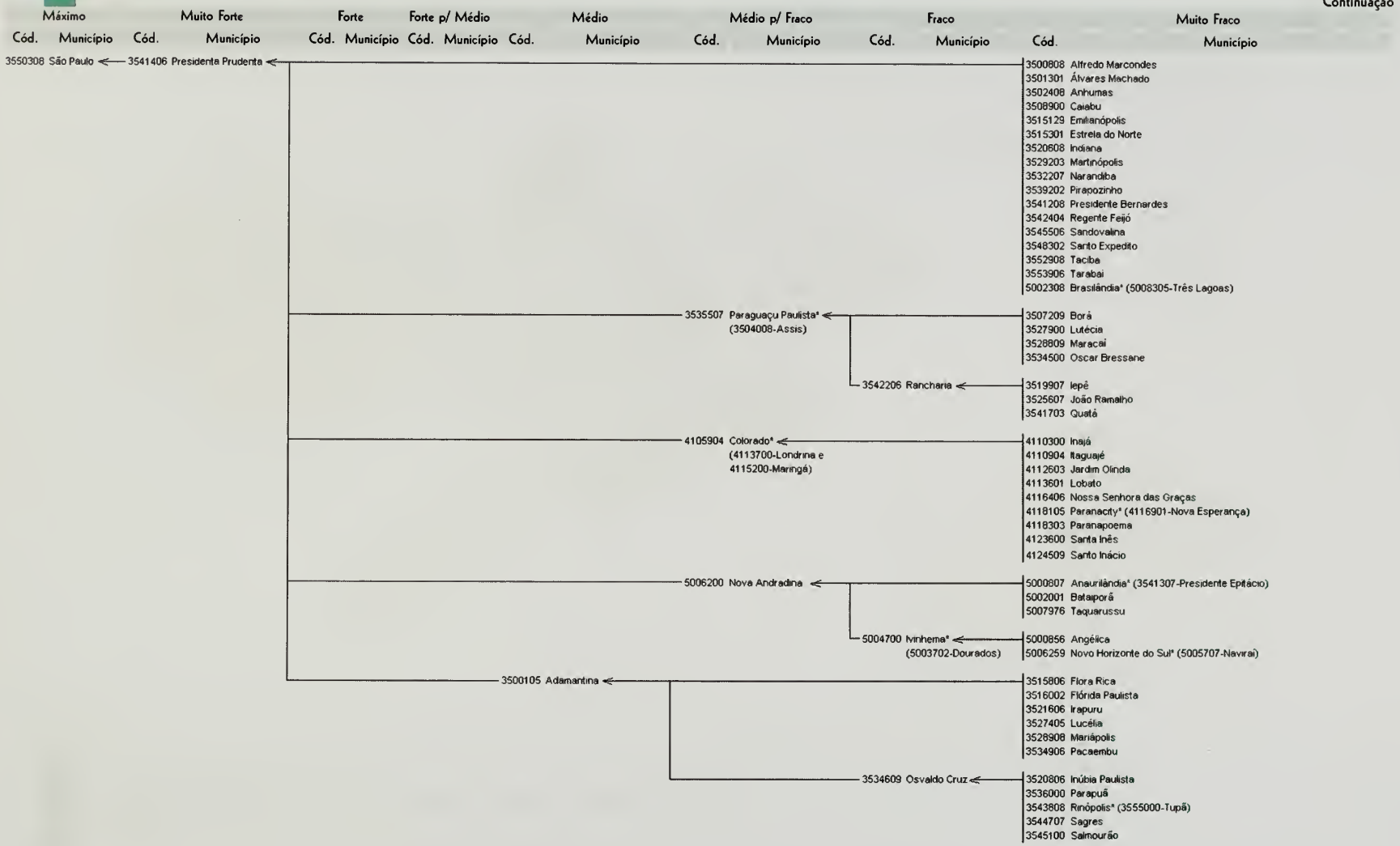
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.5

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE PRESIDENTE PRUDENTE

Continuação



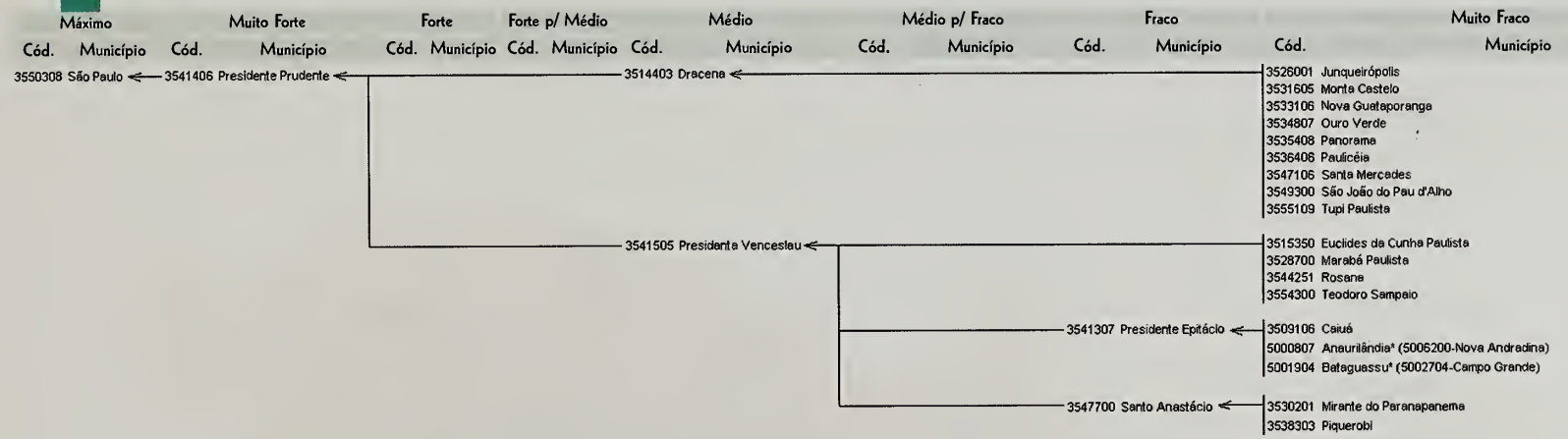
Continua

QUADRO A.5

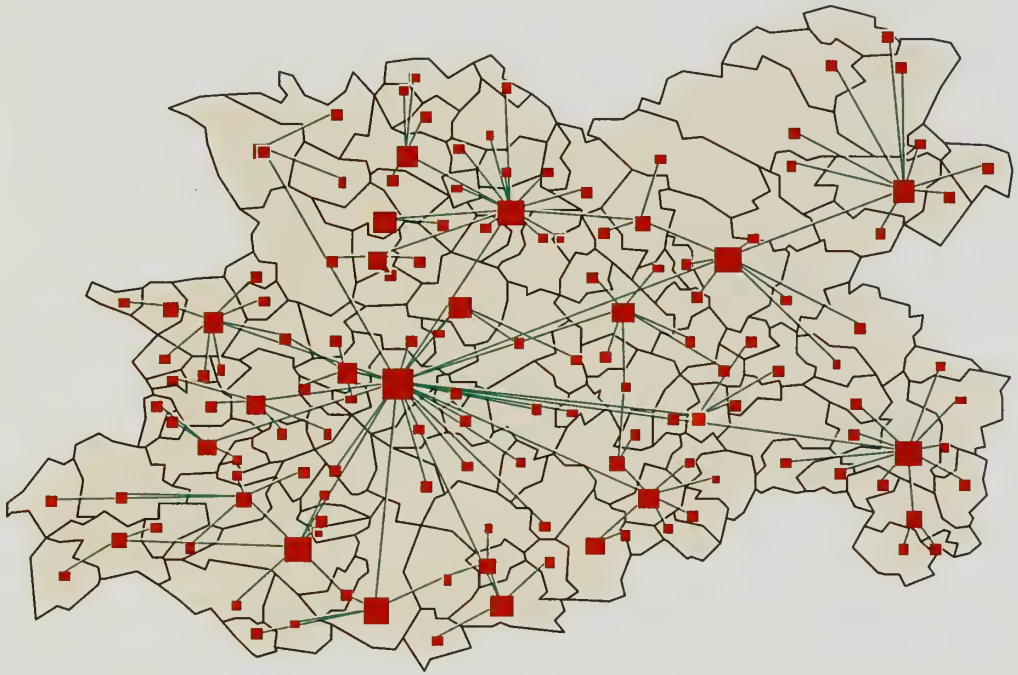
SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE PRESIDENTE PRUDENTE

Conclusão



MAPA A.7
RIBEIRÃO PRETO (SP) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



■ Centros urbanos

—— Fluxos de bens e serviços

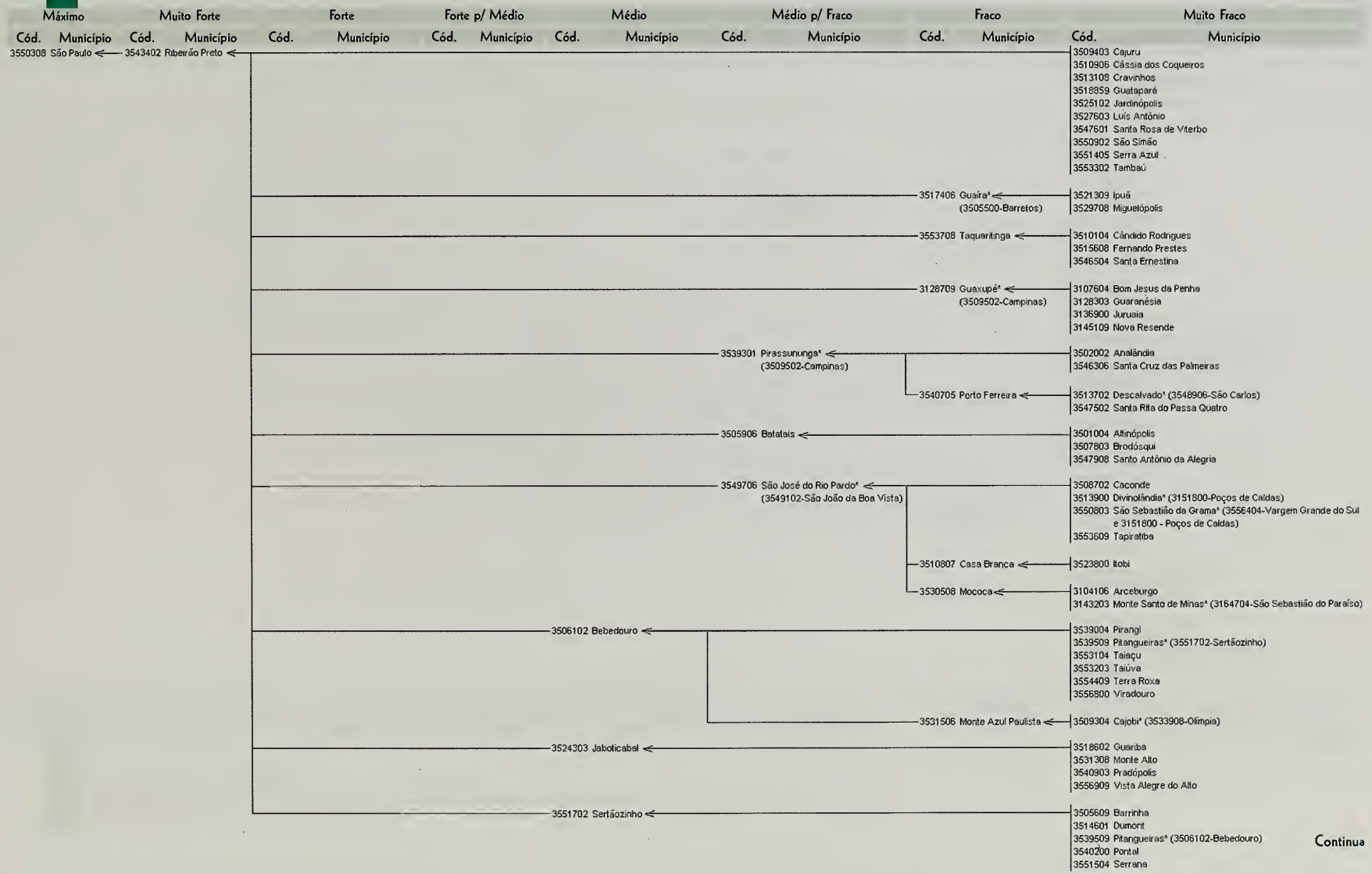
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

N

QUADRO A.6

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE RIBEIRÃO PRETO



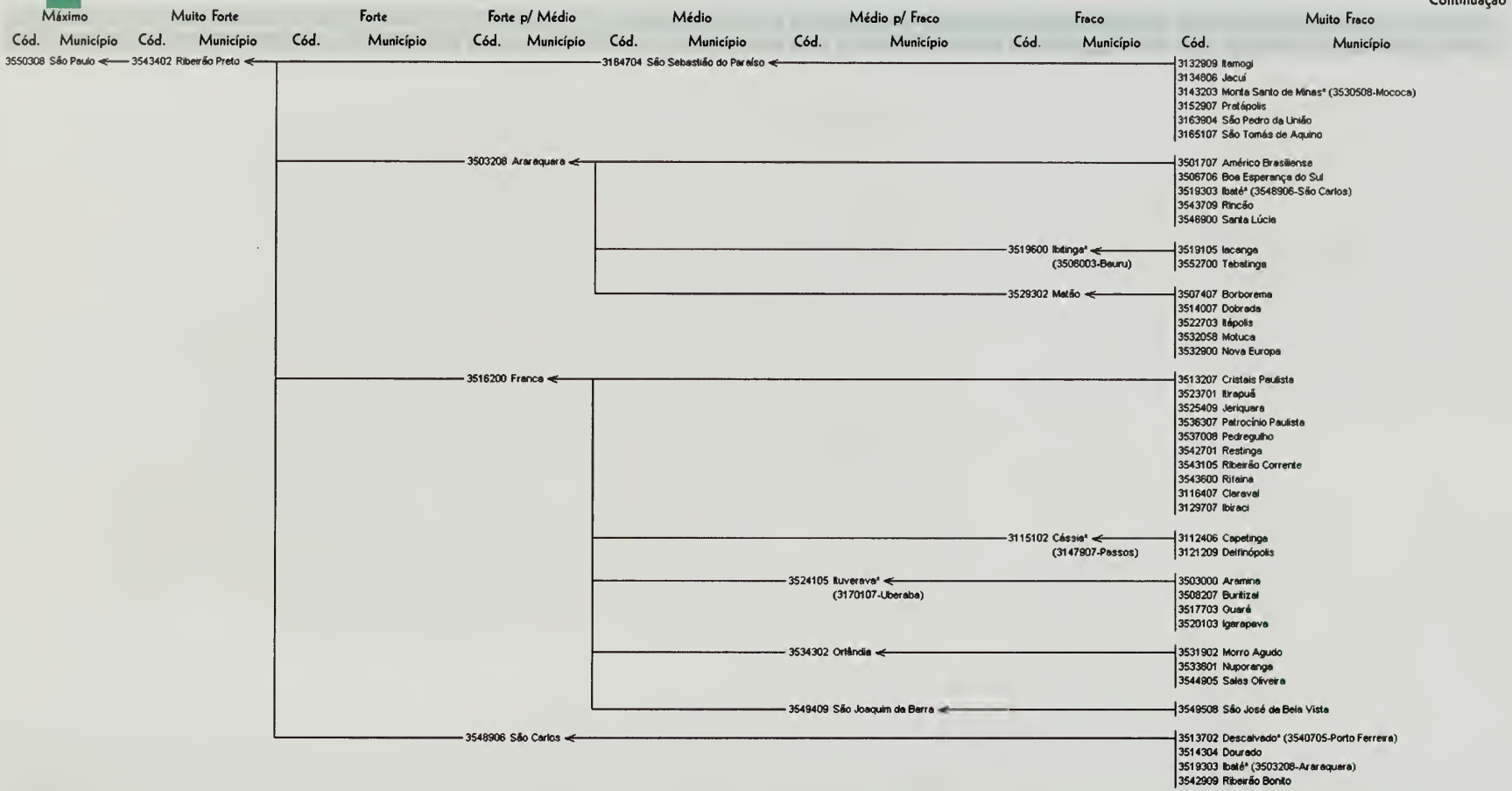
Continua

QUADRO A.6

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE RIBEIRÃO PRETO

Continuação



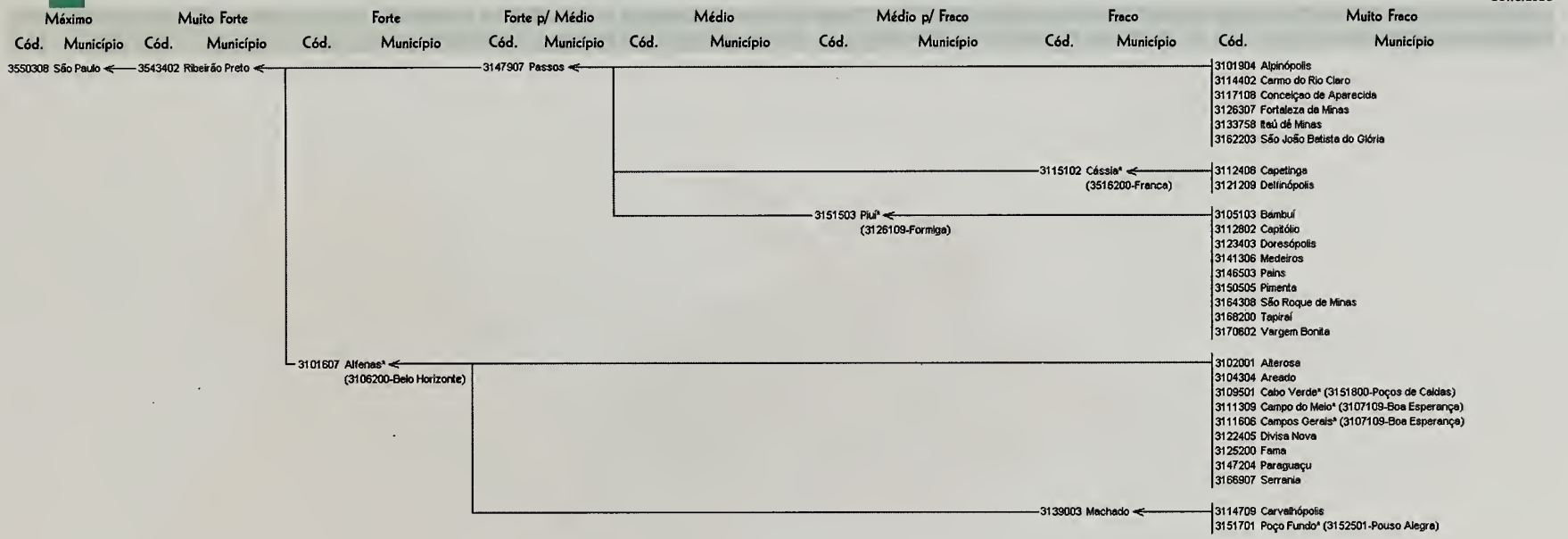
Continua

QUADRO A.6

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

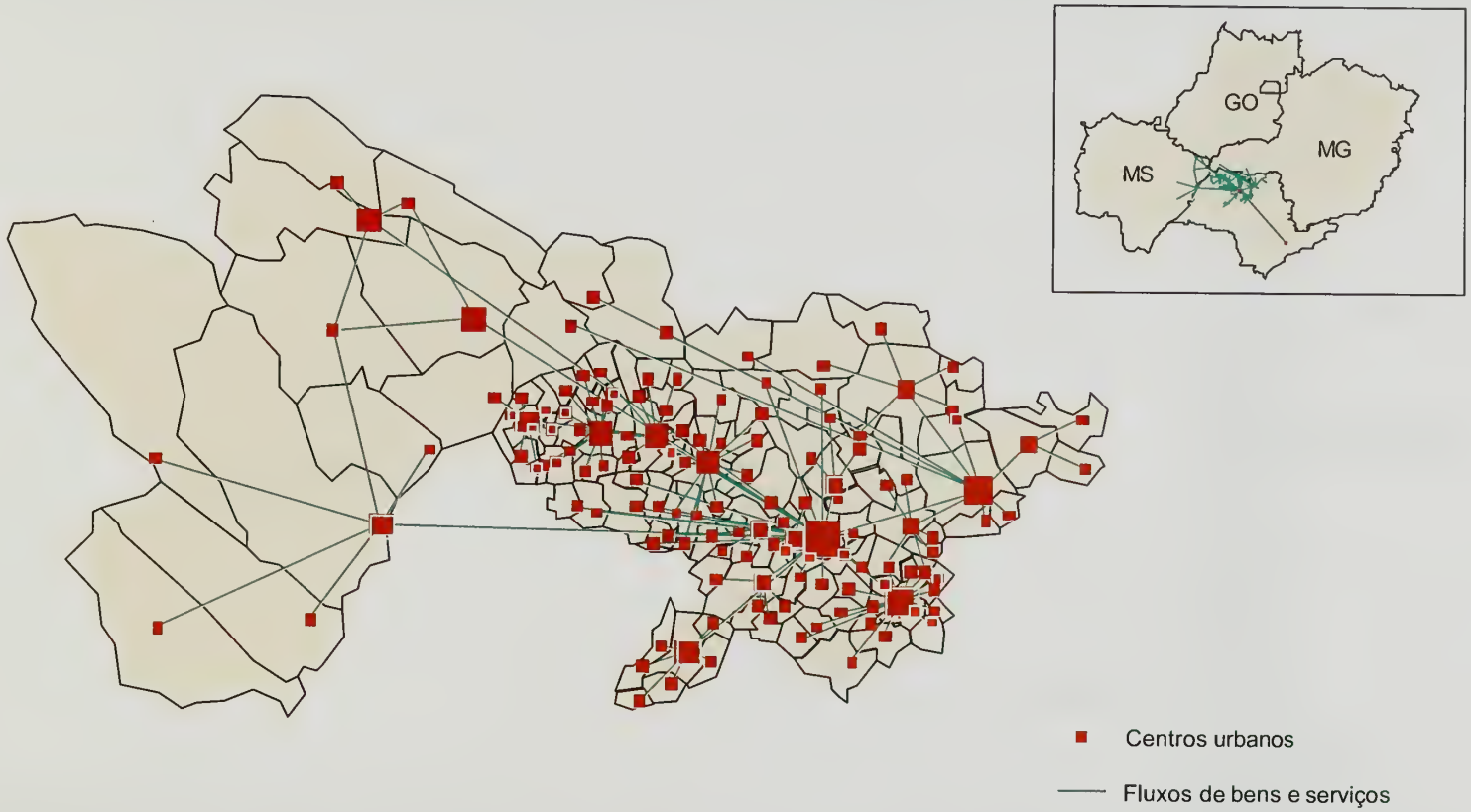
ÁREA DE RIBEIRÃO PRETO

Conclusão



MAPA A.8

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO

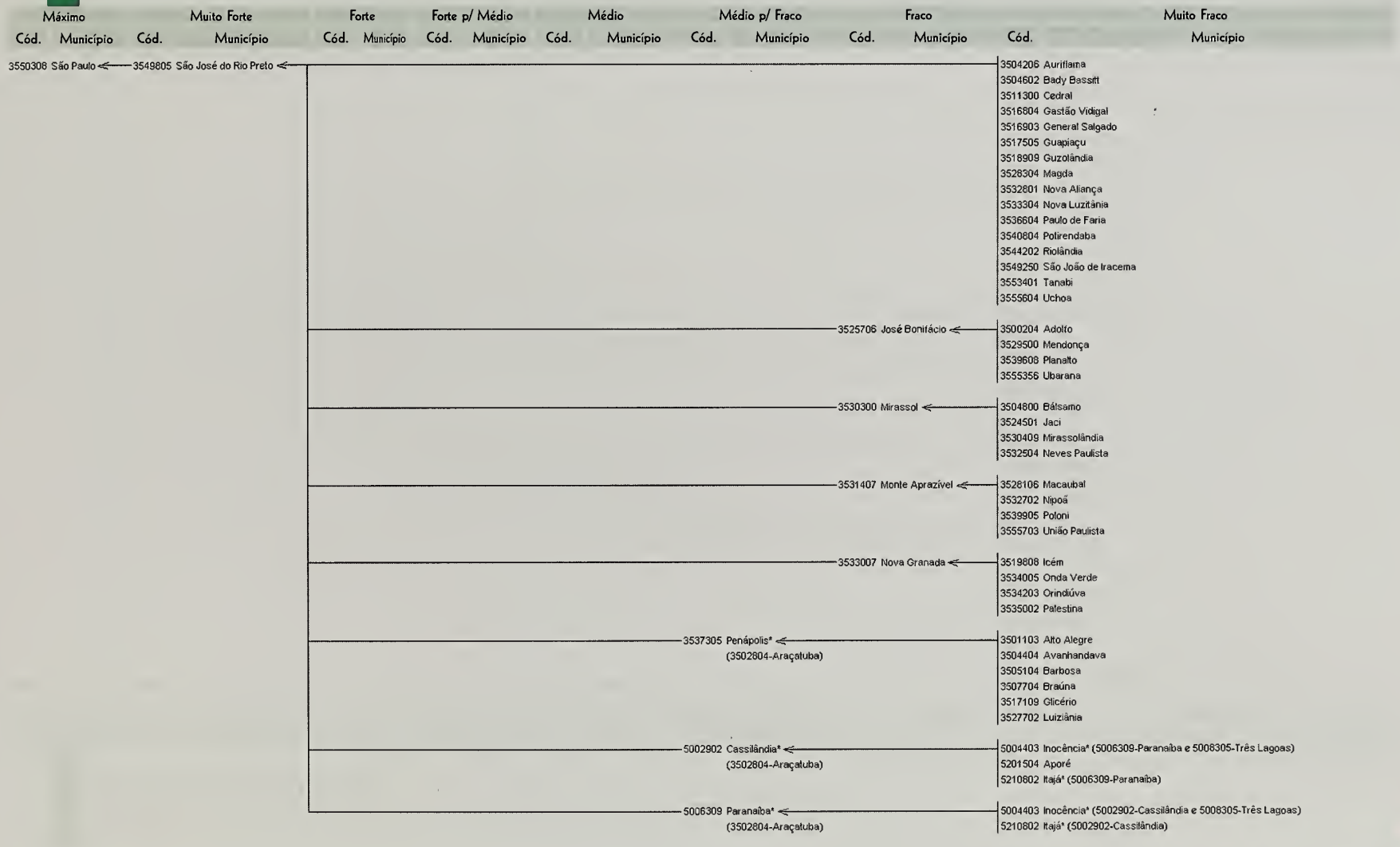


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.7

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO



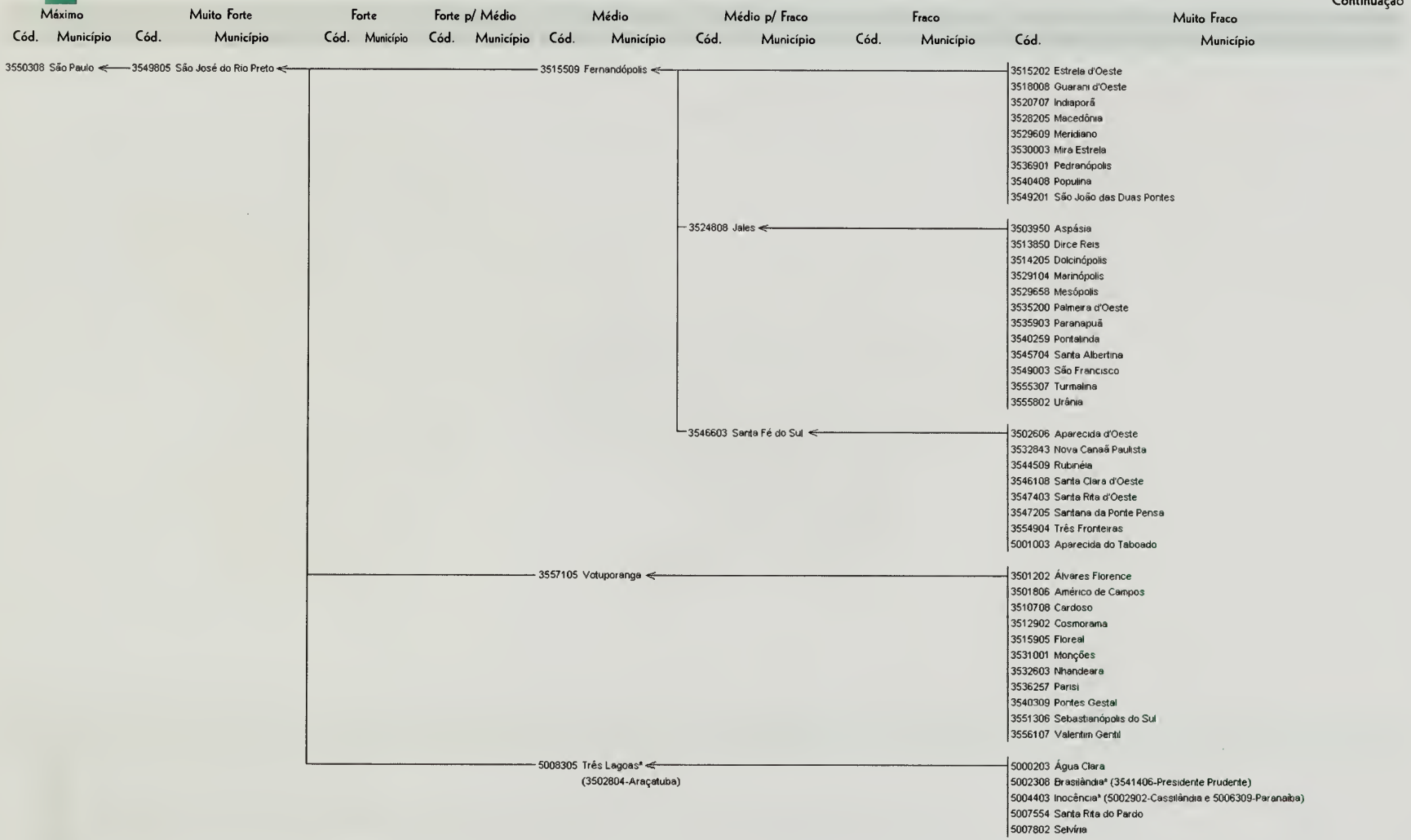
Continua

QUADRO A.7

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Continuação



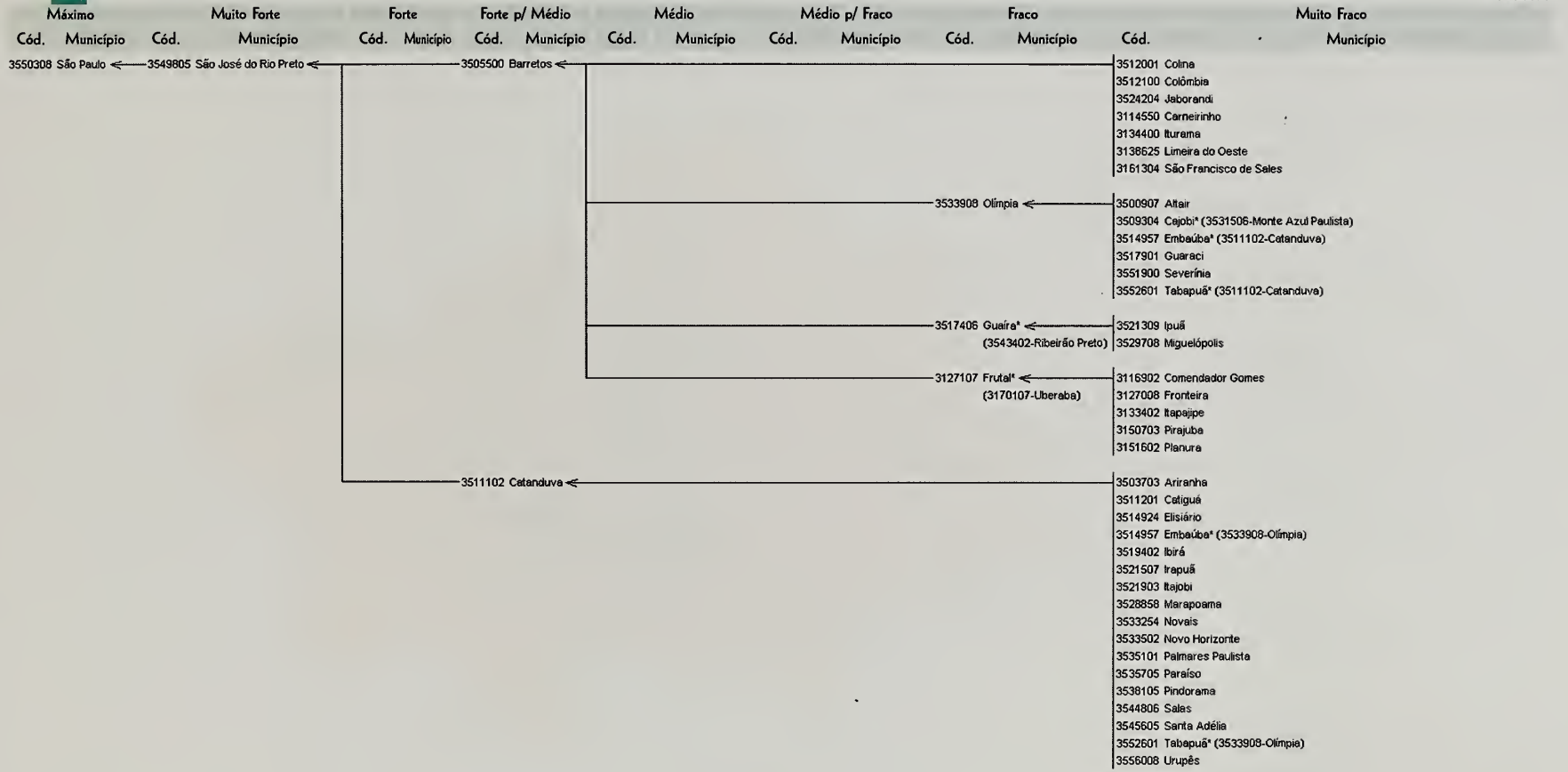
Continua

QUADRO A.7

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

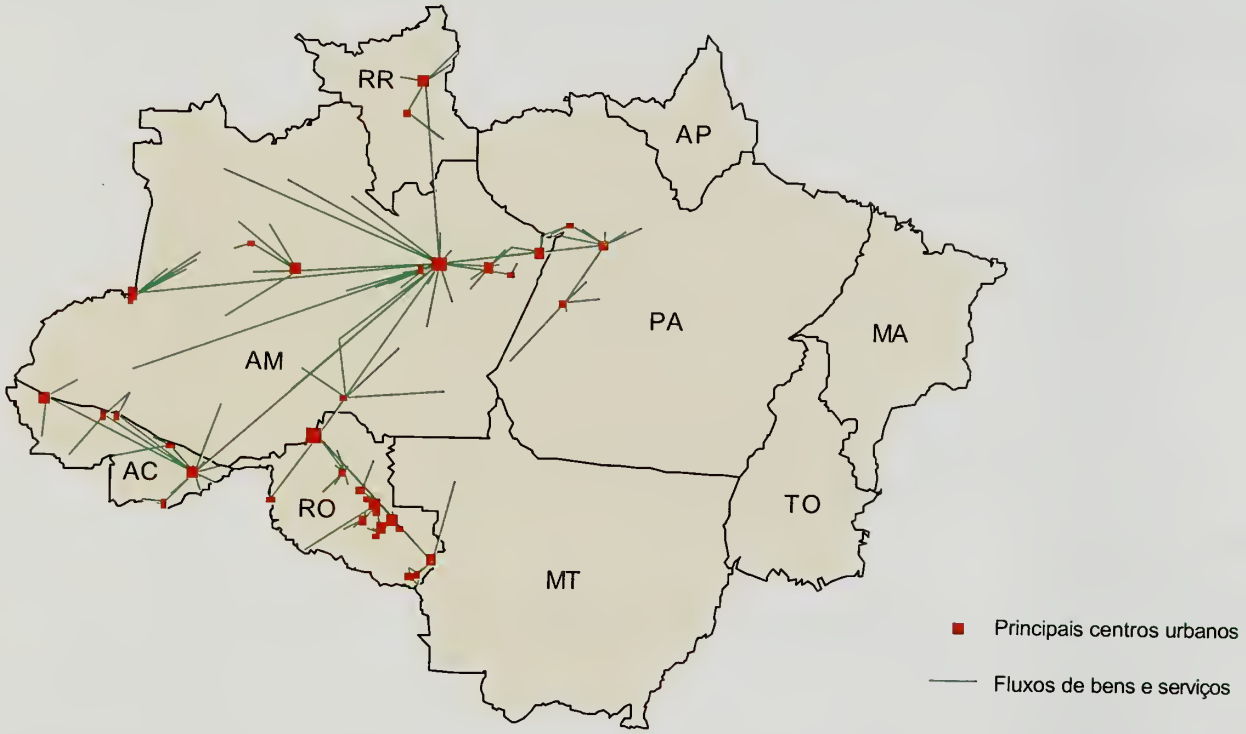
ÁREA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Conclusão



MAPA A.9

MANAUS (AM) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO

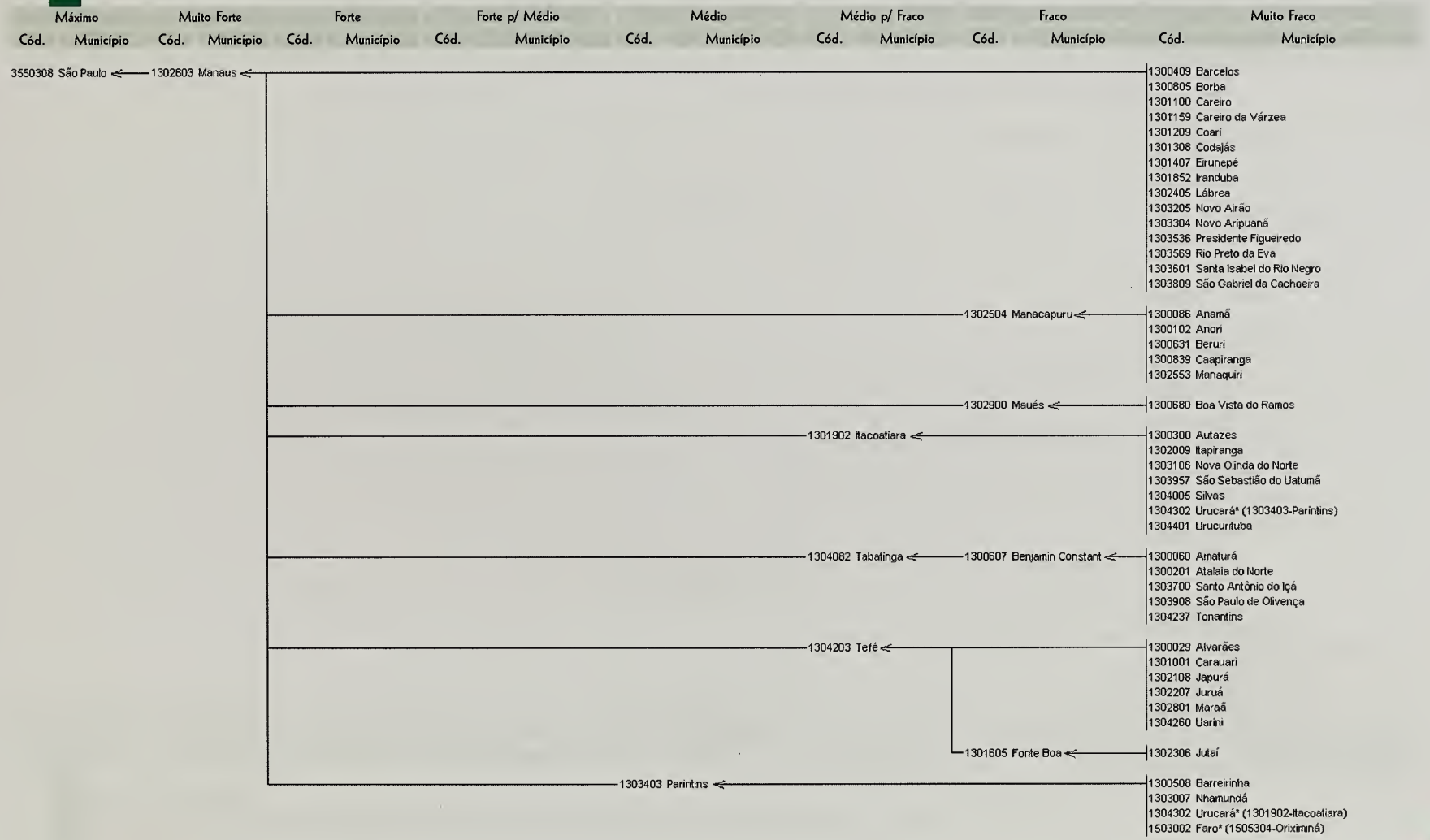


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.8

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE MANAUS



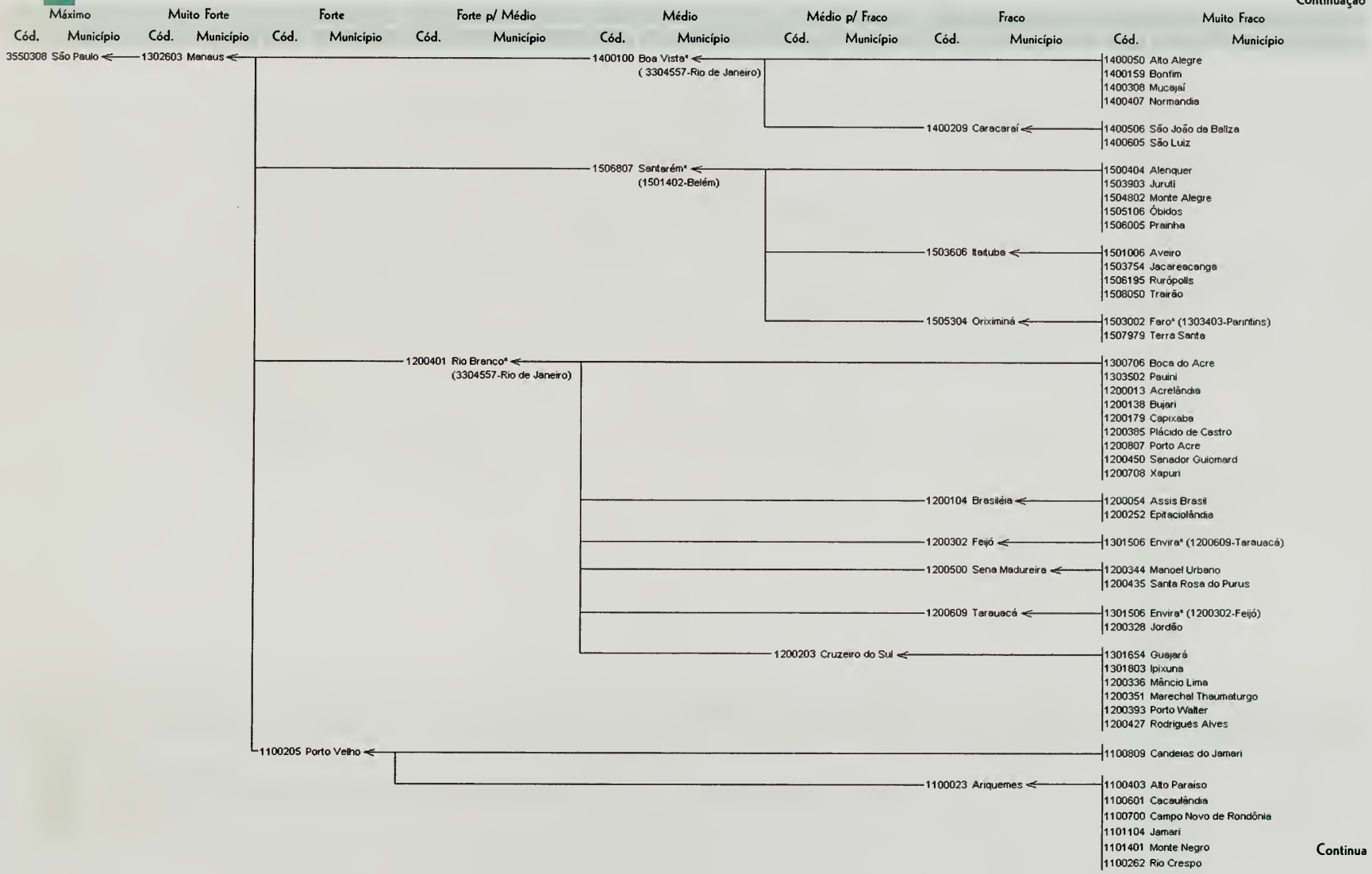
Continua

QUADRO A.8

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE MANAUS

Continuação



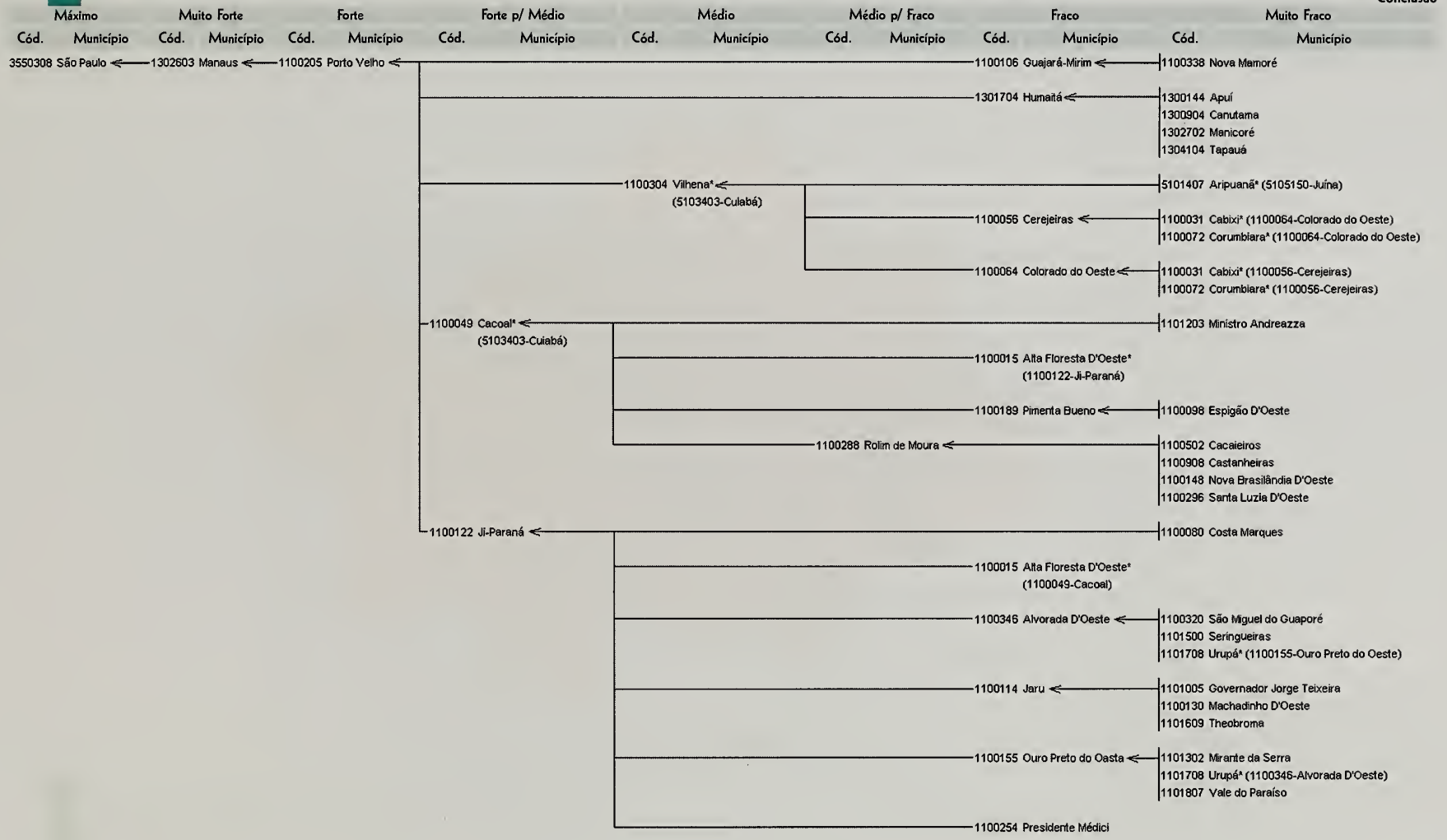
Continua

QUADRO A.8

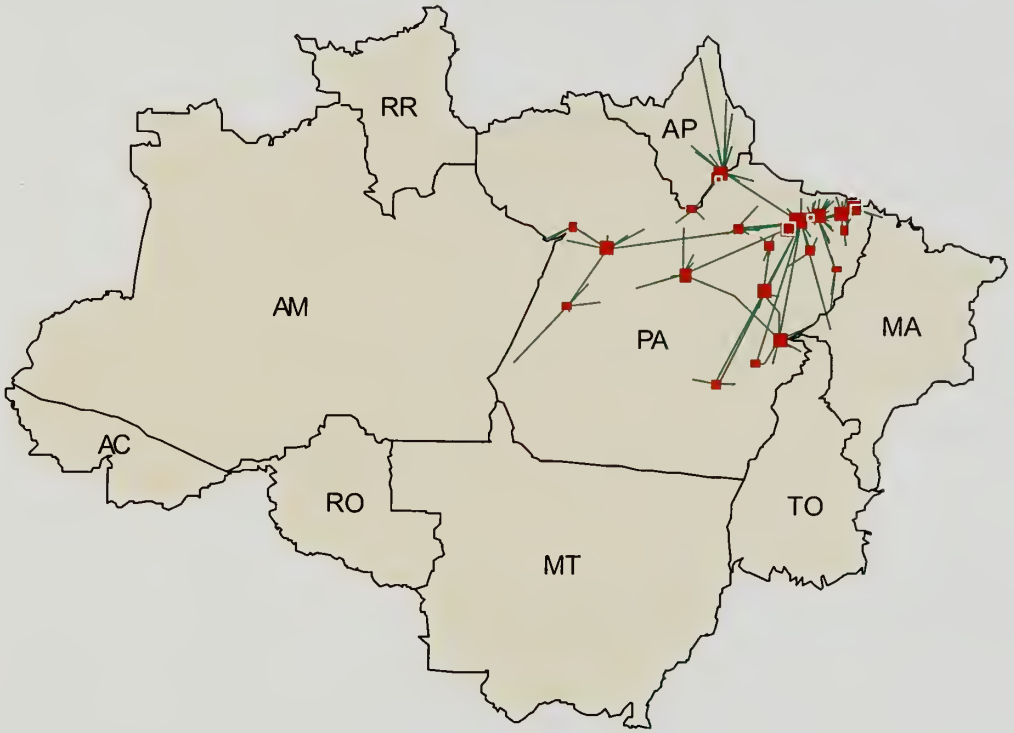
SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE MANAUS

Conclusão



MAPA A.10
BELÉM (PA) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO

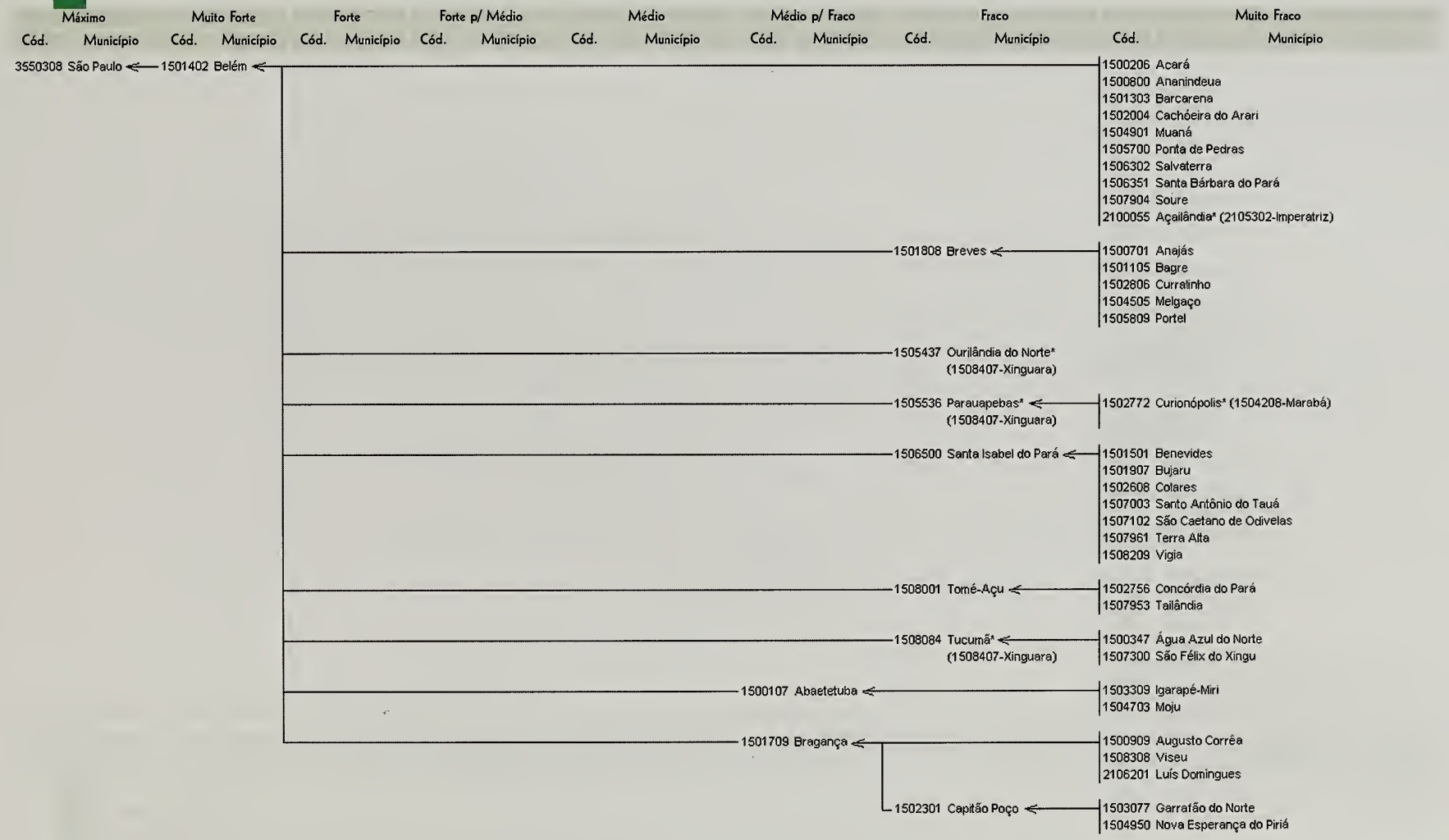


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.9

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE BELÉM



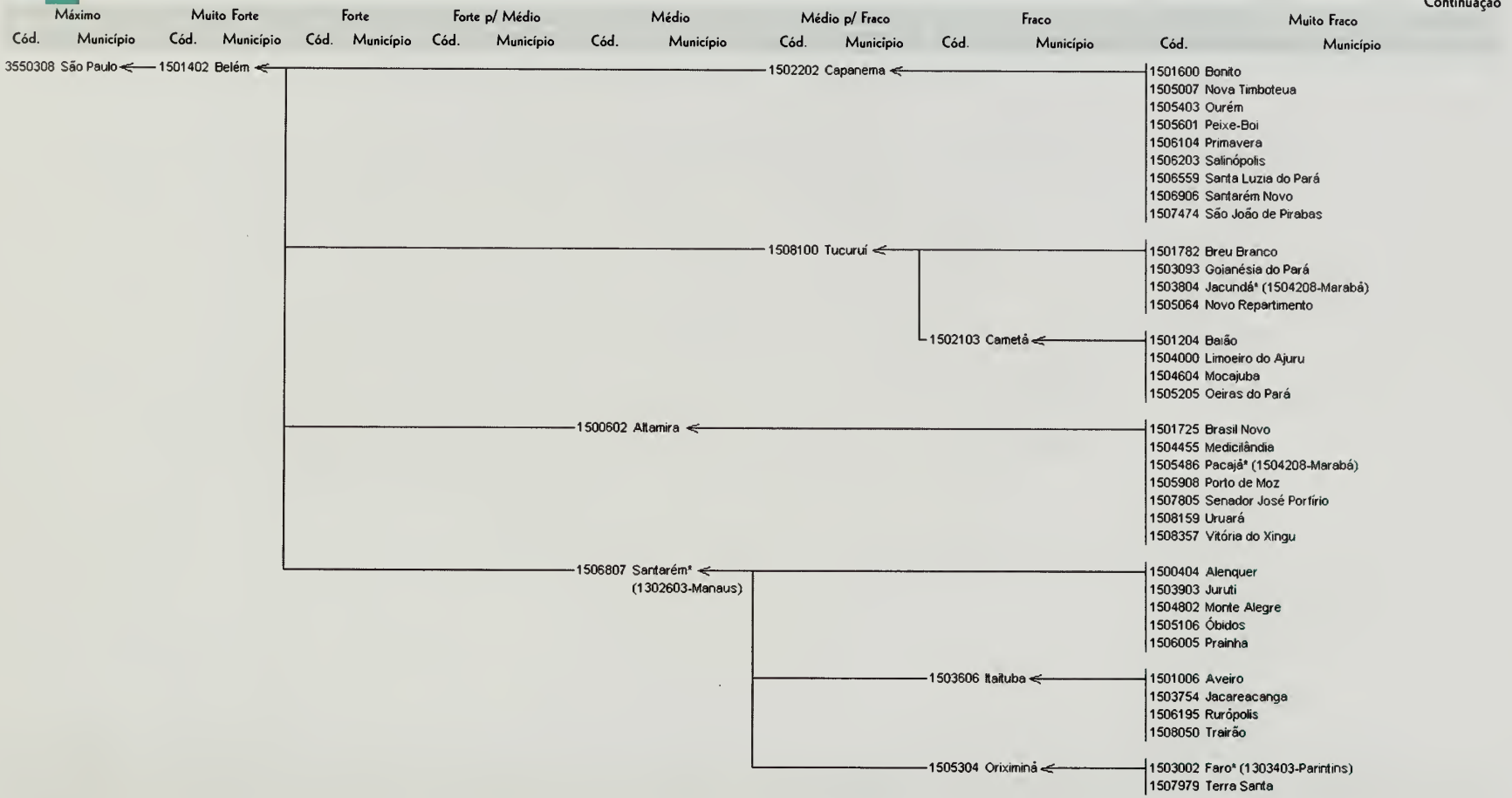
Continua

QUADRO A.9

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE BELÉM

Continuação



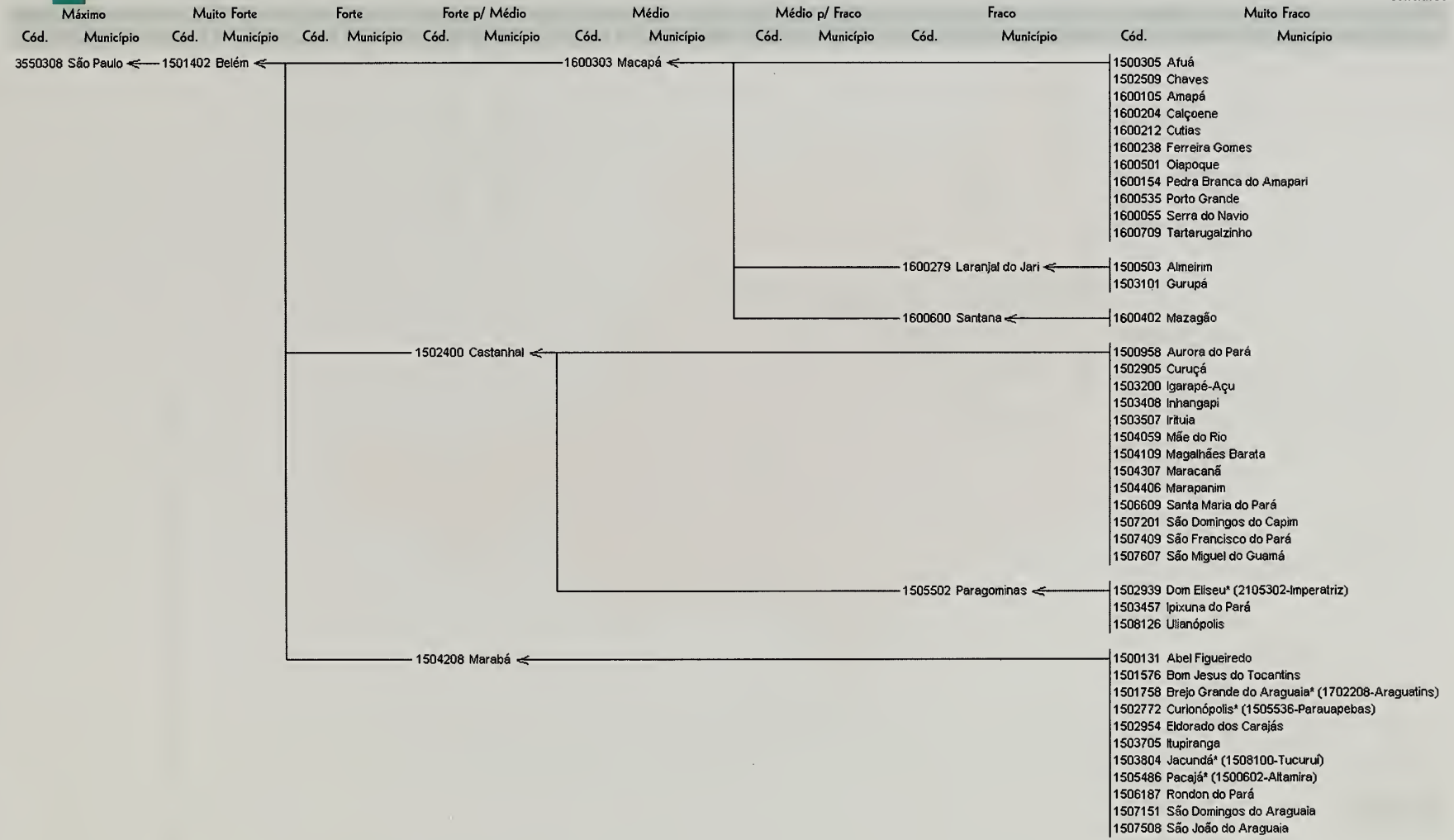
Continua

QUADRO A.9

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE BELÉM

Conclusão



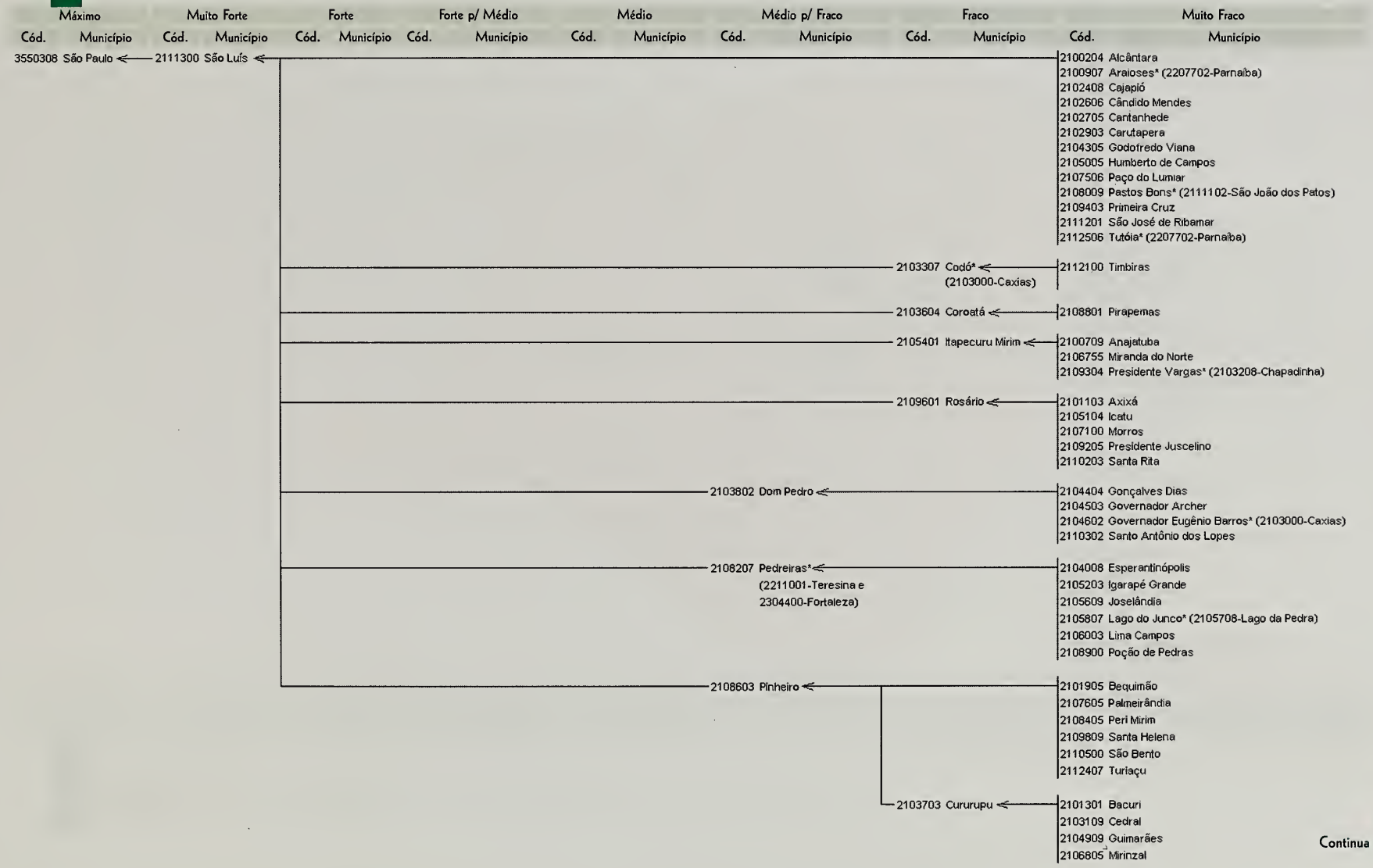
MAPA A.11
SÃO LUÍS (MA) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.10

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SÃO LUÍS



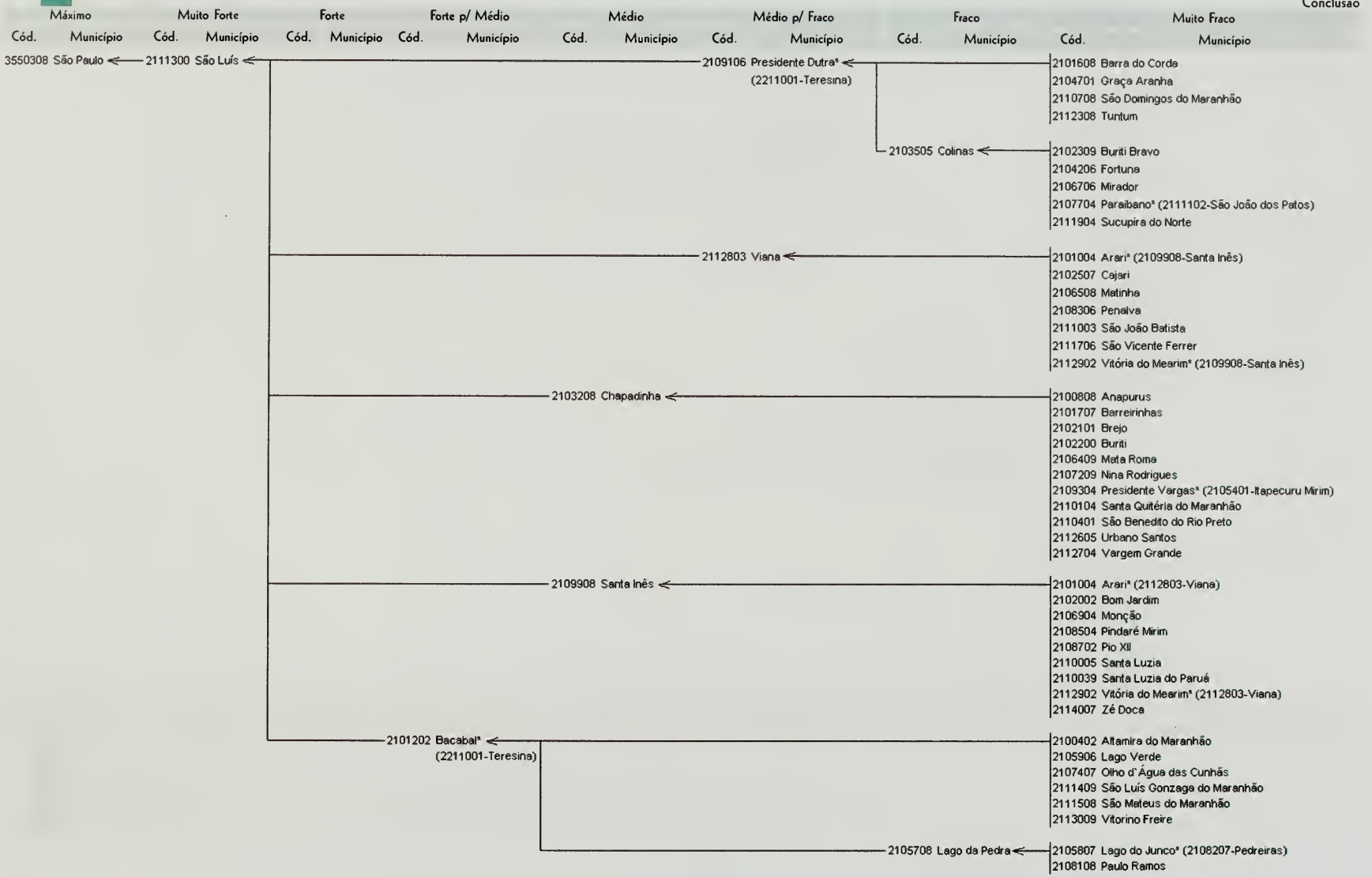
Continua

QUADRO A.10

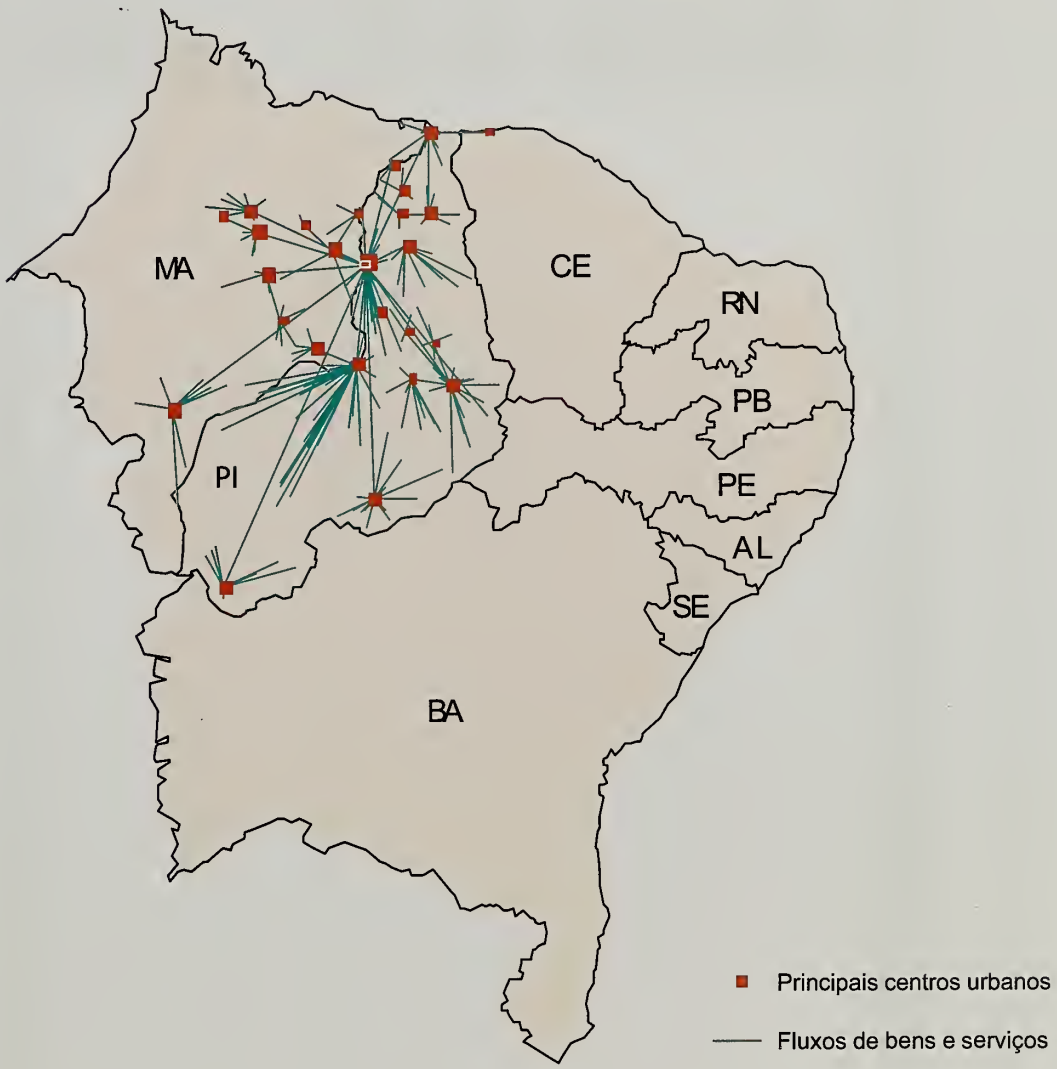
SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SÃO LUÍS

Conclusão



MAPA A.12
TERESINA (PI) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO

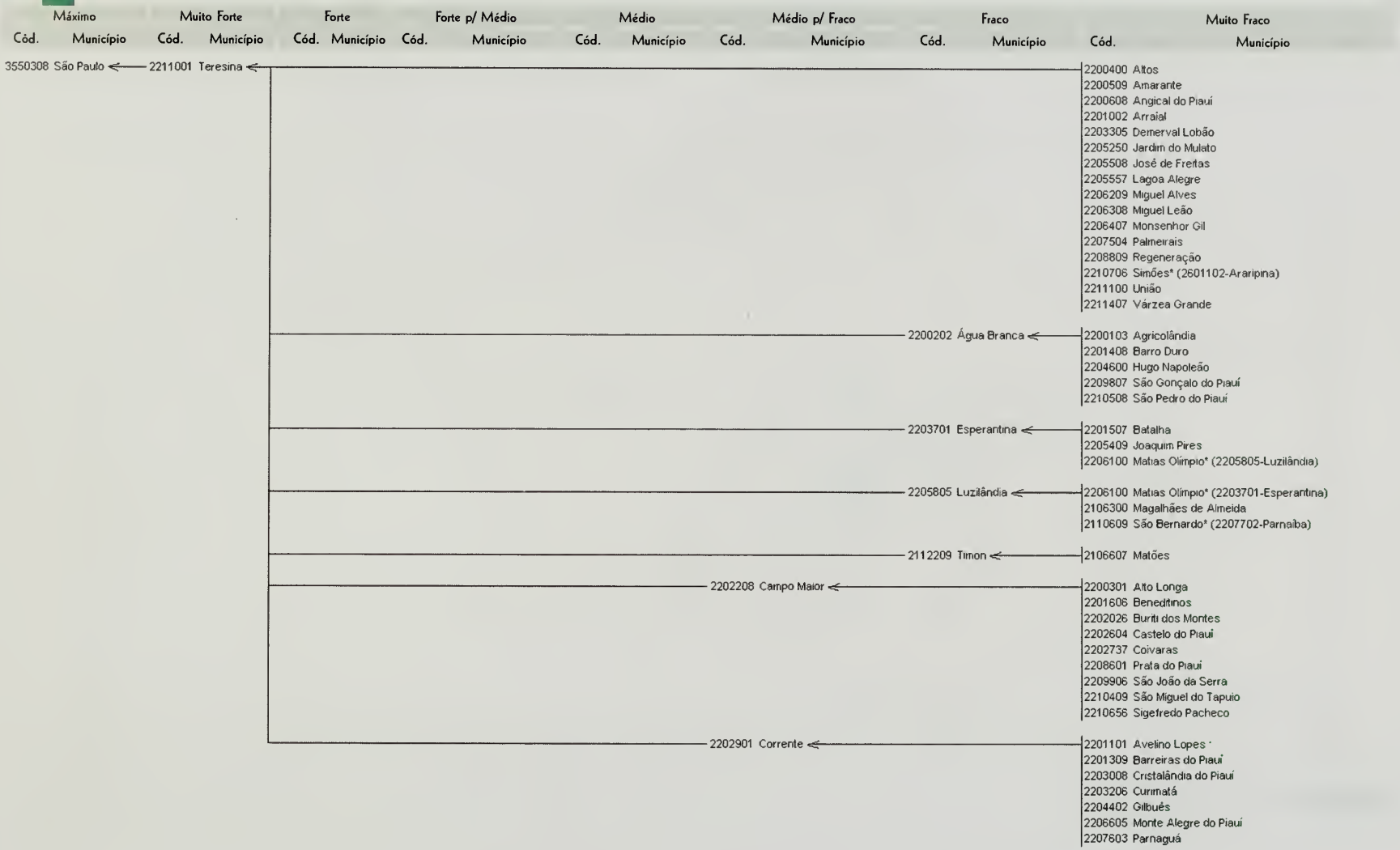


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.11

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE TERESINA

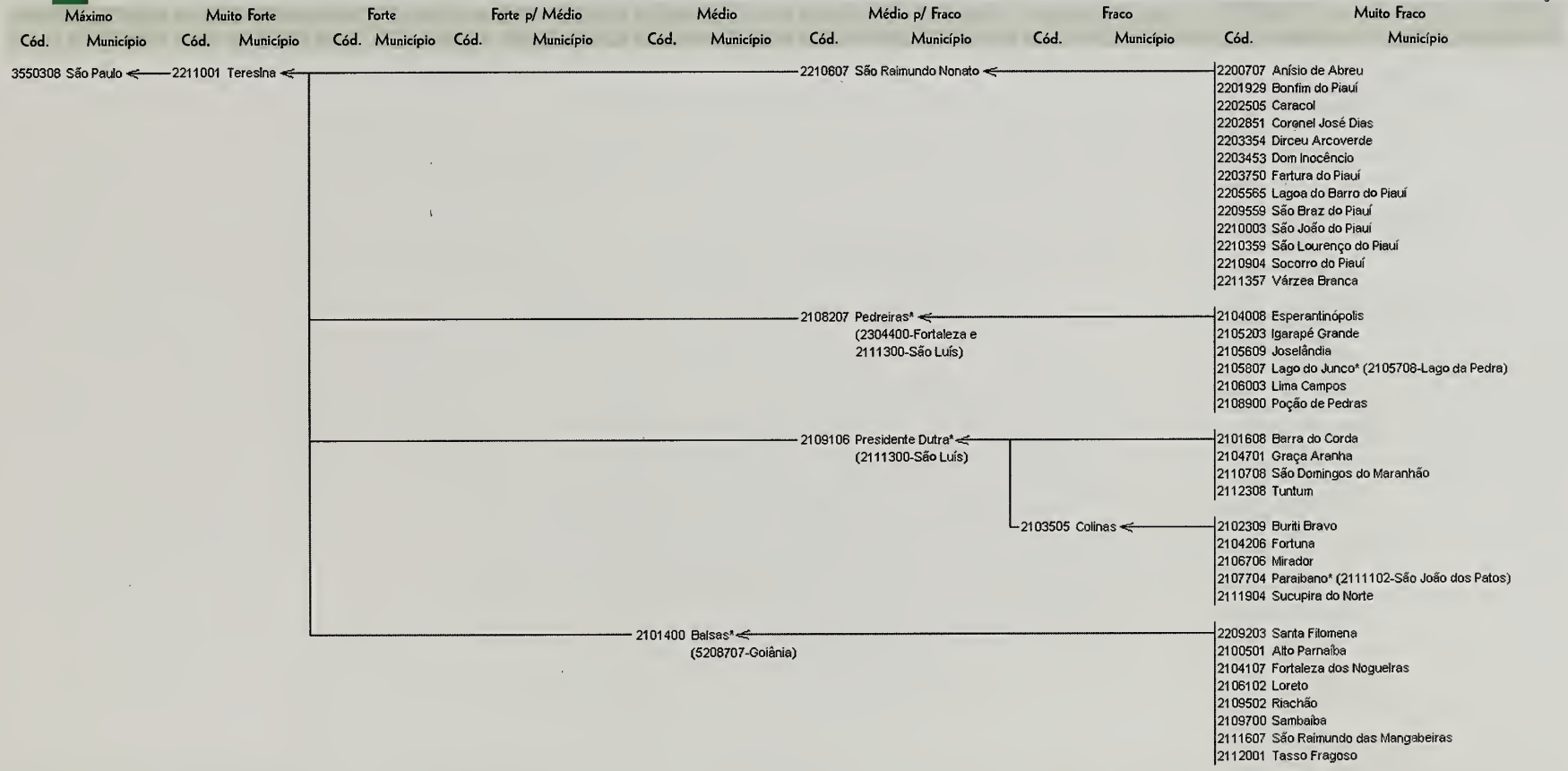


QUADRO A.11

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE TERESINA

Continuação



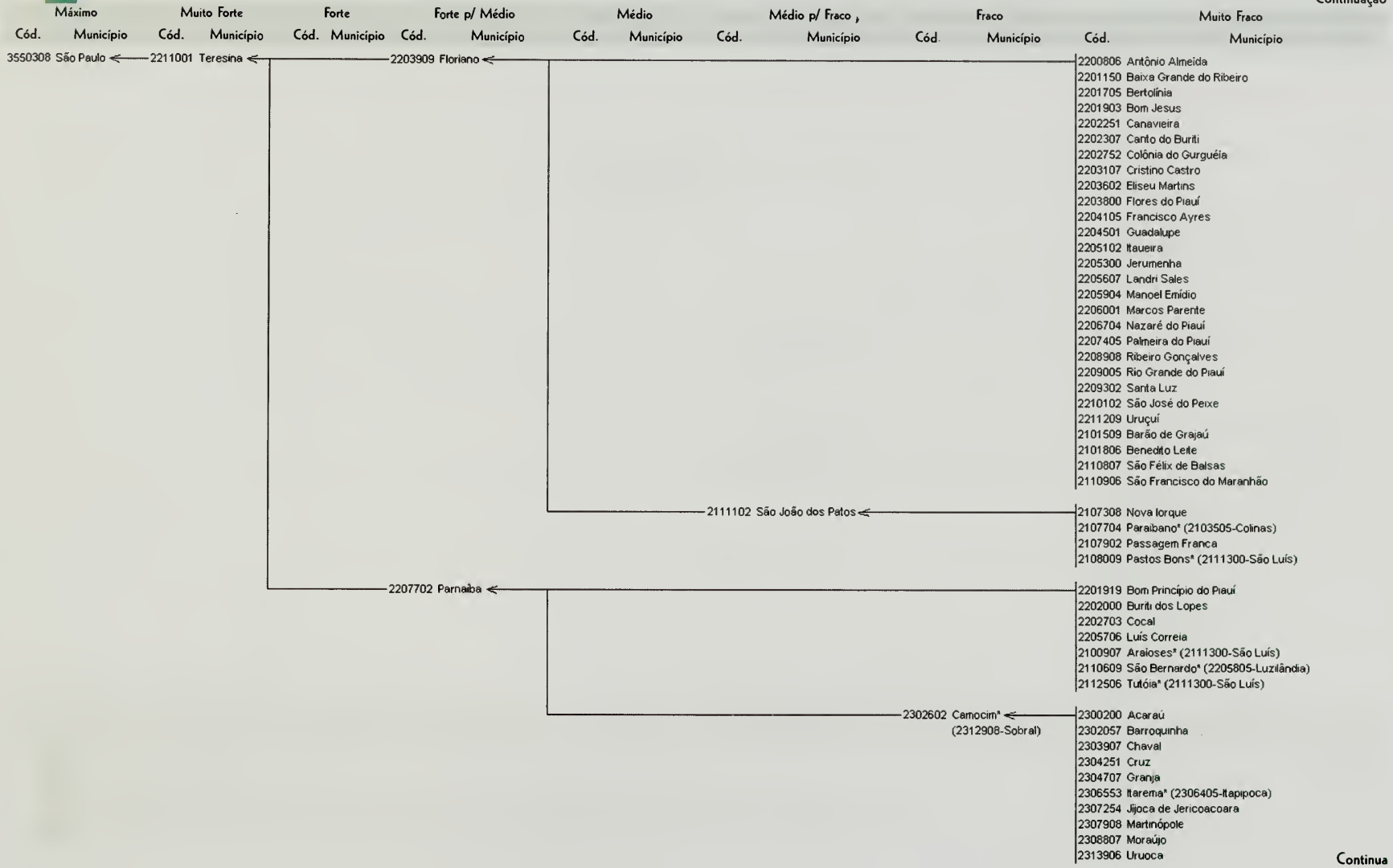
Continua

QUADRO A.11

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE TERESINA

Continuação



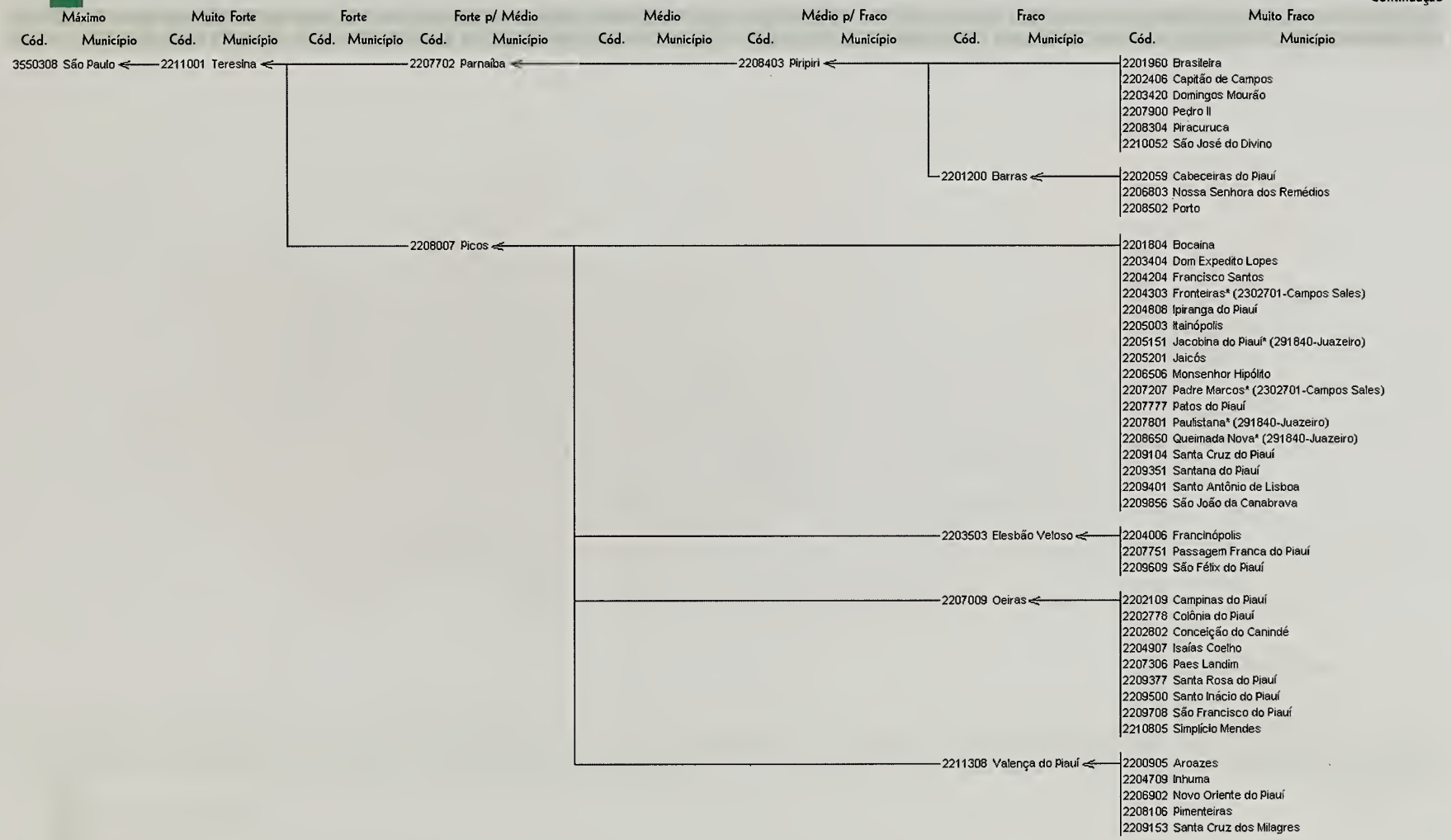
Continua

QUADRO A.11

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE TERESINA

Continuação



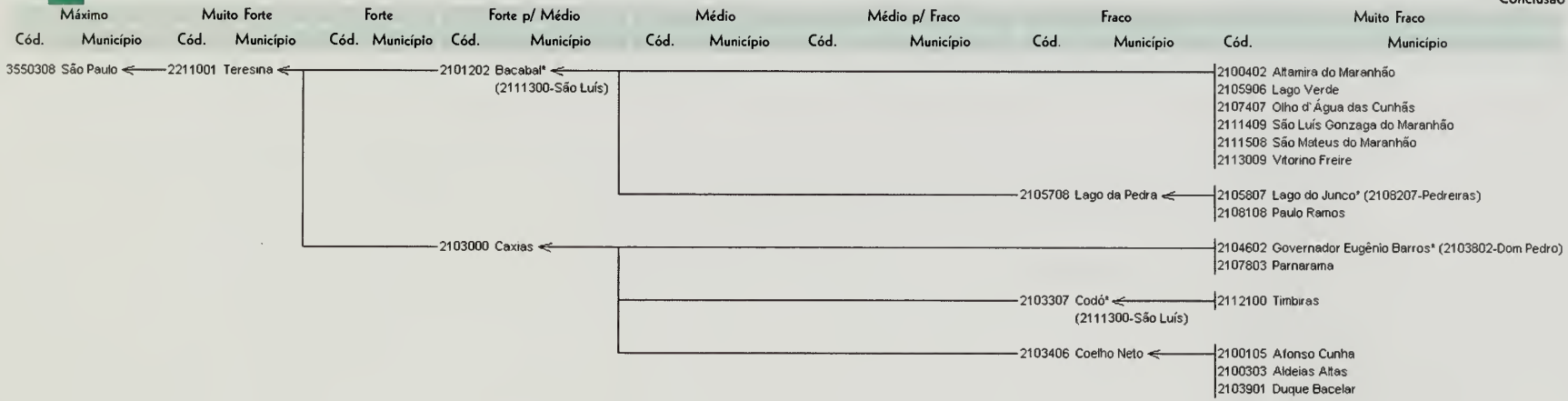
Continua

QUADRO A.11

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

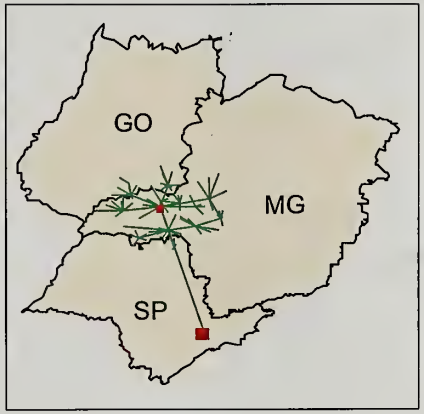
ÁREA DE TERESINA

Conclusão



Continua

MAPA A.13
UBERLÂNDIA (MG) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Centros urbanos

Fluxos de bens e serviços

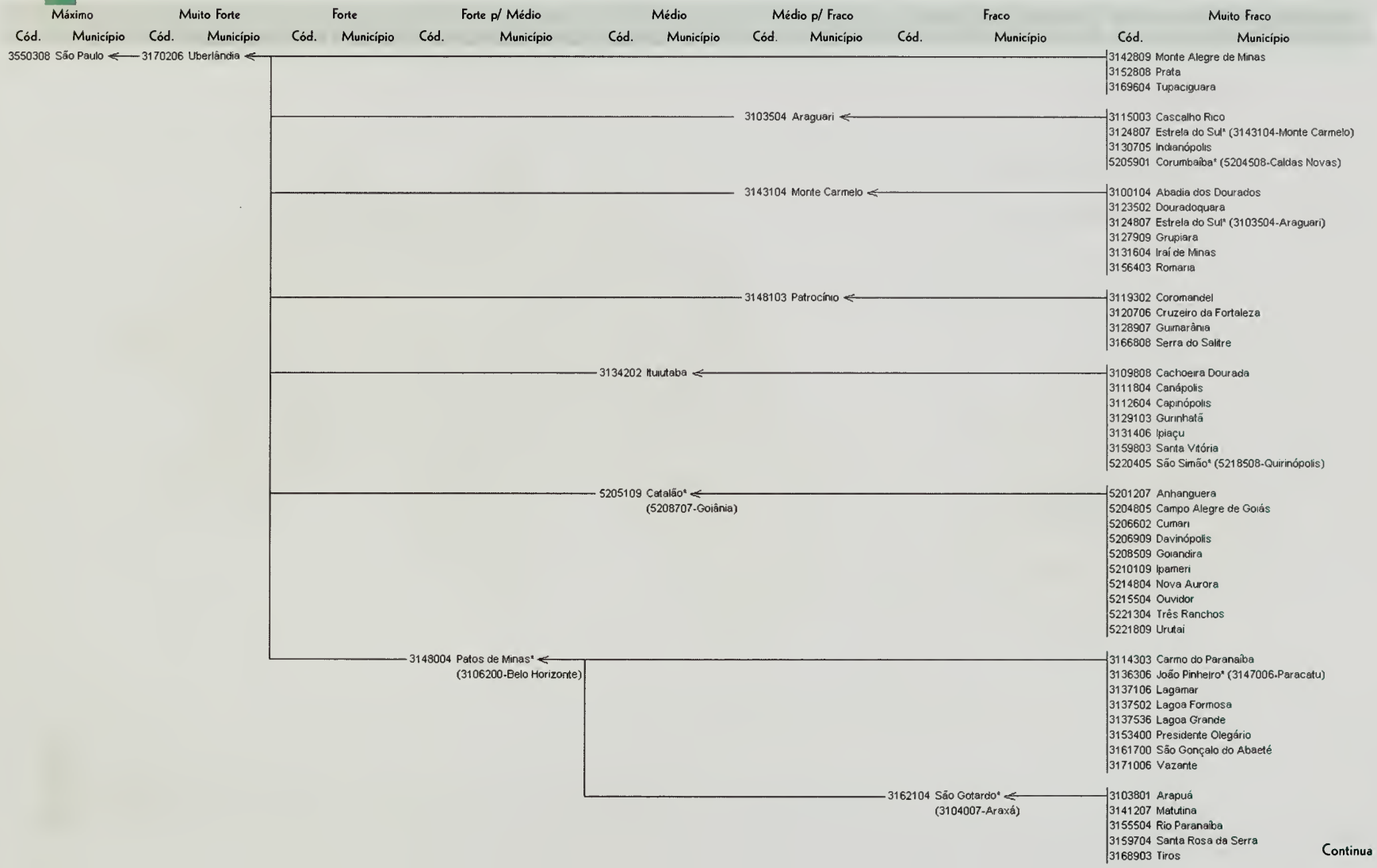
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

N

QUADRO A.12

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE UBERLÂNDIA



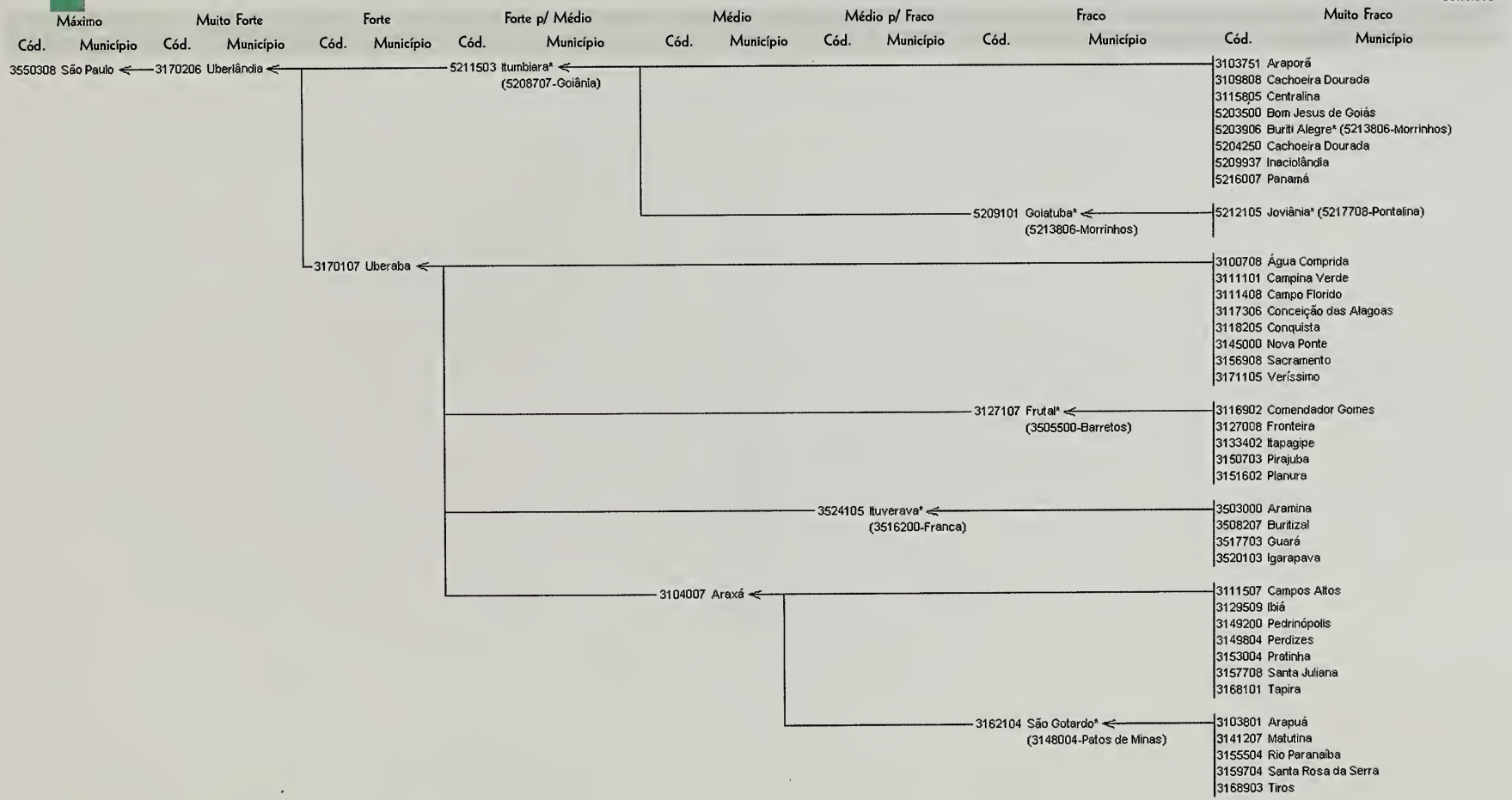
Continua

QUADRO A.12

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE UBERLÂNDIA

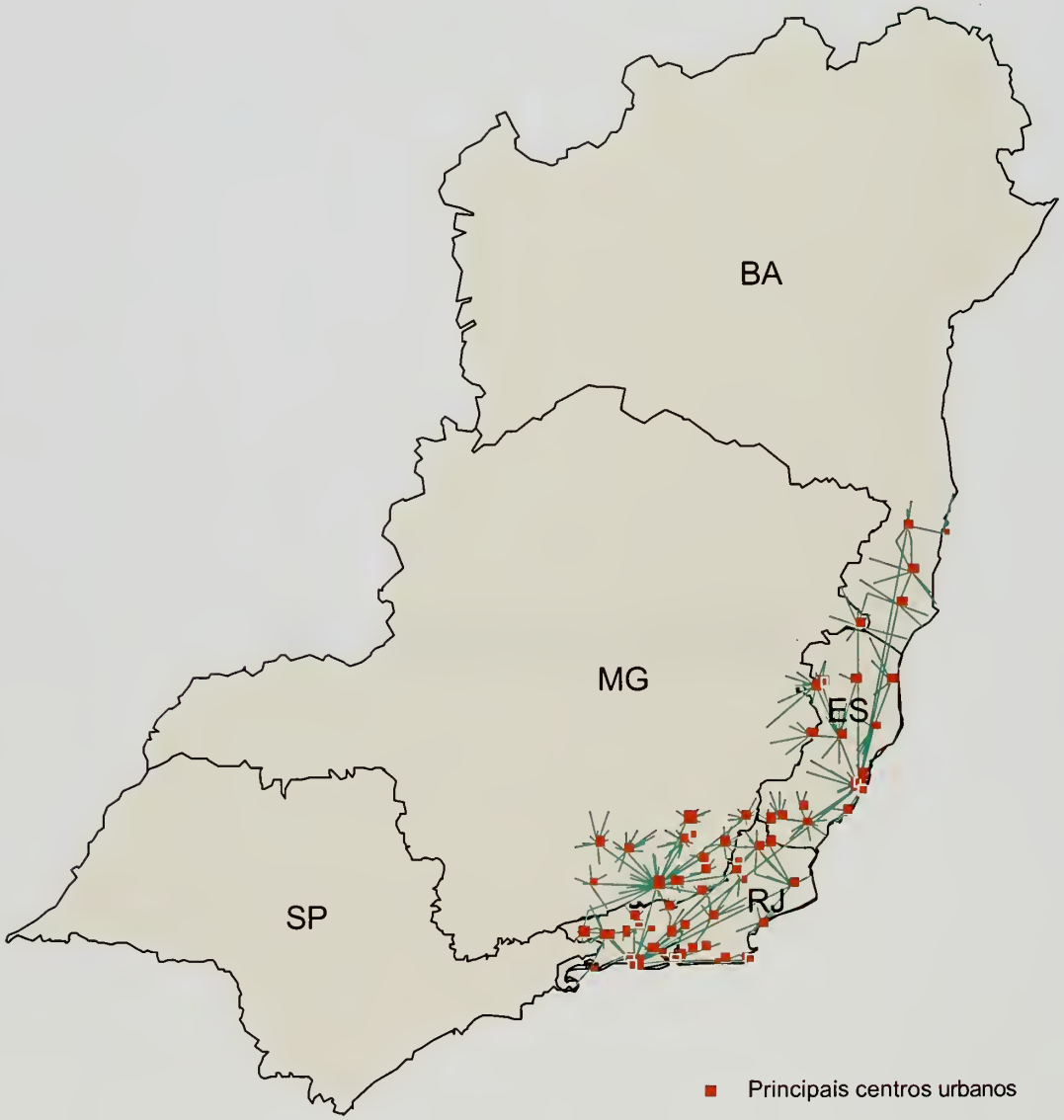
Conclusão



RIO DE JANEIRO - RJ

MAPA A.14

RIO DE JANEIRO (RJ) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO

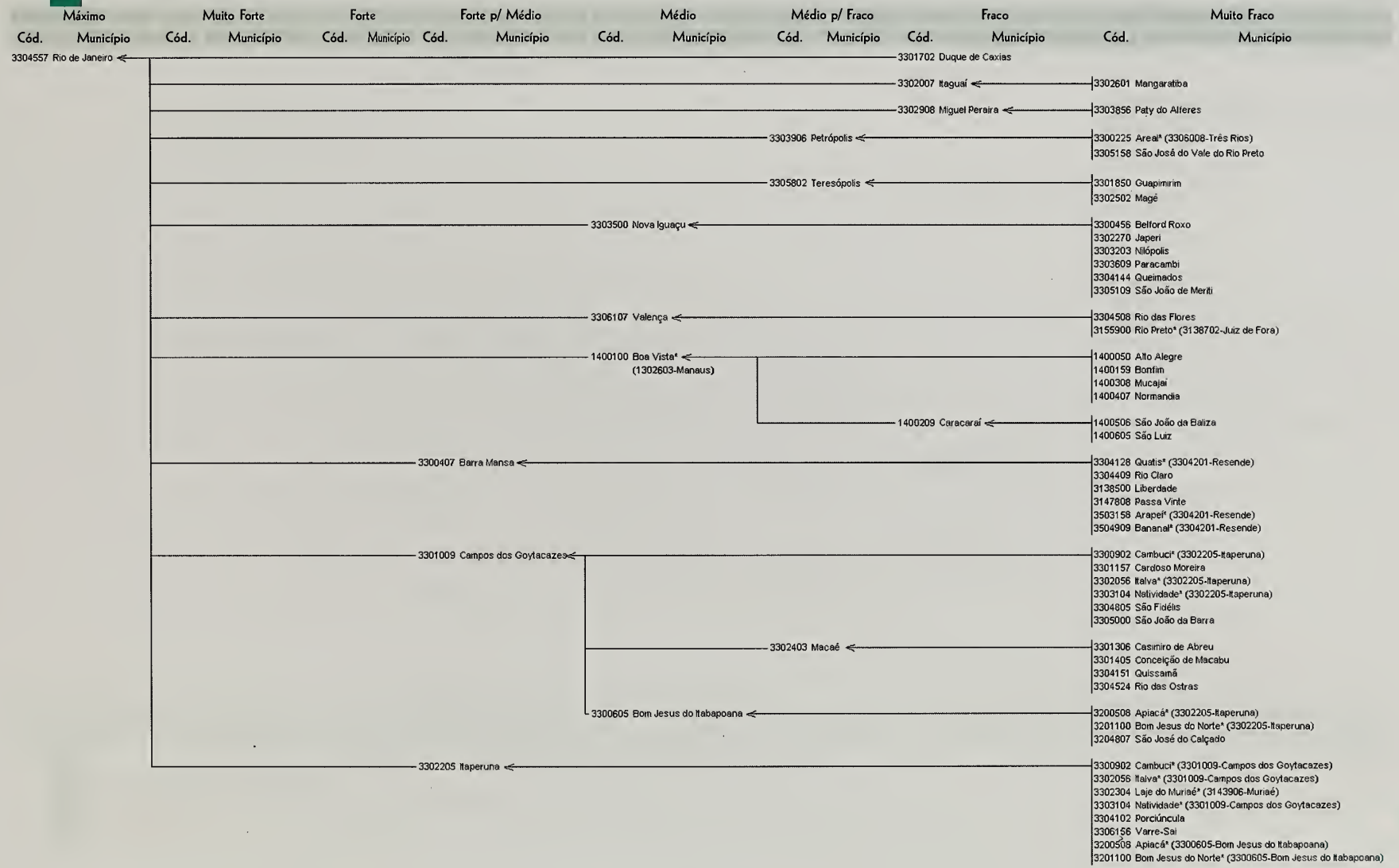


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.13

RIO DE JANEIRO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DO RIO DE JANEIRO



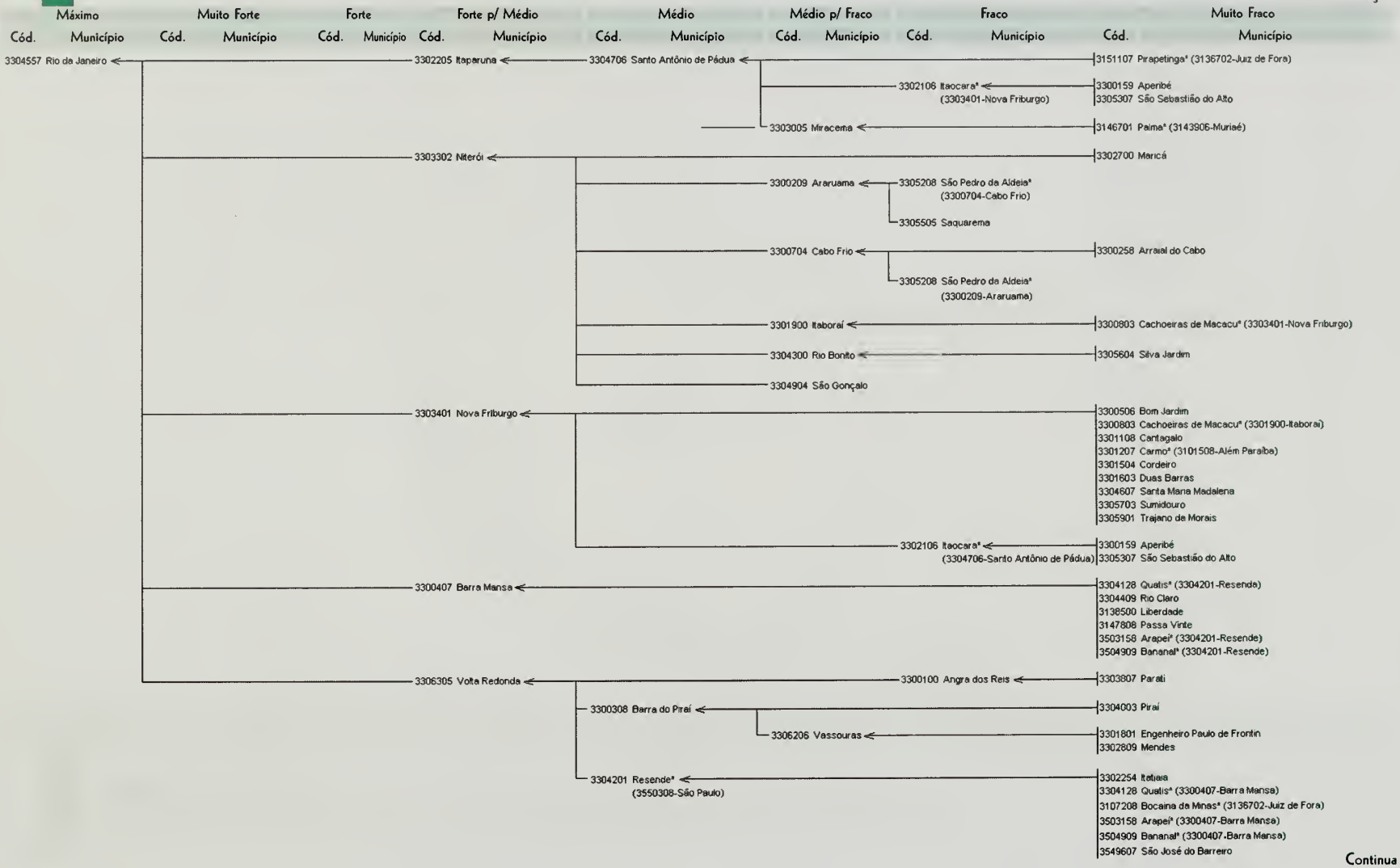
Continua

QUADRO A.13

RIO DE JANEIRO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DO RIO DE JANEIRO

Continuação



Continua

QUADRO A.13

RIO DE JANEIRO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DO RIO DE JANEIRO

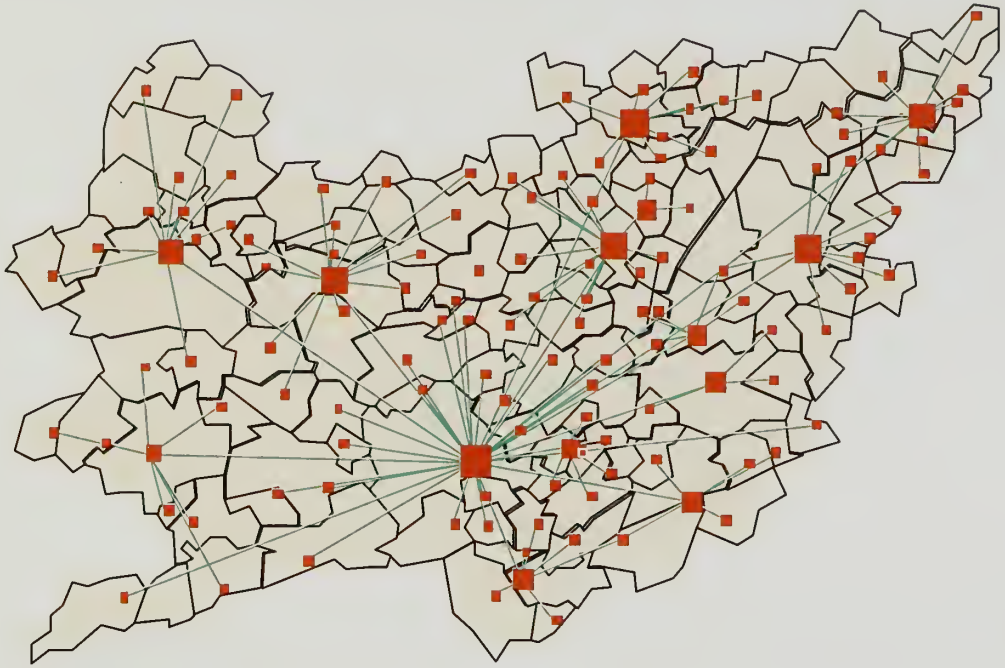
Conclusão

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
3304557	Rio de Janeiro	3136702	Juiz de Fora* (3106200-Belo Horizonte e 3550308-São Paulo)	3205309	Vitória* (3106200-Belo Horizonte e 3550308-São Paulo)	1200401	Rio Branco* (1302603-Manaus)		**(vide área em Manaus)**						

(vide área)

(vide área)

MAPA A.15
JUIZ DE FORA (MG) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Centros urbanos

Fluxos de bens e serviços

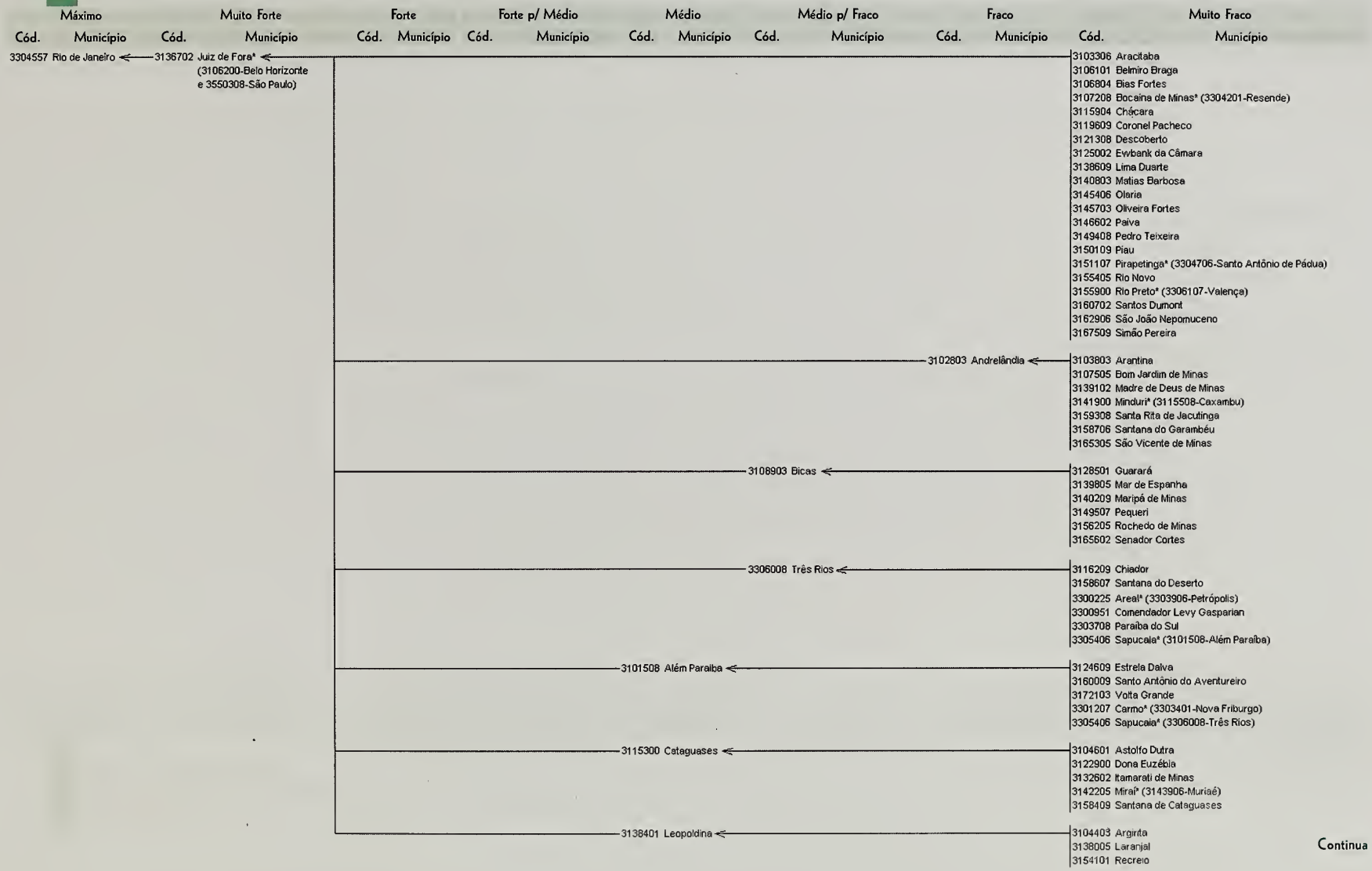
N

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.14

RIO DE JANEIRO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE JUIZ DE FORA



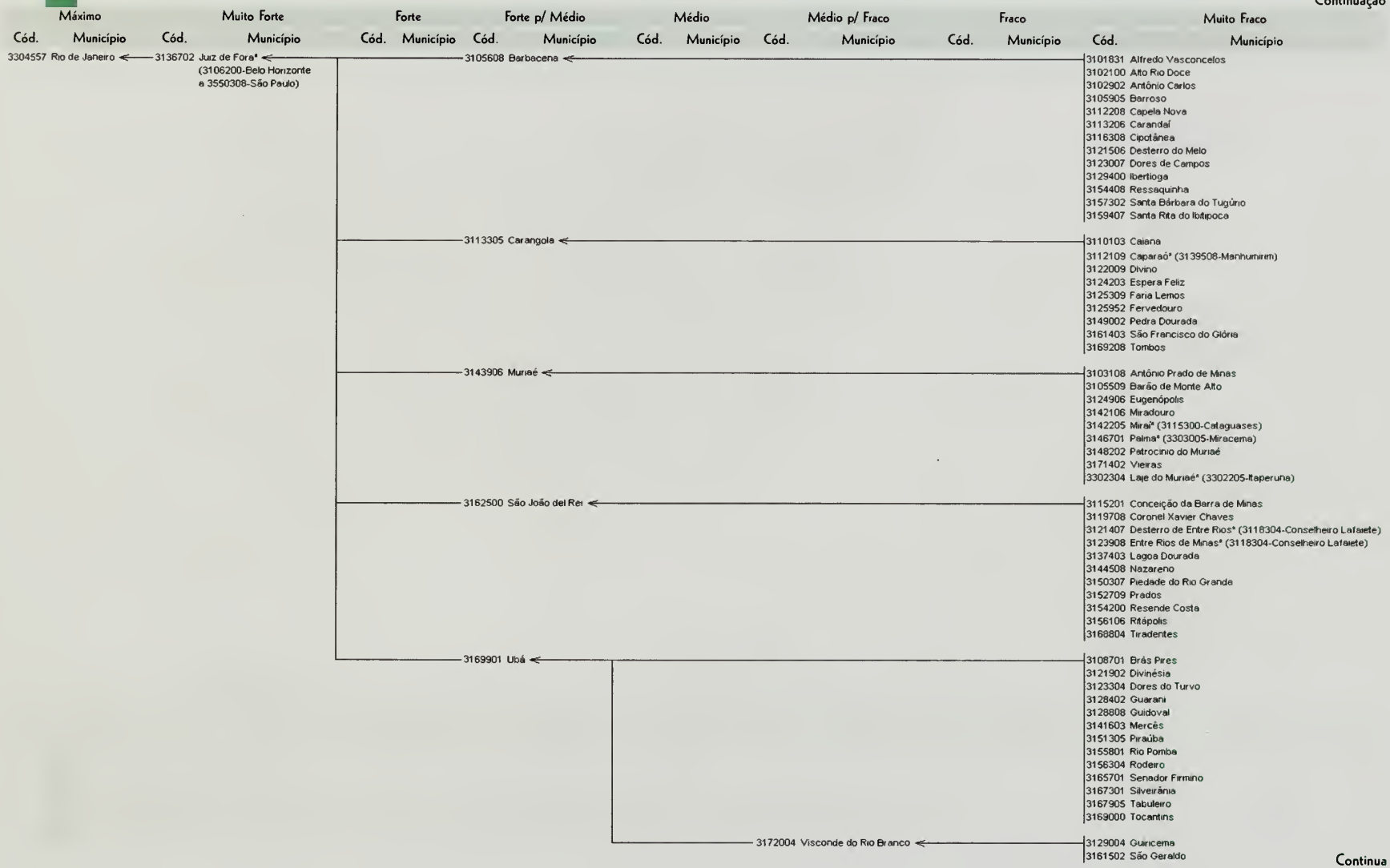
Continua

QUADRO A.14

RIO DE JANEIRO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE JUIZ DE FORA

Continuação



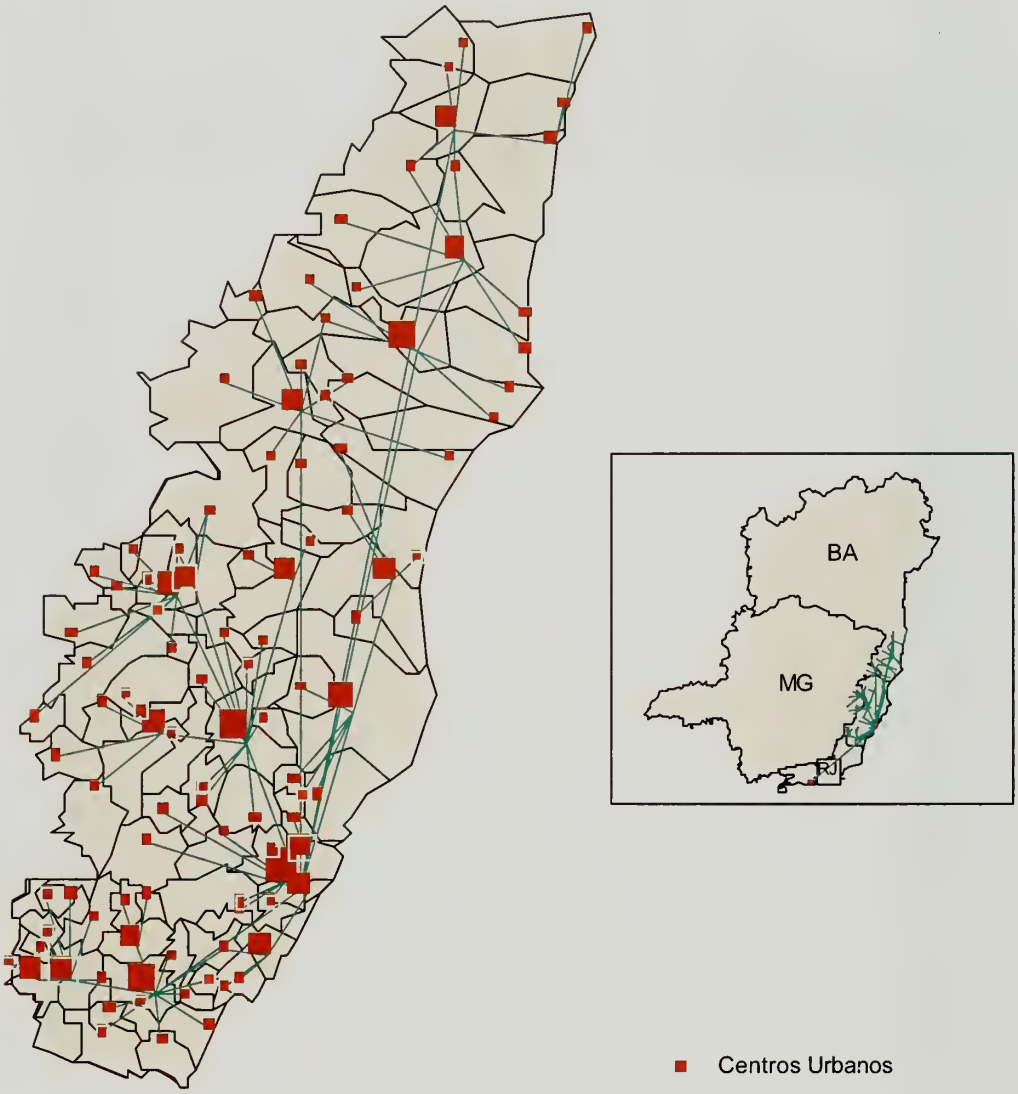
Continua

QUADRO A.14
RIO DE JANEIRO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE JUIZ DE FORA

Conclusão

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
3304557	Rio de Janeiro	3136702	Juiz de Fora* (3106200-Belo Horizonte e 3550308-São Paulo)	3171303	Viçosa									3103702	Araponga
														3110202	Cajuri
														3111705	Canaã
														3116704	Coimbra
														3124005	Ervália
														3148301	Paula Cândido
														3148806	Pedra do Anta
														3152303	Porto Firme
														3163805	São Miguel do Anta
														3168507	Teixeiras

MAPA A.16
VITÓRIA (ES) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO

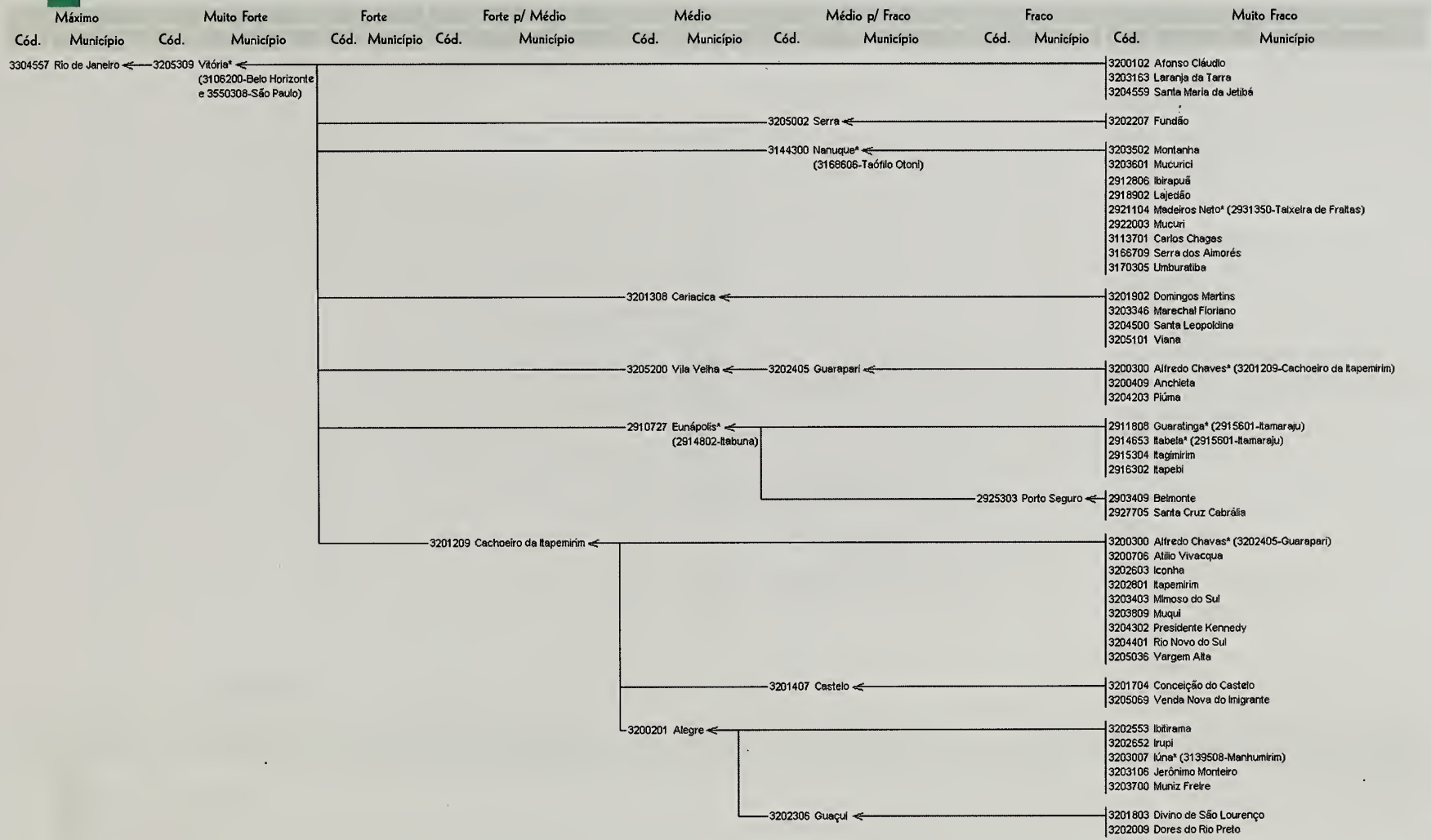


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.15

RIO DE JANEIRO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE VITÓRIA



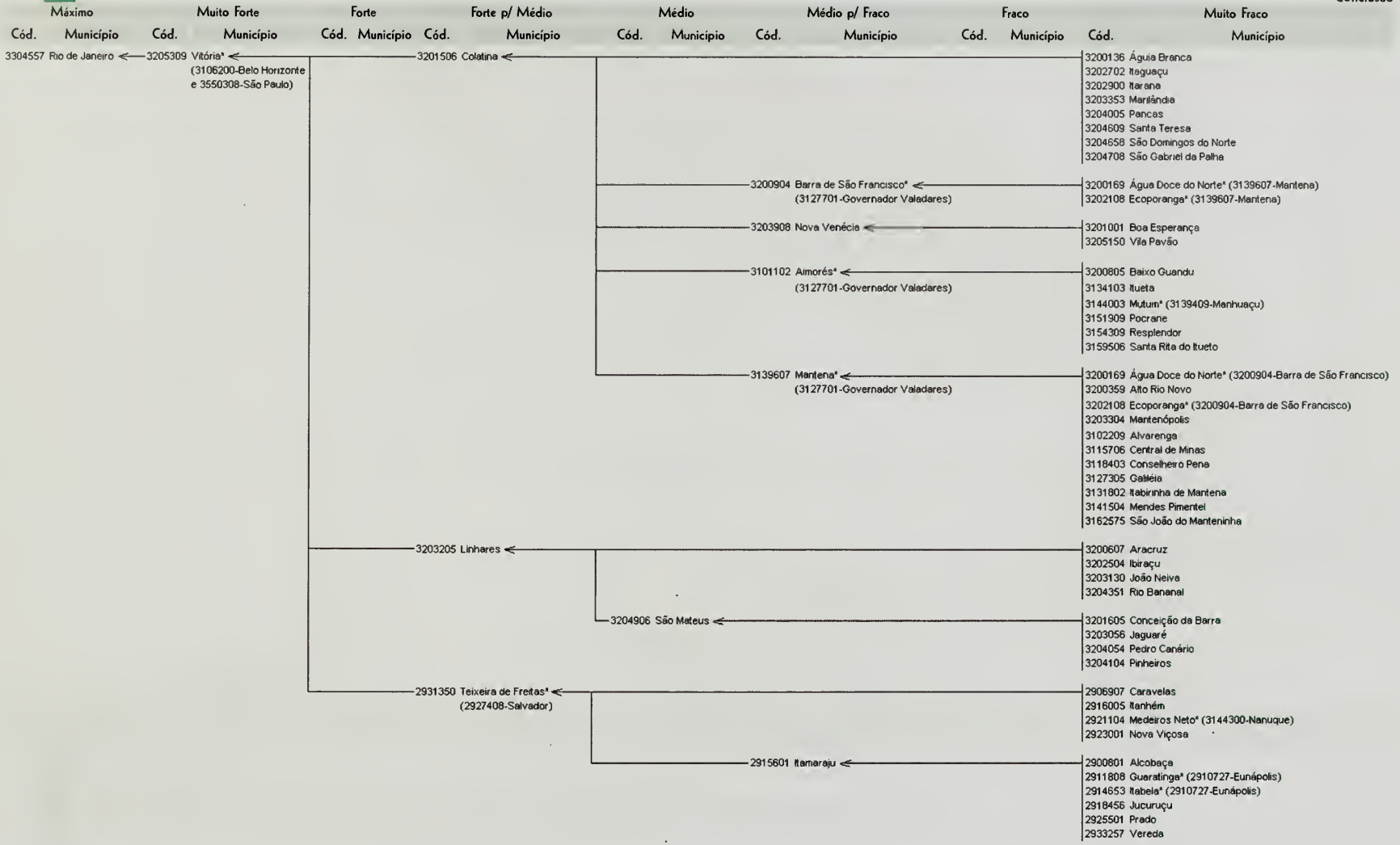
Continua

QUADRO A.15

RIO DE JANEIRO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE VITÓRIA

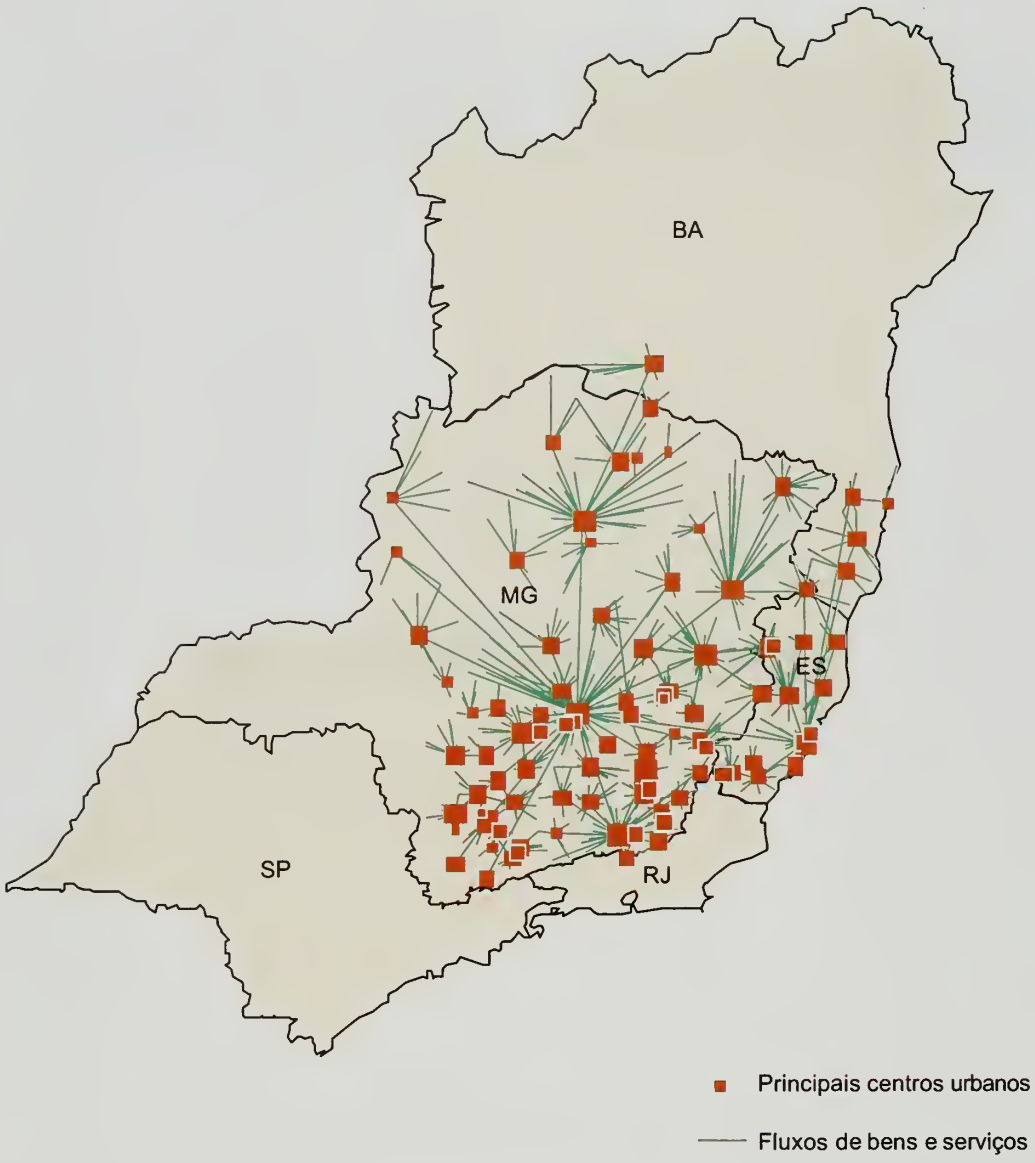
Conclusão



BELO HORIZONTE - MG

MAPA A.17

BELO HORIZONTE (MG) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO

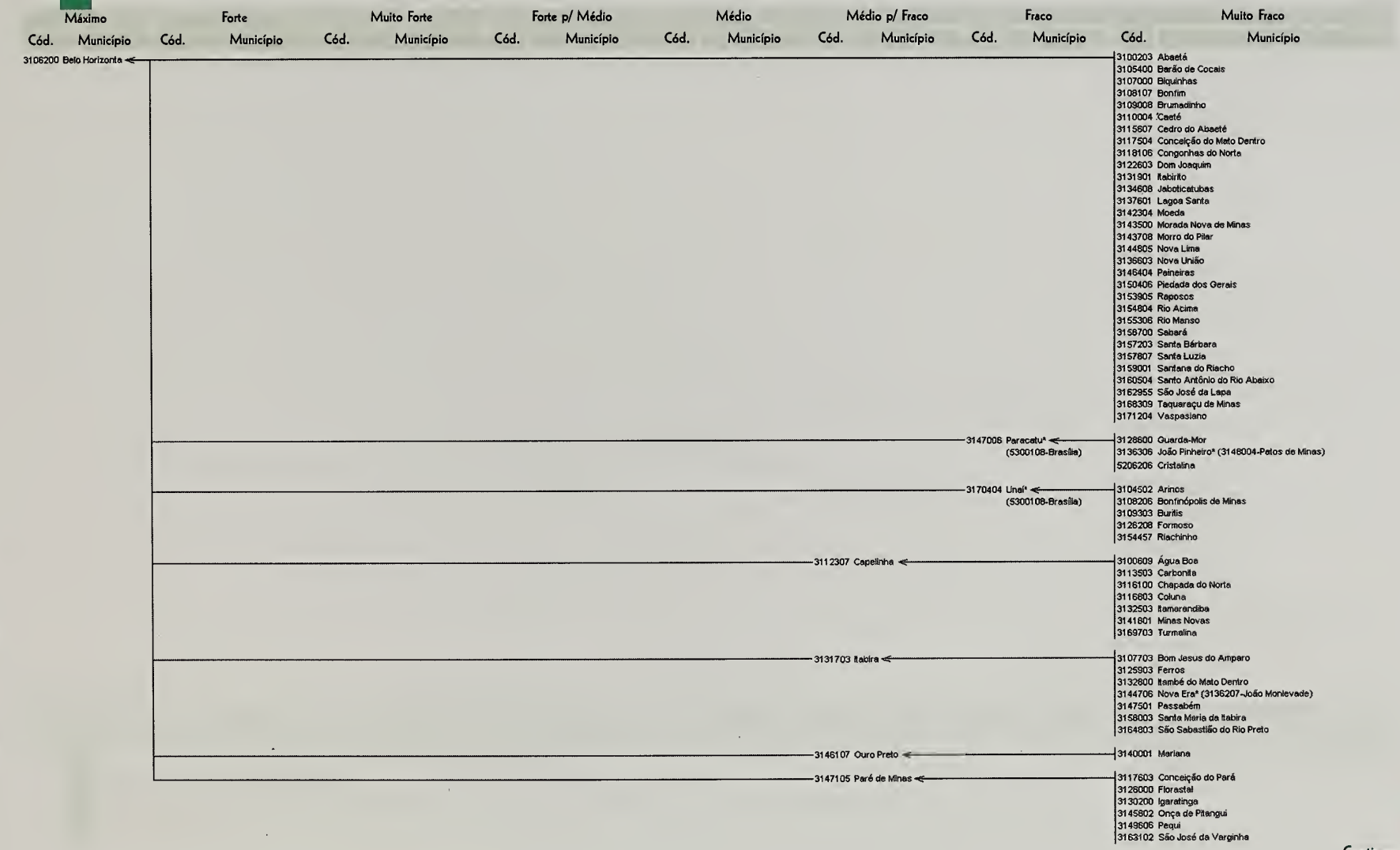


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.16

BELO HORIZONTE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE BELO HORIZONTE



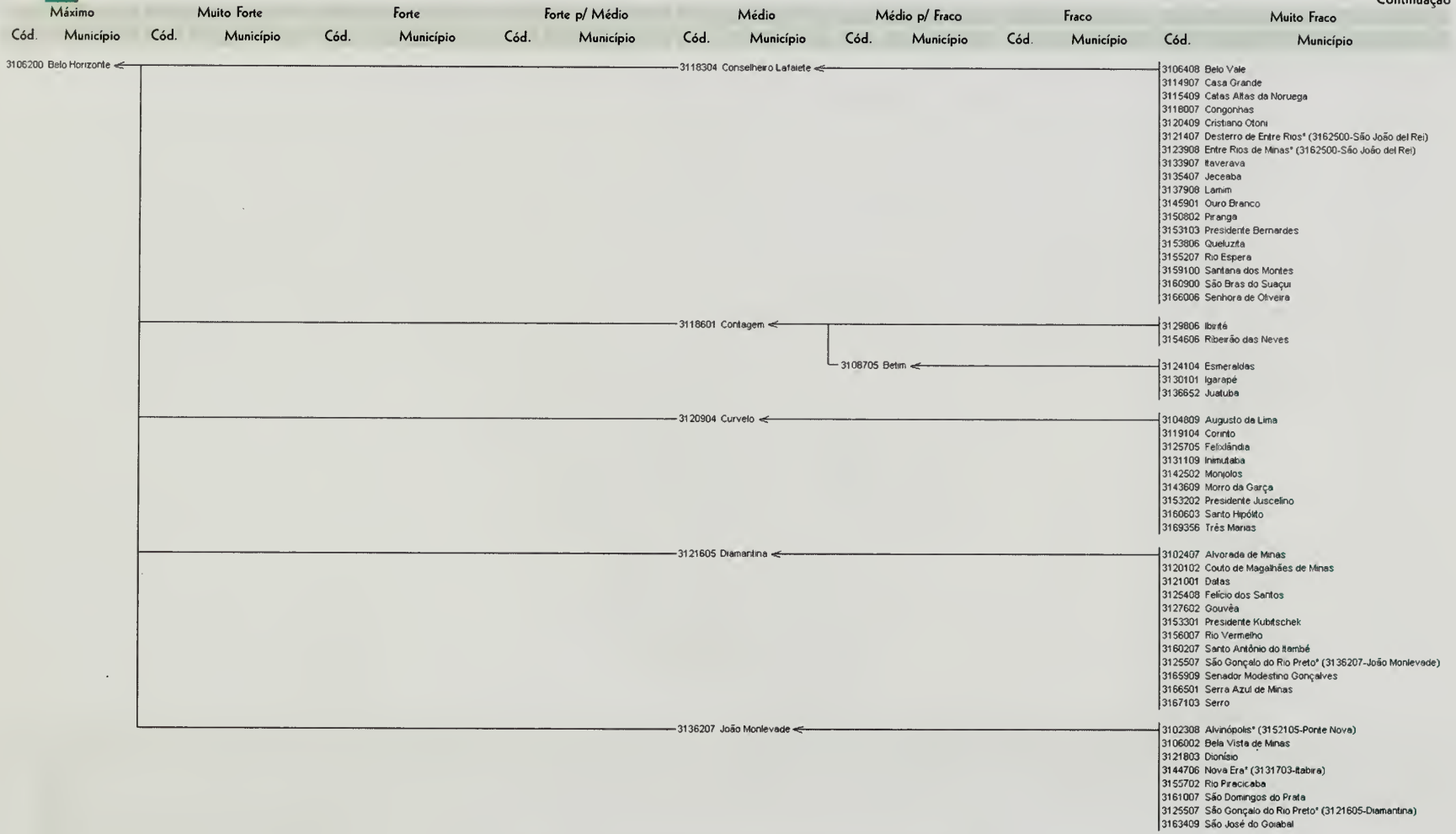
Continua

QUADRO A.16

BELO HORIZONTE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE BELO HORIZONTE

Continuação



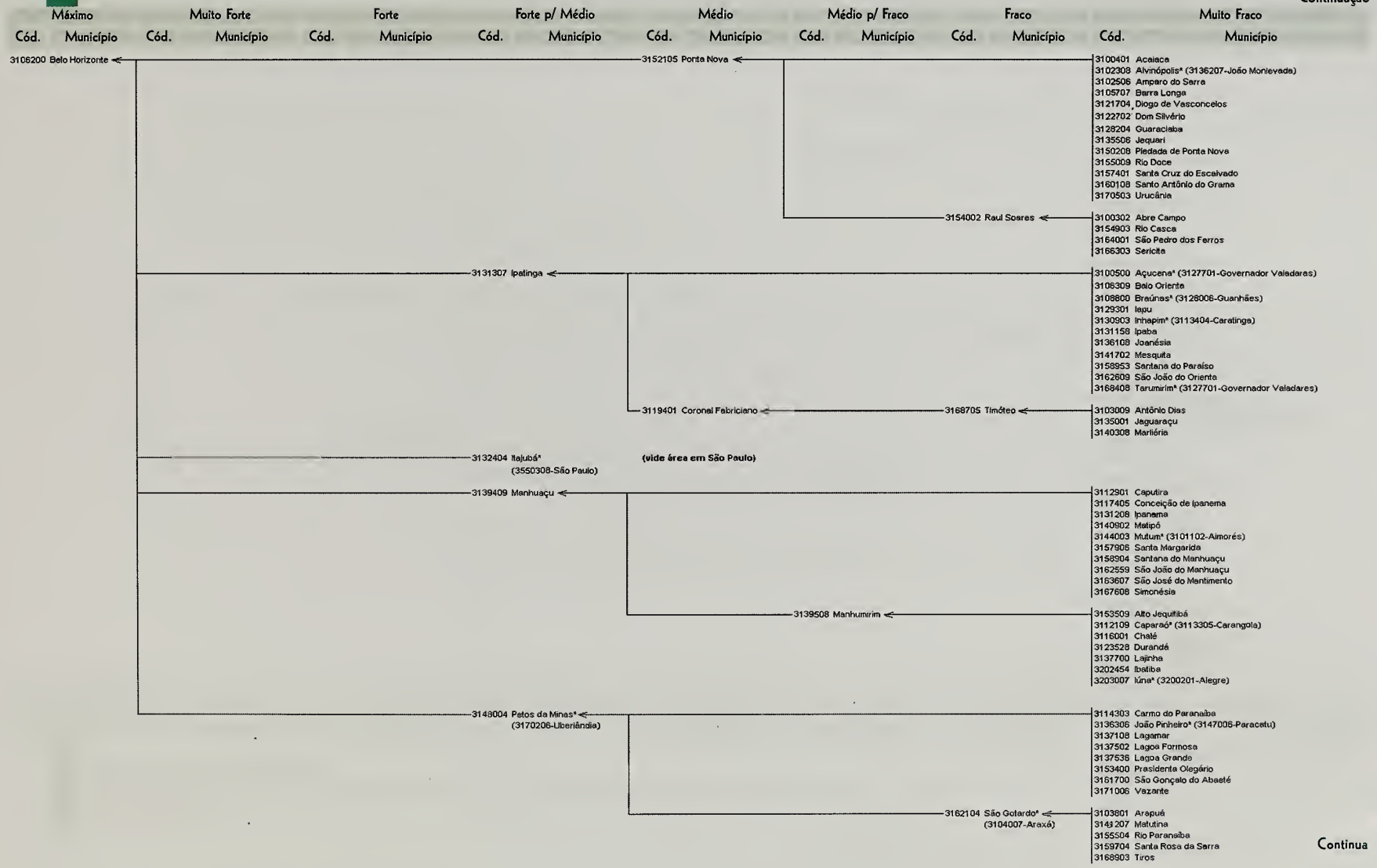
Continua

QUADRO A.16

BELO HORIZONTE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE BELO HORIZONTE

Continuação



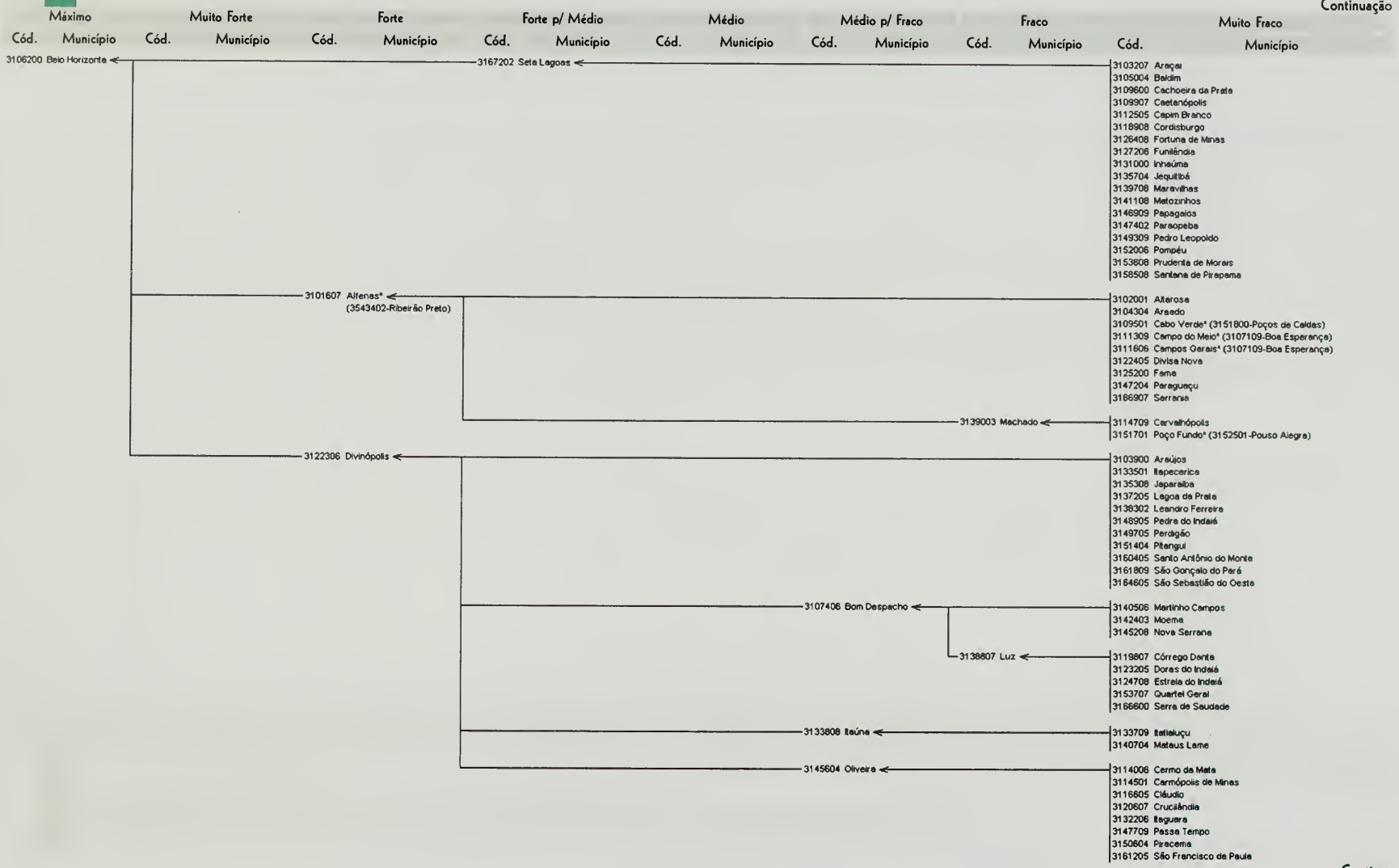
Continua

QUADRO A.16

BELO HORIZONTE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE BELO HORIZONTE

Continuação



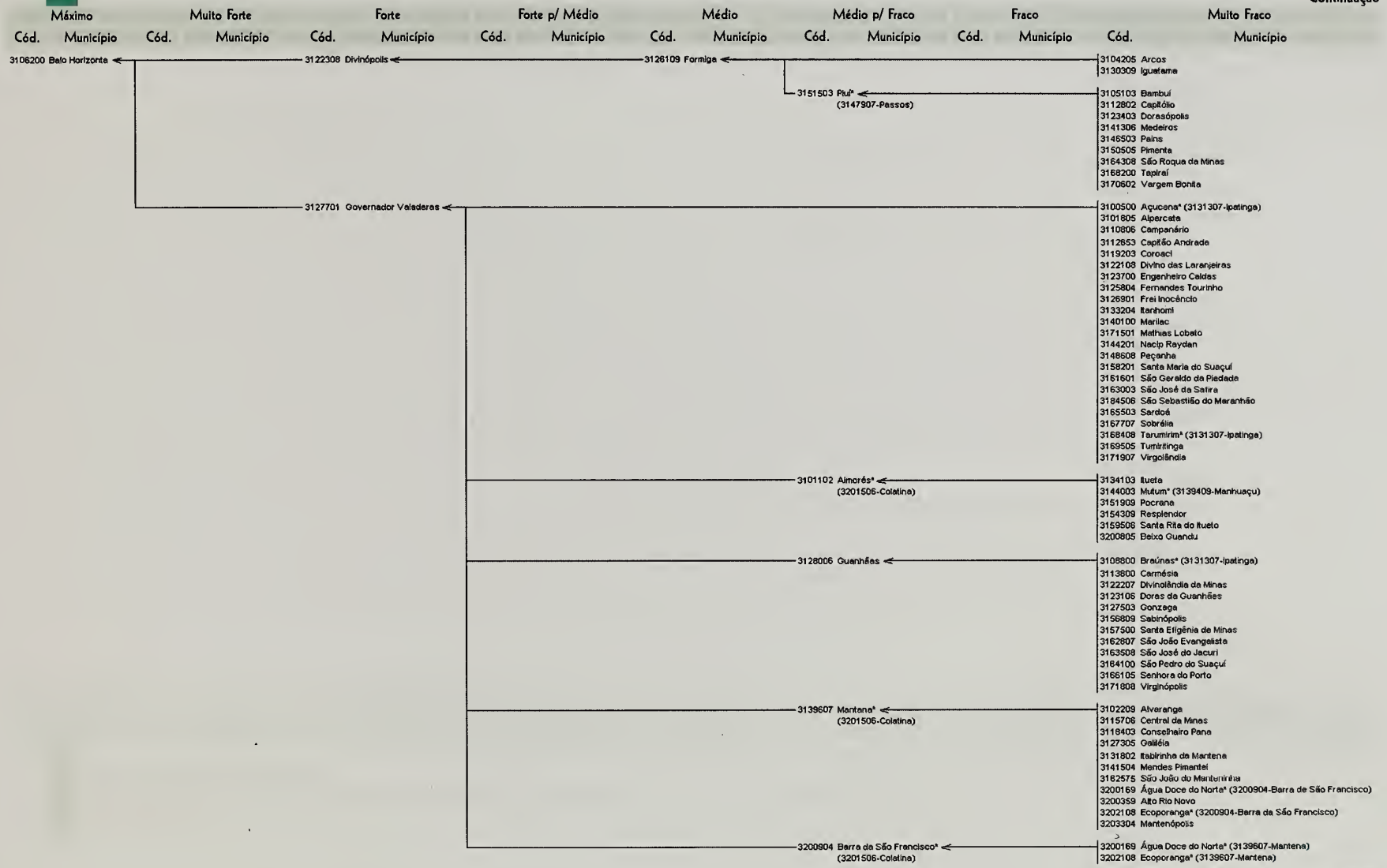
Continua

QUADRO A.16

BELO HORIZONTE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE BELO HORIZONTE

Continuação



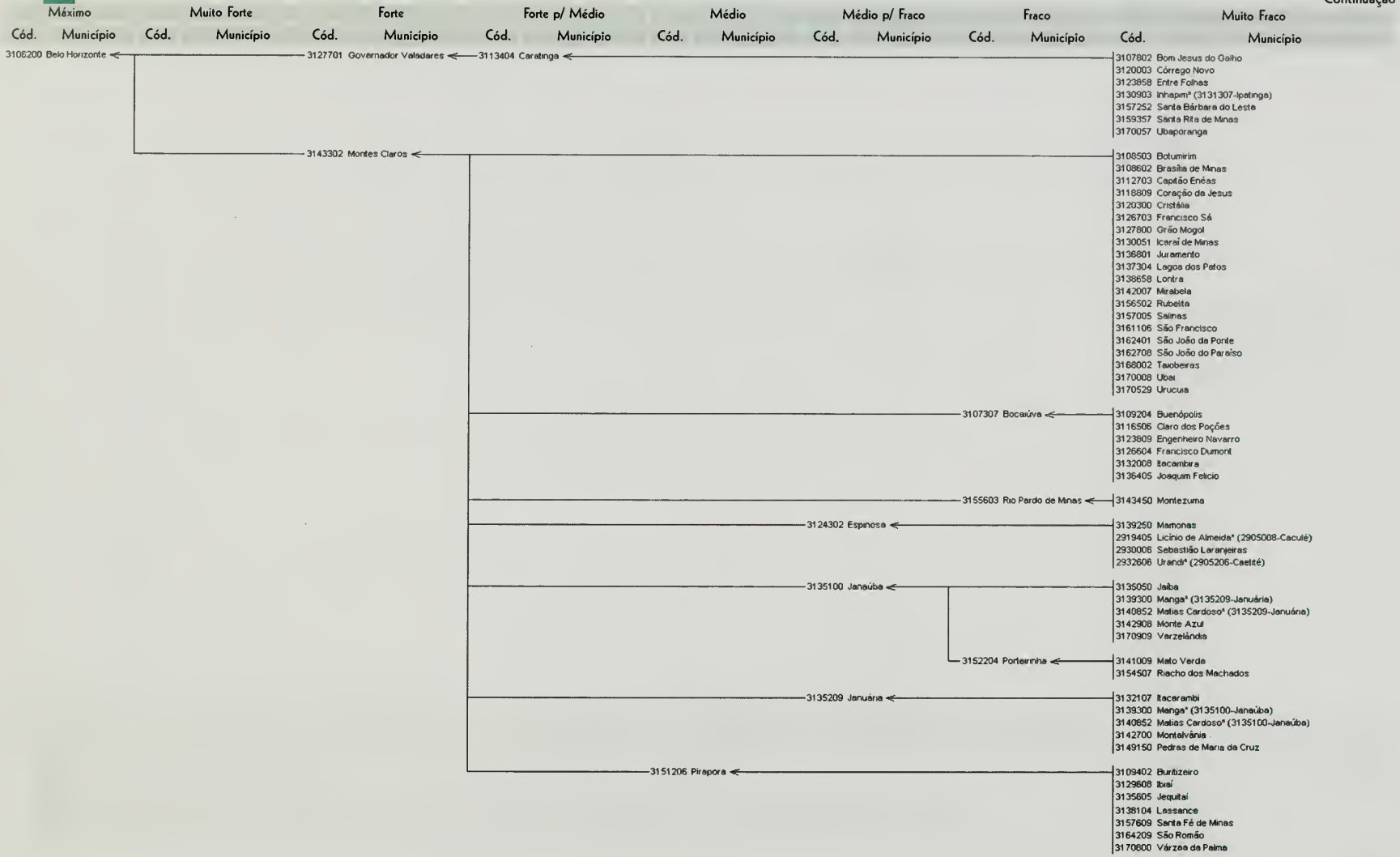
Continua

QUADRO A.16

BELO HORIZONTE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE BELO HORIZONTE

Continuação



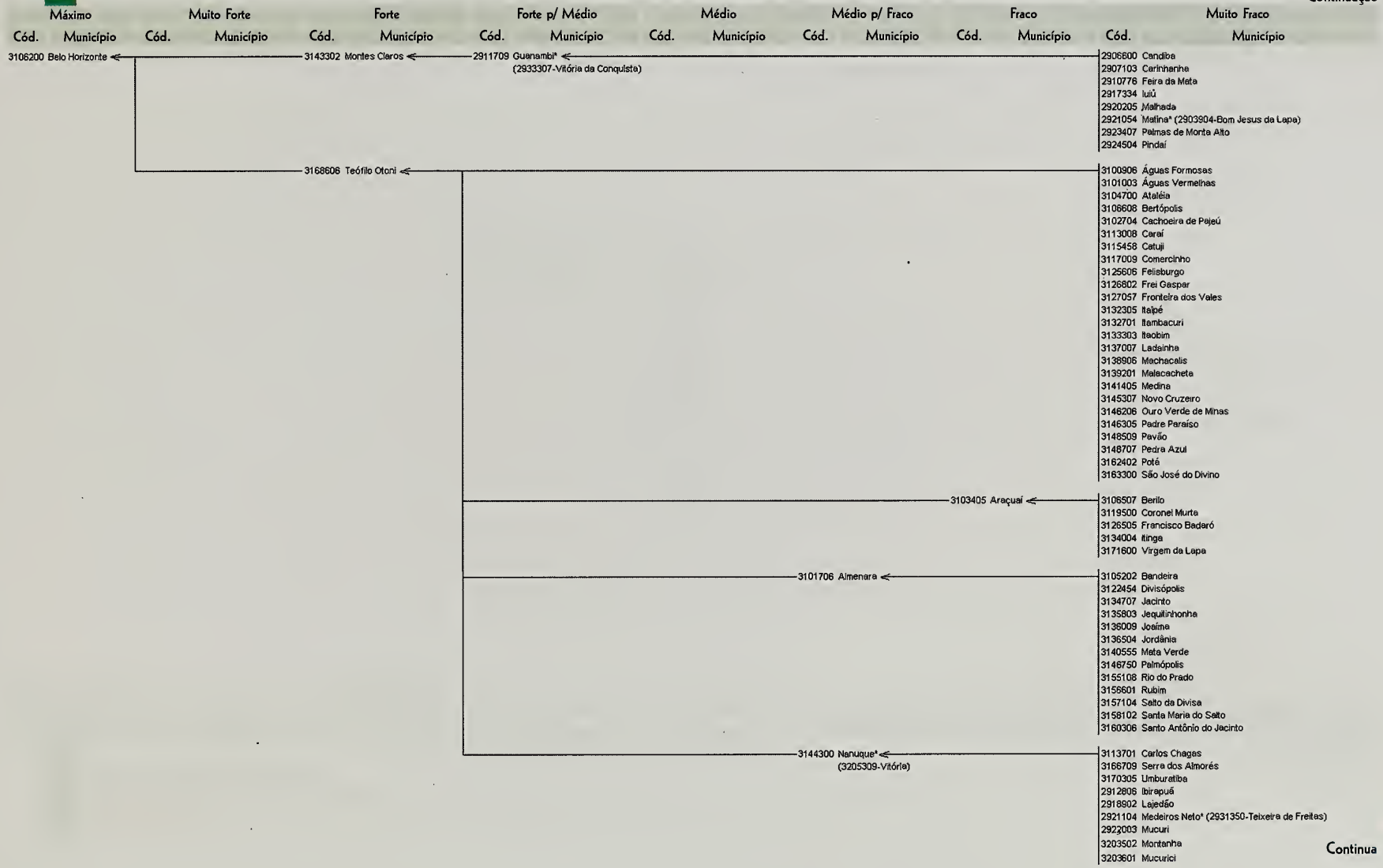
Continua

QUADRO A.16

BELO HORIZONTE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE BELO HORIZONTE

Continuação



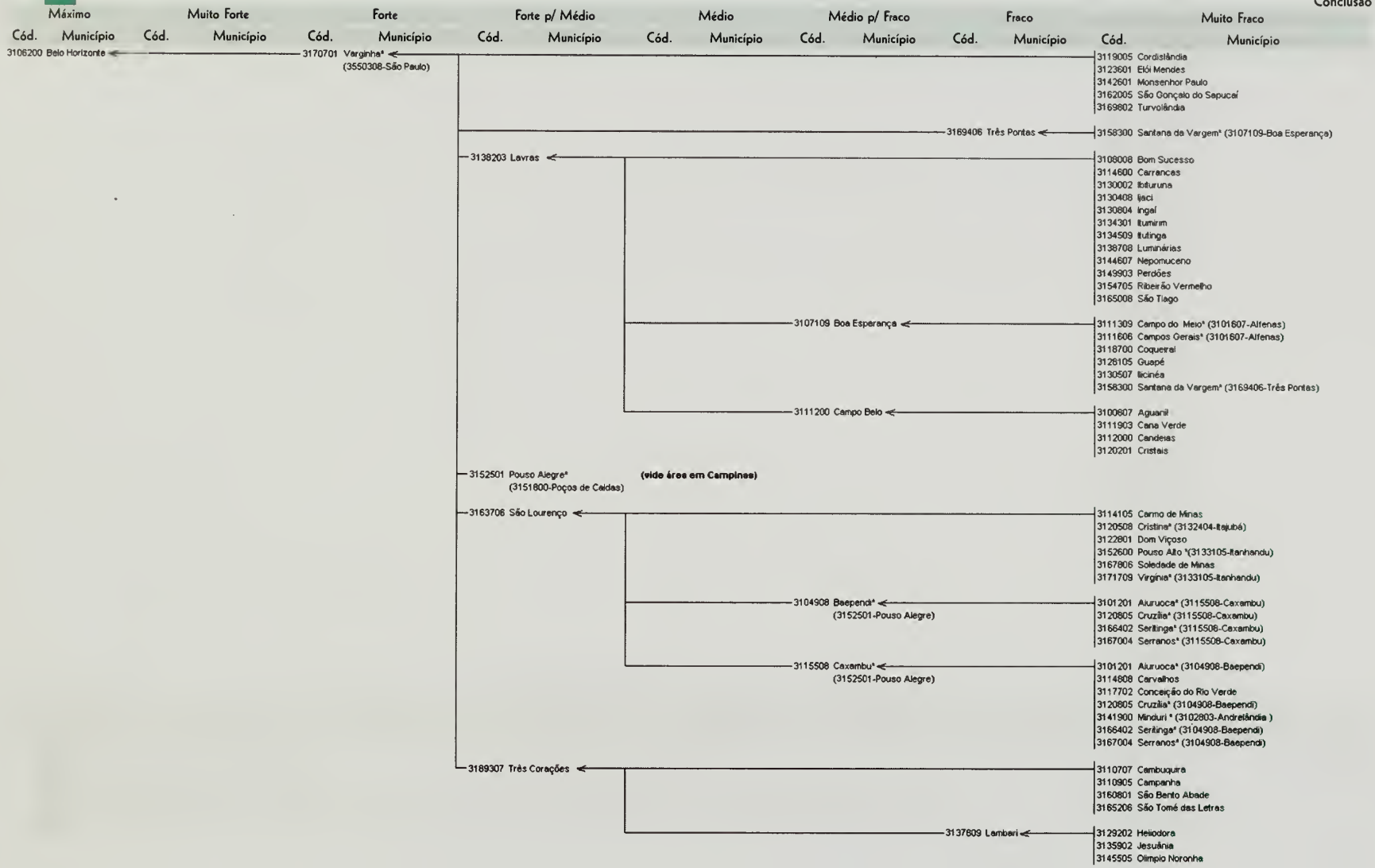
Continua

QUADRO A.16

BELO HORIZONTE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

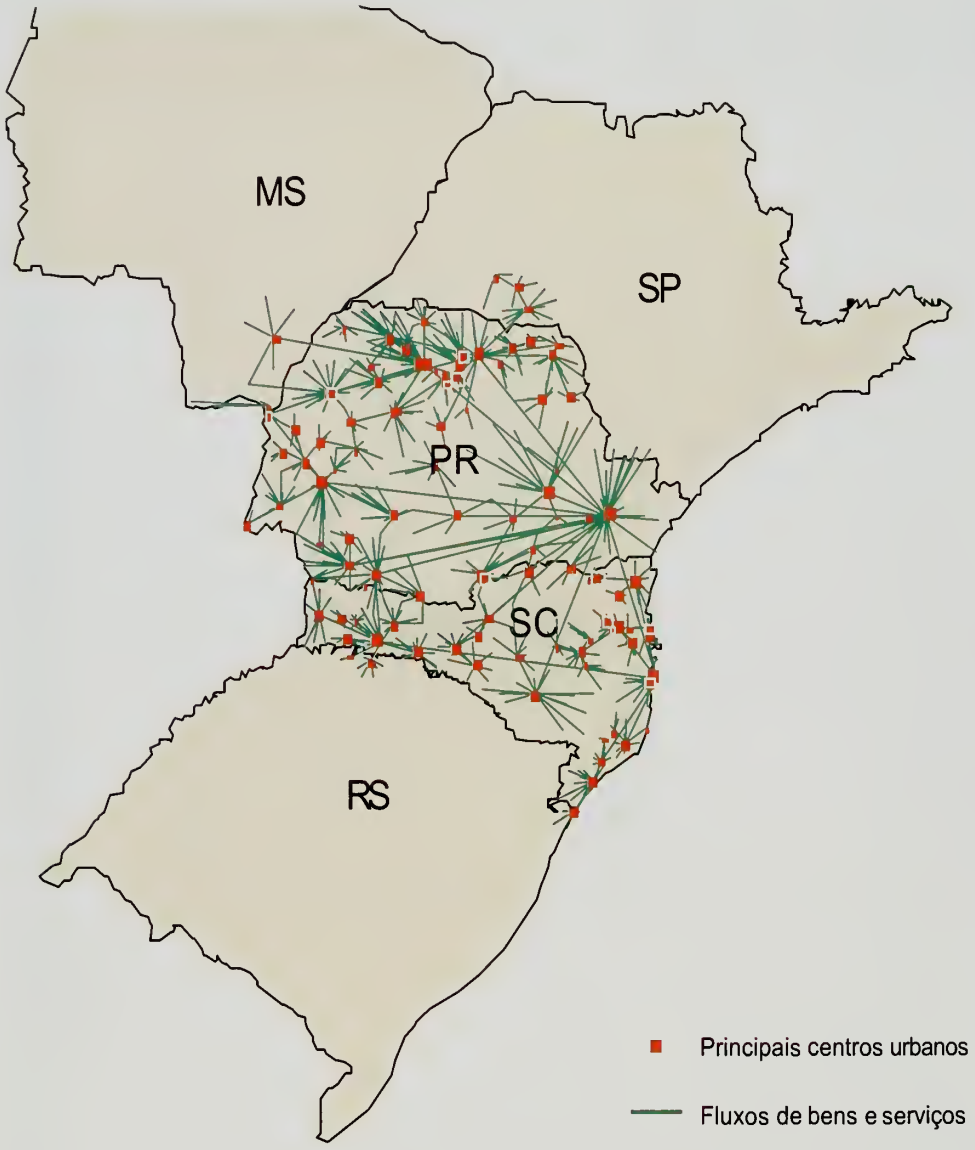
ÁREA DE BELO HORIZONTE

Conclusão



CURITIBA - PR

MAPA A.18
CURITIBA (PR) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO

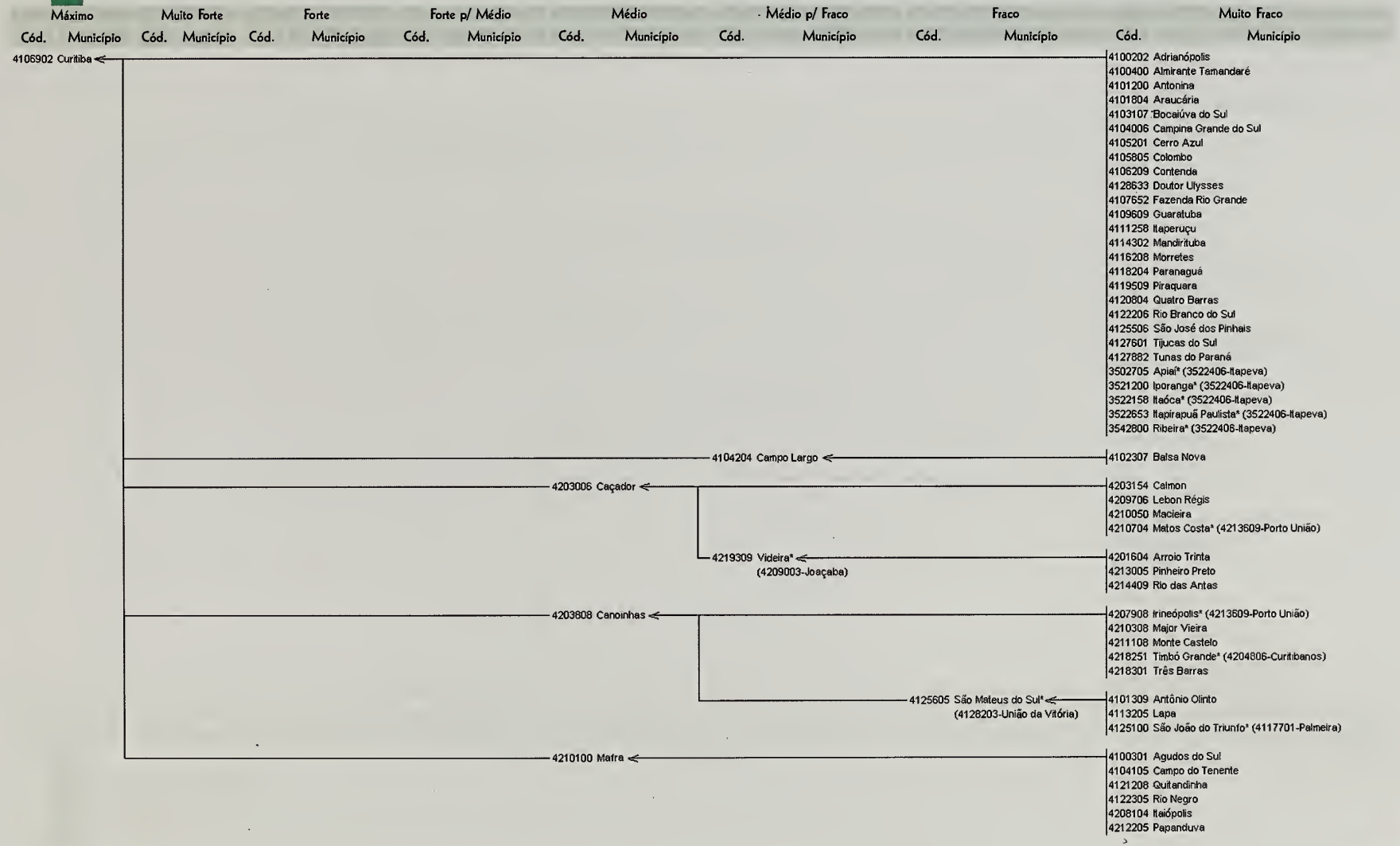


Fonte: IBGE, Diretona de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.17

CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE CURITIBA



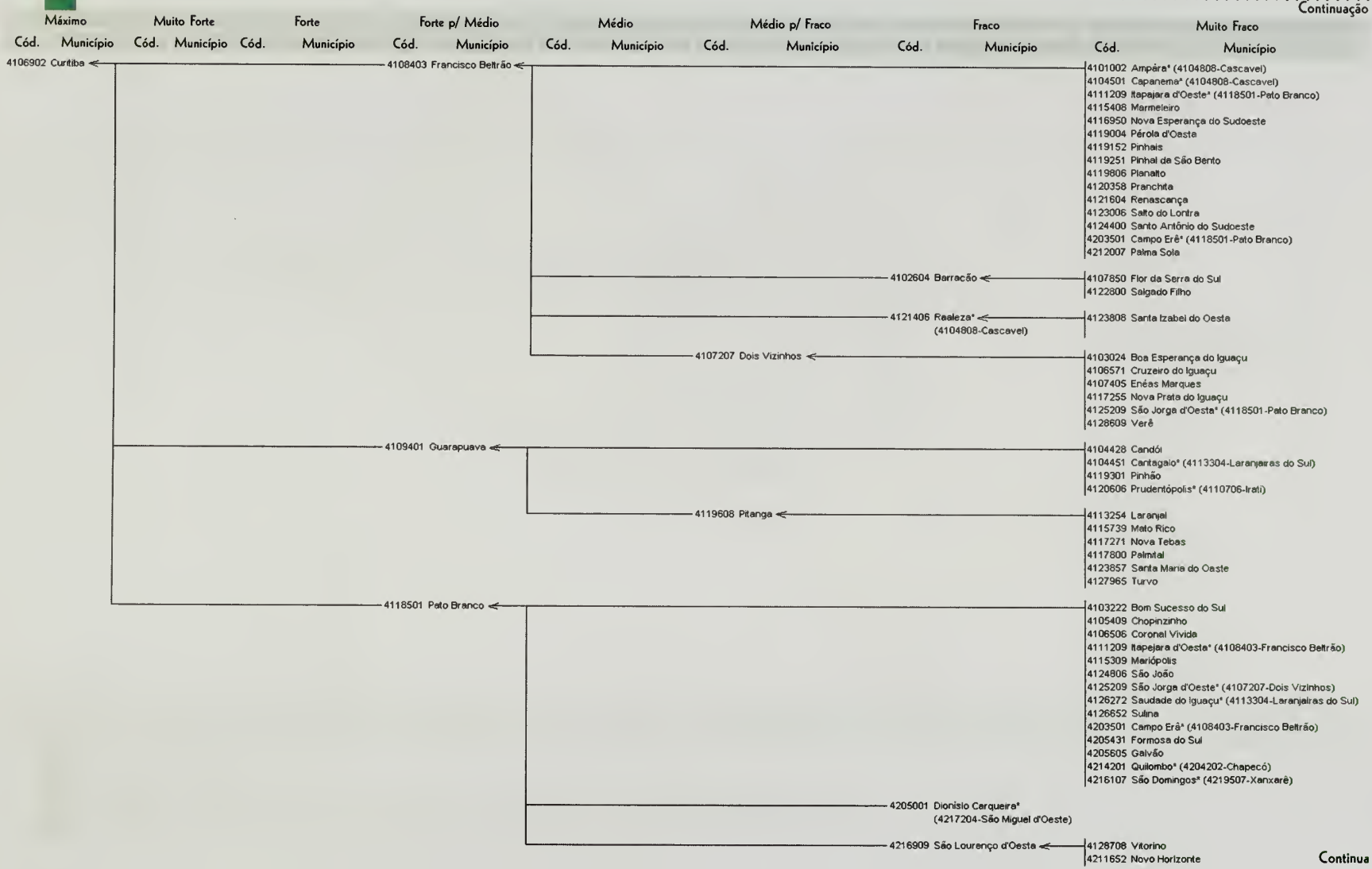
Continua

QUADRO A.17

CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE CURITIBA

Continuação



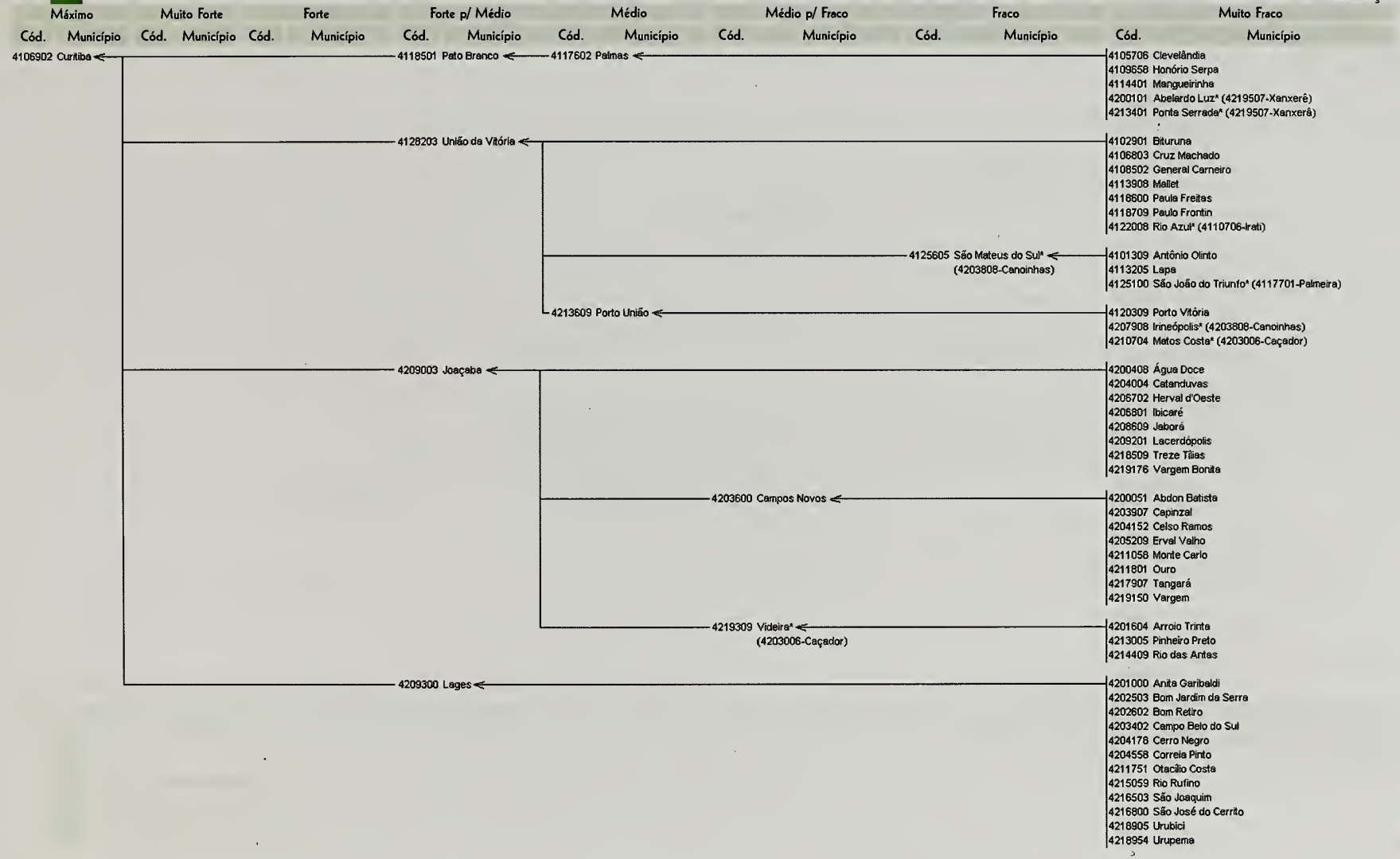
Continua

QUADRO A.17

CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

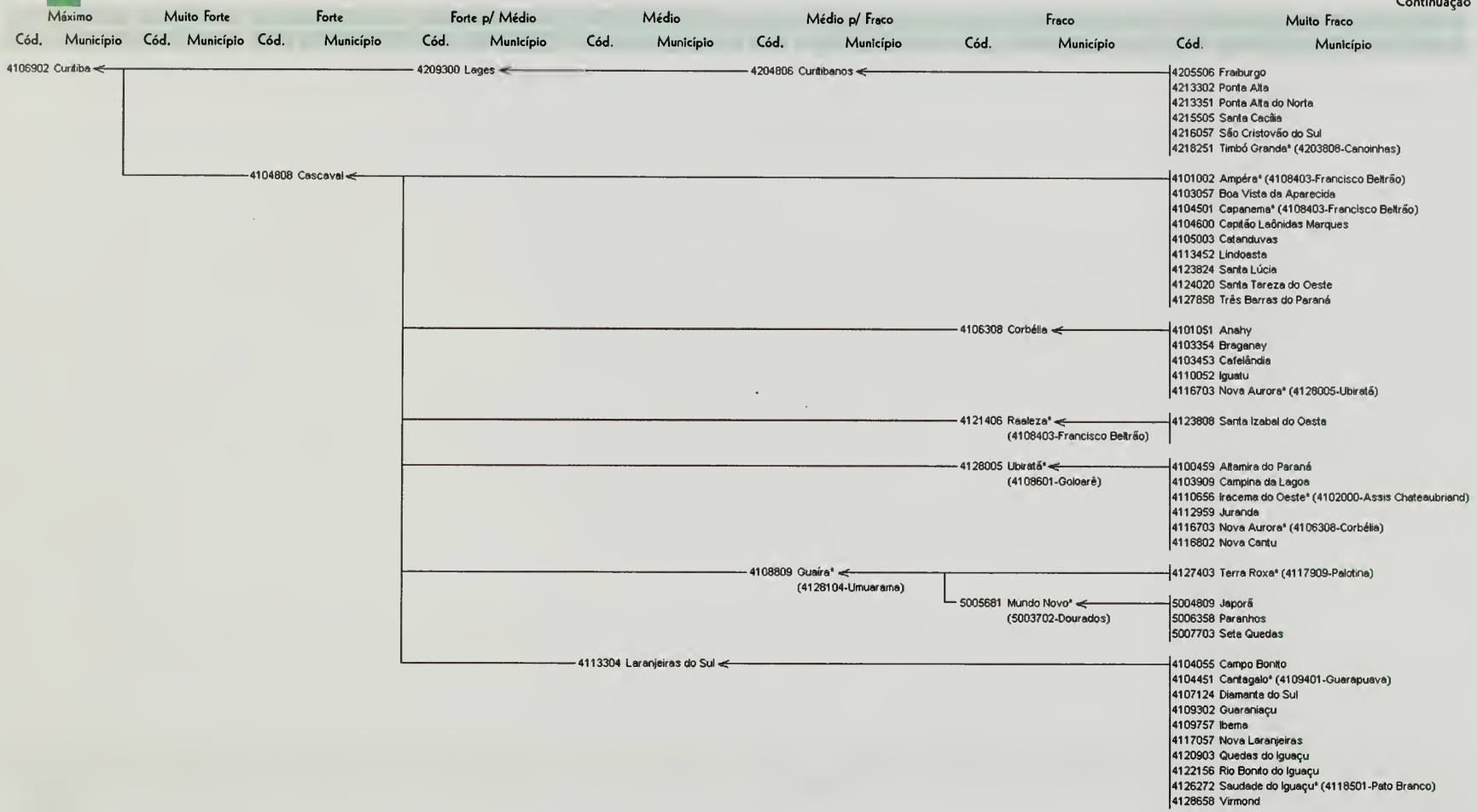
ÁREA DE CURITIBA

Continuação



QUADRO A.17
CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE CURITIBA

Continuação



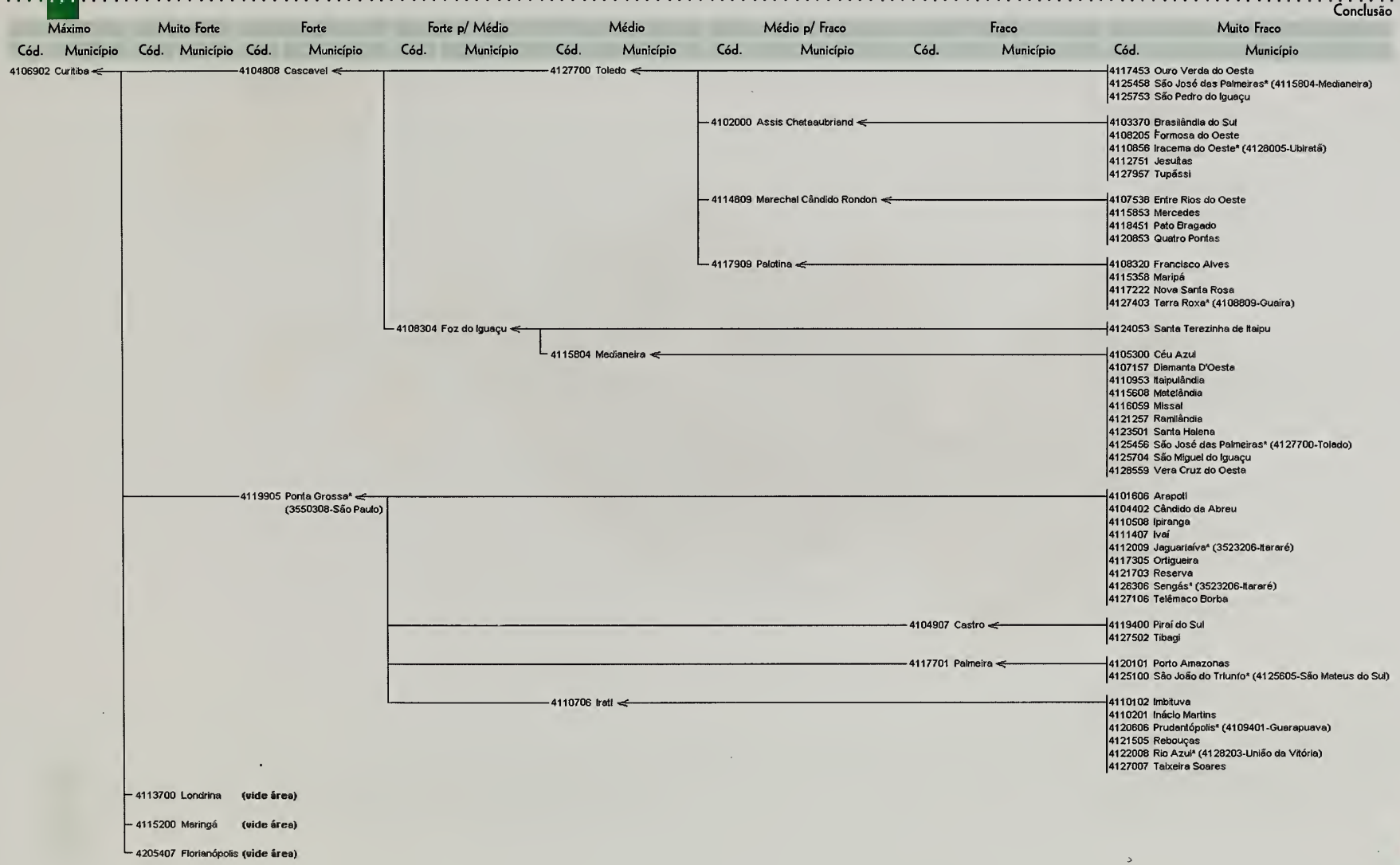
Continua

QUADRO A.17

CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

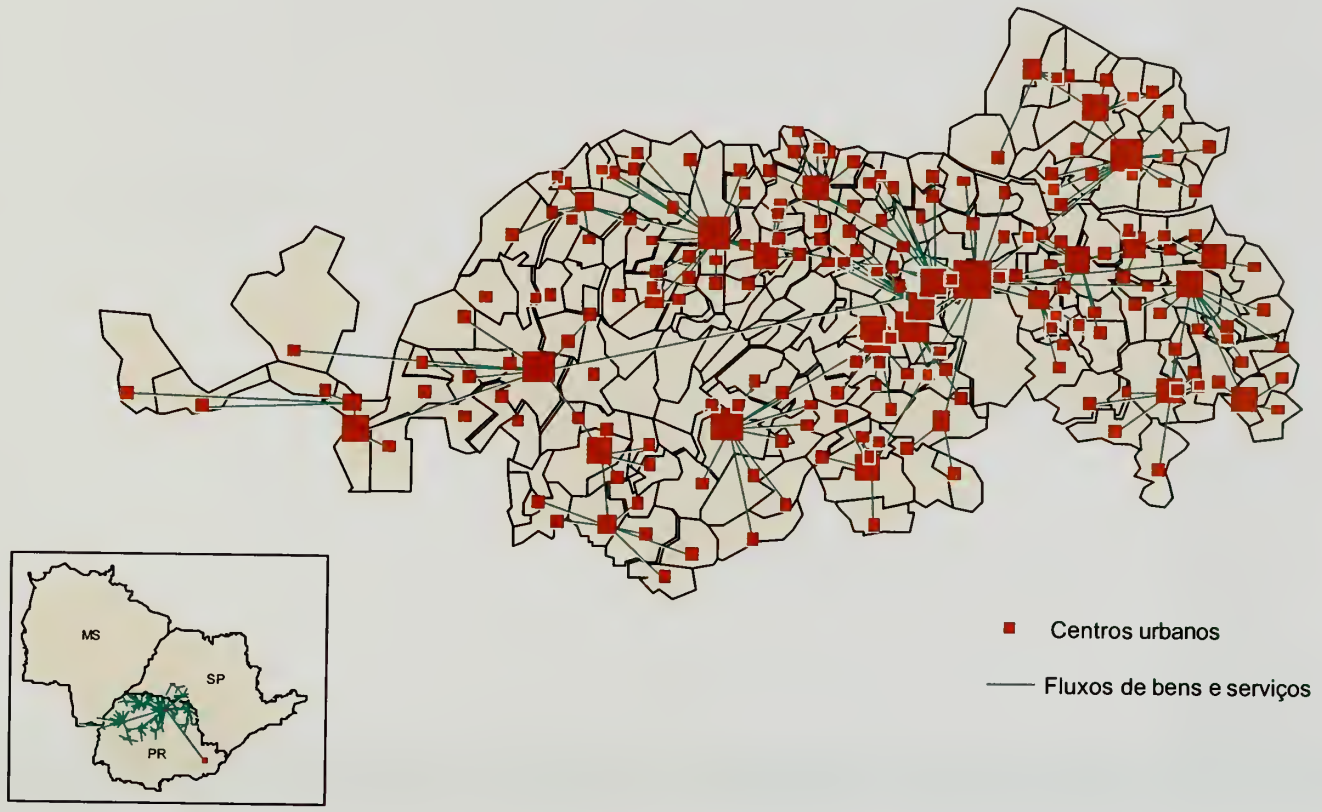
ÁREA DE CURITIBA

Conclusão



MAPA A.19

LONDRINA (PR) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO

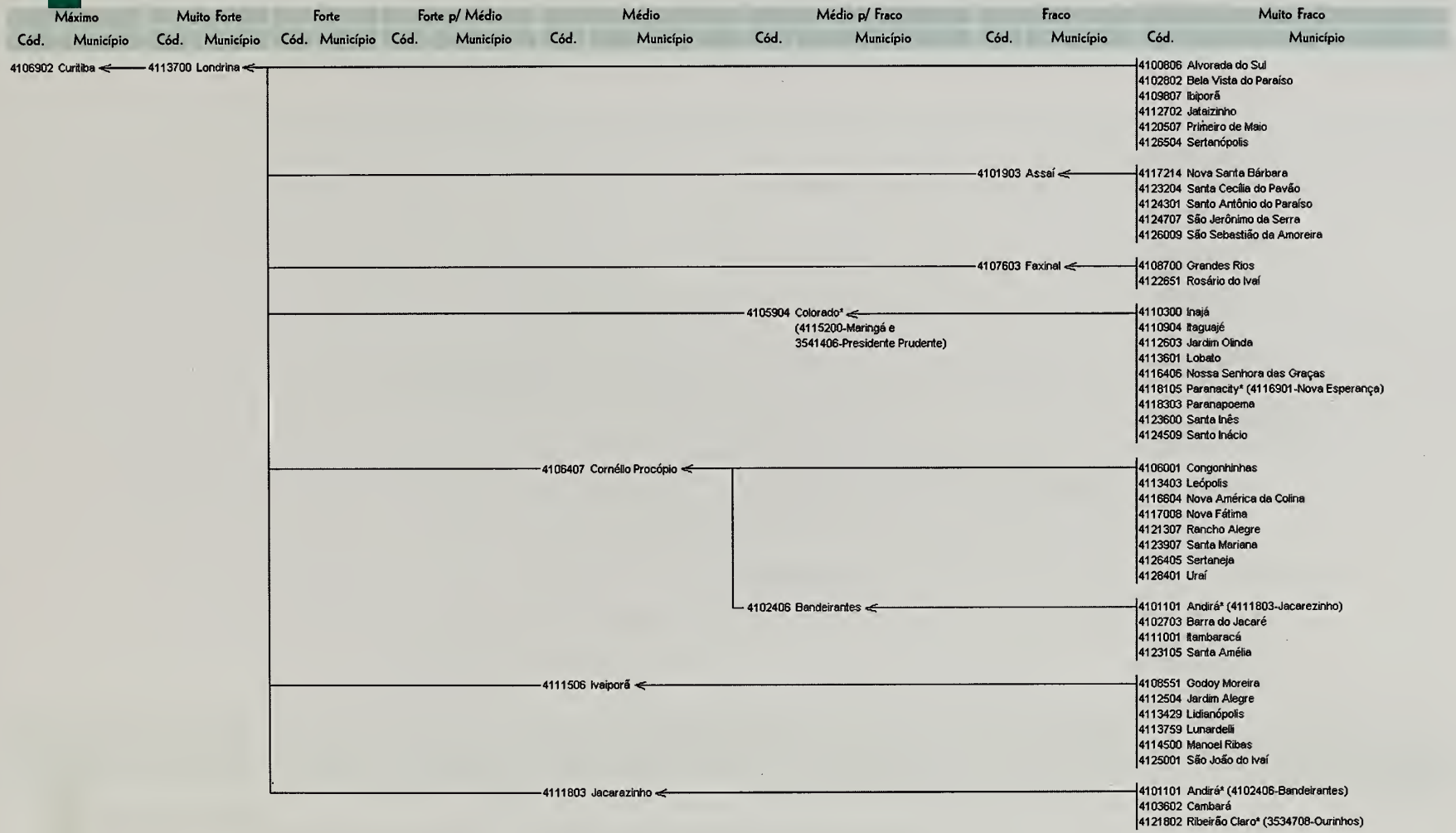


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.18

CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE LONDRINA



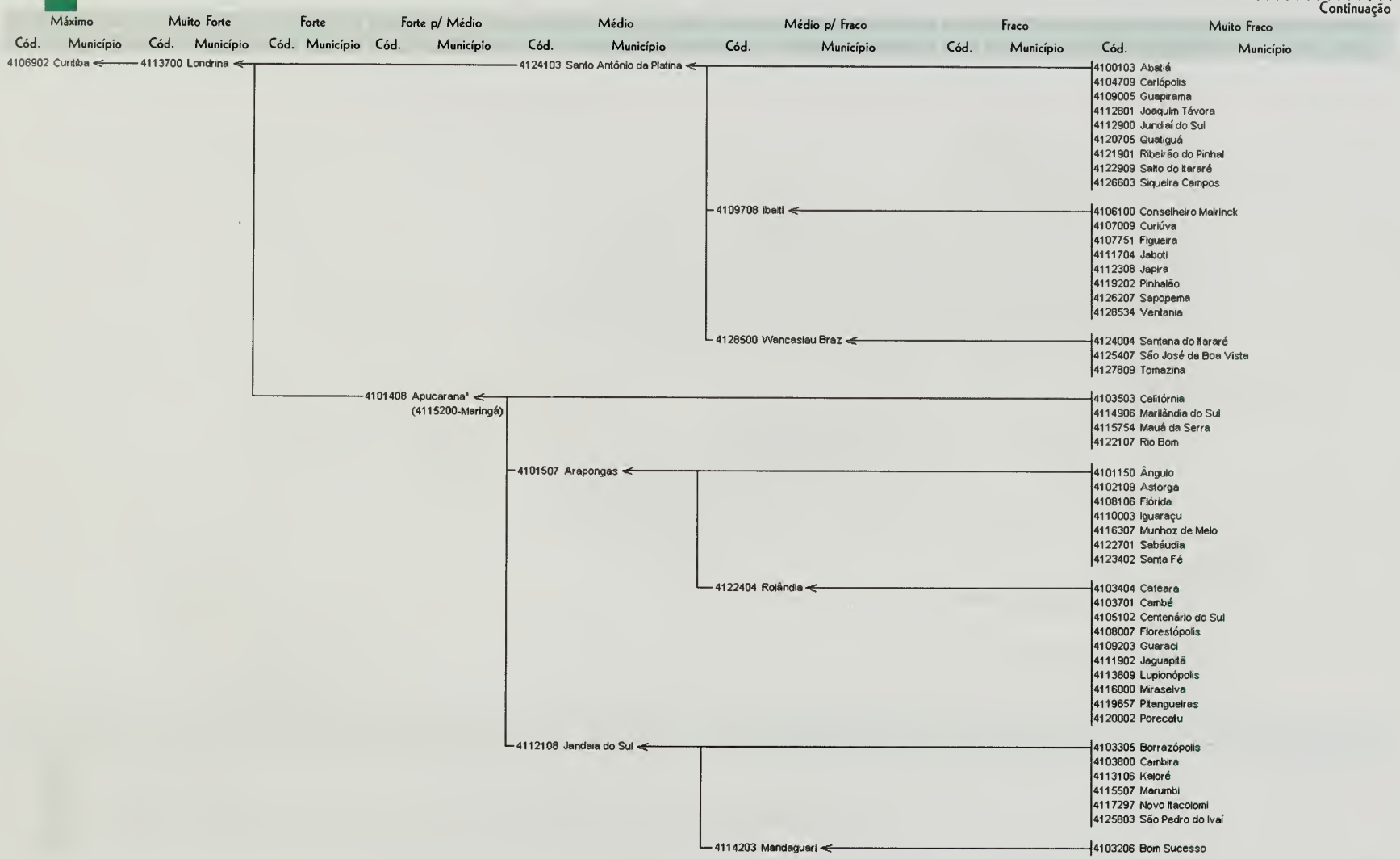
Continua

QUADRO A.18

CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE LONDRINA

Continuação



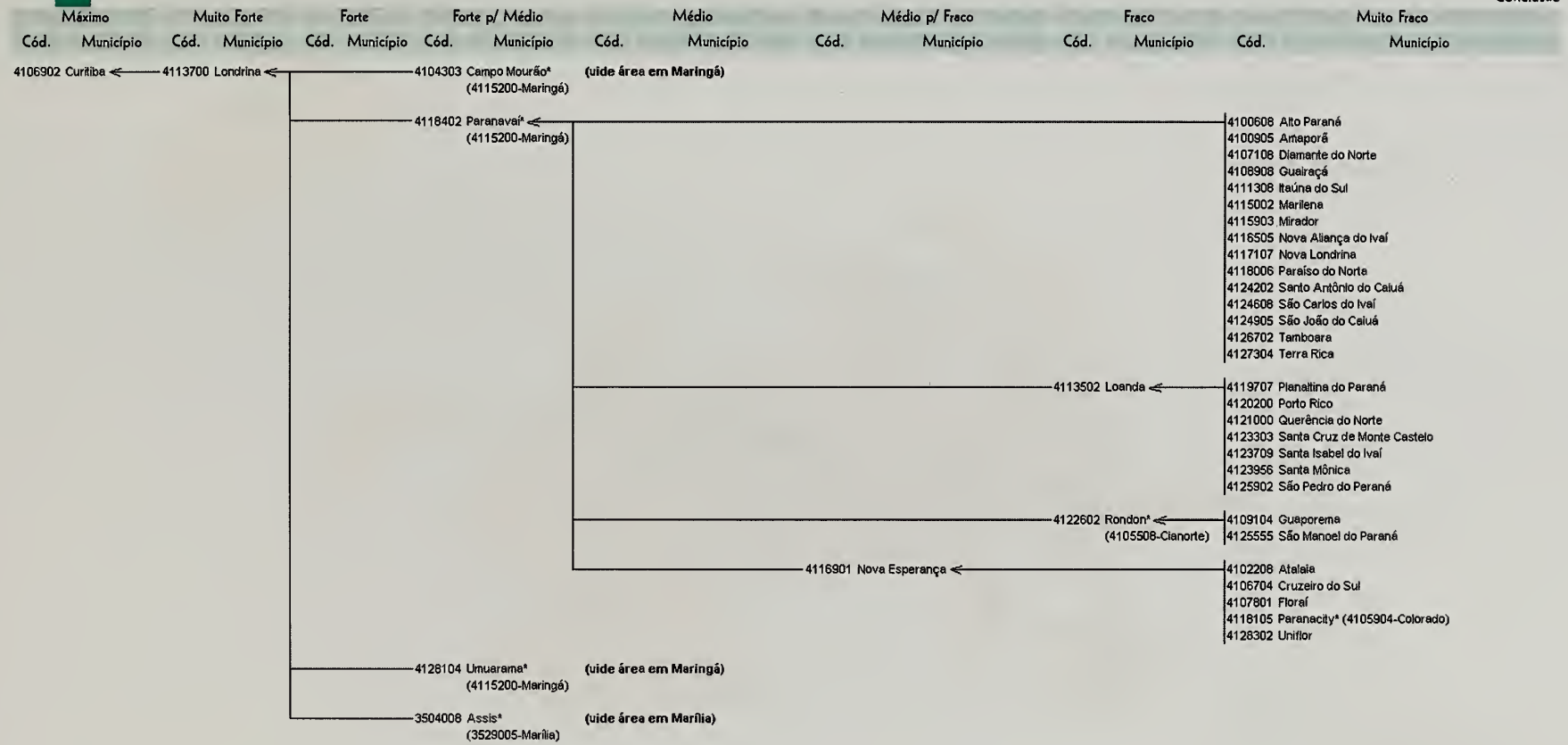
Continua

QUADRO A.18

CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE LONDRINA

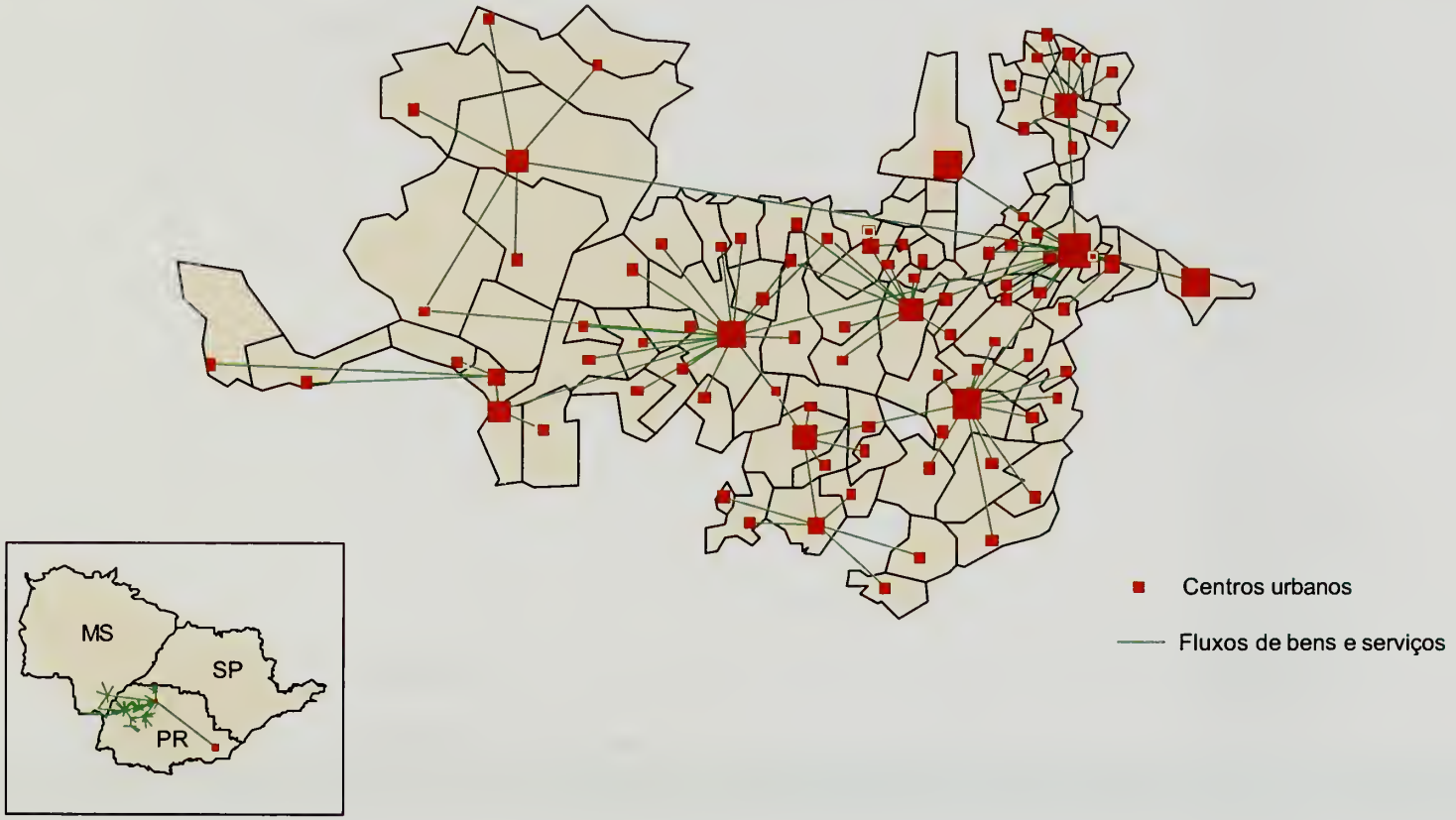
Conclusão



Continua

MAPA A.20

MARINGÁ (PR) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO

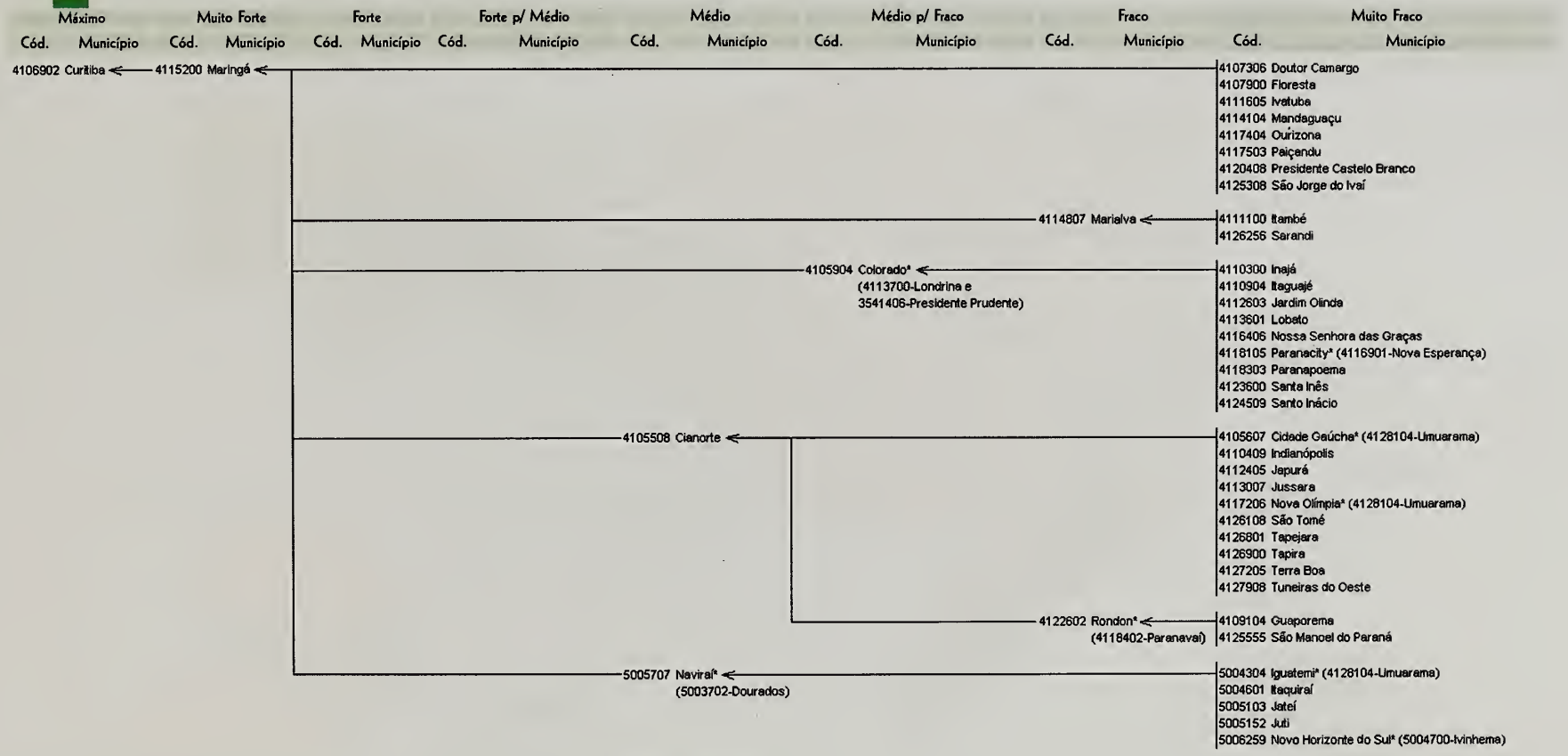


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.19

CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE MARINGÁ



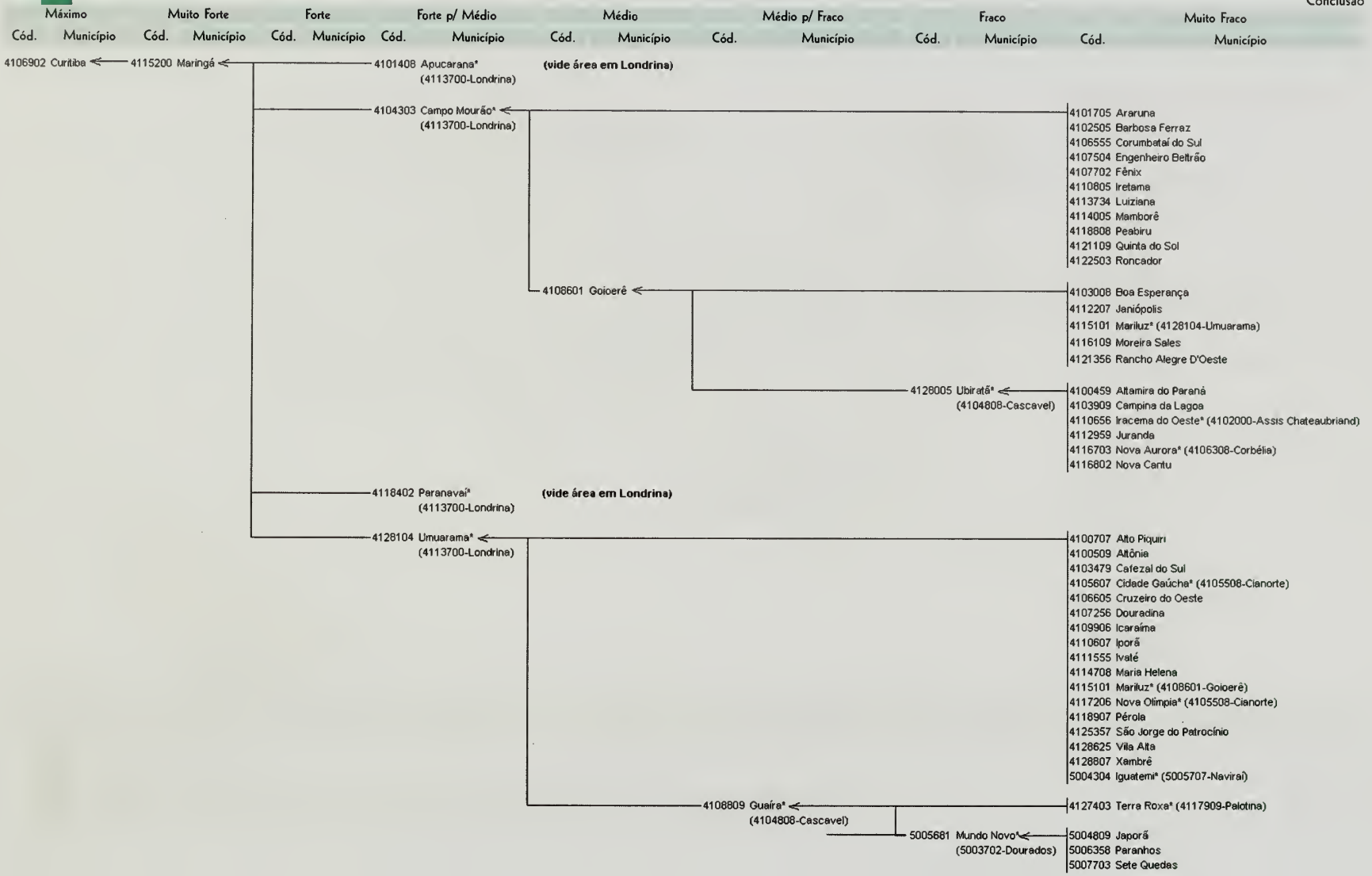
Continua

QUADRO A.19

CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE MARINGÁ

Conclusão



MAPA A.21
FLORIANÓPOLIS (PR) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO

Centros urbanos

Fluxos de bens e serviços

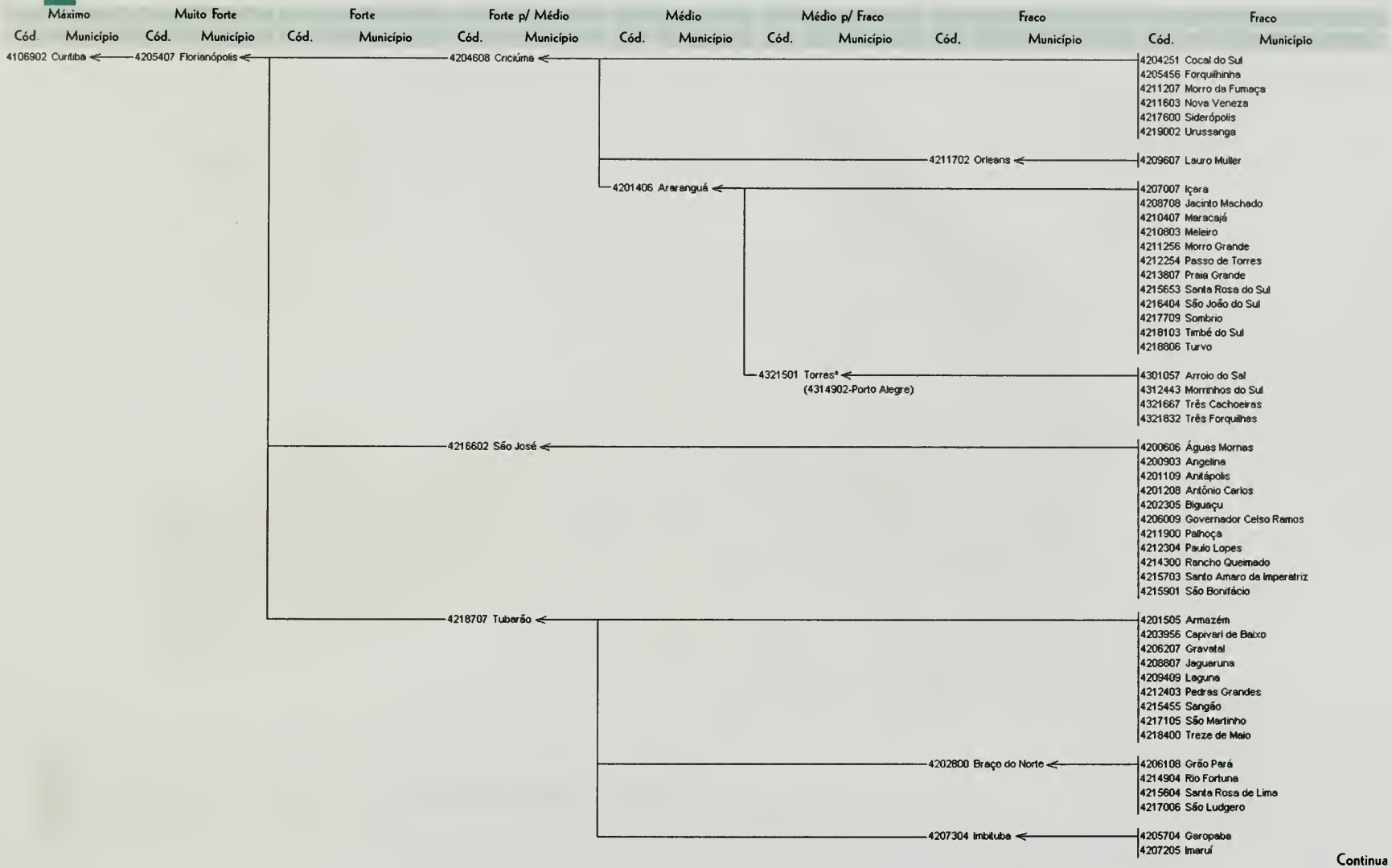
N

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.20

CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE FLORIANÓPOLIS



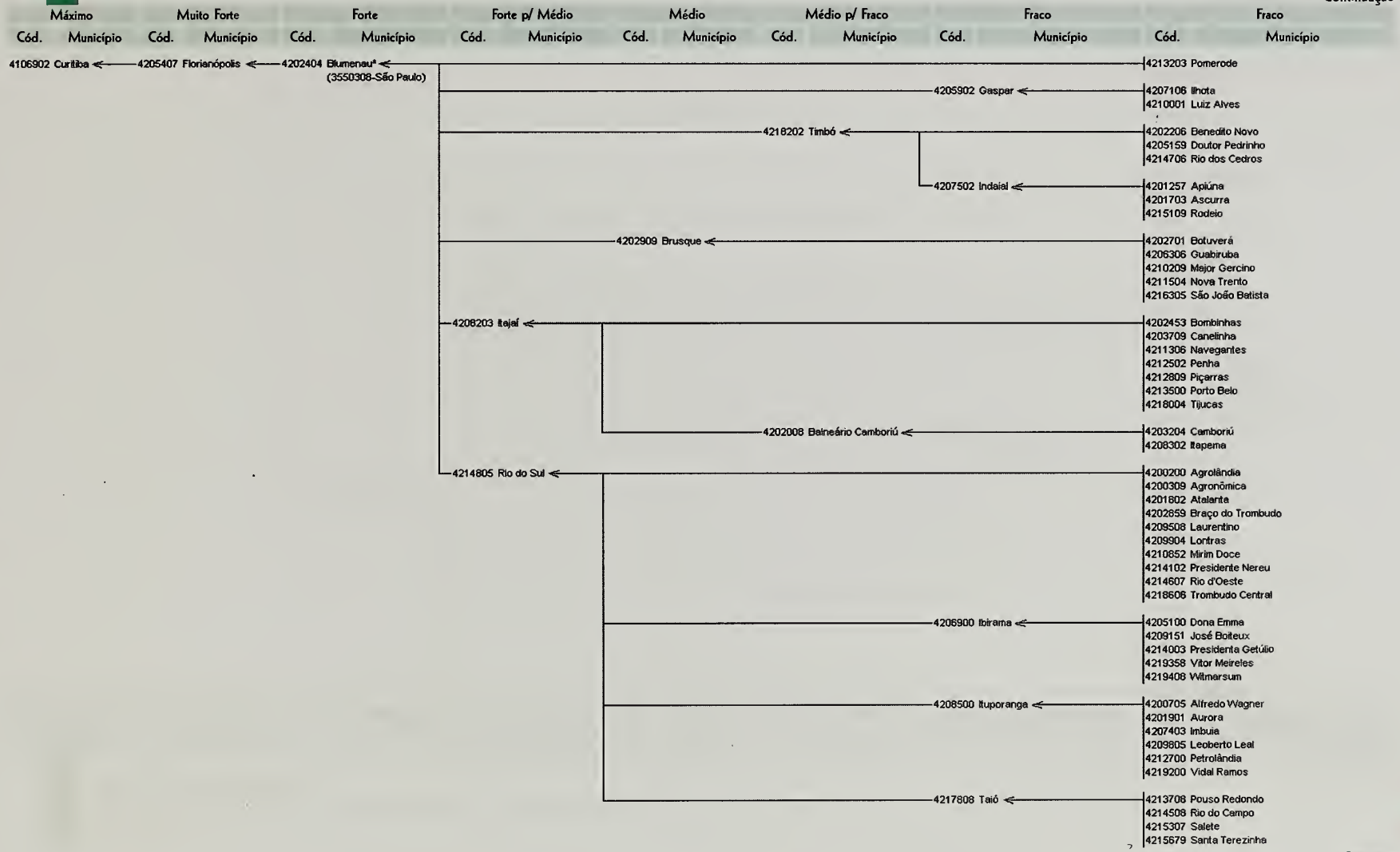
Continua

QUADRO A.20

CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE FLORIANÓPOLIS

Continuação



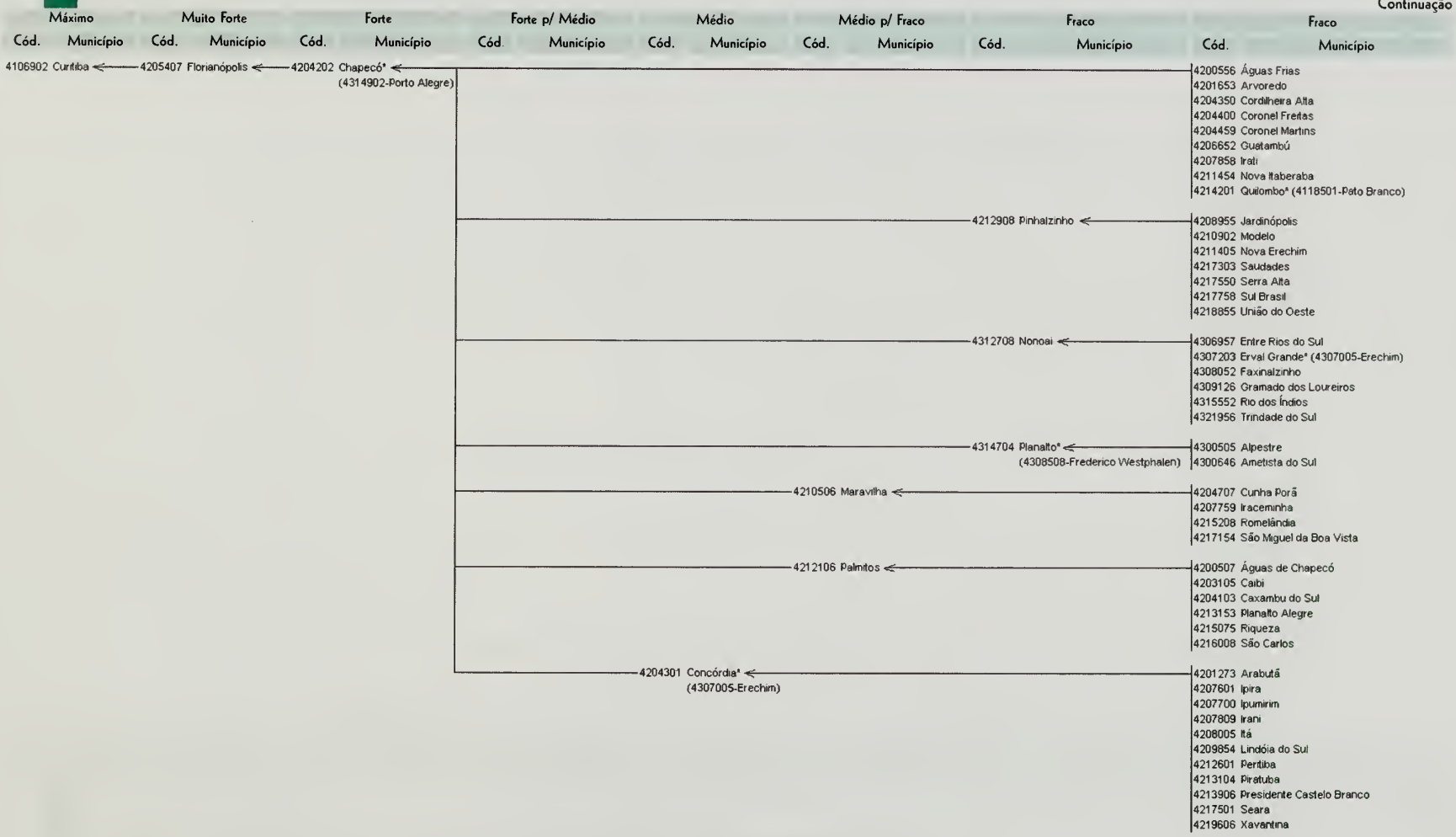
Continua

QUADRO A.20

CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE FLORIANÓPOLIS

Continuação



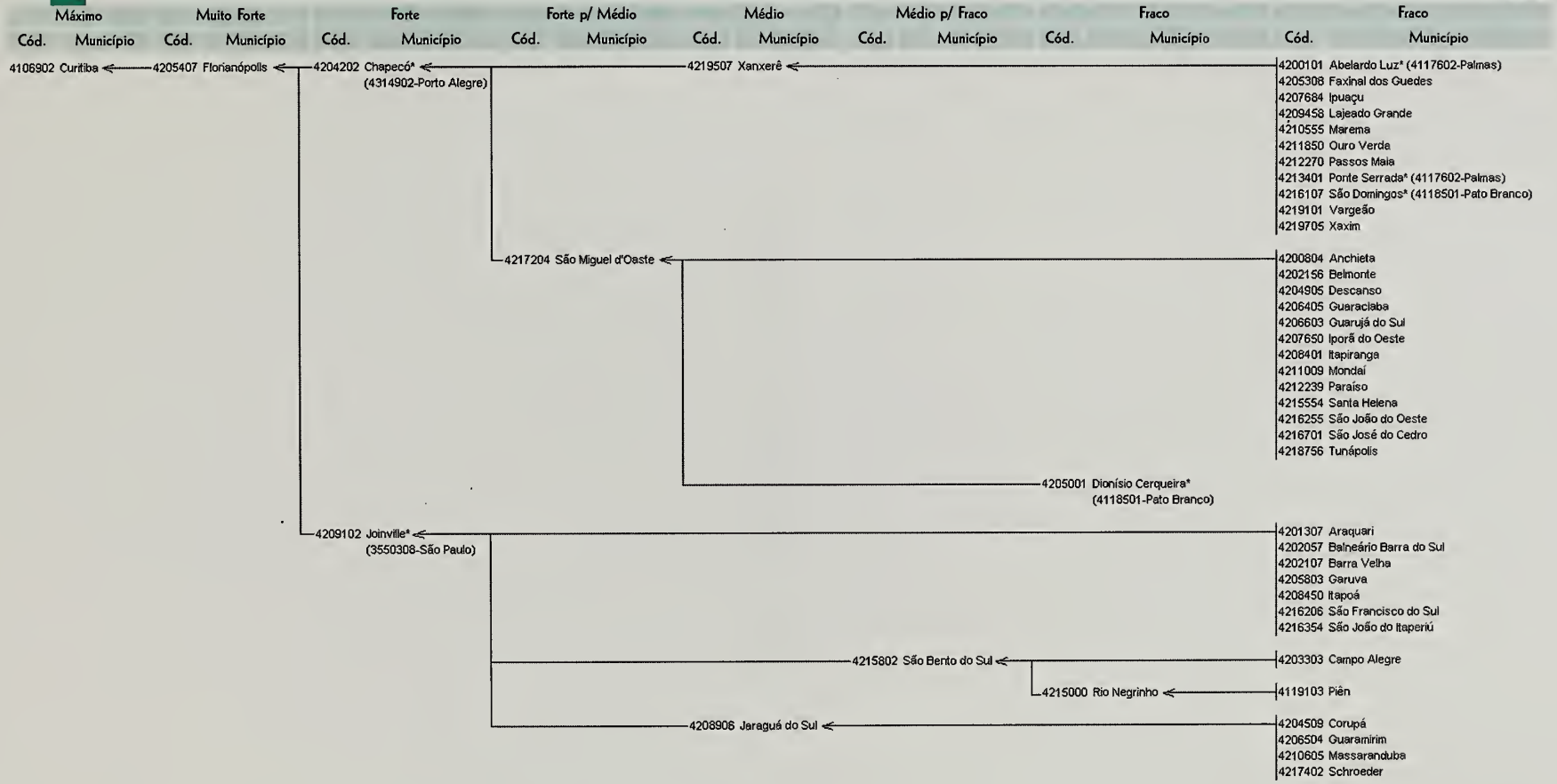
Continua

QUADRO A.20

CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

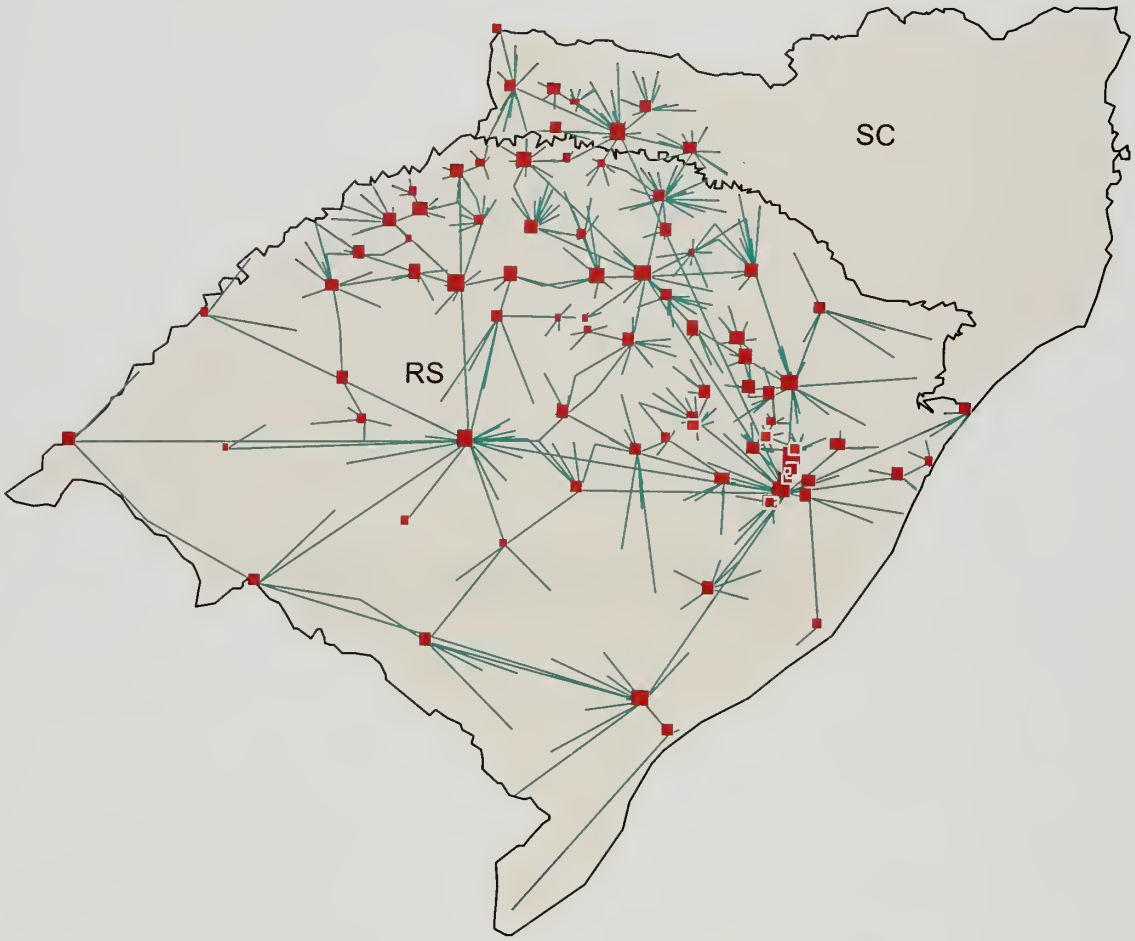
ÁREA DE FLORIANÓPOLIS

Conclusão



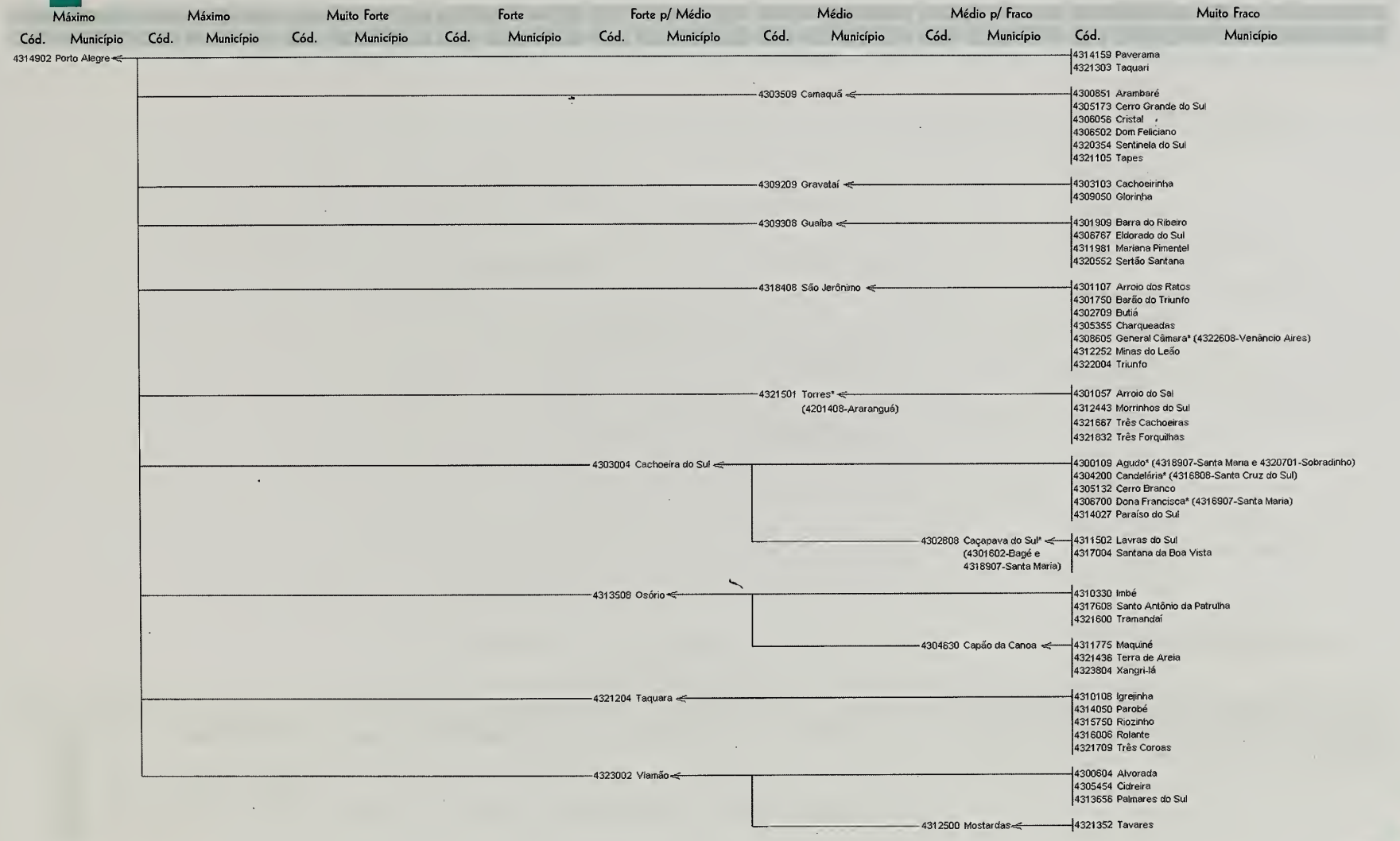
PORTO ALEGRE - RS

MAPA A.22
PORTO ALEGRE (RS) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.21
PORTO ALEGRE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE PORTO ALEGRE



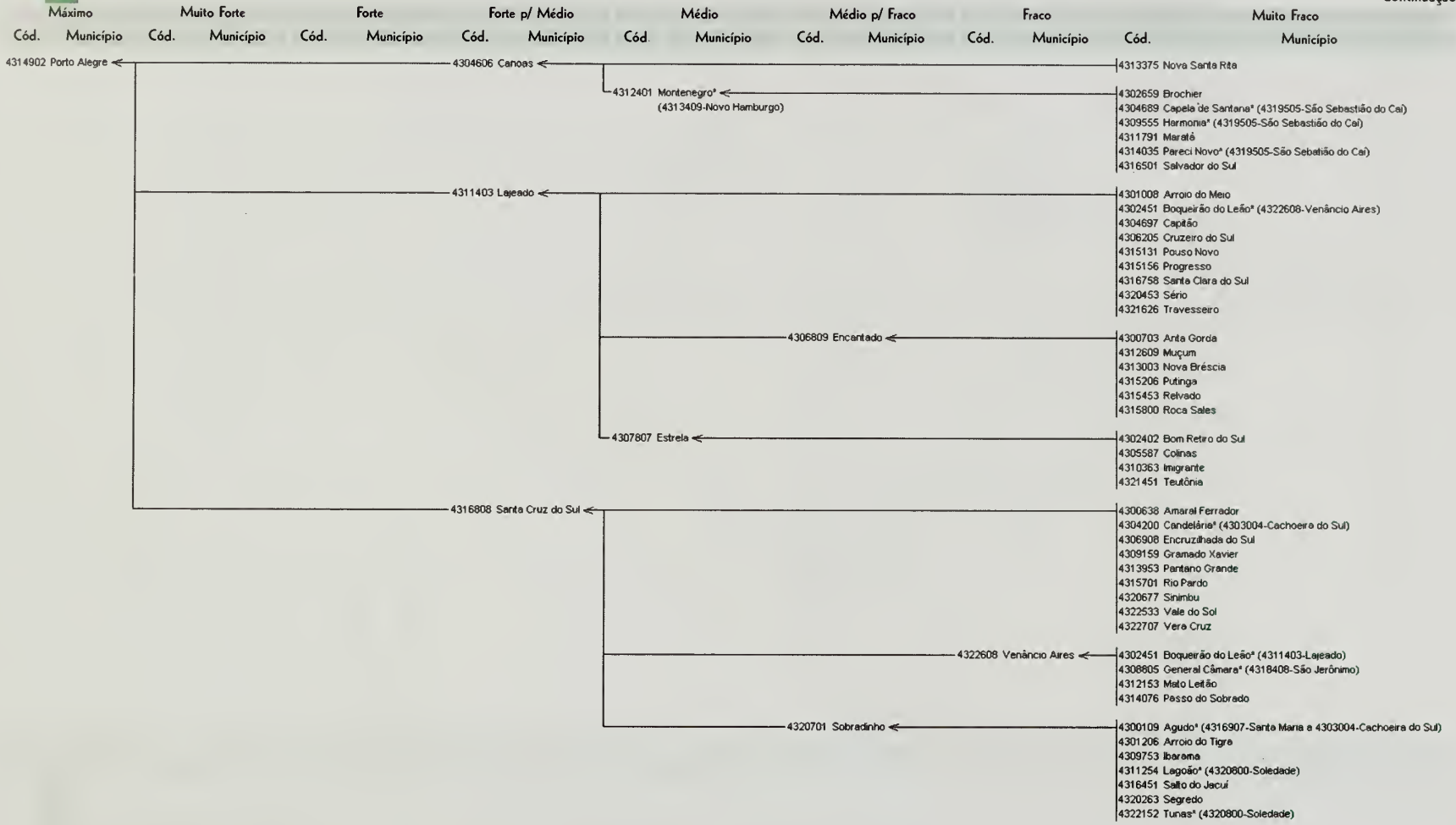
Continua

QUADRO A.21

PORTO ALEGRE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE PORTO ALEGRE

Continuação



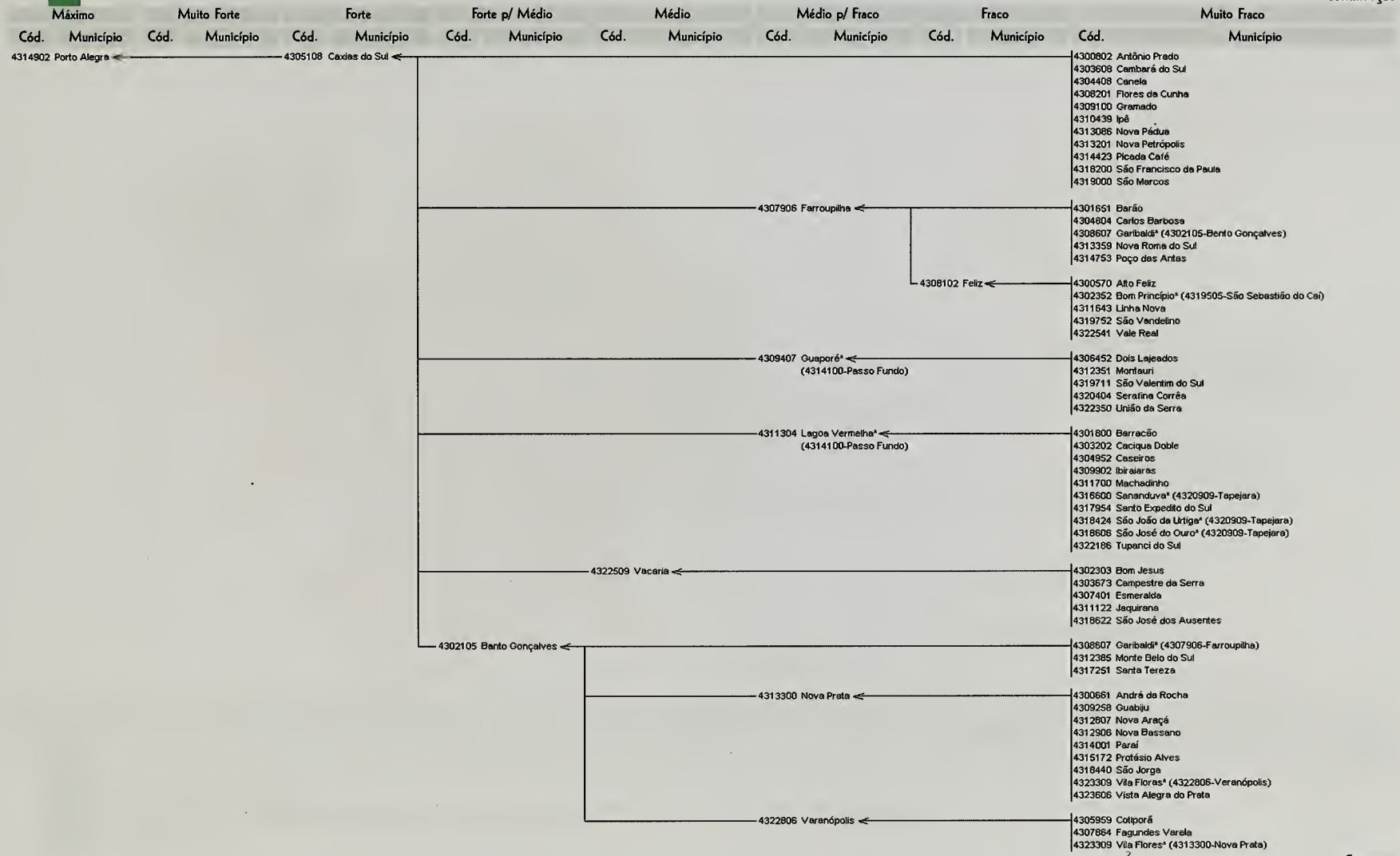
Continua

QUADRO A.21

PORTO ALEGRE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE PORTO ALEGRE

Continuação



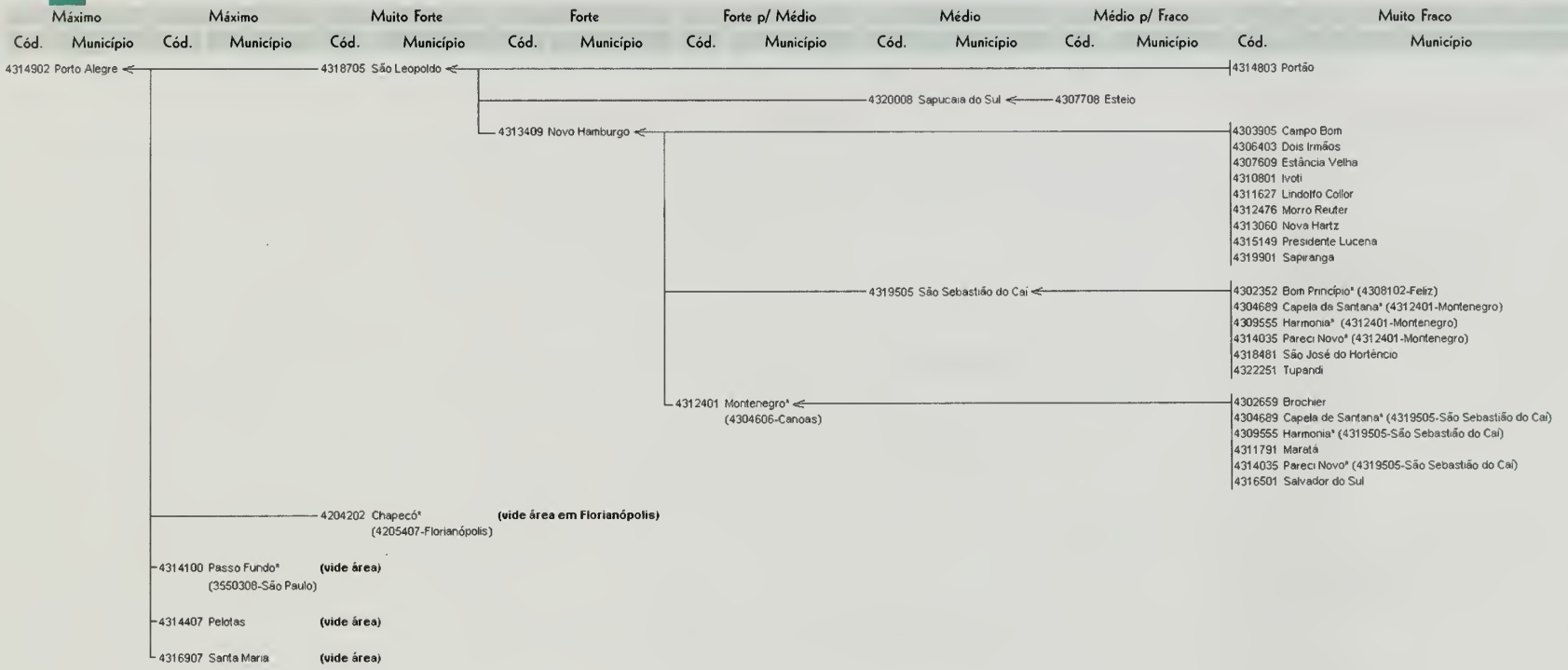
Continua

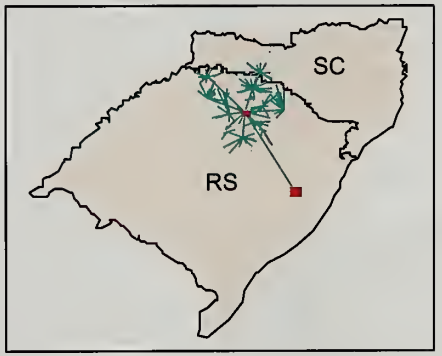
QUADRO A.21

PORTO ALEGRE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE PORTO ALEGRE

Conclusão





Centros urbanos

Fluxos de bens e serviços

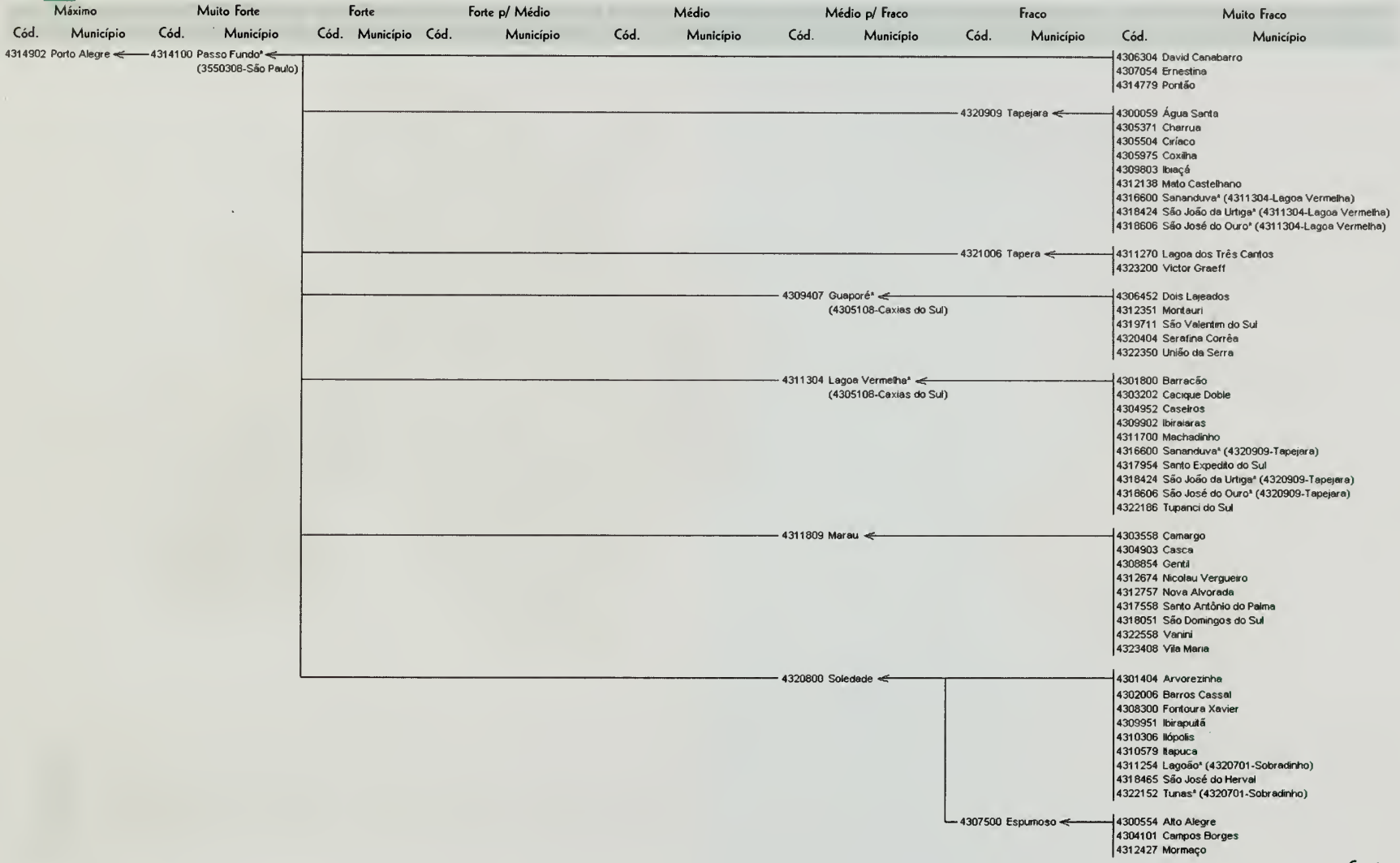
N

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.22

PORTO ALEGRE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE PASSO FUNDO



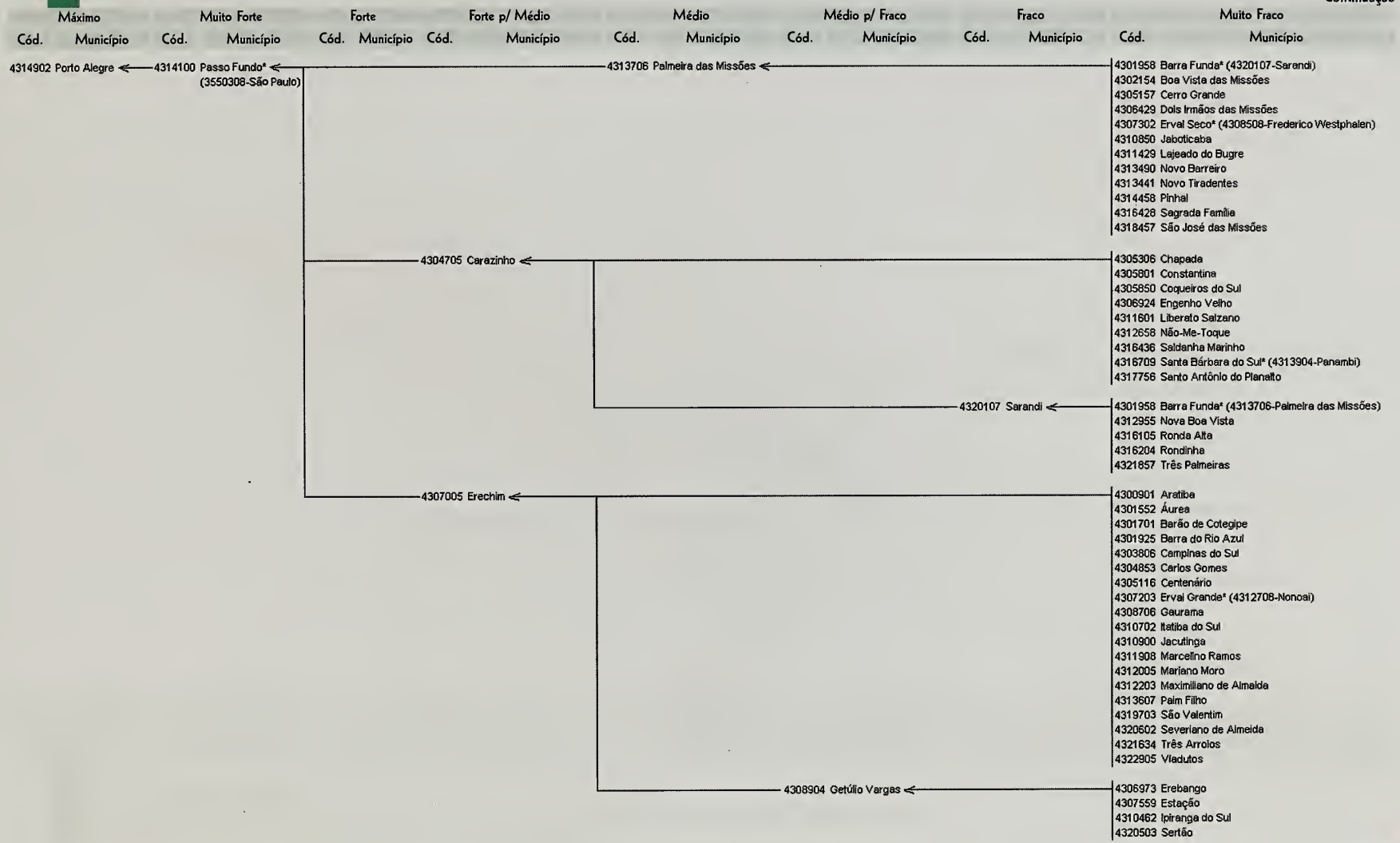
Continua

QUADRO A.22

PORTO ALEGRE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE PASSO FUNDO

Continuação



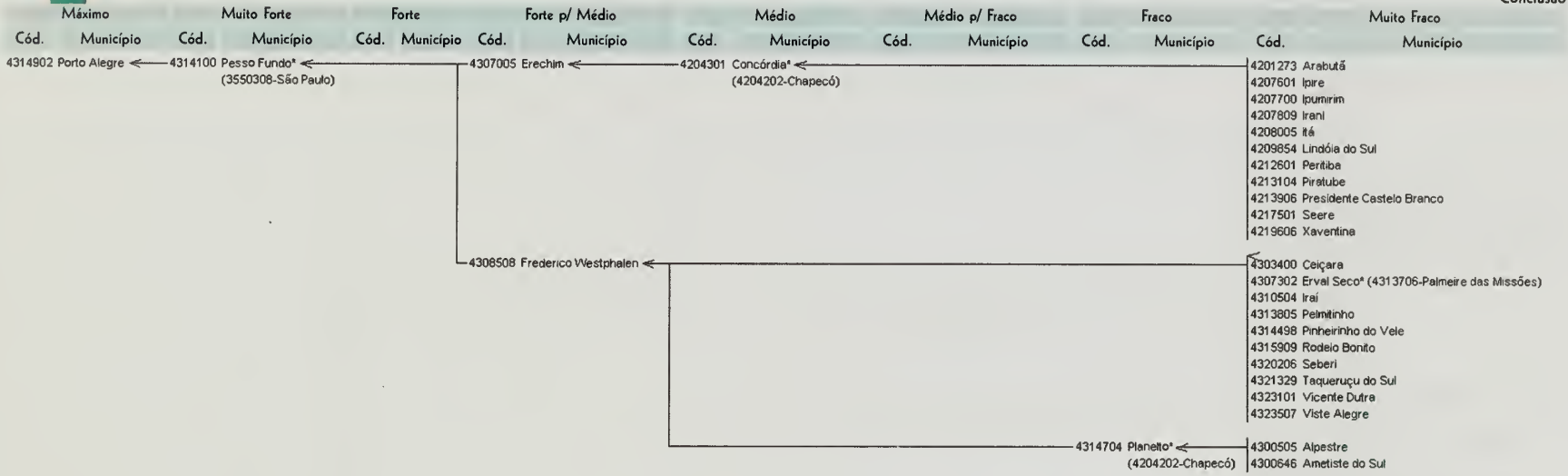
Continua

QUADRO A.22

PORTO ALEGRE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

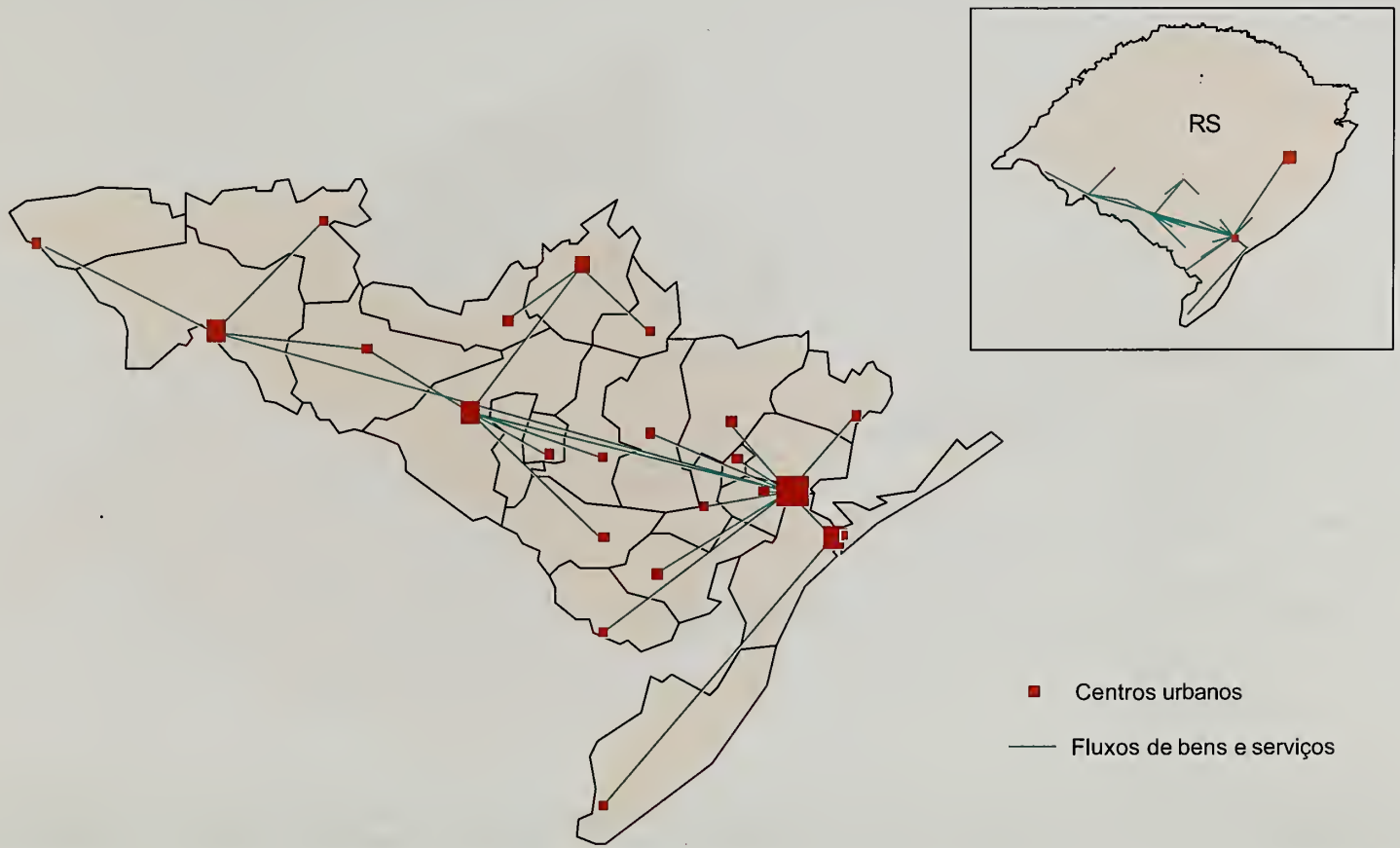
ÁREA DE PASSO FUNDO

Conclusão



MAPA A.24

PELOTAS (RS) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO

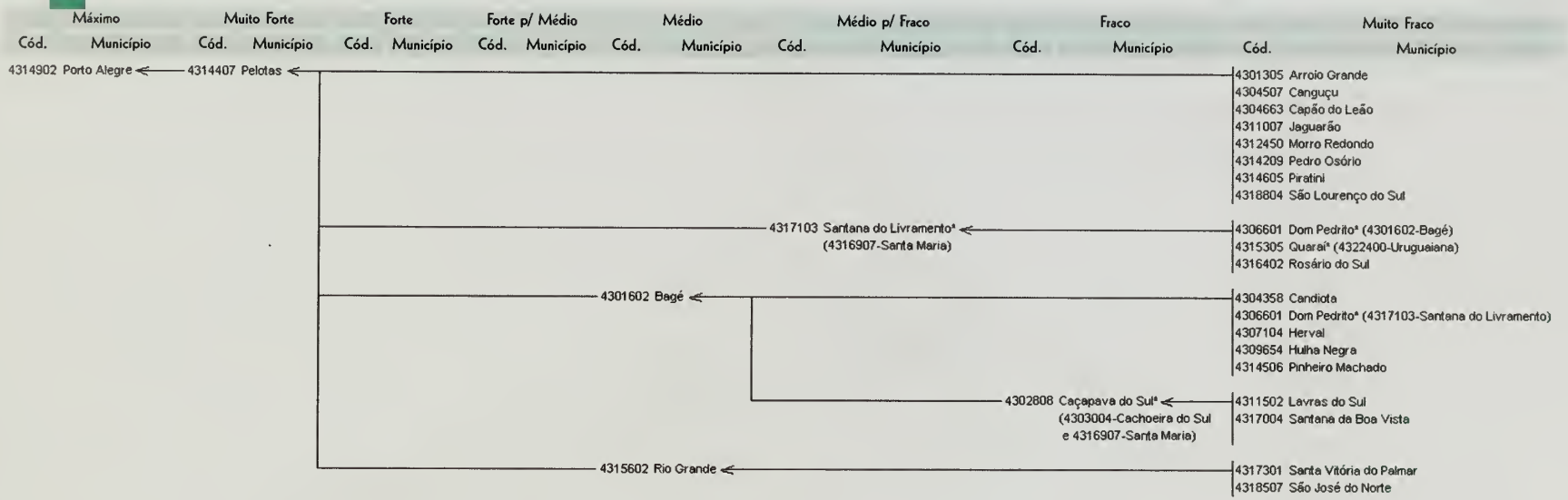


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

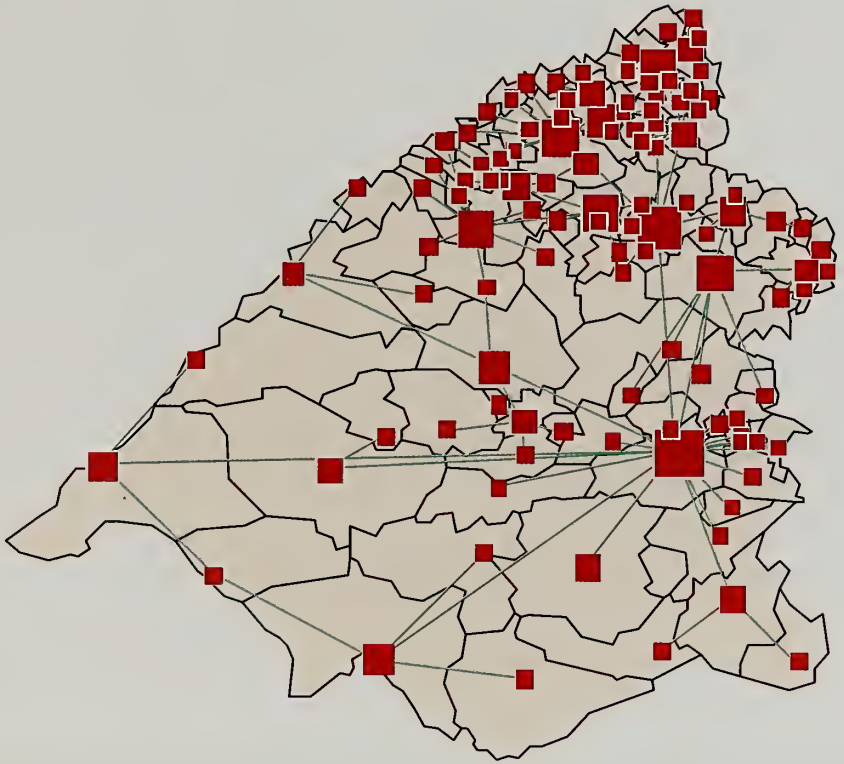
QUADRO A.23

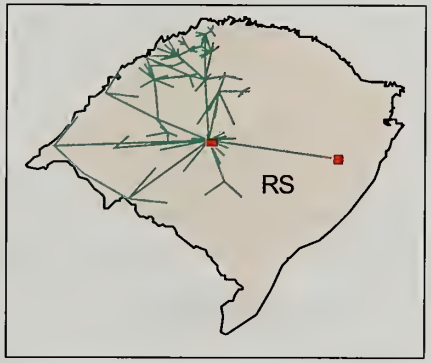
PORTO ALEGRE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE PELOTAS



MAPA A.25
SANTA MARIA (RS) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO





Centros urbanos

Fluxos de bens e serviços

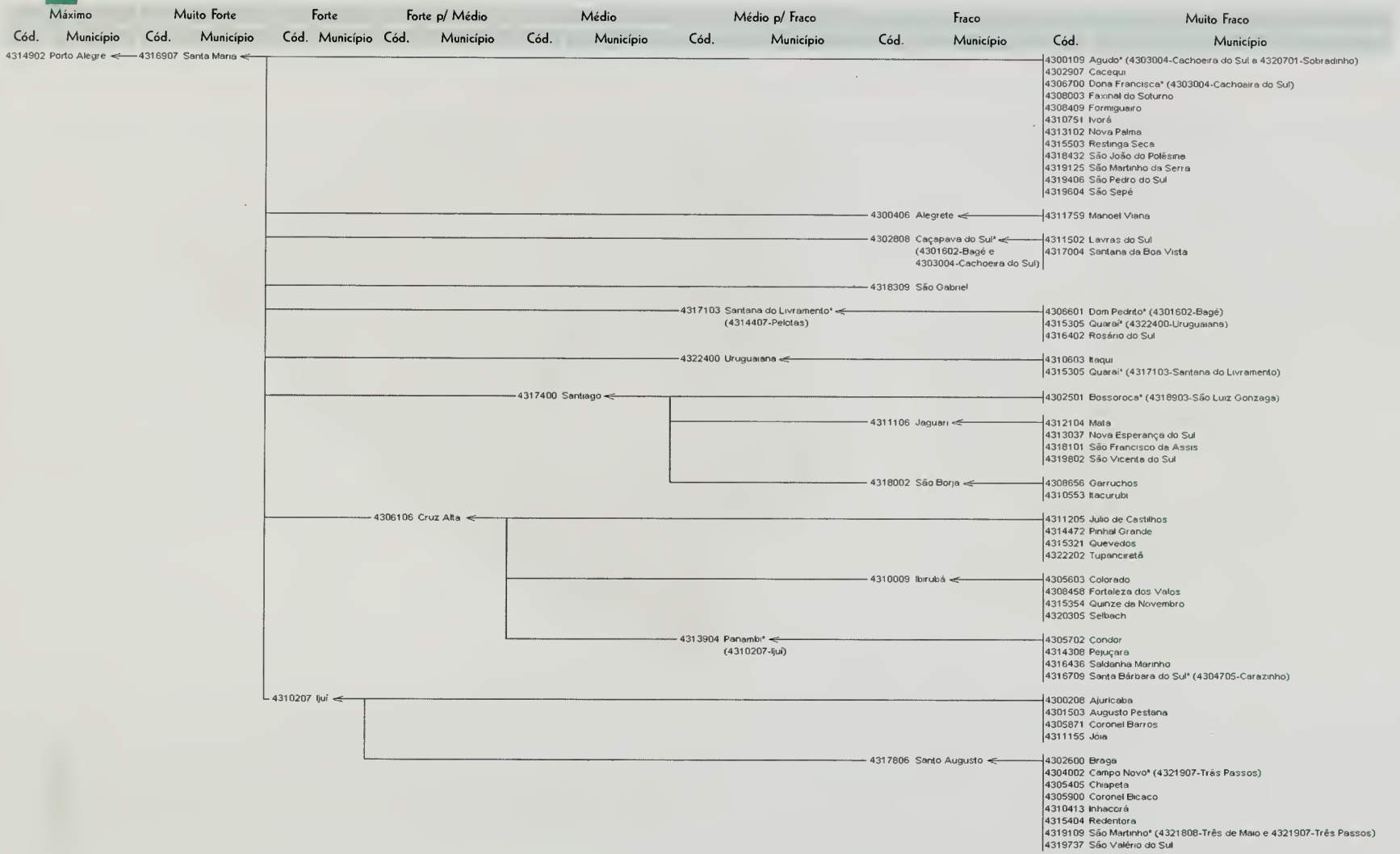
N

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.24

PORTO ALEGRE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SANTA MARIA



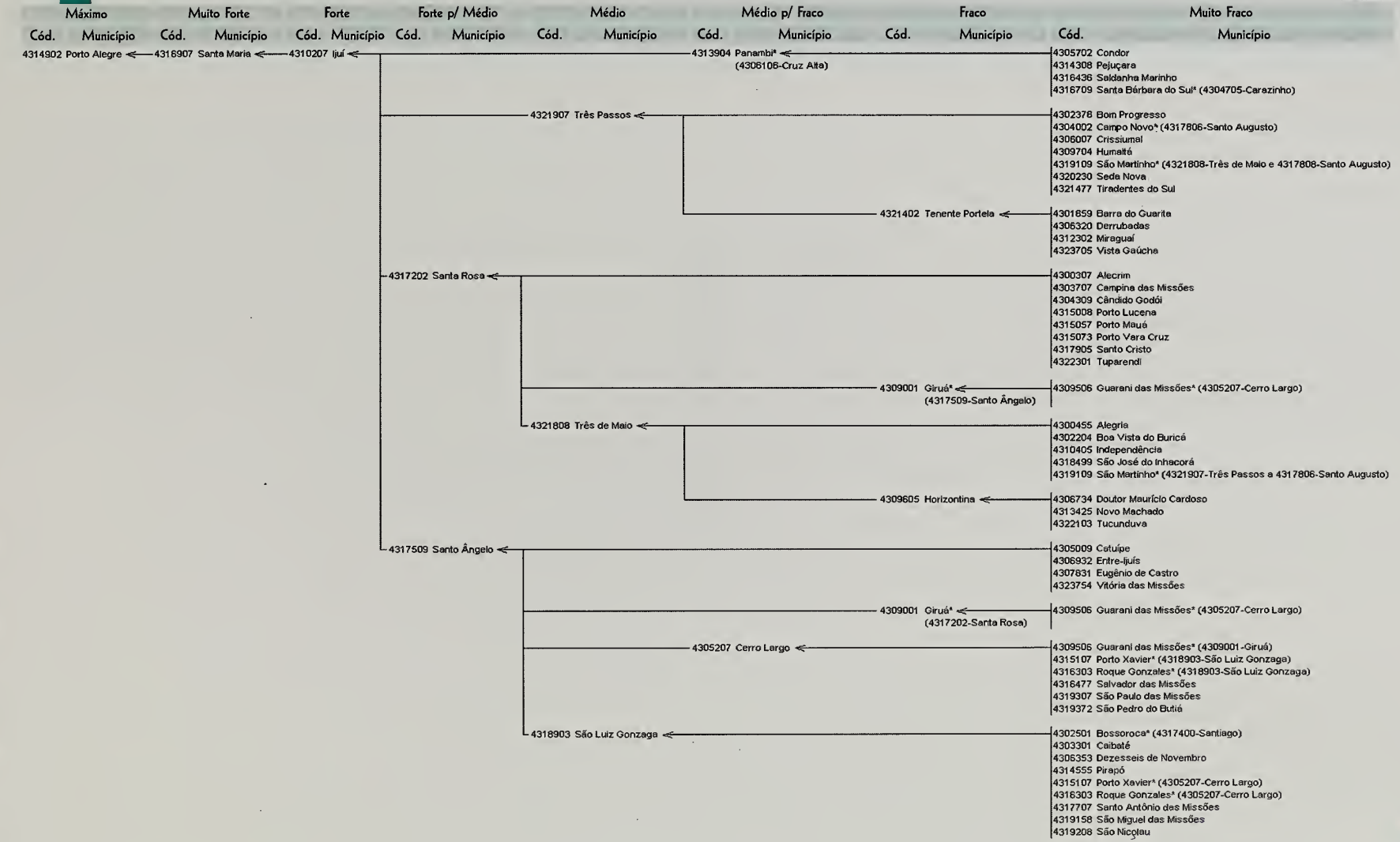
Continua

QUADRO A.24

PORTO ALEGRE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SANTA MARIA

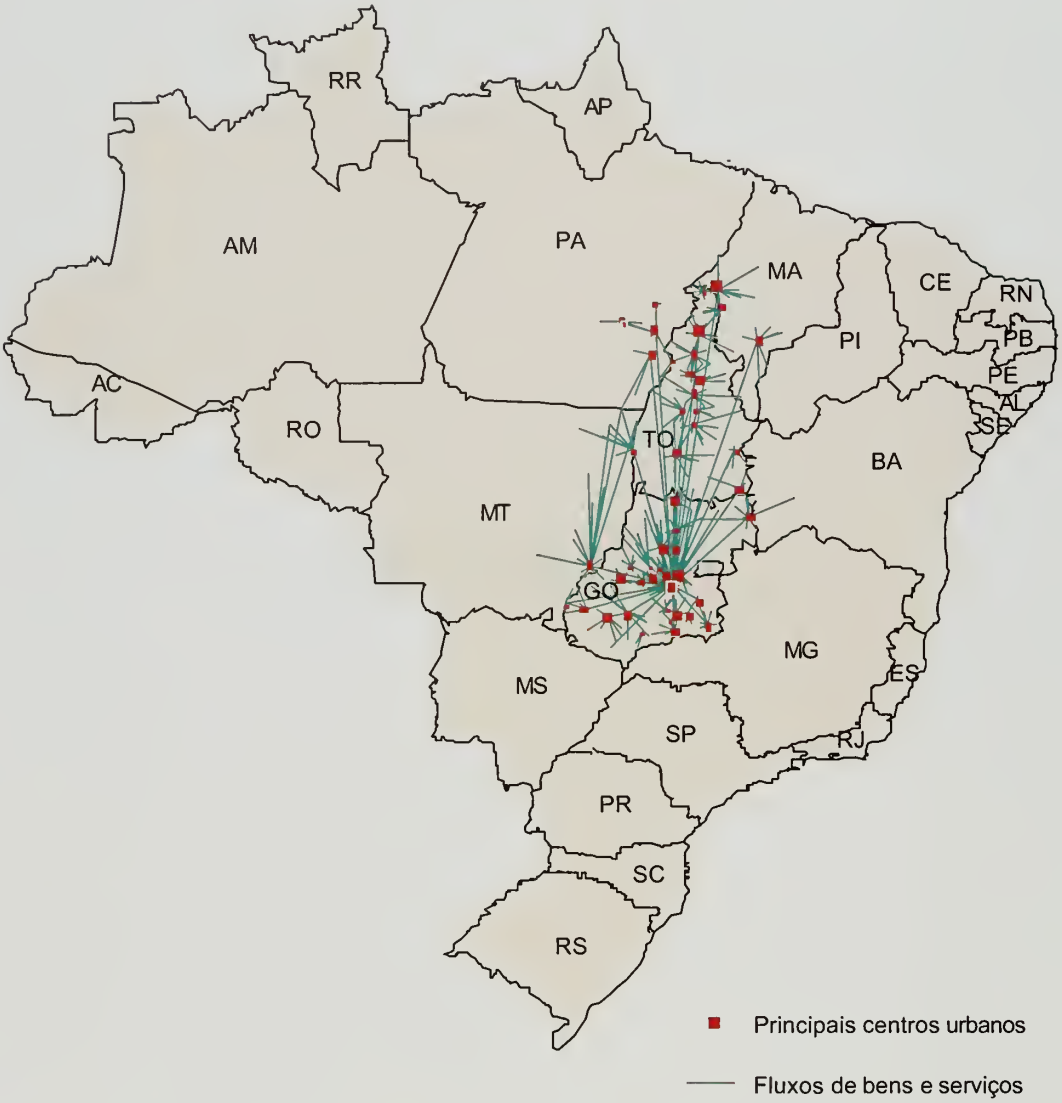
Conclusão



GOIÂNIA - GO

MAPA A.26

GOIÂNIA (GO) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO

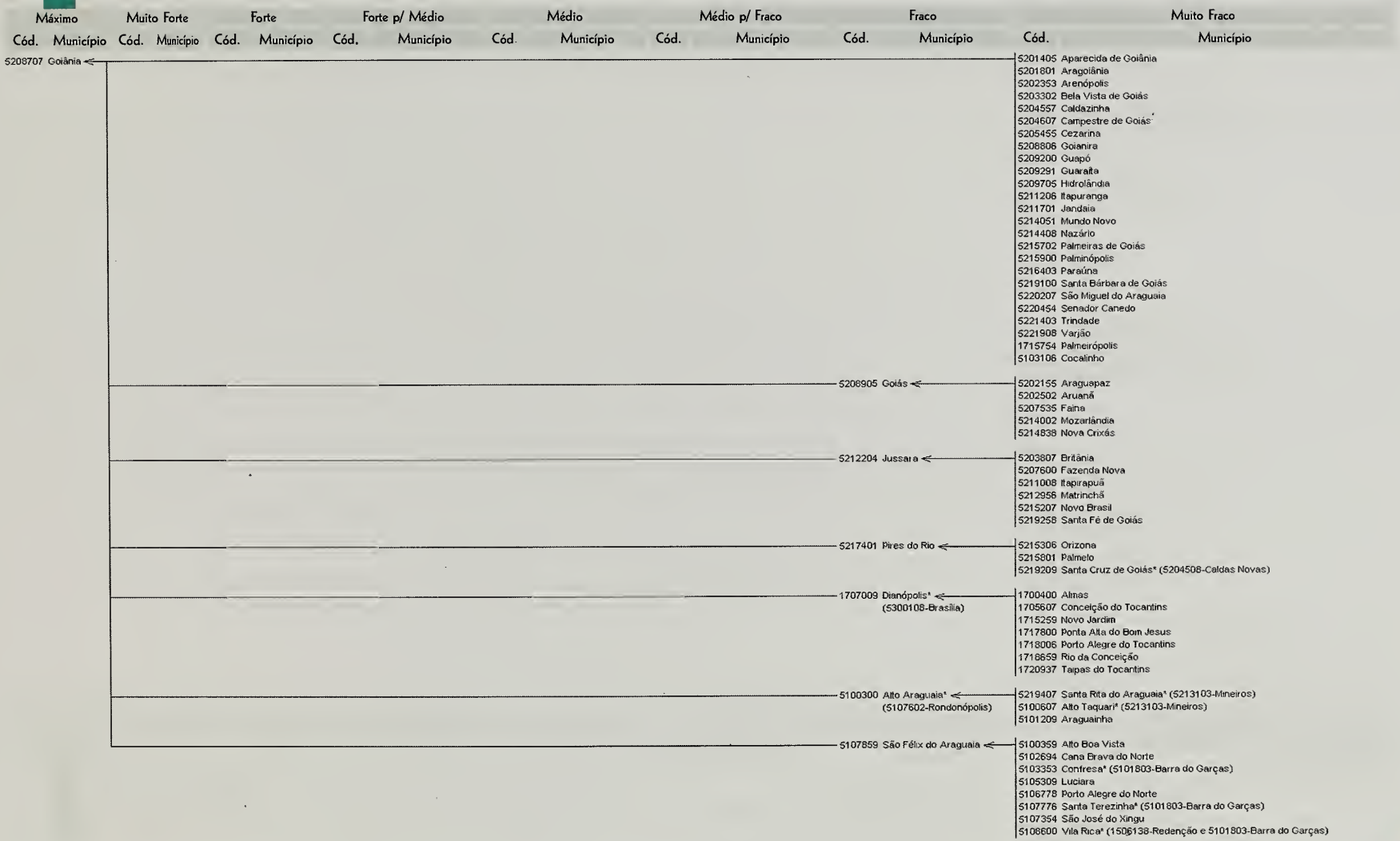


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.25

GOIÂNIA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE GOIÂNIA



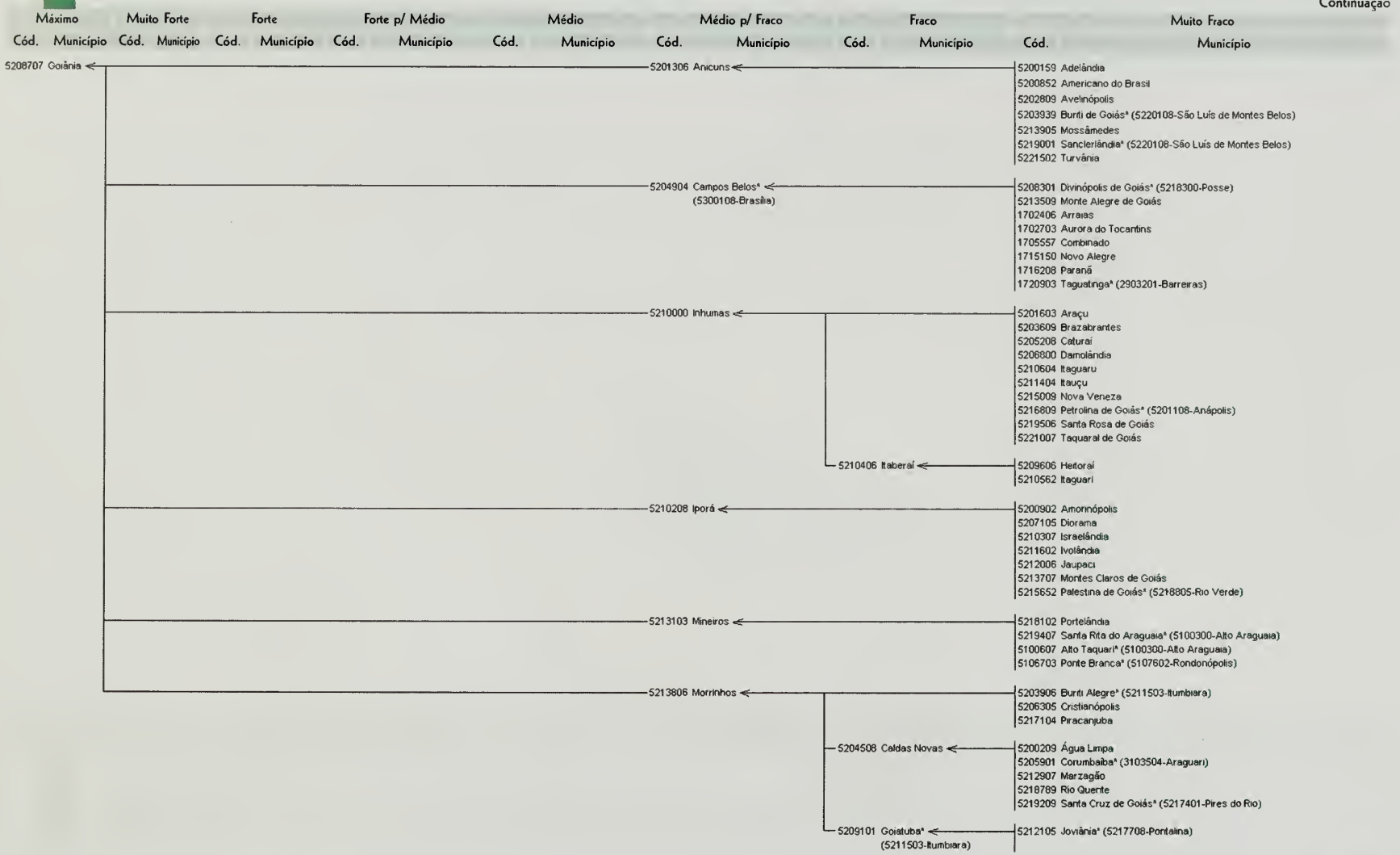
Continua

QUADRO A.25

GOIÂNIA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE GOIÂNIA

Continuação



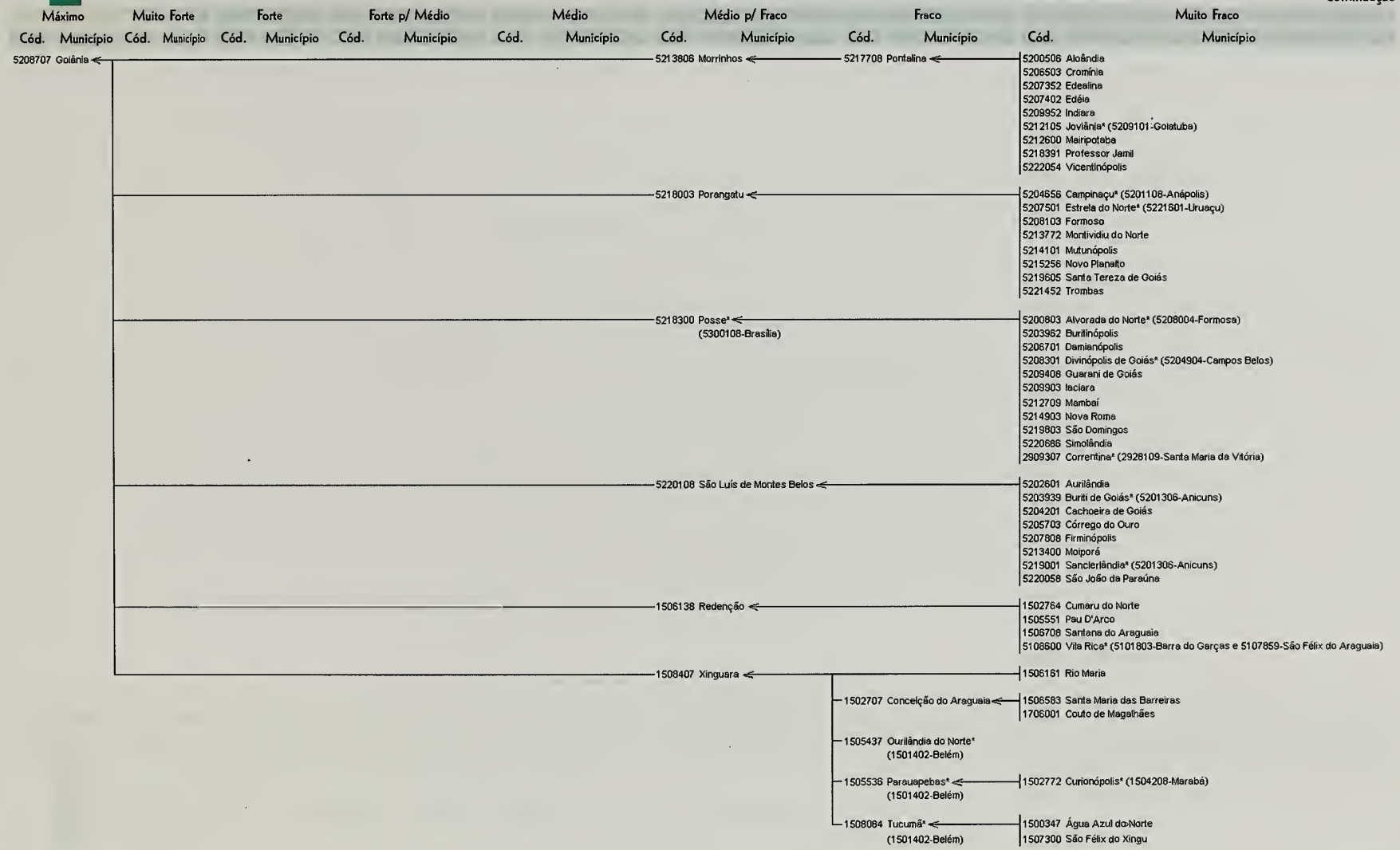
Continua

QUADRO A.25

GOIÂNIA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE GOIÂNIA

Continuação



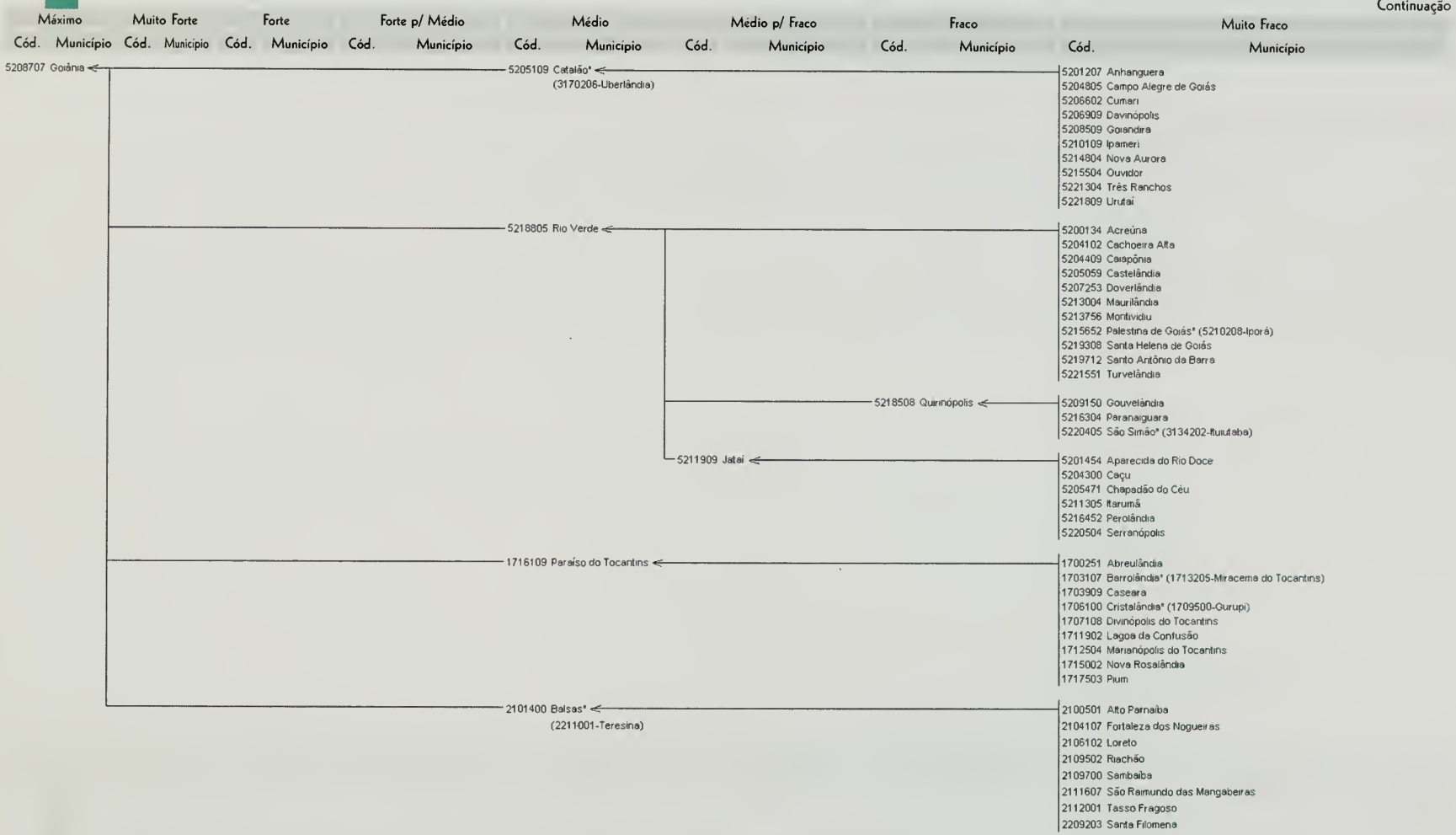
Continua

QUADRO A.25

GOIÂNIA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE GOIÂNIA

Continuação



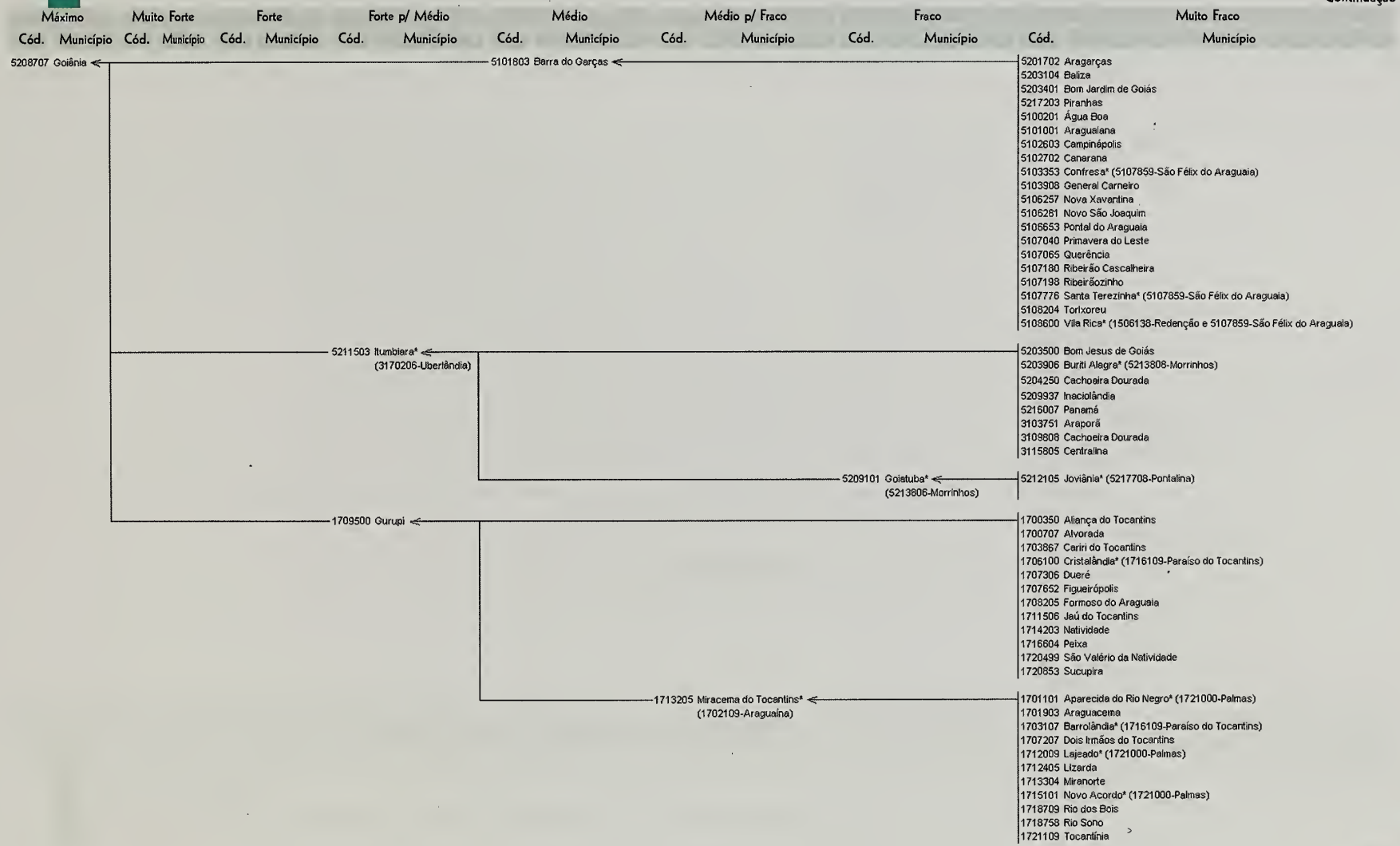
Continua

QUADRO A.25

GOIÂNIA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE GOIÂNIA

Continuação



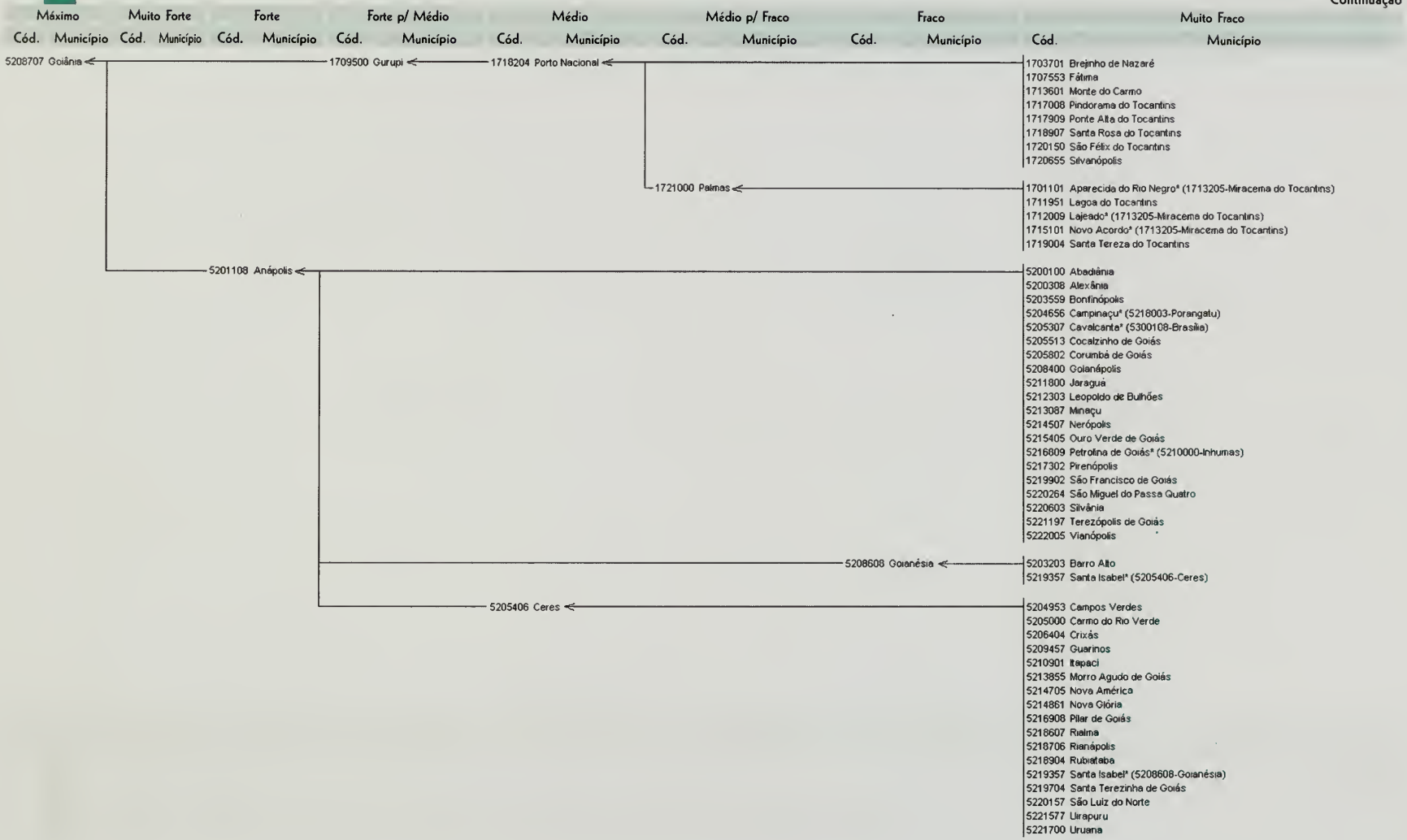
Continua

QUADRO A.25

GOIÂNIA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE GOIÂNIA

Continuação



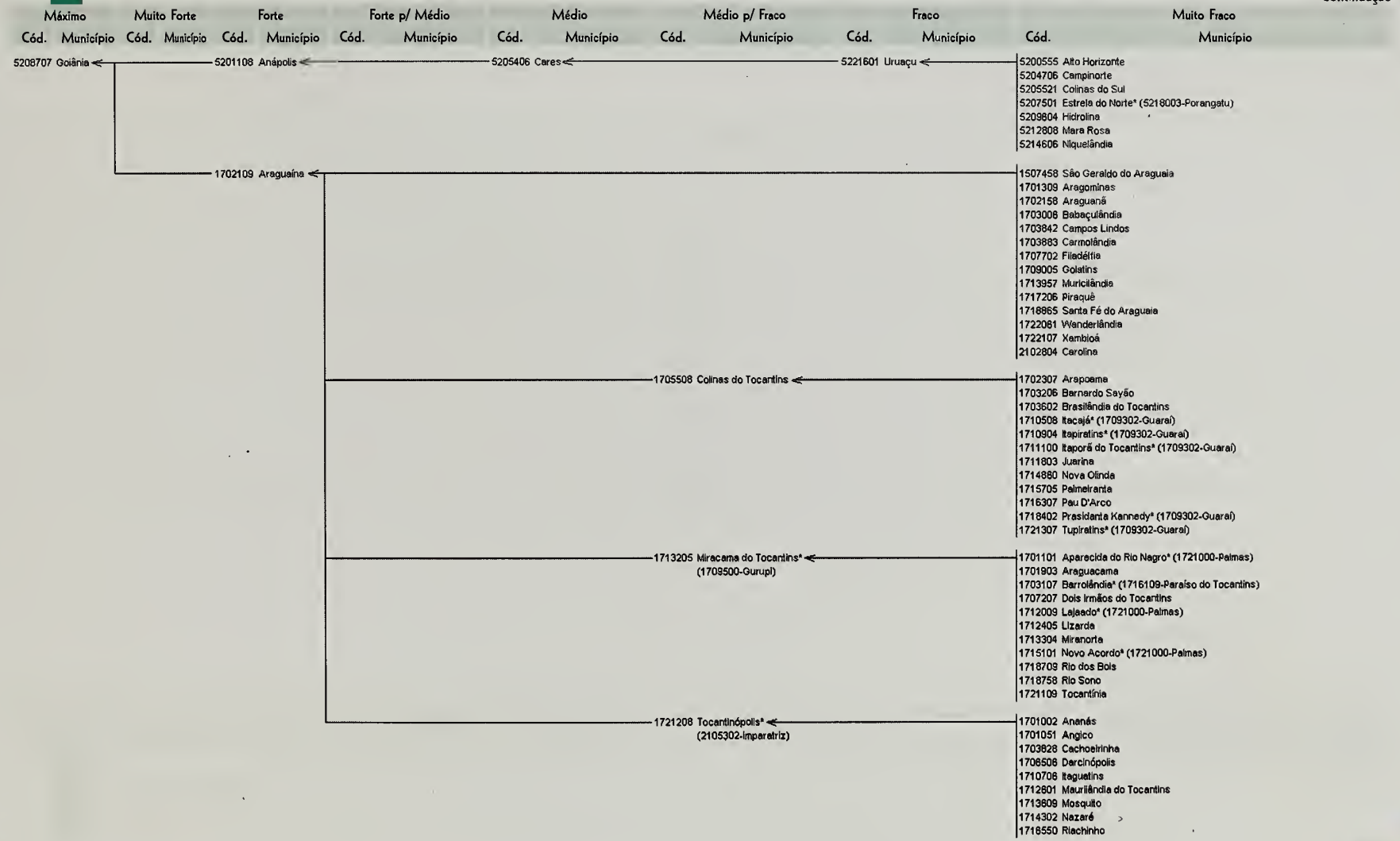
Continua

QUADRO A.25

GOIÂNIA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE GOIÂNIA

Continuação



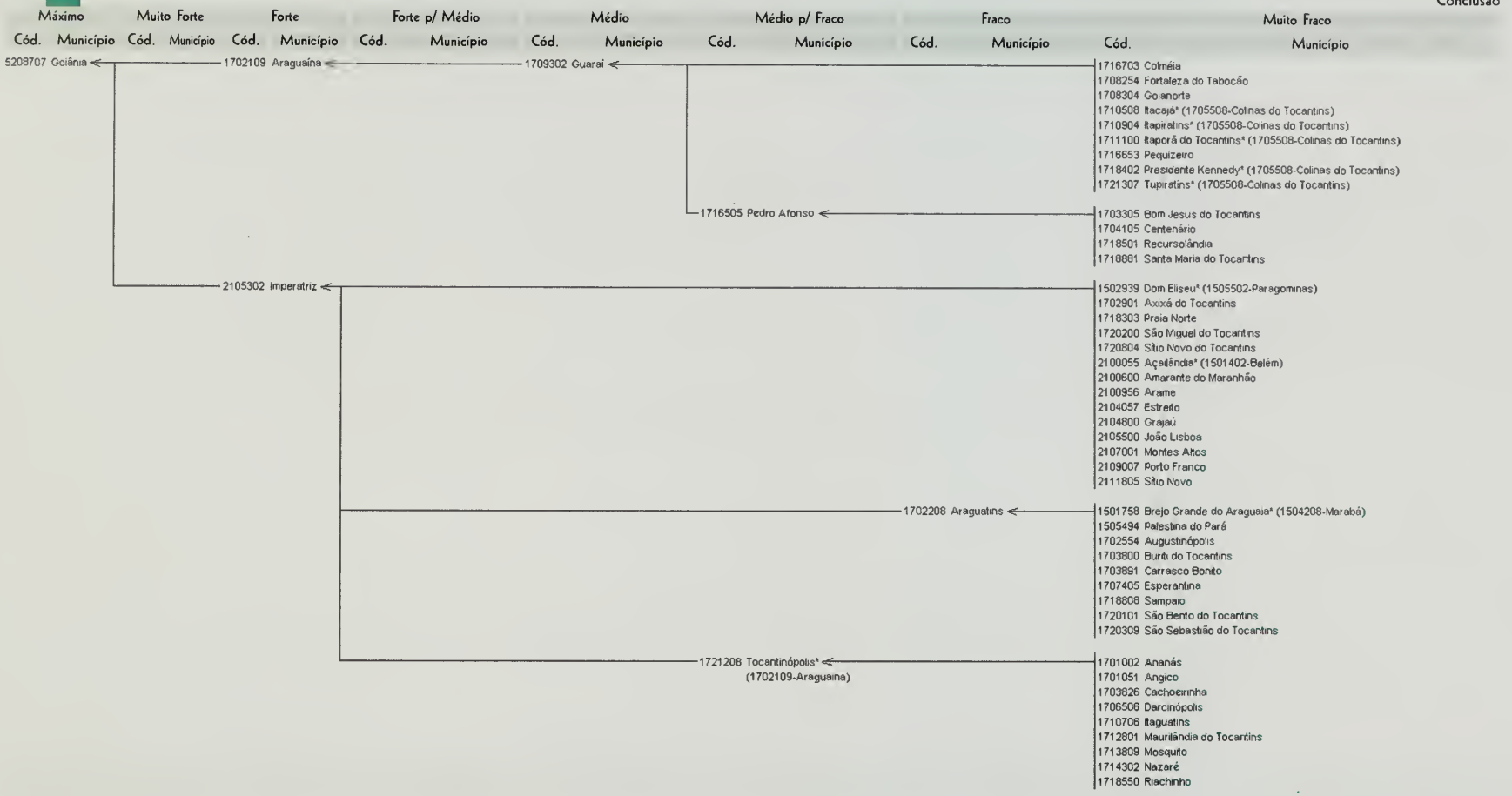
Continua

QUADRO A.25

GOIÂNIA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

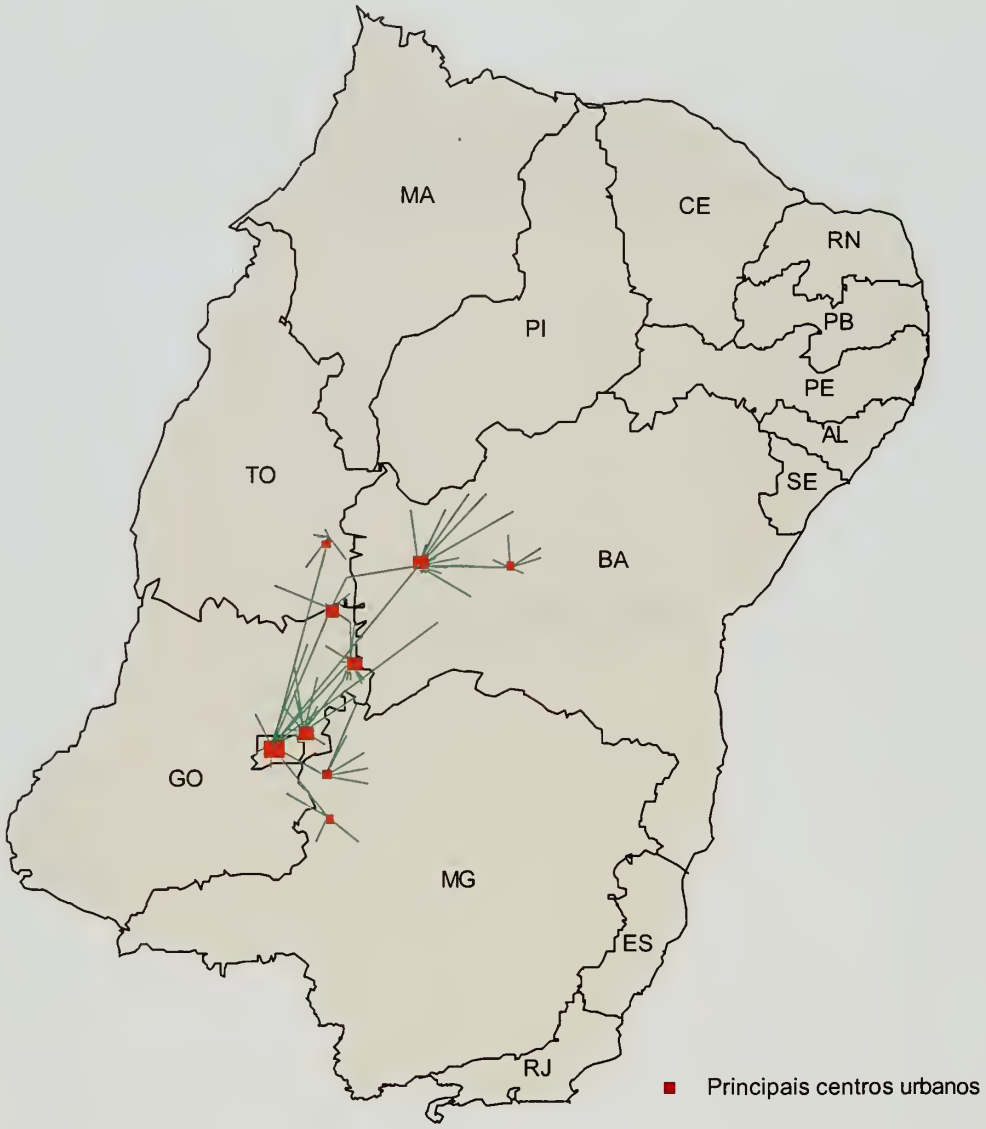
ÁREA DE GOIÂNIA

Conclusão



BRASÍLIA - DF

MAPA A.27
BRASÍLIA (DF) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO

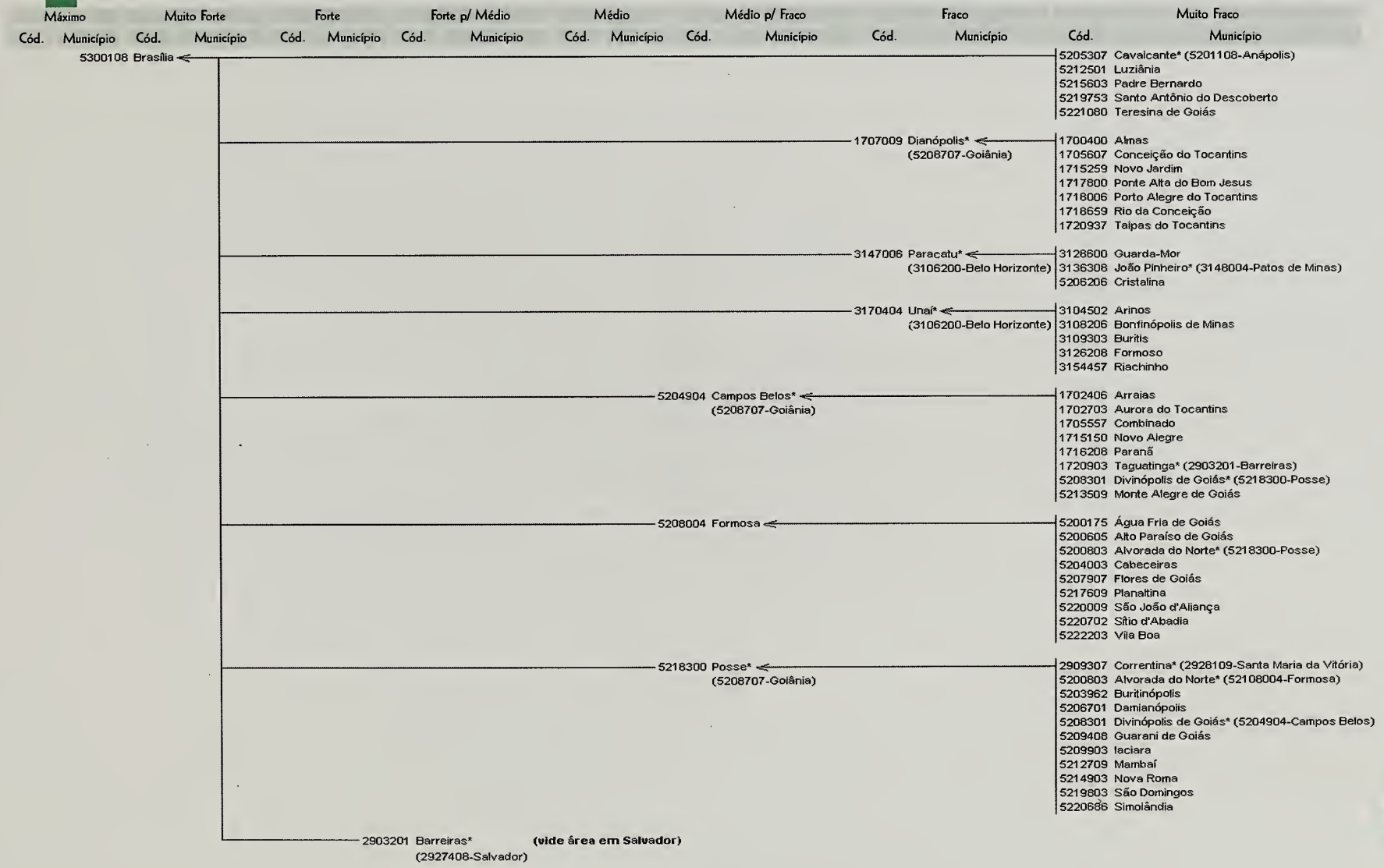


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.26

BRASÍLIA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

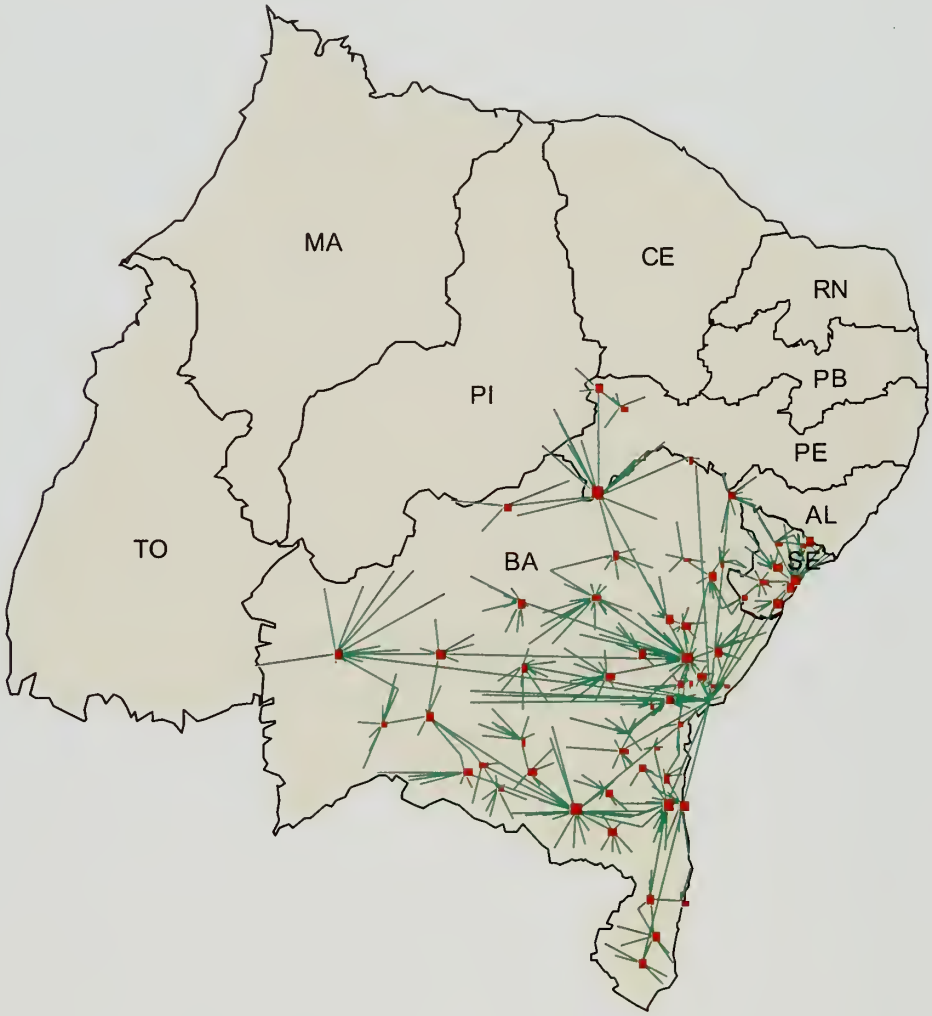
ÁREA DE BRASÍLIA



SALVADOR - BA

MAPA A.28

SALVADOR (BA) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO

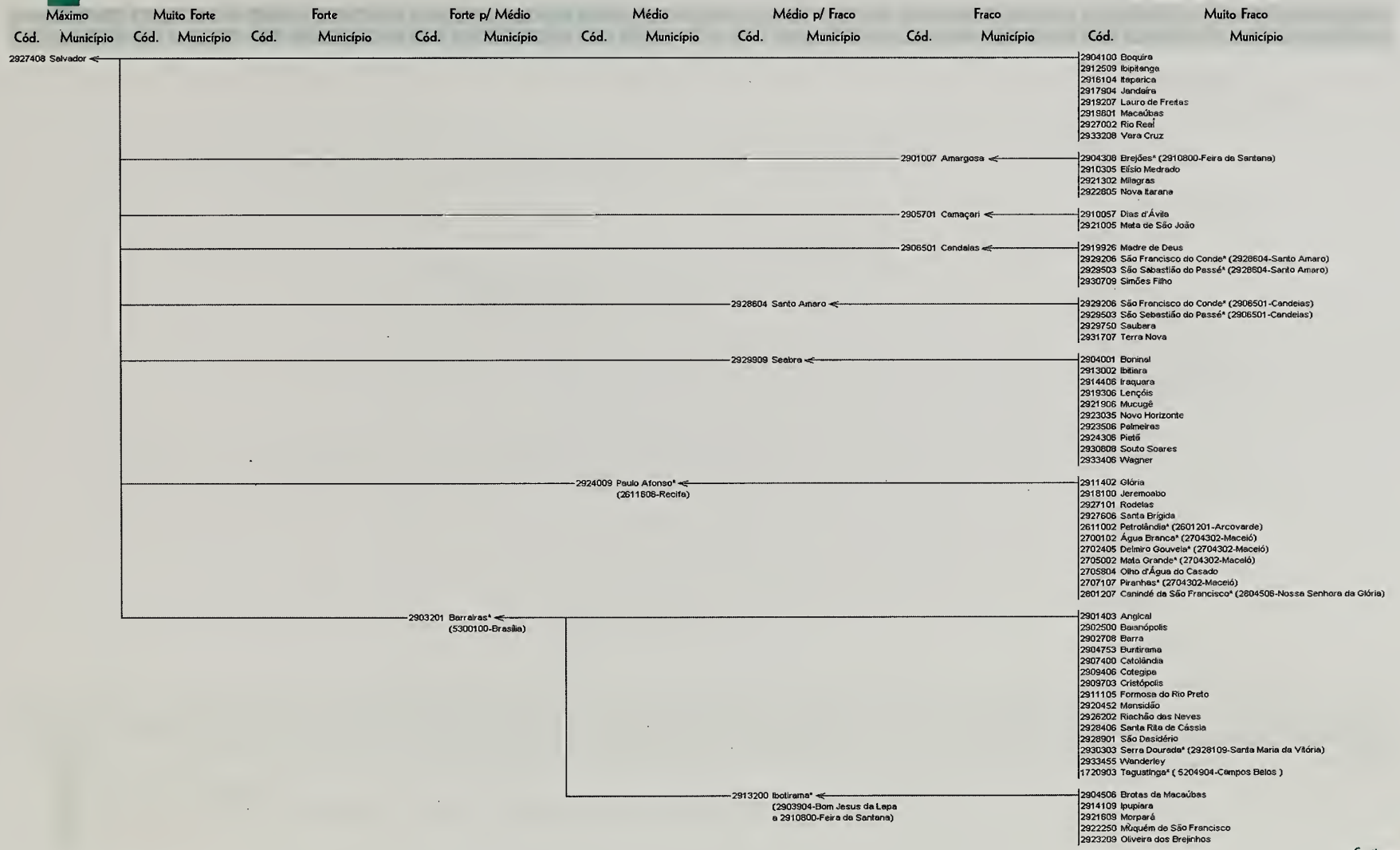


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.27

SALVADOR – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SALVADOR



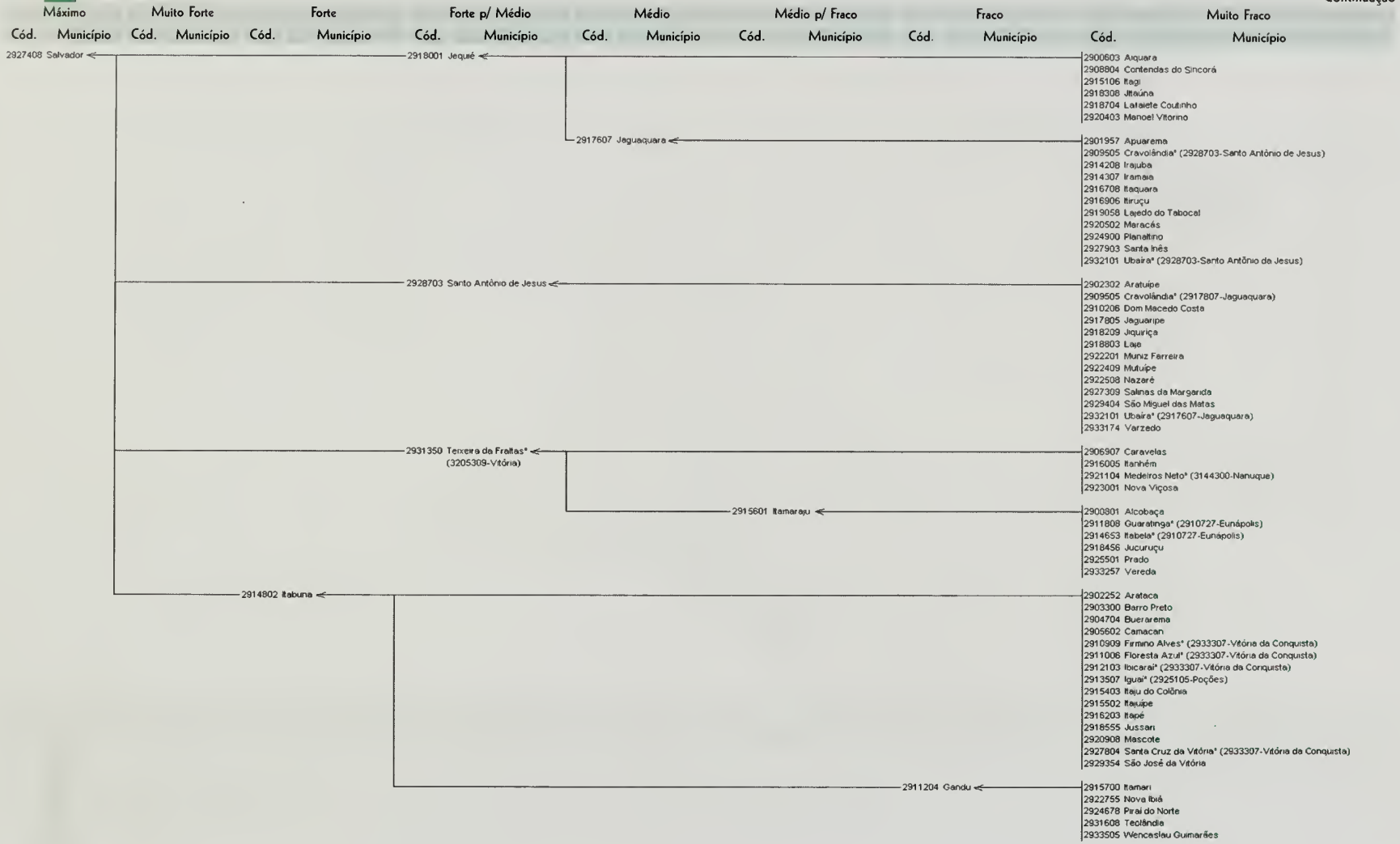
Continua

QUADRO A.27

SALVADOR – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SALVADOR

Continuação



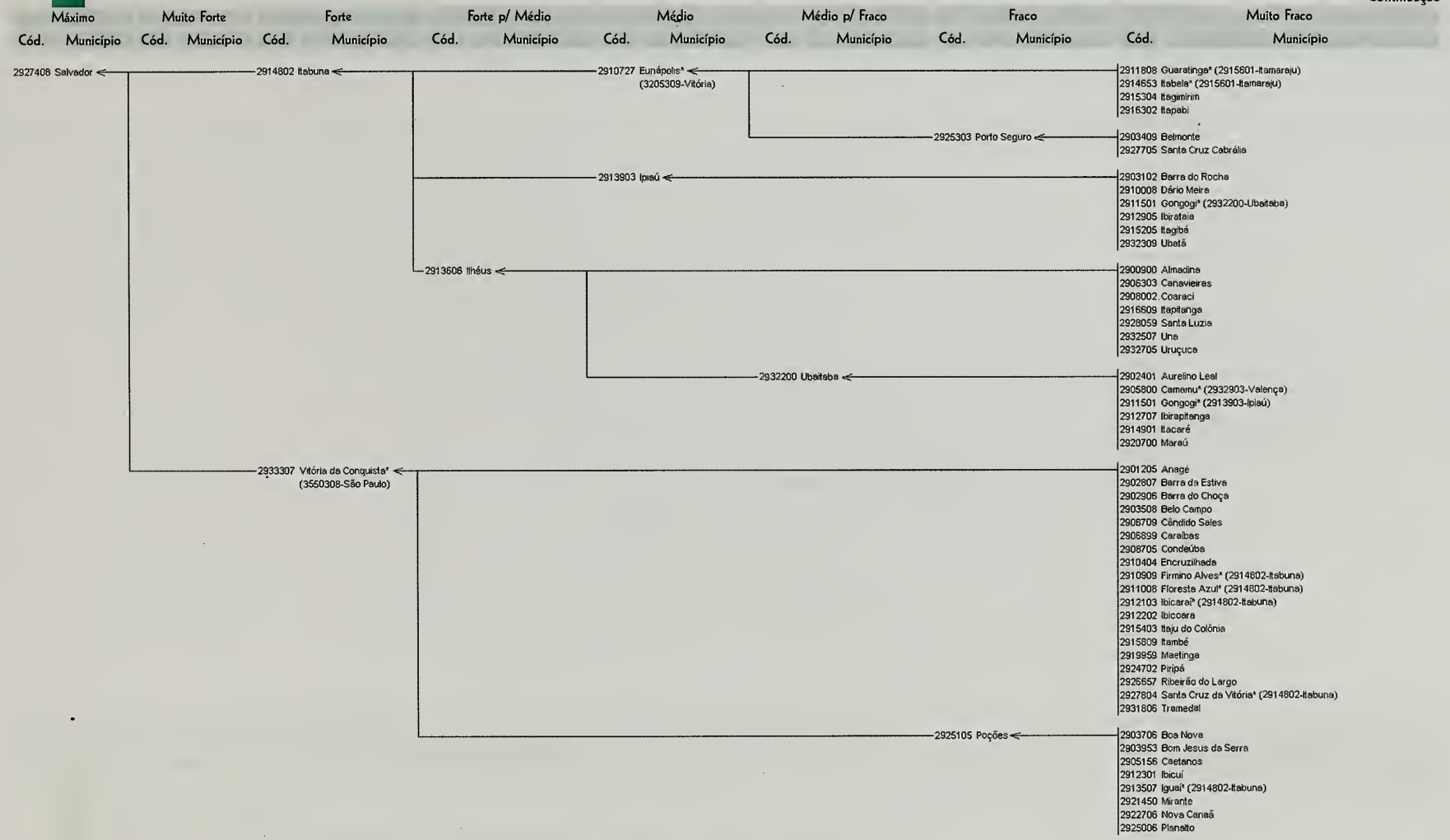
Continua

QUADRO A.27

SALVADOR – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SALVADOR

Continuação



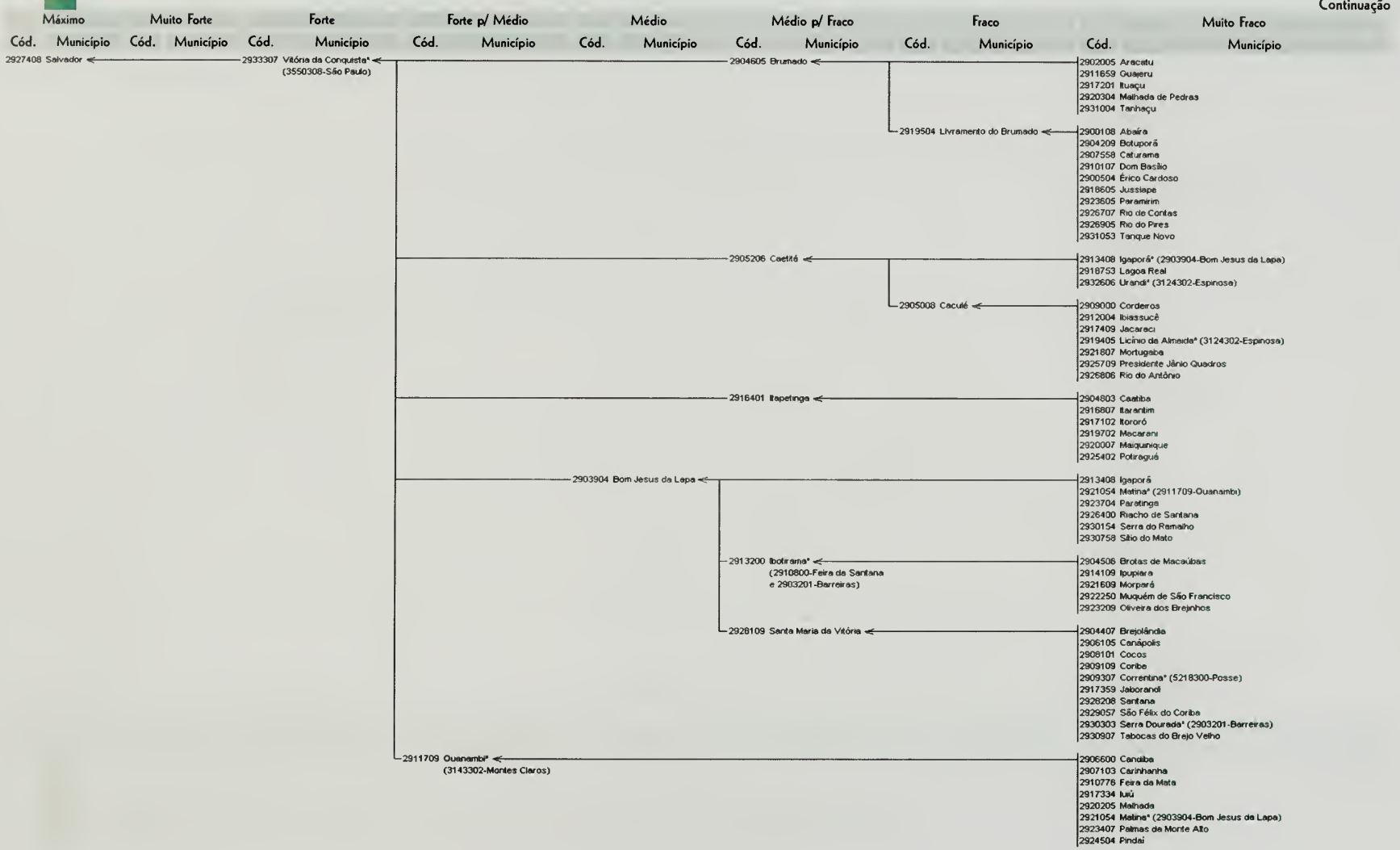
Continua

QUADRO A.27

SALVADOR – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SALVADOR

Continuação



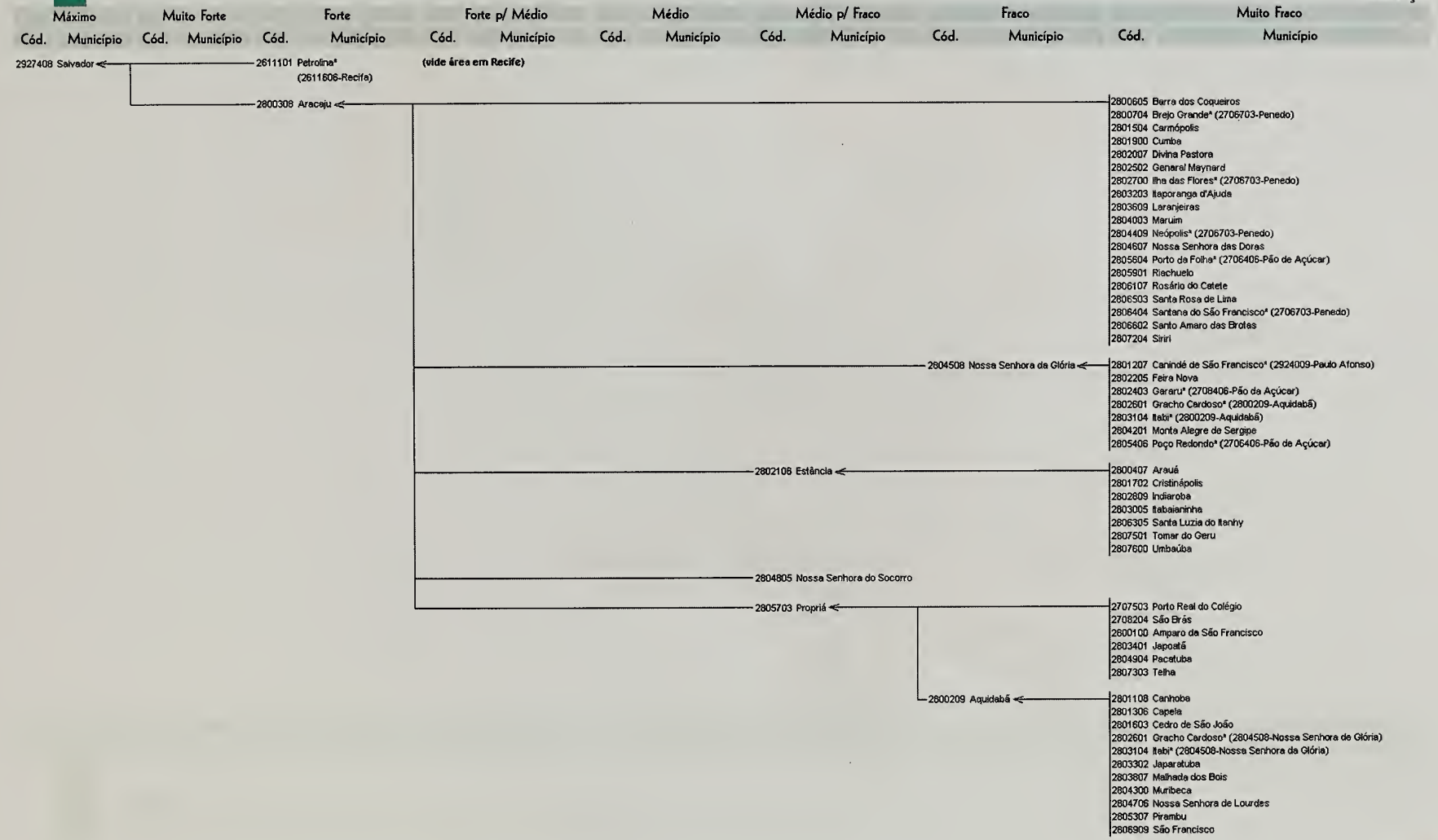
Continua

QUADRO A.27

SALVADOR – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SALVADOR

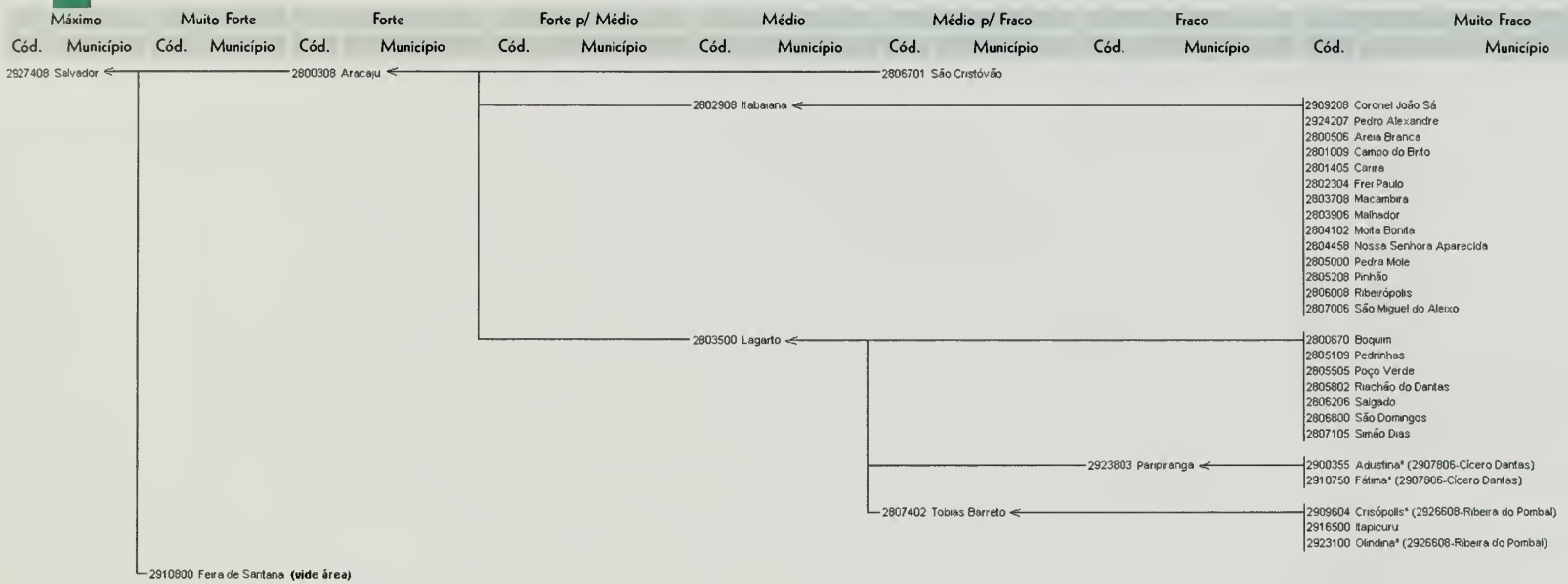
Continuação



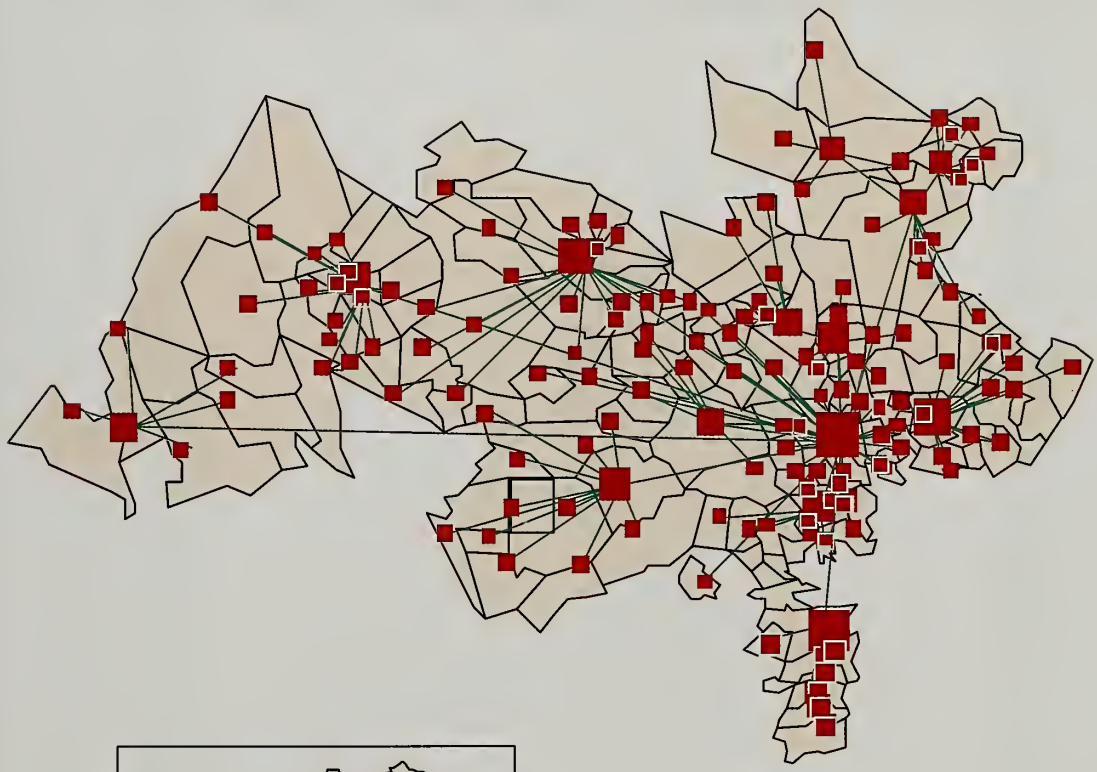
Continua

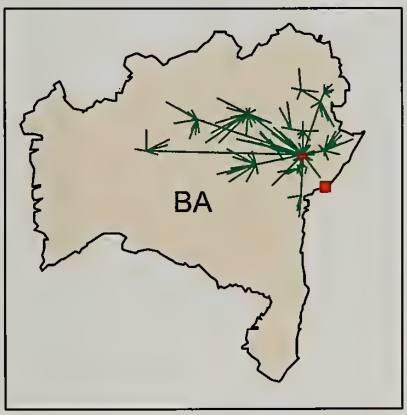
QUADRO A.27
SALVADOR – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE SALVADOR

Conclusão



MAPA A.29
FEIRA DE SANTANA (BA) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO





Centros urbanos

Fluxos de bens e serviços

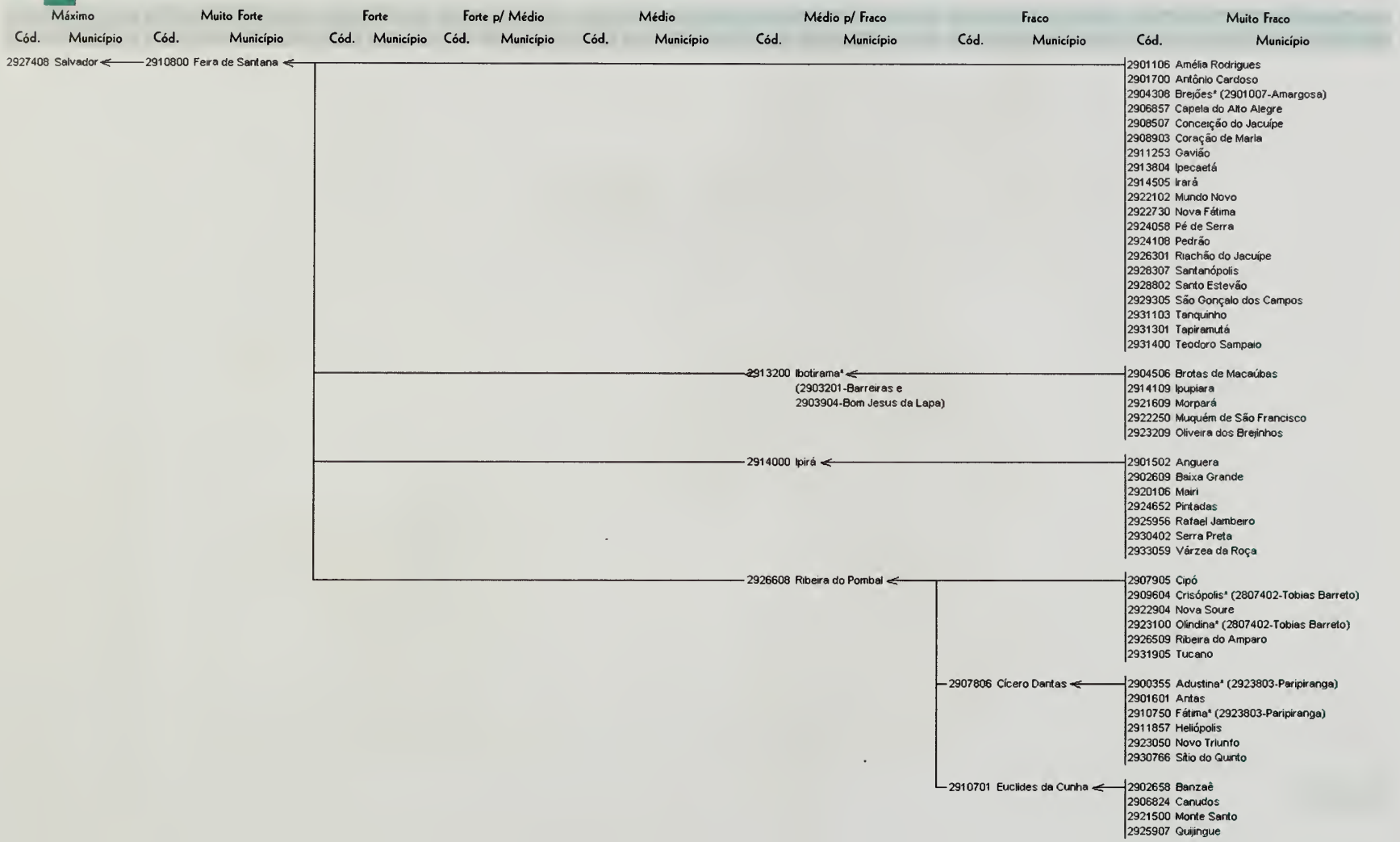
N

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.28

SALVADOR – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE FEIRA DE SANTANA



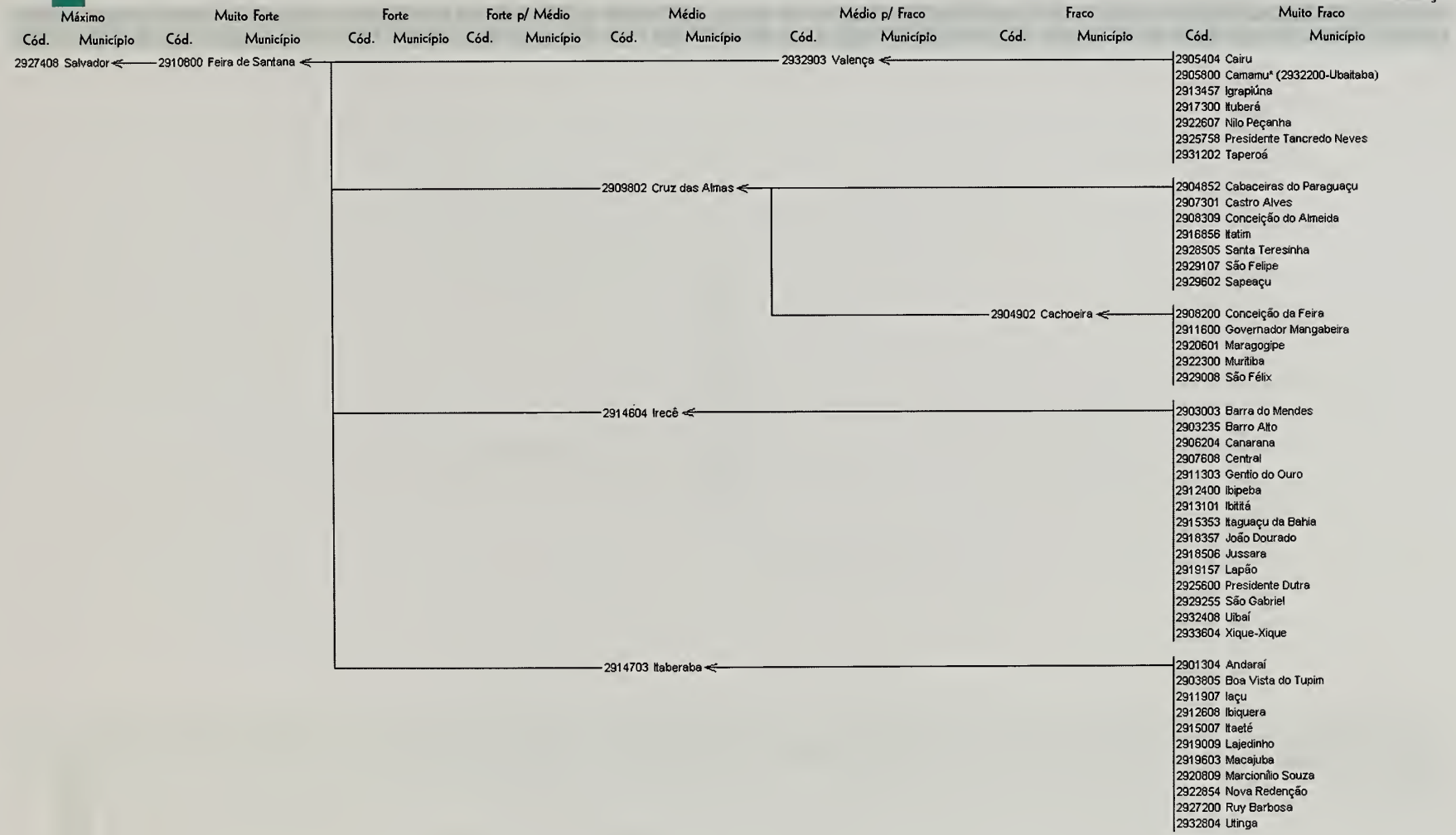
Continua

QUADRO A.28

SALVADOR – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE FEIRA DE SANTANA

Continuação



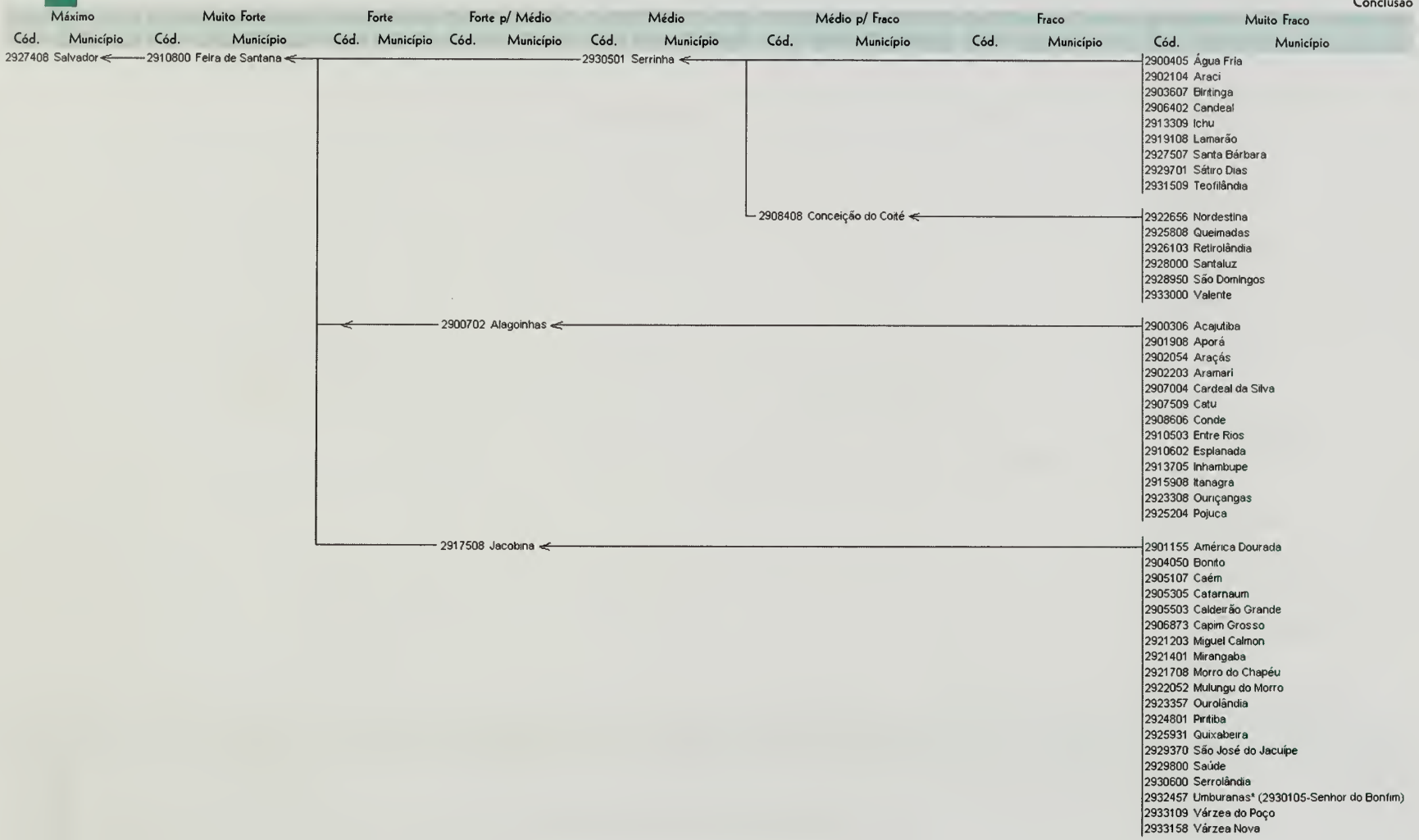
Continua

QUADRO A.28

SALVADOR – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE FEIRA DE SANTANA

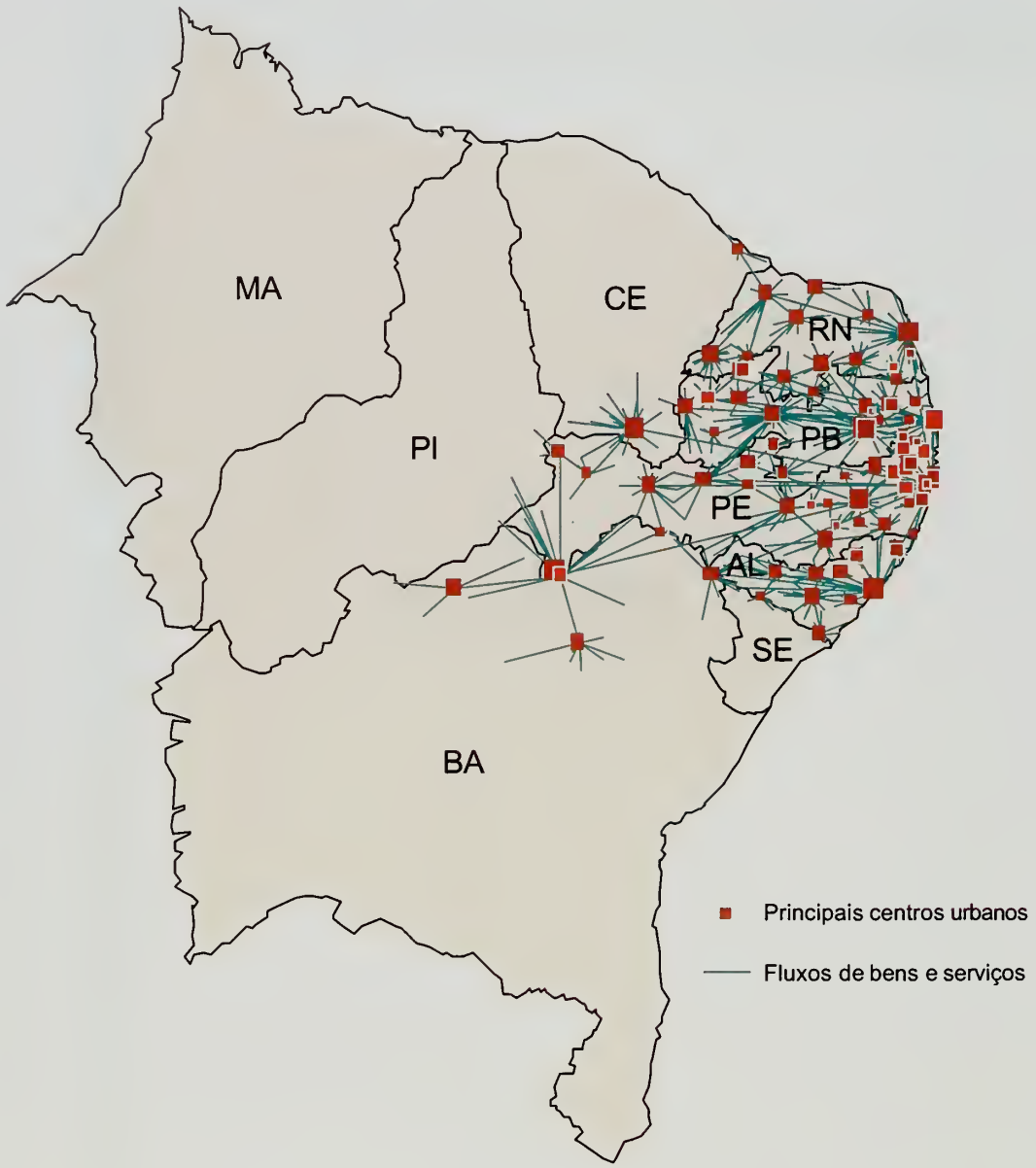
Conclusão



RECIFE - PE

MAPA A.30

RECIFE (PE) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO

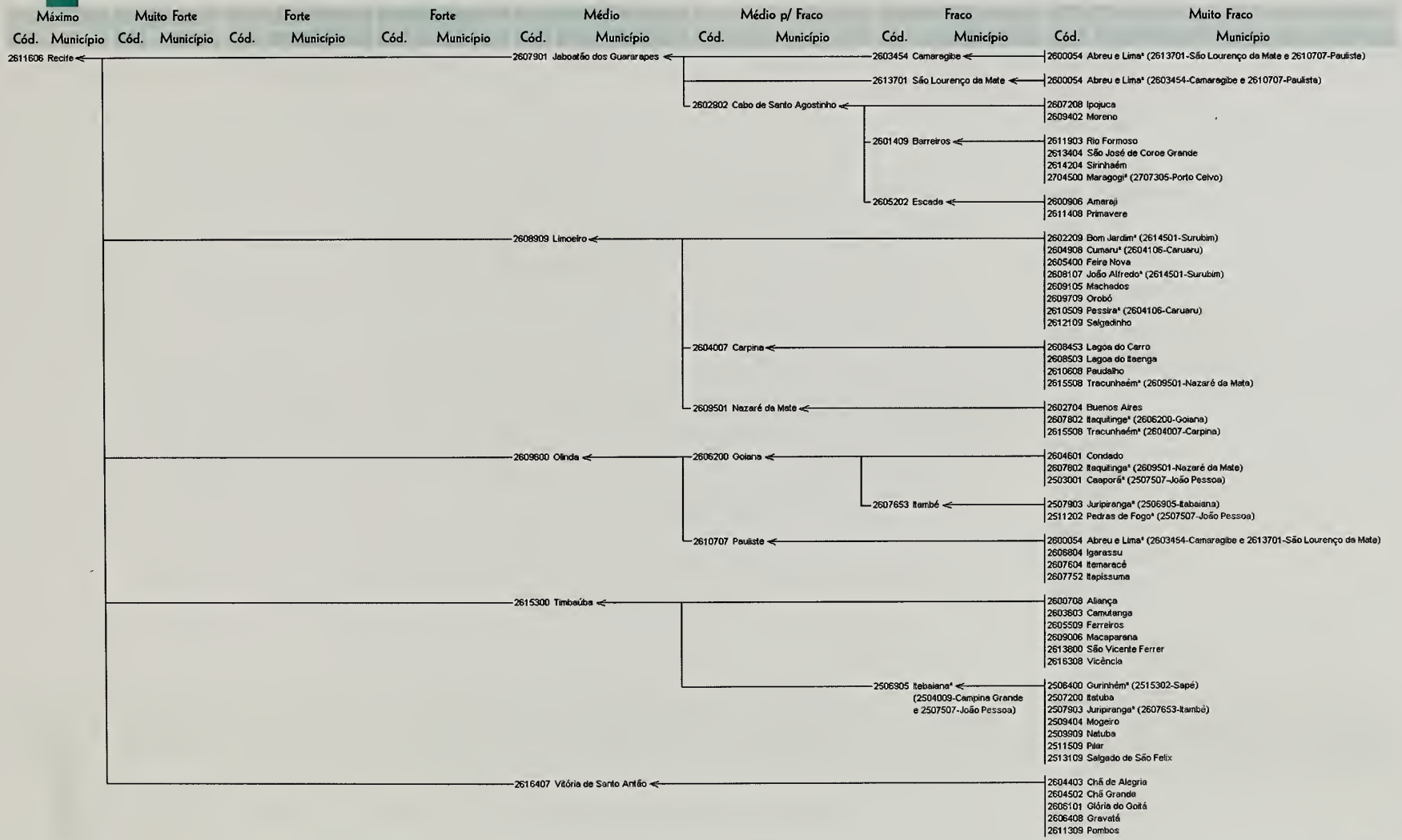


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.29

RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

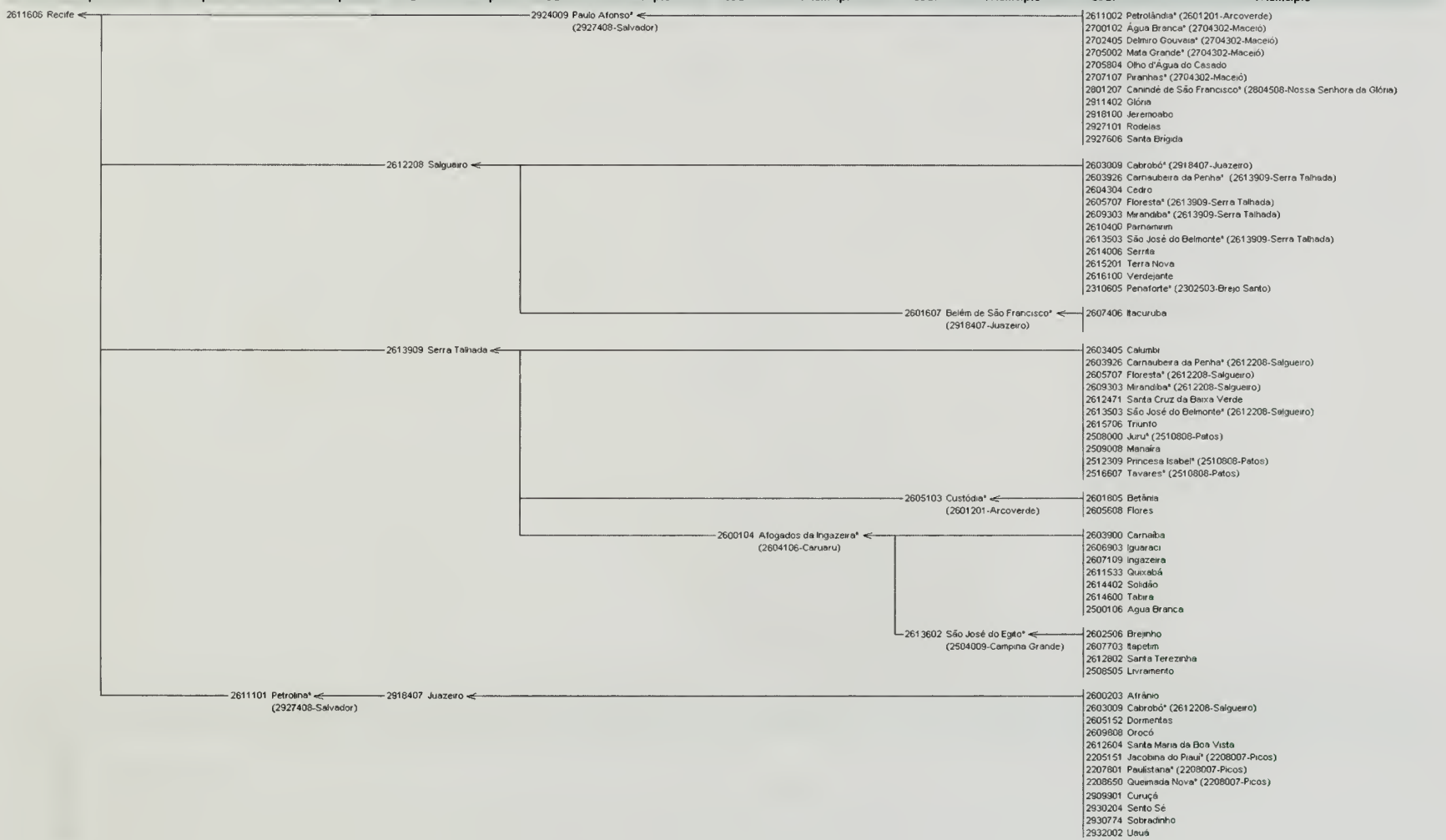
ÁREA DE RECIFE



Continua

QUADRO A.29
RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE RECIFE

Continuação



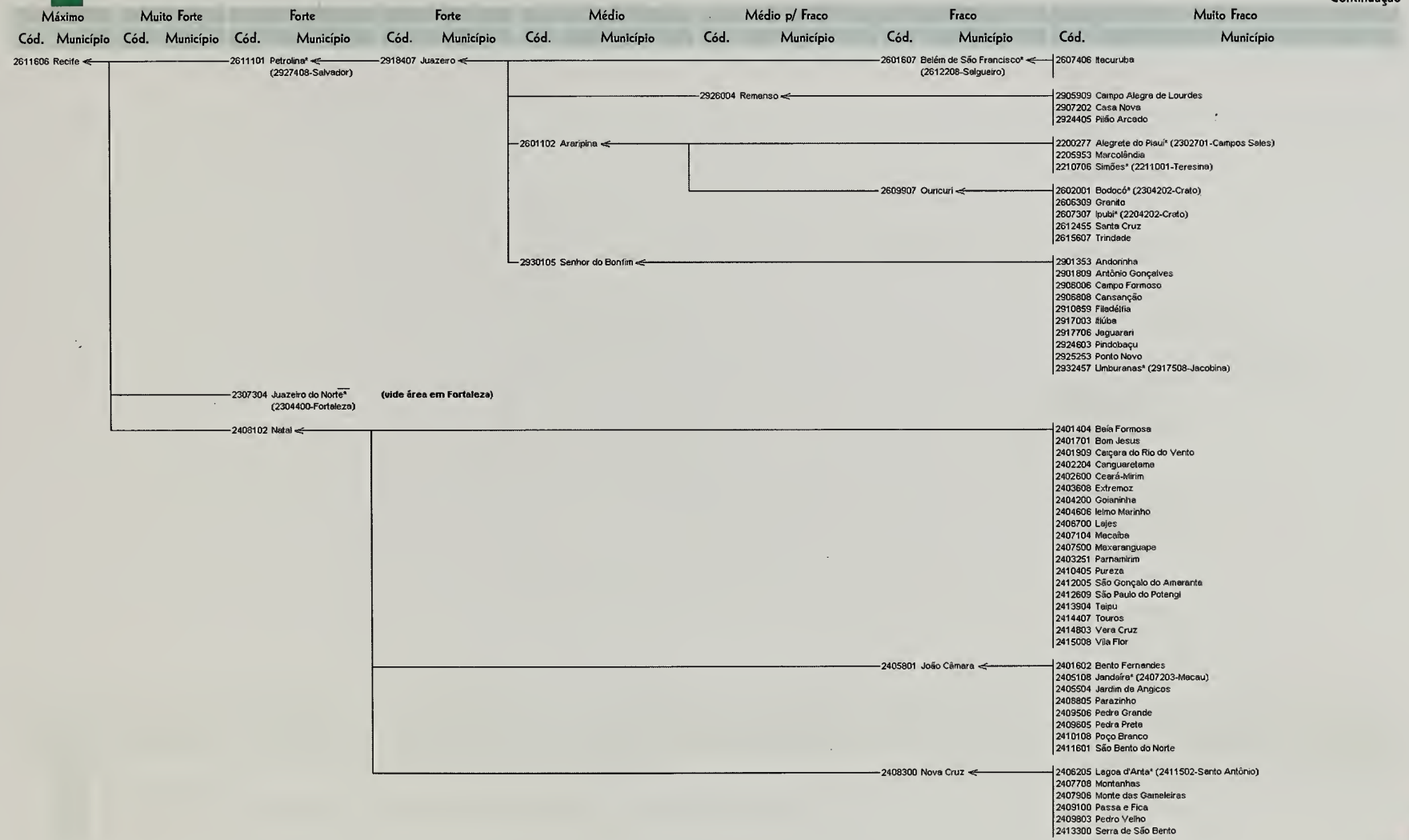
Continua

QUADRO A.29

RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE RECIFE

Continuação



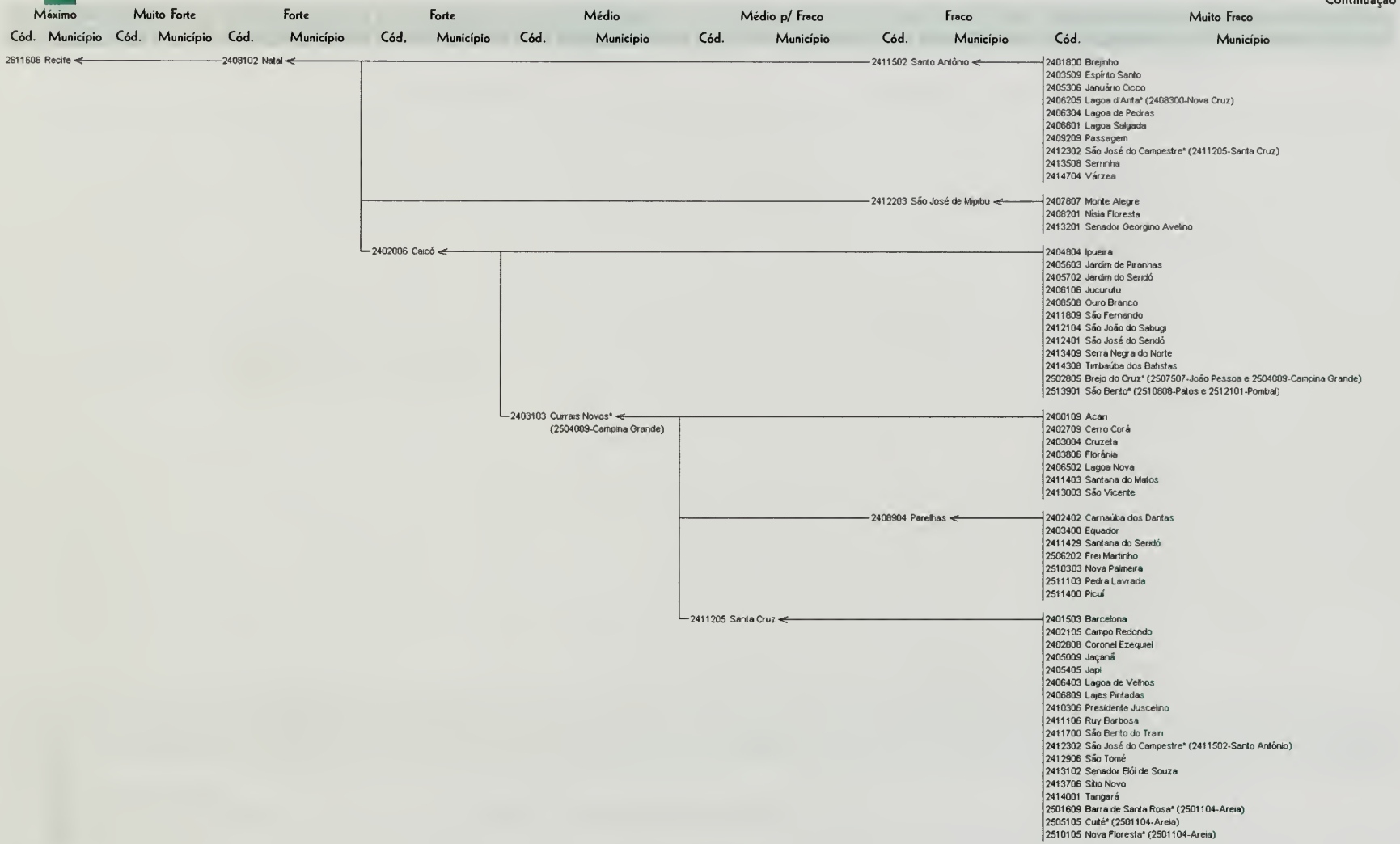
Continua

QUADRO A.29

RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE RECIFE

Continuação



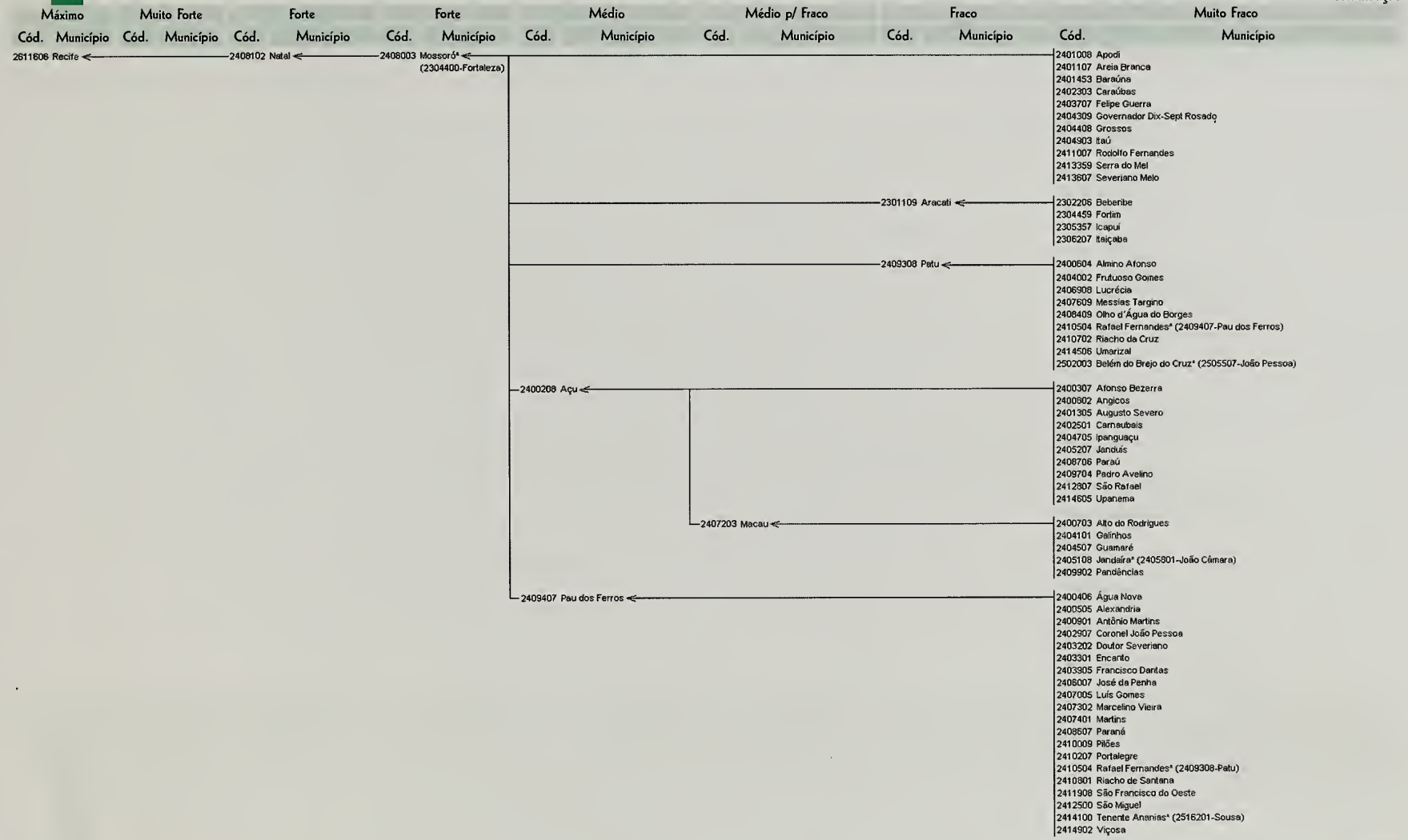
Continua

QUADRO A.29

RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE RECIFE

Continuação



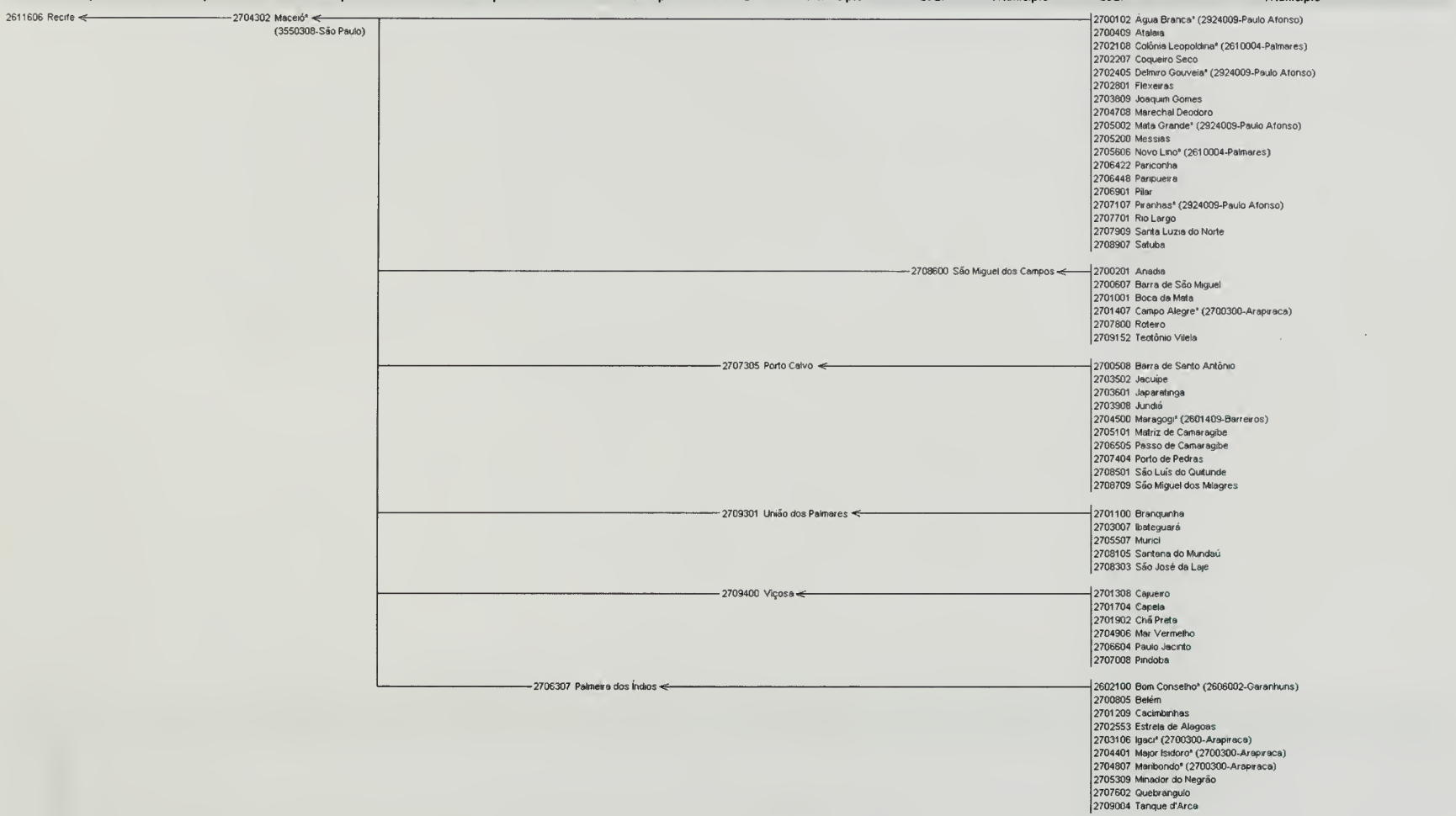
Continua

QUADRO A.29

RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE RECIFE

Continuação

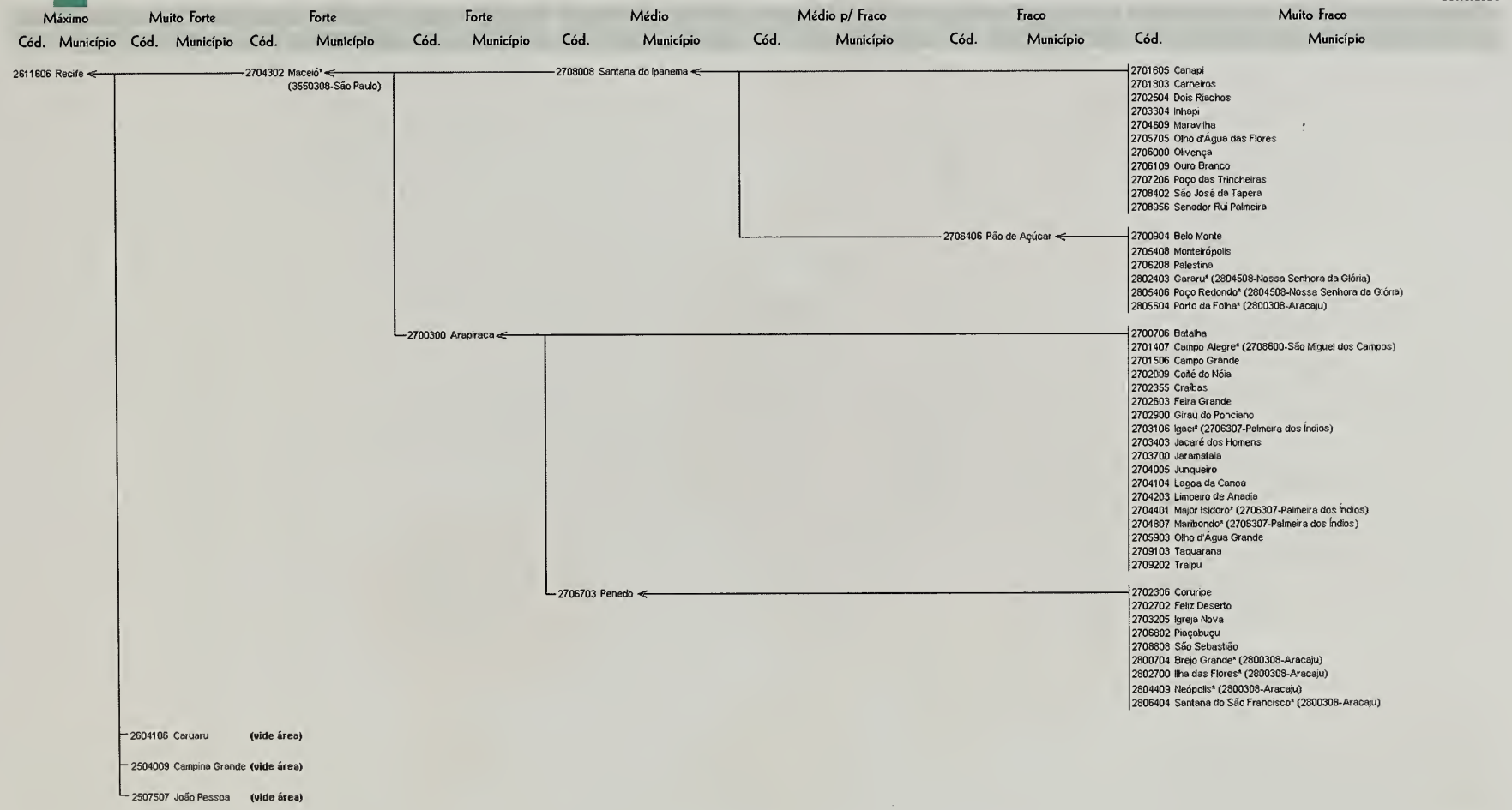


QUADRO A.29

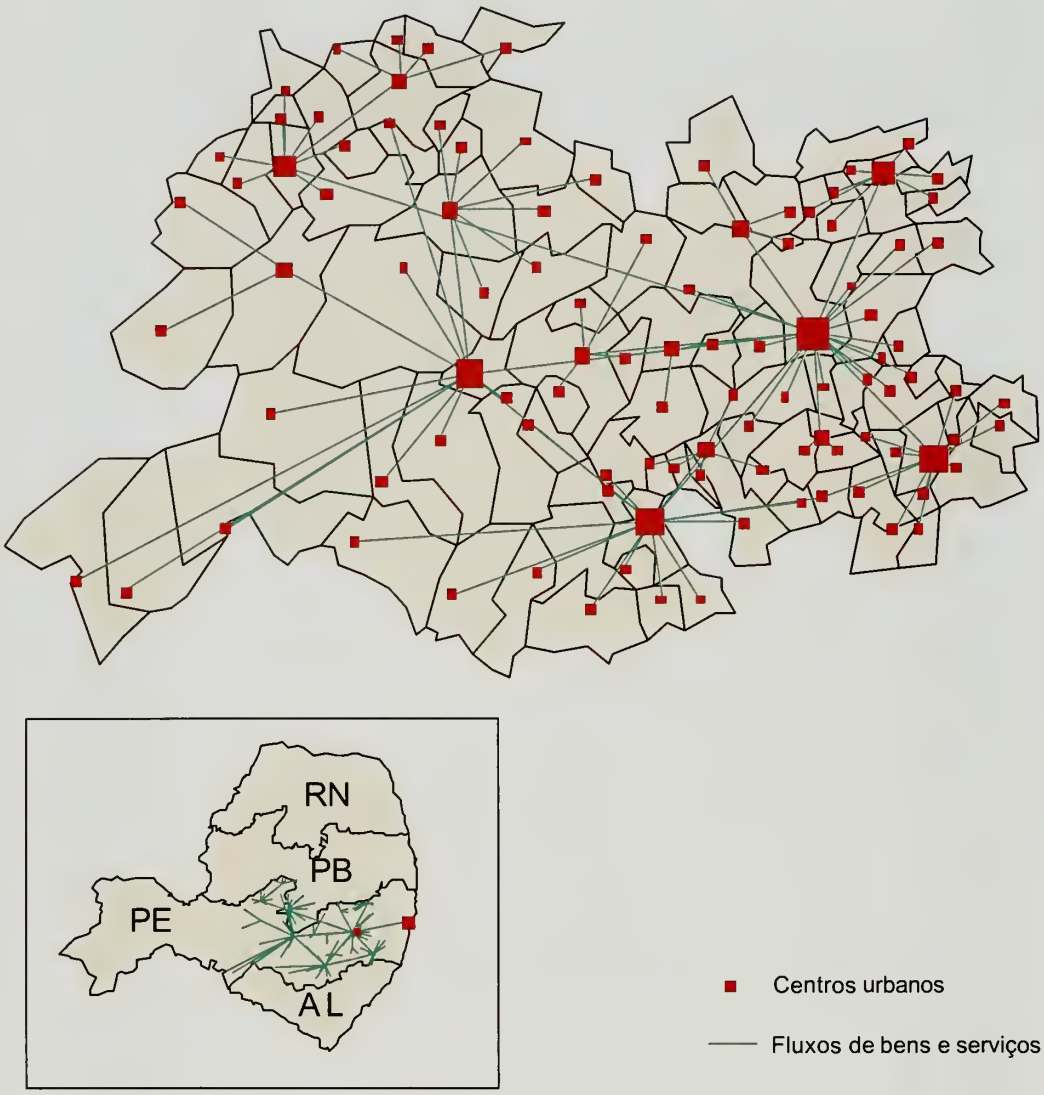
RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE RECIFE

Conclusão

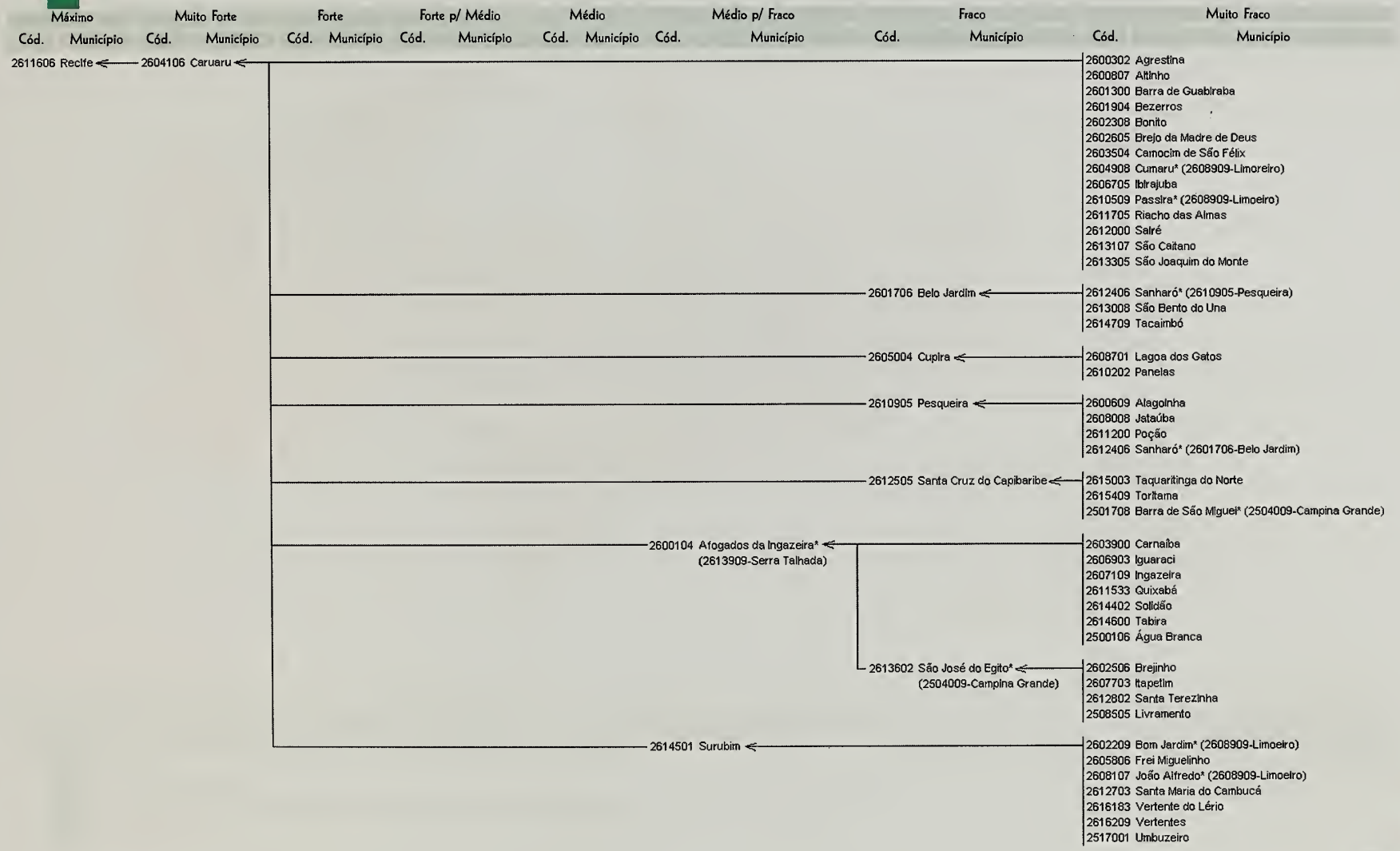


MAPA A.31
CARUARU (PE) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.30
RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE CARUARU



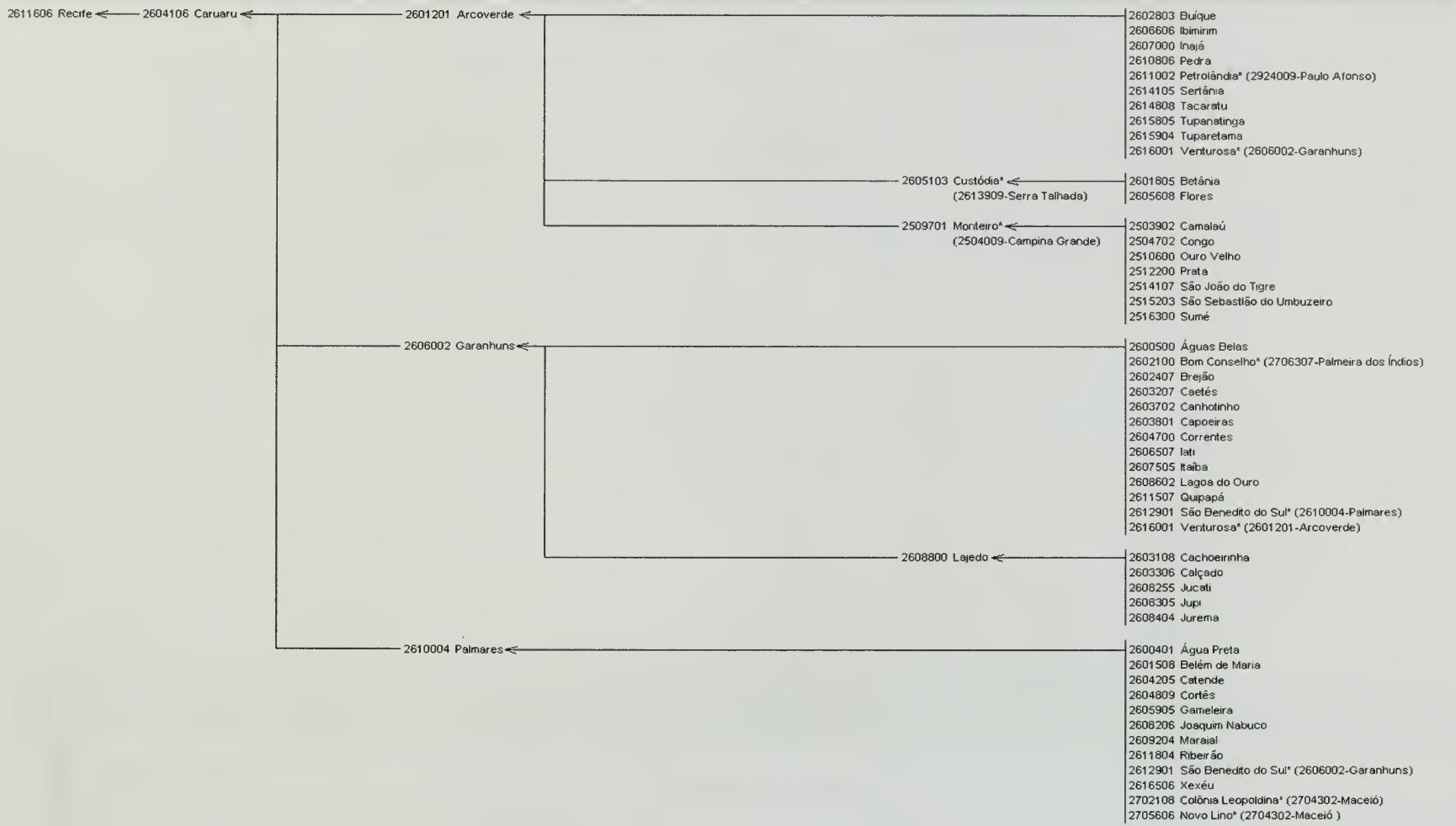
Continua

QUADRO A.30

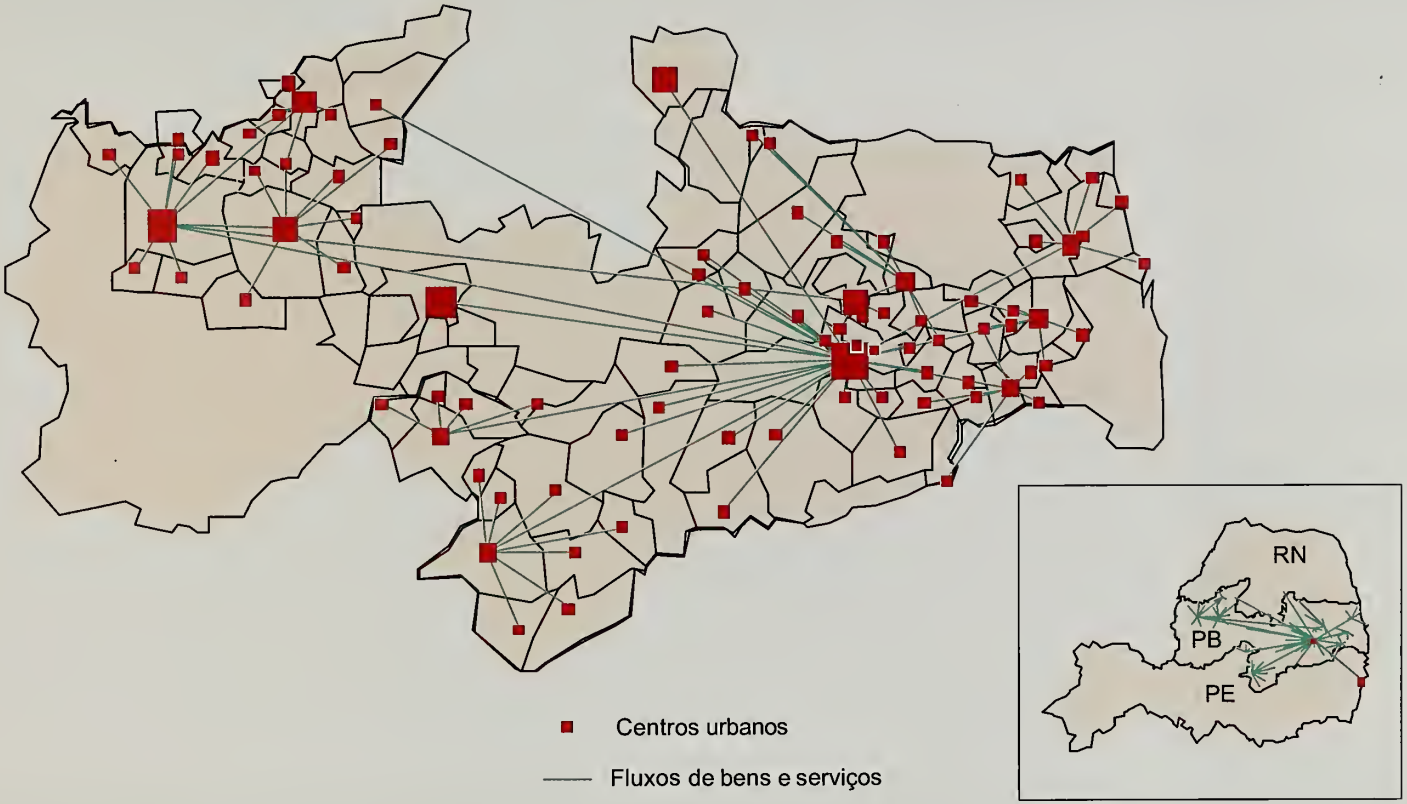
RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE CARUARU

Conclusão

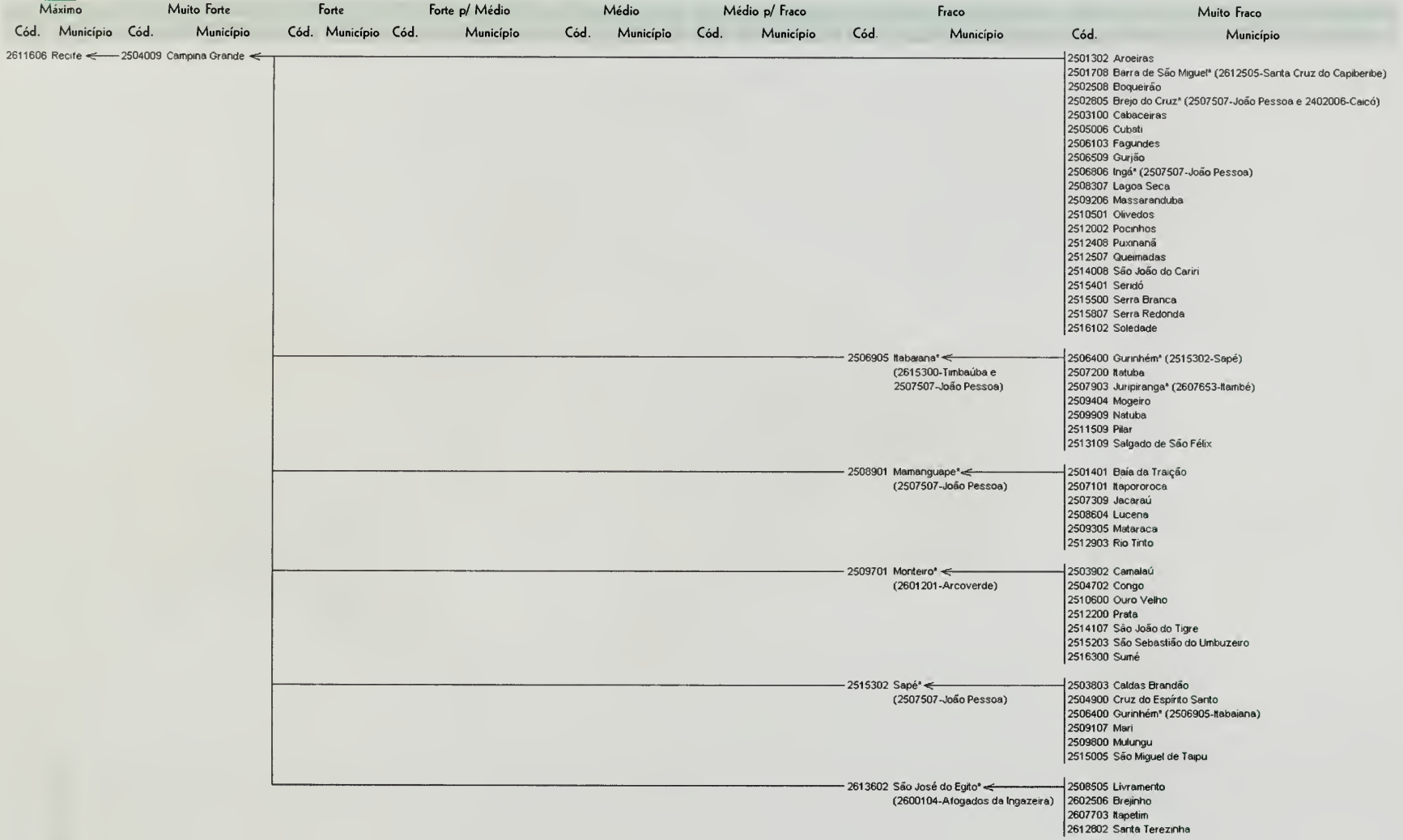


MAPA A.32
CAMPINA GRANDE (PB) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.31
RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE CAMPINA GRANDE



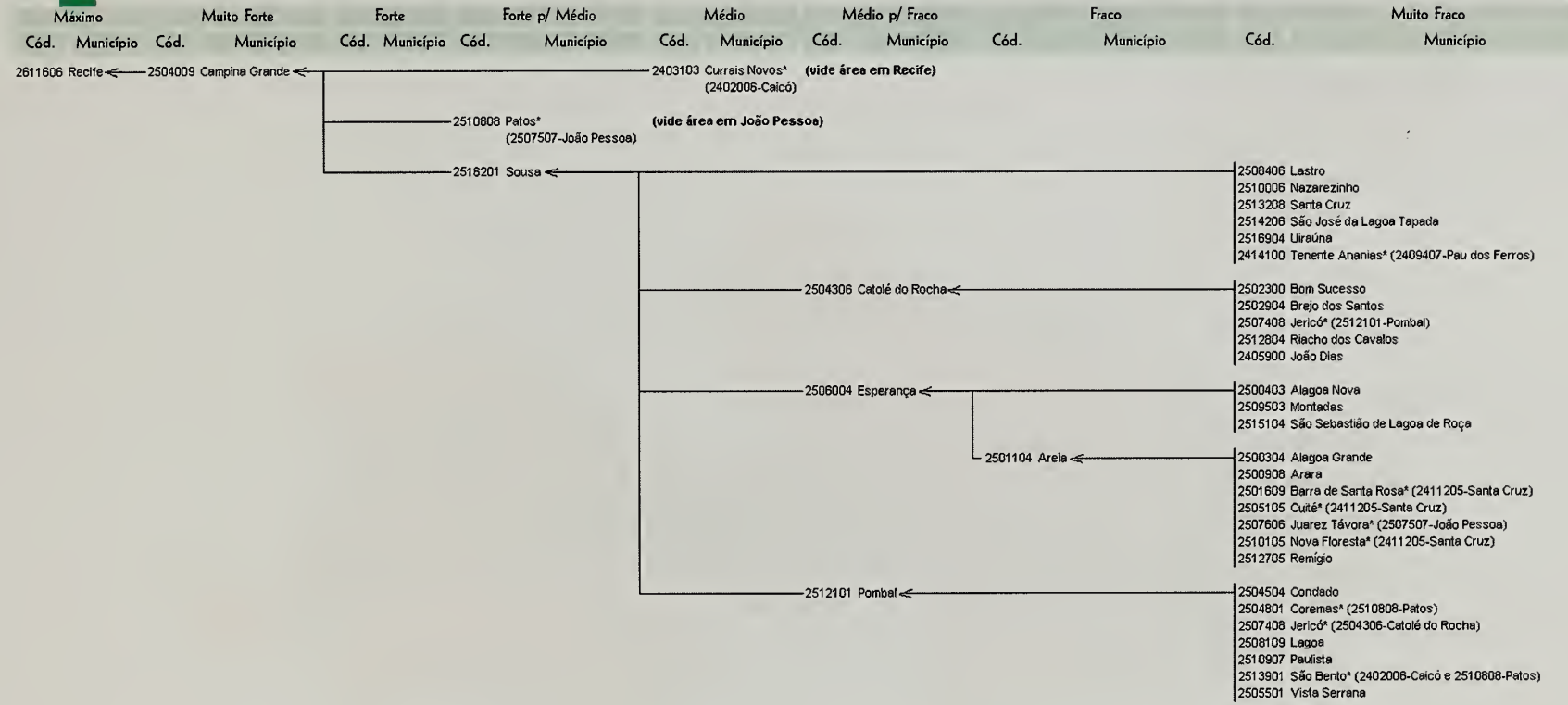
Continua

QUADRO A.31

RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

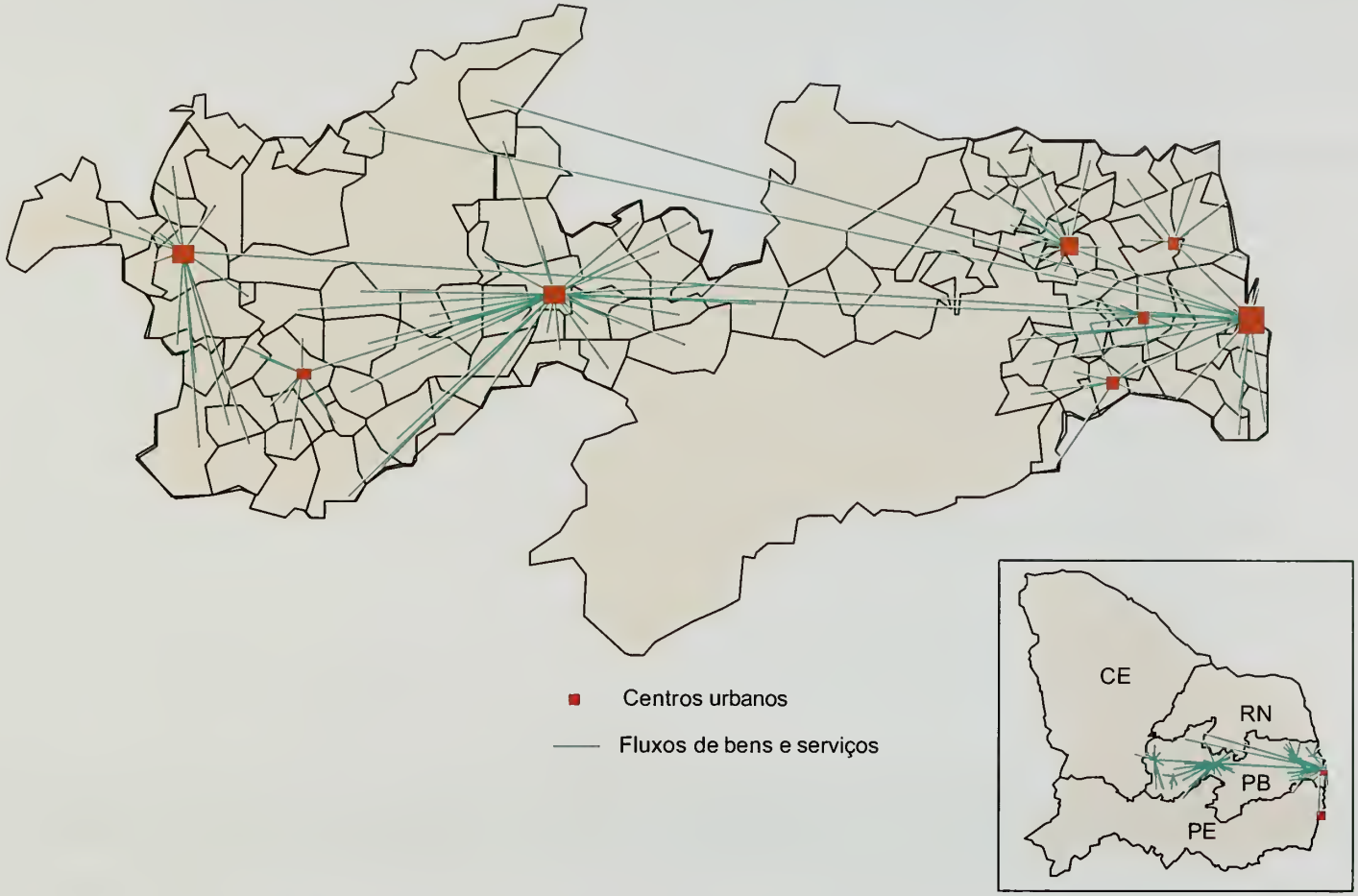
ÁREA DE CAMPINA GRANDE

Conclusão



MAPA A 33

JOÃO PESSOA (PB) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO

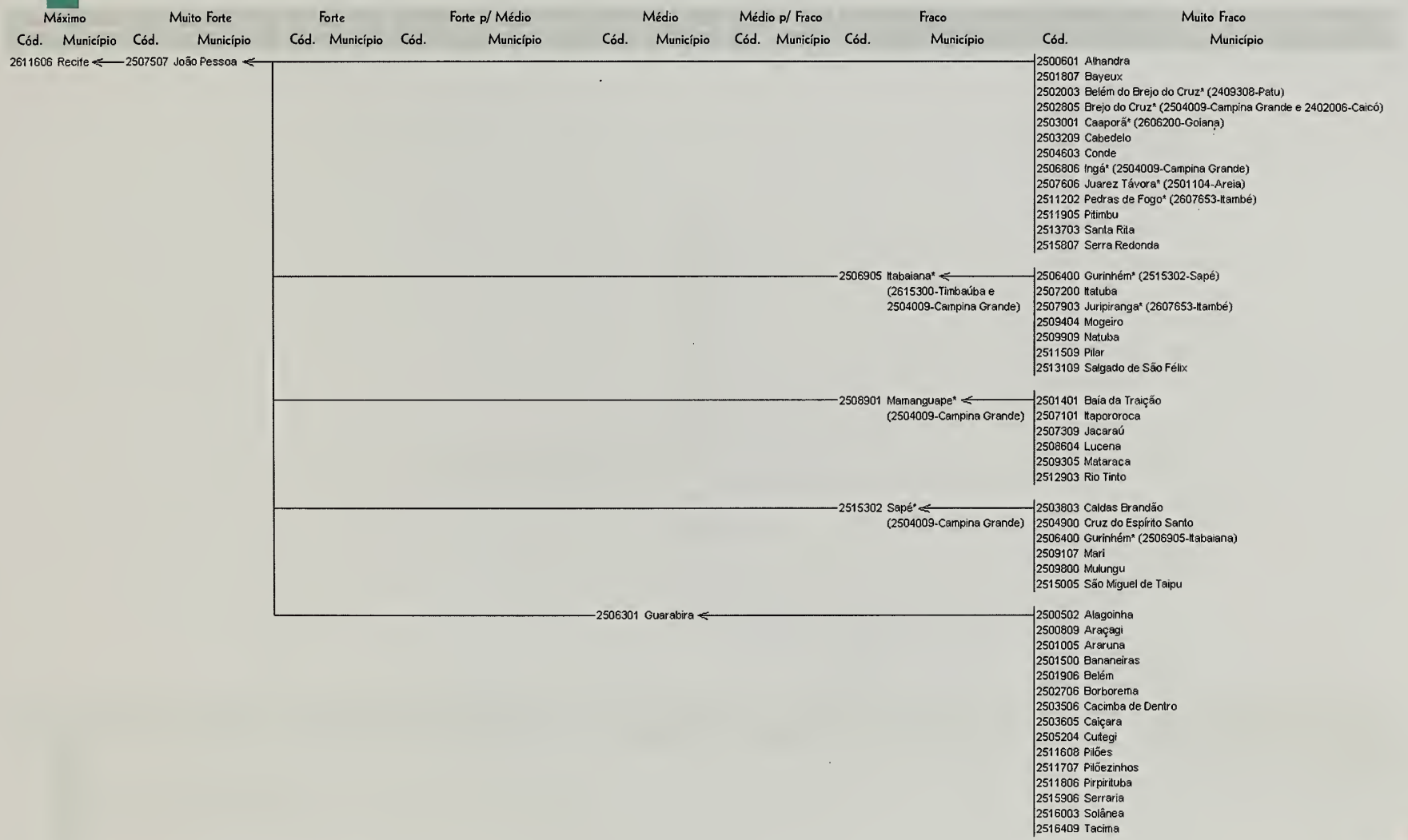


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.32

RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

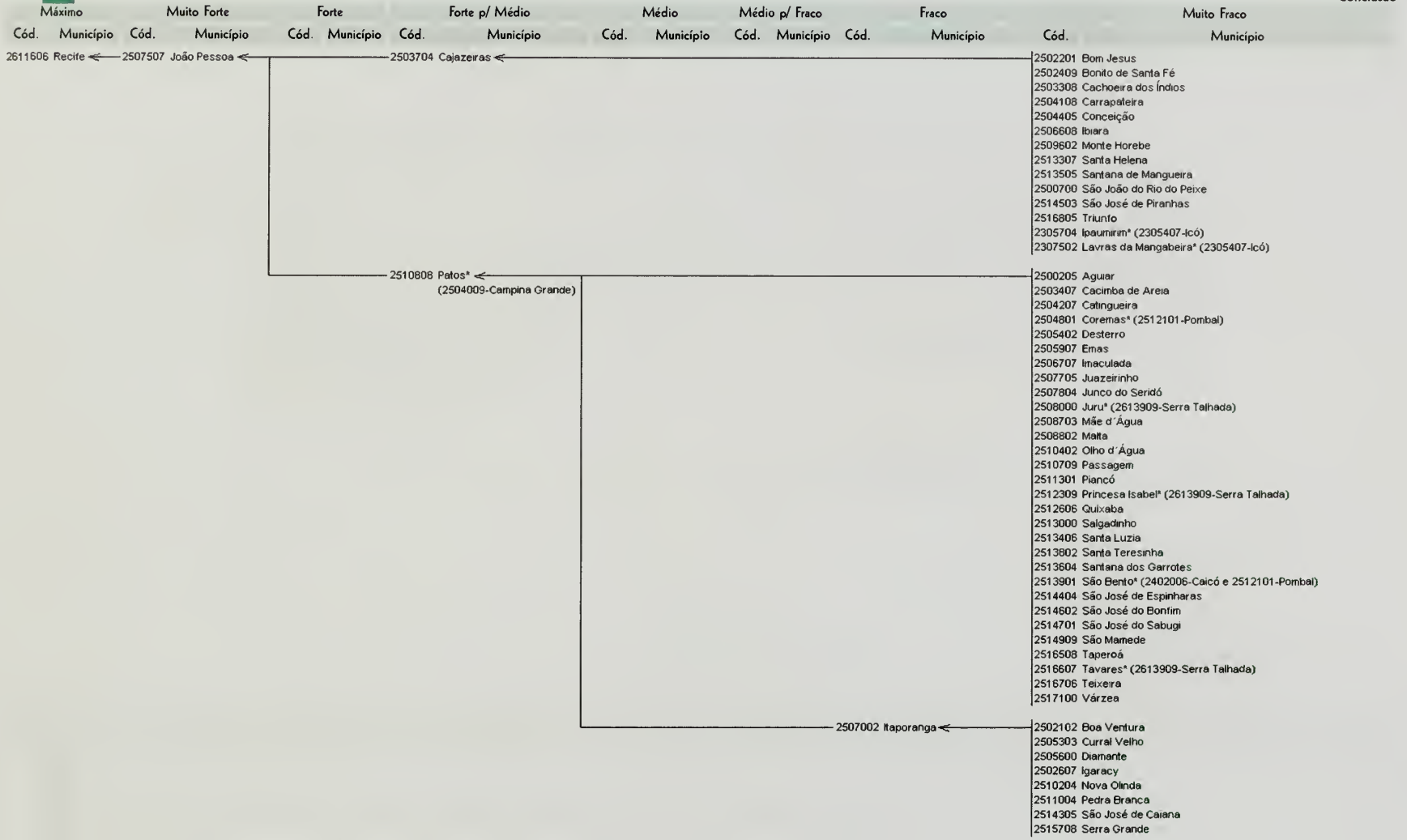
ÁREA DE JOÃO PESSOA



Continua

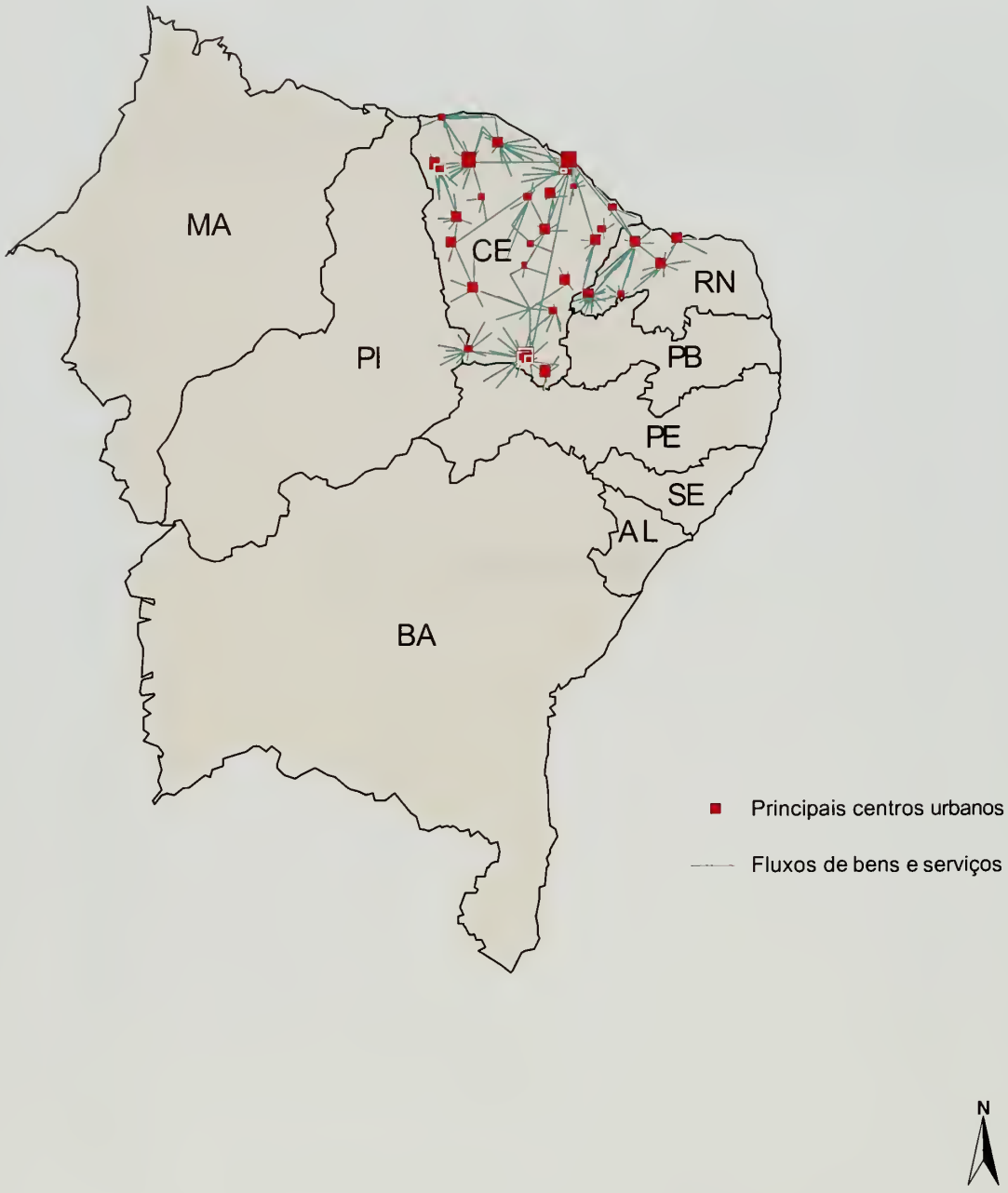
QUADRO A.32
RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE JOÃO PESSOA

Conclusão



FORTALEZA - CE

MAPA A.34
FORTALEZA (CE) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO

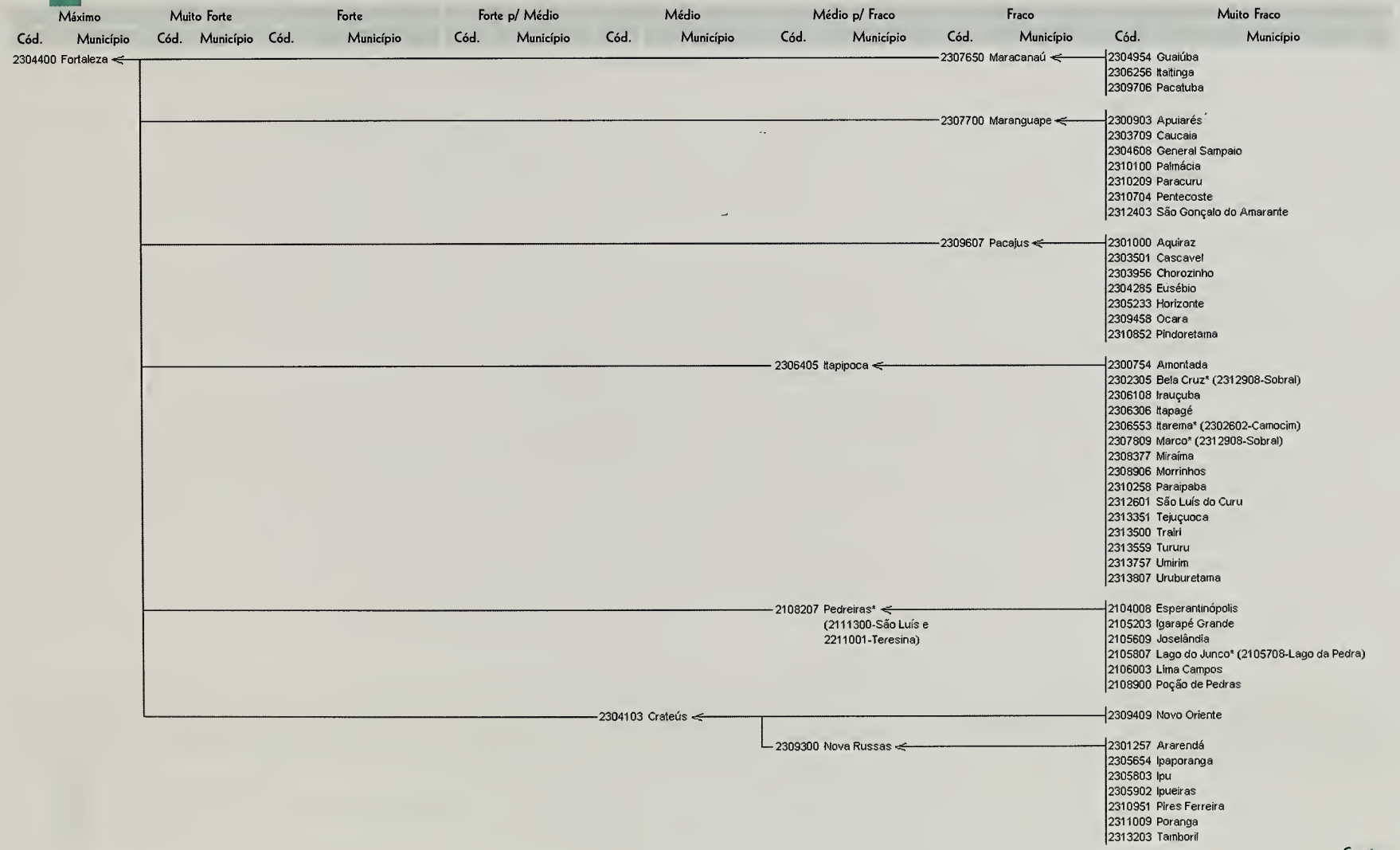


Fonte. IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.33

FORTALEZA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE FORTALEZA



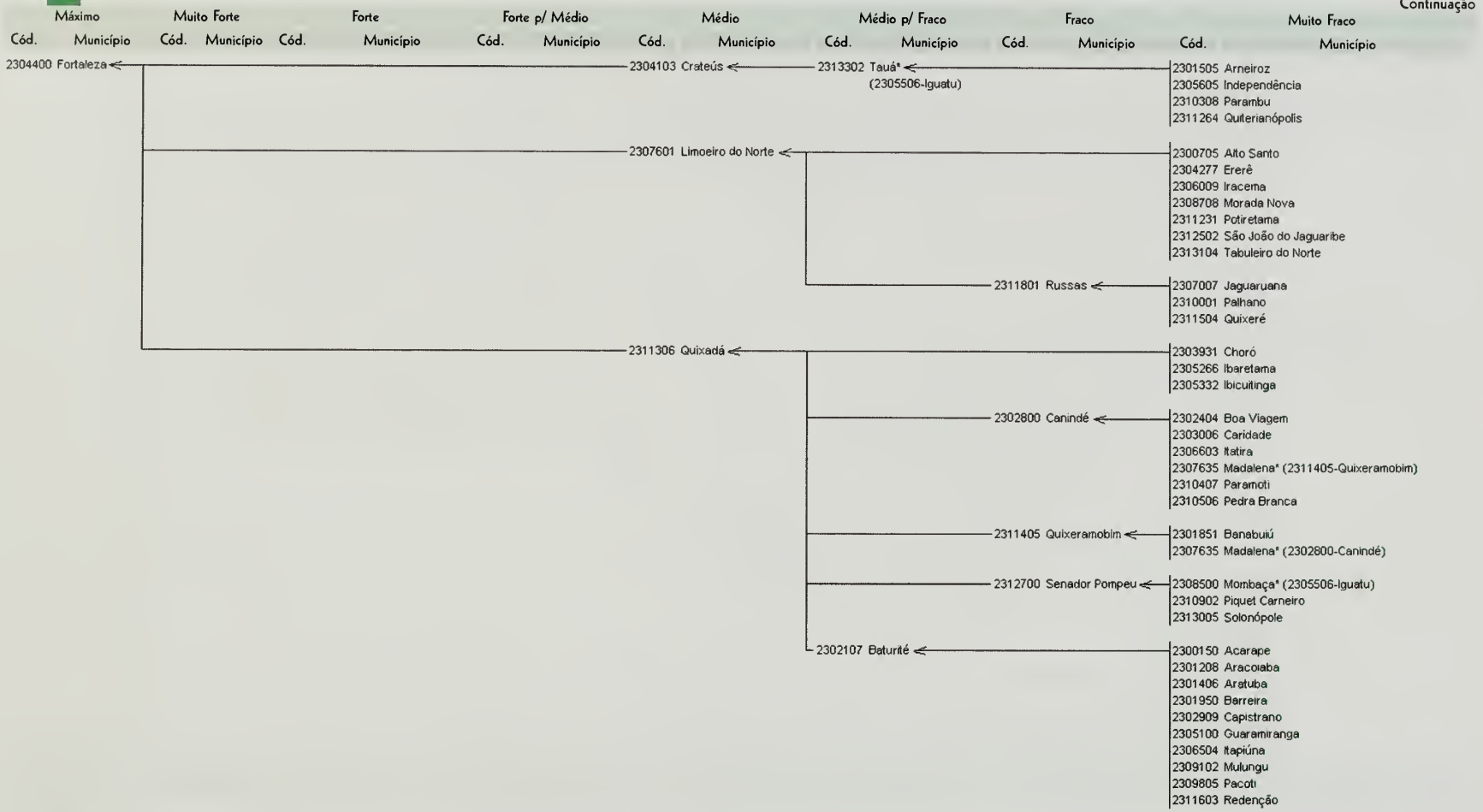
Continua

QUADRO A.33

FORTALEZA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE FORTALEZA

Continuação



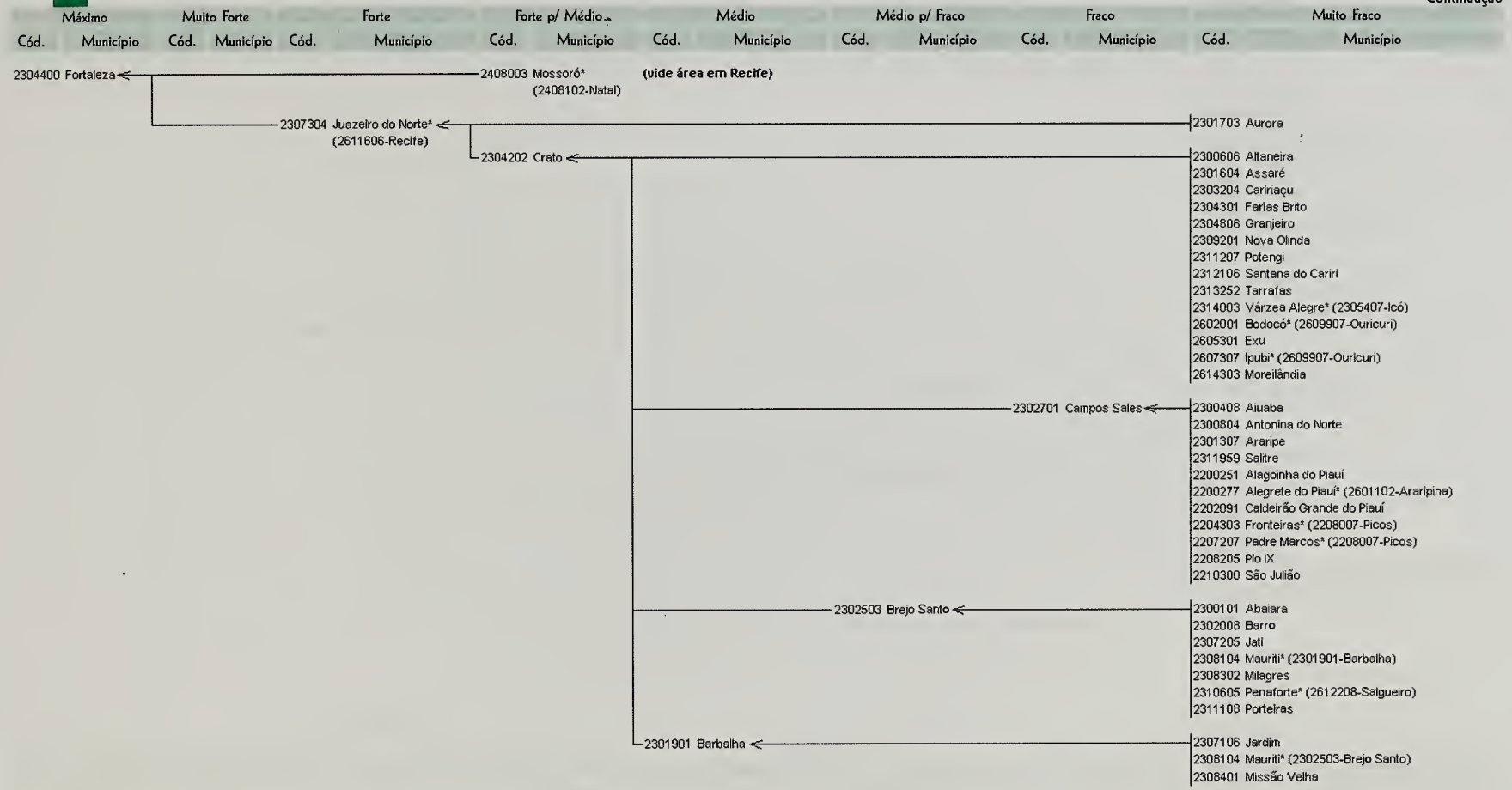
Continua

QUADRO A.33

FORTALEZA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE FORTALEZA

Continuação



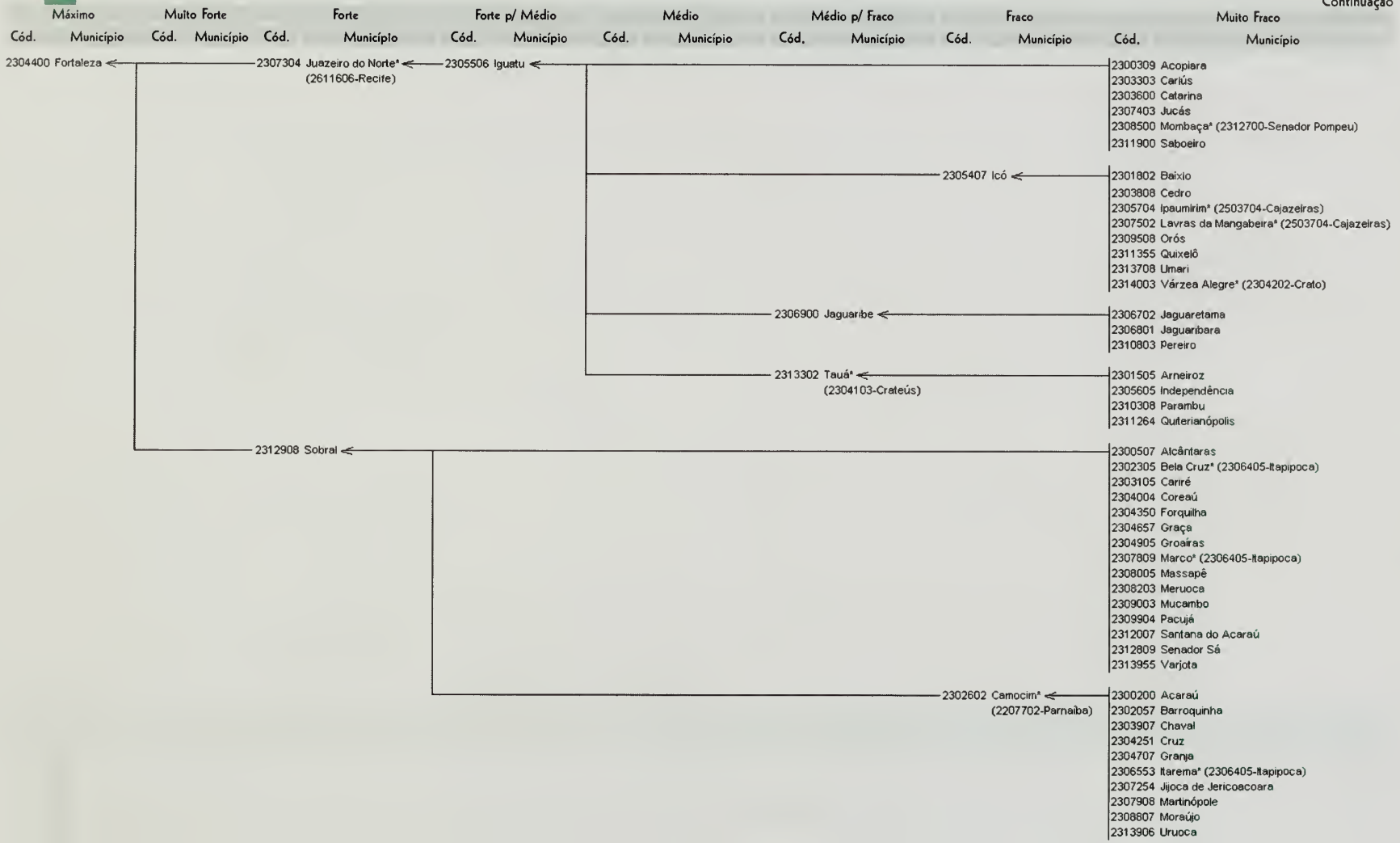
Continua

QUADRO A.33

FORTALEZA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE FORTALEZA

Continuação

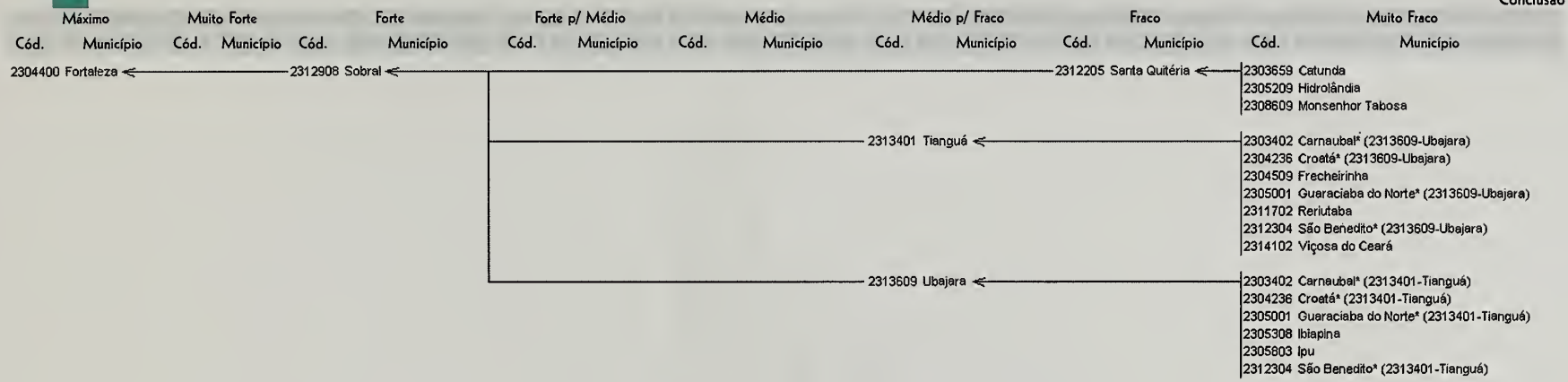


QUADRO A.33

FORTALEZA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE FORTALEZA

Conclusão



ANEXOS

2 – Formulários
(Questionário da Pesquisa Regiões de Influência das Cidades – 1993)

IBGE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

DIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES – 1993

IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO				
CÓDIGO			NOME DO MUNICÍPIO	
UF	MUNICÍPIO	DV		
| |	| | | |			
NOME DO INFORMANTE				
CARGO DO INFORMANTE				
AGÊNCIA DE COLETA			CÓDIGO	NOME

IBGE

1 – INDIQUE OS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA DAS PESSOAS QUE USUALMENTE PROCURAM ESTA SEDE MUNICIPAL PARA COMPRAR OS PRODUTOS E UTILIZAR OS SERVIÇOS RELACIONADOS A SEGUIR NOS ITENS 01 A 14.

ITEM 01

1.01 – PRODUTOS PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA

(SACARIA, ARAME FARPADO, INSETICIDAS E FERRAMENTAS AGRÍCOLAS)

SEQ	CÓDIGO			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 02

1.02 – FERRAGENS E LOUÇAS EM GERAL

SEQ	CÓDIGO			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 03

1.03 – APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS EM GERAL

SEQ	CÓDIGO			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 04

1.04 – FILMES FOTOGRÁFICOS E SERVIÇOS DE REVELAÇÃO

SEQ	CÓDIGO			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

IBGE

ITEM 05				
1.05 - MÓVEIS E ESTOFADOS				
SEQ	CÓDIGO			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 06				
1.06 - AUTOMÓVEIS NOVOS				
SEQ	CÓDIGO			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 07				
1.07 – ÓCULOS COM RECEITA MÉDICA				
SEQ	CÓDIGO			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 08				
1.08 – HOSPITAL GERAL (PÚBLICO OU PARTICULAR)				
SEQ	CÓDIGO			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

IBGE

ITEM 09

1.09 – LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS

(PERTENCENTES OU NÃO A HOSPITAIS)

SEQ	CÓDIGO			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 10

1.10 – CIRURGIÕES DENTISTAS

SEQ	CÓDIGO			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 11

1.11 – AGÊNCIAS BANCÁRIAS

SEQ	CÓDIGO			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 12

1.12 – SERVIÇOS GRÁFICOS

(IMPRESSOS EM GERAL)

SEQ	CÓDIGO			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

IBGE

ITEM 13

1.13 – SERVIÇOS DE CONTABILIDADE

SEQ	CÓDIGO			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 14

1.14 – SERVIÇOS DE ADVOCACIA

SEQ	CÓDIGO			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

2 – INDIQUE AS CIDADES ONDE OS MORADORES DESTE MUNICÍPIO VÃO USUALMENTE COMPRAR OS PRODUTOS E UTILIZAR OS SERVIÇOS RELACIONADOS A SEGUIR NOS ITENS 01 A 30 MESMO QUE SEJAM ENCONTRADOS NESTA SEDE MUNICIPAL.

ITEM 01

2.01 – TRATORES, ARADOS MECÂNICOS E SEUS ACESSÓRIOS

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 02

2.02 – CAMINHÕES NOVOS

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 03

2.03 – AVIÕES DE PEQUENO PORTE

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 04

2.04 – MOTORES E BOMBAS HIDRÁULICAS EM GERAL

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 05

2.05 – SERVIÇOS AUTORIZADOS DE ELETRO-ELETRÔNICOS

(CONSERTO VÍDEO CASSETES, APAR. SOM, FILMADORAS E FORNO MICROONDAS)

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 06

2.06 – PERSIANAS, CORTINAS E TAPETES

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

IBGE

ITEM 07

2.07 – PRATARIA, CRISTAIS E OBJETOS DE DECORAÇÃO

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 08

2.08 – ARTIGOS IMPORTADOS

(PERFUMES, BEBIDAS E ELETRO-ELETRÔNICOS)

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 09				
2.09 – INSTRUMENTOS MUSICAIS				
SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 10				
2.10 – MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO				
SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

IBGE

ITEM 11

2.11 – MÁQUINAS DE ESCREVER

(MANUAL, ELÉTRICA E ELETRÔNICA)

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 12

2.12 – COMPUTADORES, MICRO-COMPUTADORES E PERIFÉRICOS

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 13

2.13 – MÉDICO PEDIATRA

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 14

2.14 – MÉDICO OFTALMOLOGISTA

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 15

2.15 – MÉDICO CARDIOLOGISTA

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 16

2.16 – MÉDICO ONCOLOGISTA E/OU MÉDICO NEFROLOGISTA

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 17

2.17 – CIRURGIAS ESPECIALIZADAS

(DE OLHOS, CARDIOVASCULARES, NEUROCIRURGIAS E TRANSPLANTES)

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 18

2.18 – SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SAÚDE

(TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, MEDICINA NUCLEAR E HEMODIÁLISE)

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

IBGE

ITEM 19				
2.19 – EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS				
SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 20				
2.20 – SERVIÇOS DE ORTODONTIA				
SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 21

2.21 – MATERIAL E EQUIPAMENTOS PARA DENTISTA

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 22

2.22 – OXIGÊNIO PARA HOSPITAIS

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

IBGE

ITEM 23

2.23 – INSTRUMENTOS ÓTICOS DE PRECISÃO

(BINÓCULOS, LUPAS, MICROSCÓPIOS, LUNETAS, ENTRE OUTROS)

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 24

2.24 – AGÊNCIAS DE TURISMO

(INCLUINDO COMPRA E VENDA DE PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES)

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 25

2.25 – ESCRITÓRIOS E AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE

(NÃO INCLUIR SERVIÇOS DE PROPAGANDA VOLANTE E ALTO-FALANTES)

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 26

2.26 – SERVIÇOS DE ENGENHARIA

(NÃO INCLUIR REFORMAS E CONSTRUÇÕES RESIDENCIAIS)

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

IBGE

ITEM 27

2.27 – ESCRITÓRIOS DE CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 02

2.28 – CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR

(TERCEIRO GRAU)

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 29

2.29 – CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

(SOMENTE MESTRADO E DOUTORADO)

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 30

2.30 – LIVROS TÉCNICOS E/OU IMPORTADOS

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

IBGE

3–INDIQUE EM QUE CIDADES SÃO EDITADOS OS JORNAIS DIÁRIOS VENDIDOS NESTA SEDE MUNICIPAL.				
SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

4–INDIQUE QUAIS AS CIDADES QUE TRANSMITEM PROGRAMAS RADIOFÔNICOS AM/FM OUVIDOS USUALMENTE NESTA SEDE MUNICIPAL.				
SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

OBSERVAÇÃO

PARTE II

Aglomerações Urbanas para Fins Estatísticos

1 Introdução

O contínuo processo de crescimento de algumas cidades, ou conjunto de cidades, tem provocado a formação de grandes áreas urbanas contínuas, englobando diferentes núcleos. São as chamadas aglomerações urbanas. A identificação de áreas, cujo processo de urbanização deu origem a aglomerações, tem sido objeto de estudo sistemático, no Brasil, desde a década de 60, quando foram identificados, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os grandes conjuntos metropolitanos (Galvão *et al.*, 1969).

Esses conjuntos metropolitanos foram definidos como municípios integrados, econômica e socialmente, a uma metrópole, dividindo com ela uma estrutura ocupacional e uma forma singular de organização do espaço. A identificação dessas áreas metropolitanas deu-se a partir das articulações do núcleo com a vida nacional e regional, e a partir das relações internas com municípios vizinhos.

As áreas metropolitanas identificadas na pesquisa foram institucionalizadas como regiões metropolitanas em 1973 e 1974, havendo pequenas alterações em sua composição. A manutenção desse quadro de referência ganha especial importância como base territorial para as pesquisas estatísticas de caráter social realizadas pelo IBGE, a exemplo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, da Pesquisa Mensal de Emprego e das pesquisas relativas a Índices de Preço.

Na década de 70, atendendo à solicitação da extinta Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU), o IBGE ampliou os estudos iniciados para definição de áreas metropolitanas. O interesse do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) devia-se à necessidade de planejar e ordenar a expansão de áreas urbanas suscetíveis de apresentar problemas sociais, econômicos e administrativos: as aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas.

As aglomerações urbanas não-metropolitanas, identificadas em 1975, eram constituídas por mais de um município, podendo ser de dois tipos: aquelas caracterizadas por espaço urbanizado contínuo, resultantes ou da expansão de um núcleo central, ou da expansão simultânea de duas ou mais cidades, ou ainda do sítio geográfico; e aquelas formadas por municípios contíguos, integrados por meio de funções urbanas complementares, porém sem espaço urbanizado contínuo.

Essas aglomerações podem ser identificadas em seus mais diferentes estágios, conforme a escala que o processo de urbanização assume em determinado local. Em sua manifestação mais completa, as aglomerações atingem a escala metropolitana, constituindo nós de diferentes tipos de redes, com ampla complexidade de funções e, sobretudo, expressiva concentração populacional. Identificam-se, também, aglomerações urbanas nas quais a escala do processo de urbanização não atingiu o nível metropolitano, podendo ser até mesmo local, em função do sítio geográfico, a exemplo de aglomerações constituídas por dois pequenos centros urbanos separados por um rio, com funções complementares, englobando em seu conjunto população total pouco significativa, no âmbito nacional.

Assim, a identificação dessas aglomerações urbanas para levantamento, produção e divulgação de informações é, hoje, cada vez mais importante para pesquisa e planejamento. De acordo com dados do Censo Demográfico, em 1991 75% da população brasileira era urbana e, em 1996, esse índice atingiu 78%.

As aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas, atualmente vigentes no país, foram, em sua maioria, identificadas no final da década de 60 e início da década de 70, tornando necessária uma atualização desse quadro de referência para análise e pesquisa. Cabe explicitar que a definição de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas para fins de planejamento é, de acordo com o artigo 25 da Constituição Federal, atribuição dos estados, que definem esses recortes territoriais. Entretanto, é importante adotar um único conjunto de critérios para identificação dessas áreas, a fim de se ter um quadro de referência nacional.

A identificação de aglomerações urbanas e de seu entorno tem sido objeto de inúmeros estudos e matéria de legislação em diferentes países. Os critérios adotados internacionalmente para identificação de aglomerações urbanas em âmbito metropolitano e não-metropolitano referem-se às características demográficas, às características de estrutura e às características de integração. Esses critérios foram utilizados nos estudos para a definição das aglomerações urbanas no Brasil, realizados nas décadas de 60 e 70. Entretanto, o conteúdo dos grandes núcleos urbanos, hoje, não é o mesmo de 30 anos atrás. Em 1960, a população urbana do Brasil representava 57% da população total, registrando-se a existência de 70 municípios com população superior de 100 mil habitantes. Esse quadro evoluiu para um total de 185 municípios no patamar superior a 100 mil habitantes em 1991. Assim, considerando-se que a alteração na dinâmica demográfica, na reestruturação produtiva, nos novos patamares tecnológicos e nos padrões de emprego vem refletindo-se nas escalas que assume a urbanização no país, os critérios utilizados, nos estudos anteriores para delimitação de aglomerações urbanas, constituem base para reflexão acerca da pertinência de sua manutenção, substituição ou adaptação.

2 Metodologia Operacional

A identificação de aglomerações urbanas envolve a definição de alguns critérios. Objetivando-se a realização de estudos comparativos, procurou-se respeitar, quando possível, os critérios utilizados nos estudos anteriormente desenvolvidos, buscando, quando necessário, uma correspondência/adaptação à atual realidade do país. Cabe observar que as aglomerações urbanas metropolitanas, definidas por legislação específica, foram consideradas integralmente e analisadas à luz dos critérios estabelecidos. O mesmo procedimento foi adotado para as aglomerações urbanas não-metropolitanas, identificadas na década de 70.

As aglomerações urbanas são formadas por áreas urbanizadas integradas – logo funcionalmente complementares – e podem ser de dois tipos: constituídas por espaços urbanizados contínuos; e constituídas por espaços urbanizados descontínuos. Nesse estudo, serão consideradas apenas as aglomerações urbanas formadas por espaços urbanizados contínuos, pois os indicadores disponíveis, de cunho municipal, não permitem identificar aquelas sem espaço urbanizado contínuo, cuja integração se dá por complementaridade de funções.

As aglomerações urbanas caracterizadas por espaço urbano contínuo podem ser de três tipos, decorrentes ou da expansão de um núcleo urbano central, ou da expansão de dois ou mais núcleos urbanos simultaneamente, ou, ainda, da integração resultante do sítio geográfico (Davidovich e Lima, 1975, p. 51).

A delimitação dessas áreas requer o estabelecimento de critérios para a definição tanto dos núcleos urbanos centrais quanto das áreas urbanas dos municípios que constituem o seu entorno.

No caso da definição dos núcleos urbanos centrais, os estudos realizados indicam a manutenção do tamanho populacional mínimo como critério básico para essa identificação. Entretanto, as alterações no quadro urbano brasileiro, referidas acima, tornam necessária uma reflexão acerca dos valores numéricos adotados. A definição de áreas metropolitanas, na década de 60, foi realizada com base no tamanho mínimo do núcleo, de 400 mil habitantes, o que em 1996 corresponderia a cerca de 800 mil habitantes. Já a identificação de aglomerações urbanas não-metropolitanas decorrentes da expansão de um núcleo urbano central, realizada na década de 70, estabeleceu como parâmetro um total de 100 mil habitantes para o município-núcleo da aglomeração, o que foi alterado para 200 mil habitantes, em 1996, para o presente estudo. No caso de aglomerações decorrentes da expansão de dois ou mais núcleos urbanos, o total estabelecido anteriormente era de 75 mil habitantes. Este valor foi alterado para 150 mil habitantes, em 1996, buscando-se preservar, em ambos os casos, a correspondência com os estudos da década de 70.

A delimitação de aglomerações urbanas envolve, também, a definição de critérios para identificação dos municípios que constituem o entorno da aglomeração. Esses critérios referem-se às características urbanas do município e à integração existente entre esses municípios.

As características urbanas dos municípios referem-se a indicadores de concentração populacional e de predominância de atividades urbanas. O indicador de concentração populacional estabelecido é o mesmo dos estudos anteriores, ou seja, no mínimo 60 habitantes por qui-

lômetro quadrado, pois trata-se de uma relação reveladora de um mínimo de concentração populacional no território, para áreas urbanas. O indicador definido para estabelecer a predominância de atividades urbanas foi o índice de 65% para os setores secundário e terciário na População Economicamente Ativa (PEA). Nesse caso, optou-se também por manter o indicador anteriormente utilizado, porque, da mesma forma, trata-se de uma proporção, sujeita apenas a distorções menores com as mudanças no quadro urbano no período em questão.

O grau de integração entre os municípios selecionados não pode ser medido, uma vez que não há informações sobre o movimento pendular de população entre os municípios que compõem a aglomeração, como foi feito na década de 70. Não há pesquisas atualizadas que forneçam a informação no âmbito nacional.

A aplicação dos critérios mencionados forneceu um quadro de referência preliminar para a principais aglomerações urbanas do país. Entre os critérios mais utilizados internacionalmente para mensurar o grau de integração entre os municípios de uma aglomeração está o movimento pendular de população, que foi pesquisado no Censo de 2000.

3 As Aglomerações Urbanas

A adoção desses critérios permitiu identificar um total de 53 aglomerações. Entretanto, é importante ressaltar a existência de limitações nesse estudo, o que demandará aprofundamento dessa pesquisa para sua validação.

Como primeira limitação há o fato de algumas áreas altamente urbanizadas, ao redor de São Paulo e Rio de Janeiro, indicarem que talvez se possa considerar um território mais amplo do que o definido na pesquisa como parte de suas respectivas áreas metropolitanas. Isso nos leva a outra questão acerca da vantagem de desagregar esses conjuntos tanto para fins de pesquisa como para levantamento de informações.

A segunda limitação refere-se ao estabelecimento do entorno da aglomeração, podendo haver a inclusão/exclusão de municípios que comporiam esse conjunto, devido à ausência de estudos sobre a integração.

A terceira limitação concerne também à ausência de informações sobre a integração entre os municípios, restando alguns questionamentos quanto à constituição da aglomeração propriamente dita, pois apesar de os municípios enquadrarem-se nos critérios pesquisados, podem não ser integrados, como, por exemplo, na aglomeração de Caruaru, ou de Juiz de Fora, ou de Criciúma, ou, ainda, de Itajaí.

O atual quadro preliminar de aglomerações urbanas abrange as *regiões metropolitanas institucionalizadas* e as *aglomerações urbanas não institucionalizadas*.

As 18 *regiões metropolitanas institucionalizadas*, na data do término da pesquisa, seja por legislação federal, seja por legislação estadual, apresentam características distintas quanto ao nível de metropolização. A característica comum é que todas decorrem da expansão de um núcleo central.

Considerando o patamar mínimo de 800 mil habitantes para o núcleo da aglomeração, apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza, Curitiba, Brasília e Belém estariam nessa condição, pois *preencheriam* essa precondição. A análise do entorno definido por lei para essas regiões apresenta variação em sua composição, havendo municípios que poderiam ser incluídos nessas áreas e que não constam da legislação, e outros que poderiam ser excluídos porque, além de não se enquadrarem nos critérios estabelecidos para o entorno, apresentam maior parte da população ativa no setor primário. Como pode ser visto nos cartogramas anexos, as demais aglomerações urbanas que constituem regiões metropolitanas institucionalizadas apresentam processo de metropolização ainda incipiente, podendo ser consideradas metrópoles emergentes.

O conjunto de *aglomerações urbanas não institucionalizadas*, por sua vez, é composto de dois subconjuntos.

O primeiro refere-se às aglomerações urbanas que não são definidas por legislação própria como metropolitanas e que se enquadram nos critérios estabelecidos para essa categoria. Nessa situação, encontram-se Goiânia e Campinas, aglomerações que foram também formadas a partir de um núcleo urbano central[1].

O segundo diz respeito às aglomerações urbanas não-metropolitanas, que podem ser de dois tipos. O primeiro tipo é resultante da expansão de um núcleo urbano, como é o caso de: São Luís (Maranhão); Maceió (Alagoas); Teresina (Piauí); João Pessoa (Paraíba); Ribeirão Preto (São Paulo); São José dos Campos (São Paulo); Cuiabá (Mato Grosso); Sorocaba (São Paulo); Aracaju (Sergipe); Juiz de Fora (Minas Gerais); São José do Rio

[1] A Região Metropolitana de Campinas foi instituída em 19/6/2000, pela Lei Complementar nº 870. A Região Metropolitana de Goiânia foi instituída em 30/12/1999, pela Lei complementar nº 27.

Preto (São Paulo); Caxias do Sul (Rio Grande do Sul); Piracicaba (São Paulo); Caruaru (Pernambuco); Limeira (São Paulo); Taubaté (São Paulo); e Cascavel (Paraná). O segundo tipo é formado pelas aglomerações resultantes do crescimento de dois ou mais centros urbanos. Nele se incluem: Pelotas/Rio Grande (Rio Grande do Sul); Petrópolis/Teresópolis (Rio de Janeiro); Ilhéus/Itabuna (Bahia); Volta Redonda/Barra Mansa (Rio de Janeiro); Ipatinga/Coronel Fabriciano (Minas Gerais); Petrolina (Pernambuco)/Juazeiro (Bahia); Americana/Santa Barbara d'Oeste/Nova Odessa (São Paulo); Juazeiro do Norte/Crato (Ceará); Criciúma/Içara (Santa Catarina); Itajaí/Balneário Camboriú/Camboriú (Santa Catarina); Itu/Salto (São Paulo); Cabo Frio/Arraial do Cabo/Armação de Búzios/São Pedro d'Aldeia (Rio de Janeiro); Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim (São Paulo); Guaratinguetá/Aparecida (São Paulo); e Itabira/João Monlevade (Minas Gerais).

Referências Bibliográficas

DAVIDOVICH, F. R. ; BUARQUE DE LIMA, O. M. B. (1975) "Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil". In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, V. 37, n. 1, jan./mar.

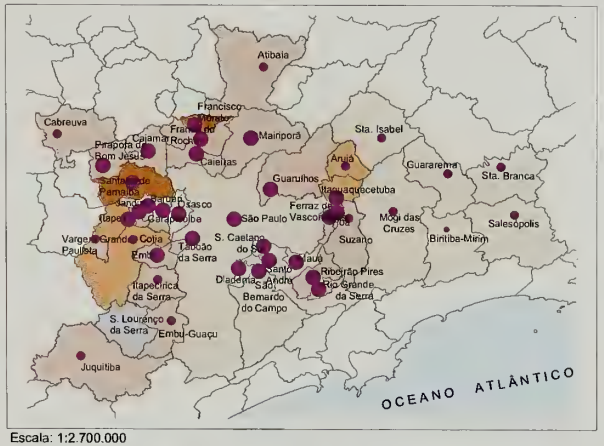
GALVÃO, M. V. *et al.* (1969) "Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas". In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, V. 31, n. 4, out./dez.

SANTOS, M. (1993) *A Urbanização brasileira.* São Paulo, Hucitec.

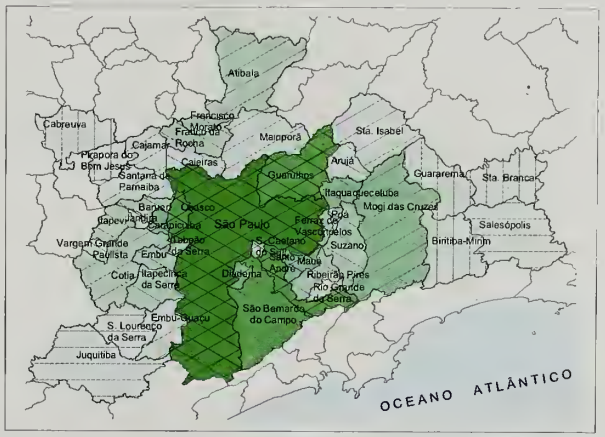
ANEXOS

Cartogramas das Aglomerações Urbanas

Cartograma 01
Aglomeração Urbana Metropolitana de São Paulo - SP
(Região Metropolitana de São Paulo)



Escala: 1:2.700.000



Escala: 1:2.700.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 64,38 a 64,99 %
- 65,99 a 96,75 %
- 96 a 99,66 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- -8,32 a -0,99 %
- 0,01 a 44,99 %
- 45 a 74,70 %
- 74,71 a 125,76 %
- 125,77 a 273,96 %
- Municipios criados após 1991.

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- até 59,99
- 60 a 99,99
- 100 a 499,99
- 500 a 2 999,99
- 3 000 a 10 423,10

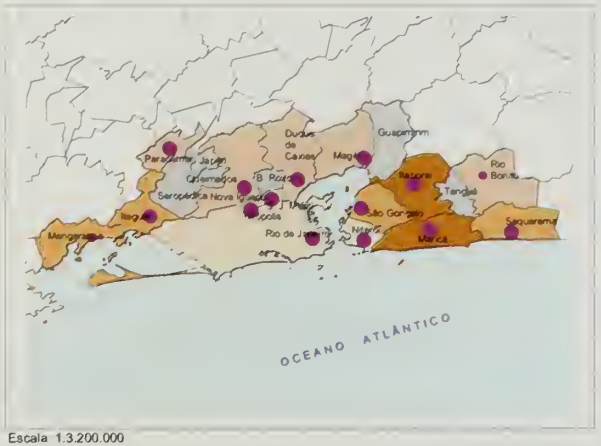
População Total 1996

- 10.139 a 75.352
- 75.353 a 195.628
- 195.629 a 342.909
- 342.910 a 972.384
- 972.385 a 9.839.436

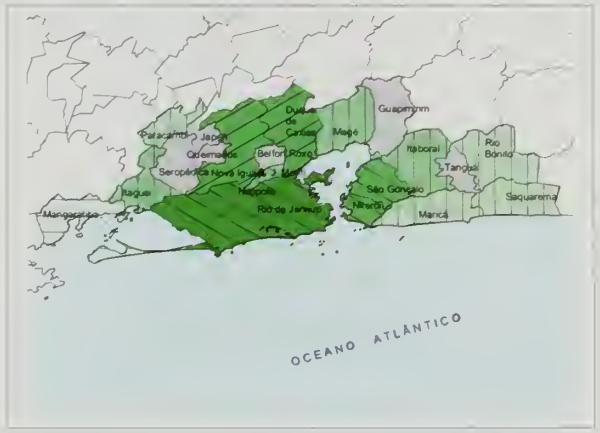
Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 02
Aglomeração Urbana Metropolitana do Rio de Janeiro - RJ
(Região Metropolitana do Rio de Janeiro)



Escala 1:3.200.000



Escala 1:3.200.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 81,72 a 89,99 %
- 90 a 98,82%

Crescimento Populacional 1980/1991

- 0,01 a 9,83 %
- 9,83 a 20,17 %
- 20,18 a 34,34 %
- 34,35 a 42 %
- Municípios criados após 1991.

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 0,01 a 59,99
- 60 a 468,2
- 468,3 a 1 534,5
- 1 534,6 a 5 396,2
- 5 396,3 a 12 409,2

População Total 1996

- até 19.999
- 20.000 a 99.999
- 100.000 a 449.999
- 450.000 a 833.379
- 833.380 a 5.551.538
- Município criado após 1996.

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes
Degeo - IBGE

Cartograma 03
Aglomeração Urbana Metropolitana de Salvador - BA
(Região Metropolitana de Salvador)

Escala: 1:1.500.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 76,71 a 84,99 %
- 85 a 99,17 %

Crescimento Populacional 1980/1991
- 7 a 14,99 %
- 15 a 44,99 %
- 45 a 64,99 %
- 65 a 95,51 %

Escala: 1:1.500.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

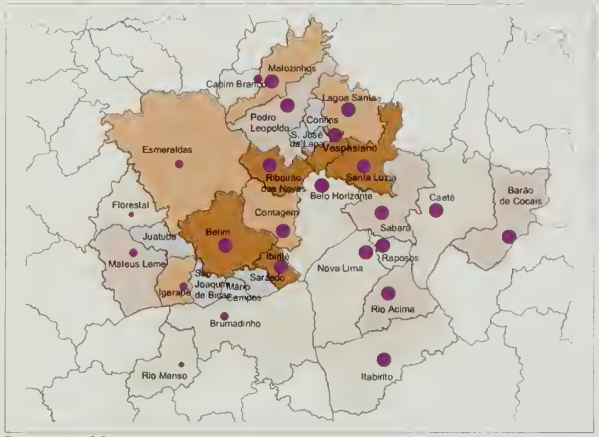
Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 0,01 a 59,99
- 60 a 99,99
- 100 a 999,99
- 1000 a 3 114,80

População Total 1996
- 9.961 a 27.628
- 27.629 a 56.339
- 56.339 a 97.219
- 97.220 a 134.901
- 134.902 a 2.211.539

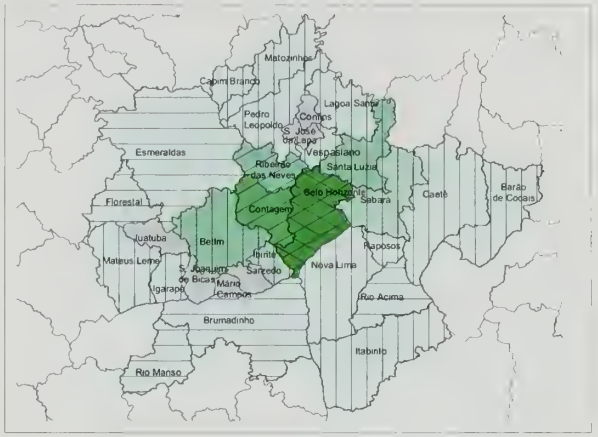
Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 04
Aglomeração Urbana Metropolitana de Belo Horizonte - MG
(Região Metropolitana de Belo Horizonte)



Escala: 1:2.300.000



Escala: 1:2.300.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 31,85 a 64,99 %
- 65,00 a 83,95 %
- 83,95 a 99,51 %

Crescimento Populacional 1980/1991
- 0,01 a 28,68 %
- 28,68 a 44,99 %
- 45,00 a 65,45 %
- 65,45 a 131,88 %
- Municípios criados após 1991.

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

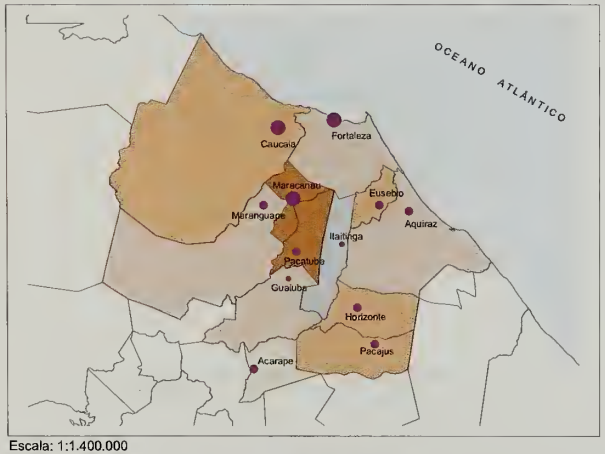
Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 0 a 59,99
- 60,00 a 999,99
- 1.000,00 a 2524,90
- 2525 a 6299,50

População Total 1996
- 4.276 a 60.952
- 60.953 a 126.627
- 126.628 a 249.451
- 249.452 a 492.350
- 492.351 a 2.091.448
- Municípios criados após 1996.

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 05
Aglomeração Urbana Metropolitana de Fortaleza - CE
(Região Metropolitana de Fortaleza)

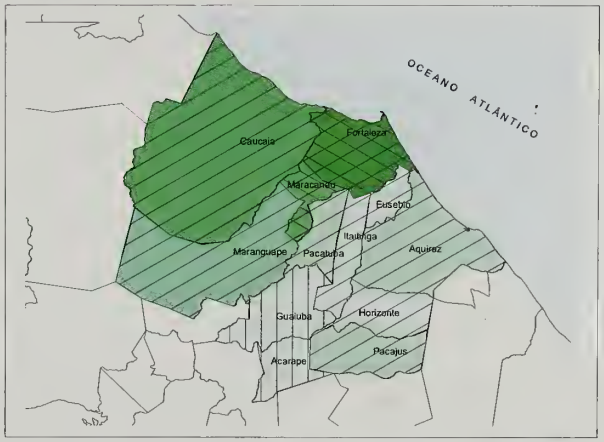


Escala: 1:1.400.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 0,00 a 64,99 %
- 65,99 a 89,99 %
- 90 a 98,42%

Crescimento Populacional 1980/1991
- 0,01 a 9,99 %
- 10 a 44,99 %
- 45 a 99,99 %
- 100 a 314,71 %
- Municípios criados após 1991.



Escala: 1:1.400.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

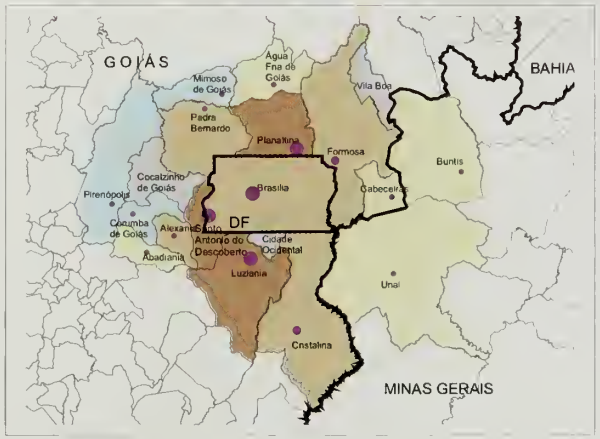
Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 63 a 99,99
- 100 a 999,99
- 1000 a 6 260,00

População Total 1996
- 10.962 a 27.206
- 27.207 a 52.282
- 52.283 a 82.064
- 82.065 a 209.150
- 209.151 a 1.965.513

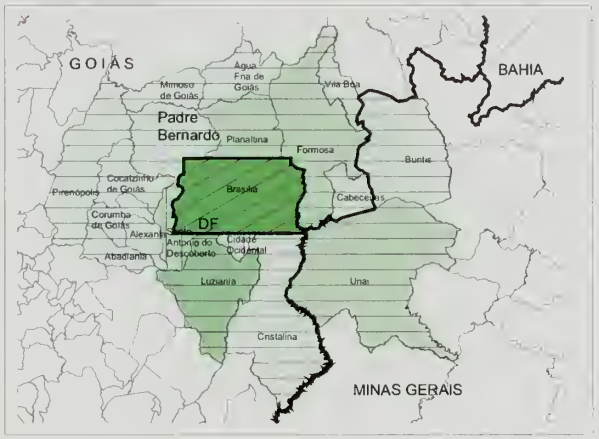
Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes
Degeo - IBGE

Cartograma 06
Aglomeração Urbana Metropolitana de Brasília
(Região de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)



Escala: 1:6.500.000



Escala: 1:6.500.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 0,00 a 64,99 %
- 65,00 a 72,26 %
- 72,26 a 97,75 %

Crescimento Populacional 1980/1991
- -14,57 a -0,99 %
- 0,01 a 29,46 %
- 29,46 a 56,08 %
- 56,08 a 227,34 %
- Municípios criados após 1991.

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

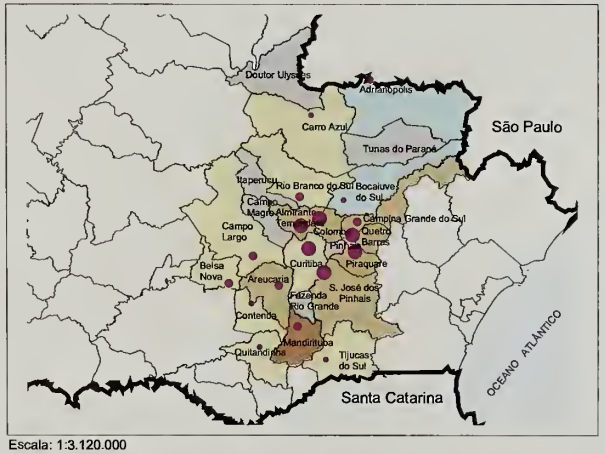
Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 1,9 a 59,9
- 60 a 99,9
- 100 a 312,9

População Total 1996
- 2.584 a 33.147
- 33.148 a 107.672
- 107.673 a 242.522
- 242.523 a 1.821.946

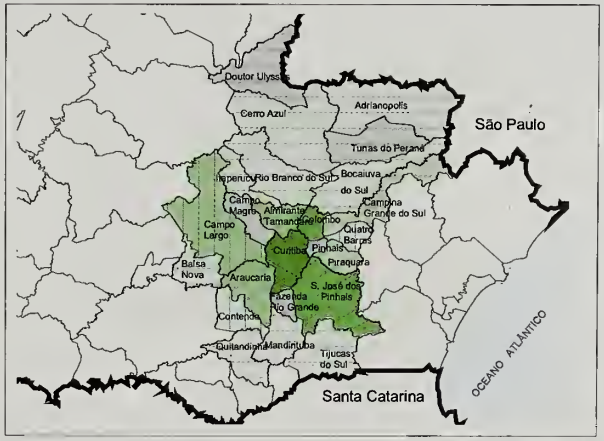
Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 07
Aglomeração Urbana Metropolitana de Curitiba - PR
(Região Metropolitana de Curitiba)



Escala: 1:3.120.000



Escala: 1:3.120.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 21,94 a 64,99 %
- 65,00 a 85,32 %
- 85,32 a 99,06 %

Crescimento Populacional 1980/1991
- -19,66 a -0,99 %
- 0,01 a 44,99%
- 45 a 97,38 %
- 97,38 a 148,23%
- Municípios criados após 1991

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 0,01 a 59,99
- 60 a 99,99
- 100 a 999,99
- 1000 a 3425,2

População Total 1996
- 3.426 a 23.212
- 23.213 a 52.486
- 52.487 a 89.410
- 89.411 a 169.035
- 169.036 a 1.476.253
- Municípios criados após 1996

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 08
Aglomeração Urbana Metropolitana de Recife - PE
(Região Metropolitana de Recife)

Escala 1:2.900.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 57,97 a 64,99 %
- 65 a 86,71%
- 86,72 a 99,04%

Crescimento Populacional 1980/1991
- 6 a 49,99 %
- 45 a 64,99 %
- 65 a 78,27 %
- Municípios criados após 1991.

Escala 1:2.900.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

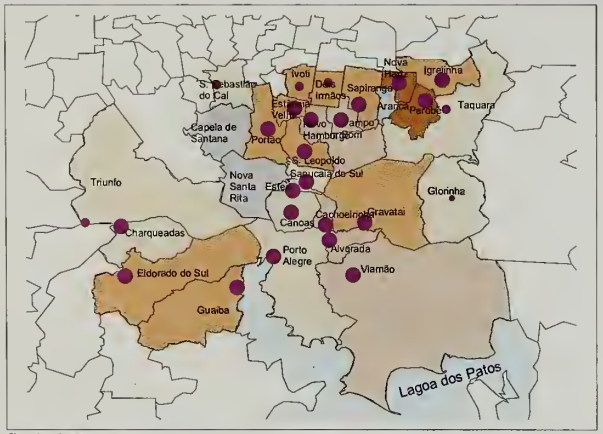
Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 60 a 499,99
- 500 a 2 315,00
- 2 316 a 9 194,20

População Total 1996
- 13.799 a 67.242
- 67.243 a 140.764
- 140.765 a 349.380
- 349.381 a 529.966
- 529.967 a 1.346.045
- Municípios criados após 1996.

Fonte. IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G
Elaborado por Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 09
Aglomeração Urbana Metropolitana de Porto Alegre - RS
(Região Metropolitana de Porto Alegre)

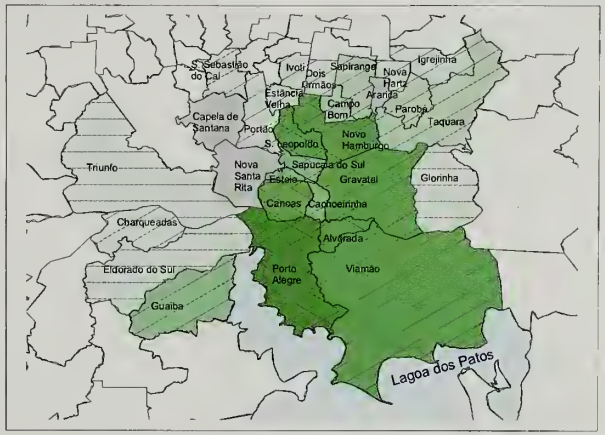


Escala: 1:2.500.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 48,98 a 64,99 %
- 65,99 a 89,17 %
- 89,18 a 99,57%

Crescimento Populacional 1980/1991
- 10 a 33,3 %
- 33,4 a 54,44 %
- 55,45 a 98,12 %
- 98,13 a 211,90 %
- Municípios criados após 1991.



Escala: 1:2.500.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 0,01 a 59,99
- 60 a 99,99
- 100 a 999,99
- 1000 a 2686,90

População Total 1996
- 10.962 a 27.206
- 27.207 a 52.282
- 52.283 a 82.064
- 82.065 a 209.150
- 209.151 a 1.965.513
- Municípios criados após 1996.

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes
Degeo - IBGE

Cartograma 10
Aglomeração Urbana Metropolitana de Belém - PA
(Região Metropolitana de Belém)

Escala: 1:930.000

Escala: 1:930.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991
- 87,57 a 96,33
- 96,34 a 97,26

Crescimento Populacional 1980/91
- até 33,37
- 33,37 a 33,81
- 33,82 a 206,81
- Municípios criados após 1991

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- até 59
- 60 a 270
- 271 a 1 051
- 1 052 a 1 984

População Total 1996
- até 11.549
- 11.550 a 77.369
- 77.370 a 341.257
- 341.258 a 1.144.312
- Municípios criados após 1996

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

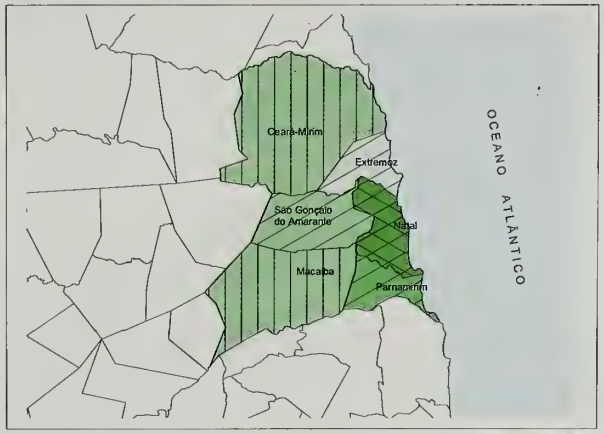
Cartograma 11
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Natal - RN
(Região Metropolitana de Natal)

Escala: 1:1.400.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 64,08 a 64,99%
- 65 a 75,99 %
- 75,99 a 98,62%

Crescimento Populacional 1980/1991
- 30 a 44,99 %
- 45 a 64,99 %
- 65 a 99,99 %
- 100 a 140,16 %



Escala: 1:1.400.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

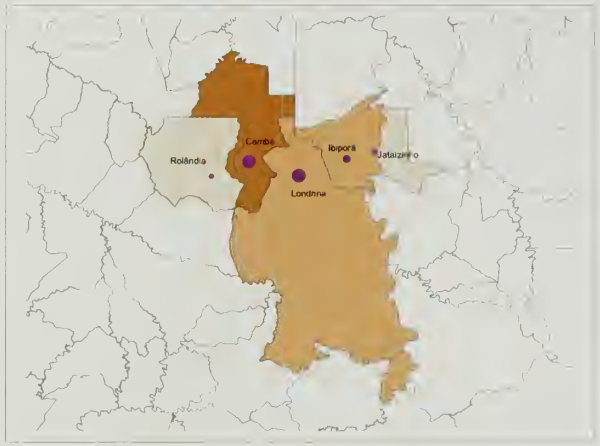
Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 60 a 99,99
- 100 a 678,6
- 678,6 a 3 859

População Total 1996
- 17.814
- 17.815 a 31.917
- 31.918 a 57.983
- 57.984 a 86.177
- 86.178 a 656.037

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 12
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Londrina - PR
(Região Metropolitana de Londrina)



Escala: 1:2.000.000

Escala 1:2.000.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 73,11 a 74,45 %
- 74,45 a 86,18 %
- 86,18 a 91,56 %

Crescimento Populacional 1980/1991
- 5,61 a 9,18 %
- 9,18 a 29,30 %
- 29,30 a 37,11 %

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

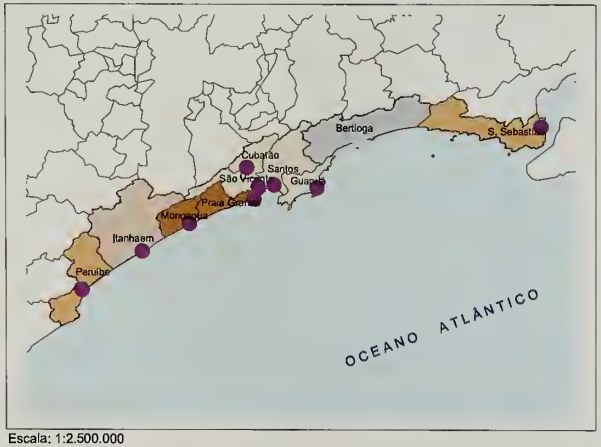
Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 72,00 a 99,99
- 100,00 a 197,10

População Total 1996
- 12.096 a 44.379
- 44.380 a 80.867
- 421.343

Fonte IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização Castello Branco, M. L. G
Elaborado por: Cleber Fernandes
Degeo - IBGE

Cartograma 13
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Santos - SP
(Região Metropolitana da Baixada Santista)



Escala: 1:2.500.000

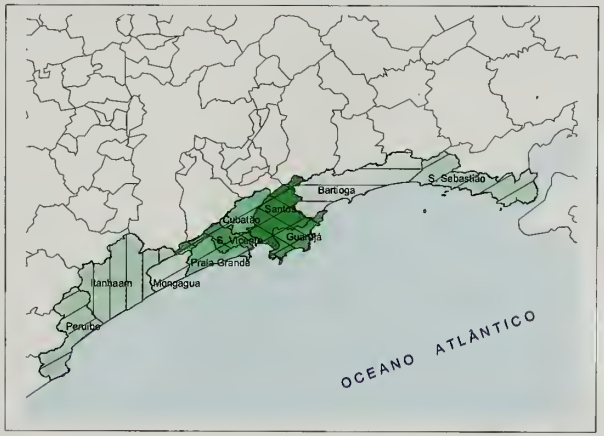
PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 94,09 a 99,43 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- até 44,99 %
- 45 a 67,76 %
- 67,77 a 78,40 %
- 78,41 a 91,64 %
- Municípios criados após 1991.



Escala: 1:2.500.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- até 59,99
- 60 a 99,99
- 100 a 999,99
- 1000 a 1 876

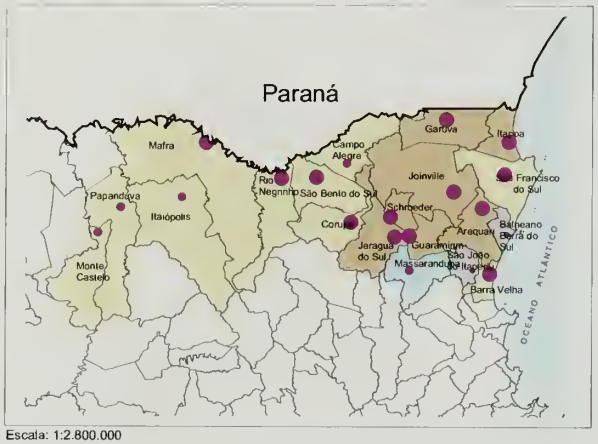
População Total 1996

- 17.002 a 27.065
- 27.066 a 58.017
- 58.018 a 150.388
- 150.389 a 279.528
- 279.529 a 412.243

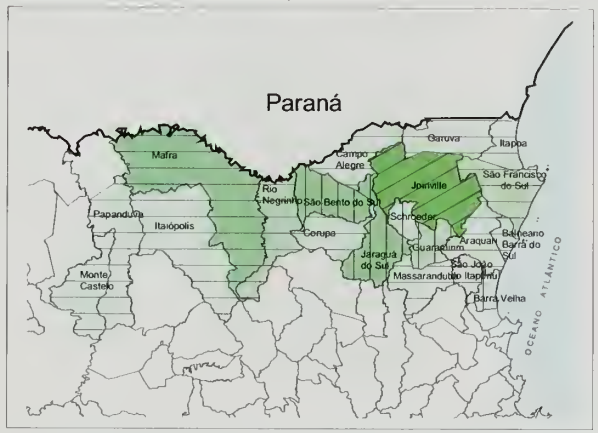
Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 14
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Joinville - SC
(Região metropolitana do Norte-Nordeste Catarinense)



Escala: 1:2.800.000



Escala: 1:2.800.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 0,00 a 64,99 %
- 65,99 a 89,99 %
- 65 a 98,30%

Crescimento Populacional 1980/1991
- -6,82 a -0,99 %
- 0,01 a 44,99 %
- 45 a 66,40 %
- Municípios criados após 1991.

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

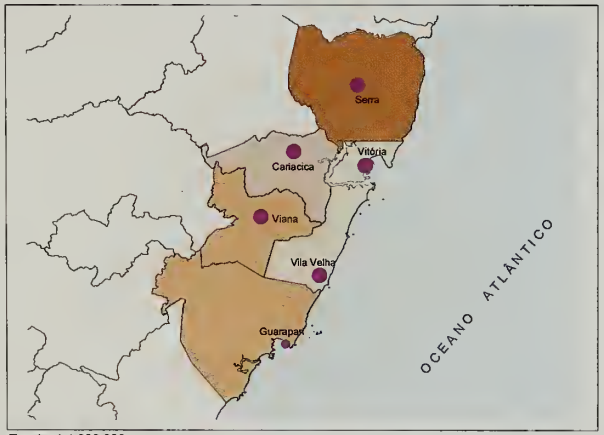
Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 0,01 a 59,99
- 60 a 172,40
- 172,40 a 367,80

População Total 1996
- 3.092 a 18.568
- 18569 a 31.611
- 31.612 a 93.076
- 93.077 a 397.951

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 15
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Vitória - ES
(Região Metropolitana da Grande Vitória)

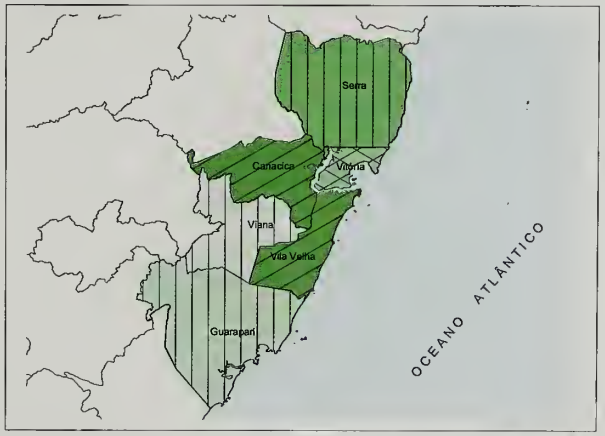


Escala: 1:1.900.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 84,45 a 89,99 %
- 90 a 98,63%

Crescimento Populacional 1980/1991
- 0,01 a 44,99 %
- 45 a 59,99 %
- 60 a 87,14 %
- 87,15 a 169,06 %



Escala: 1:1.900.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

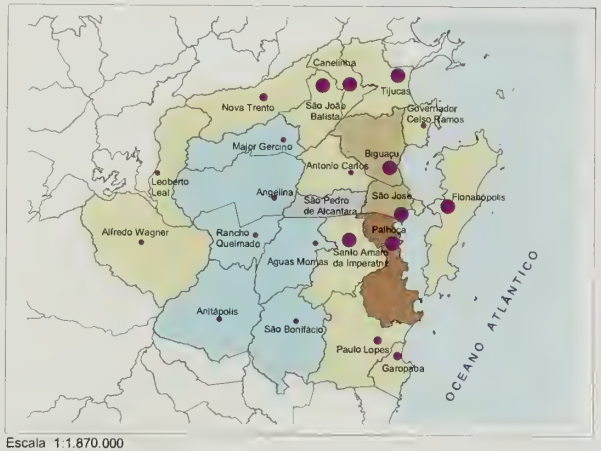
Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 60 a 488,90
- 488,91 a 1 358,10
- 1 358,11 a 2 987,30

População Total 1996
- 47.494
- 47.495 a 73.730
- 73.731 a 265.874
- 265.875 a 270.373
- 270.374 a 301.183

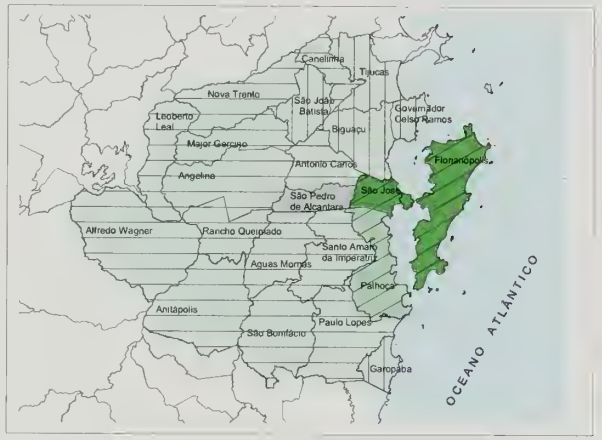
Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 16
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Florianópolis - SC
(Região metropolitana de Florianópolis)



Escala 1:1.870.000



Escala 1:1.870.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 0,00 a 64,99 %
- 65,00 a 79,99 %
- 80 a 97,85 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- -22,49 a -0,32 %
- 0,01 a 44,99 %
- 45 a 59,99 %
- 60 a 79,97 %
- Município criado após 1991.

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 6 a 59,9
- 60 a 249,9
- 250 a 621

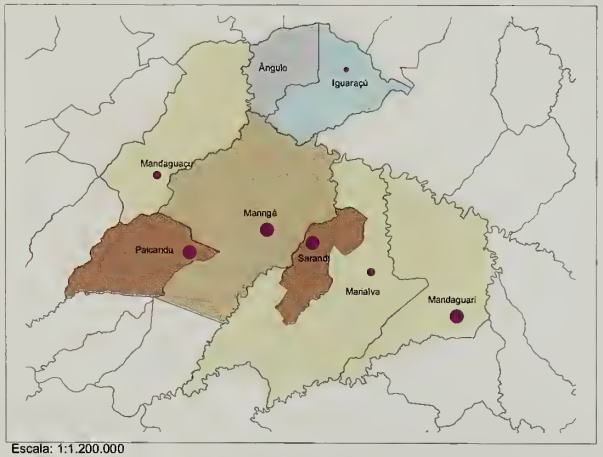
População Total 1996

- 2.443 a 49.999
- 50.000 a 149.999
- 150.000 a 271.281
- Municípios criados após 1996.

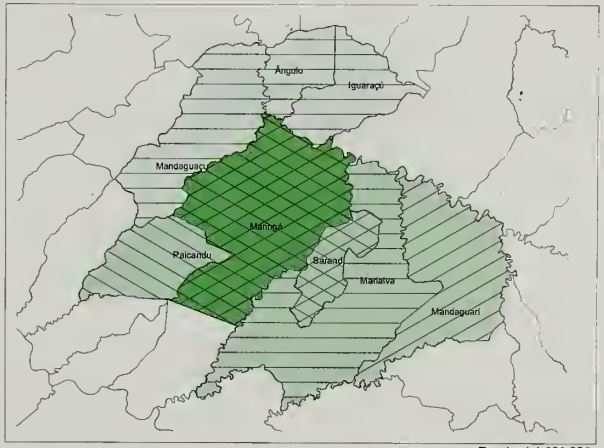
Fonte IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes
Degeo - IBGE

Cartograma 17
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Maringá - PR
(Região Metropolitana de Maringá)



Escala: 1:1.200.000



Escala: 1:1.200.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 47,47 a 64,99 %
- 65,00 a 78,43 %
- 78,44 a 95,72 %

Crescimento Populacional 1980/1991
- -12,81 a 0,00 %
- 0,00 a 14,75 %
- 14,75 a 42,83 %
- 42,83 a 120,13 %
- Municípios criados após 1991

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

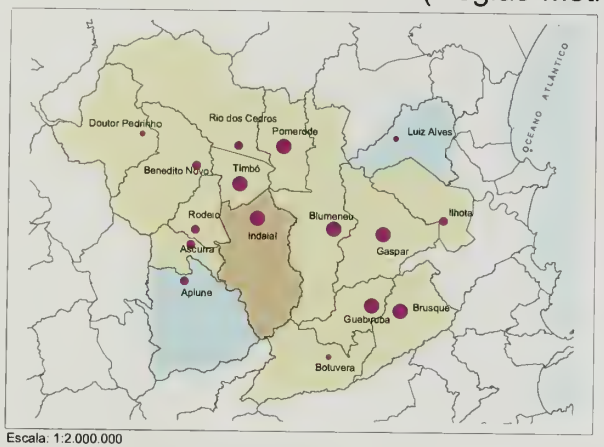
Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 20,50 a 59,00
- 60,00 a 84,90
- 84,90 a 158,60
- 158,60 a 579,00

População Total 1996
- 2.635 a 16.219
- 16.220 a 60.212
- 60.213 a 267. 942

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 18
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Blumenau - SC
(Região Metropolitana do Vale do Itajaí)

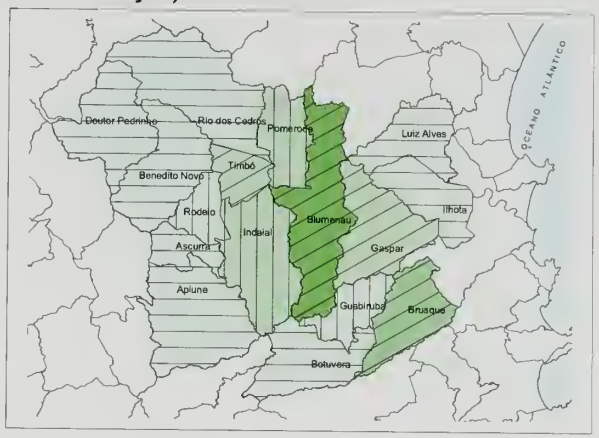


Escala: 1:2.000.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 57,12 a 64,99 %
- 65 a 87,42 %
- 87,43 a 98 %

Crescimento Populacional 1980/1991
- -9,15 a -0,01 %
- 0,01 a 44,99 %
- 45 a 50,23 %



Escala: 1:2.000.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 0,01 a 59,99
- 60 a 99,99
- 100 a 453,70

População Total 1996
- 2.981 a 11.539
- 11.540 a 40.584
- 40.585 a 66.558
- 66.559 a 231.401

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

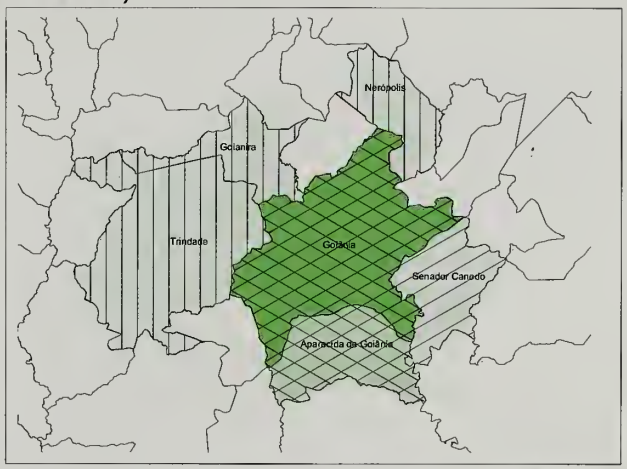
Cartograma 19
Aglomeração Urbana Metropolitana de Goiânia - GO
(Região Metropolitana de Goiânia)

Escala: 1:1.100.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 65,64 a 74,36 %
- 74,36 a 88,49 %
- 88,49 a 97,67 %

Crescimento Populacional 1980/1991
- 29,13 a 44,99 %
- 45,00 a 76,65 %
- 76,65 a 319,05 %



Escala: 1:1.100.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 74,30 a 89,40
- 89,40 a 179,90
- 179,90 a 1.271,00

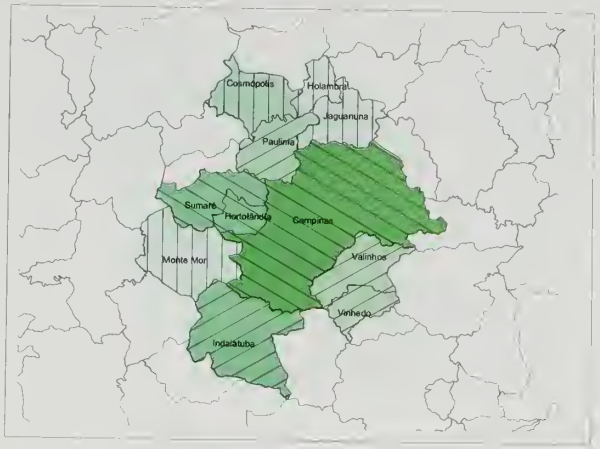
População Total 1996
- 15.194 a 69.838
- 69.839 a 265.868
- 1.004.098

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 20
Aglomeração Urbana Metropolitana de Campinas - SP
(Região Metropolitana de Campinas)

Escala: 1:1.250.000



Escala: 1:1.250.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 78,83 a 85,92 %
- 85,92 a 94,26 %
- 94,26 a 98,10%

Crescimento Populacional 1980/1991
- 28,00 a 44,00%
- 45,00 a 82,00 %
- 83,00 a 123,00 %
- Municipios criados após 1991

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 104,00 a 257,00
- 258,00 a 501,00
- 502,00 a 1867,00

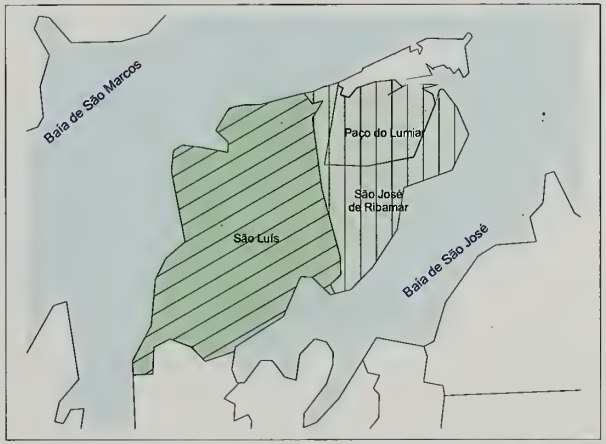
População Total 1996
- 6.653 a 30.849
- 30.850 a 74.608
- 74.609 a 168.058
- 168.059 a 908.906
- Municípios criados após 1996.

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes
Degeo - IBGE

Cartograma 21
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de São Luís - MA
(Região Metropolitana de São Luís)

Escala: 1:800.000



Escala: 1:800.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991
- 81,53 a 84,43 %
- 84,43 a 97,13 %

Crescimento Populacional 1980/91
- 54,94 a 99,99 %
- 100 a 208,99 %

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

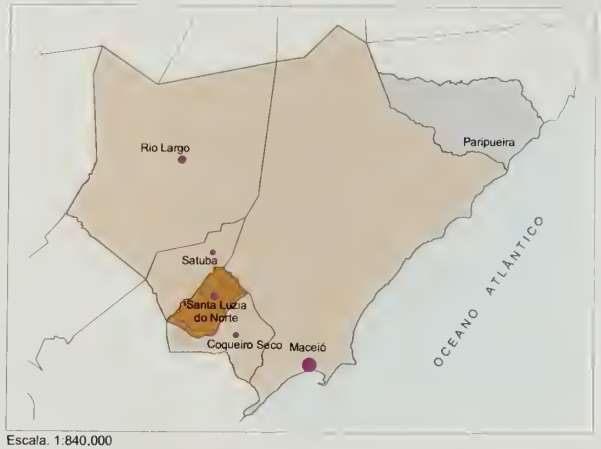
Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 205,9 a 382,7
- 382,7 a 938,5

População Total 1996
- 70.804 a 89.794
- 89.795 a 780.833

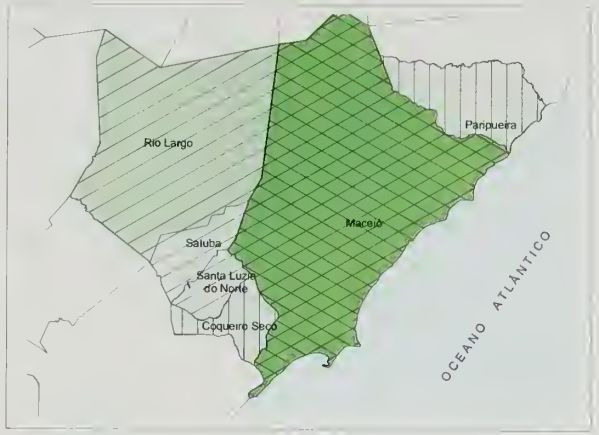
Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 22
Aglomeração Urbana Não metropolitana de Maceió - AL
(Região Metropolitana de Maceió)



Escala. 1:840.000



Escala: 1:840.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 66,2 a 72,96 %
- 72,96 a 84,79 %
- 84,79 a 96,56 %

Crescimento Populacional 1980/1991
- 24,12 a 57,54 %
- 57,54 a 74,63 %
- Município criado após 1991

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

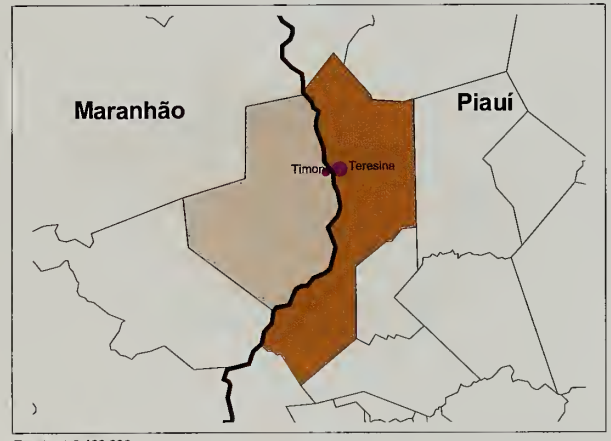
Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 76,60 a 127,10
- 127,10 a 254,70
- 254,70 a 1.409,80

População Total 1996
- 5.084 a 10.954
- 10.955 a 58.244
- 723.230

Fonte IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 23
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Teresina - PI

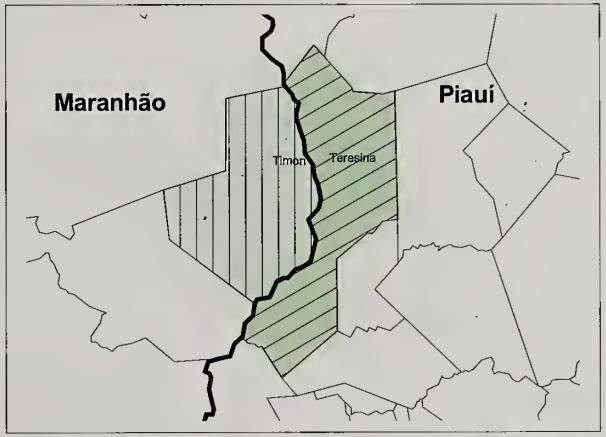


Escala: 1:2.400.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991
- 82,59 %
- 82,60 a 94,86 %

Crescimento Populacional 1980/91
- 44,41 %
- 58,63 %



Escala: 1:2.400.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 63 a 70
- 71 a 441,2

População Total 1996
- 118.428
- 655.473

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 24
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de João Pessoa - PB

Escala 1:1.050.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 86,04 %
- 86,04 a 94,53 %
- 94,53 a 98,22 %

Crescimento Populacional 1980/1991
- 0,01 a 38,37 %
- 38,38 a 53,12 %

Escala 1:1.050.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

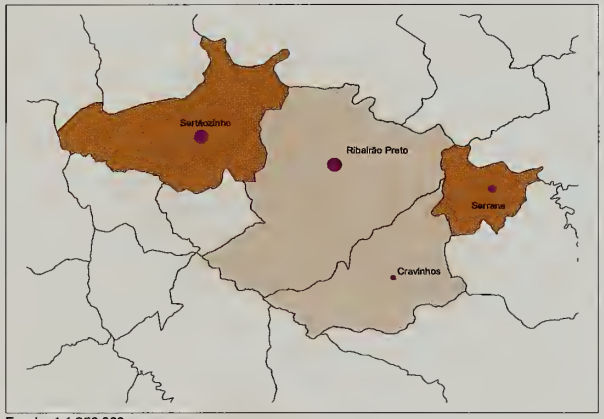
Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 133,90
- 133,90 a 876,30 %
- 876,30 a 3682,10 %

População Total 1996
- 34.691 a 84.169
- 34691 a 84169
- 84.170 a 105.625
- 105.626 a 549.363

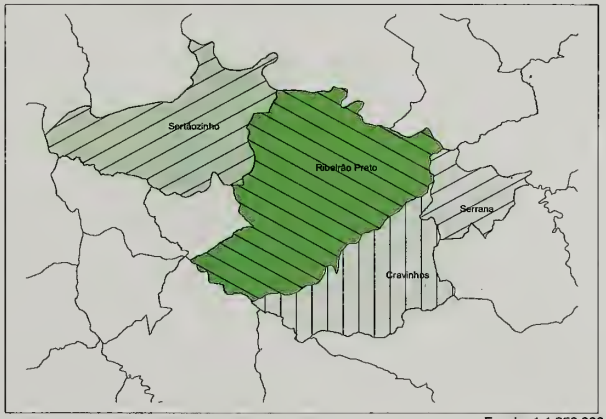
Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por Cleber Fernandes
Degeo - IBGE

Cartograma 25
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Ribeirão Preto - SP



Escala: 1:1.250.000



Escala: 1:1.250.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991
- 74,88 %
- 74,88 a 77,26 %
- 77,26 a 97,03 %

Crescimento Populacional 1980/91
- 33,22 a 37,09 %
- 37,09 a 61,48 %

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 70,60 a 76,90
- 76,90 a 219,20
- 219.20 a 699.80

População Total 1996
- 23.984 a 26.581
- 26.582 a 88.545
- 456.252

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 26
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de São José dos Campos - SP

Escala: 1:1.450.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991
- 94,30 %
- 94,31 a 98,13 %

Crescimento Populacional 1980/91
- 28,64 %
- 28,65 a 53,86 %

Escala: 1:1 450.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 183,6
- 183,7 a 441,4

População Total 1996
- 68.117 a 167.751
- 167.752 a 486.467

Fonte IBGE
Malhe Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes
Degeo - IBGE

Cartograma 27
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Cuiabá - MT

Escala: 1:1.870.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 93,88 %
- 96,64 %

Crescimento Populacional 1980/1991
- 92,23 %
- 111,22 %

Escala: 1:1.870.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 108,70
- 213,70

População Total 1996
- 193.401
- 433.355

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

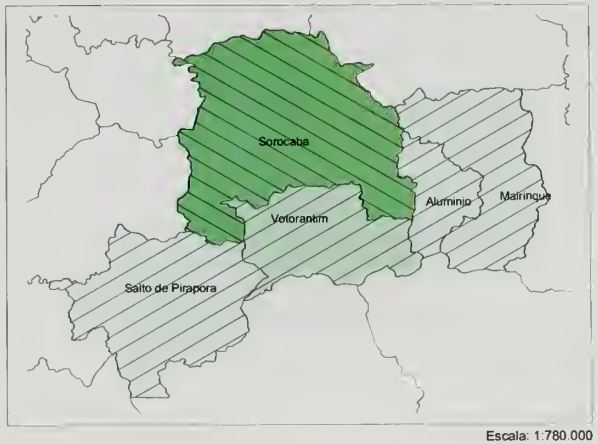
Cartograma 28
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Sorocaba - SP

Escala: 1:780.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991
- 85,67 %
- 85,68 a 99,24 %

Crescimento Populacional 1980/91
- 40,15 a 44,99 %
- 45 a 72,55 %
- Municipios criados após 1991



Escala: 1:780.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 108,50 a 473,90
- 473,91 a 959,00

População Total 1996
- 13.260 a 34.999
- 35.000 a 99.999
- 100.000 a 431.561

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

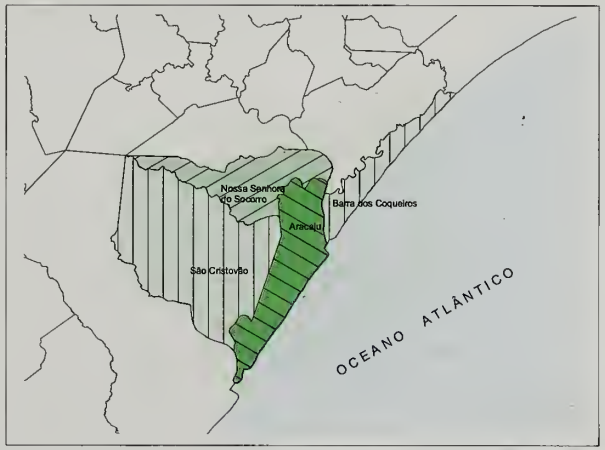
Cartograma 29
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Aracaju - SE

Escala: 1:930.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991
- 84,81 a 85,04
- 85,04 a 98,26

Crescimento Populacional 1980/91
- 37,26 a 99,99 %
- 100,00 a 199,99 %
- 392,88 %



Escala: 1:930.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 60 a 183,6
- 183,6 a 673,4
- 673,4 a 2352,7

População Total 1996
- 16.155 a 57.553
- 57.554 a 105.724
- 105.725 a 428.194

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes
Degeo - IBGE

Cartograma 30
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Juiz de Fora - MG

Escala: 1:930.000

Escala: 1:930.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 88,48 %
- 97,27 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 8,75 %
- 25,51 %

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 84,40 %
- 294,20 %

População Total 1996

- 11.822
- 424.479

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes
Degeo - IBGE

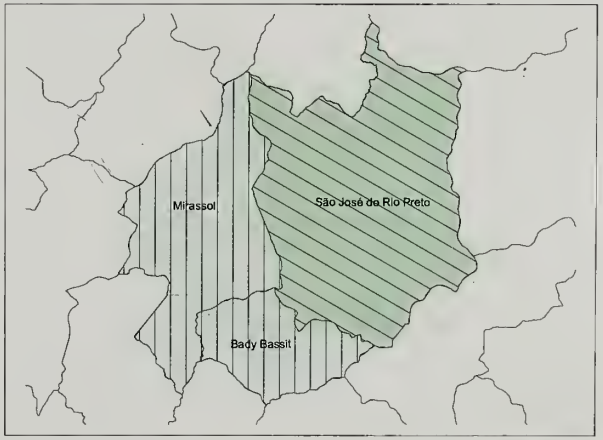
Cartograma 31
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de São José do Rio Preto - SP

Escala: 1:800.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991
- 80,03 %
- 80,04 a 96,92 %

Crescimento Populacional 1980/91
- 38,78 a 50,46 %
- 50,47 a 101,73 %



Escala: 1:800.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

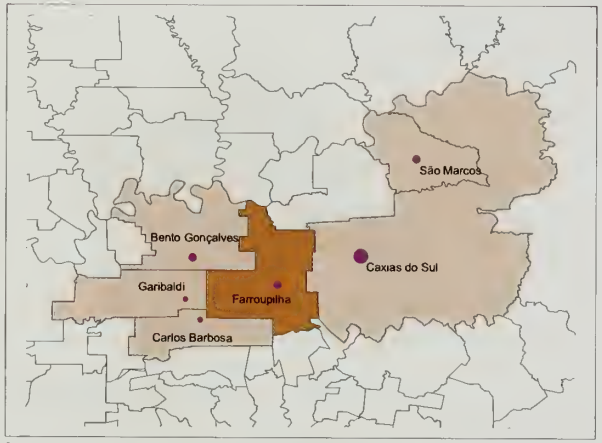
Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 174,20 a 179,99
- 180 a 573,50

População Total 1996
- 8.162 a 43.851
- 43.852 a 326.315

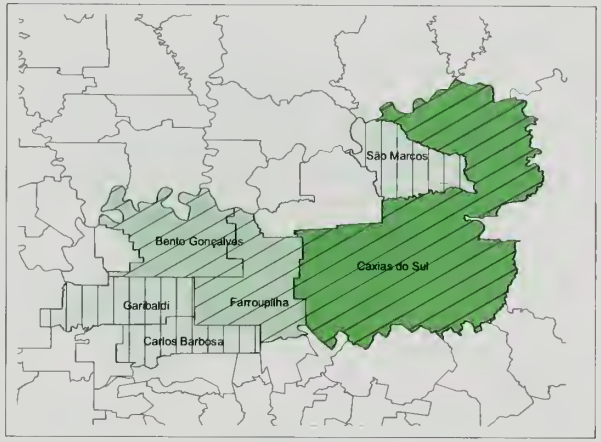
Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 32
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Caxias do Sul - R. S.



Escala: 1:1.900.000



Escala: 1:1.900.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991
- 76,94 a 78,84
- 78,84 a 86,36
- 86,36 a 94,59

Crescimento Populacional 1980/91
- 17,37 a 44,99 %
- 45,00 a 56,43 %

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 60 a 99,99
- 100 a 217,8

População Total 1996
- 17.359 a 28.296
- 28.297 a 83.201
- 83.202 a 325.694

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 33
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Pelotas/Rio Grande - RS

Escala: 1:3.300.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 88,77 %
- 89,94 %

Crescimento Populacional 1980/1991
- 18,01 %
- 20,73 %

Escala: 1:3.300.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 62,90
- 160,10

População Total 1996
- 178.256
- 307.667

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 34
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Piracicaba - SP

Escala 1:1.250.000

Escala. 1:1.250.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991
- 79,66 %
- 95,78 %

Crescimento Populacional 1980/91
- 32,44 %
- 41,81 %

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 65,80
- 430,00

População Total 1996
- 22.265
- 302.886

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

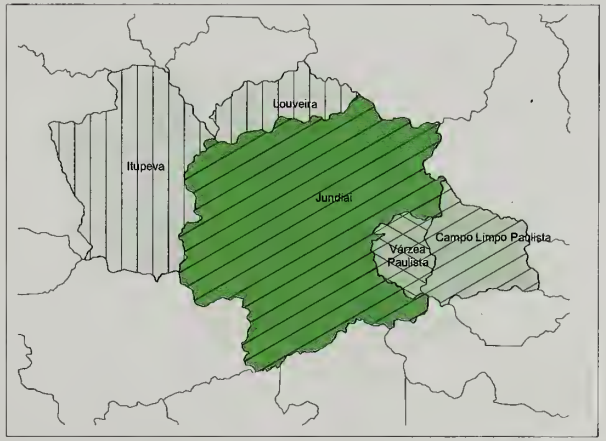
Cartograma 35
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Jundiaí - SP.

Escala: 1.840.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 68,45 %
- 68,45 a 81,33 %
- 81,33 a 98,71 %

Crescimento Populacional 1980/1991
- 12,00 a 44,00 %
- 45,00 a 78,00 %
- 79,00 a 107,00 %



Escala: 1.840.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 133,90
- 133,90 a 876,30 %
- 876,30 a 3682,10 %

População Total 1996
- 18.069 a 20.605
- 20.606 a 78.156
- 78.157 a 293.373

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 36
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Petrópolis/Teresópolis - RJ

Escala: 1:1.250.000

Escala: 1:1.250.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991
- 88,93
- 88,93 a 97,53

Crescimento Populacional 1980/91
- 11,31 %
- 22,29 %

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 100 a 300
- 347,1

População Total 1996
- 125.122
- 269.669

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Clebar Fernandes.
Degeo - IBGE

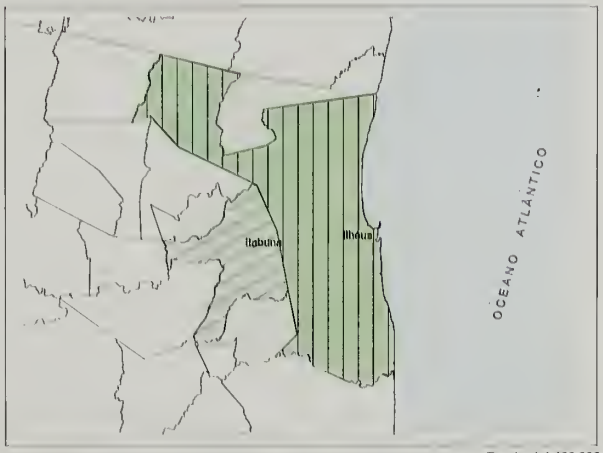
Cartograma 37
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Ilhéus/Itabuna - BA

Escala: 1:1.400.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 64,77 %
- 91,10 %

Crescimento Populacional 1980/1991
- 28,49 %
- 70,21 %



Escala: 1:1.400.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

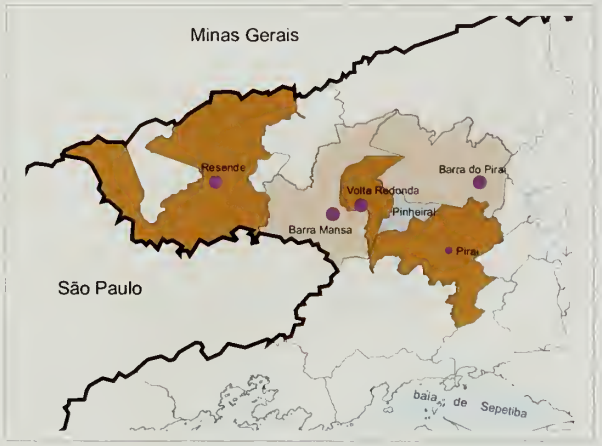
Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 131,2
- 412,1

População Total 1996
- 183.403
- 242.445

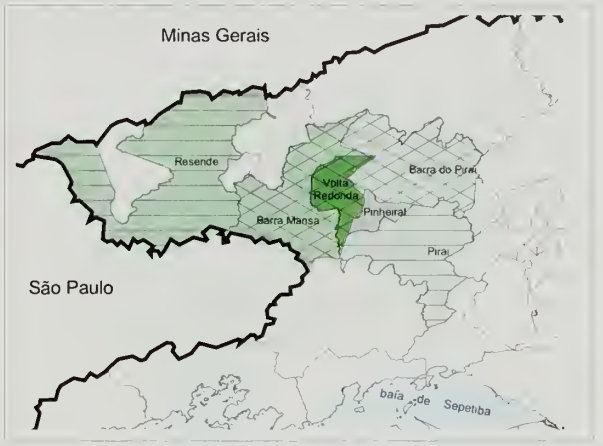
Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes
Dregeo - IBGE

Cartograma 38
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Volta Redonda/Barra Mansa - RJ



Escala: 1:1.550.000



Escala: 1:1.550.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991
- 89,29 a 89,99 %
- 90,00 a 99,15 %

Crescimento Populacional 1980/91
- 10,00 a 14,99 %
- 15,00 a 21,97 %
- Municipio criado após 1991

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

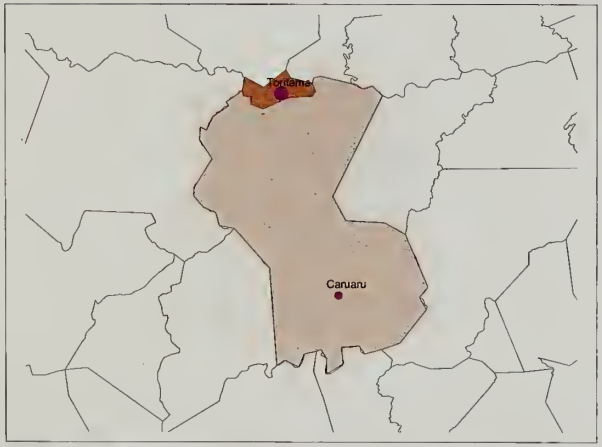
Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 60,00 a 99,99
- 100,00 a 1269,3

População Total 1996
- 40.228 a 99.999
- 100.000 a 199.999
- 200.000 a 232.287
- Municipio criado após 1996.

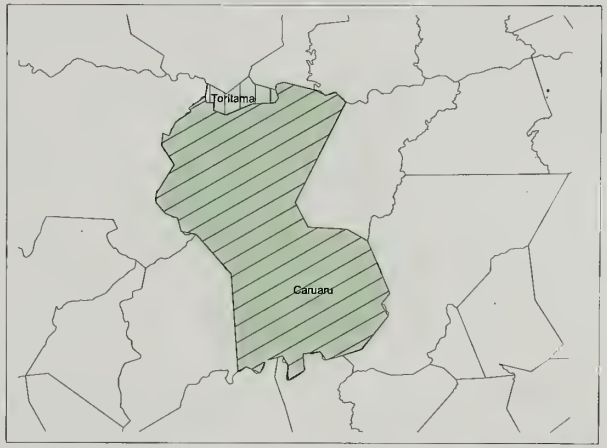
Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Dgeo - IBGE

Cartograma 39
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Caruaru - PE



Escala: 1:1.200.000



Escala: 1:1.200.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 88,68
- 88,68 a 93,40

Crescimento Populacional 1980/1991
- 23,86 %
- 73,02 %

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 248,9
- 527,3

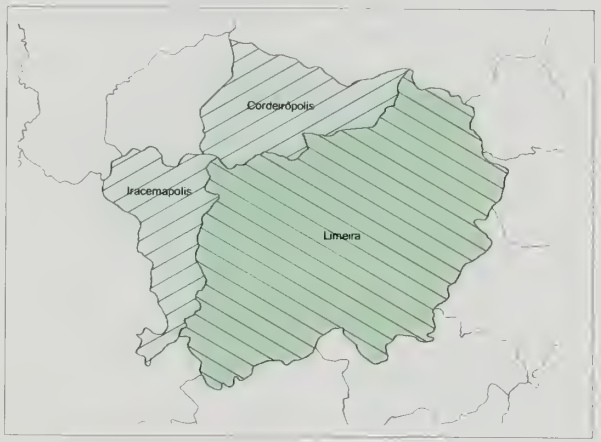
População Total 1996
- 18455
- 18456 a 231989

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 40
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Limeira - SP

Escala: 1:800.000



Escala: 1:800.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 80,80 %
- 80,80 a 93,97 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 38,00 %
- 38,00 a 42,21 %

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 111,20 a 120,90
- 120,90 a 395,80

População Total 1996

- 14.024 a 15.344
- 15.345 a 230.348

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

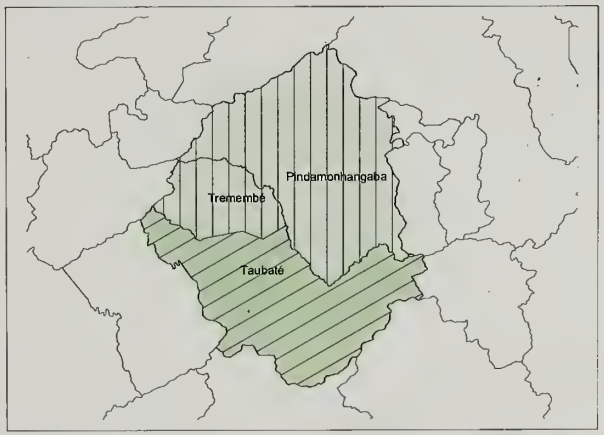
Cartograma 41
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Taubaté - SP

Escala: 1:1.400.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991
- 92,58 a 93,25 %
- 93,26 a 96,47 %

Crescimento Populacional 1980/91
- 22 %
- 23 a 52 %



Escala: 1:1.400.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

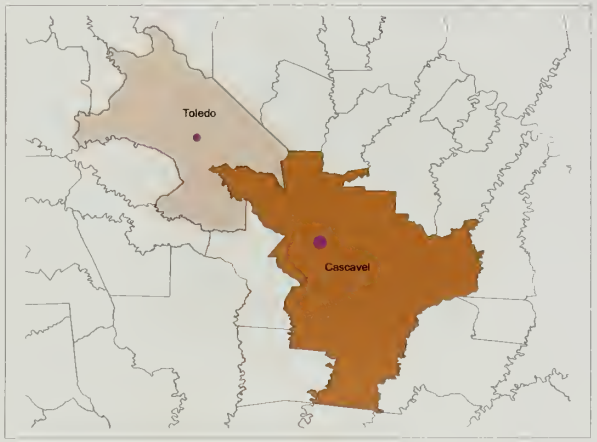
Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 156 a 166
- 167 a 351

População Total 1996
- 32.095 a 113.937
- 113.938 a 220.230

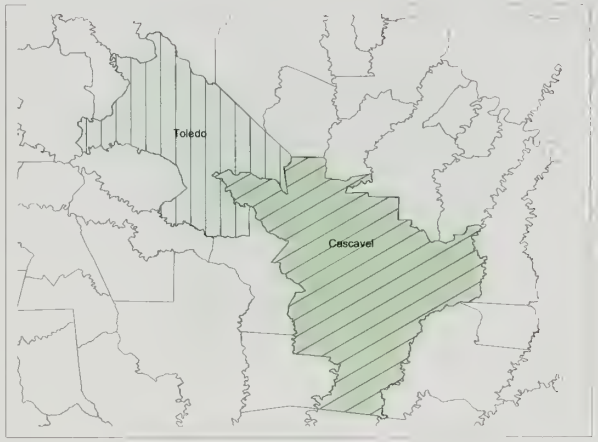
Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 42
Aglomeração Urbana Não metropolitana de Cascavel - PR



Escala 1:1.700.000



Escala: 1:1.700.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 75,44 %
- 90,32 %

Crescimento Populacional 1980/1991
- 32,00%
- 37,00 %

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

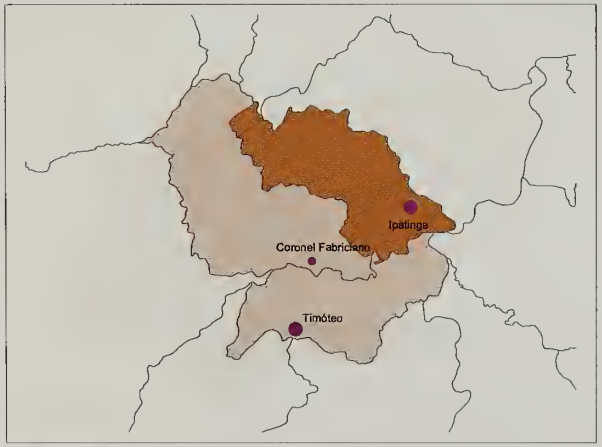
Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 75,20
- 106,30

População Total 1996
- 90.417
- 219.652

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G
Elaborado por: Cleber Fernandes
Degeo - IBGE

Cartograma 43
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Ipatinga - MG
(Região Metropolitana do Vale do Aço)

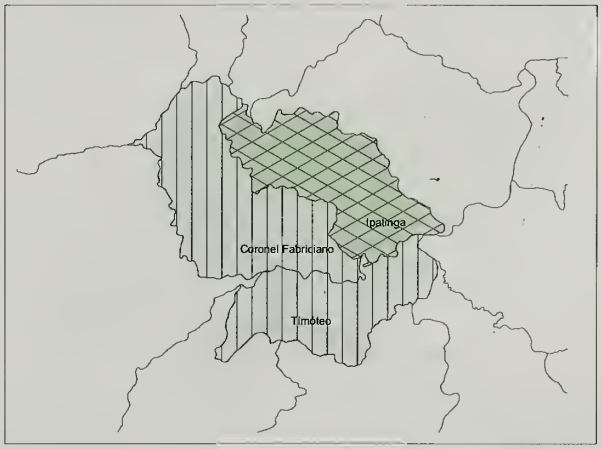


Escala: 1:625.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 97,14 %
- 97,15 a 98,44 %

Crescimento Populacional 1980/1991
- 15,20 a 15,99 %
- 18,00 a 19,79 %



Escala: 1:625.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 419,00 a 450,00
- 500,00 a 1179,50

População Total 1996
- 65.501 a 93.012
- 93.013 a 195.793

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

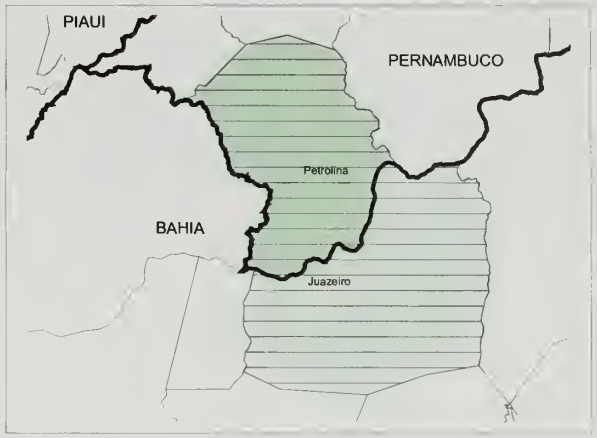
Cartograma 44
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Juazeiro - BA/Petrolina - PE

Escala: 1:3.200.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991
- 68,14 %
- 73,78 %

Crescimento Populacional 1980/91
- 36,41 %
- 68,18 %



Escala: 1:3.200.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 26,8 a 40,2

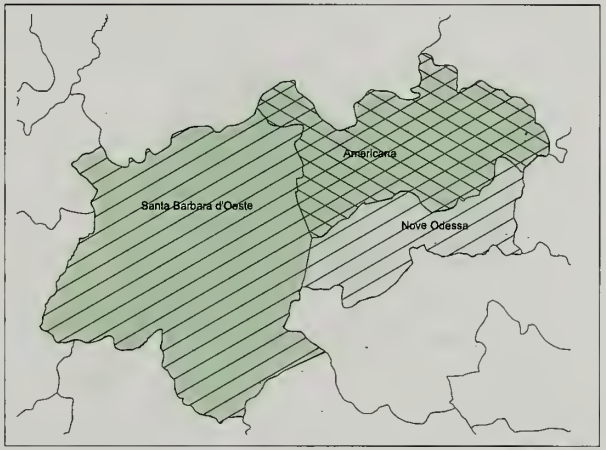
População Total 1996
- 172.065
- 191.238

Fonte IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Orgenização: Castello Branco, M. L. G.
Elaboredo por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 45
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Americana/Santa Barbara d'Oeste/Nova Odessa - SP

Escala: 1:625.000



Escala: 1:625.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991

- 78,84 a 86,36
- 86,36 a 94,59

Crescimento Populacional 1980/91

- 26,00 a 56,00 %
- 57,00 a 90,00 %

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 506,00 a 592,00
- 1.253,00

População Total 1996

- 37.424
- 37425 a 167.945

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M.L.G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 46
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Crato/Juazeiro do Norte/Barbalha - CE

Escala: 1:1.200.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 70,89 a 75,62 %
- 75,62 a 91,13 %

Crescimento Populacional 1980/1991
- 12,20 a 24,15 %
- 27,98 %

Escala: 1:1.200.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

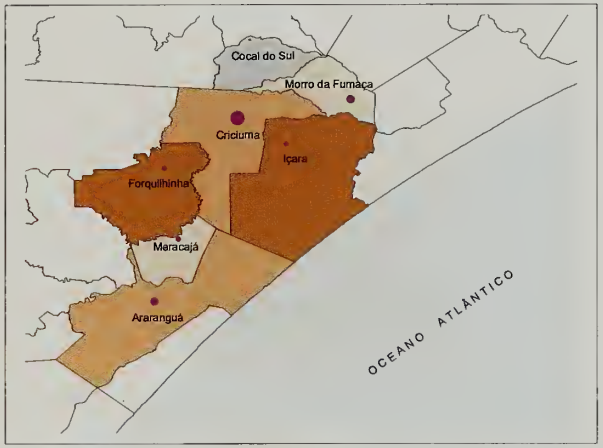
Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 85,4 a 95,8
- 95,8 a 806,1

População Total 1996
- 43.296
- 95.521
- 189.423

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes
Degeo - IBGE

Cartograma 47
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Criciuma - SC

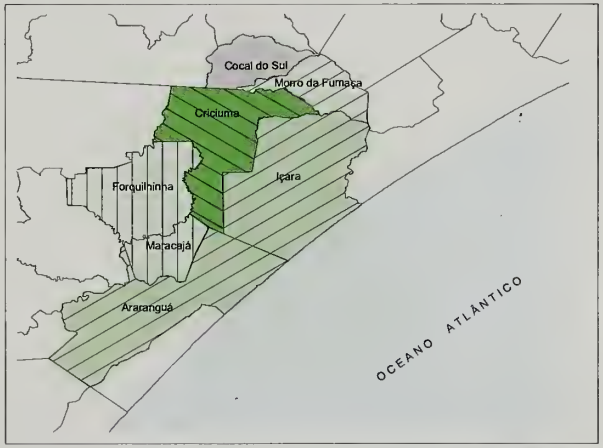


Escala: 1:930.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 72,89 a 77,26 %
- 77,26 a 87,86 %
- 87,86 a 97,31 %

Crescimento Populacional 1980/1991
- 11,44 a 36,40 %
- 36,40 a 43,75 %
- 43,75 a 55,53 %
- Municípios criados após 1991



Escala: 1:930.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

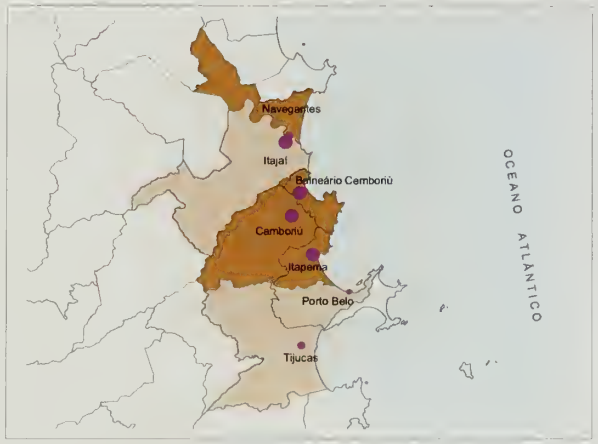
Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 75,00 a 88,00
- 89,00 a 161,00
- 162,00 a 758,00

População Total 1996
- 5.352 a 16.106
- 16.107 a 55449
- 55.450 a 159.101
- Municípios criados após 1996.

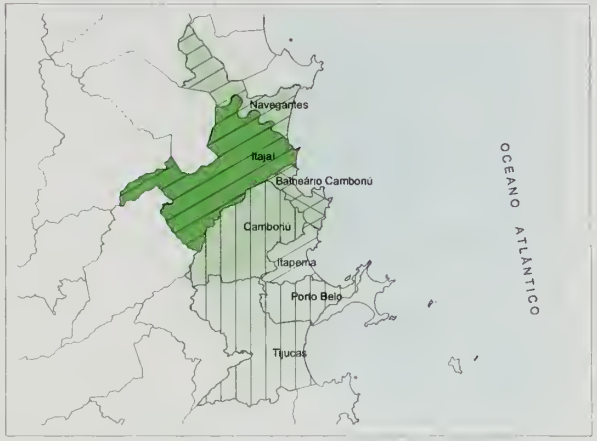
Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 48
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Itajaí/Camboriú - SC



Escala: 1:1.100.000



Escala: 1.1.100.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 71,25 %
- 71,25 a 81,11 %
- 81,11 a 97,31 %

Crescimento Populacional 1980/1991
- 34,52 a 38,84 %
- 38,84 a 84,91 %

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

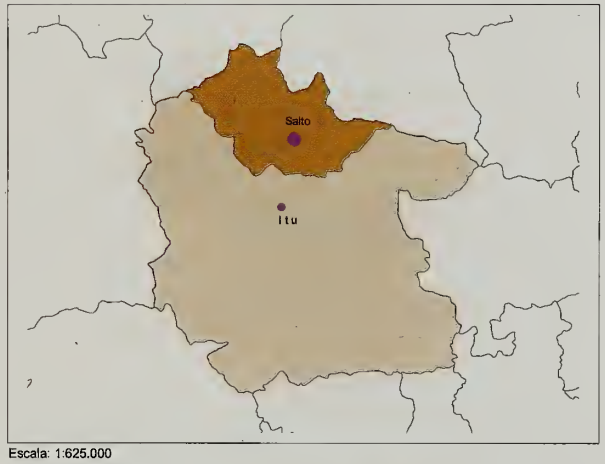
Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 72,30 a 160,60
- 160,60 a 443,90
- 443,90 a 1.265,00

População Total 1996
- 7606 a 20160
- 20161 a 58188
- 58189 a 134942

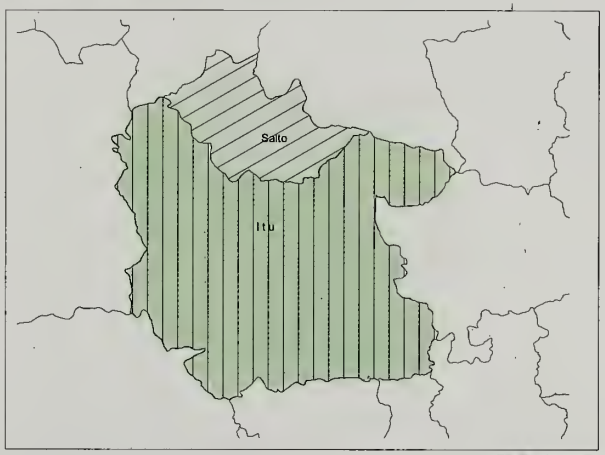
Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes
Degeo - IBGE

Cartograma 49
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Itu - SP



Escala: 1:625.000



Escala: 1:625.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 94,88 %
- 94,88 a 97,32 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 44,62 %
- 70,68 %

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 190,90
- 190,90 a 643,90

População Total 1996

- 86.928
- 122.528

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes
Degeo - IBGE

Cartograma 50
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Cabo Frio - RJ

Escala: 1:1.250.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991
- 85,90 %
- 85,90 a 90,37 %
- 90,37 a 94,89 %

Crescimento Populacional 1980/91
- 18,46 %
- 18,46 a 34,57 %
- 34,57 a 52,73 %
- Municípios criados após 1991

Escala: 1:1.250.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 104,20 a 165,30
- 165,30 a 244,20

População Total 1996
- 21.548
- 21.548 a 66.148
- 66.149 a 115.759
- Municípios criados após 1996

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes
Degeo - IBGE

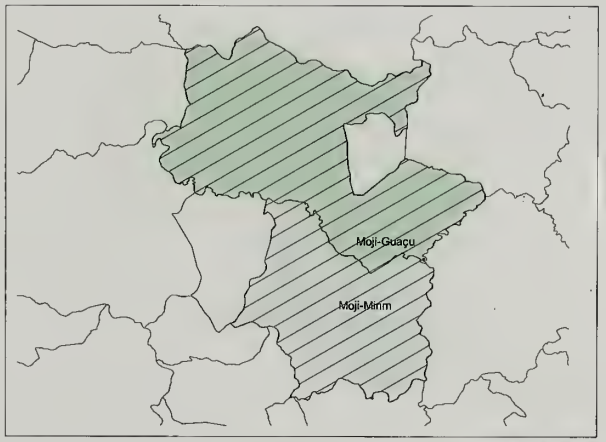
Cartograma 51
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Moji-Mirim/Moji-Guaçu - SP

Escala: 1:1.250.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 84,41 %
- 90,65 %

Crescimento Populacional 1980/1991
- 27,89 %
- 46,06 %



Escala: 1:1.250.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 140,50 a 150,70

População Total 1996
- 75.337
- 114.546

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

Cartograma 52
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Aparecida/Guaratinguetá - SP

Escala: 1:1.250.000

Escala: 1:1.250.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991
- 88,43 a 91,33 %
- 91,33 a 97,97 %

Crescimento Populacional 1980/91
- 3,00 a 13,00 %
- 14,00 a 28,00 %
- Municípios criados após 1991.

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 86,00 a 88,00
- 89,00 a 163,00

População Total 1996
- 15.099 a 49.999
- 50.000 a 98.265
- Municípios criados após 1996.

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes
Degeo - IBGE

Cartograma 53
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de João Monlevade/Itabira - MG

Escala: 1:1.050.000

Escala: 1:1.050.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas
- 90.10 a 92.22 %
- 92.22 a 98.27 %

Crescimento Populacional 1980/1991
- -3.24 a 0,00 %
- 0,00 a 23,12 %

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 75,60 a 93,00 %
- 93,00 a 623,20 %

População Total 1996
- 10.133
- 10.134 a 95.205

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Degeo - IBGE

PARTE III

Tipologia dos Municípios Brasileiros: 1991

1 Introdução

A divisão territorial brasileira era constituída, em 1991, por 4.491 municípios e caracterizava-se por apresentar situação de grande heterogeneidade, em relação tanto ao número de municípios existentes em cada unidade federada quanto às diferenciações referentes ao contingente populacional e às condições socioeconômicas.

Nesse quadro de heterogeneidade, para facilitar a identificação dos tipos de municípios, procurou-se, neste estudo, à semelhança do que se realizou em estudo anterior (Ajara, 1988), reunir municípios que apontassem características estruturais e dimensionais semelhantes, definindo-se uma tipologia, isto é, classificando-os. Essa classificação de municípios constitui uma generalização que se faz necessária para fins de gestão do território, uma vez que subsidia a tomada de decisões – nas esferas pública e privada – centrada na abordagem do município como unidade analítica e operacional.

Assim, a tipificação dos municípios brasileiros procurou demonstrar, com certo grau de generalização, a inserção dos mesmos na organização socioespacial do país, tomando o processo de urbanização como vetor principal de diferenciação entre eles. Desse modo, os tipos de municípios identificados procuram refletir os distintos níveis de urbanização que, por sua vez, expressam as principais mudanças ocorridas na dinâmica regional brasileira, dada a crescente articulação do setor agropecuário com o setor industrial, nas últimas décadas.

A distribuição da população total brasileira, segundo o tamanho dos municípios, assinalava, em 1991, que dos 4.491 municípios existentes, apenas 466 possuíam população total superior a 50 mil habitantes, implicando a concentração de 61,3% do total populacional em apenas 10,4% do número total de municípios. Já os municípios com população total inferior ao patamar de 50 mil habitantes correspondiam a 89,6% do número total, abrigando 38,7% da população total brasileira. Por sua vez, os municípios com população total superior ao patamar de 1 milhão de habitantes compreendiam 21% da população total do país, concentrados em apenas 0,27% do número total de municípios. Já os com população total acima de 250 mil habitantes totalizavam apenas 1,5% dos municípios brasileiros, enquanto somente aqueles com população total inferior ao patamar de 10 mil habitantes correspondiam a 40% do número total (Tabela 1 e Figuras 1 e 2).

Com base nesses dados, pode-se constatar que, à época, os maiores contingentes populacionais estavam concentrados num reduzido número de municípios, enquanto os municípios com pequenos contingentes populacionais eram, numericamente, muito bem representados. Assim, tem-se que a grande maioria da população brasileira residia, em 1991, em municípios de grandes e médias dimensões demográficas.

Outra evidência da complexidade da questão municipal brasileira refere-se ao crescente dinamismo com que se processa a divisão territorial do país, tendo havido, em certos períodos, grande desmembramento das células territoriais, como pode ser constatado ao se comparar em vários períodos o número de municípios existentes por região e por unidade da Federação.

No período 1987-89, o número de municípios brasileiros apresentou crescimento de 5,9%, diminuindo para 1,5% no período 1989-90. No entanto, entre 1990 e 1991, esse crescimento passa a representar 7,4%, comprovando uma retomada da fragmentação da malha municipal brasileira.

TABELA 1
NÚMERO DE MUNICÍPIOS POR CLASSE DE POPULAÇÃO TOTAL (1991)

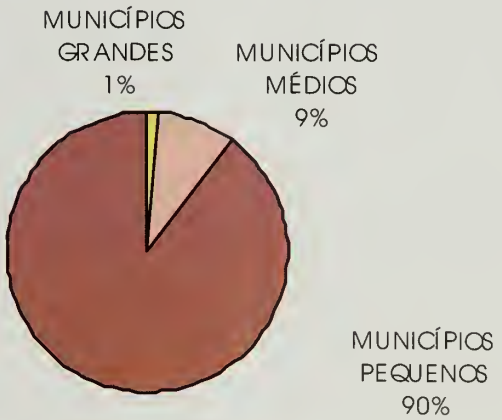
Municípios	Grupos de População Total (Hab.)	Nº de Municípios	% Nº Munic./ Nº Total	Nº Total Munic./ Grupos	% Nº Total Munic./ Total Brasil
	+ de 1.000.000	12	0,27		
Grandes	999.999 a 400.000	24	0,54		
	399.999 a 250.000	29	0,65	65	1,46
	249.999 a 150.000	58	1,29		
Médios	149.000 a 100.000	62	1,38		
	99.999 a 50.000	281	6,26	401	8,93
	49.999 a 30.000	404	9,00		
Pequenos	29.999 a 10.000	1.824	40,61		
	– de 10.000	1.797	40,00	4.025	89,61
Total		**4.491**	**100,00**	**4.491**	**100,00**

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991).

Na região Norte, houve, no período 1987-91, crescimento de 57,7% no número de municípios, enquanto na região Centro-Oeste o número de municípios diminuiu (- 3,3%). Isso pode ser explicado pela criação, em 1989, do estado do Tocantins, cujo território foi desmembrado do estado de Goiás, continuando este a pertencer à região Centro-Oeste e passando aquele a integrar a região Norte.

Em 1991, as regiões Nordeste e Sudeste detinham a maior quantidade de municípios existentes no país – 33,6% e 31,9%, respectivamente –, com destaque para os estados de Minas Gerais (723), São Paulo (572) e Bahia (415), que juntos reuniam 38,1% dos municípios brasileiros. Por outro lado, à exceção do Distrito Federal, aparecem Roraima e Amapá, com apenas oito e nove municípios, respectivamente, representando, ambos, 0,2% do total de municípios brasileiros (Tabelas 2 e 3 e Figuras 3, 4 e 5).

FIGURA 1: BRASIL – PORCENTAGEM TOTAL DE MUNICÍPIOS POR CLASSE DE POPULAÇÃO TOTAL (1991)



Fonte: IBGE – DGC – Degeo.

FIGURA 2: BRASIL – PORCENTAGEM DE MUNICÍPIOS POR CLASSE DE POPULAÇÃO TOTAL (1991)

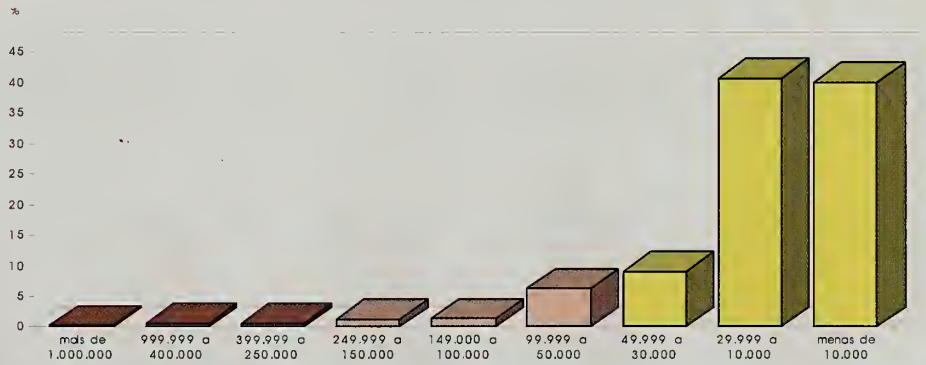


TABELA 2
BRASIL – NÚMERO DE MUNICÍPIOS POR ESTADO E REGIÃO (1987-91)

Estado/Região	1987		1988		1989		1990	Censo 1991
Rondônia	18		18	(+5)	23		23	23
Acre	12		12		12		12	12
Amazonas	59		59	(+3)	62		62	62
Roraima	8		8		8		8	8
Pará	87		87	(+18)	105		105	105
Amapá	5		5	(+4)	9		9	9
Tocantins[a]	0		0	(+79)	79		79	79
Região Norte	**189**		**189**	**(+109)**	**298**		**298**	**298**
Maranhão	132		132	(+4)	136		136	136
Piauí	116		116	(+2)	118		118	118
Ceará	152		152	(+26)	178		178	178
Rio Grande do Norte	151		151	(+1)	152		152	152
Paraíba	171		171		171		171	171
Pernambuco[b]	167	(+1)	168		168		168	168
Fernando de Noronha[b]	1	(– 1)	0		0		0	0
Alagoas	96		96	(+1)	97		97	97
Sergipe	74		74		74		74	74
Bahia	367	(– 1)	366	(+1)	367	(+48)	415	415
Região Nordeste	**1.427**		**1.426**	**(+35)**	**1.461**	**(+48)**	**1.509**	**1.509**
Minas Gerais	722		722	(+1)	723		723	723
Espírito Santo	58		58	(+8)	66	(+1)	67	67
Rio de Janeiro	66		66	(+3)	69	(+1)	70	70
São Paulo	572		572		572		572	572
Região Sudeste	**1.418**		**1.418**	**(+12)**	**1.430**	**(+2)**	**1.432**	**1.432**
Paraná	311		311	(+7)	318	(+5)	323	323
Santa Catarina	199		199	(+7)	206	(+11)	217	217
Rio Grande do Sul	244		244	(+89)	333		333	333
Região Sul	**754**		**754**	**(+103)**	**857**	**(+16)**	**873**	**873**
Mato Grosso do Sul	65		65	(+7)	72		72	72
Mato Grosso	82		82	(+13)	95		95	95
Goiás[a]	244		244	(– 60)(+27)	211		211	211
Região Centro-oeste	**391**		**391**	**(– 13)**	**378**		**378**	**378**
Distrito Federal	1		1		1		1	1
Total	**4.180**	**(– 1)**	**4.179**	**(+246)**	**4.425**	**(+66)**	**4.491**	**4.491**

Fonte: IBGE (Departamento de Estruturas Territoriais).
Notas: (a) O Estado do Tocantins foi desmembrado de Goiás em 1989 e passou a pertencer à Região Norte.
(b) Fernando de Noronha passou a ser um distrito estadual de Pernambuco, em 1988.

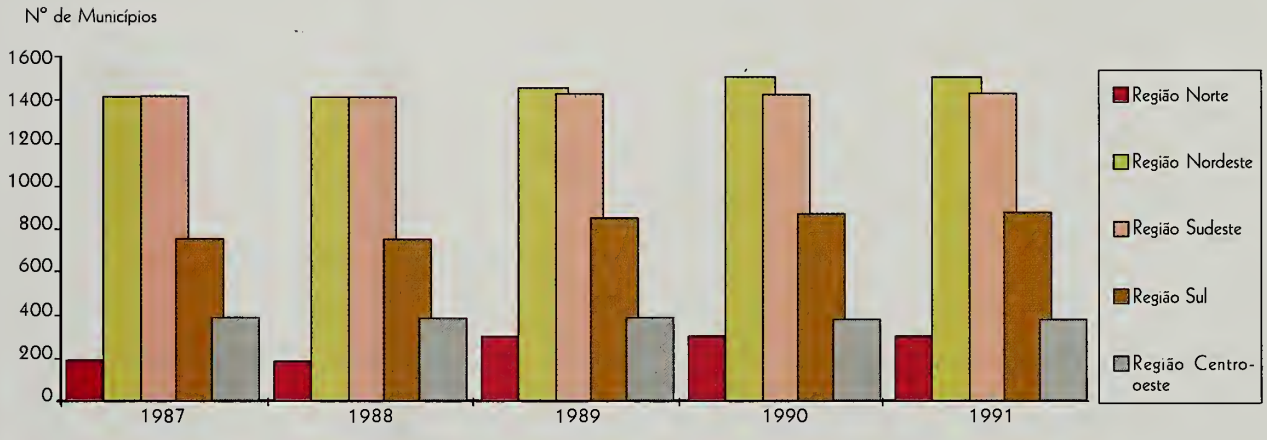
TABELA 3
BRASIL – NÚMERO E PORCENTAGEM DE MUNICÍPIOS POR ESTADO E REGIÃO (1991)

Estado	Número de Municípios	% em relação ao Brasil
Minas Gerais	723	16,1
São Paulo	572	12,74
Bahia	415	9,24
Rio Grande do Sul	333	7,41
Paraná	323	7,19
Santa Catarina	217	4,83
Goiás	211	4,7
Ceará	178	3,96
Paraíba	171	3,81
Pernambuco	168	3,74
Rio Grande do Norte	152	3,38
Maranhão	136	3,03
Piauí	118	2,63
Pará	105	2,34
Alagoas	97	2,16
Mato Grosso	95	2,12
Tocantins	79	1,76
Sergipe	74	1,65
Mato Grosso do Sul	72	1,6
Rio de Janeiro	70	1,56
Espírito Santo	67	1,49
Amazonas	62	1,38
Rondônia	23	0,51
Acre	12	0,27
Amapá	9	0,2
Roraima	8	0,18
Distrito Federal	1	0,02
Total	**4.491**	**100**

Região	Número de Municípios	% em relação ao Brasil
Nordeste	1.509	33,60
Sudeste	1.432	31,89
Sul	873	19,44
Centro-oeste	378	8,42
Norte	298	6,64
Distrito Federal	1	0,02
Brasil	**4.491**	**100,00**

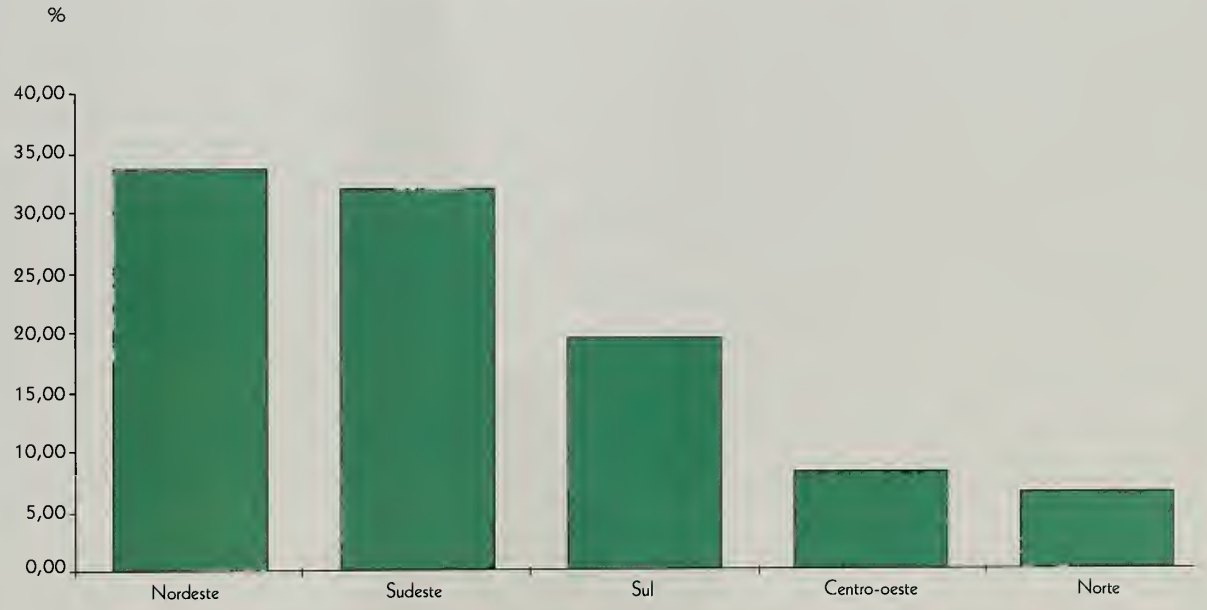
Fonte: IBGE (Departamento de Estruturas Territoriais).

FIGURA 3: BRASIL – NÚMERO DE MUNICÍPIOS POR REGIÃO (1991)



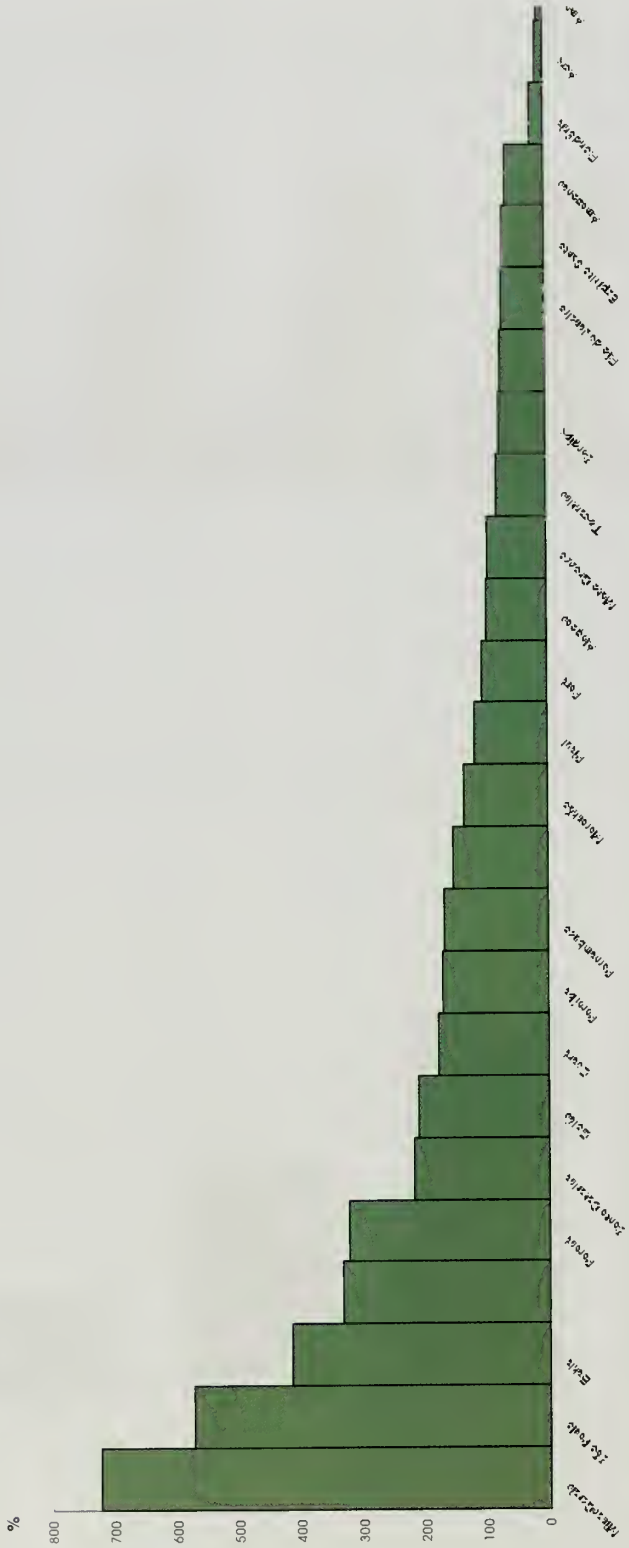
Fonte: IBGE – DGC – Detre.

FIGURA 4: BRASIL – PORCENTAGEM DE MUNICÍPIOS POR REGIÃO (1991)



Fonte: IBGE – DGC – Detre.

FIGURA 5: BRASIL – PORCENTAGEM DE MUNICÍPIOS POR ESTADO (1991)



As dimensões demográficas dos municípios brasileiros apresentavam, igualmente, um quadro marcado por grandes diferenciações. Em 1991, enquanto o município de São Paulo (SP) apresentava população total de 9.646.185 habitantes, o município de Borá (SP) registrava o menor contingente demográfico do país, com 751 habitantes.

2 Metodologia Operacional

A definição dos tipos de municípios efetuou-se segundo um processo de classificação a partir de cruzamentos matriciais sucessivos, com base nos seguintes indicadores: dimensão demográfica, dimensão econômica e grau de urbanização[1].

Para a dimensão demográfica, a variável considerada foi a população total do município. Trata-se de um indicador discriminatório para os municípios, tanto em termos produtivos, quanto em termos de consumo, já que o tamanho populacional pode ser tomado como uma *proxy* da massa de consumidores. Uma primeira simplificação da realidade consistiu na identificação de três grandes grupos populacionais, discriminando o universo de 4.491 municípios em:

- municípios de grandes dimensões demográficas – com população total superior a 250 mil habitantes (A, B e C);
- municípios de médias dimensões demográficas – com população total entre 250 mil e 50 mil habitantes (D, E e F); e
- municípios de pequenas dimensões demográficas – com população total inferior a 50 mil habitantes (G, H e I).

No que se refere à dimensão econômica dos municípios, considerou-se como indicador a estrutura produtiva, aferida por meio da ocupação produtiva da população, ou seja, das atividades econômicas exercidas pela População Economicamente Ativa (PEA) dos municípios. No processo classificatório adotado, foram considerados três grupos de atividades: as agropecuárias, as industriais e as terciárias. As variáveis utilizadas foram a percentagem da PEA nas atividades agropecuárias, nas atividades industriais e nas atividades terciárias em relação à PEA total do município. Essa análise, efetuada segundo a ocupação produtiva da população, representou uma segunda simplificação da realidade municipal brasileira, tendo resultado na seguinte classificação:

- dominante: primário (1); secundário (2); terciário (3) – igual ou superior a 60% da PEA no setor dominante;
- equilibrada (média) (4) – igual ou superior a 25%, e igual ou inferior a 40% em cada um dos setores;
- complexa (baixa) (5) – inferior a 25% em um dos setores e quando nenhum dos dois outros setores tenha igual ou superior a 60%.

Em seguida, processou-se novo cruzamento matricial que contemplou, além da estrutura produtiva e da dimensão demográfica, o grau de urbanização dos municípios, obtido por meio da relação entre a população urbana e a população total do município, segundo a classificação a seguir:

- muito forte (A) – municípios com grau de urbanização acima de 75%[2];
- forte (B) – municípios com grau de urbanização entre 75% e 50%;
- moderado (C) – municípios com grau de urbanização entre 50% e 25%;
- fraco (D) – municípios com grau de urbanização abaixo de 25%.

A escolha desse indicador para aferir o grau de urbanização dos municípios baseia-se no fato de que, quanto maior for a proporção de população urbana, maior será a expressão das atividades urbanas – comércio, serviços e indústria. Assim, entende-se que esse indicador atendeu aos objetivos da tipologia, por sintetizar a expressão do processo de urbanização no país.

Os cruzamentos matriciais efetuados conduziram à identificação de três grandes conjuntos: municípios urbanos; municípios em transição para o urbano; e municípios rurais (Tabela 4 e Figura 6). Os municípios componentes das regiões metropolitanas[3], núcleo e periferia, foram identificados em um grupo específico, dada a singularidade que os mesmos apresentam no contexto das diversas escalas da urbanização brasileira.

Por fim, cumpre salientar que o posicionamento dos municípios brasileiros, segundo os tipos identificados com base nos dados censitários de 1991, evidenciou o poder discriminatório relativo aos indicadores adotados no processo classificatório – dimensão demográfica, dimensão econômica e grau de urbanização (Tabelas 5 e 6) –, permitindo a comparação com o estudo efetuado com base nos dados do Censo Demográfico de 1980 (Tabela 7 e Figura 7).

[1] Para a presente classificação, foram considerados os mesmos indicadores utilizados na "Tipologia dos Municípios Brasileiros – 1980". A respeito, ver Ajara (1988).

[2] Esse valor foi considerado como limite na classificação do grau de urbanização, pois é, aproximadamente, o valor da taxa de urbanização do Brasil, em 1991.

[3] Embora em 1991, período referente aos dados utilizados, existissem, oficialmente, apenas nove regiões metropolitanas, foram consideradas as 16 existentes no momento da elaboração do estudo.

TABELA 4
NÚMERO DE MUNICÍPIOS POR TIPO (1991)

Tipologia Adotada	Freqüência Absoluta	Relativa (%)
Municípios Urbanos de Grandes Dimensões Demográficas	65	1,45
Municípios Urbanos de Médias Dimensões Demográficas	273	6,08
Municípios Urbanos de Pequenas Dimensões Demográficas	622	13,85
Total dos Municípios Urbanos	**960**	**21,38**
Municípios em Transição para o Urbano de Grandes Dimensões Demográficas	0	0
Municípios em Transição para o Urbano de Médias Dimensões Demográficas	80	1,78
Municípios em Transição para o Urbano de Pequenas Dimensões Demográficas	1.306	29,07
Total dos Municípios em Transição para o Urbano	**1.386**	**30,85**
Municípios Rurais de Grandes Dimensões Demográficas	0	0
Municípios Rurais de Médias Dimensões Demográficas	48	1,07
Municípios Rurais de Pequenas Dimensões Demográficas	2.097	46,7
Total dos Municípios Rurais	**2.145**	**47,77**
Total dos Municípios	**4.491**	**100**

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991).

QUADRO 1
TIPOLOGIA ADOTADA E TIPOS DEFINIDOS

Tipologia Adotada	Dimensão Demográfica	Dimensão Econômica	Grau de Urbanização
Municípios Urbanos de Grandes Dimensões Demográficas	A, B ou C	2, 3, 4 ou 5	A
Municípios Urbanos de Médias Dimensões Demográficas	D, E ou F	2, 3, 4 ou 5	A
Municípios Urbanos de Pequenas Dimensões Demográficas	G, H ou I	2, 3, 4 ou 5	A
Municípios em Transição para o Urbano de Grandes Dimensões Demográficas	A, B ou C	2, 3, 4 ou 5	B
Municípios em Transição para o Urbano de Médias Dimensões Demográficas	D, E ou F	2, 3, 4 ou 5	B
Municípios em Transição para o Urbano de Pequenas Dimensões Demográficas	G, H ou I	2, 3, 4 ou 5	B
Municípios Rurais de Grandes Dimensões Demográficas	A, B ou C	1, 4 ou 5	C ou D
Municípios Rurais de Médias Dimensões Demográficas	D, E ou F	1, 4 ou 5	C ou D
Municípios Rurais de Pequenas Dimensões Demográficas	G, H ou I	1, 4 ou 5	C ou D
Tipos Definidos			
Municípios Urbanos de Grandes Dimensões Demográficas	A, B ou C	3, 4 ou 5	A
Municípios Urbanos de Médias Dimensões Demográficas	D, E ou F	2, 3, 4 ou 5	A
Municípios Urbanos de Pequenas Dimensões Demográficas	G, H ou I	2, 3, 4 ou 5	A
Municípios em Transição para o Urbano de Médias Dimensões Demográficas	D, E ou F	3, 4 ou 5	B
Municípios em Transição para o Urbano de Pequenas Dimensões Demográficas	G, H ou I	2, 3, 4 ou 5	B
Municípios Rurais de Médias Dimensões Demográficas	E ou F	1, 4 ou 5	C ou D
Municípios Rurais de Pequenas Dimensões Demográficas	G, H ou I	1, 4 ou 5	C ou D

TABELA 5
NÚMERO DE MUNICÍPIOS E POPULAÇÃO TOTAL POR TIPO (1991)

Tipologia Final	Nº Municípios (sem RM)		Pop. Total (sem RM)	
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluto	Relativo (%)
Municípios Urbanos de Grandes Dimensões Demográficas	29	0,68	12.827.526	13,17
Municípios Urbanos de Médias Dimensões Demográficas	212	4,94	20.952.080	21,51
Municípios Urbanos de Pequenas Dimensões Demográficas	576	13,41	10.786.485	11,07
Total dos Municípios Urbanos	**817**	**19,02**	**44.566.091**	**45,76**
Municípios em Transição para o Urbano de Médias Dimensões Demográficas	74	1,72	5.891.987	6,05
Municípios em Transição para o Urbano de Pequenas Dimensões Demográficas	1.277	29,73	16.671.912	17,12
Total dos Municípios em Transição para o Urbano	**1.351**	**31,46**	**22.563.899**	**23,17**
Municípios Rurais de Médias Dimensões Demográficas	46	1,07	2.959.471	3,04
Municípios Rurais de Pequenas Dimensões Demográficas	2.081	48,45	27.311.844	28,04
Total dos Municípios Rurais	**2.127**	**49,52**	**30.271.315**	**31,07**
Total dos Municípios (exceto das RM)	**4.295**	**100,00**	**97.401.305**	**66,35**
Total dos Municípios (apenas das RM)	**196**	**4,36**	**49.395.936**	**33,65**
Total dos Municípios	**4.491**	**100,00**	**146.797.241**	**100,00**

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991).

QUADRO 2
DESCRIÇÃO DOS INDICADORES POR TIPO DE MUNICÍPIOS

Municípios Urbanos:

de grandes dimensões demográficas (Tipo 1)
- população total superior a 250 mil habitantes
- grau de urbanização superior a 75%
- estrutura produtiva dominantes secundária e terciária, predominantemente

de médias dimensões demográficas (Tipo 2)
- população total entre 250 mil e 50 mil habitantes
- grau de urbanização superior a 75%
- estrutura produtiva dominantes secundária e terciária, predominantemente

de pequenas dimensões demográficas (Tipo 3)
- população total inferior a 50 mil habitantes
- grau de urbanização superior a 75%
- estrutura produtiva dominantes secundária e terciária, predominantemente

Municípios em Transição para o Urbano:

de grandes dimensões demográficas (sem representantes)
- população total superior a 250 mil habitantes
- grau de urbanização entre 75% e 50%
- estrutura produtiva dominantes secundária e terciária, predominantemente

de médias dimensões demográficas (Tipo 4)
- população total entre 250 mil e 50 mil habitantes
- grau de urbanização entre 75% e 50%
- estrutura produtiva dominantes secundária e terciária, predominantemente

de pequenas dimensões demográficas (Tipo 5)
- população total inferior a 50 mil habitantes
- grau de urbanização entre 75% e 50%
- estrutura produtiva tipos: secundária, terciária, equilibrada e complexa

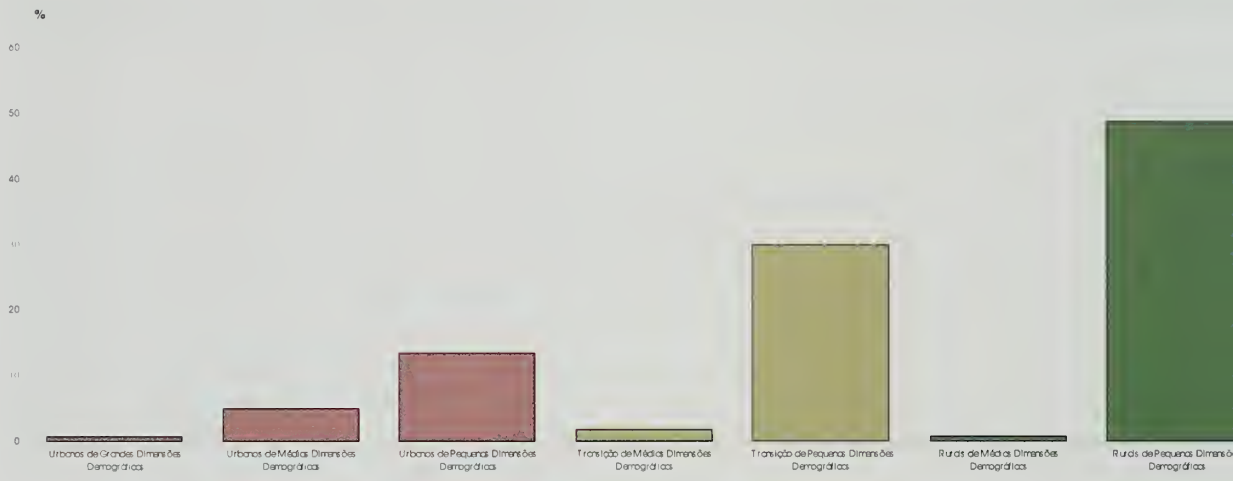
Municípios Rurais:

de grandes dimensões demográficas (sem representantes)
- população total superior a 250 mil habitantes
- grau de urbanização inferior a 50%
- estrutura produtiva dominante primária, predominantemente

de médias dimensões demográficas (Tipo 6)
- população total entre 250 mil e 50 mil habitantes
- grau de urbanização inferior a 50%
- estrutura produtiva dominante primária, predominantemente

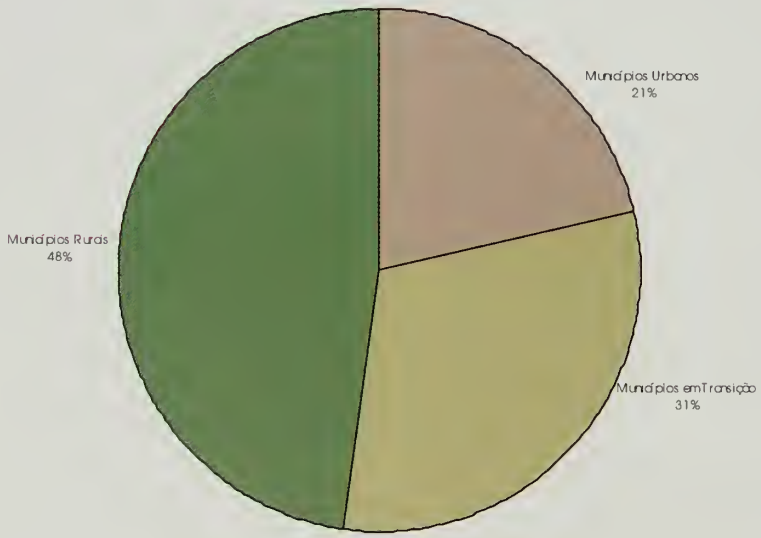
de pequenas dimensões demográficas (Tipo 7)
- população total inferior a 50 mil habitantes
- grau de urbanização inferior a 50%
- estrutura produtiva dominante primária, predominantemente

FIGURA 6: BRASIL – PORCENTAGEM DE MUNICÍPIOS POR TIPO (1991)



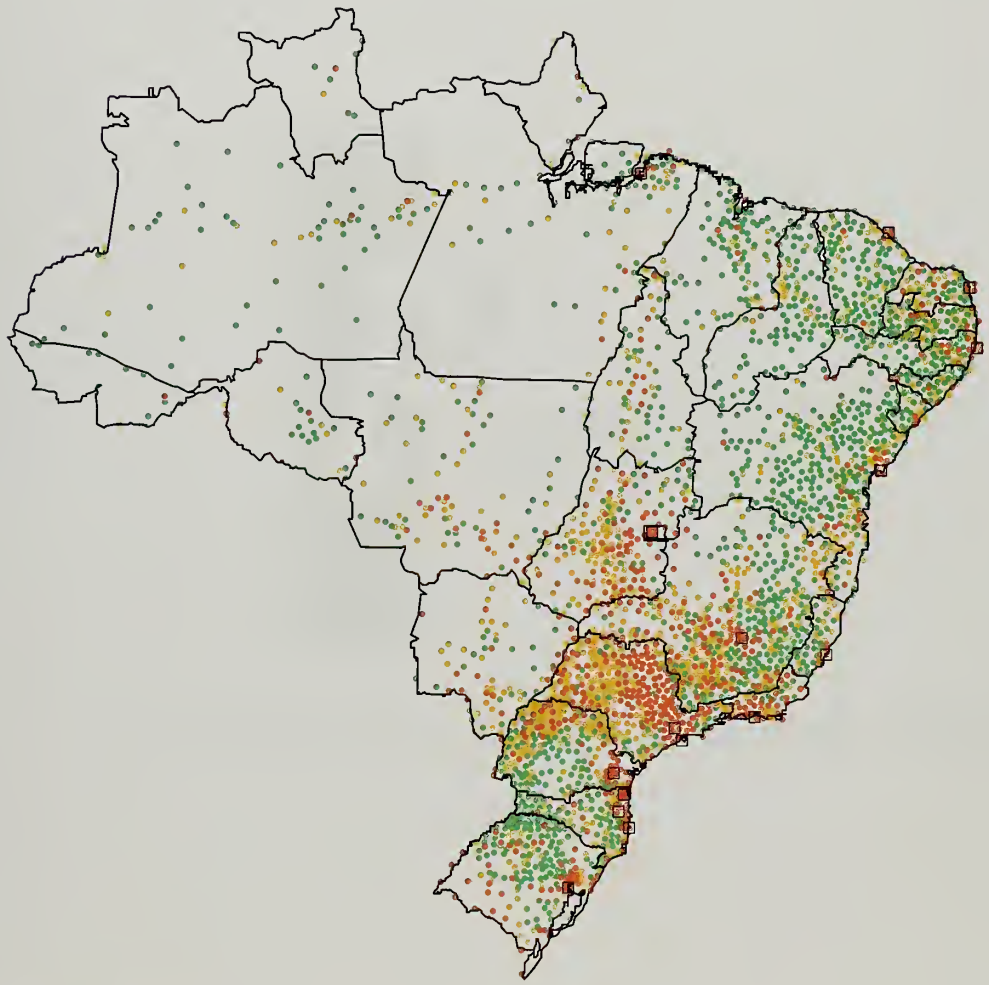
Fonte: IBGE – DGC – Degeo.

FIGURA 7: BRASIL – PORCENTAGEM TOTAL DE MUNICÍPIOS POR TIPO (1991)



Fonte: IBGE – DGC – Degeo.

MAPA
BRASIL – TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS (1991)



□ Regiões metropolitanas - núcleos

TIPOS DE MUNICÍPIOS
- Urbanos
- Em transição
- Rurais

0 335 670 km

N

Fonte: IBGE (Censo Demográfico, 1991).

Referências Bibliográficas

AJARA, C. (coord.) (1988) "Tipologia dos municípios brasileiros – 1980". In: *Cadernos de Geociências*. Rio de Janeiro, IBGE, n.1
BREMAEKER, F. (1997) *Evolução demográfica dos municípios das regiões metropolitanas brasileiras, segundo a base territorial de 1997 (1960/1991)*. Rio de Janeiro, Ibam (Série Estudos Demográficos, 19).
GONÇALVES, M. F. (org.) (1995) *O Novo urbano – impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
SANTOS, M. (1993) *A Urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec.

PARTE IV

Configuração e Dinâmica da Rede Urbana

CAPÍTULO I

Urbanização Mundial e no Brasil: Mudanças Recentes e Perspectivas[1]

Como abordam os economistas o modo como a economia organiza seu uso do espaço? Para respondê-lo em poucas palavras, a maioria deles simplesmente o ignora.
Paul Krugman, *The Self-Organizing Economy*

1 Introdução

O crescimento das cidades e, principalmente, o das megacidades, representa um dos fatos relevantes da história do século XX. Há duas gerações, os habitantes do planeta eram majoritariamente rurais. Hoje, eles vivem, em sua maioria, nas cidades. Essa transição, que se acelerou a partir de meados do século, é resultado de um processo de urbanização inédito e complexo. A cidade hoje não é mais um aglomerado urbano cujas delimitações físicas são claramente definidas. Ela apresenta-se mais como um conglomerado de construções diversas, de redes de infra-estrutura, de centros comerciais e equipamentos públicos (de saúde, educação etc.), de subúrbios mais ou menos interligados. O centro urbano aparece cada vez mais fragmentado, social e espacialmente.

Mas, apesar disso, um estudo das mutações recentes do processo de urbanização deve ir além da simples idéia de crise urbana. Assim, podemos apontar uma *ordem escondida*, ou melhor, uma nova ordem urbana rompendo com os esquemas tradicionais de organização do espaço urbano. A cidade informacional se faz e se desfaz diariamente, por meio de uma dinâmica interna própria, que a integra aos inúmeros fluxos que caracterizam as novas formas do capitalismo mundial. Isso leva a novas formas de urbanidade como uma transformação de todos os equilíbrios econômicos existentes e mudanças profundas na hierarquia das cidades em termos regional, nacional e internacional.

O primeiro item deste capítulo identifica e analisa os fatores que, além do crescimento da população urbana, permitem medir esse processo de urbanização (taxa de urbanização, repartição da população urbana por regiões e estados, evolução do número das cidades, do tamanho das aglomerações urbanas etc.). O segundo item aborda as questões relativas ao funcionamento, à economia e à gestão das megacidades que lutam para atrair os investimentos das grandes firmas nacionais e multinacionais. Nesse contexto, a gestão dessas megalópoles constitui desafio permanente para todos os atores urbanos. O terceiro – e último – estuda as transformações recentes ocorridas nas redes e hierarquias das cidades no âmbito mundial.

2 As Dimensões da Urbanização Mundial

2.1 A Distribuição da População Urbana

O processo de urbanização, que podemos definir como a transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, decorre de mudanças plurisseculares que atingiram seu auge a partir dos anos 50 (Bairoch, s.d.). Para medir esse processo, devemos em primeiro lugar avaliar

[1] Elaborado em colaboração com o geógrafo Frédéric Monié.

o efetivo da população urbana e sua evolução no decorrer do tempo. Em especial devem ser apontadas as mutações profundas que sofreu a distribuição da população do planeta em conseqüência do excepcional crescimento urbano das últimas décadas. Em outras palavras, a análise da taxa de urbanização permite inferir informações que, apesar de suas limitações, possibilitam esboçar o estado da urbanização em um dado momento histórico.

2.1.1 Os efetivos da população urbana em escala mundial

No início do século XIX, a população urbana mundial não atingia 85 milhões de pessoas. Um século depois, o efetivo total é de 250 milhões. Entre 1900 e 1950, enquanto a população urbana crescia 240%, a população total do planeta crescia 49%. Mais recentemente, essa posição se confirmou. O número total de habitantes em cidades passou de 733 milhões para mais de 2 bilhões entre 1950 e 1990. Segundo o banco de dados *Geópolis*, elaborado por François Moriconi-Ebrard[2], no início dos anos 90, 2,27 bilhões de pessoas viviam em cidades de pelo menos 10 mil habitantes espalhadas pelo mundo. Esse valor representava o efetivo total da população mundial nos meados do século XX. E o processo continua, pois a estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para 2025 é de cerca de 5 bilhões de pessoas vivendo em cidades.

Dessa maneira, quase a metade dos habitantes do planeta vive em cidades. A segunda metade do século XX marcou uma ruptura radical na história plurissecular da urbanização mundial. Podemos quase falar de uma inflação urbana que alterou profundamente a distribuição da população no planeta. A maioria, cerca de 60% do total, vive em cidades de países em desenvolvimento. A pobreza constitui o horizonte quotidiano da maioria desses cidadãos. Isso significa outra ruptura com o imaginário da cidade como *locus* de ascensão social, que vigorava quando a urbanização era um processo que atingia os países industrializados ocidentais.

2.1.1.1 A repartição da população urbana

Hoje, a população urbana mundial se reparte em torno de alguns pólos bem identificados. O principal deles é constituído pelo continente europeu, que concentra – com exceção da Rússia – 343 milhões de cidadãos, numa superfície inferior a 5 milhões de quilômetros quadrados. Na América Latina, o conjunto das cidades ocupa um te ritório bem maior. Mas aqui podemos distinguir três pó los urbanos distintos com mais de 15 milhões de habitan tes: o estuário de La Plata, o sudeste do Brasil e o planalt central mexicano.

Da mesma maneira, os focos de urbanização d América do Norte, cujo território é três vezes superior a da Europa, são basicamente localizados no nordest (*megalópoles*) e no sudoeste dos Estados Unidos (Califó nia). Na África, um eixo urbano entre a Costa do Marfim Camarões, incluindo a Nigéria, concentra quase a metad da população urbana da África subsaariana. Na Ásia, Indonésia (em particular a ilha de Java) e a China, assi como o subcontinente indiano, aparecem como outro importantes focos urbanos. Mas o mais ativo pólo asiáti é constituído pelo Japão e os "três tigres" regionais (Taiwa Singapura e Hong-Kong).

Finalmente, a urbanização do mundo árabe-muçu mano, cujo centro de gravidade encontra-se no Egito, e tende-se de um lado pelo litoral mediterrâneo até Marro cos e do outro lado até a Turquia e o Irã.

TABELA 1
REPARTIÇÃO MUNDIAL DA POPULAÇÃO URBANA (1990)

Área Geográfica	População Urbana (x 1.000)	% Mundo
Grupo dos países em desenvolvimento	1.352,1	59,6
África	152,2	6,7
Mundo árabe-muçulmano	180,8	8,0
América Latina	302,6	13,3
Subcontinente indiano	280,7	12,4
Ásia do sudeste	123,8	5,5
Ásia oriental	309,2	13,6
Ilhas do Pacífico e do oceano Índico	2,8	0,1
Grupo dos países desenvolvidos	918,2	40,4
Ásia do Pacífico	188,3	0,3
América do Norte	199,8	0,8
Europa	343,2	15,1
Ex-URSS	171,6	7,6
Austrália e Nova Zelândia	15,2	0,7
Total Mundo	**2.270,3**	**100,0**

Fonte: Moriconi-Ebrard (1993).

[2] Existem pelo mundo 200 institutos nacionais de estatísticas definindo a população urbana e a extensão das cidades de maneira extre mamente diversa. Em face desse problema, François Moriconi-Ebrard elaborou um banco de dados mundiais que relaciona de maneir exaustiva as aglomerações que ultrapassaram 10 mil habitantes. Os critérios usados no *Geópolis* são rigorosamente idênticos, a fim d poder comparar as cidades do mundo identificadas e analisadas como entidades espaciais comparáveis a partir de dados homogêneos Ver Moriconi-Ebrard (1993).

Considerando os países individualmente, podemos notar que, ao longo das últimas décadas, algumas economias em desenvolvimento reforçaram suas respectivas posições. A Nigéria concentra um quarto da população urbana africana. O Brasil e o México já ultrapassaram os grandes países europeus. A Turquia, o Irã, o Paquistão, a Indonésia, as Filipinas e a Coréia do Sul seguem o mesmo caminho. A maioria desses países dispõe de grandes reservas de população rural para alimentar o crescimento urbano. Ao contrário, o peso de alguns países africanos torna-se irrelevante apesar do seu tamanho. Assim, em países como a Etiópia, o Sudão, e Moçambique, a população urbana é ainda largamente minoritária.

Os sete maiores países, em termos de efetivo de população urbana, concentram mais da metade da população urbana mundial. Na outra extremidade, 74 estados concentram menos de 1% da população mundial. São microestados (ilhas do Pacífico, do Caribe, do oceano Índico, Malta, Luxemburgo etc.) ou grandes estados pouco povoados (Botsuana, Gabão, Mauritânia, Etiópia, dentre outros).

2.1.1.2 O crescimento da população urbana

Desde os anos 50, a população urbana mundial conheceu um processo de crescimento excepcional. Em primeiro lugar, mesmo não apresentando o mesmo vigor em todas as regiões do mundo, esse processo atingiu o planeta inteiro, inclusive os países-estados com movimentos demográficos pouco dinâmicos. Estes últimos sofreram declínio relativo, visto que os países industrializados concentravam, no início dos anos 90, 40% da população urbana mundial, contra 64% em 1950.

Em 1973, os países em desenvolvimento ultrapassaram os industrializados. Desde então, esse crescimento é contínuo em detrimento das economias industrializadas. O crescimento mais relevante ocorreu na África, que em 40 anos teve sua população urbana multiplicada por 12. Nos últimos anos, porém, ao contrário da América Latina e do mundo árabe-muçulmano, o crescimento da população urbana desse conjunto de países em desenvolvimento tende a diminuir. Na Ásia, as políticas de controle do crescimento urbano em vários países (China, Vietnã, Laos, Birmânia etc.) explicam a falta de vigor do aumento da população urbana.

Ao termo de um processo de urbanização em massa do planeta, a população urbana mundial apresenta uma distribuição espacial muito mais equilibrada que há 50 anos. Existem hoje vários pólos urbanos espalhados pelo mundo. Muitos deles pertencem ao mundo em desenvolvimento; alguns são herdeiros de antigas civilizações urbanas (Índia, Mundo Árabe, América Central, Nigéria) e contrabalançam o peso das grandes regiões urbanas ocidentais (*megalópoles* européia e norte-americana) ou japonesas.

2.1.1.3 A velocidade da urbanização

Segundo dados compatibilizados por *Geópolis*, o índice de urbanização do mundo eleva-se a 42,5% em 1990, enquanto a ONU aponta, para o mesmo ano, um índice bruto de 45,2%. A variação entre esses indicadores decorre

TABELA 2
OS GRANDES PAÍSES PELO EFETIVO DA POPULAÇÃO URBANA

Posição	País	Efetivo	% Mundial	% Acumulado
1	China	205,3	12,1	12,1
2	Estados Unidos	159,1	9,4	21,5
3	Índia	146,9	8,7	30,2
4	Japão	106,3	6,3	36,4
5	Rússia	88,0	5,2	41,6
6	Brasil	71,8	4,2	45,8
7	Alemanha	56,3	3,3	49,2
8	Grã-Bretanha	43,0	2,5	51,7
9	Itália	40,2	2,4	54,1
10	México	38,7	2,3	56,3
11	Indonésia	34,2	2,0	58,4
12	França	33,6	2,0	60,3
13	Coréia do Sul	28,7	1,7	62,0
14	Espanha	28,1	1,7	63,7
15	Ucrânia	26,9	1,6	65,3

Fonte: Moriconi-Ebrard (1993).

principalmente das grandes diferenças entre os patamares usados para definir a população urbana. Na Dinamarca, qualquer aglomerado de mais de 200 habitantes é considerado urbano. Na França, esse patamar é de 2 mil habitantes, enquanto na Coréia do Sul não existe definição para a população de aglomerados plurimunicipais. Nesse caso, a população das cidades-dormitório em torno do município-cabeça é automaticamente considerada como rural (Moriconi-Ebrard, 1993, p. 23). Faltam dados para alguns países, para os quais só estão disponíveis estimativas gerais e imprecisas.

Os países com maior taxa de urbanização apresentam geralmente territórios pequenos. Alguns deles, como Hong-Kong, Singapura, Mônaco ou o Kuwait, têm cerca de 100% de cidadãos. Podemos também observar que a taxa de urbanização aparece correlata a vários determinantes. O primeiro deles é o nível de desenvolvimento do país. Assim, os países industrializados apresentam uma taxa superior à média mundial. Da mesma maneira, no Mundo Árabe, na África e na América Latina, os países mais ricos são também os mais urbanizados (Moriconi-Ebrard, 1993, p. 25). Devemos também considerar as condições naturais que podem influir na taxa de urbanização. As regiões caracterizadas por condições naturais extremas apresentam taxas de urbanização muito elevadas (Sibéria, Islândia, Canadá, Saara, Austrália etc.).

A taxa anual de incremento da população urbana apresenta seus valores mais elevados na Península Arábica e na África, ao sul do Saara, onde as taxas ultrapassam 3,76%. O vigor do atual processo tem sua origem em uma taxa de urbanização inicialmente muito baixa. Em 1950, por exemplo, ela era inferior a 2% em Oman, na Mauritânia, em Níger e em Uganda. Na escala mundial, essa taxa tende a diminuir de maneira sensível e regular ao longo do período 1950-90. Aparece aqui um fato novo que merece, todavia, ser relativizado, pois as taxas atuais são superiores às verificadas ao longo dos séculos passados e nada prova que essa tendência de diminuição vai continuar nas próximas décadas.

2.1.2 A expansão do *semis* das cidades

O processo de urbanização do planeta, nessas últimas décadas, deu-se por meio do aumento da superfície das cidades existentes e da multiplicação do número dos centros urbanos. Como no caso da população urbana, podem-se apontar alterações profundas na localização das aglomerações na superfície da Terra. Hoje, observa-se, por exemplo, que a população residente nos grandes aglomerados urbanos cresceu, no período, mais pelo ingresso de novas cidades nessa categoria do que pelo aumento da concentração naqueles já existentes. A densidade do *semis*[3] das cidades conheceu também mutações significativas.

2.1.2.1 O número das cidades

Em 1990, o número total de aglomerações com mais de 10 mil habitantes era, segundo *Geópolis*, de 26 mil, contra 21 mil no início dos anos 80. Se considerarmos o fato de que na França existem mais de 36 mil municípios, que a Índia concentra mais de 600 mil povoados e o México cerca de 125 mil unidades de povoamento (*localidades*), esse total representa uma ínfima minoria dos estabelecimentos humanos registrados no mundo (Moriconi-Ebrard, 1993, p. 59). Mas, apesar disso, essas 26 mil cidades concentram mais de dois quintos da humanidade. Existem, assim, 4 mil núcleos de mais de 100 mil habitantes, 250 de mais de 1 milhão, 40 de mais de 5 milhões e 15 megacidades que concentram mais de 10 milhões de cidadãos.

2.1.2.2 A repartição mundial das aglomerações

A maioria das cidades pertence ao mundo em desenvolvimento. A Ásia do Sul concentra um quarto delas, enquanto a China e a América Latina, um quinto do total. Ao inverso, o continente africano conta ainda com um número reduzido de aglomerações urbanas.

TABELA 3
REPARTIÇÃO MUNDIAL DAS CIDADES (1980)

Área Geográfica	Número de Cidades	Total Mundial %
Grupo dos países em desenvolvimento	11.397	54,7
África subsaariana	1.567	7,5
Mundo árabe-muçulmano	1.817	8,7
América Latina	2.217	10,6
Subcontinente indiano	2.692	12,9
Ásia do sudeste	951	4,6
Extremo Oriente	2.101	10,1
Ilhas do Pacífico e do Oceano Índico	52	0,2
Grupo dos países desenvolvidos	9.448	45,3
Ásia do Pacífico	1.421	6,8
América do Norte	1.229	5,4
Europa	4.950	23,7
Ex-URSS	1.833	8,8
Austrália – Nova Zelândia	114	0,5
Total Mundo	20.954	100,0

Fonte: Moriconi-Ebrard (1993).

[3] *Semis* em francês significa semeadura, isto é, o processo espontâneo de formação dos núcleos urbanos.

Por áreas geográficas, a distribuição reforça a posição da Europa, que reúne mais de 20% das cidades em um espaço representando 8% dos territórios urbanizados do planeta. A Europa (fora CEI) concentra 4,5 vezes mais cidades que a América do Norte. O pólo europeu prolonga-se em torno do mar Mediterrâneo até a parte ocidental da antiga União Soviética. Na América Latina, apesar do aumento regular do número das cidades, o sistema urbano apresenta uma configuração bastante concentrada.

Como no caso da população urbana, a distribuição das cidades aparece muito concentrada num pequeno número de países. Assim, nove países concentram mais da metade dos estabelecimentos urbanos do planeta. Alguns deles são países de superfície e de população urbana relativamente limitadas, como a Alemanha, que reúne um número de cidades superior ao de países de grandes extensões territoriais, como os Estados Unidos, a Rússia ou o Brasil. A Holanda (40 mil quilômetros quadrados e 15 milhões de habitantes) reúne mais cidades do que a Argentina (2,7 milhões de quilômetros quadrados e 30 milhões de habitantes). Mais uma vez, dos grandes países, a China e a Índia destacam-se pelo grande número de entidades urbanas.

O número de cidades com mais de 10 mil habitantes duplicou entre 1950 e 1990. No mesmo período, a população urbana mundial foi multiplicada por 3,4. François Moriconi-Ebrard verifica que a urbanização da população foi superior à urbanização dos territórios ao longo das ultimas décadas (Moriconi-Ebrard, 1993, p. 64). Essa evolução mostra que o processo de concentração urbana é largamente superior ao de difusão de cidades.

Por outro lado, o aumento do número das cidades é mais rápido nos países em desenvolvimento do que nos países industrializados. Desde 1968, a maior parte das aglomerações pertence aos países em desenvolvimento. Mas sua dinâmica manifesta-se, às vezes, diferentemente da evolução da população urbana. Assim, no Extremo Oriente, a proporção da população urbana em relação ao total mundial ficou estável desde 1950, enquanto se registrava um importante declínio relativo do número das cidades. É essa região que apresentou o processo de concentração urbana mais relevante. Na Europa, o declínio relativo do número de cidades no total mundial aparece menos acentuado que o declínio registrado para a população urbana. Esse fenômeno pode ser interpretado como a tradução de novas dinâmicas nos sistemas urbanos europeus, nos quais as cidades pequenas apresentam crescimento vigoroso, sobretudo em torno dos grandes centros urbanos. No outro extremo, o continente africano conheceu expressivo crescimento do número de aglomerações, que representavam 7,5% do total mundial, em 1980, contra 2,8% há 30 anos (Moriconi-Ebrard, 1993, p. 67).

TABELA 4
OS GRANDES PAÍSES PELO NÚMERO DE CIDADES (1980)

Posição	País	Número de Cidades	% Acumulado
1	Índia	2.244	10,7
2	China	2.000	20,3
3	Japão	1.025	25,1
4	Estados Unidos	1.095	30,4
5	Rússia	986	35,1
6	Alemanha	940	39,5
7	Brasil	857	43,6
8	Itália	736	47,1
9	Egito	668	50,3
10	Nigéria	624	53,3
11	Grã-Bretanha	535	55,9
12	França	405	57,8
13	Espanha	378	59,6
14	México	376	61,4
15	Indonésia	362	63,1

Fonte: Moriconi-Ebrard (1993).

2.1.2.3 A densidade do *semis* das cidades

A densidade do *semis* das cidades traduz, de maneira concreta, a intensidade da urbanização de um território. De fato, ela induz a noção de distância média entre as cidades e assim dá uma idéia das relações existentes entre elas. Assim, esse aspecto da urbanização é um indicador que se aproxima bastante da idéia de rede ou sistema urbano. Aplicada ao banco de dados *Geópolis*, essa distância varia de nove a 200 quilômetros em função dos países (Moriconi-Ebrard, 1993, p. 70). A variação depende evidentemente do tamanho e da configuração geográfica geral do país considerado. Muitos deles concentram a maior parte das aglomerações urbanas ao longo dos eixos de transporte, como na Sibéria oriental; de uma fronteira, como no Canadá; ou, mais freqüentemente, no litoral do país (Argélia, Brasil, Japão etc.).

Moriconi-Ebrard demonstra que, desde 1950, podemos observar um crescimento relevante do número das cidades nos países em que existia uma rede urbana pouco densa (África Central e Oriental, por exemplo) (Moriconi-Ebrard, 1993, p. 72). Ao contrário, em certas regiões do mundo, em particular na Zona do Pacífico do Continente Asiático (Japão, Coréia etc.), onde o *semis* das aglomerações urbanas é tradicionalmente antigo, observamos estagnação e, em certos casos, diminuição do número das cidades, apesar do crescimento da população urbana.

2.1.3 Das cidades às megacidades: a metropolização do mundo

Na longa história da urbanização do mundo, as últimas décadas destacam-se pelo aumento sem precedente do tamanho das cidades. No final do século XX, a figura da metrópole plurimilionária em habitantes tornou-se um fato comum no mundo e, mais recentemente, um dos grandes problemas do mundo contemporâneo, que contribuiu largamente para degradar a imagem da cidade em busca de novas formas de *urbanidade*[4].

2.1.3.1 A evolução geral do tamanho das cidades

A banalização da figura da grande metrópole constitui fato recente, porém, desde o início do século XIX, o mundo contava com cidades de milhões de habitantes (Bairoch, s.d.). Em 1900, já existiam 19 aglomerações com mais de 1 milhão de habitantes. Essas cidades, contudo, eram resultantes de um processo de urbanização às vezes plurissecular e representavam apenas 1,9% da população total do planeta.

Ao longo do século XX, o processo de difusão espacial das grandes e, depois, das megacidades foi muito mais rápido. Entre 1900 e 1990, enquanto a população mundial era multiplicada por três, o número de cidades com mais de 1 milhão de habitantes foi multiplicado por 18 e o de mais de 6 milhões de pessoas foi multiplicado por 28. No mesmo período, o número de cidades com mais de 100 mil habitantes conheceu um aumento bem mais razoável.

Parte significativa desse processo ocorreu nos países em desenvolvimento, que concentravam, em 1990, 174 das quase 300 cidades do mundo que ultrapassam o patamar simbólico de 1 milhão de habitantes.

Em termos regionais, esse crescimento pode representar uma mudança extraordinária, como no caso da África, onde até 1940 não havia nenhuma cidade com mais de 1 milhão de habitantes. Depois de 50 anos, o continente conta com 23 dessas grandes aglomerações. Na América Latina, as grandes cidades tornaram-se metrópoles gigantes, em parte graças à tecnologia moderna, que desde o início desse século permitiu a expansão muito rápida da mancha urbana. Rio de Janeiro, Buenos Aires e Cidade do México dotaram-se de infra-estruturas às vezes semelhantes às dos países europeus, no que se refere a transportes, distribuição de energia elétrica, esgotos etc.[5]

Apesar disso, a velocidade do crescimento do conjunto dessas grandes cidades tende a diminuir, de forma regular e rápida, a partir dos anos 50. Desde essa época, o número de cidades de 10 mil a 1 milhão de habitantes aumentou 144%, enquanto o das cidades de mais de 1 milhão de habitantes aumentava em 247% (Moriconi-Ebrard, 1993, p. 114). Todavia, no mesmo período, a população da segunda categoria de cidades cresceu bem mais rápido do que a população das *cidades intermediárias*. Podemos concluir que o processo de concentração populacional nos grandes centros urbanos é mais relevante que o fenômeno de difusão espacial da urbanização. Mas, ao mesmo tempo, a relação entre crescimento populacional/crescimento do número de cidades é bem mais importante para as *cidades intermediárias*, o que demonstra o dinamismo dessa categoria de centros urbanos.

TABELA 5
REPARTIÇÃO DAS CIDADES COM MAIS DE 1 MILHÃO DE HABITANTES

Patamar: 1 Milhão de Habitantes	1900	1950	1960	1970	1980	1990
Número de cidades						
Países em desenvolvimento	2	32	51	73	108	174
Países industrializados	15	54	75	93	112	126
Número de habitantes (Em milhões)						
Países em desenvolvimento	2,5	67,3	120,7	195,2	311,4	487,5
Países Industrializados	34,4	151,1	212,9	280,9	335,9	384, 4
PED(*) (Em %)						
Número de cidades	6	37	40	44	49	58
Número de habitantes	4	31	36	41	48	56

Fonte: Moriconi-Ebrard (1993).
Obs.: (*) Países em desenvolvimento.

[4] Ver os trabalhos de Henri Lefevre, em particular *Le droit à la ville*, publicado em 1968.

[5] Sobre o caso do papel dos transportes no desenvolvimento do Rio de Janeiro, ver Monié (1997).

As grandes cidades cresceram muito rápido entre 1930 e 1950. A partir da década de 50, o processo de concentração da população urbana nas megacidades parece ceder lugar a certo processo de desconcentração no topo da hierarquia urbana mundial. É o aumento do número das grandes cidades que permite manter o ritmo do crescimento da população dos grandes centros urbanos. Isto não significa que se deve esquecer que o fato metropolitano, ocorrido ao longo do século XX, representa um fenômeno inédito na história da urbanização do mundo.

2.1.3.2 A banalização das grandes metrópoles

Pode-se definir a metrópole, em primeiro lugar, pelo seu tamanho populacional. Assim, em 1990, cinco aglomerações se aproximam ou já ultrapassam 16 milhões de habitantes. Para o ano 2000, as previsões são de 20 megacidades com mais de 10 milhões de habitantes.

TABELA 6
POPULAÇÃO DAS MEGACIDADES MUNDIAIS PARA O ANO 2000

Megacidade	País	População Mínima/Máxima (Em Milhões de Habitantes)	Cidades Conurbadas (População em Milhões de Habitantes)
Tóquio	Japão	30,5 - 39	Cidades do Kanto (6)
Megalópoles	Estados Unidos	25,5 - 40	Megalópoles Norte e Sul (13)
São Paulo	Brasil	21,0 - 25	Campinas, Jundiaí, São José...(4)
Seul	Coréia	21,0 - 22	
Los Angeles	Estados Unidos/México	15,6 - 20	São Diego, Tijuana (4)
Cidade do México	México	17,5 - 18	(0,5)
	Japão	15,3 - 17	Nara, Himeji (2)
Bombaim	Índia	15,2 - 17	Bhiwandi (1)
Manila	Filipinas	15,0 - 16	
Jacarta	Indonésia	13,3 - 15,5	
Nova Délhi	Índia	12,2 - 15,5	Gurgaon, Muradnagar... (1)
Calcutá	Índia	12,3 - 15	Rajpur, Chakdaha... (1)
Xangai	China	12,0 - 15	
Cairo	Egito	12,5 - 15	(0,5)
Rio de Janeiro	Brasil	14,2 - 15	(0,5)
Moscou	Rússia	12,4 - 13,5	Cidades-satélites (1)
Dacca	Bangladesh	10,0 - 13	
Buenos Aires	Argentina	11,8 - 12,5	(0,5)
Karachi	Paquistão	11,3 - 11,5	(1)
Beijing	China	9,7 - 11,5	(0,5)
Lagos	Nigéria	10,0 - 11,5	(0,5)
Istambul	Turquia	10,0 - 11	(0,5)

Fonte: Moriconi-Ebrard (1993).

Alguns dos grandes centros urbanos do mundo desenvolvido (Londres, Paris, Milão etc.) não se incluem mais na lista das maiores cidades do mundo no final do século XX. Depois de um desenvolvimento rápido e regular, basicamente alimentado pela Revolução Industrial, essas aglomerações sofreram queda brusca do ritmo de crescimento a partir dos anos 50, acelerando-se ainda mais a partir dos anos 70 (Guglielmo, 1996).

Nos países em desenvolvimento, o crescimento demográfico das grandes cidades tornou-se expressivo e muito rápido a partir dos anos 30. Mas as grandes cidades do Terceiro Mundo tornaram-se metrópoles só a partir dos anos 50, quando o processo de industrialização de alguns países (Brasil, México, Índia etc.) provocou a emergência de territórios metropolitanos economicamente integrados (os *bassins d'emplois* franceses). Todas essas cidades tornaram-se pouco a pouco megacidades, apesar da diminuição do seu ritmo de crescimento. Assim, o fenômeno da metropolização banalizou-se em países que contam com vários centros urbanos de mais de 1 milhão de habitantes.

Mesmo se o critério demográfico é amplamente utilizado para classificar os centros urbanos mundiais, o tamanho das cidades não deve ser o único instrumento de medida do processo metropolitano. Assim, algumas cidades de porte médio, como Bruxelas (sede das instituições da União Européia e importante centro de congressos), Genebra (sede de grandes instituições internacionais e de bancos importantes) e outras têm projeção mundial, apesar de não contarem com mais de algumas centenas de milhares de habitantes. De modo inverso, podemos nos questionar sobre a área de atuação de megacidades em população, como Kinshasa, Brazzaville ou Dacca. Hoje, o peso demográfico de um centro urbano não mais permite qualificar de maneira definitiva e absoluta seu lugar na hierarquia das cidades mundiais.

Com efeito, uma grande metrópole caracteriza-se também por seu papel de comando econômico, político, financeiro e cultural. As grandes aglomerações geralmente concentram forte proporção das atividades industriais, terciárias e comerciais. Muitas vezes capital administrativa de um país e/ou de uma região, a metrópole atrai os grandes bancos, as sedes das grandes empresas, as bolsas de valores etc. É também um centro comercial e cultural dinâmico, graças à qualidade dos equipamentos que atendem à demanda de uma classe média mais numerosa que nas cidades de porte inferior. Pode também ser um grande pólo universitário e/ou científico.

A área de influência da metrópole varia tradicionalmente em função da qualidade dos seus instrumentos de dominação políticos, econômicos, financeiros e culturais. Quanto mais eficientes forem estes, maior será a áre de influência do centro urbano. Logicamente, há mais o menos 20 anos, a inserção de uma cidade na rede mundia de telecomunicações, que possibilita a integração à red de especulação monetária e financeira, característica d período atual, constitui um fator de qualificação centra para essa aglomeração. É a partir desses critérios que de vemos desenhar a atual hierarquia das cidades do planet em metrópoles regionais, nacionais, internacionais e ago ra mundiais (Castells, 1989).

3 Funcionamento, Economia e Gestão das Megacidades: Dinâmicas Recentes

Desde alguns anos, as megacidades tornaram-s o motor e a substância do novo capitalismo internacio nal, além de suas características geográficas privilegia das (Veltz, 1997a). Ao longo das últimas décadas, elas so freram mutações, às vezes radicais, na organização inter na de seu espaço urbano. Essas dinâmicas em geral tra duzem as estratégias socioeconômicas e políticas dos ato res que definem a produtividade da cidade e seu grau d inserção nas redes do capitalismo internacional. Mas hoje, o funcionamento das metrópoles gigantes, segun do o tamanho espacial e populacional, tornou-se, sobre tudo nos países em desenvolvimento, um desafio em ur quadro muitas vezes definido como de crise urbana e ou metropolitana.

3.1 Mutações Recentes nas Megacidades

Em todos os países do mundo, o crescimento de mográfico das cidades foi acompanhado por uma expan são importante do território desses centros urbanos. A superfície urbanizada do Cairo foi multiplicada por trê somente entre 1950 e 1990; a de Seul, por 4,5 entre 1950 1980; e a de Bangcoc, por 22 entre 1942 e 1980. Essa ex pansão da mancha urbana apresentou características pe culiares em função das cidades[6], mas todas conheceram transformações profundas em sua estrutura espacia intra-urbana.

[6] Davidovich e Buarque de Lima (1975) analisam o caso da expansão das cidades brasileiras num artigo, hoje, clássico: "Contribuição a estudo de aglomerações urbanas no Brasil".

3.1.1 A evolução das áreas centrais

As áreas urbanas sofreram evoluções contrastantes ao longo do tempo. Após décadas caracterizadas por um adensamento demográfico e domiciliar acelerado, podemos observar, desde os meados dos anos 70, uma tendência inversa, em particular nas metrópoles dos países desenvolvidos. A cidade de Paris, por exemplo, atingiu seu auge populacional em 1921, antes de conhecer uma queda lenta, mas regular, do número de seus habitantes. Da mesma maneira, o Inner London começou a decrescer em 1900, antes que o processo de suburbanização da metrópole inglesa se acelerasse entre 1950 e 1970. Em Nova York, a população dos anos 90 é inferior em 30% à população do início do século. Nos países em desenvolvimento, esse processo ocorre principalmente nas cidades que já têm uma história plurissecular e atingiram um nível de desenvolvimento econômico bastante elevado, tais como: Cidade do México, São Paulo, Buenos Aires, Seul e outras.

Essa evolução não se deu de maneira uniforme dentro dos territórios fragmentados das grandes cidades. Com efeito, o comportamento demográfico é profundamente variável de um setor a outro, segundo sua função econômica e social dentro do organismo urbano. A migração de parte às vezes considerável da população e das empresas para fora dos núcleos centrais provocou freqüentemente um processo de degradação dessas áreas. A queda do preço do metro quadrado, após a crise do emprego e a migração da classe média para bairros mais periféricos, traduziu-se por uma ocupação parcial dos bairros centrais pelas camadas mais pobres da população: *ghettos* das cidades norte-americanas, *cortiços* no Brasil ou *casas de vecindades* no México. Essa situação provocou uma degradação dos serviços e dos equipamentos urbanos, ilustrada, por exemplo, pela grave crise enfrentada por Nova York nos meados dos anos 70.

O caso do Cairo oferece também uma visão caricatural da crise dos centros históricos das grandes cidades, com a integração dos cemitérios e dos tetos de prédios velhos e instáveis ao espaço residencial das populações pobres da capital egípcia (Chaline, 1990).

Hoje, esse processo de *downgrading* ou *implosion urbaine* é compensado por uma tendência inversa de *upgrading*, também chamada de *gentryfication* das áreas degradadas. Em Paris, esse processo, bastante antigo, traduziu-se pela expulsão gradual das populações pobres dos bairros renovados da metrópole em direção aos conjuntos habitacionais e as *villes nouvelles* da periferia. Mas, recentemente, a mesma tendência foi observada em Londres (projeto Docklands) e em Nova York (renovação do Lower East Side, Battery Park City etc.). As grandes metrópoles do mundo em desenvolvimento não escapam dessa tendência, às vezes paralela ao processo de degradação do tecido urbano. Assim, em Lagos, uma das maiores favelas da África foi inteiramente derrubada no final dos anos 80, a fim de permitir a expansão do bairro rico de Victoria Island. Em Buenos Aires, entre 1976 e 1982, as autoridades transferiram dezenas de milhares de pessoas do centro para a periferia da capital argentina. Apesar disso, núcleos de pobreza permanecem na proximidade dos bairros renovados. Em todos os casos, essas intervenções reforçam a segregação socioespacial.

3.1.2 A extensão dos distritos de negócios

De maneira geral, os bairros privilegiados estão localizados perto dos centros de negócios, os *Central Business District* (CBD) anglo-saxões, que representam a forma mais expressiva da centralidade urbana e, por conseqüência, da potência de uma metrópole. Esse *core* figura como um dos elementos mais característicos do sistema de relações entre estrutura interna e o sistema urbano organizado pela cidade. Procurado como expressão absoluta da centralidade, o centro de negócios pode ser também um fator de repulsão para alguns atores econômicos, em face do preço dos aluguéis, da congestão viária, do nível elevado de todas as formas de poluição etc. Esse conflito interno ao CBD explica sua evolução permanente em função das lógicas desenvolvidas pelos agentes socioeconômicos.

Existem algumas regras gerais que demonstram, por exemplo, uma tendência universal de difusão espacial do espaço de negócios nas suas margens mais próximas. Isso se traduz por uma transformação da função desses territórios, com a substituição dos apartamentos por escritórios. A mutação afeta também a forma urbana. A expressão mais freqüente dessa dinâmica é o processo de verticalização, observado tanto nos países avançados como nas economias mais desenvolvidas do Terceiro Mundo. Geralmente são as grandes empresas que alimentam essa dinâmica de difusão espacial do centro de negócios. O espraiamento do *core* de São Paulo, do centro histórico para a Avenida Paulista e, mais recentemente, para as avenidas Faria Lima, Berrini e a marginal do rio Pinheiros, ilustra bem essa evolução que se deve muito às novas formas de integração dessa aglomeração nos circuitos do capitalismo mundial.

Nas últimas décadas, os CBD sofreram queda geral de prestígio e, em certos casos, de potência. Nos Estados Unidos, a migração das classes médias em direção aos *subúrbios* afetou o dinamismo econômico dos núcleos centrais. Desde meados dos anos 80, podemos observar uma tentativa, às vezes muito bem-sucedida, de reconquista dos centros de negócios (Minneapolis, Nova York etc.). Nesse país, como no resto do mundo, esse processo complexo é ainda muito parcial e não contradiz a tendência à

descentralização das funções econômicas mais sofisticadas para novos centros de negócios, em uma nova forma de urbanização denominada genericamente de *Edge City*. Essa nova forma de urbanização, típica de Los Angeles, é descrita por Garreau (1992) como centros financeiros de novas construções com um mínimo de 464.500 metros quadrados de espaços para escritórios e 20 mil empregados por centro, nos quais as edificações baixas desaparecem bruscamente para dar lugar a edifícios altos e estacionamentos de vários andares.

O sucesso do bairro de La Défense, erguido num sítio inteiramente novo perto de Paris, e onde 120 mil pessoas trabalham nos escritórios de grandes firmas multinacionais, ilustra essa evolução, enquanto outras grandes empresas procuram uma localização mais afastada nas *villes nouvelles* da megacidade francesa (Guglielmo, 1996, p. 110-111). O caso parisiense demonstra a complexidade de um processo que mistura a difusão espacial lenta e regular dos CBD com a busca de novos espaços para fugir das suas deseconomias de aglomeração. Em todos os casos, essas evoluções incentivam a migração progressiva das populações em direção aos espaços periféricos.

3.1.3 O processo de periurbanização

O processo de expansão dos espaços periféricos começou cedo nos países anglo-saxões, onde a classe média já estava migrando rumo aos primeiros *subúrbios* no início do século XX. Imensas zonas de casas individuais desenvolveram-se nas periferias de Londres, Nova York ou em Los Angeles, cujo centro da cidade é hoje difícil de ser identificado. Nos Estados Unidos, onde esse processo atingiu seu auge, inúmeros pensadores imaginaram desde o início do século a dissolução da cidade. Ela seria um lugar funcionando apenas como uma simples rede de comunicações visíveis e invisíveis[7]. Mais recentemente, os estudos de Brian Berry sobre a contra-urbanização (*counter-urbanization*) desenvolveram teses similares sobre o declínio da cidade tradicional (Berry, 1976).

Essa migração em direção à periferia foi alimentada por forças centrípetas e centrífugas. A periurbanização acelerou-se com a elevação do nível de vida e o acesso progressivo da classe média ao carro individual, cuja generalização nos países industrializados contribuiu profundamente para as transformações sofridas pelas grandes cidades (Dupuy, 1995). O objetivo era procurar melhor qualidade de vida fora das grandes cidades, que apresentariam disfunções que afetariam o quotidiano da população, tais como: congestão viária, criminalidade, poluição, preço elevado dos aluguéis etc. As atividades econômicas acompanharam esse movimento, deslocando as funções terciárias básicas para as *corporate cities*, *villes nouvelles* etc. O processo foi impulsionado pelo progresso nos transportes, que alimentava as novas formas de migrações pendulares, pela evolução das telecomunicações e, muitas vezes, pela intervenção direta das autoridades para facilitar o acesso à moradia individual.

Entretanto, não se pode esquecer que, enquanto várias formas de subúrbios (*edge cities*, *outer-cities*, *exurbs* etc.) estavam desenvolvendo-se, os centros das cidades norte-americanas conheceram uma expansão notável do número de escritórios. Entre 1960 e 1990, foi construído o mesmo número de prédios que havia no início desse período. Mesmo se o crescimento foi ainda maior nas *corporate cities* da periferia, a natureza das atividades é bastante diferente. Os CBD tradicionais preservaram o essencial das funções de comando, isto é, os serviços de alto nível das empresas e todas as atividades que exigem contatos freqüentes entre os agentes econômicos ficaram concentrados no centro das cidades.

A suburbanização de parte das atividades econômicas não eliminou a função central dos centros de negócios tradicionais. Por sua vez, Moriconi-Ebrard observa que, nos Estados Unidos, se algumas cidades médias apresentam crescimento muito lento, a maior parte das outras cidades está atingindo um tamanho urbano expressivo, o que significa uma dimensão que parece ser um *optimum* no funcionamento do sistema urbano desse país (Moriconi-Ebrard, 1993, p. 132).

Nos países em desenvolvimento, o processo de periurbanização é mais recente e também mais incompleto. A lentidão desse movimento tem várias explicações. Em primeiro lugar, a classe média representa parte bem menos expressiva da população urbana. Além disso, a classe média foi uma das vítimas diretas da crise socioeconômica das décadas de 80 e 90. De fato, o número de pessoas que têm acesso ao carro individual continua relativamente modesto. Ao mesmo tempo, as camadas mais privilegiadas da população podem-se instalar em bairros exclusivos também localizados fora dos centros tradicionais. Um exemplo desse fenômeno pode ser observado nas grandes aglomerações latino-americanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Bogotá etc.), onde se desenvolvem novas formas de pensar, organizar e viver a cidade em condomínios exclusivos e segregados.

3.1.4 Os bairros periféricos das cidades do mundo em desenvolvimento

Se nos países industrializados o processo de ocupação da periferia urbana foi em primeiro lugar alimentado pela migração da aristocracia operária e da classe mé-

[7] Ver, em particular, Webber (1964).

dia em direção aos subúrbios, no resto do mundo a periferia urbana é o local de implantação das camadas pobres da população. Se existem ainda hoje, particularmente na Índia ou na China, imensos centros urbanos que lembram as *pedestrian cities* européias do século passado (altas densidades demográfica e domiciliar, deslocamentos não motorizados etc.), o fato marcante das últimas décadas foi o processo de crescimento espraiado e geralmente ilegal das periferias urbanas. Esse movimento de ocupação dos solos periurbanos constitui verdadeira ruptura na longa história da urbanização do planeta.

As modalidades de ocupação são distintas de uma metrópole para outra e de um país para outro. Mas de maneira geral começa por uma ocupação que, por meio do acesso a uma moradia precária, permite uma primeira inserção na sociedade urbana. A segunda etapa consiste na consolidação do alojamento. A última etapa é caracterizada pela instalação progressiva e parcial de serviços e equipamentos urbanos que precede, ou antecipa, dependendo do caso, a regularização do processo de ocupação. Nesses últimos anos, esse processo não sofreu alterações importantes. Todavia, podemos observar uma tendência ao melhoramento e à densificação dos bairros periféricos de inúmeras grandes cidades, muitas vezes impulsionada pela promoção social da primeira geração dos moradores.

Esse fenômeno se traduz pela construção de casas de dois ou três pavimentos, pela emergência de escolas privadas, pelo acesso a certas formas de tecnologia, como por exemplo o fax, hoje presente na sede de muitas associações de moradores, suprindo as deficiências na distribuição do correio. Esse processo de consolidação e modernização dos bairros populares mais antigos das periferias urbanas do Terceiro Mundo não deve, por enquanto, esconder o fato de que a segregação socioespacial continua sendo um problema particularmente agudo nas grandes aglomerações urbanas dos países em desenvolvimento.

3.2 A Economia das Megacidades

Depois de ter abordado as dinâmicas que afetam a organização espacial e funcional interna das grandes cidades, é necessário apontar as mutações relativas à economia desses centros urbanos. De fato, o ponto de vista geralmente adotado na análise das megacidades é o demográfico, que permite análises comparativas imediatas no espaço e no tempo. No entanto, é possível refinar essa análise com um estudo socioeconômico dessas metrópoles. Esse estudo pode considerar três tipos de fatores: a produtividade, as dinâmicas funcionais e os problemas de gestão das grandes aglomerações metropolitanas contemporâneas.

3.2.1 A produtividade das grandes aglomerações

Na medida em que os homens e as empresas se concentram nas cidades para produzir mais e melhor, pareceria pertinente calcular a produção das maiores aglomerações do mundo. Rémy Prud'homme estimou o PIB das metrópoles internacionais a partir da relação de sobreprodutividade da aglomeração, da população e das estimativas do Banco Mundial sobre o PIB dos respectivos países (Prud'homme, 1996).

A Tabela 7 demonstra a potência da metrópole de Tóquio, cujo PIB é duas vezes mais importante do que o da segunda cidade desse *ranking* global. Assim, a capital do Japão aparece hoje como a maior e a mais produtiva cidade do mundo. Depois de Tóquio, podemos identificar um grupo de seis centros urbanos, todos localizados nos países industrializados, constituindo de certa maneira o segundo nível da hierarquia econômica das metrópoles internacionais. Logo a seguir, observamos a existência de um grupo de grandes aglomerações do mundo em desenvolvimento (México, São Paulo etc.), cuja produção equivale globalmente à de cidades européias menos populosas (Milão, Madri etc.). Mesmo com um PIB bem menor do que o de Tóquio, essas cidades são mais produtivas do que muitos países do mundo.

Observamos também que a capacidade produtiva aumenta conforme o tamanho da cidade. Os Estados Unidos, o Japão, a Índia e o Brasil ilustram bem esta tese. Com efeito, para as empresas, a concentração é sinônimo de economias de aglomeração. Elas procuram acessibilidade, serviços de alto nível e sinergias intra e interfuncionais, em poucas palavras, um espaço funcional e eficiente. A *criatividade* do território considerado constitui outro fator cada vez mais importante para os investidores em busca de excelência e de inovações tecnológicas. As seis primeiras cidades consideradas, mais Boston e São Francisco, concentram hoje a maior parte das universidades e dos laboratórios de pesquisa de porte internacional (Prud' homme, 1996, p. 55).

Em termos de tendência, a Tabela 8 mostra a dinâmica econômica recente das megacidades.

A partir da Tabela 8, podemos constatar que as megacidades conheceram, desde 1980, crescimento econômico superior ao aumento da população urbana. Entretanto, somente Tóquio, Paris e Londres apresentam uma dinâmica da economia metropolitana superior ao crescimento do PIB nacional. Ao contrário, no caso de Osaka, houve declínio relativo do peso da cidade na economia japonesa. Esse movimento complexo confirma o lado heterogêneo da evolução da produtividade das grandes aglomerações. Se, de um lado, observa-se que Tóquio apresenta um crescimento econômico mais rápido na região

TABELA 7
AS AGLOMERAÇÕES MAIS PRODUTIVAS DO MUNDO COMPARADAS AO PIB DE PAÍSES SELECIONADOS

Aglomeração Metropolitana	PIB (US$ Bilhões)	Países selecionados	PIB (US$ Bilhões)
Tóquio (aglomeração)	854,4	Grã-Bretanha	975,2
Nova York	448,7	Brasil	414,2
Los Angeles (aglomeração)	326,5	China	364,9
Osaka (prefeitura)	322,0	China	364,9
Paris (Île de France)	318,1	China	364,9
Londres (aglomeração)	267,3	Índia	254,5
Chicago	229,6	México	237,8
Düsseldorf-Wuppertal	107,8	Indonésia	107,3
Seul	92,9	Turquia	96,5
Milão	82,2	Tailândia	80,2
México	79,2	Tailândia	80,2
São Paulo	69,7	Polônia	63,6
Madri	63,9	Polônia	63,6
Hong-Kong	59,7	Grécia	57,9
Roma	56,5	Grécia	57,9

Fonte: Prud'homme (1996).

central, a situação contrária caracteriza tanto Nova York como Los Angeles, onde a dinâmica mais acelerada ocorre nas áreas marginais. Assim, se medir as deseconomias de aglomerações é um exercício difícil, pode-se constatar que as megacidades norte-americanas funcionam, geralmente, de modo menos eficiente que suas rivais japonesas e européias, nas quais os investimentos públicos (transportes, telecomunicações etc.) garantem melhor eficiência do território urbano.

Nos países em desenvolvimento, pode-se também notar que as maiores aglomerações também apresentam crescimento econômico acelerado, viabilizado pelos investimentos privados e públicos, dentre os quais se destacam aqueles realizados pelas grandes firmas multinacionais. Esse deslocamento das unidades de produção industriais e de serviços terciários pouco sofisticados alimentou nas últimas décadas o desenvolvimento de centros urbanos como Seul, Bombaim, Hong-Kong – Guangzhou (Cantão), São Paulo, entre outras. Essas cidades tornaram-se cada vez mais produtivas e conheceram uma elevação progressiva no nível de vida dos trabalhadores ligados aos setores em expansão.

De fato, existe hoje um processo de descentralização das atividades industrias em direção aos *hinterlands* que apresentam menores deseconomias de aglomeração, salários e terrenos mais baratos. É, por exemplo, o caso do interior paulista, do *hinterland* chinês de Hong-Kong, entre outros. Observa-se também crescimento dos investimentos externos em regiões onde a mão-de-obra é hoje bem mais barata que nos quatro tigres asiáticos, como é o caso do Vietnã e da Birmânia. Nesses países, são também as

TABELA 8
CRESCIMENTO DAS SEIS MAIORES MEGACIDADES MUNDIAIS (1980-90)

Megacidade	População (%/Ano)	PIB (%/Ano)
Paris		
Região Île de France	0,7	2,8
França	0,5	2,2
Londres		
Grande Londres	-0,1	3,8
Grã-Bretanha	0,2	3,1
Nova York		
PMSA	0,3	2,9
CMSA	0,3	3,3
Estados Unidos	0,9	3,4
Los Angeles		
PMSA	0,3	2,8
CMSA	0,3	3,4
Estados Unidos	0,9	3,4
Tóquio		
Prefeitura (TMG)	0,3	6,0
Metrópole (4 pref.)	1,0	5,7
Japão	0,6	4,1
Osaka		
Prefeitura	0,3	3,5
Japão	0,6	4,1

Fonte: Prud'homme (1996).

grandes cidades que prioritariamente atraem as empresas e que apresentam as produtividades mais elevadas.

3.2.2 Da indústria ao terciário superior

A questão da estrutura setorial da economia das grandes metrópoles merece também ser debatida. Com efeito, durante as últimas décadas, a indústria perdeu, pelo menos nos países desenvolvidos, seu papel de motor do crescimento econômico metropolitano. Em conseqüência, muitos pesquisadores anunciaram um fenômeno de desindustrialização. Entretanto, esse fato merece ser um pouco relativizado.

Pode-se constatar que o declínio do emprego industrial é mais acentuado nas aglomerações de Nova York e Londres, onde seu nível geral já era baixo há 20 anos. Essas duas cidades são justamente as mais especializadas nos serviços financeiros (Sassen, 1991). Em Londres, o efetivo da população operária cresceu continuamente desde a Revolução Industrial até os anos 50. A partir dessa década, a capital inglesa começou a perder uma média de 30 mil postos de trabalho no setor industrial a cada ano. Nas outras metrópoles, a diminuição parece ser bem menor. Além disso, se a diminuição dos efetivos do emprego industrial é aparentemente mais acentuada nas porções centrais das megaglomerações, as regiões próximas às megacidades não tiveram evolução tão negativa. Essa tendência pode ser observada internacionalmente. Assim, se uma empresa dentre sete desapareceu na Cidade do México entre 1983 e 1991, deve-se considerar que 5.300 novas indústrias foram criadas entre 1970 e 1980.

TABELA 9
PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA EMPREGADA NOS RAMOS INDUSTRIAIS EM SEIS MEGACIDADES MUNDIAIS (1980-90)

Megacidade	Emprego (% PEA) 1980	1990
Paris	24,1	20,7
Londres		
Grande Londres	19,2	11,0
Região sudeste	—	18,2
Nova York	13,9	8,9
Los Angeles	21,7	17,1
Tóquio		
Prefeitura	23,4	20,0
Região	—	23,0
Osaka	—	25,0

Fonte: Prud'homme (1996).

No Brasil, a capital econômica do país começou há alguns anos a descentralizar o emprego industrial em direção às cidades do interior do estado de São Paulo, que passaram a conhecer crescimento muito rápido nos últimos 20 anos (Campinas, Jundiaí, Americana, São José dos Campos) (Gonçalves, 1994, p. 39-53). Em todos os casos, se a diminuição do emprego industrial é uma realidade incontestável, devido a uma série de fatores – custo de mão-de-obra, procura de terrenos mais baratos, leis de proteção ao meio ambiente etc.–, essa evolução pode ser explicada por uma estratégia de concorrência das empresas, que segmentam cada vez mais o processo de produção, distribuindo-o em diferentes localizações.

Nesse contexto, cabem às metrópoles as instâncias de decisão, as fases mais nobres da produção e a pesquisa e desenvolvimento, enquanto as outras funções estão sendo relocalizadas num *hinterland* próximo, em certos casos do outro lado do planeta, graças ao progresso dos transportes e das telecomunicações. Assim, o termo redistribuição espacial do emprego industrial parece ser mais judicioso do que a mera descentralização.

Enfim, pode-se observar a multiplicação dos pólos industriais de alta tecnologia em quase todos os grandes centros econômicos dos países industrializados. Na região de Paris, entre 1980 e 1990, os efetivos da indústria local diminuíram de 1,1 milhão de pessoas para 870 mil, enquanto o valor adicionado pela indústria passava de 140 milhões de francos para 285 milhões no mesmo período. Esse exemplo demonstra que as cidades continuam a estruturar-se em torno das atividades industriais, embora os ganhos de produtividade tenham efeito regressivo sobre o emprego industrial. Até mesmo o forte crescimento do setor terciário é muitas vezes explicado por essa expansão da produtividade, com um aumento da comercialização, do financiamento e da diversificação e terceirização dos sistemas de produção.

Se o declínio do setor industrial não foi compensado pelo desenvolvimento do setor terciário, como é o exemplo de Londres, Berlim e Hamburgo, o crescimento dos serviços superiores e das atividades de alta tecnologia permitiu a algumas megacidades compensar o fenômeno de *desindustrialização*, tal como ocorreu na megalópole norte- americana, no Orange County de Los Angeles, em Stuttgart ou em Munique (Di Méo, 1992). De maneira geral, há 30 anos o setor terciário qualificado vem conhecendo ascensão fulgurante em quase todas as metrópoles do mundo. Esse setor tem hoje papel de primeira importância no processo de evolução econômica das grandes cidades. Em Nova York, ele emprega quase 80% da PEA; em Moscou, apesar do caráter industrial da economia dessa aglomeração, 65% da PEA trabalha nas atividades terciárias superiores.

TABELA 10
CAPITALIZAÇÃO E TRANSAÇÕES EM AÇÕES NAS PRINCIPAIS BOLSAS DE VALORES DO MUNDO

Em bilhões de francos[a]

Bolsa de Valores	Capitalização		Volume das Transações	
	Dez. 1981	Dez. 1992	Dez. 1981	Dez. 1992
Nova York	6.081	21.335	2.113	9.234
Tóquio	2.260	12.778	1.214	2.551
Londres	1.087	5.216	177	2.022
Frankfurt	338,7	1.916	84,4	2.267
Paris	219,1	1.806	65,9	645

Fonte: Insee (Tableaux économiques de l'Île de France, 1984 e 1994).
Nota: Um franco francês equivale aproximadamente a 20 centavos de dólar americano.

A evolução e a diversificação do setor terciário – tanto no que diz respeito às atividades formais como principalmente as informais[8], que abrangem inúmeras atividades destinadas às famílias e às empresas, assim como a progressão dos processos de subcontratação e terceirização que permitem às firmas transferir para fora da empresa seus custos indiretos em capital e salários – foram fatores determinantes para as transformações recentes no setor de serviços das grandes metrópoles. Os setores mais estratégicos (informática, *design*, *marketing*, conselho jurídico etc.) necessitam de pessoal altamente qualificado que as empresas encontram somente nos grandes centros urbanos. Chama a atenção, no entanto, a evolução recente das atividades bancárias e financeiras que explodiram nas grandes metrópoles desde o início dos anos 80. Assim, as megacidades que já dominavam os instrumentos financeiros confirmaram ou reforçaram sua posição de pólos de decisão econômica na escala mundial (Sassen, 1991).

Nos países em desenvolvimento, as metrópoles que ocupam o alto da hierarquia urbana internacional conheceram também crescimento espetacular das atividades terciárias de alto nível, como é caso de São Paulo[9], Seul e Cidade do México. Dentre elas, Singapura e Hong-Kong apresentam um setor terciário *decisional* que se aproxima dos padrões vigentes nos países desenvolvidos. Singapura está dotando-se de infovias, que pretendem transformar a metrópole asiática na primeira *cidade inteligente* do mundo, graças a um verdadeiro entroncamento eletrônico de âmbito mundial.

Dessa maneira, as profundas mutações sofridas pela economia mundial nos últimos 20 anos colocaram em evidência o papel crescente da velocidade de circulação das pessoas, dos bens e dos materiais na vida econômica no interior e entorno das grandes metrópoles. Verdadeiros núcleos de massa crítica, elas polarizam a maioria dos fluxos e apresentam-se como pontos nodais de uma rede telemática mundial, dentro da qual as informações circulam em tempo real e sem interrupções. A inserção dentro desse sistema torna-se, portanto, condição necessária para garantir a potência e a possibilidade de expansão de qualquer grande aglomeração urbana.

3.3 Gestão e Funcionamento das Megacidades

A gestão das megacidades está-se tornando, já há alguns anos, desafio cada vez mais complexo em grandes manchas urbanas que precisam de infra-estruturas cada vez mais sofisticadas e caras para garantir suas inserções na rede das cidades mundiais (aeroportos modernos, teleportos, plataforma de transporte multimodais etc.). Esse problema tem ainda um complicador na falta de integração institucional dentro das grandes regiões urbanas, onde proliferam níveis institucionais distintos e, às vezes, conflitantes ou superpostos. Além disso, a gestão das desigualdades sociais, e da denominada crise urbana em geral, representa outro grande desafio para a governabilidade metropolitana.

3.3.1 Instituições de gestão

As grandes aglomerações urbanas dotaram-se de instituições de gestão mais ou menos adaptadas às realidades geográficas, políticas e socioeconômicas locais. Rémy Prud'homme analisou a estrutura político-administrativa das seis megacidades mundiais.

A principal diferença entre essas grandes aglomerações consiste na existência de uma instituição regional forte na região parisiense. Essa entidade política, cujo legislativo é eleito por sufrágio universal, dispõe de recursos financeiros, jurídicos e políticos para conduzir uma

[8] A respeito, ver a obra clássica de Santos (1979).
[9] A respeito, consultar Santos (1990).

QUADRO
INSTITUIÇÕES DE GESTÃO EM SEIS MEGACIDADES

Megacidade	Local	Regional	Intermediário	Nacional
Paris	**Comunas:** 380 Aglom. de Paris 1.200 Rég. Île de France	Région (Île de France)	Départements (4 ou 8)	Forte e ativo
Londres	**Borroughs:** 33 para a Grande Londres **Districts:** 300	Nada	Counties (13)	Bastante forte
Tóquio	**Prefeituras:** TMG, Yokohama etc.	Nada	Prefeituras (4 ou 8)	Forte e ativo
Nova York	**Prefeituras:** NYC etc.	Nada ou associações *ad hoc*	Counties ou agrupamentos *ad hoc*	Inexistente
Los Angeles	**Prefeituras:** LA etc.	Nada ou associações *ad hoc*	Counties ou agrupamentos *ad hoc*	Inexistente
Osaka	**Prefeituras:** Osaka etc.	Nada	Prefeituras	Forte

Fonte: Prud'homme (1996).

política adequada aos interesses da megacidade. Nas outras metrópoles, a fragmentação institucional pode representar obstáculo na hora de lidar com problemas de âmbito metropolitano. Dentre esses problemas, destaca-se o dos transportes, certamente um dos maiores desafios para o futuro dos grandes centros urbanos. Neles, os habitantes vivem cada vez menos numa prefeitura. A moradia, o emprego, os centros de consumo e de lazer, os amigos e a família são geralmente localizados em vários municípios da mesma metrópole. A multicomunidade clássica de gestão em comum de redes técnicas deve ser ultrapassada para gerenciar em comum áreas como as tecnópoles[10], as escolas, os grandes projetos culturais etc.

A *metápole* de François Ascher, que não conhece fronteiras claramente definidas, repleta de descontinuidades espaciais, está hoje em busca de uma governança urbana mais racional e eficaz, na medida em que as grandes transformações ocorridas no processo de urbanização não foram acompanhadas por reformas institucionais adequadas (Ascher, 1995). Nos estados democráticos, a razão política premia sobre as racionalidades tecnocráticas e econômicas. Por isso, a emergência de mais um órgão político-administrativo de gestão metropolitana parece improvável a curto e médio prazos.

3.3.2 A gestão das infra-estruturas

A qualidade das infra-estruturas representa um segundo desafio para as metrópoles regionais e internacionais. A competitividade de uma cidade é, em grande parte, relacionada à qualidade dos serviços e dos equipamentos urbanos que permitem, ou não, um bom funcionamento do território urbano. Entre eles, o transporte ocupa posição privilegiada. Com efeito, a metrópole se define, dentre outros itens, pela qualidade do seu *bassin d'emploi*. Assim, a qualidade das circulações dentro desse território contribui para classificar um determinado espaço urbano.

Comparar a qualidade das infra-estruturas é um exercício difícil. As condições geográficas, o nível de de-

[10] Ver Castells e Hall (1994).

senvolvimento econômico e social, as características do processo de urbanização se traduzem por situações muito variadas. Organizar um sistema de transportes adequado em metrópoles como Rio de Janeiro ou Hong-Kong revela-se tarefa bem mais complexa e onerosa que numa cidade como Paris ou Londres, que não apresenta os mesmos problemas geomorfológicos, de crescimento mal controlado da população urbana etc. Da mesma maneira, uma baixa densidade populacional representa fator negativo na implantação e na gestão das redes técnicas. A organização de um sistema de transporte coletivo que atenda perfeitamente à população (*capilaridade* da rede, freqüência dos veículos etc.) é hoje quase impossível em cidades espraiadas como Los Angeles, ou na periferia das grandes aglomerações (*suburbs* de Nova York ou de Londres, *grande banlieue* de Paris etc.). As transformações ocorridas no padrão de mobilidade intra-urbana nesses últimos anos (fragmentação cada vez maior dos deslocamentos, declínio relativo dos fluxos pendulares etc.) complicam ainda mais a organização dos serviços de transportes.

A gestão dessas infra-estruturas apresenta grandes variações de uma cidade para outra. Além disso, existe tendência crescente para privatizar os serviços urbanos, que se está tornando regra geral desde o início dos anos 80. Essa onda de privatizações atingiu sobretudo as grandes cidades do mundo em desenvolvimento, cujas políticas de ajuste econômico se traduziram pelo fim dos subsídios aos serviços urbanos e pela extinção de inúmeras empresas públicas. Os transportes públicos é que foram mais diretamente atingidos por essas mudanças no comportamento do setor público[11].

Paralelamente, há uma tendência à diminuição dos investimentos das autoridades públicas nas infra-estruturas urbanas. Em Londres e Nova York, apesar da antigüidade do estoque dos equipamentos urbanos, os investimentos públicos foram limitados, enquanto as inversões imobiliárias privadas explodiam nos anos 80. Na megacidade norte-americana, os transportes coletivos oferecem um serviço ineficiente, as pontes apresentam problemas estruturais e a renovação da malha viária, em particular das *highways* intra-urbanas, não teve resultados satisfatórios.

Em Paris e Tóquio, o nível dos investimentos foi muito mais alto. Na capital francesa, o metrô está sendo modernizado e ampliado, duas linhas de *tramway* foram inauguradas no início dos anos 90, inúmeros equipamentos culturais foram construídos ao longo dos últimos anos etc. e o bairro de negócios de La Defense aparece como um dos maiores do mundo. Nas duas megacidades japonesas, os investimentos públicos permitiram a ampliação e a criação de aeroportos, a emergência de novos bairros, a modernização dos centros de negócios tradicionais. Porém, o transporte público atingiu, nos dois casos, seu limite de desenvolvimento operacional (superlotação) e físico (falta de espaços para ampliar as redes existentes) (Prud'homme, 1996, p. 64-66). Nas metrópoles do mundo em desenvolvimento, esses problemas constituem uma regra num contexto caracterizado pela falta e/ou uso inadequado das verbas públicas em centros urbanos, cujo funcionamento é sempre muito deficiente.

3.3.3 A gestão da *crise urbana*

A dimensão social e política do fato metropolitano não deve ser esquecida. A grande cidade produz externalidades positivas (cuja melhor expressão é a sobreprodutividade do território) e negativas (engarrafamentos, poluição, criminalidade etc.), que decorrem diretamente do processo de urbanização. Nesse contexto, a política urbana consiste em gerenciar essas externalidades e melhorar, ao mesmo tempo, a eficiência do espaço urbano e a qualidade de vida da população.

Como já colocamos em evidência, a gestão do sistema de transporte representa um desafio maior para os grandes centros urbanos. Mas, hoje, nenhuma megacidade escapa de desfuncionamentos conjunturais ou estruturais em termos tanto de fluxos de bens como de pessoas. As manifestações dessa crise dos transportes são múltiplas: superlotação dos meios de transportes coletivos, custo elevado dos deslocamentos para os usuários e/ou a coletividade, poluição, engarrafamentos, falta de soluções para o transporte intra-urbano de cargas. Mesmo cidades como Paris, que tradicionalmente investem muito nessa área, não escapam da saturação da malha viária, que provoca baixo nível de conforto nas linhas de trem urbano (RER). Além disso, as autoridades devem adaptar-se às mutações do processo de urbanização: crescimento das zonas periurbanas pouco densas e deslocamento das atividades econômicas que multiplicam os deslocamentos entre subúrbios etc.

A gestão da distorção crescente entre os espaços do trabalho, da residência, das compras e do lazer complica a organização tradicional de redes adaptadas a migrações pendulares centro/periferia. Nos países em desenvolvimento, a crise de transportes é ainda mais aguda. Ela resulta basicamente da falta de controle sobre o processo de urbanização acelerado que se deu a partir dos anos 50. A expansão muito rápida da mancha urbana em direção a uma periferia ocupada pelas camadas mais pobres da população, ao lado da motorização crescente da classe média (em particular na América Latina), provocou inúmeras distorções que nunca foram resolvidas. A falta de recursos

[11] Sobre essa questão, ver Godard (1994).

para enfrentar esse problema e a prioridade dada aos interesses das classes sociais privilegiadas (investimentos em vias rápidas em detrimento dos transportes de massa, por exemplo) explicam o impasse atual na gestão da crise dos transportes.

A questão da moradia das classes populares, que representa um segmento importante das populações urbanas, constitui outro problema relevante para as cidades do terceiro milênio. Segundo a ONU, 1,2 bilhão de pessoas moram hoje em condições precárias, a maioria delas em grandes cidades. Já tratamos do crescimento rápido e desordenado dos espaços periféricos nas metrópoles em desenvolvimento e do processo de degradação de bairros centrais, em particular nos países anglo-saxões ou na Rússia. A falta de habitação para as classes de baixa renda afeta o mundo inteiro com uma intensidade obviamente diferenciada em função do nível de desenvolvimento do país. Em Londres, se o nível geral da construção mantém-se estável para o conjunto da megalópole, em sua região sudeste ele sofreu um declínio importante, passando de 31.578 alojamentos construídos em 1976 para 9.572 em 1986. A contribuição do setor público caiu, no mesmo período, de 55% para 17% (Loew, 1989, p. 108).

Nas metrópoles dos países em desenvolvimento, as carências de moradia decente para os pobres são bem maiores. Isso se traduz em uma multiplicação do número dos *squatters* nos centros degradados (cortiços brasileiros, asiáticos etc.) e na proliferação de todas as formas de habitação irregular (favelas, loteamentos informais etc.). O espaço da moradia está cada vez mais dualizado, como demonstram estudos realizados no Rio de Janeiro. Dois bairros – Barra da Tijuca e a Zona Oeste da cidade – registraram maior crescimento populacional entre os dois últimos censos demográficos, bem como homogeneidade social interna crescente. O crescimento do primeiro é alimentado pelas classes médias altas, enquanto o segundo é caracterizado pelo baixo nível de renda de sua população[12].

Enfim, a gestão das redes técnicas representa também outro problema diretamente relacionado à massa de recursos financeiros para integrar social e economicamente as populações urbanas à cidade. Além dos transportes, essas redes são basicamente a malha viária, a coleta do lixo, a distribuição de eletricidade e de água e o saneamento. Obviamente, nas cidades dos países em desenvolvimento, as carências são bem maiores, comparadas àquelas dos Estados industrializados e atingem sobretudo as camadas populares da população. Inúmeros fatores tornam muito difícil a gestão dessas infra-estruturas.

O crescimento rápido da população urbana ocorre principalmente nas áreas periféricas, onde se concentram as populações de baixa renda, muitas vezes sacrificadas em proveito das classes médias, que se beneficiam das novas instalações dos serviços urbanos. Assim, na área metropolitana de Buenos Aires, 97% dos alojamentos situados na Capital federal recebem água potável, entretanto, nos 19 *partidos* que a cercam, essa proporção caiu por volta de 37%. Atualmente, 5 milhões dos 10 milhões de habitantes da Grande Buenos Aires dispõem de água potável e de sistema de esgoto (Guglielmo, 1996, p. 162-163).

Além disso, a expansão urbana raramente ocorre de maneira contínua. As descontinuidades espaciais são freqüentes e as densidades de ocupação dos espaços periféricos das grandes cidades latino-americanas são muito baixas, particularmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Bogotá. Isso tende a encarecer o custo de instalação, de operação e de manutenção das redes técnicas. O enfrentamento das condições geográficas representa um grande desafio em algumas grandes metrópoles. Se na Cidade do México o abastecimento de água potável para a população cresce de maneira regular, a capital mexicana sofre por estar situada em uma bacia fechada cercada de montanhas. Assim, as fontes de abastecimento de água estão ficando cada vez mais longe (150 a 300 quilômetros) de onde ocorre o crescimento da demanda. Atualmente, é necessário procurar água a 1 mil ou 1.500 metros abaixo do nível da cidade, perfurando poços nas montanhas vizinhas. Essa solução complexa e muito cara gerou, além de custos elevados, conflitos com os camponeses que trabalham e vivem nessas regiões[13].

4 Redes e Hierarquias de Cidades: Evoluções Recentes

Este item não se propõe a esgotar a literatura sobre a questão urbana, o que certamente envolveria um levantamento multidisciplinar e abrangente sobre o tema, que escapa aos propósitos deste trabalho.

Seu principal objetivo é situar a política urbana no contexto das políticas territoriais, ressaltando sua dimensão social. Muito mais que um reflexo da dinâmica econô-

[12] Ver Cardoso e Ribeiro (1996).

[13] A respeito, consulte Bataillon (1990, p. 587).

mica, a questão urbana é a manifestação territorial das respostas da sociedade às condições de sua reprodução.

De modo simplificado, podemos articular a questão urbana com a questão regional através da lógica da produção/reprodução social, escapando assim de uma visão fragmentada do território. Na tradição do pensamento geográfico, a cidade é parte integrante e, ao mesmo tempo, formadora da região e, como tal, não podem, nem deve, ser tratadas de modo separado ou desconexo. Nessa lógica, o espaço geográfico pode ser definido como o *locus* de produção e reprodução social, que na economia capitalista assume a forma dicotômica e articulada da cidade e sua região.

As implicações dessa concepção para a política econômica, em sua dimensão territorial, dependem dos mecanismos reguladores da *praxis* social, que podem ser mais ou menos dominados pela política ou pela economia. Assim, é possível, *grosso modo*, reconhecer três formas elementares de configuração das relações cidade-região, que são manifestações espaciais das condições gerais de produção e reprodução social.

A primeira delas é a relação entre cidade e campo, conformando o *Estado isolado*, na concepção de Thunnen, ou um *Microssistema* na visão de Wallerstein. Nele, as trocas se dão segundo uma lógica puramente mercantil e fechada, em um modelo econômico que poderia ser descrito, de modo simplificado, como fisiocrata, no qual o excedente agrícola é o motor da dinâmica econômica e principal fonte de financiamento do conjunto da economia.

A lógica da economia marginal assume sua maior determinação na concepção dos anéis concêntricos de Thunnen, segundo a qual a distância ao mercado é o principal fator de organização do território e está na base da construção ricardiana da renda fundiária e da distribuição do produto social a partir da situação apresentada na pior terra. Harvey recuperou esse modelo em seu trabalho, já clássico, sobre a justiça social na cidade, apontando a circulação do excedente e a renda fundiária como os principais elementos para a segregação socioespacial nas cidades, e mostrando como a distribuição social do rendimento é insumo e produto da distribuição espacial da renda no nível intra-urbano.

Do ponto da configuração da estrutura interurbana, o *Estado isolado* conforma o que Kayser denomina de *semis urbain*, isto é, a sementeira urbana, onde as cidades nascem e crescem isoladas, com fracas trocas entre elas. O caráter esporádico das trocas faz do mercado uma entidade temporária e móvel – as feiras –, que em muitos casos constitui o principal elemento de ligação entre elas, assim como a presença esporádica do Príncipe, isto é, do Estado. A sementeira urbana é semelhante à metáfora econômica dos *produtores independentes*, segundo a qual o mercado constitui a principal forma de socialização dos membros isolados da sociedade, sem que tenha uma existência espaço-temporal fixa e permanente. Do ponto de vista da regulação política da economia, sua principal expressão está nas normas de controle da propriedade e das corporações de ofícios, tendo um alcance territorial preferencial no âmbito da escala local.

Embora seja um modelo abstrato, é interessante observar que, no âmbito da escala local (que no Brasil corresponde à administração municipal), as principais fontes de recursos próprios das prefeituras são o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), uma taxação sobre a propriedade imobiliária urbana, e o Imposto sobre Serviços (ISS), que incide sobre o exercício das atividades dos profissionais autônomos, segundo a lógica clássica das corporações de ofícios.

A segunda forma de configuração, sem estabelecer uma ordem determinística, mas de raciocínio espacial, é a relação entre capital e província, ou capital e interior – segundo um modelo espacial muito comum aos habitantes do estado de São Paulo, que significa a presença de uma relação hierárquica entre cidades que responde à lógica da extração tributária e às necessidades da circulação mercantil estabelecidas de forma permanente no território. Do ponto de vista conceitual, responde ao modelo das localidades centrais de Christaller, que estabelece que o princípio do mercado em uma planície isomórfica (livre-circulação) e com uma distribuição hexagonal (livre-concorrência) responde pela hierarquia na rede de localidades centrais. Responde também à concepção de império-mundo de Wallerstein, segundo a qual a ordem espacial manifesta as determinações tributárias do Estado e a pequena divisão social e territorial do trabalho.

Do ponto de vista da estrutura intra-urbana, a lógica tributária e mercantil define localizações privilegiadas no território urbano da cidade, e as condições de reprodução social já espelham essa segregação espacial no que se refere às redes de infra-estrutura e serviços urbanos, cuja lógica responde à dinâmica do sistema urbano como um todo e não às necessidades locais. As redes, na lógica do próprio modelo de Christaller, já definem os mecanismos básicos de estruturação urbana e os gastos públicos passam a se orientar no sentido de manter e ampliar a arrecadação que os alimenta, ganhando dinâmica própria e ampliando a presença do controle estatal sobre o tecido urbano.

Quanto à configuração da estrutura interurbana, a relação capital-província manifesta-se na conformação da "bacia urbana" de Kayser, na qual os fluxos são orientados dos núcleos urbanos de menor porte para as capitais regionais, de modo semelhante ao comportamento de uma bacia fluvial. Do ponto de vista da dinâmica econômica, a bacia urbana responde ao comportamento do mercado do bem dominante na estrutura produtiva regional. Quanto

à política territorial, os principais mecanismos de alocação do gasto público respondem às demandas daqueles que detêm o controle dos bens de produção e à própria lógica da manutenção/ampliação do aparelho de Estado.

O modelo dominante pode ser descrito como mercantilista, não em seu sentido vulgar, mas como descrito por Weber. Segundo ele, a política territorial tem alcance sobre os mecanismos tributários e de alocação do gasto público, buscando definir áreas de mercado cativas. A lógica da negociação é regionalizada, isto é, já se configura uma estrutura em arquipélago, cuja negociação e concorrência se fazem no sentido de capturar maior parcela dos fundos públicos disponíveis para cada ilha econômica.

Finalmente, a terceira forma está expressa nas relações entre centro e periferia, estando a dinâmica espacial condicionada por níveis distintos de introdução do progresso técnico e, conseqüentemente, dos diferenciais de ganhos de produtividade entre locais distintos no espaço. O modelo centro-periferia, que dominou o pensamento urbano e regional desde a década de 50 até os anos 70, é básico para explicar o comportamento da dinâmica urbana e regional, com a formação de estruturas hierárquicas e duais, nas quais o ritmo de desenvolvimento é diferenciado em função da velocidade de introdução do progresso técnico.

O modelo clássico de explicação das relações interurbanas na visão centro-periferia é a rede urbana, que representaria uma estrutura industrial consolidada, em que predominam as economias de escala. A planificação territorial por excelência do modelo centro-periferia seria compensar os diferenciais de produtividade por meio de incentivos fiscais e creditícios; assim, pode ser vista, em sua essência, como uma política compensatória *ex post*.

4.1 Os Sistemas de Cidades

A cidade em si pode ser considerada um sistema que integra um sistema ou uma rede de cidades, cujo papel é essencial na estruturação e organização do espaço geográfico. As aglomerações urbanas mantêm e reforçam laços de interdependências entre si e entre elas e as regiões que elas polarizam dentro de um dado território. A expressão de rede urbana é mais usada para evocar os fluxos que existem entre os pontos desse território. Denise Pumain observa que, cada vez mais, os geógrafos usam o termo *armature urbaine*, que permite traduzir a mesma função de organização territorial por meio de fluxos de bens, de pessoas e, cada vez mais, de informações, sem, apesar disso, criar uma confusão possível com as redes técnicas muito estudadas pelos urbanistas (Pumain, 1992, p. 623). Hoje, o conceito de sistema de cidades é também muito usado por conferir uma conotação dinâmica às redes urbanas que se transformarão devido às mutações profundas do sistema produtivo de todas as escalas geográficas.

Uma das características marcantes da estrutura dos sistemas de cidades é a organização hierarquizada dos centros urbanos, que varia conforme o tamanho, a qualidade funcional e a extensão da zona de influência espacial dessas aglomerações. Assim, os estudos sobre essa forma de organização territorial ganharam importante destaque no âmbito da geografia, suscitando um desenvolvimento teórico que foi responsável pela formalização da teoria dos lugares centrais nos anos 30 (Corrêa, 1994). Esse conceito, muito debatido, foi completado para elaborar uma teoria da evolução das redes urbanas no espaço e no tempo.

4.1.1 A teoria dos lugares centrais

A teoria dos lugares centrais objetiva explicar a hierarquia da rede urbana, questionando o tamanho, as funções econômicas e a localização das cidades num determinado espaço. Esse problema, observado por vários pensadores do século XIX (Reynaud, Kohl, Reclus e outros), foi mais recentemente formalizado por Christaller (1933) e Lösch (1954). Eles observaram que existem aglomerados urbanos de todos os tamanhos, dotados de funções centrais que consistem na produção e na distribuição de bens e serviços a um *hinterland* em relação ao qual o centro urbano ocupa uma posição central. Segundo essa teoria, a localização das atividades básicas induz à organização de um sistema hierarquizado de cidades.

Os postulados de Christaller são:

- o espaço geográfico apresenta características físicas e humanas que lhe conferem um certo grau de homogeneidade: relativa uniformidade do quadro físico, repartição homogênea da população, concorrência perfeita entre os produtores etc.;
- os preços são fixos para todos os agentes sociais que convergem em direção a um centro elementar;
- para o consumidor, que sempre apresenta um comportamento racional, o transporte de um produto tem um custo que obviamente aumenta com a distância percorrida. Em conseqüência, ele tende a freqüentar os pontos de venda mais próximos: Christaller evoca o limiar de um bem ou serviço;
- o patamar de consolidação de um produto corresponde ao volume mínimo de clientela potencial que assegura uma renda suficiente ao produtor;
- existem economias de escala na produção dos bens centrais. Isso significa que o custo médio da produção diminui à medida que aumenta a quantidade produzida. Sem esse último postulado não existiriam as cidades que permitem concentrar a produção para revender em territórios mais ou menos estendidos. Para Béguin, a conclusão fundamental dos postulados da teoria dos

lugares centrais é que a existência das cidades é justificada pela existência de economias de escala (Béguin, 1992, p. 501).

Assim, qualquer estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviços fornece bens e serviços a uma freguesia mais ou menos distante do centro fornecedor, o que representa a polarização espacial da aglomeração urbana. Constitui-se então uma hierarquia de cidades cuja polarização territorial aparece bem diferenciada. Em um nível mais baixo, encontramos cidades que produzem basicamente os bens e serviços mais procurados pela população para sua reprodução social quotidiana. No outro extremo, encontramos centros urbanos geralmente maiores que produzem, para uma área territorial mais extensa, produtos e serviços mais especializados. À medida que subimos nessa hierarquia, o número de cidades decresce, enquanto a variedade e a sofisticação da oferta aumentam. É a metrópole regional que oferece a gama mais completa de produtos e de serviços para seus habitantes, bem como para uma região de influência mais ou menos abrangente (Corrêa, 1994, p. 23).

A partir dessas constatações, Christaller elaborou três modelos espaciais de hierarquia de lugares centrais, em função da natureza do *optimum* a realizar. O primeiro é o *princípio de mercado* que induz uma localização das cidades de um mesmo nível no cume de triângulos eqüilaterais. Cada uma delas serve uma área hexagonal, que é dividida entre a atração de três centros de nível superior. Por sua vez, o *princípio de transporte* visa a uma minimização dos eixos de circulação. Qualquer centro se localiza entre dois centros de nível imediatamente superior. Nesse esquema, a superfície da zona de influência de um centro de nível superior corresponde a quatro vezes à de um centro imediatamente inferior. Enfim, o *princípio administrativo* coloca toda cidade no centro de uma circunscrição hexagonal, dentro da qual ele controla seis centros de nível inferior mais sua própria circunscrição. A característica principal, nesse caso, é que não existe superposição de regiões de influência.

A teoria dos lugares centrais foi amplamente testada. O próprio Christaller a aplicou nos anos 20 e 30 no sul da Alemanha. Depois disso, centenas de estudos verificaram e confirmaram a importância desses princípios para explicar a estruturação geral das redes em várias regiões do mundo. Até na França, onde prevalecem tradicionalmente os estudos sobre redes urbanas regionais (Rochefort, Dugrand, Kayser), essa hierarquia funcional foi recolocada em questão. Mas, mesmo assim, essa teoria não escapa de múltiplas críticas. A primeira é relativa à disposição espacial das cidades num determinado território, que nunca obedece a uma distribuição rigorosamente geométrica. Da mesma maneira, a distribuição populacional está longe de ser homogênea. As regiões de influência de um centro urbano são bem menores numa região densamente povoada do que dentro de uma área pouco povoada. Além dessas deformações dos modelos espaciais, o comportamento do consumidor, dado como perfeitamente racional, é altamente sujeito a crítica. Várias pesquisas mostram que numa sociedade urbana caracterizada pela fragmentação crescente da mobilidade urbana e interurbana (multiplicação dos deslocamentos com objetos múltiplos etc.) o comportamento do consumidor aparece cada vez mais imprevisível. Enfim, a teoria aparece largamente anistórica e pouco dinâmica. Ela não considera uma série de serviços especializados – serviços às empresas, turismo, defesa, transportes etc.–, às vezes motor do desenvolvimento regional (Pumain, 1992, p. 631-632).

4.1.2 A especialização das cidades

A diferenciação das cidades por classificação funcional representa outra abordagem da rede urbana, muitas vezes complementar da teoria dos lugares centrais. A teoria de Christaller é baseada unicamente nas funções dos serviços destinados à população residente de um centro urbano. Portanto, essas atividades representam uma parte dos empregos e das atividades urbanas. No mundo contemporâneo, as grandes empresas não trabalham para um mercado local. Elas produzem bens ou serviços destinados a áreas bem mais abrangentes que o clássico *hinterland*: transportes, turismo etc. Como demonstram por exemplo os casos de Seattle e Toulouse, pólos aeronáuticos que abrigam as fábricas dos aviões Boeing e Airbus, essas cidades não são necessariamente grandes aglomerações urbanas. Da mesma maneira, a projeção regional ou internacional de centros turísticos como Cancún ou Florença não está relacionada ao tamanho dessas aglomerações. Isso quer dizer que a diferenciação funcional das cidades aparece como elemento essencial na organização espacial de um território.

Usando a terminologia clássica, alguns autores classificaram as aglomerações urbanas segundo categorias de atividades econômicas. Propuseram distinguir cidades industriais de cidades terciárias, classificando-as, se necessário, em centros mineiros, siderúrgicos ou centros turísticos etc. Apesar de essa classificação apresentar a vantagem de seguir o recorte geralmente usado nos censos demográficos, os geógrafos e os economistas a usaram sempre com muita reticência. De fato, uma atividade (os transportes, por exemplo) pode aparecer no setor terciário em alguns países e no secundário em outros. Além disso, essa classificação esbarra nas limitações de uma classificação das atividades econômicas que não considera as divisões internas aos setores.

Cabe destacar também o caráter pouco dinâmico das classificações funcionais tradicionais dos centros ur-

banos de Aurousseau, Harris etc. Se algumas especializações perduram através do tempo (dinamismo comercial das cidades da *Hanse* ou resistência das cidades da primeira revolução industrial no Ruhr, por exemplo), a especialização funcional de uma região pode ser profundamente transformada em alguns anos. Assim, durante uma crise econômica, uma *bacia de emprego* pode conseguir uma reconversão econômica, desenvolvendo atividades que rompem radicalmente com as do passado. As zonas montanhosas européias, que sofreram uma crise profunda depois do fechamento das indústrias têxteis e metalúrgicas, oferecem numerosos casos bem-sucedidos de reconversão nas atividades turísticas e de lazer (Alpes franceses em particular). Em vários lugares do mundo, a emergência, a partir dos anos 70, de pólos tecnológicos permitiu revitalizar o tecido econômico de muitas cidades industriais em processo de declínio (como as aglomerações escocesas, por exemplo).

A especialização de uma cidade exige, assim, uma aptidão dos atores urbanos com vistas a valorizar constantemente uma posição geográfica favorável (cidade portuária, amenidades naturais excepcionais, existência de jazida mineral etc.) e um ambiente urbano especial (mão-de-obra qualificada, qualidade das infra-estruturas etc.), a fim de inovar e de manter a posição dentro da hierarquia das aglomerações. Para Pumain, é a valorização desigual de algumas inovações que cria especializações (Pumain, 1992, p. 634). A inovação, e sua difusão além dos limites que permitiria o simples nível de lugar central, aparece então como fator essencial na competição entre as cidades para galgar postos dentro das hierarquias urbanas (regionais, nacionais ou internacionais). Em síntese, as funções econômicas, que decorrem cada vez mais da capacidade de inovar, permitem apontar classificações elaboradas a partir do nível de desenvolvimento econômico e das estruturas mais ou menos complexas dos organismos urbanos.

4.1.3 As relações entre cidade e região

A rede urbana pode ser também abordada do prisma das relações entre cidade e região. Esse tema impulsionou uma produção científica significativa nos anos 60, em particular na França, onde a escola da Geografia Ativa vinha desenvolvendo seus estudos num contexto de busca de reorganização geral do território francês em torno de novos pólos metropolitanos. Essa abordagem pode ser considerada o prolongamento e a transformação dinâmica da temática tradicional das relações entre cidade e campo, numa época marcada por mutações profundas do sistema produtivo, e a transformação da sociedade rural plurissecular numa sociedade urbana.

Os geógrafos passaram então a analisar as relações existentes entre uma grande cidade, os centros urbanos de menor porte e as zonas rurais para demonstrar que tanto no tempo, como no espaço, as relações entre cidade e região são muito diferenciadas, tanto histórica como geograficamente. Apesar dessa diversidade, Lobato Corrêa procurou sintetizar as abordagens usadas por Pierre George em sua tentativa de definir a organização territorial a partir das relações entre as aglomerações urbanas e suas áreas de influências (Corrêa, 1994, p. 40-46).

- A atração exercida sobre a população regional pelo centro urbano dominante traduz-se pela existência de dois tipos de fluxos humanos. O primeiro deles é relativo à migração campo/cidade, que tem origens (na produtividade agrícola, catástrofes naturais, guerras etc.), modalidades (primeira migração para um pequeno centro urbano ou direta para uma grande aglomeração) e conseqüências (em função do nível de desenvolvimento econômico etc.) múltiplas. O segundo tipo de fluxo humano, decorrendo do primeiro, é constituído pelas migrações pendulares ou alternantes que levam diariamente os *commuters* das grandes periferias urbanas para os centros de emprego dos núcleos metropolitanos. Essas migrações mudaram muito nos últimos anos, em conseqüência das novas formas de urbanização já descritas, da reorganização dos circuitos tradicionais de distribuição comercial, da generalização do uso do carro individual nas classes médias etc.
- A comercialização pela cidade de produtos rurais deve ser também considerada mediante a análise de todas as transações comerciais. Essa análise se refere à natureza dos bens envolvidos – produtos agrícolas, minerais, artesanais etc.– e aos agentes que participam do processo de comercialização – empresas de transporte, cooperativas, atacadistas; supermercados, varejistas, etc.
- Apesar de sua importância socioeconômica e política na vida regional, a drenagem da renda fundiária pela cidade nunca teve a importância que merece nos estudos sobre redes urbanas, em particular as análises baseadas na teoria dos lugares centrais. É importante ressaltar a existência de grupos de proprietários fundiários que drenam nas cidades os benefícios de atividades rurais. Vários estudos mostram, por exemplo, o papel econômico e político dos proprietários de vinhedos na região do Languedoc (sul da França) e de Bordéus (Dugrand, 1963). Os investimentos realizados a partir da renda fundiária podem dinamizar o desenvolvimento econômico de toda uma região.
- A cidade, por meio de investimentos públicos e privados, tem o poder de distribuir empregos, seja nas áreas periurbanas, seja nas cidades pequenas e no campo. Esses investimentos são de natureza múltipla: deslocamen-

tos de grandes fábricas em regiões rurais, pólos tecnológicos ou turísticos, grandes equipamentos públicos (aeroportos internacionais, estádios etc.), revalorização de um patrimônio histórico etc. Todas essas intervenções geram novas atividades, empregos e contribuem para a reorganização do território. O grande centro urbano tem, assim, poder de difundir o desenvolvimento regional que merece ser estudado (Corrêa, 1994, p. 45).

- A intensidade da circulação e a distribuição dos produtos e dos serviços determinam em parte o nível de integração regional. As cidades tornam-se núcleos de distribuição de bens e produtos que devem ser analisados por meio de estudos sobre os agentes envolvidos, a organização logística, as redes de comercialização etc.

Nesse sentido, a abordagem cidade/região parece ser complementar à teoria dos lugares centrais. Mas apesar da inclusão de parâmetros mais dinâmicos que fazem dessa teoria a mais adaptada à observação das mutações espaciais regionais, ela apresenta lacunas que não lhe permitem definir as dimensões de um verdadeiro modelo de rede urbana.

4.2 Dinâmicas Recentes dos Sistemas de Cidades

Até a Revolução Industrial, o emprego nas atividades específicas[14] destacava basicamente o comércio atacadista, as funções de abastecimento (em particular o abastecimento alimentar) e a administração da região. Essa estrutura econômica corresponde bastante bem ao modelo de organização territorial desenvolvido por Christaller para o sul da Alemanha, cujo tecido industrial era, na época, irrelevante. A industrialização permitiu alargar o horizonte econômico das cidades graças às economias de escala, que permitiram abastecer mercados cada vez mais distantes. Ao mesmo tempo, cresceu o emprego nos diversos ramos do setor terciário, em particular nos serviços às empresas.

A rede urbana foi profundamente alterada por essa mutação radical (crescimento de centros urbanos existentes, multiplicação do número das cidades etc.). A era geralmente qualificada de fordista é a era da grande empresa industrial, cujas estratégias socioeconômicas comandam a organização do território nos países europeus e na América do Norte. Essa fase de desenvolvimento impulsionou a emergência das metrópoles, que reforçam seu poder de decisão e sua participação nas economias nacionais. Mas a partir dos anos 70, mutações conjunturais e estruturais na economia mundial se traduzem em novas transformações no padrão da urbanização mundial.

4.2.1 As mutações do sistema produtivo

Desde mais de 20 anos, os países industrializados sofrem profunda crise econômica e social paralela a uma transformação radical da natureza, dos atores e dos lugares do crescimento econômico. As indústrias, que foram os motores do padrão fordista (indústrias automobilística e metalúrgica, em particular), conhecem graves dificuldades (esgotamento progressivo do mercado, como das fontes dos ganhos de produtividade), enquanto emergem indústrias de alta tecnologia em que se destacam as unidades pequenas e médias na criação de empregos. O setor terciário é também transformado pelas inovações. O processo de produção conhece, em todos os setores da economia, mutações geralmente relacionadas ao uso generalizado da informática e dos novos meios de comunicação. Isso levou a mudanças no padrão de acumulação, que passa a ser caracterizado pela procura de formas de produção mais flexíveis e interconectadas, bem como à utilização crescente de mercados de trabalho fragmentados.

Todas essas mudanças econômicas influenciaram a organização da hierarquia urbana. Os grandes pólos industriais tradicionais entraram em declínio, arrastando a região vizinha, apesar de algumas reconversões bem-sucedidas. Paralelamente, as novas formas de produção encontraram menos restrições na localização de suas atividades. Apesar disso, assistimos a uma reconcentração espacial ligada aos imperativos da organização industrial e à qualidade dos mercados de trabalho. A aglomeração espacial permite reduzir os custos da troca, além de aumentar as externalidades positivas, como demonstram os pólos de alta tecnologia em torno de Los Angeles (Manzagol, 1992, p. 489). Pode-se também observar o desenvolvimento rápido de centros urbanos intermediários, cujo crescimento está relacionado aos circuitos do capitalismo mundial, como, por exemplo, as cidades da chamada "Terceira Itália" e os meios inovadores em geral que difundem uma dinâmica própria.

Nesse caso, o responsável pela difusão do crescimento não é mais a firma, mais o tecido produtivo e gerencial. Enfim, a volta do conceito de terceirização da produção gerou o crescimento de cidades localizadas num raio de 50 a 150 quilômetros dos grandes centros metropolitanos, ou das grandes firmas, como a Toyota, no Japão (Manzagol, 1992, p. 491).

4.2.2 A emergência de nova hierarquia urbana

Muitas críticas feitas às abordagens tradicionais nos estudos urbanos e regionais decorrem da defasagem par-

[14] Esse termo é usado para diferenciar o emprego das atividades específicas daquele nas atividades mais comuns ou banais.

cial das teorias num contexto caracterizado por mutações significativas nos processos de produção ocorridos nos últimos 30 anos. A redução dos custos dos transportes, que se tornaram hoje pouco significativos em ramos industriais, produzindo bens de alto valor tecnológico incorporado, as facilidades crescentes na área das telecomunicações, a mobilidade cada vez maior das pessoas e a generalização de serviços, equipamentos e comércios antigamente reservados às grandes cidades ou a explosão que conheceram os serviços de alto nível prestados às empresas são alguns dos fatores que contribuíram para as mudanças ocorridas na organização das redes urbanas (Mérenne-Schoumaker, 1996, p. 47).

A hierarquia urbana inscreve-se cada vez mais num contexto econômico internacional que transforma a natureza das relações entre as cidades e seus *hinterlands*, entre as cidades de mesmo nível e entre os centros urbanos de diferente importância. A estrutura da rede urbana aparece menos piramidal devido à importância das relações de complementaridade e as sinergias que se desenvolvem entre aglomerações de mesmo nível. Às vezes, elas se tornam mais significativas que as relações tradicionais entre os centros e suas periferias. Para Camagni (1992, p. 42), o número de níveis urbanos cai de sete a nove nas abordagens tradicionais para três nos estudos que consideram as mutações atuais nos padrões de urbanização. Esse autor distingue a rede das metrópoles internacionais, as redes das aglomerações nacionais especializadas e a rede das cidades regionais especializadas.

O fato mais relevante, porém, é a intensificação das relações entre centros urbanos de mesmo nível que, em alguns setores econômicos, monopolizam a quase totalidade dos fluxos. Se as relações verticais centro-periferia persistem em todos os níveis urbanos e no mundo em desenvolvimento em geral, as relações horizontais não param de crescer nas regiões já integradas na nova divisão internacional do trabalho. O progresso dos transportes e das comunicações ajudou cidades intermediárias a produzir novas estratégias de desenvolvimento fora do esquema clássico centro-periferia. Os fluxos de bens, informações e pessoas entre centros metropolitanos médios europeus, como Barcelona, Munique ou Toulouse, crescem regularmente desde os anos 80. Esta última cidade conhece um processo de desenvolvimento acelerado numa região pouca dinâmica. Pierre Veltz revela que os fluxos que mais rapidamente crescem hoje na Europa são os fluxos entre as capitais (Veltz, 1997b, p. 61). Essas relações horizontais variam geralmente em função dos níveis urbanos considerados. Camagni observa que, para as metrópoles de segundo e terceiro níveis, prevalecem relações de complementaridade e de mercado (cidades da Terceira Itália, por exemplo), enquanto na rede das metrópoles internacionais dominam os fluxos de informação, em particular os fluxos de informação financeira (Camagni, 1992, p. 42). Essa observação é parcialmente válida para alguns países emergentes do mundo em desenvolvimento. As classes médias da população e parte das firmas de São Paulo, Buenos Aires ou Bangcoc aparecem às vezes mais ligadas entre si, ou com os pólos de comando da economia mundial, do que com seus *hinterlands* imediatos.

Entre os diferentes níveis urbanos, permanecem as relações tradicionais de hierarquia dos mercados do centro para a periferia, enquanto pode-se também observar a multiplicação dos fluxos de bens e serviços de alto nível das redes inferiores em direção às redes urbanas superiores. Esse processo é uma das conseqüências dos novos padrões de localização das atividades terciárias, mesmo se a proximidade torna-se fator essencial na localização dos serviços. Castells observa que as mutações que ocorrem nas áreas de transportes e comunicações permitem uma relocalização dos serviços em áreas mais ou menos distantes dos grandes centros urbanos (Castells, 1989, p. 166-171). Essa tendência é particularmente relevante no setor dos *back offices*, que produzem serviços transmitidos aos usuários por telecomunicações. Os primeiros procuram terrenos e salários mais baratos, além de uma mão-de-obra qualificada, e instalam-se na periferia dos grandes centros urbanos ou em pequenas cidades de zonas rurais (sudeste inglês, região parisiense etc.). Paralelamente, os serviços de alto nível prestados às empresas, que supõem redes de transportes eficientes e um ambiente favorável à inovação e ao conhecimento especializado, ficaram relativamente concentrados nas grandes metrópoles, em função de suas restrições quanto à localização. Por isso, os produtores desses serviços se localizam prioritariamente perto dos grandes nós de comunicação, dos centros universitários, dos pólos de alta tecnologia etc.

Enfim, os fluxos verticais entre centros urbanos de diferentes níveis são também alimentados pela intervenção do Estado por meio do emprego público, dos investimentos em infra-estruturas diversas, dos circuitos de previdência social etc. Essas ações procuram, muitas vezes, compensar a desconexão crescente entre os pólos metropolitanos e as regiões menos dinâmicas. As desigualdades entre as zonas geográficas têm crescido tanto nos espaços nacionais como nas grandes regiões do mundo, elas podem aumentar também nas metrópoles mais dinâmicas economicamente. Esses fluxos *invisíveis* de solidariedade interterritorial crescem muito rapidamente nos países europeus, onde são significativos os orçamentos dedicados à gestão do território. Esse processo, que garante certa homogeneidade territorial, suscita, apesar disso, resistências crescentes. Hoje, parte da população das regiões de Milão ou mesmo de Karachi não quer mais pagar para as zonas mais pobres da Itália e do Paquistão. Essa questão deveria

suscitar outros debates, uma vez que revela uma dissociação crescente entre o espaço das grandes firmas (geralmente os pólos de crescimento metropolitanos) e as regulações pol ticas que caracterizam cada vez mais o processo de mundialização. Muitos autores (Dollfus, Veltz e outros) usam a figura do arquipélago para definir uma situação que se traduz pela emergência de novos modelos de organização territorial.

4.2.3 Os novos modelos de organização das redes urbanas

Um novo quadro conceitual que se está desenvolvendo considera as mutações ocorridas no processo mundial de urbanização nos últimos anos. Podemos observar a emergência de três novos conceitos. O primeiro refere-se às redes ou sistemas de cidades e traduz muito bem as interações existentes entre as cidades e a importância crescente da noção de circulação entre os pólos de crescimento. Essa abordagem evidencia o progresso dos transportes e das telecomunicações numa época caracterizada pela importância das circulações dos bens, das pessoas e cada vez mais das informações. Enfim, o poder de difusão da inovação representa fator essencial na dinâmica dos sistemas de cidades.

Esses processos provocam, segundo Mérenne-Schoumaker (1996, p. 51), três mutações significativas:

- a hierarquização dos pólos de n vel inferior, devido ao crescimento regular das relações horizontais entre eles. A conseqüência maior desse processo é a especialização crescente das cidades intermediárias;
- a permanência e/ou reforço das polarizações nacionais tradicionais. As grandes capitais são as cidades que mais se beneficiam do processo de mundialização da economia. Assim, 30 anos depois da tentativa de implementar pólos de equil brio territorial na França, podemos observar que o peso de Paris na economia francesa aumentou;
- a emergência de metrópoles internacionais e de algumas cidades mundiais. Uma metrópole internacional pode ser definida como uma cidade que participa plenamente das redes econômicas, cient ficas e culturais supranacionais, graças à existência de serviços de alta qualidade, de grandes laboratórios de pesquisa, de equipamentos culturais, da organização de congressos e feiras internacionais etc. Essa rede metropolitana inclui, além das grandes cidades européias, japonesas e norte-americanas, os pólos urbanos mais dinâmicos dos pa - ses em desenvolvimento: São Paulo, Cidade do México, Seul etc. De outro lado, se nos referimos ao trabalho de Sassen, a rede das cidades mundiais limita-se a Nova York, Londres e Tóquio (Sassen, 1991). Nessas três cidades, que têm o mundo por *hinterland*, registram-se, todos os dias, dois terços das transações financeiras mundiais.

Pode-se também ressaltar as mudanças na morfologia das redes de cidades. Se na maior parte do mundo em desenvolvimento a organização tradicional em teia de aranha é uma realidade, nos pa ses industrializados o modelo chamado de *hub and spokes* (núcleo e raios) desenha redes em forma de estrelas. Esse modelo é a representação espacial dos maiores fluxos de bens, pessoas e de informações entre as grandes cidades que atravessam espaços intersticiais incapazes de captar, mesmo que parcialmente, esses fluxos que impulsionam o crescimento econômico. Falamos de um *efeito túnel* que gera zonas de exclusão no espaço entre os pólos urbanos mais dinâmicos.

4.2.4 As cidades mundiais

O segundo conceito de organização dos sistemas de cidades corresponde ao modelo de metropolização que traduz a emergência de grandes centros urbanos, às vezes qualificados de pólos industriais, que exercem uma polarização cada vez maior sobre territórios cada vez mais amplos. Os geógrafos norte-americanos colocaram cedo em evidência o processo de concentração-internacionalização do capital e a intensificação de sua rentabilidade em conseqüência da nova distribuição das populações e das atividades nas grandes metrópoles. Esses centros metropolitanos internacionais têm o verdadeiro poder de comando dentro da economia-mundo contemporânea. Com efeito, eles privilegiam as funções gerenciais, os serviços superiores (atividades financeiras, imobiliárias, serviços informáticos, de consultoria, seguros, marketing etc.), as relações transnacionais, além da inovação cient fica e tecnológica. Assim, os empregos gerados por essas atividades são tanto altamente qualificados, como também mais tradicionais e menos qualificados (funções comercial e log stica etc.). Esses últimos são empregos que oferecem pouca segurança aos trabalhadores, em maioria jovens e mulheres cujos salários são normalmente inferiores à remuneração metropolitana mediana.

Apesar de uma fragmentação social e territorial crescente, as metrópoles internacionais apresentam-se como os nós de múltiplas redes de comunicações materiais e imateriais, que contribuem de maneira decisiva para a reorganização do espaço em regiões de influência cada vez mais amplas. A polarização exercida pelas metrópoles internacionais é ainda reforçada pela atração sobre as populações jovens que migram das cidades menores em direção a essas aglomerações, que ainda oferecem uma perspectiva de remuneração melhor, possibilidades de ascensão social, melhores possibilidades de acesso à infra-estrutura e serviços urbanos, assim como equipamentos culturais e de lazer

mais sofisticados e diferenciados. A megalópole concentra-se entre a região de Londres e o norte da Itália, passando pelas cidades do Ruhr, a maior parte da população, das firmas multinacionais, das atividades tecnológicas e dos pólos de excelência universitários (Brunet, 1989). Essa megalópole, relativamente próspera, opõe-se ao chamado arco atlântico, que vai do Algarve até a Escócia, e apresenta uma indigência metropolitana e, por conseqüência, uma economia muito menos dinâmica.

Esse modelo metropolitano de estruturação territorial tende, assim, a recolocar em questão o projeto de novas organizações urbanas estruturadas em torno do conceito de uma difusão amplamente descentralizada da inovação tecnológica a partir de pólos de excelência instalados em cidades intermediárias. A integração destas últimas à rede das aglomerações internacionais supõe infra-estruturas pesadas (aeroportos internacionais, teleportos etc.), um parque imobiliário comercial de alto nível, redes de serviços de grande qualidade e equipamentos culturais suscetíveis de atrair os executivos das firmas multinacionais. Nesse sentido, uma transformação profunda da hierarquia urbana parece ainda prematura, mesmo se as megacidades internacionais, mais sujeitas às oscilações da conjuntura econômica, conhecem dificuldades (multiplicações das externalidades negativas) que favorecem certo processo de descentralização das atividades nas regiões limítrofes, como nas *edge cities*.

CAPÍTULO II

Principais Características da Urbanização Brasileira

Assinalamos que o Brasil, surgindo embora pela via evolutiva da atualização histórica, nasceu já como uma civilização urbana.
Darcy Ribeiro, *O Povo Brasileiro. A Formação e o Sentido do Brasil*

1 Introdução

O principal objetivo deste capítulo é analisar as transformações ocorridas na rede de cidades do país a partir da década de 80, procurando compreender os principais fatores que geraram essas transformações. Pretende-se, dessa maneira, caracterizar a atual configuração urbana e identificar as tendências que se apresentam, com vistas a orientar a ação do governo federal, no âmbito do estudo *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, na concepção da política nacional de desenvolvimento urbano.

Os objetivos específicos do projeto são os seguintes:

- atualizar o referencial metodológico dos estudos de rede urbana, de forma a propor novas metodologias sobre o tema;
- obter a caracterização da atual configuração da rede urbana que explicite as correlações entre os diferentes espaços, com base no reexame da estrutura funcional das cidades do país, identificando os principais fatores responsáveis pela evolução da rede urbana nos últimos 15 anos;
- estabelecer um quadro de referência da rede urbana brasileira e identificar as aglomerações urbanas e as tipologias dos municípios, tendo em vista a redefinição de categorias urbanas;
- identificar de que forma a rede urbana evoluiu, as áreas que apresentaram maior ou menor dinamismo, os principais vetores de crescimento e as razões pelas quais ocorreram as transformações detectadas, de modo a caracterizar os aspectos positivos e negativos desse processo recente de urbanização;
- compreender as relações entre os processos sociais e a estrutura espacial de produção do país, identificando as causas dos estrangulamentos e as possibilidades e limites de cada espaço territorial considerado, avaliando as perspectivas de políticas supramunicipais que objetivem o desenvolvimento regional desses espaços;
- avaliar as transformações da hierarquia urbana e das economias regionais e os impactos das políticas econômicas na configuração da rede urbana brasileira.

O presente capítulo apresenta a configuração atual da rede urbana brasileira, por meio de um conjunto de mapas, procurando destacar os processos que a conformaram e que contribuem decisivamente para sua evolução futura.

2 O Processo de Urbanização no Brasil

As cidades brasileiras desempenharam importantes funções no processo de ocupação do território, servindo como sítios de suporte ao povoamento, centros de controle político e de armazenamento da produção agroextrativa, núcleos de conexão com os circuitos mercantis, pólos de crescimento industrial e nós da redes financeira e informacional[15]. Desde o século XVI até os dias atuais,

[15] Sobre o papel das cidades na formação histórica do Brasil, vide, por exemplo, Abreu (1996).

podem-se distinguir diversas formações territoriais, que expressam as distintas relações entre cidade e campo e entre as cidades no processo de desenvolvimento brasileiro. Tais formações poderiam ser esquematicamente divididas em:

1) Formação Territorial Escravista Atlântica, que, *grosso modo*, se estendia no continente americano desde o sul dos Estados Unidos até os limites da então Capitania de São Paulo e compreendia também as áreas de captura e comercialização de escravos no continente africano. A lógica de funcionamento do comércio triangular atlântico já foi longamente descrita em vários textos clássicos, cabendo explicitar um pouco mais o papel desempenhado pelas relações cidade e campo em uma economia submetida ao monopólio mercantil e controle metropolitano, durante a fase colonial, ou de estruturas de poder oligárquicas e latifundiárias, durante o período de formação dos estados nacionais.

No caso do Brasil, essas duas fases são muito explícitas, correspondendo ao Período Colonial (de 1500-34 até 1808-22) e ao Império Nacional (de 1808-22 até 1870-89[16]). Na primeira fase, cidade e campo eram verso e reverso do estabelecimento mercantil e, na verdade, não havia uma separação explícita de funções entre eles, desempenhando atividades complementares que operacionalizavam o funcionamento da exploração agrária ou mineradora colonial.

Na fase de formação e consolidação dos estados nacionais, que no caso brasileiro corresponde ao Império Escravista Mercantil, as cidades começam a adquirir funções urbanas, entre as quais destaca-se a capacidade de acumulação do capital mercantil, o que lhes confere capacidade financeira, até certo ponto, endógena para alimentar o processo de expansão da produção no campo. O exemplo das casas comissárias no Rio de Janeiro, já descrito e analisado em trabalho anterior[17], ilustra bem esse aspecto. Entretanto, a base escravista do processo produtivo limitava "por dentro" as possibilidades de expansão e acumulação ampliada da economia nacional, restringindo sua organização espacial às bacias urbanas comandadas pelos principais portos litorâneos, conformando o célebre arquipélago mercantil, já descrito e analisado por vários autores, como, por exemplo, Becker e Egler (1993).

2) Formação Territorial Agromercantil Nacional, que compreende os períodos 1870-89 e 1930-45, quando as condições de controle do processo de acumulação consolidaram-se no território nacional, constituindo-se o campo na principal fonte de riquezas, e a cidade, seu *locus* de comercialização, seja para o mercado mundial, seja para o mercado doméstico que começa a se expandir. O trabalho assalariado era dominante nas áreas produtoras do complexo cafeeiro paulista, enquanto no Nordeste prevaleciam as relações de parceria e, no Sul, o trabalho familiar nas pequenas propriedades. Os interesses urbanos estavam, predominantemente, representados pelos comerciantes e funcionários do Estado.

3) Formação Territorial Urbano-industrial Nacional, que nos interessa mais particularmente neste capítulo, consolida-se a partir da década de 30 e caracteriza-se pelo processo de industrialização que passa a determinar a lógica da acumulação endógena. Esse processo apresenta três fases distintas:

- fase da industrialização restringida: de 1930-45 a 1956-60, quando a lógica da acumulação ainda dependia visceralmente da capacidade de exportar bens agrícolas, em função de sua dependência da importação de bens de produção do mercado mundial;
- fase da industrialização pesada: de 1956-60 a 1975-79. O Plano de Metas e a industrialização pesada comandada pelo Estado, que se estende até o II Plano Nacional de Desenvolvimento, foram responsáveis por expressiva aceleração no ritmo de crescimento do mercado doméstico, que se expressa em novas relações cidade-campo, iniciando o processo de constituição da rede urbana integrada em âmbito nacional. Essa rede era a expressão do dinamismo do mercado doméstico, que deu sustentação ao processo de industrialização;
- fase de internacionalização financeira: de 1975-79 a 1991-95, caracterizada pela crise e esgotamento fiscal e financeiro do Estado nacional, cuja capacidade de comandar o processo de industrialização foi seriamente comprometida pelo endividamento interno e externo. A lógica do investimento passa a ser diretamente comandada por empresas transnacionais e pela presença do capital privado a elas associado. O período caracteriza-se pela redução do ritmo de crescimento das grandes metrópoles (São Paulo e Rio de Janeiro) e pela emergência de novos centros dinâmicos fora do eixo consolidado (Fortaleza, Manaus, Brasília-Goiânia, dentre outros).

A nosso juízo, a partir de 1991-95, a orientação do processo de industrialização passa a responder à dinâmica de uma estrutura de mercado que não está mais restrita às dimensões do território nacional, mas se orienta para a consolidação de cadeias produtivas transfronteiriças, principalmente no cone sul da América, destinadas a ocupar o mercado sul-americano e a competir em escala mundial. Nesse sentido, embora prematuramente, seria possível definir a emergência de uma nova formação territorial, cuja delimitação sugere dimensões transfronteiriças e cujo ritmo de acumulação está determinado pela capacidade de

[16] A periodização inclui o lapso de tempo que corresponde aos momentos históricos de transição, isto é, de ruptura com o anterior e consolidação do novo padrão.

[17] Vide Egler (1979).

conquistar fundos privados, seja no mercado doméstico ou mundial, viabilizada, em grande parte, pelas políticas cambiais e monetárias do Estado-nação, que passa a cooperar e/ou competir com outros Estados-nações pela captura desses fundos privados. A título provisório, podemos denominá-la *formação territorial urbano-financeira supranacional*.

Nos cartogramas a seguir, pode-se acompanhar o processo de urbanização brasileiro em suas diversas fases. O Cartograma 1 mostra que, no Período Colonial e durante o Império Escravista, as cidades distribuíam-se pela franja costeira com adensamentos nas áreas selecionadas, como o Saliente Nordestino e os Recôncavos das Baías de Todos os Santos e da Guanabara e em estuários e baixadas costeiras, como é o exemplo da Santista. A mineração de metais e pedras preciosas foi responsável pela interiorização do fato urbano nas Minas Gerais e Goiás, e a extração das drogas do sertão pelo esporádico assentamento urbano na Bacia Amazônica e no Golfão Maranhense.

O Vale do Paraíba Fluminense foi responsável pela principal atividade econômica do Império – a *plantation* escravista de café –, e a geopolítica imperial, pelos avanços na fronteira meridional e na bacia do Prata, levando o assentamento urbano ao interior da antiga província de Mato Grosso, ao longo da bacia do rio Paraguai.

O avanço do complexo cafeeiro paulista, como o principal motor do processo de interiorização do crescimento urbano, que avança pelo Planalto Paulista ao longo do traçado das ferrovias que abriam terras e escoavam o café para o porto de Santos (Cartograma 1). A conformação do leque de cidades a partir da cidade de São Paulo guarda significativas semelhanças com o desenho da bacia urbana que se conformou no Pampa Úmido, a partir de Buenos Aires, e demonstra o dinamismo dessas formações territoriais durante o período agrário mercantil com trabalho assalariado alimentado pela imigração.

No Cartograma 2 é possível vislumbrar os impactos da industrialização nacional sobre a configuração da rede urbana brasileira. O grande adensamento urbano que aconteceu entre as décadas de 30 e 60 pode ser descrito como um movimento de avanço das frentes pioneiras e de Marcha para o Oeste, formando um grande arco entre o norte do Paraná e a porção central de Goiás. Os núcleos urbanos implantados no período 1960-80 estão fortemente marcados pelo viés político e refletem, em grande parte, os desmembramentos visando a aumentar as cotas no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Esse fato é particularmente significativo no sertão nordestino, embora já sejam visíveis os novos assentamentos ao longo dos grandes eixos que avançam na Amazônia, porém com um padrão completamente diferente comparado ao do final do século passado em São Paulo, já que a densidade demográfica é muito menor, devido à alta tecnificação da agropecuária.

Finalmente, no período 1980-93, consolidam-se novas áreas de semeadura urbana nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Tocantins, em um arco de grandes dimensões e muito espaçado entre os principais adensamentos urbanos, denotando um padrão completamente distinto das frentes pioneiras dos anos 30, quando o processo de criação de cidades ocorria de modo muito mais adensado, devido à importância que assumia o povoamento rural.

Cumpre ressaltar, ainda, a importância do arco urbano que acompanha a fronteira meridional, desde o Rio Grande do Sul até o Mato Grosso do Sul. Esse expressivo adensamento urbano ao longo da fronteira reflete antigas preocupações geopolíticas e novas tendências geoeconômicas, em virtude da integração econômica no cone sul da América.

3 A Urbanização Acelerada e a Consolidação da Constelação Metropolitana

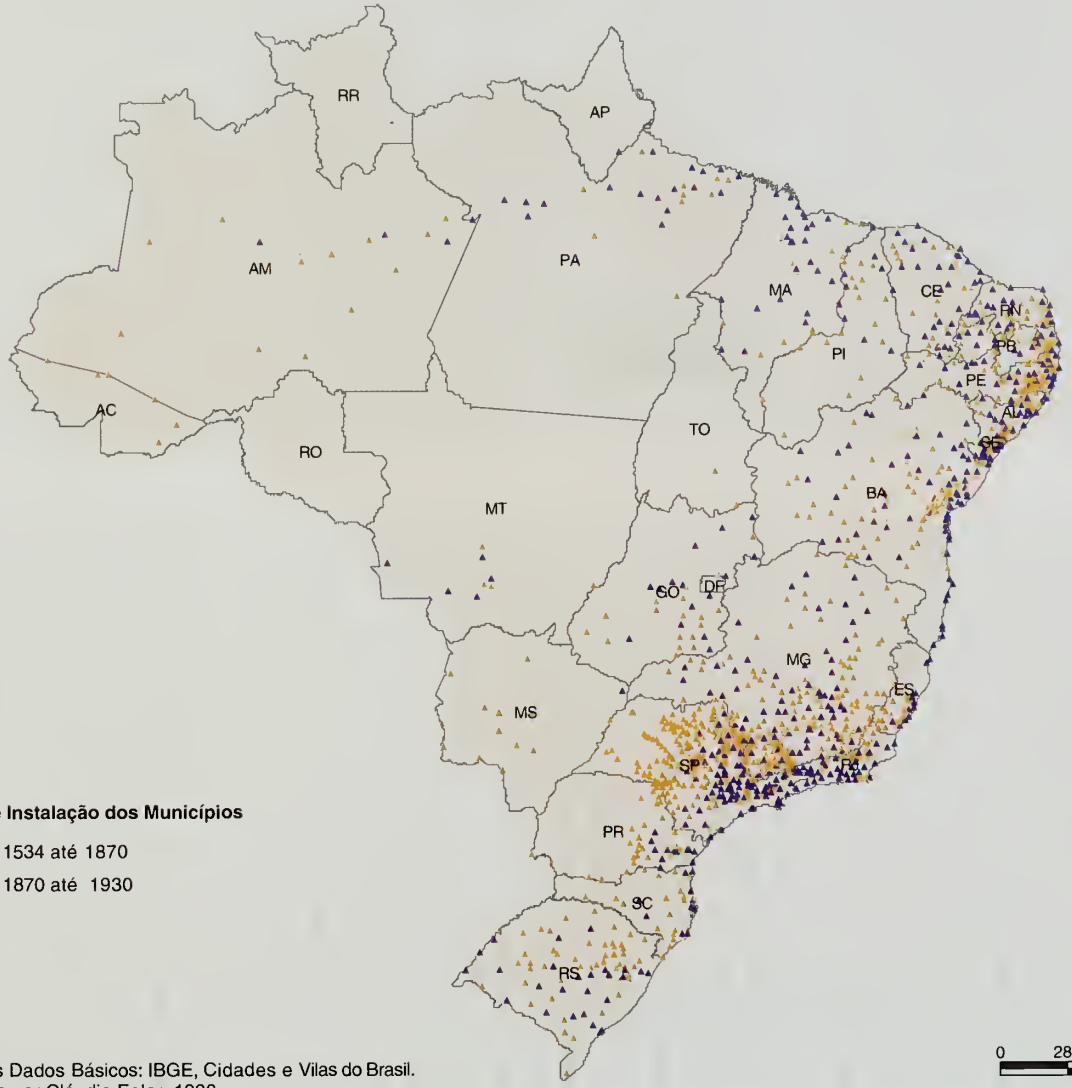
Em poucas décadas, o Brasil transformou-se em um país urbano, comprimindo no tempo um processo que alhures se fez muito mais lentamente. No início da década de 90, as áreas urbanas ultrapassaram o limite dos 100 milhões de indivíduos. Ao contrário de seus vizinhos sul-americanos, cuja distribuição urbana é mais estabilizada, a urbanização no Brasil apresenta um ritmo extremamente dinâmico, devido, em grande parte, a dois processos articulados. Primeiro, à concentração populacional nas metrópoles – estas, em 1996, respondiam por 42% da população urbana brasileira; segundo, à expansão e ao adensamento da estrutura urbana, tanto em áreas de povoamento consolidado como na fronteira de recursos.

A indústria teve papel fundamental no crescimento das metrópoles e das aglomerações urbanas imediatamente abaixo desse nível. Somente as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro – com 16 milhões e 10 milhões de habitantes, respectivamente – respondiam juntas, em 1980, por 75,4% do pessoal ocupado e quase 65% do valor da transformação industrial em todo o país.

Essas metrópoles são secundadas, tanto em termos de crescimento demográfico como de situação de renda, por dois tipos de cidades:

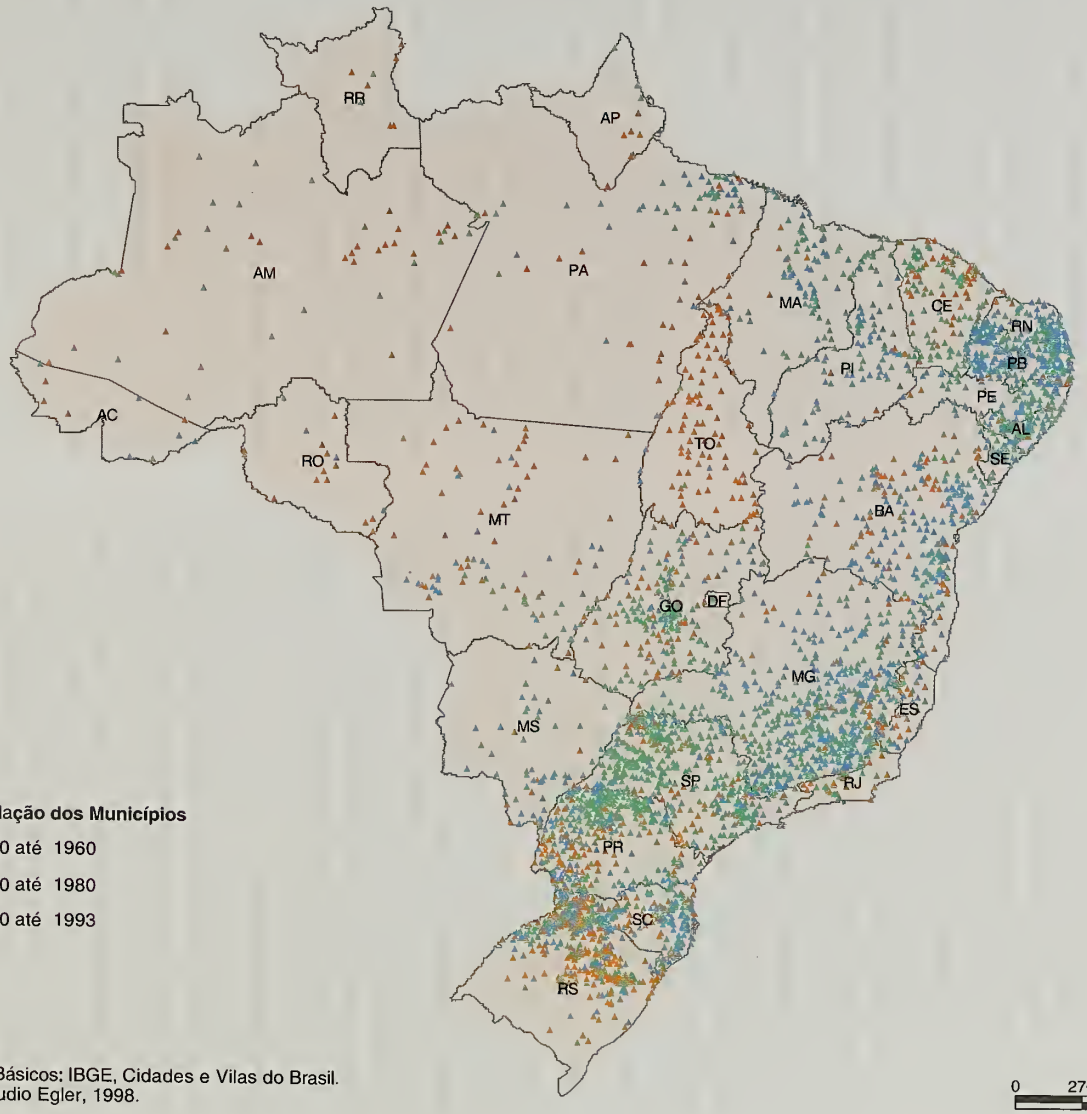
- as que correspondem à desconcentração industrial de São Paulo e tiveram crescimento demográfico superior

CARTOGRAMA 1
BRASIL – EXPANSÃO URBANA (1534-1930)



Fonte dos Dados Básicos: IBGE, Cidades e Vilas do Brasil.
Elaborado por Cláudio Egler, 1998.

CARTOGRAMA 2
BRASIL – EXPANSÃO URBANA (1930-1993)



Fonte dos Dados Básicos: IBGE, Cidades e Vilas do Brasil.
Elaborado por Cláudio Egler, 1998.

ao da própria região metropolitana paulista, como é o caso de Campinas e São José dos Campos;

- as regiões metropolitanas com indústrias ou pólos industriais avançados, como Belo Horizonte (metalurgia e material de transporte), Salvador (petroquímica), Curitiba e Porto Alegre (indústrias diversificadas).

A dispersão urbana, tanto em termos populacionais como de renda, acontece a partir de modalidades, movidas por fatores que não se ligam diretamente à indústria, geralmente correspondendo a posições de contato entre áreas de economias diversas.

A primeira modalidade é a extensão contínua de centros urbanos a partir da cidade mundial; trata-se de cidades ricas que balizam regiões de agricultura diversificada e regiões basicamente pecuaristas por onde avança a agricultura moderna da soja e da cana-de-açúcar.

A segunda é a formação de ampla frente urbana de interiorização correspondente às grandes capitais estaduais do centro-norte, que balizam a urbanização no interior como pontos de contato e intermediação entre as bordas da cidade mundial e áreas de avanço da fronteira. Papel central na presença de grandes populações e de rendas relativamente elevadas deve-se ao Estado. O expoente máximo dessa situação é Brasília, a capital da geopolítica, que registrou a maior proporção no país da PEA urbana nas mais altas classes de renda.

A terceira modalidade da dispersão é característica da fronteira. Inclui centros regionais e locais que constituem a base logística das frentes de expansão agropecuárias e minerais; inclui também o crescimento explosivo de pequenos núcleos dispersos vinculados à abertura da floresta ou a garimpos, que se constituem em locais de reprodução da força de trabalho móvel, razão pela qual muitos são também efêmeros, deslocando-se com o movimento das frentes de povoamento (Becker, 1974).

Considerando os resultados do Censo de 1991, do ponto de vista da dinâmica demográfica, alguns aspectos devem ser ressaltados.

Primeiro, a relativa estabilização do crescimento das megacidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, que apresentam taxas de incremento inferiores à média nacional e mesmo aquelas da população dos estados de que fazem parte, demonstrando indícios de desconcentração territorial do efetivo humano. Essa situação é compartilhada por Recife, embora a população do estado de Pernambuco cresça mais lentamente, indicando que ainda perdura o processo de concentração metropolitana nessa porção do território nacional.

Segundo, e reverso do primeiro, o rápido crescimento de Fortaleza e Salvador, no Nordeste, revela que o processo de metropolização acompanha a industrialização periférica e que o grande movimento nacional de convergência para as metrópoles do Sudeste, a partir da década de 50, reproduz-se em escala regional nos anos 80. Fortaleza assume situação quase paradigmática deste caso, pois em 1991 a região metropolitana já concentrava 36% da população do estado do Ceará, com uma taxa de crescimento equivalente a aproximadamente o dobro da média nacional.

Terceiro, a formação de um cinturão metropolitano em torno do núcleo industrial original, por meio do crescimento acelerado de Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Brasília (DF). Todos esses grandes aglomerados urbanos apresentam taxas de crescimento superiores às de São Paulo e Rio de Janeiro, destacando-se entre eles, por já terem ultrapassado a barreira de 3 milhões de habitantes, Belo Horizonte, na porção setentrional, e Porto Alegre, no extremo meridional do cinturão agroindustrial, que se está consolidando em torno do núcleo original da industrialização brasileira.

A constelação formada pelas nove regiões metropolitanas e o Distrito Federal era responsável, em 1985, por cerca da metade do valor bruto da produção industrial e da receita de vendas de mercadorias e praticamente por dois terços das receitas do setor de serviços do Brasil. A metrópole paulistana, por exemplo, era sozinha responsável por um quarto do valor bruto da produção industrial, um quinto das receitas do comércio de mercadorias e um quarto das receitas do setor de serviços. Nesse sentido, a crise é antes de tudo uma crise metropolitana, cujos efeitos se propagam de modo desigual pelas grandes cidades brasileiras, dadas as peculiaridades regionais de seu desenvolvimento (Egler, 1996, p. 194-198).

Os dados relativos ao sistema urbano das regiões brasileiras revelam alguns aspectos importantes. O Sudeste, que corresponde ao núcleo original da industrialização, revela a formidável concentração da indústria (52,4%), do comércio (58,9%) e dos serviços (75,4%) nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, sendo particularmente acentuado o fato de que três quartos das receitas de serviços estejam concentrados nas metrópoles, o que é um indicador indireto da elevada centralidade urbana da região.

O Sul, dadas as características históricas e geográficas de seu desenvolvimento, apresenta estrutura mais dispersa, com maior concentração metropolitana na oferta de serviços. Por outro lado, são flagrantes os efeitos territoriais da *nova indústria* nordestina, cuja produção está fortemente concentrada nas áreas metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza (58,9%), concentração superior à receita dos serviços (50,1%). Esse é um efeito peculiar das políticas regionais centradas na indústria como motor dinâmico do desenvolvimento, cujo melhor exemplo está na Região Metropolitana de Salvador, que concentrava cerca de 80% do total do valor da transformação industrial do estado da Bahia e aproximadamente 35% do valor total da região Nordeste.

O Norte e o Centro-Oeste revelam estruturas semelhantes no que diz respeito ao peso metropolitano da indústria e do comércio, em grande parte devido ao papel de suas cidades médias, como Goiânia e Manaus, que dividem o papel urbano com os aglomerados metropolitanos de Brasília e Belém, respectivamente. No entanto, deve ser ressaltada a ponderável presença de Belém no comércio regional, papel tradicional dessa cidade na foz do Amazonas, como também o papel de destaque de Brasília na receita dos serviços da região Centro-Oeste, reforçando, em grande parte devido ao papel de Capital federal, sua centralidade na rede urbana regional.

Uma das principais questões nesse contexto é o abastecimento dessas aglomerações metropolitanas, que exige redes de circulação eficientes para garantir a oferta de bens agrícolas a esse grande contingente populacional, garantindo, por meio da oferta de alimentos, o aumento dos salários reais. Esse é um dos nós centrais de uma política territorial com profundas implicações sociais, uma vez que houve, nos anos 80, a convivência de grandes safras com elevações constantes nos preços da cesta básica.

Os cartogramas, a seguir, mostram a importância do processo de urbanização recente e o papel das grandes metrópoles na consolidação da rede urbana nacional.

Os Cartogramas 3 e 4, relativos à densidade demográfica e da população rural nos anos de 1980 e 1996, mostram que o avanço da urbanização no período recente não é acompanhado por mudanças significativas na população rural, cuja tendência segue declinante em todo o território nacional. Chama particularmente a atenção o processo que está ocorrendo na Amazônia, onde há o esvaziamento do campo, povoado a pouco mais de uma década – como é o caso de Rondônia –, ao lado da abertura de novas áreas rurais no sul do Pará, ao longo da Transamazônica, em uma área que está se caracterizando pela violência dos conflitos rurais.

Os Cartogramas 5, 6 e mostram o crescimento urbano no período recente, com destaque, como já apontado, para a perda de velocidade do incremento das grandes metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro e a crescente importância de novas áreas metropolitanas, como a de Fortaleza e Salvador, e centros regionais, como Manaus, Campo Grande ou Natal. Especial atenção deve ser dada ao novo desenho que está assumindo a urbanização na região Centro-Oeste, com a formação de um importante complexo territorial entre Brasília, Anápolis e Goiânia. A denominação de região do entorno de Brasília é insuficiente para dar conta do que se está passando nessa área, onde a divisão territorial de funções e as relações recíprocas definem um novo padrão de urbanização ainda não descrito com devida precisão na literatura geográfica atual.

4 A Estrutura Produtiva e as Redes Nacionais

A organização espacial das redes de circulação de mercadorias, distribuição de energia elétrica e de telecomunicações constitui um indicador, mesmo que superficial, dos efeitos do processo de modernização sobre o território, na medida em que foram transformadas estruturas espaciais pretéritas e construídas novas formas adequadas ao processo de produção e gestão da empresa capitalista em sua fase avançada. Nesse sentido, as redes manifestam a territorialidade dos complexos industriais.

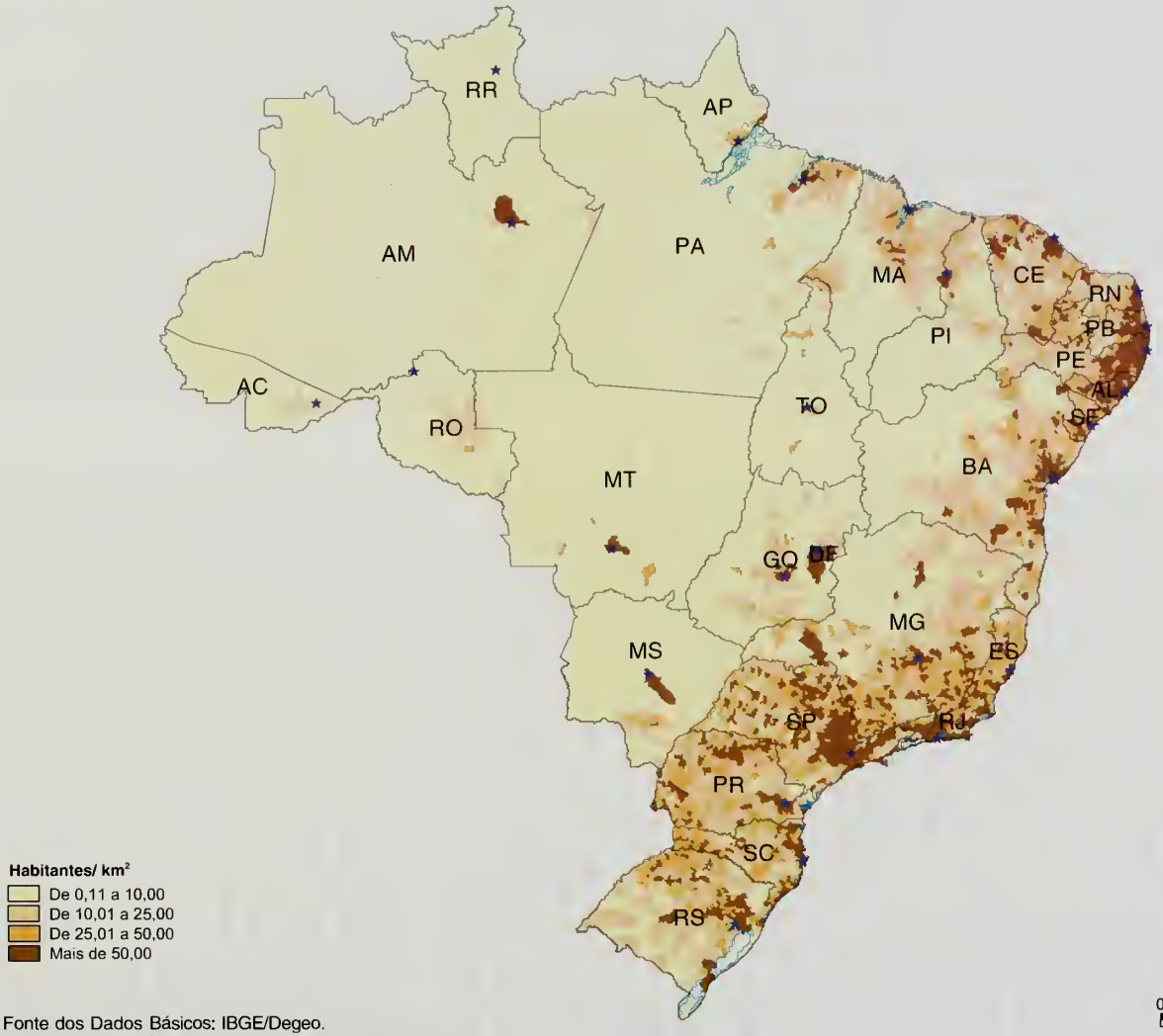
A rede de circulação de mercadorias, expressa na malha rodoviária nacional, delimita, *grosso modo*, a área de mercado integrada. Não se trata propriamente de uma estrutura montada a partir do setor manufatureiro, pois reflete as heranças do passado agrário-mercantil, quando assumia a forma de *bacias de drenagem* destinadas a integrar as áreas produtivas aos portos litorâneos, tal como a rede ferroviária. Sobre essas *bacias* superimpõe-se o traçado dos grandes eixos nacionais, que convergem para o centro manufatureiro no Centro-Sul do país, como, por exemplo, a BR-116, antiga Rio-Bahia, primeiro grande eixo de interligação entre o Nordeste e o núcleo industrial do Sudeste.

A rede de energia superimpõe-se à área industrial central, mostrando a capacidade da atividade manufatureira de construir sua base técnica territorial, que, no caso específico da rede de distribuição de energia elétrica, foi montada nos últimos 30 anos com maciço investimento estatal. É corrente considerar as fontes de energia como fator-chave de localização industrial. Entretanto, dado o caráter tardio da industrialização brasileira, que já nasceu buscando atingir economias de escala, e considerando a mobilidade da energia elétrica, a constituição do parque industrial ocorreu concomitantemente com a construção da rede de distribuição de energia, o que resultou na extraordinária concordância entre a localização de plantas industriais e os circuitos da rede de energia elétrica.

O resultado espacial desse processo pode ser percebido quando se compara o sistema de geração e distribuição de energia elétrica no Sudeste com seu congênere nordestino. Enquanto na área industrial central verifica-se o adensamento dos circuitos, formando uma rede complexa, o sistema nordestino apresenta-se com eixos isolados que atendem aos principais núcleos urbanos da região.

Finalmente, a rede nacional de telecomunicações, expressa no sistema de microondas, mostra que os maiores aglomerados urbanos estão interligados no que diz res-

CARTOGRAMA 3
BRASIL – DENSIDADE DEMOGRÁFICA (1996)



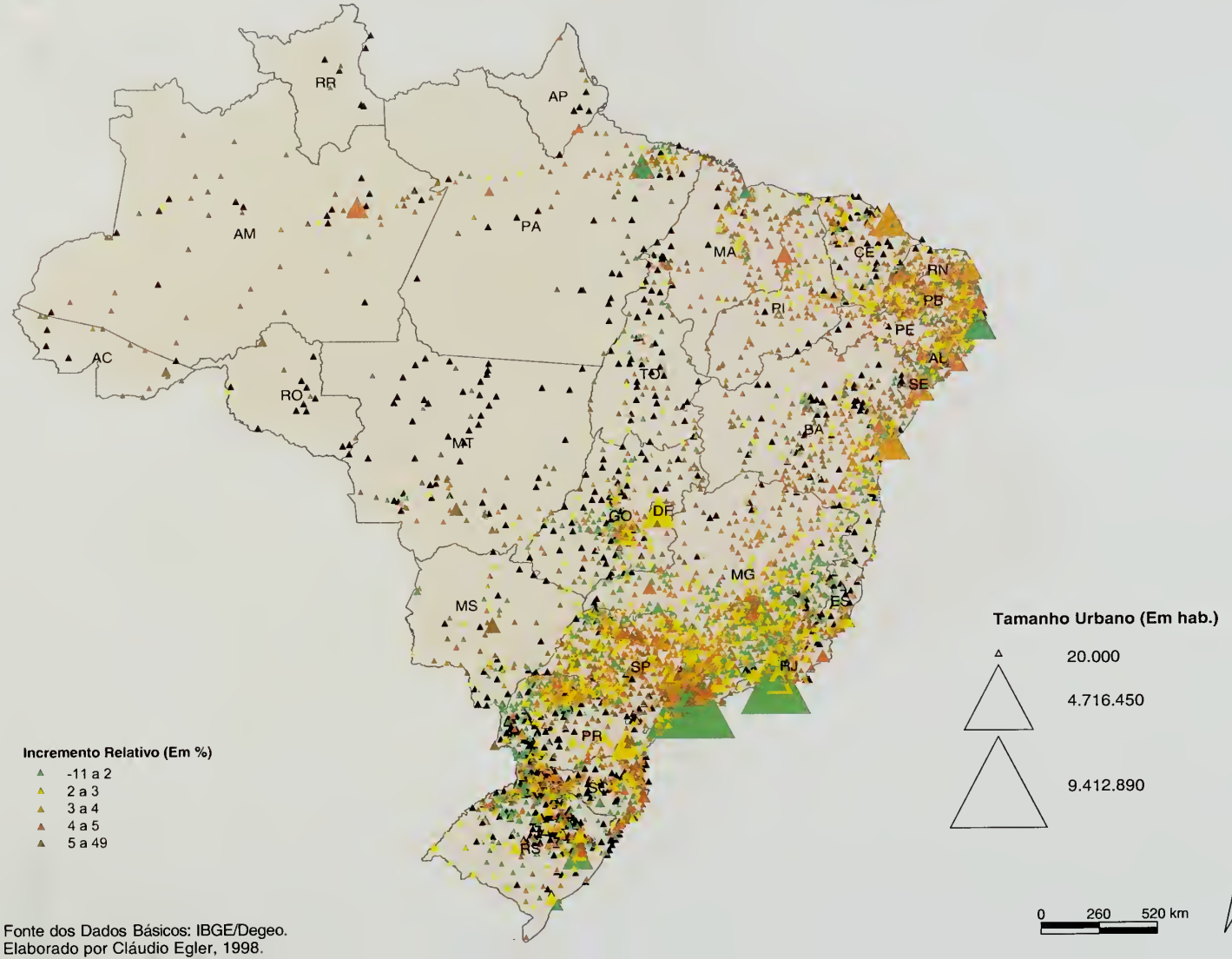
Fonte dos Dados Básicos: IBGE/Degeo.
Elaborado por Cláudio Egler, 1998.

CARTOGRAMA 4
BRASIL – DENSIDADE DA POPULAÇÃO RURAL (1996)

Fonte dos Dados Básicos: IBGE/Degeo.
Elaborado por Cláudio Egler, 1998.

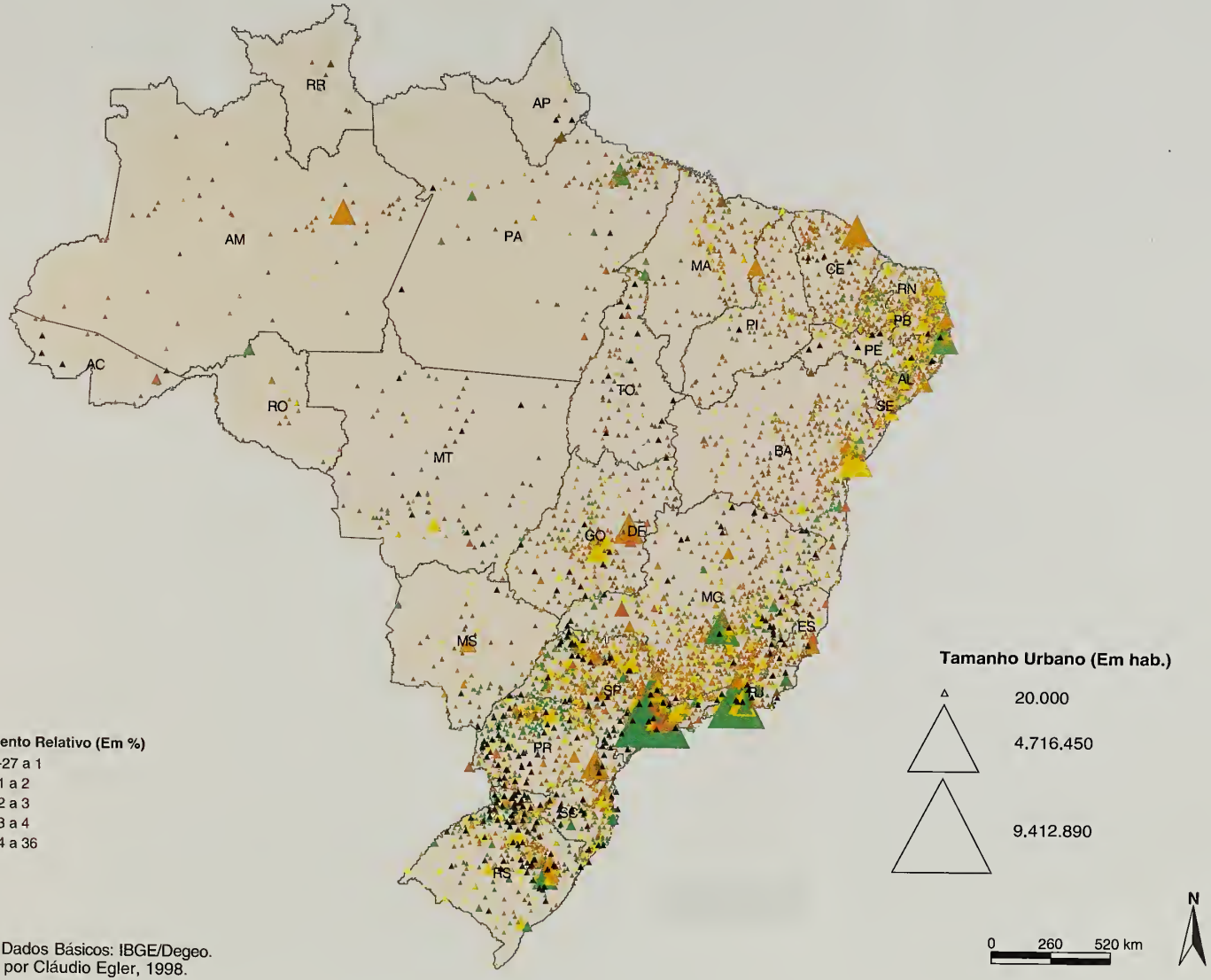
CARTOGRAMA 5

BRASIL – CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA (1980-91)



Fonte dos Dados Básicos: IBGE/Degeo.
Elaborado por Cláudio Egler, 1998.

CARTOGRAMA 6
BRASIL – CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA (1991-96)



Fonte dos Dados Básicos: IBGE/Degeo.
Elaborado por Cláudio Egler, 1998.

peito à circulação rápida de informações a longa distância. A construção dessa rede, iniciada durante os anos 60 e intensificada durante a década de 70, mostra os efeitos da centralização dos processos decisórios na cidade mundial e atende, principalmente, às demandas do setor financeiro, que depende de ligações rápidas e confiáveis a longa distância para operar de modo competitivo.

A principal observação a ser feita quanto à rede de telecomunicações é que, desde o momento de sua concepção, ela já é necessariamente uma rede nacional. Em poucas palavras, é a materialidade espacial da forma mais avançada de operação capitalista – a empresa financeira multilocacional. Nesse sentido, é possível compreender o rápido desenvolvimento do sistema nacional de comunicações a longa distância que, em duas décadas, interligou todo o território nacional sem que a grande maioria da população tenha acesso sequer a um aparelho telefônico.

5 A Distribuição da Renda, do Emprego e da Pobreza Urbana

Em uma economia de dimensões continentais e marcada por uma desigual distribuição territorial de renda, o comportamento do mercado de força de trabalho é um sensível indicador das condições de reprodução do trabalhador e de sua família. Os ajustes recessivos efetuados no início dos anos 80 elevaram a taxa de desemprego aberto nas maiores regiões metropolitanas do país, onde é realizada, pelo IBGE, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME). A questão do trabalho vem acentuando-se desde a década de 80, com o rápido crescimento das taxas de desemprego aberto, sobretudo na Região Metropolitana de São Paulo, o *core* industrial do país.

A urbanização foi sustentada, em grande parte, por esmagadora maioria de mão-de-obra barata e pobre. Ainda assim, o trabalho urbano significa ascensão, pois a proporção de trabalhadores na faixa inferior a um salário mínimo foi de cerca de 25% no Brasil urbano, bem inferior ao índice de 38% do país como um todo.

Apesar da multiplicidade de tempos e espaços, persiste, em nível regional, a polaridade riqueza/pobreza entre o Nordeste e São Paulo. No Nordeste, além da pobreza rural, a urbanização com industrialização induzida não resultou na elevação da renda dos trabalhadores, mesmo nas grandes concentrações metropolitanas. Existe um padrão nordestino de urbanização: as cidades apresentam prevalência de população de baixa renda; mais de 50% da PEA urbana recebe mensalmente até um salário mínimo.

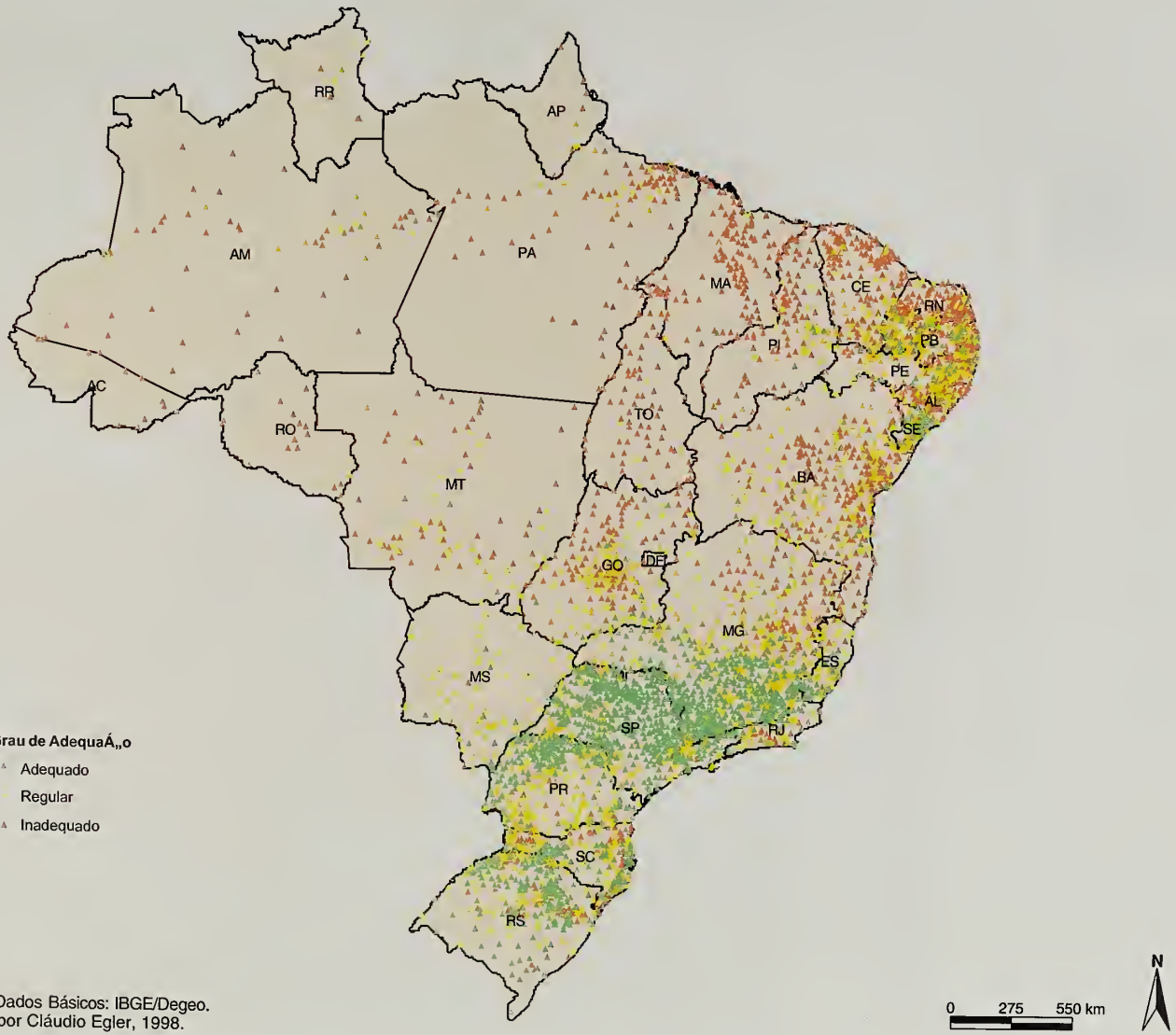
Em termos intra-regional e intra-urbano, a disparidade se reproduz. A Região Metropolitana de São Paulo é muito mais rica do que a do Rio de Janeiro, mas esta está contida dentro das grandes metrópoles. Na Região Metropolitana de São Paulo, a proporção de trabalhadores ganhando até um salário mínimo é de 9,2%; na do Rio de Janeiro, é superior a 14%; e na de Belo Horizonte, alcança quase 21%.

Crescimento econômico com pobreza crescente, movimentos espontâneos na economia informal e estruturas econômicas formais se complementam para sustentar o crescimento metropolitano. A pobreza, por um lado, constitui um entrave à maior expansão das grandes empresas, mas, por outro, permite a proliferação de fabricação menos capitalizadas e criadoras de emprego. O mercado unifica a economia urbana e, quanto maior a cidade, maior a possibilidade de multiplicação de atividades informais. Explica-se, assim, a expansão do emprego – ainda que rotativo e mal remunerado – na indústria metropolitana, ao contrário do que ocorre nas economias centrais. No caso brasileiro, a periferia cresce com a indústria e a migração de população de baixa renda. O lugar da riqueza torna-se literalmente o lugar da pobreza (Santos, 1989).

As metrópoles tornaram-se também o lugar da crise urbana, das carências sociais de vários tipos manifestas em movimentos de *posseiros*, de *invasões dos sem-teto* e loteamentos clandestinos. Elas têm os problemas de gestão complexa comum às grandes aglomerações urbanas que se repartem entre distintas administrações locais, bem como os problemas específicos das cidades de economias periféricas (Cartograma 7), resultando em elevado potencial de conflitos reivindicatórios de direito à cidadania.

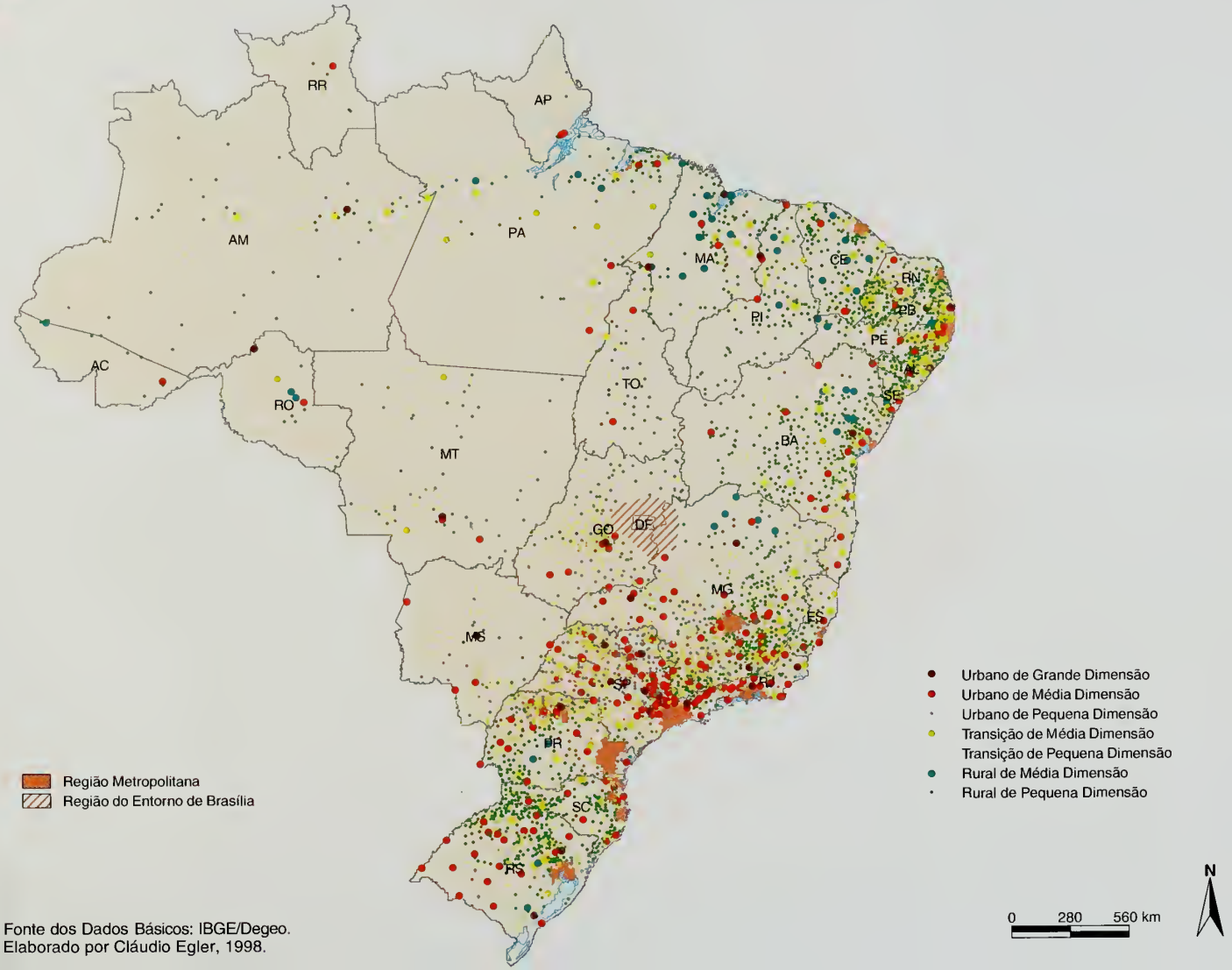
As grandes aglomerações urbanas tornaram-se o palco principal da luta pela redemocratização da sociedade e pela preservação da integridade do parque industrial nacional (Cartograma 8).

CARTOGRAMA 7
BRASIL – SERVIÇOS URBANOS: ABASTECIMENTO DE ÁGUA (1991)



Fonte dos Dados Básicos: IBGE/Degeo.
Elaborado por Cláudio Egler, 1998.

CARTOGRAMA 8
BRASIL – REGIÕES METROPOLITANAS E TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS



Fonte dos Dados Básicos: IBGE/Degeo.
Elaborado por Cláudio Egler, 1998.

CAPÍTULO III

Os Sistemas Urbano-regionais do Brasil

Lugares, como o espaço e o tempo, são constructos sociais, assim devem ser lidos e compreendidos.
David Harvey, *Justice, Nature & the Geography of Difference*

1 Introdução

Os resultados apresentados nas Partes I, II e III deste livro, bem como a definição da hierarquia dos centros urbanos brasileiros, obtida como resultado do estudo *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, permitiram a elaboração dos cartogramas e análises apresentados nos anexos. A partir deles, é possível uma primeira aproximação aos sistemas urbano-regionais presentes na rede urbana brasileira, vistos como circuitos dessa rede que possuem características estruturais e dinâmicas próprias e diferenciadas entre si.

A caracterização e a análise da dinâmica espacial da rede urbana nacional são os objetivos principais deste capítulo, considerando que há mais de 15 anos não se realizam trabalhos dessa natureza e que, durante esse período, o processo de urbanização no Brasil não apenas se manteve acelerado, mas, principalmente, apresentou uma diversidade e uma heterogeneidade de situações próprias dos países em desenvolvimento. Tal diversidade leva ao desenvolvimento de novos procedimentos metodológicos que compreendam o mosaico de tempos e espaços presentes neste final de século no território nacional. Para tratar dessa situação complexa, foram utilizadas as seguintes categorias analíticas fundamentais, a saber:

1 – Região de influência de cidades: porções do espaço submetidas à influência de centros urbanos, cujos fluxos de pessoas, mercadorias e informações permitem a conformação de estruturas territoriais relativamente estáveis no decorrer do tempo.

Segundo a classificação adotada pelo IBGE, podem ser identificadas 33 regiões de influência de cidades, classificadas segundo as grandes regiões adotadas por esse órgão, a saber:

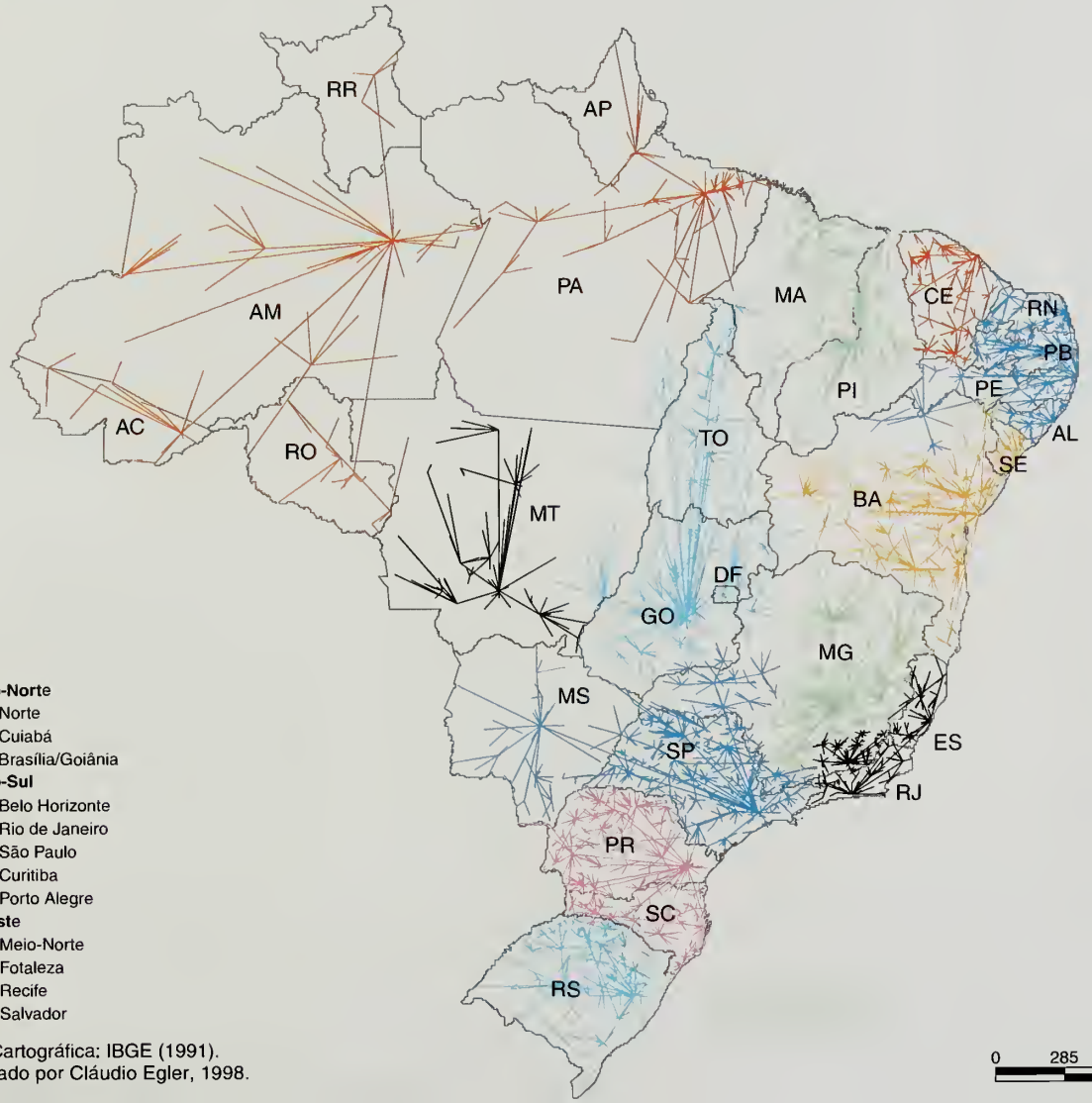
- região Norte (2): Manaus e Belém;
- região Nordeste (9): São Luís, Teresina, Fortaleza, João Pessoa, Campina Grande, Recife, Caruaru, Salvador e Feira de Santana;
- região Sudeste (12): Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberlândia, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, Marília, São José do Rio Preto e Presidente Prudente;
- região Sul (8): Curitiba, Londrina, Maringá, Florianópolis, Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Passo Fundo;
- região Centro-oeste (2): Brasília e Goiânia.

2 – Sistemas urbano-regionais: definidos a partir da agregação das regiões de influência das cidades, que foram grupadas segundo critérios de contigüidade espacial e de dependência funcional.

Compreendem sistemas territoriais organizados a partir de metrópoles (globais, nacionais ou regionais) e centros regionais, que possuem encadeamento funcional entre os diversos níveis de influência, seja recíproco – entre cidades do mesmo nível –, seja hierárquico – dos níveis superiores de polarização para os inferiores.

Foram identificados 12 sistemas urbano-regionais no Brasil, nomeados a partir das cidades que os encabeçam ou, se esta não está ainda claramente definida, a partir do território polarizado pelo sistema. Os 12 sistemas urbano-regionais e as respectivas regiões de influência das

CARTOGRAMA 9
BRASIL – SISTEMAS URBANOS



Base Cartográfica: IBGE (1991).
Elaborado por Cláudio Egler, 1998.

cidades que os compõem são os seguintes:

- Cuiabá (1): Área de Influência de Cuiabá;
- Norte (2): Belém e Manaus;
- Meio-norte (2): São Luís e Teresina;
- Fortaleza (1): Fortaleza;
- Recife (4): Recife, João Pessoa, Campina Grande e Caruaru;
- Salvador (2): Salvador e Feira de Santana;
- Belo Horizonte (1): Belo Horizonte;
- Rio de Janeiro (3): Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Vitória;
- São Paulo (8): São Paulo, Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, Marília, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Uberlândia;
- Curitiba (4): Curitiba, Londrina, Maringá e Florianópolis;
- Porto Alegre (4): Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Passo Fundo;
- Brasília-Goiânia (2): Brasília e Goiânia.

Cabem alguns esclarecimentos acerca da nomenclatura utilizada para os sistemas urbano-regionais. Como padrão, adotou-se o nome da metrópole que encabeça o sistema. As exceções ocorreram em áreas em que a hierarquia não está claramente definida, como no Norte (Belém e Manaus) e Meio-norte (São Luís e Teresina), ou em que dois núcleos urbanos importantes, relativamente próximos, exercem funções complementares e não devem ser tratados separadamente. Esse é o caso de Brasília e Goiânia, onde existe uma relação peculiar entre a massa populacional (Brasília e seu entorno) e a potência de polarização (Goiânia). A essa particular forma espacial denominou-se Complexo Territorial de Brasília-Goiânia.

3 – *Estruturas urbanas:* formam a armadura da rede urbana brasileira e refletem os distintos tempos presentes no processo de urbanização nacional, isto é, suas dinâmicas diferenciadas. A estrutura urbana não constitui uma região, ou qualquer outra dimensão territorial em si, mas procura, sim, expressar a coexistência de tempos diferenciados em um mesmo espaço territorial integrado.

As estruturas urbanas se diferenciam segundo três características espaciais básicas: o ritmo da urbanização; o nível de adensamento da rede de cidades; e o grau de complementaridade entre os centros urbanos que a compõem. Outro aspecto fundamental que ajuda a diferenciar essas estruturas urbanas são os níveis de desenvolvimento humano atingidos pelos habitantes das cidades que as integram, expressos nos indicadores de renda, alfabetização e acesso aos serviços urbanos básicos.

Nesse sentido, foram definidas três grandes estruturas urbanas articuladas e diferenciadas: o Centro-sul; o Nordeste e o Centro-norte, compostas dos seguintes sistemas urbanos:

- Centro-sul (5): Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte;
- Nordeste (4): Salvador, Recife, Fortaleza e Meio-norte;
- Centro-norte (3): Norte, Cuiabá e Brasília-Goiânia.

4 – *Rede urbana nacional:* compreende o conjunto das cidades que polarizam o território nacional e os fluxos de bens, pessoas e serviços que se estabelecem entre elas e com as respectivas áreas rurais.

Em uma visão simplificada, é formada por centros urbanos de dimensões variadas, que estabelecem relações dinâmicas entre si, como campos de forças de diferentes magnitudes que interagem no decorrer do tempo. São essas interações que respondem não apenas pela atual conformação espacial da rede, mas também por sua evolução futura, cuja compreensão é fundamental para estabelecer metas de políticas públicas de desenvolvimento.

2 A Rede Nacional e suas Estruturas Urbanas

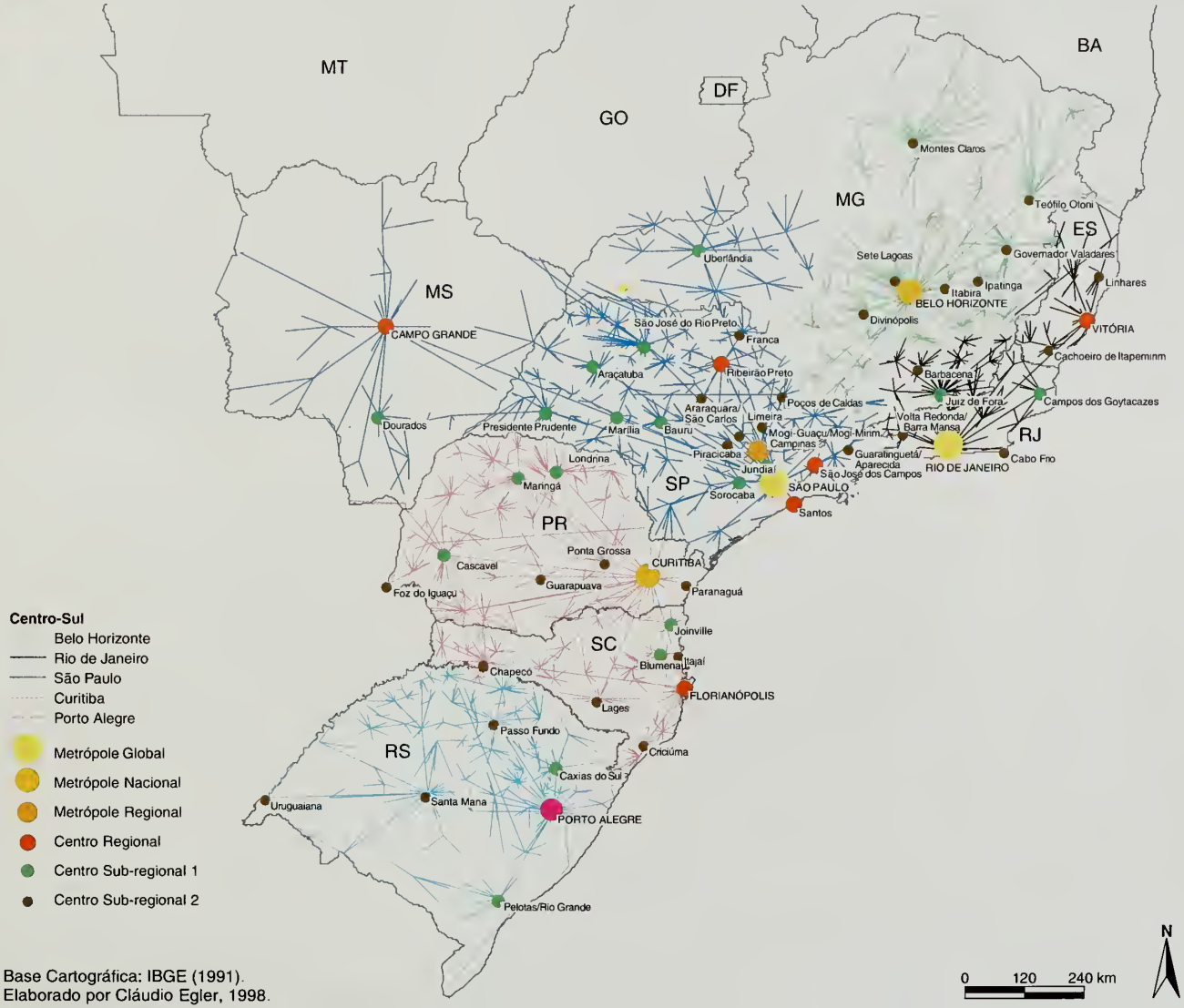
Em uma breve descrição, podem-se visualizar a configuração atual e as perspectivas dinâmicas da rede de cidades no Brasil, a partir das três estruturas urbanas que a constituem. Para a análise que se segue, foram elaborados tabelas e mapas incluídos nos anexos.

O Centro-sul compreende os sistemas urbano-regionais de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre, os quais se caracterizam pela concentração de sua população em cidades, refletindo elevados índices de urbanização e de metropolização. A densa rede de cidades que recobre seu território é responsável pela projeção de sua influência em âmbito nacional e supranacional, avançando no processo de integração sul-americana.

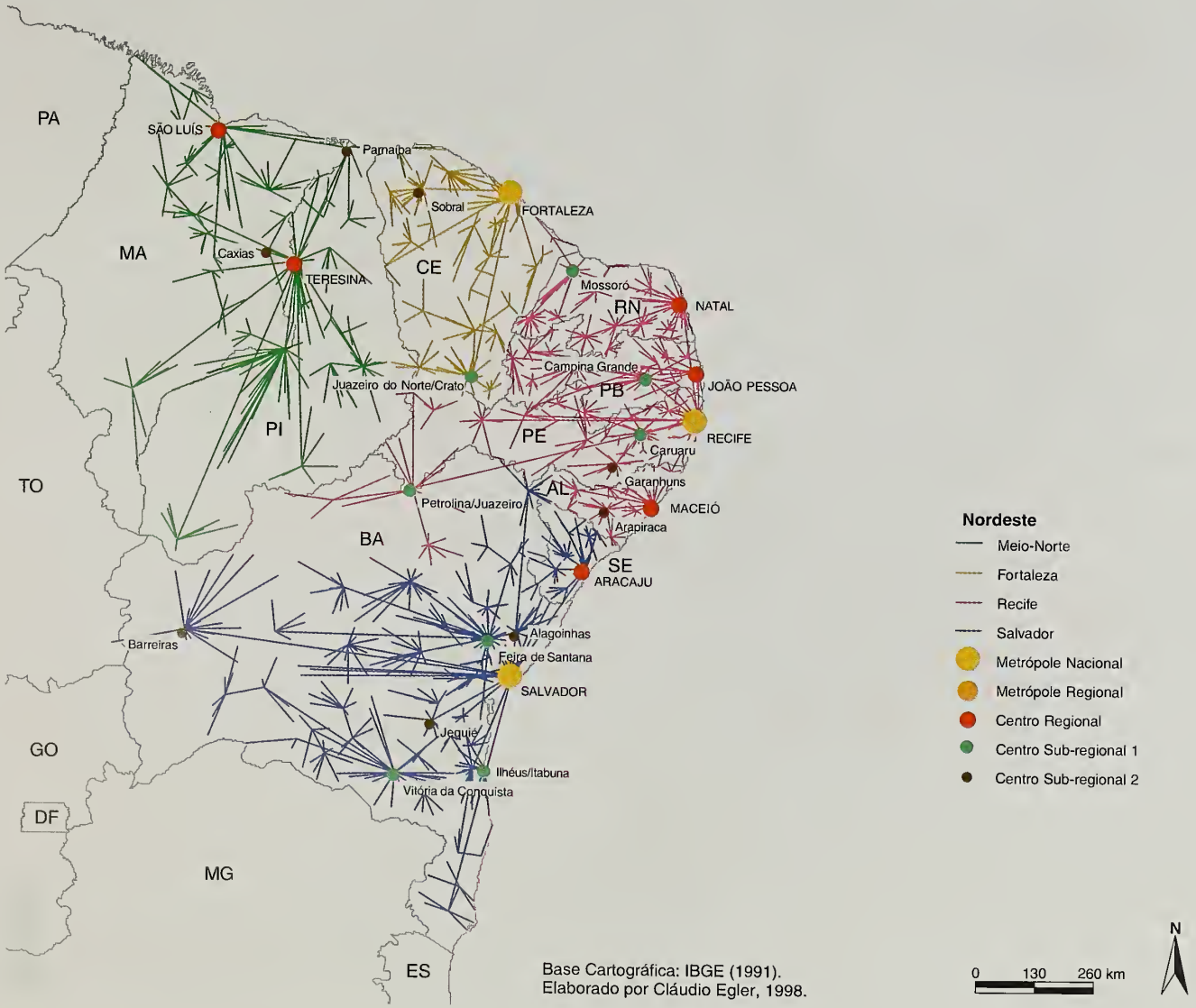
O Centro-sul corresponde ao cinturão urbano-industrial do território nacional e seus prolongamentos. Nessa região, situam-se as duas metrópoles globais (São Paulo e Rio de Janeiro) e toda uma constelação de metrópoles consolidadas, como Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, e de metrópoles emergentes, como Florianópolis, Maringá, Londrina, Baixada Santista, Campinas e Vitória, que funcionam como centros de conexão do mercado doméstico aos circuitos internacionais da economia mundial. Seu elevado potencial de desenvolvimento deve-se a dois processos básicos: continuidade do processo de metropolização nas metrópoles emergentes e crescimento urbano das cidades de porte médio.

Embora estruturados a partir de metrópoles globais, os sistemas urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro possuem diferenças marcantes, tanto no que se refere à sua configuração quanto aos seus aspectos dinâmicos. A rede urbana paulista é núcleo denso desse sistema, cujas

CARTOGRAMA 10
CENTRO-SUL – SISTEMA URBANO

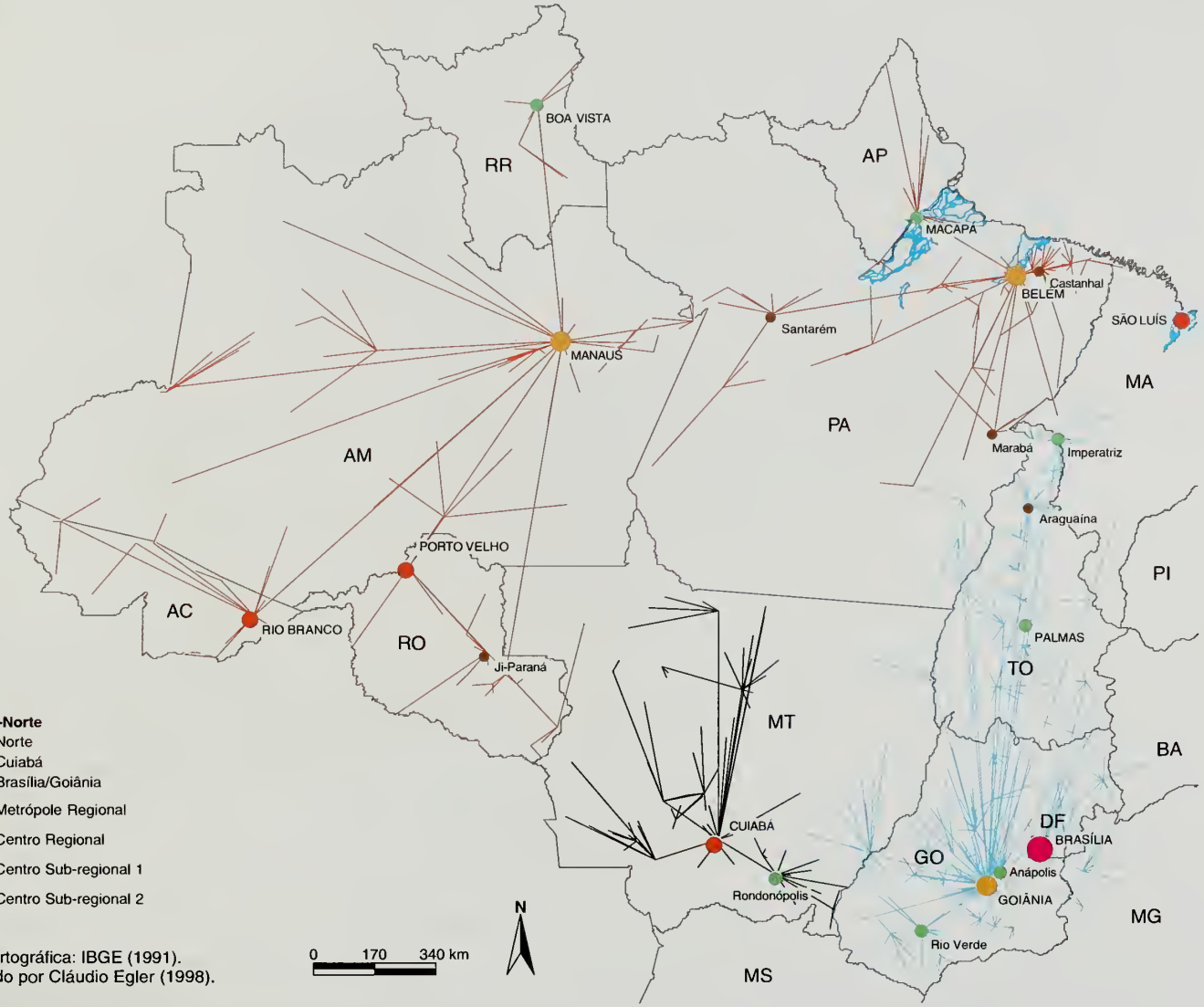


Base Cartográfica: IBGE (1991).
Elaborado por Cláudio Egler, 1998.

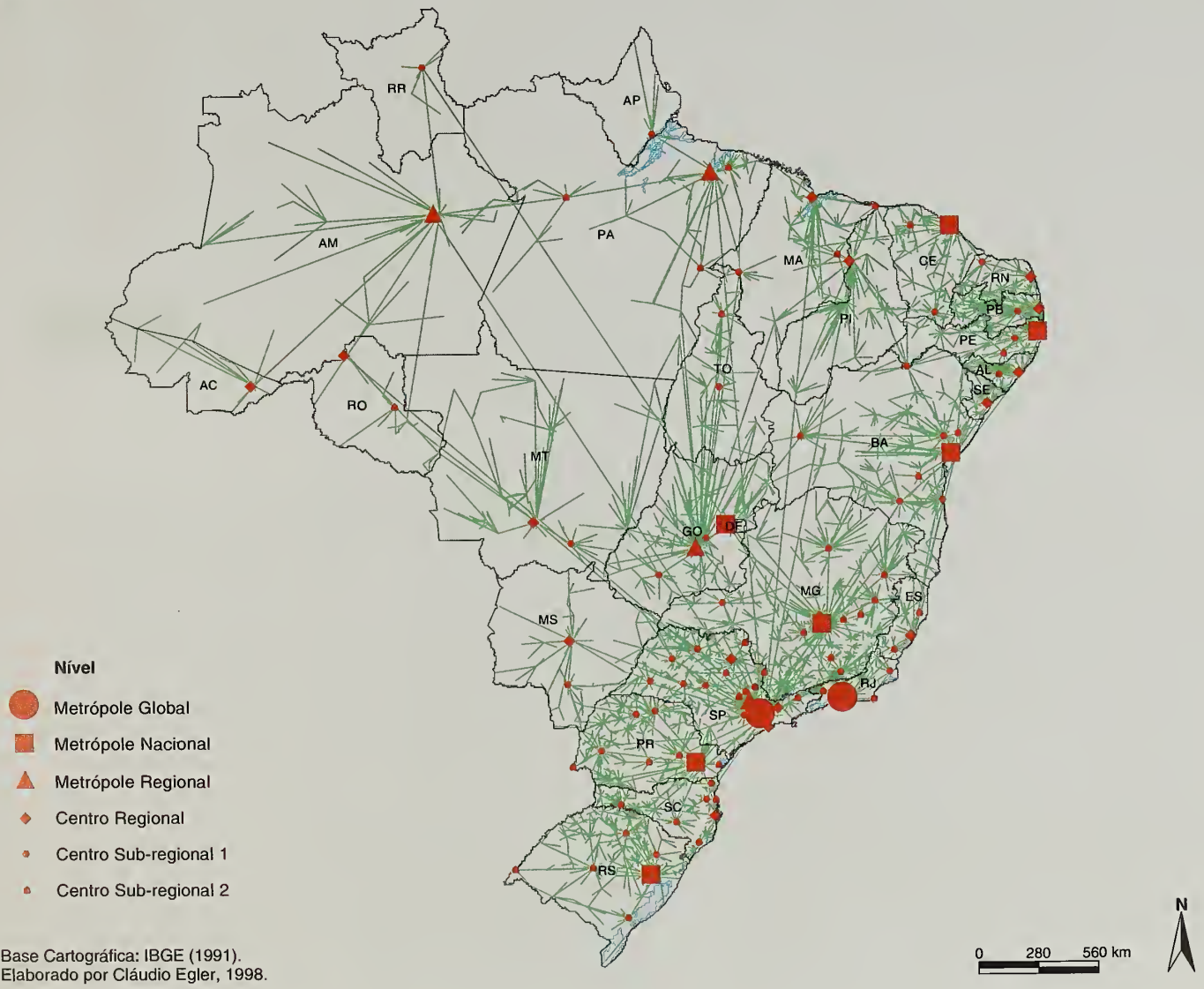


Base Cartográfica: IBGE (1991).
Elaborado por Cláudio Egler, 1998.

CARTOGRAMA 12
CENTRO-NORTE – SISTEMA URBANO



Base Cartográfica: IBGE (1991).
Elaborado por Cláudio Egler (1998).



Base Cartográfica: IBGE (1991).
Elaborado por Cláudio Egler, 1998.

ramificações se estendem além das fronteiras estaduais, incorporando o subsistema urbano-regional de Campo Grande (MS) e projetando sua influência sobre o Triângulo Mineiro e sul de Minas Gerais, onde disputa território com a área polarizada por Belo Horizonte. São Paulo apresenta uma rede de cidades com alta densidade, topologia diferenciada e uma estrutura hierárquica consolidada.

O Sistema Urbano do Rio de Janeiro, por sua vez, é marcadamente litorâneo e manifesta uma projeção espacial que reflete o dinamismo do passado e não tendências expansivas atuais. Projetando sua influência, *grosso modo*, sobre sua antiga região mercantil, isto é, a Zona da Mata mineira e o sul do estado do Espírito Santo, o Rio de Janeiro não conseguiu consolidar uma rede hierarquizada em sua área de influência, apresentando elevada macrocefalia urbana, que restringe a propagação das inovações sobre o território por ele polarizado.

A segunda estrutura urbana diferenciada na rede brasileira é a do *Nordeste*, formada pelos sistemas urbano-regionais de Salvador, Recife, Fortaleza e Meio-norte. Seu processo de transição para uma economia urbano-industrial ainda está completando-se, com a consolidação de verdadeiras bacias urbanas, a partir de suas relações com outros sistemas urbanos e com o exterior.

Esse processo manifesta-se no expressivo contingente de população que ainda reside em núcleos rurais de pequenas dimensões, nas elevadas taxas de incremento da população urbana e, particularmente no caso de Fortaleza, no significativo indicador de primazia urbana.

Os quatro sistemas urbano-regionais que compõem essa estrutura possuem características que os diferenciam. Recife apresenta a configuração mais densa e consolidada do Nordeste, contando com as regiões de influência de Recife, Caruaru, Campina Grande e João Pessoa, bem como com os centros regionais de Natal e Maceió. Assim, a metrópole pernambucana organiza o território de todo o Saliente Nordestino.

Por outro lado, Salvador apresenta uma rede menos densa e marcadamente orientada para o litoral, conta com a área de influência do centro regional de Aracaju e, destacando-se por sua importância na estruturação do sistema urbano, com a atuação dos centros sub-regionais de Feira de Santana, Vitória da Conquista e, por seu papel no Além São Francisco, Barreiras.

Fortaleza apresenta as mais altas taxas de crescimento urbano do Nordeste, bem como a mais elevada primazia urbana, evidenciando o caráter ainda incompleto da urbanização desse sistema urbano do Nordeste Setentrional. Com tendências semelhantes, no que diz respeito ao ritmo de crescimento urbano, o sistema urbano do Meio-Norte, formado pelos centros regionais de São Luís e Teresina, ainda se encontra pouco diferenciado e muito instável, sujeito a bruscas mudanças em função de suas relações com os demais sistemas urbanos, tanto do Nordeste como do Centro-norte

Em resumo, o Nordeste apresenta crescimento dos pequenos núcleos rurais, forte migração campo-cidade, elevada primazia e uma topologia pouco estruturada. Essa situação é característica importante dessa estrutura urbana, na qual as marcas do passado ainda constituem lastros que dificultam o avanço de relações de produção modernas. Essa situação é flagrante quando se consideram os indicadores sociais de renda, alfabetização e acesso aos serviços urbanos, que se apresentam como os mais críticos de toda a rede urbana nacional.

A terceira estrutura urbana a ser destacada foi denominada de *Centro-norte*, que compreende os sistemas urbano-regionais de Brasília-Goiânia, de Cuiabá e do Norte. O processo de urbanização nessa área está acelerando-se nas últimas décadas e a cidade desempenha papel fundamental na abertura de novas áreas à exploração econômica. Destaca-se pelo seu dinamismo e pela emergência de novos centros em distintos níveis da hierarquia urbana.

Deve-se salientar que, do ponto de vista da configuração espacial, integram os sistemas urbanos do Centro-norte aquelas regiões de influência de cidades cujo nível mais elevado da hierarquia é ocupado por São Paulo. Esse é o caso das regiões de influência das cidades de Manaus e Belém, que podem ser classificadas como redes emergentes e não consolidadas, bem como o caso das regiões de influência das cidades de Goiânia e Brasília, que configuram uma forma espacial distinta, na qual estão presentes uma cidade do nível mais alto de polarização (Goiânia), relativamente próxima a uma região metropolitana, cujo nível de polarização pode ser considerado médio, e Brasília e seu entorno.

Dessa maneira, o Complexo Territorial Brasília-Goiânia constitui uma forma espacial inovadora, que apresenta um deslocamento do centro de gravidade populacional do sistema (Brasília e seu entorno) do seu principal núcleo de polarização (Goiânia). Aparentemente, essa forma espacial potencializa o dinamismo espacial do sistema, embora apresente problemas bastante complexos de gestão urbana.

3 Os Sistemas Urbano-regionais e suas Tendências

Do ponto de vista estrutural, destacam-se três aspectos fundamentais na classificação dos sistemas urbano-regionais, a saber: a densidade, a topologia e a confi-

guração hierárquica da rede de cidades. A densidade expressa a relação entre o número de núcleos urbanos e o território definido pelo sistema urbano-regional. Como indicador simples da topologia foi utilizada a relação entre o número de ligações e o de cidades que o formam; e, por final, a hierarquia mostra o ordenamento espacial das funções urbanas. Do ponto de vista da dinâmica espacial, o principal aspecto a ser considerado é o seu potencial de desenvolvimento, isto é, a sua capacidade de adensamento e expansão futura.

Com base nessa concepção geral da dinâmica espacial da rede urbana, será realizada a seguir uma análise dos sistemas urbano-regionais que a compõem, procurando destacar seus aspectos mais importantes do ponto de vista tanto de sua configuração espacial como de suas tendências evolutivas.

3.1 Belo Horizonte

Caracteriza-se por ser um sistema de transição entre o Centro-sul e o Nordeste e Centro-norte, o que ajuda a compreender suas principais características, isto é, elevados indicadores de primazia e de crescimento urbano (Tabela 1 dos anexos).

O tamanho médio das cidades que o formam situa-se abaixo de 20 mil habitantes, o que significa o predomínio de pequenos e médios centros urbanos relativamente dispersos.

Sua área de influência projeta-se na porção centro-oriental do estado de Minas Gerais, restringida pela influência de São Paulo sobre o Triângulo Mineiro, por meio do subsistema urbano de Uberlândia, e do Rio de Janeiro sobre a Zona da Mata, por meio do subsistema urbano de Juiz de Fora (vide mapa dos sistemas urbanos).

Em termos gerais, é um sistema com potencial de expansão, não apenas pelo adensamento de sua malha urbana, mas também pela sua expansão territorial, principalmente sobre as áreas de influência do Rio de Janeiro e Salvador.

3.2 Rio de Janeiro

Compreende as Regic do Rio de Janeiro, Vitória e Juiz de Fora, caracterizando-se pelo expressivo tamanho médio das cidades que formam o sistema e forte primazia urbana, os indicadores mais elevados do Centro-sul, o que indica um processo de urbanização fortemente concentrado.

Por outro lado, apresenta baixa taxa de incremento da população urbana, a menor do Centro-sul, o que indica uma tendência à estabilização do processo de urbanização e de concentração urbana.

A área de influência do Rio de Janeiro é praticamente a mesma desde o apogeu de sua região cafeeira, sem grandes transformações no período recente. Dada essa característica, a tendência dominante é de estabilização e mesmo regressão, em grande parte devido ao dinamismo de Belo Horizonte, que tende a ampliar sua área de atuação sobre a Zona da Mata mineira.

3.3 São Paulo

É o *hardcore* da rede urbana nacional, compreendendo as Regic de São Paulo, Bauru, Campinas, Marília, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Uberlândia (MG), além da área de influência do centro regional de Campo Grande.

Apresenta um tamanho médio de cerca de 40 mil habitantes, uma área média de influência de 899 quilômetros quadrados, em grande parte devido a sua projeção além das fronteiras do estado de São Paulo. Embora apresente o mais elevado índice de urbanização do Brasil, seu indicador de primazia urbana é inferior aos do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, o que revela melhor distribuição nos diversos níveis da hierarquia urbana.

Seu dinamismo projeta-se sobre o território nacional, embora sua área de influência direta tenda a se reduzir pela emergência de novos centros regionais nas franjas do território por ele polarizado.

3.4 Curitiba

Apresenta uma configuração densa e regularmente distribuída, com um padrão espacial bastante semelhante ao de São Paulo. Destaca-se também por apresentar o mais elevado indicador de crescimento urbano do Centro-sul.

O tamanho médio das cidades que pertencem ao sistema é de 16.629 habitantes, em grande parte devido às características do próprio processo de urbanização dos estados do Paraná e Santa Catarina, onde os pequenos centros urbanos desempenharam e desempenham papel fundamental, o que pode ser também avaliado pela menor área média de influência por centro urbano observada no Centro-sul e, mesmo, na rede urbana nacional.

3.5 Porto Alegre

Compreende as Regic de Porto Alegre, Passo Fundo, Santa Maria e Pelotas. É relativamente concentrada na região serrana e dispersa na porção meridional, refletindo os processos históricos de ocupação do território, onde a Campanha e a Serra gaúchas desempenharam funções pouco complementares no desenvolvimento da economia regional.

Trata-se de um subsistema relativamente estabilizado, com reduzido indicador de crescimento urbano, embora, por sua posição quanto aos principais eixos de

circulação no Mercosul, esteja sujeito a mudanças decorrentes da aceleração do processo de integração territorial transfronteiriço.

3.6 Salvador

Organizado a partir de Salvador, a metrópole do Nordeste Meridional, o subsistema compreende as Regic de Salvador e Feira de Santana, com recobrimento sobre os estados da Bahia e Sergipe. Apresenta maior concentração na área costeira e rarefação no Além São Francisco. O tamanho médio dos núcleos urbanos que formam o sistema é inferior a 20 mil habitantes e o índice de urbanização é de 64,3%, inferior à média nacional (78,5%), como ocorre em todos os sistemas urbanos do Nordeste.

Suas características dinâmicas são de um processo de urbanização ainda incompleto, com elevada taxa de incremento da população urbana (2,19%) e indicadores sociais bastante críticos, como é o traço dominante da região Nordeste, embora dentro deste conjunto apresente os menos críticos indicadores de analfabetismo (35%), percentual de 66,7% de chefes de domicílio com renda inferior a dois salários mínimos e porcentagem dos domicílios ligados à rede de água e com coleta de lixo em um mesmo patamar (68,8 e 66,8%) respectivamente, todos inferiores à média nacional e em uma situação que poderia ser denominada de extrema carência no que diz respeito ao acesso aos serviços públicos básicos.

A situação mais dramática, no entanto, está na porcentagem dos domicílios urbanos ligados à rede de esgotos, dado o fato de que apenas quatro em cada 10 domicílios estão ligados à rede de esgotamento de resíduos, bem inferior à média nacional, que já é crítica, de seis em cada 10, e de São Paulo, onde oito domicílios em cada 10 têm alguma maneira de esgotar os resíduos da atividade doméstica.

Salvador, embora tenha acelerado seu processo de crescimento urbano no período recente, adensando seu sistema de cidades e concentrando sua população nos núcleos maiores, ainda apresenta indicadores sociais bastante deficitários, denotando claramente a situação de pobreza absoluta e relativa da população que habita as cidades nordestinas.

3.7 Recife

Formado a partir de Recife, a metrópole do Nordeste Oriental, o sistema compreende as Regic de Recife, Caruaru, João Pessoa e Campina Grande. Abrange uma área de influência que se estende desde a Bahia até o Rio Grande do Norte, constituindo-se no sistema urbano mais denso (525 quilômetros quadrados por centro urbano) e mais abrangente desta estrutura urbana.

O sistema urbano de Recife apresenta o mais elevado índice de urbanização do Nordeste (70%), o que ainda é inferior à média nacional, demonstrando que este ainda é um processo incompleto. Seus indicadores sociais reproduzem os elevados índices de pobreza e a carência de serviços básicos característicos dessa porção do território nacional (Tabela 2 dos anexos).

Ao contrário dos sistemas urbanos de Salvador e Fortaleza, cujos processos de metropolização e expansão urbana acentuaram-se no período recente, o sistema urbano de Recife apresenta-se mais consolidado, refletindo mais o tradicional papel polarizador de Recife sobre as capitais nordestinas no passado do que aspectos dinâmicos no presente, com a ressalva do potencial de expansão que apresenta a área polarizada pelo aglomerado urbano de Petrolina e Juazeiro do Norte no Médio e Submédio São Francisco.

3.8 Fortaleza

O subsistema é estruturado a partir da Regic de Fortaleza, a metrópole do Nordeste Setentrional, e sua área de influência está restrita ao estado do Ceará, embora manifeste sua presença disputando com Recife, na porção ocidental dos estados do Nordeste Oriental, principalmente no vizinho Rio Grande do Norte, e com Teresina, no Meio-norte.

Duas características são marcantes em sua dinâmica atual: elevado ritmo de crescimento urbano (2,51% ao ano) e elevada primazia urbana (82,8%), o maior índice apresentado na rede urbana brasileira. Isso mostra o forte processo de macrocefalia urbana de Fortaleza.

Os indicadores sociais revelam os problemas já apontados para os demais sistemas urbanos nordestinos, tais como elevados índices de analfabetismo e pobreza da população e acentuada carência de serviços urbanos básicos. Dentre estes, é particularmente crítica a situação do esgotamento de resíduos domésticos. O sistema urbano de Fortaleza apresenta o pior indicador de toda a rede urbana brasileira.

Do ponto de vista dinâmico, a conjunção de um rápido crescimento com fortes carências de serviços urbanos aponta para uma situação particularmente crítica no que diz respeito à sustentabilidade do desenvolvimento urbano desse sistema, no qual podem ser previstas fortes pressões sobre a oferta, já muito deficitária, de serviços urbanos.

3.9 Meio-norte

O sistema corresponde às Regic de Teresina e São Luís e pode ser descrito como um sistema de transição entre o Nordeste e o Centro-norte. Apresenta indicadores sociais

bastante críticos, como também uma estrutura espacial em que predominam pequenas cidades dispersas, polarizando fracamente vastas extensões territoriais. É o sistema urbano de menor índice de urbanização da rede urbana nacional (54,5%), o que revela que este processo ainda está em suas fases iniciais e o sistema está ainda fracamente polarizado, com os centros urbanos de São Luís e Teresina disputando a consolidação de suas respectivas áreas de influência.

Os indicadores sociais desse sistema urbano são os mais críticos do Nordeste e da rede urbana nacional, demonstrando que as carências sociais e urbanas são a tônica dessa porção do território nacional, cujo povoamento e urbanização se ligam às correntes migratórias oriundas dos demais estados nordestinos.

Do ponto de vista dinâmico, a posição desse sistema no contexto nacional está sofrendo mudanças aceleradas em virtude da expansão dos cultivos de grãos nos Cerrados e dos investimentos na mineração em Carajás. Seu papel de corredor logístico ferroviário e hidroviário, acentuado com a proposta do Eixo Nacional de Integração e Desenvolvimento do Araguaia-Tocantins, deve ser considerado por sua incidência sobre esse sistema urbano com fortes carências sociais e ainda em processo de consolidação.

3.10 Norte

Compreende as Regic de Belém e Manaus, que polarizam as grandes extensões territoriais da região Norte, projetando sua área de influência por meio dos centros regionais de Porto Velho e Rio Branco. A orientação espacial do sistema mostra que ainda encontra-se no estágio de bacia urbana, com os fluxos de mercadorias convergindo para as metrópoles regionais.

Os indicadores básicos do sistema Norte revelam a predominância de pequenos e médios núcleos, apresentando um índice de urbanização bastante inferior à média nacional e baixo índice de primazia devido à presença das metrópoles regionais de Manaus, que organiza o espaço na Amazônia Ocidental, e Belém, que desempenha esta função na Amazônia Oriental.

É ainda um sistema em consolidação e expansão, com elevados indicadores de crescimento urbano, podendo ter sua área redefinida pela expansão da área de influência de Cuiabá e, principalmente, de Brasília-Goiânia, cuja projeção sobre a Amazônia Meridional e Oriental tende a se acentuar no futuro.

3.11 Cuiabá

Compreende a área de influência de Cuiabá, obtida por desmembramento da Regic de São Paulo. Sua projeção em direção ao noroeste da região Centro-oeste avança rumo a Rondônia, na região Norte, disputando com a área de influência de Manaus.

Devido às características do povoamento e do desenvolvimento recente da fronteira de recursos, o sistema urbano de Cuiabá polariza uma área cuja organização espacial já se formou em bases urbanas, isto é, na forma de uma fronteira urbanizada. Assim, observa-se que mais de 80% da população da área de influência de Cuiabá vivem em cidades e o processo de crescimento urbano se realimenta no próprio processo de expansão da fronteira de recursos.

Seus indicadores sociais são característicos do Centro-norte, que ocupam uma posição intermediária entre o Centro-sul e o Nordeste, embora mais próximo do primeiro, de onde partiram os principais vetores de povoamento do espaço regional.

3.12 Brasília-Goiânia

Compreende as Regic de Brasília e Goiânia, que polarizam uma vasta porção do Brasil central. O Complexo Territorial de Brasília-Goiânia projeta sua área de influência em direção ao norte, avançando sobre o território que anteriormente era polarizado por Belém. É inegável que o dinamismo desse novo padrão de urbanização ainda está por merecer melhores análises, porém é inegável que sua projeção no cenário nacional já extrapola os limites regionais.

Apresenta forte dinamismo, tanto no processo de adensamento dos núcleos urbanos situados entre Brasília e Goiânia, como no de expansão, principalmente para o Norte e Meio-norte. Apresenta a mais elevada taxa de crescimento da rede urbana nacional, tendendo a consolidar um núcleo importante de polarização no Brasil central, embora ainda mostre alguns sinais de fragilidade, sobretudo no que diz respeito à falta de encadeamento de sua estrutura produtiva e à carência de serviços urbanos básicos, pois, apesar de não apresentar uma situação de extrema carência, ainda está muito distante dos padrões do Centro-sul.

Deve-se ressaltar ainda que o desenvolvimento futuro do Centro-oeste, quando considerado do ponto de vista espacial, vai depender da capacidade de soldar uma rede urbana nas dimensões da economia regional, o que, em poucas palavras, significa solidificar os laços que unem as quatro grandes cidades regionais e suas áreas de influência imediata. Nesse aspecto, deve-se considerar o papel de cidades que se situam nas interfaces dos respectivos sistemas urbanos, como é o caso de Rondonópolis, situada na interface entre Brasília-Goiânia e Cuiabá, cujo papel estratégico será fundamental para consolidar o tecido urbano regional.

4 Considerações Finais

A caracterização e a análise preliminar da dinâmica dos sistemas urbanos que formam a rede urbana nacional revelam alguns aspectos importantes, tais como:

- a diferenciação, tanto na configuração espacial como nos ritmos de desenvolvimento, entre os diversos sistemas que compõem a rede urbana nacional. Estão presentes desde redes de cidades densas e consolidadas, com uma distribuição espacial estabilizada e hierarquias bem definidas, até verdadeiras bacias urbanas, ainda em processo de consolidação, com fluxos predominantemente orientados para as metrópoles regionais que encabeçam o respectivo sistema urbano;
- enquanto *loci* de reprodução social, as cidades brasileiras apresentam fortes disparidades nas condições de vida e de acesso aos serviços públicos, que se manifestam na própria estruturação do sistema urbano a que pertencem. Isso significa que o próprio padrão de urbanização reflete tais carências e expressa em sua dinâmica os problemas que se originam nas cidades que os formam. Esse fato traz implicações fundamentais para a compreensão das múltiplas faces da questão urbana nacional;
- a dinâmica espacial dos sistemas urbanos manifesta-se em dois processos articulados: de um lado, o adensamento no entorno dos núcleos metropolitanos ou urbanos de grande porte que encabeçam os sistemas; de outro, a expansão de suas áreas de influência para além dos limites político-administrativos das unidades federativas originais. Deve-se destacar também a tendência à conformação de novos sistemas a partir da consolidação de centros de polarização emergentes, principalmente nas áreas de povoamento recente, como é o caso de Cuiabá;
- o processo de metropolização, que hoje ocorre em praticamente todo o território nacional, apresenta diferenciações regionais importantes, considerando os diversos sistemas urbanos que formam a rede urbana nacional. Tomando-se, por exemplo, as duas metrópoles globais – São Paulo e Rio de Janeiro –, verifica-se que os indicadores mais elementares da conformação do sistema apresentam nítidas diferenças, com destaque para a primazia urbana, pois enquanto o Rio de Janeiro apresenta-se como uma metrópole macrocefálica, São Paulo está estruturada sobre um cinturão de centros regionais que contribui para ampliar os efeitos de sua influência sobre o território nacional. O mesmo se reproduz também no nível das metrópoles nacionais, pois, quando se comparam as configurações espaciais e os indicadores sociais de Curitiba e Fortaleza, trata-se aparentemente de metrópoles que pertencem a distintos conjuntos nacionais;
- o reverso do processo de metropolização, isto é, a dispersão espacial de pequenos centros urbanos ainda é uma manifestação a ser considerada quando se analisa a dinâmica dos sistemas urbanos brasileiros. Tomado em um contexto nacional, esse processo ainda assume importância fundamental no Centro-norte e é o principal responsável pela organização do espaço nas áreas abertas recentemente na fronteira de recursos, como também pelo adensamento resultante do próprio crescimento urbano de vilas que assumiram *status* político de município, sobretudo a partir do início da década de 90. Esta última característica é particularmente importante no novo estado de Tocantins, no Maranhão e no Piauí, cujas estruturas territoriais ainda estão em construção;
- a análise da dinâmica dos sistemas urbanos é fundamental para a formulação de políticas públicas, a fim de enfrentar os desafios da questão urbana nacional, e mesmo porque esta apresenta faces diferentes. As disparidades e as diversidades apresentadas entre os diversos sistemas urbanos demandam a adequação das políticas às suas especificidades, uma vez que um conjunto de medidas pode ser eficaz para sistemas urbanos mais densos e estáveis, mas, por outro lado, pode apresentar efeitos negativos naqueles ainda em consolidação e instáveis, como é o exemplo do Meio-norte;
- essas questões devem ser levadas em conta quanto aos eixos nacionais de desenvolvimento e integração, pois embora sua implementação tenha essas metas básicas, nem sempre as redes logísticas representam o conjunto de relações interurbanas presentes nos diversos sistemas que compõem a rede urbana nacional. Nesse sentido, devem-se avaliar também suas tendências dinâmicas e os graus de instabilidade presentes nos diversos sistemas urbanos impactados pela implantação dos eixos, visando a minimizar os possíveis impactos negativos e, mesmo, regressivos que poderiam representar suas externalidades sobre as áreas afetadas.

Referências Bibliográficas

ABLAS, L. A. (1982) *A teoria do lugar central*. São Paulo, IPE/USP.

ABREU, M. A. (1996) "Pensando a cidade no Brasil do passado". In CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. ; CORRÊA, R. L. (orgs.) – *Brasil. Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p.145-184.

ALBUQUERQUE, A. P. (1975) *Política urbana para a Amazônia – objetivos e instrumentos*. Belém, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 78 p.

ALONSO, W. (1964) *Location and land use*. Cambridge, Harvard University Press.

ALVES COELHO, R. L. (1990) "Análise das redes urbanas nordestinas". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 52, n. 2, abr./jun., p. 59-74.

ANDRADE, T. A. (1979) *Sistema urbano e cidades médias no Brasil*. Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 146 p.

ASCHER, F. (1995) *Métapolis ou l'avenir des villes*. Paris, Editions Odile Jacob, 347 p.

ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil. Brasília: PNUD: IPEA; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 1 CD-ROM.

AYDALOT, P. (1985) *Economie régionale et urbaine*. Paris, Economica (Col. Economie), 487 p.

AZZONI, C. R. (1990) "La nueva dirección de la industria en São Paulo: reversión de la polaridad en Brasil". In: LLORENS, F. A. *et alii* (org.) – *Revolución tecnológica y reestructuración productiva*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, p. 367-394.

BAHIA – CONDER (1975) *Diagnóstico urbanístico da região metropolitana de Salvador*. Salvador, Conder.

BAILLY, A. ; COFFEY, W. (1991) "Activités de services et systèmes de production flexibles". In: *L'espace Géographique*. Paris, PUF, n. 4, p. 335-342.

BAILLY, S. (1975) *L'organisation urbaine, théories et modèles*. Paris, CRU, 272 p.

BAIROCH, P. (s.d.) *De Jéricho à Mexico. Villes et économie dans l'histoire*. Paris, Gallimard (col. Arcades), 708 p.

BALEEIRO FILHO, A. (1972) "Áreas metropolitanas a nível médio". In: *Revista da Administração Municipal*. Rio de Janeiro, Ibam, jul./ago., 19 (113), p. 5-29.

BARAT, J. (1976) *Política de desenvolvimento urbano; aspectos metropolitanos e locais*. Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 334 p.

BATAILLON, C. (1990) "Vivre dans les mégapoles: le cas de Mexico". In: *L'Etat du monde 1989-1990*. Paris, La Decouverte, p. 580-596.

BEAUJEU-GARNIER, J. (1995) *Géographie urbaine*. Paris, Armand Colin (coleção U Geographie), 349 p.

BEAUREGARD, R. A. (1995) "Edge cities – peripheralizing the center". In: *Urban Geography*, v. 16, n. 8, nov.- dez., p. 708-721.

BECKER, B. K. (1986) "Fronteira e urbanização repensadas". In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 47, n.3/4, p. 357-371.

BECKER, B. K. ; EGLER, C. A. (1993) *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 267 p.

BEGUIN, H. (1992) "La localisation des activités banales". In: BAILLY, A. ; FERRAS, R. ; PUMAIN, D. (orgs.) – *Encyclopédie de Géographie*. Paris, Economica, p. 497-513.bn

BENKO, G. (1992) "Espace industriel, logique de localisation et développement regional". In: *Espace et Sociétés*. Paris, PUF, n. 66/67, p. 130-146.

BERRY, B. ; HORTON, F. E. (1970) *Geographical perspectives on urban systems*. Englewoods-Cliffs, Prentice-Hall.

BERRY, B. (org.) (1976) *Urbanization and counter-urbanization*. Los Angeles, Sage, 334 p.

BERRY, B. C. (1964) "Cities as systems within systems of cities". In: *Papers and proceedings of the Regional Science Association*. n. 13, p. 147-183.

BERTRAND, M. J. (1984) "Une approche de la forme urbaine de la centralité – des indices de localisation et d'affinités d'équipements publics". In: *Annales de Géographie*. Paris, PUF, v. 93, n. 520, nov./dez., p. 666-686.

BEZERRA, V. M. d'Ávila C. (1998) *Tipologia dos municípios brasileiros, aspectos metodológicos*. Rio de Janeiro, IBGE/Departamento de Geografia/Divisão de Estudos Territoriais.

BORCHERT, J. R. (1978) "Major control points in american economic geography". In: *Annals of the Association of American Geographers*. v. 6, n. 2, p. 214-232.

BRASILEIRO, A. M. (1974) "Organização das regiões metropolitanas". In: *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro, Ibam, nov./dez., 21 (127), p. 5-21.

BREMAEKER, F. (1970) "Redes urbanas". In: *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro, Ibam, nov./dez., 17 (103), p. 9-33.

BRUNET, R. *et alii* (1989). *Les Villes européennes*. Paris, La Documentation Française.

CAMAGNI, R. (1992) "Organisation économique et réseaux de villes". In: DERYCKE, H. (ed.) – *Espace et dynamiques territoriales*. Paris, Economica (col. Bibliothèque des Sciences Régionales), p. 42.

CANO, W. (1983) "Desequilíbrios regionais no Brasil: alguns pontos controversos". In: COUTINHO, R.; BELLUZZO, L. G. M. (orgs.) – *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense (Ensaios sobre a Crise, 2).

_____ (1989) "Urbanização: sua crise e revisão do seu planejamento". In: *Revista de Economia Política*. São Paulo, Brasiliense, 9(1): p. 62-82.

_____ (1991) *Concentración, desconcentración y descentralización en Brasil*. Campinas, Unicamp, mimeo.

CARDOSO, L. ; RIBEIRO, L. C. Q. (1996) *Dualização e reestruturação urbana: o caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ippur/UFRJ/Fase, 110 p.

CARLOS, A. F. A. (1982) "A Cidade e a organização do espaço". In: *Revista do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo*. São Paulo, USP, n. 1, p. 105-111.

CARNEIRO, M. C. (1998) *Regiões de influência das cidades: rede de lugares centrais e áreas de atuação das cidades brasileiras*. Rio de Janeiro, IBGE/Departamento de Geografia (ano-base 1993).

CASTELLS, M. (1972) *La question urbaine*. Paris, Maspero.

_____ (1985a) "High technology, space and society". In: *Urban Affairs Annual Reviews*. Sage Publ., Berkeley, Cal., v. 28.

_____ (1985b) "Technological change, economic restructuring and spatial division of labour". In: *International Economic Restructuring and the Territorial Community*. Londres, Unido.

_____ (1989) *The informational city*. Oxford, Basil Blackwell, 448 p.

CASTELLS, M. ; GODARD, F. (1974) *Monopolville. L'entreprise, l'Etat, l'urbain*. Paris, Mouton & Co., 496 p.

CASTELLS, M. ; HALL, P. (1994) *Las tecnópolis del mundo. La formación de los complejos industriales del siglo XXI*. Madri, Alianza Ed.

CASTELLS, M. ; HENDERSON, J. (1987) "Techno-economic restructuring, socio-political processes and spatial transformation: a global perspective". In HENDERSON, J. ; CASTELLS, M. (eds.) – *Global restructuring and territorial development*. London, Sage Publications Ltda., p.1-17.

CASTELO BRANCO, M. L. (1996) *Aglomerações urbanas para pesquisas estatísticas: aspectos metodológicos*. Rio de Janeiro, IBGE, mimeo (Relatório 1: Metodologias e enfoques adotados para o estudo da rede urbana).

CHALINE, C. (1990). *Les villes du monde arabe*. Paris, Masson, p. 128.

CHRISTALLER, W. (1966) *Central places in southern Germany*. Englewood Cliffs, Prentice Hall, 230 p.

CLAVAL, P. (1977) *La nouvelle géographie*. Paris, PUF.

_____ (1981) *La logique des villes*. Paris, Librairie Technique, 633 p.

_____ (1989) "L'avenir de la métropolisation". In: *Annales de Géographie*. Paris, PUF, v. 98, n. 550, nov./dez., p. 692-706.

CORDEIRO, H. K. (1987) "Os principais pontos de controle da economia transnacional no espaço brasileiro". In: *Boletim de Geografia Teorética*. Rio Claro (SP), Unesp, v. 16/17, n.31/34, p. 153-196.

CORRAGIO, J. L. (1997) "La política urbana metropolitana frente a la globalización". In: *Revista EURE*. Santiago, PUC, v. 23, n. 69, jul., p. 31-54.

CORRAGIO, J. L. *et alii* (1971) *Caracterización funcional de las aglomeraciones urbanas argentinas*. Santiago, Ilpes, 27 p.

CORREA DE LAGO, L. ; QUEIROZ RIBEIRO, L. C. (1994) "Brésil: évolution métropolitaine et nouveaux modèles d'inégalités sociales". In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, La Documentation Française, n. 14, jul./set., p. 269-281.

CORRÊA, R. Lobato (1968) "Contribuição ao estudo do papel dirigente das metrópoles brasileiras". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 30, n. 2, abr./jun., p. 56-57.

_____ (1987) "A Periodização da rede urbana da Amazônia". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 49, n. 3, jul./set., p. 47-52.

_____ (1988a) "As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 50, n. 1, jan./mar., p. 61-83.

_____ (1988b) "O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 50, n. 2, abr./jun., p. 107-124.

_____ (1994) *A rede urbana*. 2ª ed., São Paulo, Ática, 96 p.

_____ (1995a) "Identificação dos centros de gestão do território no Brasil". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 57, n. 1, jan./mar., p. 83-102.

_____ (1995b). *Espaço urbano*. 3ª ed., São Paulo, Ática, 94 p.

CORREIA DE ANDRADE, M. (1973). *Espaço, polarização, a teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina*. São Paulo, Brasiliense, 125 p.

_____ (1974) *Cidade e campo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 223 p.

_____ (1978) "A estrutura portuária e a organização do espaço no Brasil". In: Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo, *Anais*. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, v. XIX, p. 62-103.

_____ (1995) *Questão do território no Brasil*. São Paulo, Hucitec.
DAVIDOVICH, F. R. (1984) "Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios". In: *Espaço e Debates*. São Paulo, Cortez, v. 4, n. 13, p.12-89.
_____ (1986) "Um foco sobre o processo de urbanização do estado do Rio de Janeiro". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 48, n. 3, jul./set., p. 333-371.
_____ (1987a) "Elementos da urbanização do Sudeste do Brasil". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 49, n. 2, abr./jun., p. 139-157.
_____ (1987b) "Transformação do quadro urbano brasileiro: período 1970-80". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 49, n. 4, out./dez., p. 7-24.
_____ (1989) "Tendências da urbanização no Brasil: uma análise espacial". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 51, n. 1, jan./mar., p. 73-87.
DAVIDOVICH, F. R. ; BUARQUE DE LIMA, O. M. (1975) "Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 37, n. 1, jan./mar., p. 50-84.
DERYCKE, H. (ed.). (1992). *Espace et dynamiques territoriales*. Paris, Economica (col. Bibliothèque des Sciences Régionales).
DERYCKE, H. (1983). *Economie et planification urbaines*. Paris, PUF.
DEZERT, B. ; VERLAQUE, C. (1978) *L'espace industriel*. Paris, Masson, 301 p.
DEZOUZART CARDOSO, E. ; ZULAR ZVEIBIL, V. (orgs.) (1996) *Gestão metropolitana: experiência e novas perspectivas*. Rio de Janeiro, Ibam, 188 p.
DIAS, L. C. D. (1995) *Réseaux d'informations et réseau urbain au Brésil*. Paris, L'Harmattan, 172 p.
DI MÉO, G. (1992) "Les métropoles des pays développés". In: BAILLY, A. ; FERRAS, R. ; PUMAIN, D. (orgs.) – *Encyclopédie de Géographie*. Paris, Economica, p. 624-641.
DOLLFUS, O. (1967) *Le rôle des villes sur leur environnement et dans la formation des régions dans les pays sous développés*. Strasbourg, CNRS.
DROULERS, M. ; SIEBRA COELHO, M. (1994) "Brésil: des capitales universitaires aux technopoles". In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, La Documentation Française, n. 14, jul./set., p. 163-179.
DUGRAND, R. (1963). *Villes et campagnes en Bas-Languedoc*. Paris, PUF, 638 p.
EGLER, C. A. G. (1979) *Reflexões sobre espaço e periodização: origens da indústria no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ/Coppe (Dissertação de Mestrado).
_____ (1996) "Crise e dinâmica das estruturas produtivas regionais no Brasil". In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) – *Brasil. Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
FAISSOL, E. (1972) "A estrutura urbana brasileira: uma visão ampliada no contexto do processo brasileiro de desenvolvimento econômico". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 34, n. 3, p. 19-23.
FAISSOL, S. (org.) (1975) *Urbanização e regionalização*. Rio de Janeiro, IBGE.
FERREIRA DOS SANTOS, N. (1984) *Formações metropolitanas brasileiras: mecanismos estruturantes*. São Paulo, USP/FAU (Tese de Doutoramento).
FRIEDRICH, O. M. B. L. ; DAVIDOVICH, F. R. (1982) "A configuração espacial do sistema urbano brasileiro como expressão no território da divisão social do trabalho". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 44, n. 4, p. 541-590.
GALVÃO, M. V. *et alii* (1969) "Áreas de pesquisas para determinação de áreas metropolitanas". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 31, n. 4, out./dez.
GARREAU, J. (1992) *Edge City*. Nova York, Anchor Books.
GASPAR, J. (1988) "Réseau urbain et régionalisation". In: *Annales de Géographie*. Paris, PUF, v. 97, n. 541, p. 291-307.
GEIGER, P. P. (1963) *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro, CBPE, 462 p.
_____ (1988) "Industrialização e urbanização no Brasil: conhecimento e atuação da geografia". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 50, n. 2, jul./set., p. 59-84.
GEORGE, P. (1964) *Précis de géographie urbaine*. Paris, PUF, 287 p.
GODARD, F. (1994) *Les transports dans les villes du Sud*. Paris, Codatu/Karthala.
GODDARD, J. B. (1975) *Office location in urban and regional development*. Londres, Oxford University Press.
GONÇALVES, M. F. (1994) "Novas configurações no desenvolvimento urbano paulista". In: *Espaço e Debates*. São Paulo, Cortez, n. 38, p. 39-53.
GOSCH, A. ; MCLAFFERTY (1987) *Location strategies for retail and service firms*. Lexington, Health.
GRAL/CREDAL (1994) "Villes intermédiaires, vitalité économique et acteurs sociaux in la ville et l'Amérique latine". In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, La Documentation Française, n. 14, jul./set., p. 127-139.

GUGLIELMO, R. (1996) *Les grandes métropoles du monde*. Paris, Armand Colin.
HADDAD, P. R. (1975) *Desequilíbrios regionais e descentralização industrial*. Rio de Janeiro, Ipea, 218 p.
HARVEY, D. (1969) *Explanation in human geography*. Londres, Arnold.
HILHOST, J. G. M. (1997) "Desarollo local/regional e industrialización". In: *Revista EURE*. Santiago do Chile, PUC, v. 22, n. 68, abr., p. 7-27.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1972) *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*. Rio de Janeiro, IBGE, 112 p.
_____ (1987) *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro, IBGE, 183 p.
IPEA/PNUD (1998) *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Brasília, Ipea/PNUD; Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro, IBGE (CD-ROM).
ISARD, W. (1956) *Location and space economy*. Nova York, John Wiley and Mit Press.
JOHNSON, E. J. (1970) *The organization of space in the developing countries*. Cambridge, Harvard University Press, 452 p.
KAYSER, B. (1960) *Campagnes et villes de la Côte D'Azur*. Monaco, Editions du Rocher, 593 p.
KIRBY, A. (1984) *Urban systems*. Essex, Longman Group, 82 p.
KRUGMAN, P. (1996) *La organización espontánea de la economía*. Barcelona, Antoni Bosch Editor, 167 p.
_____ (1998) *The Accidental theorist and other dispatches from the dismal science*. Nova York, W. W. Norton, 204 p.
LAVINAS, L. ; NABUCO, M. R. (1994) "Regionalização: problemas de método". In: *Espaço e Debates*. São Paulo, Cortez, n. 38, p. 21-26.
LEFEBVRE, (1968) *Le droit à la ville*. Paris, Seuil.
LIPIETZ, A. (1994) "O local e global: personalidade regional ou inter-regionalidade?". In: *Espaço e Debates*. São Paulo, Cortez,, n. 38, p. 10-20.
LOEW, S. (1989) *Le sud est anglais. La politique d'aménagement dans la région capitale*. Cahiers du Crepif, mar., p. 108.
LÖSCH, A. (1954) *The economics of location*. New Haven, Yale University Press, 520 p.
LOYOLA, C. de B. (1974) "Urbanização e funções metropolitanas". In: *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro, Ibam, jan./fev., 21 (122), p. 40-48.
LUCARELLI, H. Z. ; INNOCENCIO, N. R. ; FRIEDRICH, O. M. B. L. (1989) "Impactos da construção de Brasília na organização do espaço". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 51, n. 2, abr./jun., p. 99-138.
MANZAGOL, C. (1980) *La logique de l'espace industriel*. Paris, PUF.
_____ (1992) "La localisation des activités spécifiques". In: BAILLY, A. ; FERRAS, R. ; PUMAIN, D. (orgs.) – *Encyclopédie de Géographie*, Paris, Economica, p. 471-496.
MARSHALL, J. (1989) *Structure of urban systems*. Toronto, University of Toronto, 394 p.
MÉRENNE, O. ; SCHOUMAKER, B. (1996a) *La localisation des industries*. Paris, Nathan Université (col. Géographie d'aujourd'hui).
_____ (1996b) *La localisation des services*. Paris, Nathan Université (col. Géographie d'aujourd'hui).
MERLIN, P. (1988) *Géographie de l'aménagement*. Paris, PUF.
MONIÉ, F. (1997) *Transports collectifs et production de l'espace urbain no Rio de Janeiro*. Paris, Université Paris III – La Sorbonne Nouvelle (Tese de Doutorado).
MORI, A. ; CORI, B. (1969) "L'area di attrazione delle maggiori cittá italiane". In: *Rivista Geografica Italiana*, Roma, mar., p. 1-14.
MORICONI-EBRARD, François. (1993) *L'urbanisation du monde depuis 1950*. Paris, Anthropos (col. Villes), 372 p.
MUNFORD, L. (1961) *The city in history*. New York, Harcourt, Brace and World, 657 p.
NATAL, J. (1991) *Transporte, ocupação do espaço e desenvolvimento capitalista no Brasil: história e perspectivas*. Campinas, Unicamp (Tese de Doutoramento), 356 p.
NETWIG SILVA, B. C. ; MELLO, S. B. de (1990) "As cidades da Bahia no ano 2000". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 52, n. 1, jan./mar., p. 189-198.
OFFNER, J. M. (1993) "Les 'effets structurants' du transport: mythe politique, mystification scientifique". In: *L'Espace Géographique*. Paris, PUF, n. 3, p. 233-242.
PAELINCK, J. ; NIJKAMP, P. (1976) *Operational theory and method in regional economics*. London, Saxon House.
PAQUOT, T. (org.). (1996) *Le monde des villes. Panorama urbain de la planète*. Bruxelles, Editions Complexe, 699 p.
PETRUS BEY, J. M. ; SEGUI PONS, J. M. (1991) *Geografía de redes y sistemas de transporte*. Madrid, Sintesis, 231 p.
POLESE, M. (1992) "Urbanisation et développement économique". In: BAILLY, A; FERRAS, R.; PUMAIN, D. (orgs.) – *Encyclopédie de Géographie*. Paris, Economica, p. 725-743.
PRADILLA COBOS, E. (1997) "Regiones y territorios, totalidad y fragmentados. Reflexiones críticas sobre el estado de la teoría regional y urbana". In: *Revista EURE*. Santiago do Chile, PUC, v. 22, n. 68, abr., p. 45-55.

PRUD'HOMME, Rémy (1996) "Mégavilles: économie et gestion". In: PAQUOT, T. (org.) – *Le monde des villes. Panorama urbain de la planète*. Bruxelles, Editions Complexe, 699 p.

PUMAIN, D. ; SAINT JULIEN, T. (1976) "Fonctions et hiérarchies des villes françaises". In: *Annales de géographie*. Paris, n. 470, p. 387-440.

PUMAIN, D. (1989) "Les réseaux urbains". In: *Géographiques, la géographie dans tous ses états*. Paris, CNDP (col. Autrement dit), p. 59-76.

_____ (1992) "Les systèmes de villes". In: BAILLY, A. ; FERRAS, R. ; PUMAIN, D. (orgs.) – *Encyclopédie de Géographie*. Paris, Economica, p. 624-641.

RAUD, C. (1997) "Potentiel et modalités de l'industrialisation diffuse au Brésil". In: *Espace et sociétés*. Paris, n. 88/89, p. 161-183.

REMY, J. (1993) "Le rural et l'urbain entre la coupure et la différence: la métamorphose des relations villes-campagne". In: *Espace et sociétés*, Falta o local, falta a editora, n. 72, p. 31-47.

ROCHEFORT, M. ; HAUTREUX, J. (1963) *La fonction régionale dans l'armature urbaine française*. Paris, Ministère de la Construction et de l'Equipement.

ROCHEFORT, M. (1960) *L'organisation urbaine de l'Alsace*. Paris, Belles Lettres, 384 p.

_____ (1993) "Des métropoles d'équilibre aux métropoles d'aujourd'hui". In: *Métropoles en déséquilibre*. Paris, Economica, p. 4-8.

SANTOS, M. (1979) *O espaço dividido. Os dois circuitos da economia dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 345 p.

_____ (1980) *Manual de geografia urbana*. 2ª ed., São Paulo, Hucitec, 214 p.

_____ (1990) *Por uma economia política da cidade*. São Paulo, Hucitec, 160 p.

_____ (1993) *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec, 157 p.

_____ (1998) "O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil". In: *Espaço e Debates*. São Paulo, Cortez, n. 25, p. 58-62.

SASSEN, S. (1991) *The global city*. Princeton, Princeton University Press.

SAVEDOFF, W. D. (1990) "Os diferenciais regionais de salários no Brasil: segmentação *versus* dinamismo da demanda". In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, Ipea, 20 (5), p. 521-556.

SCOTT, A. J.; STORPER, M. (ed.) (1986) *Production, work and territory. The geographical anatomy of industrial capitalism*. London, Allen & Unwin, 344 p.

SCOTT, A. J. (1988) *Metropolis: from the division of labor to urban form*. Berkeley, University of California Press, 260 p.

SHACAR, A. (1983) *A cidade mundial e sua articulação ao sistema econômico global*. São Paulo, Fipe/USP (Trabalho para Discussão, 31), mar., 74 p.

SINGER, P. (1968) *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 377 p.

STORPER, M. (1991) *Industrialization, economic development and the regional question in the Third World – from import substitution to flexible production*. London, Pion Limited.

STRICKLAND, D. (1984) "Corporate influence and the german urban system: headquarters location of german industriel corporations, 1950/1982". In: *Economic Geography*. v. 60, n. 1, p. 38-54.

TORRES RIBEIRO, A. C. ; PINHEIRO MACHADO, D. (1990) *Metropolização e rede urbana. Perspectivas dos anos 90*. Rio de Janeiro, Ippur, 263 p.

ULLMAN, E. (1980) *Geography as spatial interaction*. Seattle, University of Washington Press.

UNICAMP/NESUR (1998) *Caracterização e tendências da rede urbana brasileira*. Campinas, Unicamp/Nesur (Relatórios Técnicos), mimeo.

VELTZ, P. (1996) *Mondialisation, villes et territoires*. Paris, PUF (col. Economie en Liberté).

_____ (1997a) "L'économie mondiale, une économie d'archipel" In: *Collectif 1997: Mondialisation: au delà des mythes*. Paris, La Découverte, p. 60.

_____ (1997b) "Le retour des villes". In: *Sciences Humaines*, Paris, La Documentation Française, n. 17, jun./jul., p. 61.

WEBBER, M. (1964) "The urban place and the non place urban realm". In: WEBBER, M. *et alii* (org.) – *Explorations in urban space*. Philadelphia, University of Pennsylvania.

WITT, J. de (1992) "A Revolução industrial na passagem para uma sociedade pós-industrial: a geografia dos Estados Unidos da América". In: *Revista de Geografia*, Pernambuco. UFPE, v. 8, n. 1/2, p. 71-79.

ANEXOS

TABELA A.1
BRASIL – SISTEMAS URBANO-REGIONAIS – INDICADORES BÁSICOS

Cidades		Tamanho Médio 1996 (Habitantes)	Área Média de Influência (km² por cidade)	Índice de Urbanização 1996	Primazia Urbana[a] 1996	Incremento Urbano 1991-96 (%)
Centro-sul						
Belo Horizonte	452	19.612	830	77,8	81,4	2,00
Rio de Janeiro	278	59.184	489	90,9	82,5	1,25
São Paulo	864	41.607	899	91,7	79,2	1,71
Curitiba	638	16.629	471	76,1	55,5	2,35
Porto Alegre	409	18.405	638	79,0	72,0	1,60
Nordeste						
Meio-norte[b]	268	14.862	2.233	54,5	47,2	2,60
Fortaleza	178	25.728	791	69,7	82,8	2,51
Recife	599	19.266	525	70,1	56,5	1,93
Salvador	466	18.477	1.042	64,3	64,6	2,19
Centro-norte						
Norte	259	23.828	13.651	61,6	48,5	3,13
Cuiabá	91	16.773	7.040	81,3	69,6	2,36
Brasília-Goiânia	382	17.946	2.574	77,6	54,6	3,41
Brasil	**4.884**	**25.117**	**1.750**	**78,5**	**48,6**	**2,00**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993).
Notas: (a) Calculada a partir da população total das Regiões Metropolitanas, Aglomerados e Centros Urbanos por Sistema Urbano, considerado o percentual entre a população do aglomerado mais populoso em relação ao total das quatro maiores cidades, incluída a mais populosa.
(b) Utilizou-se a população total como urbana no município de São Luís para evitar distorções devido a redefinição do perímetro urbano entre 1991 e 1996.
Obs.: Os dados foram calculados com base nos dados do Censo Demográfico de 1991 e da Contagem de População de 1996, processados em banco de dados do Microsoft Access.

TABELA A.2
BRASIL – SISTEMAS URBANO-REGIONAIS – INDICADORES SOCIAIS (1991)

Cidades	Taxa de Analfabetismo	% dos Chefes até 3 S.M.	% dos Domicílios Ligados à Rede de Água	% dos Domicílios com Coleta de Lixo	% dos Domicílios Ligados à Rede de Esgoto
Centro-sul					
Belo Horizonte	19,7	54,1	84,8	69,4	65,0
Rio de Janeiro	8,9	34,9	84,3	79,1	71,3
São Paulo	10,9	30,3	93,6	94,8	79,0
Curitiba	13,0	44,2	86,0	86,2	56,1
Porto Alegre	10,1	43,1	87,7	88,5	69,0
Nordeste					
Meio-norte(*)	41,8	79,1	48,0	32,9	32,5
Fortaleza	37,0	71,5	54,5	64,2	28,0
Recife	38,1	67,0	70,9	70,3	34,2
Salvador	35,0	66,7	68,8	66,8	38,0
Centro-norte					
Norte	24,5	53,9	54,8	57,0	36,7
Cuiabá	19,2	47,8	61,0	67,5	32,7
Brasília-Goiânia	19,9	47,5	64,2	70,1	43,1
Brasil	**18,6**	**44,2**	**81,2**	**80,0**	**60,9**

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991).
Nota: (*) Utilizou-se a população total como urbana no município de São Luís para evitar distorções devido à redefinição do perímetro urbano entre 1991 e 1996.

TABELA A.3
BRASIL – SISTEMAS URBANO-REGIONAIS – PORCENTAGEM DE MUNICÍPIOS POR TIPO, SEGUNDO O REGIC

	RM	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Total
Centro-sul									
Belo Horizonte	4,9	0,2	4,7	13,3	0,7	32,7	1,1	42,4	100,0
Rio de Janeiro	6,5	1,2	8,4	13,4	1,9	31,3	0,0	37,4	100,0
São Paulo	5,9	1,2	8,9	31,2	0,3	37,4	0,0	15,1	100,0
Curitiba	7,2	0,2	4,1	11,9	0,9	29,8	0,4	45,6	100,0
Porto Alegre	3,8	0,6	6,1	8,0	1,3	21,0	0,6	58,6	100,0
Nordeste									
Salvador	2,2	0,4	3,0	4,7	1,7	20,4	1,3	66,2	100,0
Recife	2,2	0,5	2,3	6,0	3,2	27,1	0,7	58,1	100,0
Fortaleza	5,2	0,0	1,7	0,6	1,7	17,2	3,5	70,1	100,0
Meio-norte	0,0	0,8	2,1	1,2	2,9	13,6	4,5	74,9	100,0
Centro-norte									
Brasília-Goiânia	6,0	0,6	2,8	16,7	0,3	39,0	0,6	34,0	100,0
Cuiabá	0,0	1,3	2,6	18,2	2,6	40,3	0,0	35,1	100,0
Norte	1,9	0,9	3,7	2,8	7,0	16,8	3,7	63,1	100,0

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; e Tipologia dos Municípios Brasileiros 1991).

TABELA A.4
BRASIL – SISTEMAS URBANO-REGIONAIS – PORCENTAGEM DE POPULAÇÃO URBANA POR TIPO, SEGUNDO O REGIC (1996)

	RM	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Total
Centro-sul									
Belo Horizonte	39,9	2,8	20,7	11,2	2,4	13,0	1,4	8,6	100,0
Rio de Janeiro	66,5	6,7	13,1	3,7	2,1	4,9	0,0	3,0	100,0
São Paulo	48,6	12,3	19,7	12,2	0,3	5,6	0,0	1,4	100,0
Curitiba	33,0	3,8	23,8	12,0	2,9	14,9	0,5	9,2	100,0
Porto Alegre	41,6	7,8	21,7	7,6	2,8	10,4	0,6	7,5	100,0
Nordeste									
Salvador	30,4	9,5	15,0	4,7	5,9	13,2	1,7	19,5	100,0
Recife	27,2	14,4	12,5	5,1	8,4	14,3	1,0	17,1	100,0
Fortaleza	55,2	0,0	8,2	0,9	3,1	10,1	4,0	18,6	100,0
Meio-norte	0,0	35,0	9,2	1,4	9,9	8,8	6,6	29,1	100,0
Centro-norte									
Brasília-Goiânia	34,1	17,9	14,8	13,9	0,5	11,2	0,5	7,2	100,0
Cuiabá	0,0	28,4	20,5	15,2	6,3	21,0	0,0	8,7	100,0
Norte	15,9	23,0	16,3	2,0	14,7	8,2	3,8	16,2	100,0

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; e Tipologia dos Municípios Brasileiros 1991).

Tipologia dos Municípios

RM	Integrantes de Região Metropolitana
Tipo 1	Urbanos de Grandes Dimensões
Tipo 2	Urbanos de Médias Dimensões
Tipo 3	Urbanos de Pequenas Dimensões
Tipo 4	Transição de Médias Dimensões
Tipo 5	Transição de Pequenas Dimensões
Tipo 6	Rural de Médias Dimensões
Tipo 7	Rural de Pequenas Dimensões

TABELA A.5
AGLOMERAÇÕES E CENTROS, POR SISTEMA URBANO (1996)

Estrutura Urbana	Sistema/Aglomeração/Centro	População Municipal Total 1996	Hierarquia	Tipo de Assentamento
Centro-sul				
	Belo Horizonte			
	Belo Horizonte	3.829.042	5	1
	Ipatinga/Cel. Fabriciano	372.366	1	2
	Montes Claros	271.608	1	3
	Governador Valadares	231.242	1	3
	Divinópolis	171.565	1	3
	Sete Lagoas	167.340	1	3
	Itabira	167.038	1	2
	Teófilo Otoni	136.044	1	3
	Rio de Janeiro			
	Rio de Janeiro	10.532.382	6	1
	Vitória	1.182.354	3	2
	Juiz de Fora	424.479	2	3

Continua

TABELA A.5
AGLOMERAÇÕES E CENTROS, POR SISTEMA URBANO (1996)

Continuação

Estrutura Urbana	Sistema/Aglomeração/Centro	População Municipal Total 1996	Hierarquia	Tipo de Assentamento
	Campos dos Goytacazes	389.547	2	3
	Volta Redonda/Barra Mansa	627.276	1	2
	Cabo Frio	268.602	1	2
	Cachoeiro de Itapemirim	150.359	1	3
	Linhares	125.297	1	3
	Barbacena	107.810	1	3
	Nova Friburgo	169.246	1	3
	São Paulo			
	São Paulo	16.666.986	6	1
	Campinas	1.992.157	4	1
	Santos	1.309.263	3	2
	São José dos Campos	1.088.597	3	2
	Ribeirão Preto	640.715	3	2
	Campo Grande	600.069	3	3
	Sorocaba	880.026	2	2
	Uberaba/Uberlândia	676.419	2	2
	Jundiaí	462.497	2	2
	São José do Rio Preto	378.328	2	2
	Bauru	292.566	2	3
	Araçatuba/Birigüi	248.004	2	2
	Marília	177.632	2	3
	Presidente Prudente	177.367	2	3
	Dourados	153.191	2	3
	Limeira/Rio Claro	586.927	1	2
	Araraquara/São Carlos	348.438	1	2
	Piracicaba	302.886	1	3
	Franca	267.235	1	3
	Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim	258.748	1	2
	Guaratinguetá/Aparecida	249.499	1	2
	Poços de Caldas	121.831	1	3
	Curitiba			
	Curitiba	2.345.133	5	1
	Florianópolis	543.528	3	2
	Londrina	773.604	2	2
	Joinville	566.511	2	2
	Blumenau	433.108	2	2
	Maringá	380.527	2	2
	Cascavel	310.069	2	2
	Criciúma	329.511	1	2
	Itajaí	285.375	1	2
	Ponta Grossa	256.302	1	3
	Foz do Iguaçu	231.627	1	3
	Guarapuava	155.835	1	3
	Lages	148.860	1	3
	Chapecó	131.014	1	3
	Paranaguá	124.920	1	3

Continua

TABELA A.5
AGLOMERAÇÕES E CENTROS, POR SISTEMA URBANO (1996)

Continuação

Estrutura Urbana	Sistema/Aglomeração/Centro	População Municipal Total 1996	Hierarquia	Tipo de Assentamento
	Porto Alegre			
	Porto Alegre	3.276.239	5	1
	Caxias do Sul	554.041	2	2
	Pelotas/Rio Grande	485.923	2	2
	Santa Maria	233.351	1	3
	Passo Fundo	156.333	1	3
	Uruguaiana	124.881	1	3
Nordeste				
	Salvador			
	Salvador	2.776.217	5	1
	Aracaju	643.435	3	2
	Feira de Santana	450.487	2	3
	Ilhéus/Itabuna	425.848	2	2
	Vitória da Conquista	242.155	2	3
	Jequié	165.345	1	3
	Alagoinhas	122.838	1	3
	Barreiras	113.695	1	3
	Recife			
	Recife	3.258.388	5	1
	Natal	921.491	3	2
	Maceió	810.990	3	2
	João Pessoa	773.847	3	2
	Petrolina/Juazeiro	363.303	2	2
	Campina Grande	344.730	2	3
	Caruaru	250.444	2	2
	Mossoró	205.822	2	3
	Arapiraca	173.339	1	3
	Garanhuns	110.084	1	3
	Fortaleza			
	Fortaleza	2.639.180	5	1
	Juazeiro do Norte/Crato	328.240	2	2
	Sobral	138.565	1	3
	Meio-norte			
	São Luís	941.431	3	2
	Teresina	773.901	3	2
	Caxias	146.045	1	3
	Parnaíba	131.885	1	3
Centro-norte				
	Norte			
	Belém	1.617.197	4	1
	Manaus	1.157.357	4	3
	Porto Velho	294.334	3	3

Continua

TABELA A.5
AGLOMERAÇÕES E CENTROS, POR SISTEMA URBANO (1996)

Conclusão

Estrutura Urbana	Sistema/Aglomeração/Centro	População Municipal Total 1996	Hierarquia	Tipo de Assentamento
	Rio Branco	228.990	3	3
	Macapá	220.962	2	3
	Boa Vista	165.518	2	3
	Santarém	263.468	1	3
	Marabá	150.095	1	3
	Ji-Paraná	95.356	1	3
	Castanhal	117.380	1	3
	Cuiabá			
	Cuiabá	626.756	3	2
	Rondonópolis	142.524	2	3
	Brasília-Goiânia			
	Brasília	2.351.190	5	1
	Goiânia	1.414.505	4	1
	Imperatriz	274.104	2	3
	Anápolis	264.975	2	3
	Rio Verde	100.586	2	3
	Palmas	86.116	2	3
	Araguaína	105.019	1	3

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991; Contagem da População de 1996).
Obs.: a) Hierarquia: (6) metrópole global; (5) metrópole nacional; (4) metrópole regional; (3) centro regional; (2) centro sub-regional 1; (1) centro sub-regional 2.
b) Tipo de assentamento: (1) aglomeração metropolitana; (2) aglomeração não-metropolitana; (3) centro urbano.

TABELA A.6.1
CENTRO-SUL – DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO DE BELO HORIZONTE

Nível Regic	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	399	2.722.912	3.181.165	3,16
2	10	224.798	243.073	1,58
3	20	798.128	912.007	2,70
4	9	870.312	934.246	1,43
5	10	1.106.395	1.191.950	1,50
6	3	293.720	322.044	1,86
8	1	2.013.257	2.080.145	0,66
Total	**452**	**8.029.522**	**8.864.630**	**2,00**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991; Contagem da População de 1996).
Obs.: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2); e Muito fraco (1).

TABELA A.6.2
CENTRO-SUL – DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO DO RIO DE JANEIRO

Nível Regic	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	219	2.150.400	3.005.028	6,92
2	9	953.681	1.045.748	1,86
3	19	2.003.170	2.213.625	2,02
4	13	2.254.378	1.883.600	-3,53
5	14	1.935.126	2.015.928	0,82
6	1	46.456	52.647	2,53
7	2	639.026	685.100	1,40
8	1	5.480.768	5.551.538	0,26
Total	**278**	**15.463.005**	**16.453.214**	**1,25**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991; Contagem da População de 1996).
Obs.: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2); e Muito fraco (1).

TABELA A.6.3
CENTRO-SUL – DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO DE SÃO PAULO

Nível Regic	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	698	6.467.055	7.588.083	3,25
2	60	3.382.829	3.810.896	2,41
3	32	1.517.005	1.708.615	2,41
4	35	3.170.985	3.554.284	2,31
5	24	4.644.684	4.995.168	1,47
6	7	1.981.004	2.217.037	2,28
7	7	2.451.774	2.682.723	1,82
8	1	9.412.894	9.391.482	-0,05
Total	**864**	**33.028.230**	**35.948.288**	**1,71**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991; Contagem da População de 1996).
Obs.: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2); e Muito fraco (1).

TABELA A.6.4
CENTRO-SUL – DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO DE CURITIBA

Nível Regic	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	541	3.114.151	3.671.334	3,35
2	26	369.851	403.848	1,77
3	24	584.699	625.672	1,36
4	21	781.467	852.337	1,75
5	18	1.755.504	1.905.221	1,65
6	5	916.594	1.023.495	2,23
7	2	606.672	650.949	1,42
8	1	1.315.035	1.476.253	2,34
Total	**638**	**9.443.973**	**10.609.109**	**2,35**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991; Contagem da População de 1996).
Obs.: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2); e Muito fraco (1).

TABELA A.6.5
CENTRO-SUL – DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO DE PORTO ALEGRE

Nível Regic	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	337	1.653.111	1.916.908	3,01
2	20	429.927	455.866	1,18
3	20	785.650	860.583	1,84
4	14	788.153	820.651	0,81
5	11	964.701	1.035.618	1,43
6	3	485.992	536.123	1,98
7	3	598.822	646.983	1,56
8	1	1.247.529	1.255.054	0,12
Total	**409**	**6.953.885**	**7.527.786**	**1,60**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991; Contagem da População de 1996).
Obs.: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2); e Muito fraco (1).

TABELA A.6.6
NORDESTE – DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO DE SALVADOR

Nível Regic	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	410	2.530.178	2.886.260	2,67
2	14	346.050	420.352	3,97
3	18	553.038	638.248	2,91
4	11	453.018	504.404	2,17
5	8	653.707	746.946	2,70
6	3	768.253	810.433	1,07
7	1	349.557	393.943	2,42
8	1	2.073.510	2.209.464	1,28
Total	**466**	**7.727.311**	**8.610.050**	**2,19**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991; Contagem da População de 1996).
Obs.: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2); e Muito fraco (1).

TABELA A.6.7
NORDESTE – DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO DE RECIFE

Nível Regic	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	521	3.373.055	3.857.328	2,72
2	29	745.523	816.949	1,85
3	16	656.417	708.650	1,54
4	14	1.230.110	1.309.446	1,26
5	12	880.596	960.814	1,76
6	3	1.315.503	1.466.384	2,20
7	3	987.080	1.074.588	1,71
8	1	1.298.229	1.346.045	0,73
Total	**599**	**10.486.513**	**11.540.204**	**1,93**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991; Contagem da População de 1996).
Obs.: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2); e Muito fraco (1).

TABELA A.6.8
NORDESTE – DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO DE FORTALEZA

Nível Regic	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	151	1.213.677	1.449.685	3,62
2	10	380.766	412.532	1,62
3	8	163.062	183.690	2,41
4	4	126.993	139.269	1,86
5	2	123.403	132.685	1,46
6	2	268.790	296.287	1,97
8	1	1.768.637	1.965.513	2,13
Total	**178**	**4.045.328**	**4.579.661**	**2,51**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991; Contagem da População de 1996).
Obs.: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2); e Muito fraco (1).

TABELA A.6.9
MEIO-NORTE – DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO

Nível Regic	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	231	1.138.016	1.365.248	3,71
2	17	423.180	473.901	2,29
3	10	232.095	254.881	1,89
4	3	113.362	129.478	2,69
5	5	343.320	364.902	1,23
7(*)	2	1.253.282	1.394.600	2,16
Total	**268**	**3.503.255**	**3.983.010**	**2,60**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991; Contagem da População de 1996).
Nota: (*) A taxa de incremento das capitais foi calculada pela população total, para evitar a distorção introduzida com a redefinição do perímetro urbano de São Luís entre 1991 e 1996, que praticamente duplicou a população urbana no período.
Obs.: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2); e Muito fraco (1).

TABELA A.6.10
CENTRO-NORTE – DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO DE BRASÍLIA-GOIÂNIA

Nível Regic	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	335	1.740.733	2.307.284	5,80
2	17	384.312	439.447	2,72
3	18	451.779	561.085	4,43
4	6	216.071	235.604	1,75
5	1	52.523	62.972	3,70
6	4	2.037.479	2.250.682	2,01
8	1	913.485	998.121	1,79
Total	**382**	**5.796.382**	**6.855.195**	**3,41**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991; Contagem da População de 1996).
Obs.: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2); e Muito fraco (1).

TABELA A.6.11
CENTRO-NORTE – DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO NORTE

Nível Regic	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	204	1.119.226	1.508.300	6,15
2	32	676.596	791.142	3,18
3	9	344.213	388.373	2,44
4	6	580.487	684.268	3,34
5	5	483.471	559.117	2,95
6	1	229.788	238.421	0,74
7	2	1.855.772	2.001.898	1,53
Total	**259**	**5.289.553**	**6.171.519**	**3,13**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991; Contagem da População de 1996).
Obs.: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2); e Muito fraco (1).

TABELA A.6.12
CENTRO-NORTE – DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO DE CUIABÁ

Nível Regic	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	76	405.144	471.351	3,07
2	7	119.255	121.649	0,40
3	2	50.060	47.483	-1,05
4	4	275.148	329.072	3,64
5	1	113.032	129.894	2,82
6	1	395.662	426.903	1,53
Total	**91**	**1.358.301**	**1.526.352**	**2,36**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991; Contagem da População de 1996).
Obs.: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2); e Muito fraco (1).

Série: Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil
Volume 2: Estudos Básicos para a Caracterização da Rede Urbana
Número de Páginas: 390
Formato: 21 cm x 27,5 cm
Mancha: 17 cm x 25,5 cm
Tipos: Palatino 10/12; Geometric 231 BT; Helvética
Papel (capa): Cartão Supremo 250 g
Papel (miolo): Couchê fosco 90 g
Tiragem: 2.200 exemplares

Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil

Estudos Básicos para a Caracterização da Rede Urbana

A série *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* reúne estudos sobre o processo de urbanização do país e as mudanças funcionais e espaciais no sistema de cidades, nas décadas de 80 e 90. Sua finalidade é contribuir para a definição de estratégias de apoio a formulação e execução da política urbana nacional, bem como subsidiar as políticas setoriais e territoriais.

Este volume, *Estudos Básicos para a Caracterização da Rede Urbana*, reúne as pesquisas do IBGE que apoiaram a elaboração do estudo que gerou esta série, além dos trabalhos sobre a configuração e a dinâmica atual da rede urbana brasileira.

Em suas quatro partes, apresenta na primeira o estudo Regiões de Influência das Cidades; na segunda trata das aglomerações urbanas para fins estatísticos; na terceira traz a tipologia dos municípios brasileiros; e na quarta parte são examinadas as mudanças recentes e as perspectivas da urbanização mundial e no Brasil, as principais características da urbanização brasileira e, por fim, são identificados os sistemas urbano-regionais do país.

ISBN 85-86170-35-6
9 788586 170355